

ANAIS ELETRÔNICOS
V SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DO PPGS/UFS
Sociologia e Internacionalização: explorando novos horizontes e desafios
8 a 10 de outubro de 2024 – Campus UFS São Cristóvão



SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA PPGS

*Sociologia e Internacionalização:
Explorando Novos Horizontes e Desafios*

Didática 7 - UFS
Campus São Cristóvão

08 a 10
OUT de 2024



Programa de Pós-Graduação de Sociologia – UFS

Coordenador

Prof. Dr. Rogério Proença Leite

Vice Coordenador

Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza

Organizadores dos Anais Eletrônicos

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

Ma. Brenda de Sousa Seixas

Comissão Organizadora do Evento

Presidente

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

Vice-Presidente

Prof. Dr. Eder Claudio Malta Souza

Secretaria Geral

Profa. Dra. Izabela C. Gomes da Silva

Discentes Titulares

Ma. Brenda de Sousa Seixas

Ma. Ludmilla Silva de Oliveira

Monitores

Lucas Vinicius Cunha Lima

Maryanna Wanessa Freitas dos Santos

Maria Eduarda Nascimento Almeida

João Paulo Santos Freire

Caroline Santana Oliveira Almeida

Ítalo Gordiano de Cerqueira

Izabel Cristina Custódio Santos

Sandrielly Lavínia Andrade Santos

Ana Maria Menezes dos Santos

Mariana Leticia Costa

Francielle Wilze Prata Almeida

Adrielle da Silva de Oliveira

Adriana Alves dos Santos

Felícia Clark Nunes Teles

Amanda Beatriz Santos Martins

Elizabeth de Fátima Santos Simão

Andresa Brito de Jesus

Maysa Cecília Moreira Cruz

João Heitor Nogueira Castro Lustosa

Eduardo Leite Ferreira

Tatiana Silva Sales

Mirela de Jesus Gerônimo

Ronaldo Sales da Silva
Waleska Eugenia Feitosa Rodrigues Lima
Bárbara Vitória Oliveira Castro
Leonardo Almeida de Jesus
Bruna Eduarda Santos Moura
André Anselmo Souza do Nascimento Júnior
Vitória Manuella Freire de Carvalho
Alessandra Leite dos Santos

Comitê Científico

Ercílio Langa – UNILAB/BA
Fernanda Rios Petrarca – UFS/SE
Glaucia de O. Assis – UNIVALE/MG
Gustavo Dias – Unimontes/MG
Marcelo Alario Ennes – UFS/SE
Márcio Oliveira – UFPR/PR
Oswaldo Truzzi – UFSCar/SP
Paulo Sérgio Neves – UFABC/SP
Rogério Proença Leite – UFS/SE
Sidney Antonio da Silva – UFAM/AM

Editoração Eletrônica

Eder Claudio Malta Souza

Apoio

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Docente (Recursos PROAP)
SBS - Sociedade Brasileira de Sociologia

Contato

vsns@gmail.com

Site do Evento

<https://snsociologiaufs.com.br/>

Realização

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de Sergipe

ISSN

2526-3013

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

	V Seminário Nacional de Sociologia PPGS
S471	Anais [recurso eletrônico] / V Seminário Nacional de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia de 08 a 10 de outubro. / Organizadores: Marcelo Alario Ennes; Eder Claudio Malta Souza [et al...] – São Cristóvão: UFS, 2024.
	ISSN: 2526-3013
	1. Internacionalização. 2. Horizontes e Desafios. 3. UFS I. Seminário. II. Título.
	CDU:316(063):82-9

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Ma. Ludmilla Silva de Oliveira (CRB-5/ 2126)

Apresentação

Em 2024, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) realizou o V Seminário Nacional de Sociologia (V SNS), que ocorreu entre os dias 08 e 10 de outubro.

Com o tema “Sociologia e Internacionalização: Explorando novos horizontes e desafios”, o evento visou problematizar a internacionalização universitária a partir, principalmente, das mediações Sul-Sul e seus aspectos cooperativos.

Após a edição totalmente remota de 2022, o V SNS retornou com atividades presenciais, remotas e híbridas, possibilitando tanto a retomada do convívio presencial quanto o enriquecimento dos debates com colegas de outras universidades, dentro e fora do Brasil.

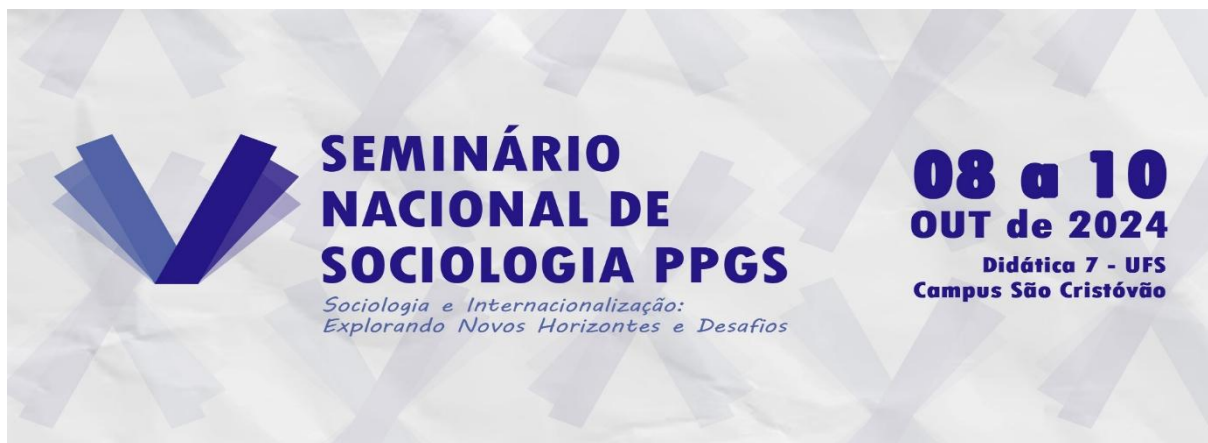
O V SNS convida a comunidade acadêmica a refletir sobre o tipo de internacionalização que desejamos construir em nossas universidades, considerando a mobilidade científica e a ampliação da produção intelectual por meio do diálogo e da troca de conhecimentos.

Neste contexto, os participantes são chamados a explorar novos horizontes teóricos, metodológicos e empíricos na Sociologia, enquanto discutimos as perspectivas e desafios da Universidade contemporânea em um mundo cada vez mais globalizado, mas que busca alternativas mais inclusivas e cooperativas.

Nestes anais estão compilados os artigos apresentados no V Seminário Nacional de Sociologia. Desejamos uma boa leitura!

Comissão Organizadora

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes
Prof. Dr. Eder Claudio Malta Souza
Profa. Dra. Izabela C. Gomes da Silva
Ma. Brenda de Sousa Seixas
Ma. Ludmilla Silva de Oliveira



Grupos de Trabalho

GT 1 – Sociedade e Vida Econômica

GT 2 – Cidades e culturas urbanas

GT 3 – Trabalho, Educação e Sociedade

GT 4 – Expressão cultural e produção de narrativas diaspóricas: intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe

GT 5 – Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas

GT 6 – Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero

GT 7 – Imigrações internacionais contemporâneas: Diferentes abordagens teóricas e metodológicas e diferentes recortes empíricos e temáticos

GT 8 – Guerras Culturais, novas direitas e as ameaças à democracia

SUMÁRIO

GT 1 – Sociedade e Vida Econômica

O MERCADO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS: entre expansão e contestação p. 10
Wanderson J. F. Gomes (UFS)

A RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE VENDER NA CONSTRUÇÃO DO TURISMO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: Uma introdução p. 31
Ícaro Gil Oliveira de Jesus (UFBA)

GT 3 – Trabalho, Educação e Sociedade

AS EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DA DIVISÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL (DMI/SIBI/UFRJ) E O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA PESQUISA ACADÊMICA p. 50
Lucas Barroso Rego (UFRJ), Andréa Cristina de Barros Queiroz (UFRJ)

ALÉM DO BALCÃO: Uma Revisão Bibliográfica sobre o Trabalho Feminino no Shopping Center p. 61
Delorrana Lima Machado (UFS)

O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO: Investigando as contribuições acadêmicas p. 80
Rodrigo Pereira da Silva (UNESP)

REPRODUÇÃO SOCIAL E CULTURAL: As contribuições de Bourdieu para o campo educacional p. 102
Denise Cristina Silva Rosa (UFS)

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO SUECO: Status, Conteúdos e Reformas Curriculares a partir da Perspectiva Docente p. 116
Alex Pruth (Klara Södra Gymnasium)

EXPLORANDO A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM STARTUPS BRASILEIRAS: Uma análise multifacetada p. 131
Isabella Bino da Silva (UFS)

NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO NEOLIBERAL DO TRABALHO: um estudo com trabalhadores de postos de combustíveis P. 151
Gabriel Jesus do Nascimento (UFS)

GT 4 – Expressão cultural e produção de narrativas diaspóricas: intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe

CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO PROFHISTÓRIA-2024 p. 168

Andréia Moreira de Souza (UFS), José Nerisvaldo Santos Silva (UFS), Josefa Rosania Reis de Matos (UFS)

O PACTO DA BRANQUITUDE E A INVIABILIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL DA CANDIDATURA DE OLÍVIA SANTANA PARA A PREFEITURA DE SALVADOR EM 2020 p. 189

Tainá Moraes dos Santos (UFBA)

CORPO-TERRA E A CONSTRUÇÃO DA SERGIPANIDADE: uma pesquisa acadêmica e cênica do corpo como território de resistência, memória e identidade p. 196

Jonathan Rodrigues Silva (UFS), Leonardo Maia de Alencar (UESPI)

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS: o Geledés no virtual p. 215

Laila Thaíse Batista de Oliveira (UFS)

A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA: Uma análise comparativa acerca da questão racial nas eleições municipais de 2020 e 2024 em Aracaju (SE) p. 229

Carlos Eduardo Trindade Santos (UFS)

GT 5 – Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas

OS POLICIAIS MILITARES NA POLÍTICA SERGIPANA: Uma análise sociológica sobre a segurança pública e o poder político p. 255

Marcos Andrade Rocha (UFS)

SOCIOLOGIA À BRASILEIRA: uma perspectiva teórico-metodológica decolonial do estudo das Políticas Públicas p. 275

Jaíne Reis Araújo (UFS)

ESTRATÉGIAS DE PODER E COMUNICAÇÃO POLÍTICA NAS MÍDIAS: A dinâmica digital dos congressistas sergipanos p. 293

Bárbara Vitória Oliveira Castro (UFS)

PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS, MÍDIAS DIGITAIS E POLÍTICA EM SERGIPE p. 318

Francisco Emanuel Silva Meneses Alves (UFS)

A MODA COMO MANIFESTO: Zuzu Angel e as Relações entre Profissão, Política e Militância Pública p. 338

Mariana Leticia Costa (UFS)

PURPURINA NAS URNAS: Movimento LGBTQ+, Partidos Políticos e Eleições no Brasil p. 358

Leonardo Almeida de Jesus (UFS)

A LUTA POLÍTICA PELO DIREITO DE JOGAR FUTEBOL: o futebol de mulheres da proibição à transição democrática p. 382

Sandrielly Lavínia Andrade Santos (UFS)

GT 6 – Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero

VOZES SILENCIADAS, CORPOS EM LUTA: Interseccionalidade, Dispositivos de Racialidade e a Luta das Mulheres Negras: Críticas ao “Identitarismo” no Brasil Contemporâneo p. 401

Josilda Carmo Santos (UFBA)

DONA ARLINDA: Entre o dom e a tradição p. 419

Andrea Santos Lima (UFS)

A EXPERIÊNCIA CORPORAL FEMININA E O DIREITO À CIDADE PARA JOVENS SKATISTAS EM ARACAJU p. 443

Letícia Oliveira Feijão Galvão (UFS)

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO INFANTOJUVENIL DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE p. 467

Kely do Nascimento Souza (UFS), Camila Gama de Mello (UFS), Andrei Henrico Alves Santos (UFS)

A INTERSECÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL p. 490

Raiane de Jesus Santos (UFS)

GT 7 – Imigrações internacionais contemporâneas: Diferentes abordagens teóricas e metodológicas e diferentes recortes empíricos e temáticos

A MATERNIDADE NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL: Uma revisão das pesquisas no Brasil p. 508

Carolini Machado Bandeira (UFPR), Márcio de Oliveira (UFPR)

IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM SERGIPE SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: Gênero e etnia p. 529

Eduardo Leite Ferreira (UFS), João Heitor Nogueira Castro Lustosa (UFS)

MIGRAÇÃO E IDENTIDADES PÓS-MODERNAS: Uma abordagem identitária dos empreendedores gastronômicos peruanos p. 556

Percy Daniel Arce Santos (UFS)

GT 8 – Guerras Culturais, novas direitas e as ameaças à democracia

LIBERDADE DIGITAL E RESTRIÇÃO DAS IDEIAS: Um estudo sociológico sobre os desafios da tolerância na era da informação p. 573

Ana Maria Menezes dos Santos (UFS)

DO GOVERNO BOLSONARO AO PÓS-GOVERNO: A Guerra Cultural e sua continuidade na Política Brasileira (2018-2023) p. 592

Mirela de Jesus Gerônimo (UFS), Bruno Silva Santana (UFS)

A DOXA CONSERVADORA NOS COMENTARISTAS POLÍTICOS DA JOVEM PAN p. 608

Herbert Farias Barreto Mendes (UFS)

GT 1 - Sociedade e Vida Econômica

Este GT pretende agrupar a apresentação de pesquisas que usam o referencial da Sociologia Econômica e abordagens correlatas para pensar temas da Sociedade e da Vida Econômica, com foco nos desafios contemporâneos da Sociedade e o futuro da Sociologia Econômica. Criamos este espaço para que pesquisadores possam submeter suas pesquisas com foco nas controvérsias e nas práticas e mediações econômicas dos agentes, instituições e dispositivos que formam e transformam os diferentes mercados. Convidamos os pesquisadores para o envio de propostas de pesquisa sobre as diferentes dimensões dos processos de construção social dos mercados; b) a produção de indicadores e métricas sobre o desempenho cultural e social de instituições econômicas; c) os processos de valoração, classificação e hierarquização das instituições econômicas; d) as relações entre inovações tecnológicas e mercados; e) contribuições teóricas da sociologia para compreensão da vida econômica contemporânea; f) digitalização e financeirização dos mercados e práticas econômicas; g) inovações tecnológicas e suas repercussões no mundo econômico contemporâneo.

Coordenação: Profa. Dra. Marina Sartore (PPGS/LEMOS/UFS) e Me. Wanderson José Francisco Gomes (PPGS/LEMOS/UFS).

O MERCADO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO LITORAL NORTE DE ALAGOAS: entre expansão e contestação

Wanderson J. F. Gomes (UFS)

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama da expansão e da contestação da economia turístico-imobiliária no litoral norte de Alagoas, tratando de descrever e analisar como se circunscrevem as recentes manifestações contrárias ao avanço econômico na região, notadamente diante de um cenário de hegemonia desta economia local. O estudo foi realizado através de pesquisa qualitativa, alicerçada em dados primários e secundários, a partir de duas perspectivas: 1) da revisão bibliográfica, priorizando o arcabouço teórico-metodológico da sociologia econômica; 2) do acesso prioritário a artigos jornalísticos, bem como pesquisa de campo realizada em evento do setor científico e tecnológico de Alagoas, permitindo: a) a construção de um quadro sobre as recentes mobilizações de contestação à expansão mercadológica na região; b) a identificação das principais questões morais que permeiam essas reivindicações. Os resultados demonstram a intensificação de mobilizações populares de caráter contestatório, preocupadas com o avanço mercadológico no litoral norte. Os atores questionam a racionalidade econômica do setor, atravessando-o por múltiplos argumentos morais. Por fim, as contestações em curso indicam, de modo geral, a necessidade de repensar os modelos econômicos em sua integração com o meio ambiente e as comunidades locais.

Palavras-chave: Expansão. Contestação. Questões morais. Economia turístico-imobiliária. Litoral norte de Alagoas.

Abstract: The aim of this article is to present a panorama of the expansion and contestation of the tourist and real estate economy on the north coast of Alagoas, describing and analyzing how the recent demonstrations against economic progress in the region are circumscribed, especially in the face of a scenario of hegemony of this local economy. The study was carried out through qualitative research, based on primary and secondary data, from two perspectives: 1) a bibliographical review, prioritizing the theoretical-methodological framework of economic sociology; 2) priority access to journalistic articles, as well as field research carried out at an event in the scientific and technological sector in Alagoas, allowing for: a) the construction of a picture of recent mobilizations to challenge market expansion in the region; b) the identification of the main moral issues that permeate these demands. The results show the intensification of popular mobilizations of a contestatory nature, concerned about market expansion on the north coast. The actors are questioning the economic rationality of the sector, which is crossed by multiple moral arguments. Finally, the ongoing protests generally indicate the need to rethink economic models and their integration with the environment and local communities.

Keywords: Expansion. Contestation. Moral issues. Tourism and real estate economy. North coast of Alagoas.

1 INTRODUÇÃO

Consolidado por cenários idílicos inatos aos seus territórios litorâneos, somado ao crescimento urbano, ao arrefecimento da monocultura, às políticas multilaterais de crédito entre os anos de 1970 e 1990 e, mais firmemente, à profissionalização e descentralização da gestão nacional do turismo a partir de 2002, o mercado turístico-imobiliário de Alagoas, nordeste do Brasil, especificamente o mercado “de sol e mar”, foi sendo forjado pela máquina estatal como um moderno e auspicioso projeto econômico. Este fenômeno tem se reforçado na argumentação política da geração de emprego e renda, reduzindo, em tese, desequilíbrios econômico, social e regional historicamente indissociáveis ao estado, marcado por grande concentração fundiária e baixa dinâmica produtiva.

Entretanto, mais recentemente, com a difusão pública das preocupações acerca do adensamento populacional na região, do turismo de massa, dos danos ambientais, das restrições de acesso às praias e da qualidade de vida das populações vulneráveis, o mercado em questão tem sido alvo de movimentos contestatórios que buscam revelar as fragilidades dos seus discursos público-privados baseados numa suposta racionalidade econômica de ocupação litorânea.

Nesse sentido, o presente artigo¹ tem por objetivo apresentar um breve panorama da expansão e da contestação da economia turístico-imobiliária no litoral norte de Alagoas, descrevendo e analisando como se circunscrevem as recentes manifestações contrárias ao avanço econômico no litoral. Com o auxílio da sociologia econômica, consideramos observar este mercado turístico-imobiliário como parte de uma construção social, que se revela nos comportamentos sociais que questionam o mercado e buscam modular as transações mercantis a partir de reivindicações morais, recentemente mais intensas.

Assim, em oposição a determinadas explicações genéricas sobre as dinâmicas econômicas da contemporaneidade, consubstanciamos nossa análise nos atores sociais reais, suas contestações e disputas pela (re)definição do mercado turístico-imobiliário, a partir da mobilização de um rol de questões morais. As recentes contestações em curso indicam, de modo geral, a necessidade de repensar os modelos econômicos de ocupação do litoral norte de Alagoas, especialmente em sua integração ecológica e com as comunidades costeiras vulnerabilizadas pela progressiva privatização territorial.

¹ Este artigo é o desdobramento de uma proposta de pesquisa apresentada no I Congresso Nacional de Ciências Sociais e Humanas (I CONCIS), publicada em formato de resumo expandido nos anais do evento, em 02 de outubro de 2024.

Metodologicamente, esta é uma pesquisa qualitativa, alicerçada a partir de fontes primárias e secundárias, que toma duas perspectivas: 1) revisão bibliográfica, priorizando o arcabouço teórico-metodológico da sociologia econômica; 2) acesso prioritário a artigos jornalísticos, bem como pesquisa de campo realizada em evento do setor científico e tecnológico de Alagoas, permitindo: a) a construção de um breve panorama sobre recentes mobilizações de contestação à expansão mercadológica no litoral norte de Alagoas; b) a identificação das principais questões morais que permeiam as reivindicações.

Para tanto, além desta introdução, o artigo está organizado em duas seções e duas subseções. Na primeira seção, intitulada “Mercado turístico-imobiliário no litoral norte: expansão”, elencamos aspectos históricos centrais para o processo de ocupação do litoral norte de Alagoas, apresentando um detalhamento das áreas em ocupação e as ações estatais determinantes para o surgimento do novo mercado litorâneo. Na segunda seção, nomeada de “Mercado turístico-imobiliário no litoral norte: contestação”, discorreremos sobre as principais evidências de contestação coletadas, enquadrando as questões morais que confrontam o mercado econômico descrito na Seção 1. Nesta, as subseções correspondem à divisão entre fontes primárias e fontes secundárias de pesquisa. Por fim, na conclusão, retomamos os principais resultados.

2 MERCADO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO LITORAL NORTE: EXPANSÃO

*Meu sangue estende-se com essas vozes poderosas.
A solidez da terra, monótona, parece-nos fraca ilusão.
Queremos a ilusão grande do mar, multiplicada em suas malhas de
perigo.
Queremos a sua solidão robusta, uma solidão para todos os lados,
uma ausência humana que se opõe ao mesquinho formigar do mundo,
e faz o tempo inteiriço, livre das lutas de cada dia (Meireles, 1983, p.
219-220).*

O excerto que introduz esta seção é extraído do poema “Mar Absoluto”, de Cecília Meireles (1983), e expõe em cores vivas parte da intrigante força de atração do mar, diante do qual, segundo a autora, homens se sentem “seduzidos e medrosos”. Nos versos inspiradores desta poesia, o mar é descrito a partir de seus múltiplos paradoxos, logo, entre imponência selvagem e delicadeza dançante, entre perigosos ritmos e malhas e heroico alento, que se impõe sobre nós através de suaves “águas de todas as possibilidades” (Meireles, 1983, p. 220).

Este nada mais é que um singelo fragmento da imensa e marcante produção literária brasileira que solenemente se curvou às belezas idílicas da natureza nacional, tendo o mar uma posição especial. Certamente, a vasta produção – que traduz em poesia o que os olhares admirados nem sempre conseguem descrever –, aliado a outros elementos, ajudou a forjar a irretocável ideia do “paraíso tropical” que é o Brasil.

Em Alagoas, no nordeste brasileiro, uma breve retrospectiva aponta Moreno Brandão (2013) como um dos precursores da escrita histórica e poética que nos oferece uma cartografia física e simbólica do meio ambiente do estado, ainda tomado por paisagens inexploradas. Coube a Brandão (2013), portanto, prenunciar o inevitável turismo que seria tão corpulento quanto a economia açucareira que, definitivamente, marcou essas terras. Em 1937, no capítulo “Lugares pitorescos”, que compõe o livro “Vade-mecum do turista em Alagoas”, o autor narra poeticamente a rica diversidade ecológica quase que incompreensível diante de um território de dimensões exíguas, onde “O litoral do Estado apresenta quadros incomparavelmente empolgantes (...)” (Brandão, 2013, p. 18).

A seara de obras que registrou o esplendor costeiro do país foi responsável, em certa medida, pela criação do simbolismo generalizado do paraíso na terra, servindo, mais tarde, como égide para as estratégias de capitalização do bem-comum através de intervenção, divulgação e abertura do mar para promissores mercados nacionais e internacionais. As “águas de todas as possibilidades”, notadamente a partir da década de 1970 e mais decisivamente na década de 1990, ganharam contornos utilitaristas.

Vastos territórios defronte ao mar se converteram em ativos econômicos de grande valia para o Estado neoliberal (Harvey, 2008). Rumo ao litoral passou a caminhar uma vigorosa urbanização nacional. De acordo com dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil é, de fato, um país litorâneo, visto que mais da metade dos seus habitantes (54,8%) reside a até 150 km em linha reta ao litoral, o que equivale a 111 milhões de habitantes distribuídos entre as 16 capitais costeiras, das quais oito estão localizadas na região nordeste (IBGE, 2023). Consistentes estudos demonstram, ainda, que estes números crescerão até 2035, sendo esta uma tendência global (Maul; Duedall, 2019).

Historicamente marcado pela concentração fundiária, baixa dinâmica produtiva e profundas desigualdades socioeconômicas, a natureza alagoana (litorânea, sobretudo) se tornou o epicentro de investimentos volumosos que consolidaram um novo, flexível e internacionalizável mercado econômico: o turismo. Tanto em sua capital Maceió, quanto em direção ao litoral norte, muitos investidores surgem à procura do encanto do “paraíso dos

negócios”, buscando o afastamento da “solidez da terra, monótona (...)” (Meireles, 1983, p. 219).

A literatura consultada demonstra que esse contexto se intensificou, seja em Maceió, Alagoas, seja nas demais capitais nordestinas, a partir da década de 1970, alcançando seu ápice na década de 1990. Foi, por exemplo, a partir da revitalização infraestrutural da Praia de Pajuçara, promovida pelo então governador Afrânio Salgado Lages, em 1974, que Maceió foi inserida na rota nacional de destinos turísticos (Duarte, 2023), iniciando, assim, um amplo processo de reestruturação da infraestrutura costeira e hoteleira (Carvalho, 2022; Duarte, 2023). Graças aos interesses das elites político-econômicas locais, o mar passou a atrair aqueles dispostos a pagar valores exorbitantes a fim de desbravar e “solucionar os seus mistérios”. O período resultou numa gigantesca rota de negócios (Leite, 2018), com o despertar do mercado imobiliário e empresarial, nacional e internacional. Além disso, a revitalização se coadunou aos objetivos, à época, do Banco do Nordeste (BNB), e seus largos investimentos em campanhas promocionais do turismo, e da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e sua justificativa em aplacar desigualdades socioeconômicas intrarregionais (Duarte, 2023).

Como já demonstramos em trabalho anterior², a força do mercado turístico-imobiliário, que se fundiu à expansão urbana de Maceió a partir da década de 1970 passou, mais recentemente, a integrar uma espécie de campo gravitacional, exercendo força sobre outros municípios litorâneos geograficamente próximos à capital, e ampliando as arenas mercadológicas e as disputas pela ocupação de territórios costeiros privilegiados por ainda se distanciarem do chamado “turismo de massa”. A esse fenômeno deve-se, em grande medida, os megaprojetos turísticos desenvolvidos pelo Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste (PRODETUR/NE), que, a partir de 1990, abriu caminho ao que Loloum e Aledo (2018) definem como bolhas imobiliárias-turísticas.

A depender da ótica envolvida, essas transformações têm sido recebidas com entusiasmo ou preocupação, principalmente no que se refere ao litoral norte de Alagoas, onde se situa uma importante Área de Proteção Ambiental (APA), denominada Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC). De acordo com o art. 15 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamentando o art. 225 da Constituição Federal de 1988, a Área de Proteção Ambiental é:

² GOMES, Wanderson José Francisco. **Litoral em disputa: uma análise do avanço turístico-imobiliário no litoral norte de Alagoas e suas manifestações contestatórias**. Anais do I Congresso Nacional de Ciências Sociais e Humanas (I CONCIS), Natal-RN, 02 de out. 2024. Disponível em: <<https://doi.org/10.5281/zenodo.13888409>>. Acesso em: 29 out. 2024.

Uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade de recursos naturais (BRASIL, 2000).

Em Alagoas, a Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC), situada no litoral norte, é um destino turístico emergente, sendo a maior unidade de conservação marinha costeira do Brasil, com extensão de mais de 400 mil hectares e aproximadamente 120 km de praias e manguezais, localizada entre os municípios de Tamandaré-PE e ao norte de Maceió-AL. Enquanto APA, foi criada via decreto federal, em 23 de outubro de 1997 (ICMbio/MMA, 2024), contemplando, no recorte que compreende ao estado de Alagoas, oito municípios: Barra de Santo Antônio, Japaratinga, Passo de Camaragibe, Maragogi, São Miguel dos Milagres, Paripueira, Porto Calvo e Porto de Pedras que, juntos, totalizam 102 mil habitantes (PDITS, 2023)³.

Este território tem sido tomado por uma visão de mundo tecnocrática (Bourdieu, 2001), produzindo novos valores vinculados ao viver defronte ao mar. Fruto dos grandes investimentos, entre os anos de 2019 e 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) dessa região turística aumentou exponencialmente sua participação em 6,87% na produção global do estado (relativos a R\$ 2,3 bilhões) (PDITS, 2023).

No entanto, o avanço mercadológico⁴ foi recentemente adicionado a um debate público preocupado com a efetiva aplicação da lei 9.985/2000 e do art. 225 da CF/1988, sobre sustentabilidade, proteção da diversidade biológica e do bem-estar das populações.

A seguir, as Figuras 1 e 2 apresentam a localização dos municípios da região turística de Alagoas:

³ Nesta região, registrou-se um crescimento populacional de 8,24% nos últimos 12 anos, acima da média nacional. Segundo previsões, a população da Região Costa dos Corais chegará a 137 habitantes até 2032 (PDITS, 2023).

⁴ Sobretudo o avanço do mercado de luxo, que se caracteriza pela ocupação de hotéis, resorts e condomínios de luxo de vasto território defronte ao mar, dificultando o acesso às praias pelas comunidades locais.

Figura 1 - Localização da Região Turística Costa dos Corais em relação ao estado de Alagoas



Fonte: PDITS, 2023.

Figura 2 - Localização dos municípios na Região Turística Costa dos Corais



Fonte: PDITS, 2023.

Em diálogos informais mantidos com agentes do setor imobiliário atuantes no litoral norte do estado para a realização desta pesquisa, nos foram apontados dois momentos determinantes para o atual processo vertiginoso de expansão das ações turístico-imobiliárias nessa região costeira: 1) a realização, desde 2012, do Réveillon de Milagres, evento que se notabilizou como uma das principais festas de réveillon do país, reunindo diversas atrações de renome nacional nas areias da praia do município costeiro de São Miguel dos Milagres; 2) o período pós-pandemia de Covid-19, identificado pelos agentes como de intensa procura por condomínios de luxo no litoral. Esse último dado demonstra a busca pela reconexão entre moradores de alto poder aquisitivo e a natureza, isolada e paradisíaca, distanciada dos grandes

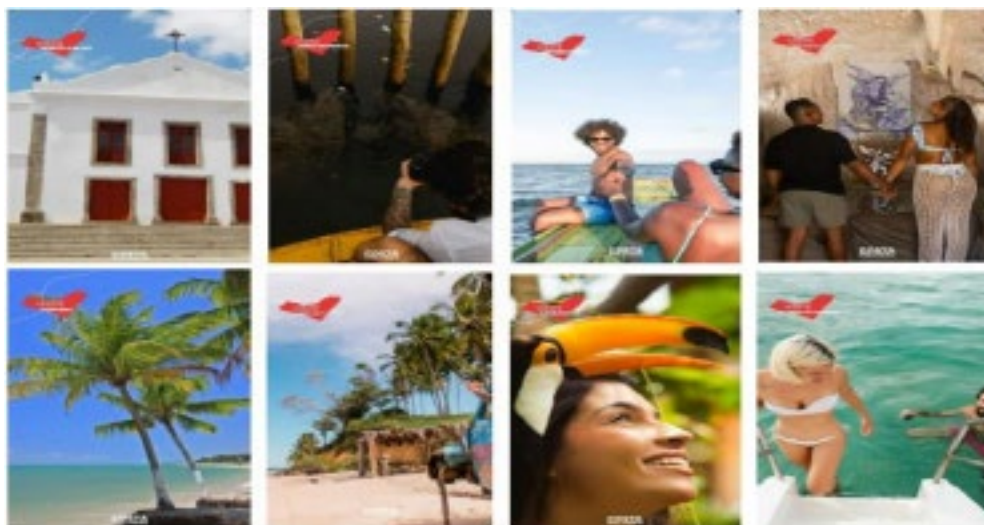
centros urbanos. Altas cifras econômicas se somam ao interesse cada vez mais exclusivo de indivíduos ávidos pela “(...) ilusão grande do mar” (Meireles, 1983, p. 219).

Utilizando publicamente os destacáveis resultados econômicos da região no oferecimento de um turismo de exclusividade como argumento para expansão perpétua do mercado – em contraposição ao destino turístico Maceió, que passou a sofrer um processo de massificação –, o governo estadual tem assumido controle irrestrito para inflar o mercado no litoral norte, criando as condições infraestruturais e simbólicas ideais para o estabelecimento de um novo e imponente campo econômico. De um lado, atestamos a assimilação e a atuação deliberada do Estado na criação de novos mercados (Bourdieu, 2014), criando as regulamentações necessárias para o seu funcionamento; de outro, comprovamos o seu uso do espaço da praia como um recurso econômico (Bruno; Salle, 2018; Loloum, 2017). Dito de outro modo, são os *agentes estatais de mercado* (Alves; Gomes, 2015) decisivos para os processos de *turistificação* (Urry, 1996) no litoral norte de Alagoas.

Uma consulta a diversos sites de notícias nos apresenta uma profusão de artigos jornalísticos sobre os recentes investimentos em expansão no litoral norte alagoano, sendo uma documentação realista de como atuam os *agentes estatais de mercado* na configuração da economia na região. As matérias destacam o crescimento do turismo de luxo no Brasil e os luxuosos empreendimentos disponíveis na Costa dos Milagres⁵, litoral norte (Investindo Por Aí, 2024); a construção e entrega, em 2025, do novo Aeroporto Costa dos Corais, na AL-101 norte, no município de Maragogi, sob responsabilidade do Departamento de Estradas e Rodagens de Alagoas (DER), com aporte do Tesouro Estadual no valor de R\$ 400 milhões (Panrotas, 2023; Movimento Econômico, 2024); a previsão de que a região receba mais cinco novos hotéis e *resorts* de luxo até 2026. Os grupos responsáveis pelo planejamento ou construção de novos hotéis, *resorts* ou residenciais de luxo são: Grupo Ritz, Rede Salinas, Grupo Ibis, Grupo GAV Resorts e Neymar Sports, em parceria com a Rede DUE (Movimento Econômico, 2024); o protagonismo do destino litoral norte nos eventos realizados pelo Governo de Alagoas para atrair novos investidores, como a Invest Alagoas (Brasilturis, 2024); o destaque do papel das políticas públicas estadual e municipais para a transformação do cenário no litoral norte (Painel Urbano, 2024); as obras infraestruturais, a exemplo do novo aeroporto no litoral norte e da duplicação de estradas, que facilitam o fluxo dos turistas nacionais e internacionais aos destinos (G1 Alagoas, 2024).

⁵ A Costa dos Milagres é uma região de 23 km, localizada dentro da APACC e formada por três municípios de rotas turísticas próximas: Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras.

Figura 4 - Mosaico de publicidade Costa dos Corais



Fonte: SETUR/AL, 2024.

Portanto, percebemos que a Costa dos Corais tem sido concebida como um lugar ainda pouco explorado, “paradisiaco”, “desértico”, em oposição à Maceió e seus graves problemas urbanos, do turismo de massa e do exacerbado encarecimento de imóveis que repercute nacionalmente (Estadão, 2023). Esses e outros fatores, em tese, fizeram com que consumidores e investidores buscassem o “novo” litoral como polo financeiramente viável. Entretanto, mais recentemente, temas de grande relevância passaram a ocupar o debate público, tais como o turismo de massa, os danos à biodiversidade costeira, as restrições de acesso às praias⁶, a qualidade de vida das comunidades costeiras e o processo de *gentrificação*⁷ das populações vulneráveis, os conflitos socioambientais, entre outros, fazendo emergir os primeiros focos de confrontação.

⁶ PEC 03/2022 que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. Embora não cite diretamente as praias e proponha desburocratizar e desonerar os usos dos terrenos de marinha, retirando-os do domínio da União, a PEC representa uma espécie de *racionalidade corrosiva* (Adorno; Horkheimer, 1985), podendo agravar o avanço mercadológico dos territórios localizados defronte ao mar, promovendo a intensificação da *gentrificação* e a agressão ao meio ambiente, ambos já em curso no Brasil.

⁷ Utilizamos este conceito à luz de Sequera (2020), onde a *gentrificação* é a expulsão de pessoas, práticas e saberes de um determinado território através da reinvenção de capital público e privado e da incorporação de uma população de maior capital econômico e cultural. Ainda, tem lugar em áreas urbanas populares cuja renovação está relacionada com a especulação imobiliária. Surge como um dos principais mecanismos contemporâneos de gestão urbana neoliberal, que se oculta entre conceitos como “regeneração”, “revitalização” e “renascimento” (Sequera, 2020).

3 MERCADO TURÍSTICO-IMOBILIÁRIO NO LITORAL NORTE: CONTESTAÇÃO

Para compreender os movimentos de contestação à ocupação econômica no litoral norte, lançamos mão da sociologia econômica. A principal motivação para recorrer a essa subárea da sociologia diz respeito a necessidade de oferecer, no campo do turismo litorâneo em Alagoas, alternativas às usuais explicações econômicas que identificam o mercado de modo simplista, como um mero produto do imediato encontro entre “oferta” e “demanda”, manuseado por atores vazios de conteúdo social (Steiner, 2006). Narrativas que descolam o social dos processos econômicos corroboram para uma ideia de irrefutabilidade do mercado econômico na exploração da natureza, excluindo, por esses termos, qualquer vislumbre de uma economia que considere a qualidade de vida das comunidades locais e a proteção da biodiversidade, especialmente diante de atuais desafios ambientais e climáticos extremos.

Dessa forma, uma das premissas fundamentais da nossa reflexão é de que as ações econômicas não são ausentes de história e a demanda aparentemente mecânica que se apresenta a determinado território é, na verdade, um *produto social*, construído pelos diversos agentes que disputam mutuamente suas posições no campo. Ou, dito de outro modo: “(...) o que a ortodoxia econômica considera como um puro dado, a oferta, a demanda, o mercado, é o produto de uma construção social, é um tipo de artefato histórico, do qual somente a história pode dar conta” (Bourdieu, 2005).

Portanto, reiteramos que as trocas mercantis organizadas pelos sistemas econômicos estão socialmente imersas (Polanyi, 2000; Swedberg, 2004; Granovetter, 2007). Ou ainda, como aponta Steiner (2006, p. 36): “(...) apenas a gerência mercantil (pelos preços) é insuficiente para explicar o funcionamento do mercado”. Da mesma maneira, compreendemos ser frágil o argumento público-privado que designa o “despertar” econômico de dado território unicamente aos seus atributos naturais. Steiner (2006, p. 36) prossegue: “(...) é preciso reintroduzir as instituições e as formas diversas de comportamento social na análise para dar conta da articulação entre os atores no mercado”.

Assim, refutamos a ideia de uma apropriação dos espaços ecológicos pela lógica econômica contemporânea como parte de uma premissa de “vocação natural” e, portanto, “inevitável” para a apropriação dos segmentos turísticos e imobiliários. Inversamente a tais considerações, a pesquisa sociológica nos permite ponderar comportamentos e interações sociais, negociações, posições de agentes sociais e contestações morais, como elementos determinantes para expansão, estabilização ou retração do campo econômico. No litoral norte

de Alagoas, ao serem incorporados discursos social e ambientalmente sustentáveis aos argumentos da ocupação – quando pressionados para uma renovação moral do mercado –, setores públicos e privados justificam suas ações econômicas e seguem promovendo irrestrita expansão e uso dos recursos naturais, onde se propagam hotéis, *resorts*, pousadas, bares, restaurantes e outros estabelecimentos para captar turistas, fazendo-os permanecer e consumir no estado por mais tempo. Em pesquisa realizada no Polo Turístico Costa dos Corais, Santos (2021) indica que discursos associados à “responsabilidade”, “sustentabilidade”, “desenvolvimento regional” e “geração de emprego e renda” são mobilizados pelos agentes do mercado para legitimar práticas de apropriação dos territórios litorâneos, negligenciando a articulação com as comunidades locais, a exemplo dos pescadores artesanais, povos tradicionais da região.

Mais recentemente, constatamos que a armadura “impenetrável” e o status aparentemente inquestionável da economia turística de Alagoas parecem sofrer um gradual processo de desgaste. Com base no breve levantamento realizado a partir de fontes primárias (evento de Ciência e Tecnologia em Alagoas) e secundárias (artigos jornalísticos), pudemos reunir evidências que apontam para a deflagração recente de manifestações populares de caráter contestatório, que se colocam criticamente diante do avanço turístico-imobiliário no litoral norte do estado, confrontando a autoprofessada racionalidade econômica dos governos estadual e municipais e empresas, onde a privatização costeira se apresenta como alternativa viável ao desenvolvimento. Para Steiner (2023, p. 24), ao discutir o tema dos *mercados contestados*: “Esse é o tema atual da reflexão sobre os mercados contestados, ou seja, sobre o respectivo lugar da troca comercial, da reciprocidade e da redistribuição nas sociedades contemporâneas”.

Como hipóteses mais imediatas para a motivação das recentes contestações, destacamos as preocupações coletivas em torno da proteção da biodiversidade litorânea, da *gentrificação*, das mudanças climáticas observadas em maior intensidade no Brasil atualmente e, mais especificamente, na tramitação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), nº 03 de 2022, popularmente conhecida como “PEC das praias” ou “PEC da privatização das praias”, que alcançou repercussão nacional ao propor a retirada dos terrenos de marinha da gestão da União, repassando-os à posse permanente (mediante o pagamento de taxa única) de estados, municípios e atuais ocupantes. Adicionalmente, podemos indicar a comoção generalizada manifestada pelo afundamento de parte da cidade de Maceió, em 2018, a partir da extração de sal-gema pela empresa Braskem, condenando 14 mil imóveis e desalojando 60 mil pessoas.

3.1 Manifestações contestatórias: coletas da incursão no campo

No dia 7 de março de 2024, realizamos uma incursão no campo de pesquisa, no intuito de estabelecer uma aproximação junto às dinâmicas de agentes estatais diante da sociedade civil, na Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia de Alagoas (CT&I), realizada no Centro de Inovação do bairro Jaraguá, Maceió. O evento foi promovido pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI-AL), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL) e mais 18 instituições, sob supervisão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MTCI). A conferência de 2024 retornou após 14 anos de inatividade, sendo a maior da história do estado e uma das maiores do país, com a participação ativa de 1.500 pessoas, entre pesquisadores, técnicos, empreendedores e sociedade civil em geral. A metodologia central do evento consistiu em oficinas com eixos temáticos específicos e organização de grupos para discussão e votação de problemas e propostas relacionados à sociedade alagoana para que fossem posteriormente entregues aos cuidados do governo estadual.

A atividade foco da nossa investigação foi a oficina 6, intitulada “Meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: soluções e propostas para mitigação dos impactos e seguridade social”. Os resultados coletados, provenientes das discussões dos grupos, evidenciam a recente contestação moral ao processo de exploração comercial do turismo litorâneo, sobretudo em relação ao nosso território de interesse, o litoral norte de Alagoas. O Quadro 1 detalha os principais temas listados pelos participantes da oficina:

Quadro 1 – Principais reivindicações encaminhadas ao governo de Alagoas na Oficina 6 da Conferência Estadual de Ciência e Tecnologia de Alagoas (CT&I), 2024

1	Ocupação turística do litoral norte;
2	Desvalorização de outras potencialidades turísticas histórico-culturais de Alagoas em detrimento do turismo de sol e praia;
3	Precariedade no monitoramento e cumprimento da legislação ambiental;
4	Expansão imobiliária agressiva na região Costa dos Corais, litoral norte;
5	Avanço comercial imobiliário no litoral;

6	Monopolização/privatização/fechamento das praias;
7	Turismo de massa;
8	Falta de um monitoramento eficiente do Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA;
9	Expulsão de comunidades costeiras tradicionais;
10	Desmatamento para construção de grandes empreendimentos;
11	Ocupação comercial, privatização das pequenas cidades costeiras e aumento no custo de vida;
12	Abandono da orla lagunar em Maceió e expansão de investimentos turísticos no litoral norte.

Fonte: elaboração própria a partir de fontes primárias, 2024.

Entretanto, um questionamento parece-nos adequado: qual o interesse de agentes do estado em apoiar eventos de natureza contestatória? Apropriamos a ideia *de carisma burocrático* de Bourdieu (2001) para exercitar uma possível resposta. Diante disso, seria esse um meio utilizado pelos atores representativos do quadro burocrático para ouvir a sociedade civil sobre criar mecanismos de contenção (logo, de re-moralização) do mercado em contestação. Uma resposta em outra direção seria pensarmos no afrouxamento das investidas estatais junto à iniciativa privada, como forma de corresponder provisoriamente a expectativas dos grupos de contestação que pressionam em busca de soluções aos riscos socioambientais. Em ambas as hipóteses, os agentes estatais receberiam de volta um *capital simbólico* de reconhecimento.

3.2 Manifestações contestatórias: cobertura jornalística local

Vieira (2021, p. 170) afirma que: “Analisar mercados contestados exige, primeiramente, foco nas controvérsias morais que trabalham para colocar a questão como alvo de disputas em torno de seu banimento ou legalização”. Dessa forma, os resultados preliminares da pesquisa com dados secundários – e que precisam ser ampliados e aprofundados em pesquisas futuras – demonstram a intensificação da cobertura jornalística local de manifestações de caráter

contestatório preocupadas com o avanço mercadológico irrestrito no litoral norte de Alagoas. Os atores sociais questionam, sobretudo, a racionalidade econômica do setor, atravessando-o por múltiplas questões morais. Entre as principais pautas observadas nas fontes consultadas, listamos:

Quadro 2 – Principais pautas contestatórias recentemente observadas em veículos jornalísticos locais

1	Livre acesso às praias – direito reconhecido pelo art. 10, da Lei 7.661/88 da Constituição Federal Brasileira (Calheiros, 2024);
2	Preservação ambiental e qualidade de vida local comprometidas por projetos de revitalização (Oliveira; Leite, 2020);
3	Expansão da infraestrutura turística com apoio ou anuência do Estado, comprometendo áreas verdes (Oliveira, 2024a);
4	Expansão de empreendimentos imobiliários, empresariais e de eventos de luxo diante da pobreza e da frágil infraestrutura dos municípios, carentes, por exemplo, em saneamento básico e abastecimento de água (Medeiro, 2023);
5	Ameaça ao ecossistema, prejudicando a subsistência de comunidades já vulnerabilizadas (Oliveira, 2024b);
6	O <i>boom</i> de condomínios, <i>resorts</i> e hotéis “pé na areia” que se propagam em Áreas de Preservação Permanente (APPs) ou em Áreas de Proteção Ambiental (APAs) (Teixeira, 2020);

Fonte: elaboração própria a partir de fontes secundárias, 2024.

Não obstante, mencionamos que as contestações morais ao mercado não são fixas (Steiner; Trespeuch, 2014) e o rol de argumentos mobilizados para contestar o mercado pode se expandir, se estabilizar ou se retrain, a depender do modo como os *agentes estatais de mercado* (centrais para a regulamentação das “regras do jogo” econômico) reagem aos apelos sociais, criando ou não mudanças nos dispositivos de comercialização dos bens contestados. Por isso, faz-se necessário uma vigilância sociológica constante, que atualize empiricamente

não apenas os processos de moralização econômica, mas, especialmente, os efeitos colaterais da contestação.

A seguir, na Figura 5, para ilustrar parte da consulta, construímos um mosaico de notícias de viés contestatório:

Figura 5 - Mosaico de material jornalístico de viés contestatório



Fonte: elaboração própria, 2024.

Reiteramos que os modelos explicativos tradicionais da economia, a exemplo das ideias de “oferta” e “demanda” ou “curvas” de crescimento e retração, são insuficientes para compreender os setores turístico-imobiliário em Alagoas. De acordo com Pimentel (2020), ao mobilizar a teoria bourdieusiana, os agentes do campo turístico precisam considerar as relações sociais (internas e externas) e que, conseqüentemente, tais relações serão responsáveis pelas formas sociais deste mercado econômico, operando na construção de suas fronteiras e regras internas. Isso posto, assimilamos o mercado turístico como um *campo social*, onde são identificadas não apenas as relações puramente econômicas que perpassam sua existência, mas as dinâmicas sociais e de aceitação e contestação do mercado, ou seja, as *violências física e simbólica* proporcionadas pelo processo de expansão econômica ao litoral e pelas disputas por um lugar no espaço das cidades.

Por fim, a literatura indica que, apesar de sua incontestável importância na geração de receitas e abertura de novos postos de trabalho para os habitantes locais (sobretudo nas chamadas “altas temporadas”), a economia do turismo precisa ser “reintroduzida” analiticamente na dimensão social, onde se pontuam e se avaliam as questões morais que

emergem da ocupação indiscriminada das áreas litorâneas. Em vista disso, deve-se considerar os efeitos prejudiciais provocados pelos setores turístico-imobiliário às comunidades locais não integradas efetivamente a esse processo (Silva *et al.*, 2024), bem como ao meio ambiente, visto a necessidade estratégica de preservação da biodiversidade costeira a partir de modelos econômicos mais sustentáveis.

4 CONCLUSÃO

Este artigo buscou apresentar um breve panorama dos elementos de expansão e, sobretudo, de contestação em torno da economia turístico-imobiliária no litoral norte de Alagoas. Os resultados coletados indicaram a intensificação de posicionamentos populares de caráter contestatório, por meio de argumentos morais que colocam à prova o avanço mercadológico irrestrito no litoral norte.

Identificamos, de maneira geral, que os setores sociais questionam a suposta racionalidade econômica autoprofessada pelos *agentes estatais de mercado* (Alves; Gomes, 2015), atravessando o mercado com múltiplas questões morais. Entre as principais pautas observadas nas fontes primárias e secundárias consultadas, estão: a preservação ambiental e a qualidade de vida local; a expansão da infraestrutura turística pelo Estado, comprometendo áreas verdes; a expansão de empreendimentos turístico

imobiliários de luxo (hotéis, *resorts*, condomínios), que contrastam com a frágil infraestrutura geral dos municípios, carentes, por exemplo, em saneamento básico e abastecimento de água; a expansão de empreendimentos turístico-imobiliários de luxo que contrastam com as desigualdades socioeconômicas das populações locais; a ameaça ao ecossistema que prejudica a subsistência de comunidades originárias; o *boom* de condomínios, *resorts*, hotéis e pousadas “pé na areia”, que se propagam em Áreas de Proteção Permanente (APPs) ou Áreas de Proteção Ambiental (APAs), acompanhadas por outras infraestruturas de consumo, como mercados, bares e restaurantes.

Como fragilidade desta pesquisa, identificamos a necessidade de estudos que expandam e aprofundem a compreensão sobre as mobilizações contestatórias das comunidades locais e se estas têm surtido efeito, no sentido de adentrar e alterar, em certa medida, os comportamentos econômicos hegemônicos. A partir disso, será possível construir um panorama mais detalhado que contemple o impacto das várias esferas sociais no mercado turístico-imobiliário.

Por fim, o reconhecimento da dimensão social na análise dos mercados pressupõe não somente uma possibilidade de transformação do conjunto do sistema de produção e consumo,

mas o desenvolvimento sustentável, a democratização da economia e da atuação responsável das instâncias de regulação. Esse é um exercício que pretende dar prioridade às pessoas sobre o capital, considerando a utilidade social e os interesses coletivos sobre os interesses particulares. Tem-se nos processos de contestação a possibilidade de incutir no âmbito econômico valores como solidariedade, cooperação, equidade e justiça socioambiental (Lévesque, 2007).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALAGOAS. Governo do Estado de Alagoas, Secretaria de Estado do Turismo. *Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)*. Maceió, 2023. Disponível em: <<https://observatorio.setur.al.gov.br/planos-e-programas>>. Acesso em: 20 set. 2024.

ALVES, Elder Patrick Maia; GOMES, Wanderson José Francisco. Mercados turísticos e desenvolvimento regional: a atuação dos agentes estatais de mercado na economia do turismo no Brasil. *Latitude*, Maceió-AL, Brasil, v. 9, n. 2, p. 343-379, 2018.

BELLO, Júlia dal. Crescimento do turismo de luxo no Brasil traz destaque para a Costa dos Milagres, em Alagoas. *Investindo Por Ai*, 11 out. 2024. Disponível em: <<https://investindoporai.com.br/crescimento-do-turismo-de-luxo-no-brasil-traz-destaque-para-a-costa-dos-milagres-em-alagoas/>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras Sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2001.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. *Política e Sociedade*, n. 06, abr., p. 15-57, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

BRANDÃO, Moreno. *Vade-mecum do turista em Alagoas*. Maceió, Brasil: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2013.

BRASIL. Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2000. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRASIL. MMA – Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio). *Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais (APACC)*. Brasília, 2000. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/>>. Acesso em: 14 de mar. 2024.

BRASILTURIS. Invest Alagoas mostra ao mercado o potencial turístico do estado. *Brasilturis*, 14 jun. 2024. Disponível em: <<https://brasilturis.com.br/2024/06/14/invest-alagoas-mostra-ao-mercado-o-potencial-turistico-do-estado/>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

BRUNO, Isabelle.; SALLE, Grégory. ‘Before long there will be nothing but billionaires!’ The power of elites over space on the Saint-Tropez peninsula. *Socio Economic Review*, v. 16, n. 2, p. 435–458, 2018.

CALHEIROS, Valdete. Em Alagoas, muitas praias são privatizadas nos 230 quilômetros de litoral. *Tribuna Hoje*, 08 jun. 2024. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2024/06/08/139377-em-alagoas-muitas-praias-sao-privatizadas-nos-230-quilometros-de-litoral>>. Acesso em: 07 set. 2024.

CARVALHO, Antônio Daniel Alves. *A estrutura de capitais dos hotéis e a ocupação do litoral de Maceió – AL*. 2022. 173 f., Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

DAMASCENA, Breno. Investimento estrangeiro impulsiona mercado imobiliário do litoral brasileiro. *Estadão Imóveis*, 29 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://imoveis.estadao.com.br/loteamento-urbano/investimento-estrangeiro-impulsiona-mercado-imobiliario-do-litoral-brasileiro/>>. Acesso em: 10 set. de 2024.

DUARTE, Rubens de Oliveira. *Laguna de encantos e desencantos*. Maceió: Edufal, 2023.

G1 ALAGOAS. Paulo Dantas destaca crescimento do turismo em Alagoas e promete aeroporto de Maragogi para 2025. *G1 AL*, 23 jan. 2024. Disponível em: <[Paulo Dantas destaca crescimento do turismo em Alagoas e promete aeroporto de Maragogi para 2025 | Alagoas | G1](#)>. Acesso em: 07 nov. 2024.

GOMES, Wanderson José Francisco. Litoral em disputa: uma análise do avanço turístico-imobiliário no litoral norte de Alagoas e suas manifestações contestatórias. *Anais do I Congresso Nacional de Ciências Sociais e Humanas (I CONCIS)*, Natal-RN, 02 de out. 2024.

GRANOVETTER, Mark. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. *RAE Eletrônica*, v. 6, n. 1, p. 1-41, jan. 2007.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAZOV, Bruno. Alagoas anuncia R\$ 3,5 milhões para entidades de fomento ao turismo. *Panrotas*, 07 jun. 2023. Disponível em: <https://www.panrotas.com.br/100xbrasil/financiamentos/2023/06/alagoas-anuncia-r-35-milhoes-para-entidades-de-fomento-ao-turismo_197293.html>. Acesso em: 1 nov. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). *Quarto Trimestre de 2023 – Referência aos meses de outubro e dezembro de 2023*. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2023_4tri.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

LEITE, Rogério Proença. Razão e cidade moderna. *Revista Brasileira de Sociologia - RBS*, v. 5, n. 10, p. 290-310, 2018.

LÉVESQUE, Beoît. Contribuição da nova sociologia econômica para repensar a economia no sentido do desenvolvimento sustentável. *Revista De Administração De Empresas*, v. 47, n. 2, 49-60, 2007.

LOLOUM, Tristan; ALEDO, Antonio. La fabrique d'un boom immobilier-touristique Tourisme et spéculation dans le Nordeste brésilien (2000-2010). *Norois*, n° 247, p. 15- 30, 2018.

MAUL, George. A; DUEDALL, Iver. W. Demography of Coastal Populations. in *Encyclopedia of Coastal Science*. Charles W. Finkl; Christopher Makowski (Orgs). Second Edition, Springer, 2019.

MEDEIRO, Carlos. Turismo exclui moradores da praia em rota de Réveillon de luxo em Milagres. *UOL*, 30 dez. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/12/30/reveillon-desigualdade-turismo-milagres-praia-alagoas.htm>]/>. Acesso em: 06 set. 2024.

MEIRELES, Cecília. *Mar absoluto*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S. A., 1983.

OLIVEIRA, Wanessa. Moradores de Guaxuma se manifestam contra obra da Prefeitura que pode ameaçar área verde. *Mídia Caeté*, 07 maio 2024b. Disponível em: <https://midiacaeete.com.br/moradores-de-guaxuma-se-manifestam-contra-obra-da-prefeitura-que-pode-ameacar-area-verde/> Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, Wanessa. Riscos ambientais: moradores da Garça protestam contra lançamento de mais um prédio à beira-mar. *Mídia Caeté*, 24 fev. 2024a. Disponível em: <https://midiacaeete.com.br/riscos-ambientais-moradores-da-garca-protestam-contra-lancamento-de-mais-um-predio-a-beira-mar/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

OLIVEIRA, Wanessa; LEITE, Lucas. Sonho que virou pesadelo: a realocação ao Centro Pesqueiro. *Mídia Caeté*, 09 mar. 2020b. Disponível em: <https://midiacaeete.com.br/sonho-que-virou-pesadelo-como-se-deu-realocacao-ao-centro-pesqueiro/>>. Acesso em: 05 set. 2024.

PIMENTEL, Thiago Duarte. O campo turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação. *Rev. Latino-Am. Turismologia/RELAT*, Juiz de Fora, v. 6, n. único, p. 1-13, jan./dez., 2020.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*: as origens de nossa época. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RODARTE, André. Litoral norte de Maceió desponta como maior vetor de crescimento da capital. *Painel Urbano*, 25 set. 2024. Disponível em: <[Litoral Norte de Maceió desponta como maior vetor de crescimento da capital - Painel Urbano](#)>. Acesso em: 06 nov. 2024.

SANTOS, Thiago Souza. *Pescadores sitiados*: pesca artesanal na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais. 2023. 83 f. Dissertação (Mestrado) – Mestrado em Sociologia, Programa de

Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2021.

SEQUERA, Jorge. *Gentrificación: Capitalismo cool, turismo y control del espacio urbano*. Madrid: Catarata, 2020.

SILVA, Juliani Borchardt da; FRAGA, Lucimary Leiria; TOBIAS, Cleber Magalhães. O turismo sob a ótica do desenvolvimento social sustentável. *Missões: Revista de Ciências Humanas e Sociais*, v. 10, n. 1, p. 01–13, 2024.

SIQUEIRA, Vanessa. Expansão imobiliária e aeroporto até 2025 mudam padrão do Litoral Norte de AL. Movimento Econômico, 12 ago. 2024. Disponível em: <<https://movimentoeconomico.com.br/economia/2024/08/12/expansao-imobiliaria-e-aeroporto-ate-2025-mudam-padrao-do-litoral-norte-de-al/>>. Acesso em: 05 nov. 2024.

STEINER, Philippe. A sociologia econômica da contestação moral. *Sociologias*, 25, e–soc125821pt, p. 1-28, 2023.

STEINER, Philippe. *A Sociologia Econômica*. São Paulo: Atlas, 2006.

STEINER, Philippe. Le don conteste. In: STEINER, Philippe; TRESPEUCH, Marie. (ed). *Marchés conteste: quand le marché rencontre la morale*. Toulouse: Presses universitaires de Toulouse, p. 251-278, 2015.

SWEDBERG, Richard. Sociologia Econômica: Hoje e amanhã. *Tempo Social*. v. 16, n. 2. São Paulo, nov. 2004.

TEIXEIRA, Edmílson. Em Milagres empresários e pousadeiros denunciam crime ambiental em plena Rota Ecológica. *Tribuna Hoje*, 19 out. 2020. Disponível em: <<https://tribunahoje.com/noticias/interior/2020/10/19/32055-em-milagres-empresarios-e-pousadeiros-denunciam-crime-ambiental-em-plena-rota-ecologica>>. Acesso em: 06 set. 2024.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo, Editora Studio Nobel/SESC, 1996.

VIEIRA, Mateus Tobias. As contestações ao mercado de armas de fogo: dispositivos Jurídicos. *Ensaio*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 165-186, 2021.

A RELAÇÃO ENTRE AS DIFERENTES FORMAS DE VENDER NA CONSTRUÇÃO DO TURISMO DO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR: Uma introdução

Ícaro Gil Oliveira de Jesus (UFBA)⁸

Resumo: O misticismo que povoa a cidade de Salvador, sua versatilidade e também sua resiliência, construídos com o passar do tempo por necessidade, agora são imortalizados em obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi que até hoje transbordam da fantasia e povoam o imaginário do que é “baiano”. Este imaginário é um dos principais pilares econômicos de Salvador, pois através do turismo a cidade angaria investimento para solidificá-lo, numa relação simbiótica entre o místico e o moderno. O objetivo deste trabalho é explorar e compartilhar entendimentos iniciais sobre uma pesquisa de mestrado em andamento, em seu início. A pesquisa de mestrado é sobre a relação das agências do Estado, comércio de classe alta e o comércio de rua na construção do turismo do centro histórico de Salvador, mas aqui cabe um trabalho já feito sobre a análise sociogenética da região e a exposição de algumas conclusões por entrevistas exploratórias e abertas. A conclusão gira em torno da importância do comércio de rua e sua constituição como “Mercado Contestado”.

Palavras-chave: Turismo de Salvador; Sociologia dos Mercados; Urbanismo, Cultura afro-brasileira.

Abstract: The mysticism that builds the city of Salvador, with versatility and also resilience of the people, made up over time out of necessity, are now immortalized in works by Jorge Amado and Dorival Caymmi that to this day overflow with fantasy the minds of who question “what is to be a Baiano”. This imaginary is one of the main economic pillars of Salvador, as through tourism the city raises investment to solidify it, in a symbiotic relationship between the mystical and the modern. The objective of this work is to explore and share initial understandings about ongoing master's research at its beginning. The master's research is about the relation between State agencies, upper class commerce agency and street commerce agency in the construction of tourism in the historic center of Salvador, but in this article it is possible to present the work already done: the sociogenetic analysis of the region and the exposure of some conclusions through exploratory and open interviews are examples of it. The conclusion revolves around the importance of street commerce and its constitution as a “Contested Market”.

Keywords: Salvador Turismo; Sociology of Markets; Urbanism; Afro Brazilian Culture.

⁸ Mestrando em Ciências Sociais pela UFBA. Contato: icaro.gil.08@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A sociologia econômica cresce em seu vigor atual questionando como a ciência econômica explica as relações de troca dentro do capitalismo através dos mercados. Karl Polanyi, ao estudar formas de economia fora da sociedade capitalista, percebe que a propensão natural do ser humano ao mercado não existe. As relações econômicas são incrustadas em relações sociais, de modo em que o mercado é uma forma de troca, uma forma específica de relação social.

A alegada propensão do homem para a barganha, permuta e troca é quase que inteiramente apócrifa. A história e a etnografia conhecem várias espécies de economia, a maioria delas incluindo a instituição do mercado, mas elas não conhecem nenhuma economia anterior à nossa que seja controlada e regulada por mercados, mesmo aproximadamente. (Polanyi, Karl. A Grande Transformação, p. 63).

A cereja do bolo, para continuar a argumentação de Polanyi, é que as relações humanas não são primariamente motivadas pela economia, e sim por motivos outros. E mais longe ainda, Polanyi afirma que esse sistema de trocas, que é próprio do ocidente, está destruindo a humanidade das pessoas em troca de uma lógica que não condiz com a realidade. Ao invés desses estudos observarem a economia sendo moldada por relações sociais, o que efetivamente é o que acontece, eles criam um modelo de humano (*homo Economicus*) em que sua lógica do dia-a-dia é somente baseada no ganho de lucro, perdendo toda a profundidade das relações sociais por si.

Quando nasce, a economia está preocupada em atender justamente essa nova conformação de trocas que transformava toda realidade vivida no momento. A conformação de mercados na idade média e seu rápido desenvolvimento clamaram por um estudo que entendesse esse novo tipo de troca, que atravessava nações, mares e unificava desejos, através de dominações de espaço ou culturas. Ao passo em que a lógica econômica se solidifica como ciência que justifica a ação do Estado na gerência de seus recursos e, portanto, também das pessoas (em torno do século XVIII com Adam Smith e David Hume), ela posteriormente vai criando um conceito de pessoa para a sociedade em que se está estudando. O desenvolvimento das teorias socialistas complexificou o campo econômico no século XIX e XX, o que gerou uma grande batalha ideológica pelos limites da economia capitalista, contemplada pelos escritos de Rosa Luxemburgo (Rosa Rosa Gomes, 2021). Depois das guerras e durante a “ameaça comunista”, a linha de estudos econômicos que se denominava “Marginalista” ganhou destaque absurdo e é a que mais opera até hoje.

Mark Granovetter busca implementar a discussão teorizando sobre a força dos laços fracos — demonstrando como as relações sociais participam diretamente de escolhas fundamentais de negócios. Basicamente, a teoria procura elucidar a magnitude dos laços fracos dentro de uma rede de laços sociais, de forma a explicar que os laços secundários ou terciários são muito mais importantes dentro das relações econômicas que os laços primários, pois a renovação da rede depende do compartilhamento de informações, requisitos, que só podem ser bem utilizados por pessoas ainda fora daquela rede (já que dentro dessas informações são básicas).

Aprofundando empiricamente, Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de Espaço Social, *Habitus* e Campo social. O espaço social é uma representação abstrata do conjunto de relações entre que compõem determinado assunto, como um mapa, indicando interesses que distanciam ou aproximam determinados agentes, outros assuntos, formas de vida, e outros pontos que interessem esse determinado assunto. Este espaço não necessariamente produz regras sobre si e para aqueles que participam, apenas é mais uma representação em que o pesquisador — ou qualquer outro leitor — conseguiria observar essas proximidades. O espaço social é basicamente um indicador de *habitus*. De acordo com Bourdieu,

Necessidade incorporada, convertida em disposição geradora de práticas sensatas e de percepções capazes de fornecer sentido às práticas engendradas dessa forma, o *habitus*, enquanto disposição geral e transponível, realiza uma aplicação sistemática e universal, estendida para além dos limites do que foi diretamente adquirido, da necessidade inerente às condições de aprendizagem: é o que faz com que o conjunto das práticas de um agente - ou do conjunto dos agentes que são o produto de condições semelhantes - são sistemáticas por serem o produto da aplicação de esquemas idênticos - ou mutuamente convertíveis - e, ao mesmo tempo, sistematicamente distintas das práticas constitutivas de um outro estilo de vida. (Bourdieu, Pierre. A distinção: crítica social do julgamento. p. 163).

Estrutura estruturante, pela própria estrutura social impor determinada pressão ao indivíduo ou grupo, o *habitus* também faz parte da estrutura estruturada, pois os indivíduos ou grupos que constroem a sociedade e não são limitados à força da estrutura, capazes de movê-la quando possível.

O curioso é que determinadas partes do espaço social, por terem semelhanças quanto às pessoas que têm interesse por determinado assunto, acabam produzindo *habitus* parecido. Assim, surge um outro conceito, mobilizado pelos pesquisadores para entender um lugar circunscrito ao espaço social: o de campo social. Este conceito é constituído de regras (doxa) próprias, produzidas por agentes que dominam o campo (ortodoxos), mas disputadas por aqueles que buscam entrar ou tomar o lugar dos dominadores do campo (heterodoxos e

dominados). A disputa entre esses dois tipos de agentes, representada pela conquista de capitais (outros além do econômico) que estruturam determinado campo, é o mais importante para observar, pois isso que movimenta o campo, que o desestrutura, que é a base para a produção de regras. Para Bourdieu, os campos são principalmente de dois tipos: cultural e econômico.

O campo econômico é muito especial para Bourdieu porque o rompimento de Polanyi com Marx na questão em que o econômico que movia o mundo — Polanyi diz que a economia é subordinada das ações sociais — faz o autor entender o impacto da ciência econômica para compreender a sociedade (de forma negativa). De acordo com Bourdieu, a linha marginalista de estudos sobre a economia criou uma fantasia no lugar do estudo da realidade social, pois não partia da realidade e sim de indagações e planejamentos somente matemáticos. Fantasia essa que deixava uma lacuna para os estudos do que realmente estava acontecendo no mundo econômico. O campo econômico, portanto, estuda não somente a atuação da ciência econômica como também o que é de seu interesse, mas de forma mais social ou abertamente “antropológica”.

Para romper com o paradigma dominante, que se esforça para atingir o concreto pela combinação de duas abstrações — a teoria do equilíbrio geral e a teoria do agente racional —, é preciso, assumindo a historicidade constitutiva dos agentes e de seu espaço de ação numa visão racionalista ampliada, tentar construir uma definição realista da racionalidade econômica como encontro entre disposições socialmente constituídas (numa relação a um campo) e as estruturas, elas mesmas socialmente constituídas, deste campo. [...] Mais concretamente, são os agentes, isto é, as empresas, definidas pelo volume e a estrutura do capital específico que possuem, que determinam a estrutura do campo e, assim, o estado das forças que se exercem sobre o conjunto (comumente chamado “setor” ou “ramo”) das empresas engajadas na produção de bens semelhantes. As empresas exercem efeitos potenciais que variam em sua intensidade, lei de decréscimo e direção. Elas controlam uma parte do campo (fatia do mercado), tanto maior quanto seu capital for mais importante. (Bourdieu, Pierre. *O Campo Econômico*. p. 23-24).

Além das empresas, sua discussão sobre o neoliberalismo proporciona entender como o Estado dita regras e cria o comércio por si. Assim como a economia é social, o comércio é uma criação principalmente do Estado junto a agentes que querem explorar economicamente determinada área. Este seria, portanto, o facilitador. A ideia de “mão invisível do mercado” que cria demandas e ofertas, que ajusta vontades das pessoas e possibilidade de compra, é uma “fachada” para a atuação direta do Estado dentro das relações econômicas.

Mais do que para qualquer outro mercado, Bourdieu mostra que o Estado determina as regras de funcionamento do mercado da casa própria “por meio de toda uma regulamentação específica que se junta à infra-estrutura jurídica (direito de propriedade, direito comercial, direito do trabalho, direito dos contratos etc.) e à regulamentação geral (controle dos preços, enquadramento do crédito etc.)” (Idem, p.

116)18. A intervenção do Estado no campo econômico exerce-se, portanto, essencialmente por meio do direito. (RAUD, Cecile. Bourdieu e a nova sociologia, p. 214).

Claro que o impacto do capitalismo já estava claro para os autores anteriores, mas Bourdieu analisa que ao passo em que a economia é intrinsecamente associada à vida social, a razão econômica de números e estatísticas que não refletem diretamente a realidade, mas uma esperança dos economistas de como a sociedade deveria se comportar, tornando uma parte do uso desses dados mais um argumento do que um fato. A Sociologia Econômica, portanto, aparece como alternativa para entender o mercado, diferente da ciência econômica.

Herdando e participando desta discussão de teoria econômica, Philippe Steiner aparece para aprofundar as análises dos mercados. Partindo do ponto em que Bourdieu demonstra a relação entre os mercados e o Estado, o autor investiga como o Estado produz o mercado e quais são os tipos dessas relações. Dentre sua bibliografia, a análise sobre mercados contestados é de fato um dos pontos principais para desenvolver este trabalho.

Para Steiner, todo mercado está intrinsecamente associado ao Estado, direta ou indiretamente, e especialmente aqueles mercados que não são moralmente ou legislativamente permitidos. Estes também possuem seus tipos de regulações e conformações que, ao mesmo tempo, dificultam o mercado de agir, também criam seu lugar, seus códigos, sua forma de existir.

¿Es susceptible el mercado a un enfoque moral? La respuesta más común explica que el intercambio mercantil contiene su propia norma —la utilidad o la eficiencia—sin hacer referencia a ninguna norma moral. Este argumento se puede encontrar tanto entre economistas cuando se preocupan por defender la autonomía de su saber y de sus propuestas, como así también entre sus adversarios, como cuando, bajo la lógica de la reflexión de Karl Polanyi, el sistema de mercados se describe como autorregulador (1982). Un encuentro entre la moral y la economía mercantil considerada como amoral es ciertamente posible, pero es concebido como el choque de dos mundos extraños. Una segunda respuesta es, sin embargo, factible: la actividad mercantil y el discurso económico producen y justifican un orden moral específico, una forma de grandeza tal como la entiende la economía de las convenciones. (STEINER, Philippe, TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 137).

E é nessa área, nessa chave analítica, em que este trabalho está inserido. Partindo do ponto da cidade de Salvador, seu misticismo, sua versatilidade e também sua resiliência, construídos com o passar do tempo por necessidade, agora são imortalizados em obras de Jorge Amado e Dorival Caymmi que até hoje transbordam da fantasia e povoam o imaginário do que é “baiano”. Este imaginário é um dos seus principais pilares econômicos, pois através do turismo a cidade angaria investimento para solidificá-lo, numa relação simbiótica entre o

místico e o moderno. O mercado turístico é constituído principalmente por três esferas: a atuação do Estado, que gere o território, promovendo viabilidade para que os comércios existam e se mantenham; a atuação dos grandes capitais privados do turismo, como redes hoteleiras, promotores de eventos ou empresas gestoras de turismo; e o comércio de rua, crucial para a construção da imagem simbólica de Bahia e para a existência das pessoas que moram na região.

Este é um pedaço de um projeto de mestrado em andamento, com análises incipientes sobre as repercussões das transformações no turismo do Centro Antigo de Salvador e as práticas socioeconômicas de agentes tradicionais e novos investidos neste espaço. É uma construção histórico-simbólica do turismo de Salvador e uma análise da relação entre os três componentes que constituem o espaço social do turismo do centro antigo de Salvador hoje. Aqui está uma parte da análise histórico-simbólica do assunto, aplicações de campo e funcionamento desta economia hoje, além de um pouco dos seus impactos para Salvador e para a sua população.

2 PARTE HISTÓRICO-SIMBÓLICA

Assim como bem fala Polanyi em seu livro, ao estudar a história, não se procura apenas constatar a história ou o próprio passado, mas “com o único objetivo de lançar luz sobre assuntos do presente”. A historicização dos objetivos de pesquisa é um assunto muito importante para o estudo da sociologia econômica, pois não basta caracterizar os agentes no espaço, mas principalmente investigar suas disposições, seus interesses e os dilemas que, com o tempo, proporcionou mudanças que agora são traços inegáveis. Assim, como este trabalho possui um apelo muito forte econômico e cultural, também será necessário voltar um pouco ao passado para que se possa compreender melhor o presente.

Primeira capital do que viria a ser Brasil, Salvador foi criada como uma fortaleza para defender os interesses da monarquia portuguesa e fez parte do centro dos interesses de Portugal por um período longo, seja por sua importância administrativa ou por ser um dos maiores portos de escravizados do mundo. Apesar de perder prestígio durante o século XVIII, perdendo o posto de capital para o Rio de Janeiro, Salvador sempre foi singular em questão de transformação, principalmente durante o século XIX. Este século foi marcado por grandes mudanças que geraram consequências muito fortes para Salvador. A abertura dos portos, vinda e possibilidade de comércio com estrangeiros (majoritariamente portugueses e ingleses), proibição do tráfico de escravos e, posteriormente juntamente com diversas leis que a atenuavam, a abolição da escravatura.

O Largo do Pelourinho (oficialmente Praça José de Alencar) foi, entre 1808 e 1835, o pilar onde eram supliciados os escravos pela justiça. Durante a maior parte do século XIX, essa área da Cidade Alta foi local de moradia dos senhores de engenho, desembargadores e grandes negociantes (cf. Mattoso de Queirós, 1992). A partir de meados daquele século, iniciou-se o deslocamento da alta classe da cidade para a zona sul (especialmente para o bairro da Graça e Corredor da Vitória), o que fez com que a área passasse, paulatinamente, a ser local de moradia dos setores mais baixos da escala social. [...] O Centro Histórico de Salvador, assim, foi sendo abandonado pelas classes privilegiadas que ali moraram, sem, no entanto, sofrer grandes mutilações ou ataques ao patrimônio arquitetônico nele localizado, dada a falta de recurso da cidade, consequência de sua posição periférica em relação aos grandes centros do país (Rio de Janeiro e São Paulo).

A tomada do centro histórico pela população preta e mais pobre não foi de supetão. Há séculos não somente os ricos e brancos moravam na região, mas principalmente os pobres e os pretos. O século XIX também foi marcado por algo bastante singular: o “ganho” ou o “mercar”. Homens e principalmente mulheres pretas trabalhavam extra nas ruas de Salvador ganhando dinheiro que seus patrões permitiam que guardassem uma parte para eles.

A pequena produção desses pomares era comercializada nas chamadas “quitandas”. Estas quitandas eram localizadas em diversos pontos da cidade, como no bairro da Praia, no Terreiro de Jesus e em São Bento, e eram o destino natural da população da cidade quando o assunto era comprar o que comer, cabendo ressaltar que, na maior parte delas, as comerciantes eram mulheres negras. E como a cidade não possuía alternativas de trabalho, o comércio de rua passou a permitir a manutenção e sobrevivência de uma parte da população (Mattoso, 1978). Ainda no que se refere ao ato de comer e ao ato de mercar, também circulavam pelas ruas da cidade diversos “vendedores ambulantes” negros e negras, ofertando comidas como mocotó, caruru, mingau, doces diversos, acaças e acarajé, entre outros pratos, feitos por negras livres e escravizadas, que vendiam para si e para seus senhores, saciando a fome de trabalhadores e passantes. A quitanda e a venda ambulante faziam parte de um comércio bastante similar, que integravam o “pulsar” das ruas da cidade. (Souza, Adriana França. *Tabuleiros e Negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador*. p. 24).

Quituteiras, lavadeiras, ganhadeiras tomavam as ruas de Salvador, criando um circuito de vendas já lucrativo naquela época. Conforme essas mulheres ganhavam maior liberdade financeira, seus negócios cresciam e isso é perceptível em posturas da época, que citavam tabuleiros com mais de 6 mulheres e adolescentes trabalhando, por exemplo. Crescimento econômico esse inclusive contemplado pelas famosas “jóias de crioulas”, belos artigos portados por mulheres pretas que indicavam prestígio dessas na época, mas também com significado religioso. O “Ganho” atravessou décadas, séculos e possui relevância até hoje nos movimentos econômicos do centro de Salvador.

Continuando a história, como já foi dito antes, uma das atividades mais lucrativas de Salvador eram seus portos, que principalmente negociavam pessoas escravizadas. Ao passo em que o tráfico de navios negreiros foi impossibilitado pela Lei Eusébio de Queiroz, as atividades

econômicas de Salvador caíram muito, tornando a cidade refém da exportação da produção extrativista do interior do Estado e dos negócios que se acordavam em seus portos. O Centro da Cidade, que continuava sendo o centro econômico e administrativo, era considerado cada vez mais impugnado pelas elites, que, depois de epidemias que assolaram a cidade e também por conta da grande população preta que existia ali, abominavam a região — situação que perdurou por décadas. Grandes reformas acometeram a cidade, como o primeiro aterramento da cidade baixa e a criação do bondinho, e a própria população de Salvador cresceu enormemente, transformando a cidade mesmo sem maiores investimentos federais ou externos. A economia de Salvador, num resumo, esfriou.

Após alguns parques desembarques de africanos, em pontos afastados dos principais portos brasileiros, o “tráfico culpado” cedeu lugar ao “comércio inocente” de azeite de dendê, palha da Costa, sabão da Costa e outros gêneros. O porto de Salvador que, até então, supria satisfatoriamente as necessidades da economia local, ia gradualmente tornando-se obsoleto para atender à crescente frota de navios a vapor que chegava à cidade. (Santos, Flávio Gonçalves dos. Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937. p. 26).

Na década de 1950 há uma mudança nisso. A atuação política do Brasil no mundo internacional desfavorecia o mercado extrativista que segurava o estado da Bahia no momento. A economia da Bahia se encontrou em xeque quanto teve que disputar com parceiros econômicos e culturais de tanto tempo: os países de África. A relação entre o continente africano e o Brasil sempre foi muito próxima, especialmente na economia. No século XIX os soteropolitanos tinham um trânsito de objetos litúrgicos diretamente de África através dos navios negreiros (Gonçalves Dos Santos, 2013), em meados de 1930 lançava-se pretextos para a criação do mito de democracia racial, juntamente com a vinda de teóricos especializados para entender essa “singularidade” brasileira. Em 1950-1960, os governos de Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros estavam estreitando os laços com os países de uma África em guerra por liberdade, ao mesmo tempo que competiam pelo mesmo mercado de itens de primeiro setor.

Se, no início dos anos sessenta, surge uma proposta de uma “aliança do cacau”, visto que o produto brasileiro entrava em crise de exportação, no final dessa década, a produção e exportação do cacau constituíam o que se poderia chamar de ponto suscetível nas relações entre o governo brasileiro e países africanos. Nesse clima de concorrência surgem críticas, deveras irônicas, das elites baianas, inclusas aquelas produtoras de cacau, e da imprensa para com o governo brasileiro e os países africanos.[...] E se esse fato se manifesta no discurso das elites produtoras de cacau, também aparece no discurso das elites políticas baianas [...] (Santos, Jocélio. O poder da cultura e a cultura no poder. p. 37-38).

Ao mesmo tempo, Salvador, mergulhada na estagnação econômica e o governo da Bahia, temendo quebrar economicamente, apoiam-se de financiamentos federais que previam o desenvolvimento da Bahia e do Nordeste, como a vinda da Petrobrás. A cidade de Salvador começou a planejar propostas de investimento e uma delas que parecia muito consistente na época era o mercado turístico. Salvador, então, se reformou para conseguir adentrar nesse jogo de “lugar turístico”: novas avenidas, construções de túneis, integração maior do centro da cidade com outras partes que ela não tinha tanto contato antes. O turismo já existia na região, mas de forma muito incipiente.

A primeira onda de turismo em Salvador data na criação pela Prefeitura de Salvador da Secção de Turismo no Arquivo Público de Salvador, em meados da década de 1930. Em meio a um mundo em guerra, uma Europa conflituosa e cada vez mais destruída e uma flexibilização cada vez maior do trabalho, o turismo nasce como forma a dar descanso ao trabalhador (turismo de massa) e também para apresentar o “pré-moderno” ou “pitoresco” às elites do norte global, horrificadas com as guerras (Kelsch, 2018). No entanto, carecendo de maior investimento infraestrutural ou de planejamento mais robusto, o turismo de Salvador era muito novo e pouco utilizado.

Nesse momento, na incipiente indústria do turismo não havia ainda a preocupação com a construção de uma imagem turística da cidade. Somente em 1952, a prefeitura municipal veicula o Roteiro turístico da cidade do Salvador, o primeiro material institucional produzido para a atividade turística, que começa a se dinamizar a partir do meado dos anos cinqüenta. Em 1955, Salvador sedia o III Congresso Nacional de Turismo e a Diretoria Municipal de Turismo lança o primeiro Plano Diretor de Turismo do país. Algumas estratégias desse Plano indicam uma intenção de construir uma imagem para a cidade. (Guerreiro, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. p. 8).

No planejamento do turismo há também um encontro de interesses entre os intelectuais e o Estado. Enquanto que os intelectuais da época estavam estudando a “gloriosa” democracia racial, e tentando comprová-la, o Estado brasileiro estava transformando aspectos culturais de matriz africana como parte da identidade nacional. Além dessa ação em conjunto, autores como Jorge Amado e Dorival Caymmi, o fotógrafo Pierre Verger, o multiartista Carybé, e outros artistas da época, importaram a imagem e a descrição da Bahia para o mundo. Criando, assim, uma tríplice para constituir o significado simbólico de Salvador, não para somente justificar a desigualdade social que estaria “amenizada” pelo mito do pacto racial, mas também para fazer da cidade uma mercadoria. Assim, diversas manifestações culturais e simbólicas se tornaram muito maiores do que eram e novas também surgiram com o apoio do Estado. O Ilê Aiyê no Curuzu, posteriormente o Olodum no Centro, as estátuas de Félix Sampaio e Tati Moreno no

Dique do Tororó, o tombamento dos terreiros Casa Branca (Ilê Àṣẹ̀ Ìyá Nassô Ọ̀ka) e o terreiro de Gantois (Ilê Iyá Omi Axé Iyamassê), a sereia de Itapuã, a cruz caída, entre outros.

É importante deixar registrado que essa valorização sempre foi paradoxal. Simultaneamente ao se valorizar a cultura de matriz africana e introduzir a ideia que Salvador é uma cidade mística parada no tempo, a modernização da cidade adentra e transforma tanto os lugares quanto as pessoas. Enquanto se vende a espiritualidade e o místico, Salvador continua se transformando e cada vez mais se industrializando. Mesmo que a religião de matriz africana ainda fosse considerada pelas elites baianas como “religião de preto” e criminoso (SANTOS, 2005), ainda assim esse esforço foi muito importante para a posição de destaque dessa cultura dentro da sociedade baiana, de forma a assumir e demonstrar ser parte principal do desenvolvimento soteropolitano.

Também é importante notar que, apesar de já existir lei coibindo o racismo de acontecer, ainda assim existiam diversas situações racistas dentro da sociedade daquela época. Questões que foram escancaradas aos estudantes de África que vieram estudar em Salvador, questões que são comprovadas em manchetes e atas discutidas em jornais, questões que mostram que o sentimento de repulsa criado no século passado pela região do Centro ainda persistia — devido justamente à população que supostamente lá vivia: “pretos, prostitutas, bêbados e homossexuais”. Acontece, portanto, um processo de descentralização de Salvador durante a Ditadura Militar. Constrói-se o CAB (Centro Administrativo da Bahia) longe do Centro da cidade, o terminal rodoviário do Iguatemi, também relativamente distante, Centro Industrial de Aratu (CIA) bem longe do centro (devido à geografia da cidade) e também os portos de Aratu, reforma a cidade baixa para poder se transitar sem ir para a cidade alta, um bairro completamente planejado para as elites da época (Pituba), etc. A área do centro, por fim, começou a se tornar verdadeiramente “marginal”.

O resultado da descentralização foi um processo de marginalização e deterioração do Centro Histórico, ao que foi somada uma intensa campanha pública que o associava com a pobreza, a marginalidade e a prostituição. O preconceito foi fundamentalmente veiculado pela mídia (sobretudo jornais) que, no final da década de 60, descrevia essa área como um lugar de ruínas, vadiagem, desordem, ruas de marginais, como a “*parte negra da cidade*” (Carvalho Santos Neto, 1991). Como Gey Espinheira (1989) provou, a prostituição ocupava 40% da população do Maciel, em 1970, mas só 3% da população em 1983. Assim, conforme salientam Simões e Moura (1985: 44) “*o ‘pecado’ maior do Maciel não é a prostituição ou o vício, mas a pobreza, que ocupa o espaço que o grande capital quer tomar*”. (Uriarte, Urpi. Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de “Recuperação” dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito. p. 76).

Então acontece um dos maiores marcos atuais da cidade de Salvador: a reforma do centro histórico de 1992. Em 1985, a UNESCO (Organização da Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) tomba o centro histórico, proporcionando maior investimento para a preservação e cuidado da região. Com este investimento, juntamente com o dinheiro que o governo ganharia vendendo as casas absorvidas, o governador da Bahia na época, Antônio Carlos Magalhães, realizou uma grande reforma do centro histórico com o objetivo justamente de revitalizar e reestruturar a área, já considerada degradada. A obra se dividiu em sete etapas, cada etapa cobriria uma parte da região: primeiro foi o Pelourinho, parte do Taboão e Baixa dos Sapateiros, seguindo para o começo do Carmo, terceira etapa foi a continuação da primeira na ponta da Baixa dos Sapateiros, a quarta parte foi a região do Terreiro de Jesus, quinta e sexta parte cuidaram da Praça da Sé e do entorno da Ladeira do Carmo. A sétima etapa, que representa uma parte majoritariamente residencial entre a Baixa dos Sapateiros e o Palácio da Prefeitura, não foi completada devido à “falta de dinheiro” do governo e por um acordo que os moradores forjaram entre si e com o próprio governo.

O Programa tinha por objetivo, segundo o discurso oficial, a revitalização e reestruturação urbana, criando um centro de atração turística e de atividades de lazer e diversão. Esta inclusão do Pelourinho no projeto turístico fez com que obras de restauro e reabilitação dos edifícios históricos fossem iniciadas, modificando as dinâmicas anteriores que ali ocorriam, introduzindo novos usos e contra-usos na área gerados pelas novas relações entre a atividade turística e a atividade cotidiana. (Braga, Paula; Junior, Wilson. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. p. 24).

Durante essa reforma, estima-se que mais de 90% da população que morava nessa região foi expulsa de diversas formas. O povo do Centro Histórico sobreviveu sempre como pôde, passando por movimentos, manifestações e greves, sofrendo em parte pelo descaso do Estado e em parte pela exclusão ou expulsão ativa que o Estado promoveu e promove até hoje, seja com o IPHAN (Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural Nacional) e o IPAC (Instituto de Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia) demarcando casas e retirando as famílias dos lugares, seja com violência policial direta contra a população de rua e seus mercados (Urpi, 1999). O fato do envolvimento dos mercados de especulação imobiliária torna toda questão de requalificação urbana em xeque, considerando o porquê ou como está acontecendo essa requalificação e essas reformas produzidas pelos IPHAN, IPAC e Conder (Companhia de Desenvolvimento da Bahia).

As pessoas que resistiram na região, muitas delas concentradas na sétima etapa, mas somadas com outras partes vizinhas, como a Ladeira da Preguiça ou a Gamboa, tinham sua

forma de sustento com o próprio “ganho” ou “mercar”, herdado por gerações que ainda movia as ruas e as pessoas da região. Ao passo em que as ruas mudam, que as pessoas saem da região, e novas formas de economia adentram a região pelo turismo, o que já existia sofre com a mudança e cria mecanismos para continuar pertencendo e resistindo na região. Quando o Estado torna o comércio de rua informal, obrigando os trabalhadores já marginalizados pela mídia e pelo próprio Estado a ou saírem da região (tomada por mercados que não os contratam) para trabalhar, ou trabalharem informalmente, este tipo de comércio se adequa aos parâmetros de Steiner como contestado.

Essa dialética é suportada pelo Estado nos dois lados: pela negociação e revitalização do centro para encaixar esses novos mercados turísticos, mas ao mesmo tempo, seja para manter a ideia de “Bahia negra” ou para realmente embasar essa resistência dos mercados populares de rua, o Estado cria cursos, abre atividades, investe em editais para festas populares criadas pela própria população. A mesma mão do Estado que legisla impedindo o comércio informal de rua de permanecer em determinado lugar na área do centro é a mão que saúda a cultura de matriz africana dentro do centro. A mesma mão que expulsa a população de várias formas diferentes de suas casas é a mão que apoia as baianas de acarajé pela cidade. O que gera um questionamento quanto à relação entre esses três agentes: os mercados privados que adentram a região, os comerciantes de rua e a múltipla atuação do Estado.

Atualmente, no entanto, o turismo de Salvador ganhou uma nova roupagem. Se antes a religião e cultura afro-baiana que as elites suportavam eram o destaque para a produção da imagem do turismo de Salvador, agora a própria pessoa preta e suas diversas produções, consideradas marginais, começam a compor esse significado por completo. Seja na música, com o pagodão baiano, seja na arquitetura dos bairros periféricos ou até mesmo em sua história, seja na culinária de casa de família ou até mesmo nas roupas e forma de falar. Este assunto requer uma observação mais profunda, a qual não será possível realizar no mestrado devido ao tempo escasso.

3 SOBRE OS AGENTES HOJE NO CAMPO E O FUNCIONAMENTO DA ECONOMIA TURÍSTICA NA REGIÃO

Por esta pesquisa ainda estar em andamento, a pesquisa de campo ainda é incipiente. O que será disposto neste subcapítulo serão análises de uma pesquisa de campo exploratória realizada entre os anos de 2023 e 2024, com uma caracterização de agentes principais envolvidos no planejamento da região e alguns fatos a os acometem.

Como a região possuiu e possui diversos conflitos, que mobilizam os moradores a ocupar casas, transformando ela de forma urbana e comercialmente, as organizações de moradores devem ser contempladas neste trabalho. São essas lideranças que lutam para viver e permanecer morando, andando e trabalhando no Centro Antigo. Elas são a parte principal que praticam ainda hoje o “mercar” e entendem como funcionam diferentes tipos de comércio dentro do lugar, como também participam. Portanto, ao entender o peso de trabalhar para se manter no lugar, as lideranças também lutam pela oportunidade de trabalho – e observam de perto as mudanças que acontecem. A verdade é que essas mulheres conhecem a história e a cultura da região porque vivem ela.

Elas, no entanto, não representam todos os trabalhadores, que advêm de diversas partes dessa região em busca de diversas formas de ganhar dinheiro. As ruas sempre foram de extrema importância para a produção da economia da região, de maneira em que a legislação chegou muito depois do próprio uso das ruas pelos moradores. De acordo com Philippe Steiner e Marie Trespeuch, no entanto,

La estrategia de investigación seguida aquí es diferente: en lugar de investigar las modalidades de acuerdo interpersonal entre los participantes de transacciones íntimas, se trata de dar cuenta de los dispositivos mercantiles que hacen posibles esas transacciones. En lugar de ver un continuum entre los mercados legales e ilegales, el enfoque de los mercados cuestionados mantiene la especificidad del mercado en el sentido legal del término para examinar la manera en que los mercados dan lugar a los cuestionamientos morales. Las formas ilegales de transacciones son, sin duda, arenas sociales en las que las transacciones tienen lugar, pero estas últimas no están regidas por una “lucha formalmente pacífica”, para emplear los términos a través de los cuales Max Weber caracterizó la competencia (Steiner, Philippe, TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 136).

Logo, para investigar esse tipo de mercado, é necessário entender como ele se mantém e o que mantém ele vivo. Mais do que isso, até: existe uma forma de permanência deste mercado no espaço porque há a possibilidade dele existir. Mesmo quando as regras o constingem, ele cria suas próprias regras. Um exemplo muito claro disso é a reação dos comerciantes de rua à lei que permite apenas credenciados a ter uma barraca ou comércio fixo na região do centro. Para burlar esse sistema, que é comentado ser muito difícil de integrar, os vendedores colocam seus produtos em lugares móveis, como pequenas carroças. Assim, eles se movem quando quiserem, rodando a região ou fugindo quando necessário, e não precisam do credenciamento do governo.

O mais curioso desta situação entre mercados de rua e mercados mais chiques é que eles, apesar de competirem entre si pelo território e pelos consumidores, possuem dinâmicas

diferentes e ocupam lugares diferentes, compondo não dois lados de uma moeda, mas duas moedas. Interagindo com um fluxo contínuo e atendendo a demandas diferentes. Os autores anteriores também comentam um pouco sobre esse tipo de relação.

No obstante, las posturas no son simples ni fijas: al mismo tiempo que se despliegan controversias a propósito de esos mercados, a veces se observan alianzas inesperadas entre categorías de actores cuyos intereses y valores pueden parecer irreconciliables a priori. Esto todavía se debe a los efectos anticipados, en particular económicos, que suscita la creación de esos mercados específicos. Así, entre las alianzas originales veremos a los pescadores de salmón adoptar las posiciones ecológicas de una ONG para contrarrestar la comercialización de salmones transgénicos y la competencia potencial que ello representa, o bien, en 1975, al ala progresista del gobierno de Giscard D'Estaing defender, junto a los realizadores y productores de cine pornográfico, la difusión libre de esas películas, para gran disgusto de diputados más conservadores y de agrupaciones feministas. Los registros de impugnación se desplazan y las posiciones evolucionan entonces a favor de estas alianzas (permanentes o circunstanciales), con opositores al mercado que a veces incluso contribuyen a la definición de un compromiso mercantil aceptable (Steiner, Philippe, Trespeuch, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. p 139).

Os agentes estatais consistem no aparato turístico que permeia a região, desde a parte legislativa que delimita as regras sobre o comércio legal e ilegal, passando pelas revitalizações e reformas do centro relacionadas a acordos entre o público e privado, até a produção ideológica, física e econômica do centro. Estes são: Secretaria de Turismo e Secretaria de cultura, Secretaria de desenvolvimento, IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IPAC (Instituto do Patrimônio artístico e Cultural da Bahia), Conder (Companhia de Desenvolvimento Urbano do estado da Bahia), Fundação Mário Leal, produções acadêmicas e de gerência da faculdade de Arquitetura da UFBA, SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), editais de intervenção cultural planejados por instituições próximas do centro, atuação policial e eventos filiados a estes. A agência do Estado, por se tratar de múltiplas visões e fatos, acaba por também tocar em múltiplos fatores, mas o mais interessante é que são eles que mantêm os mercados vivos, mesmo dentro de tantos conflitos.

A agência do Estado cai como uma luva, avaliando determinados agentes e gerindo o campo para que a disputa possa existir, claro, sob uma vantagem dos mercados que eles mesmos dão maior possibilidade de agir porque também geram mais dinheiro.

Sem perder o foco também da produção simbólica da região e sua relação com o comércio. Devido à pandemia, há um impulso muito grande do turismo. Salvador em 2024 conseguiu números históricos de arrecadação e vinda de turistas durante o verão (Janeiro-Março). Tornou-se o lugar mais procurado por turistas brasileiros e um dos mais procurados por turistas internacionais. Pessoas entrevistadas indicam que essa explosão modificou o

turismo da região: enquanto que antes estava sendo algo mais religioso e espiritual, hoje as festas e o fervo são o tema principal da vinda dos turistas, o que faz também o Estado transformar a região para o mercado de eventos. Largos públicos que antes ao tocar uma banda cobravam apenas sua manutenção, agora cobram para artistas de impacto nacional. Palcos são montados na ladeira íngreme do Pelourinho, o que faz outras pessoas que consumiam o turismo anterior e também os comerciantes já acostumados com um espaço mais vazio, se questionarem sobre a viabilidade e também o porquê da mudança.

4 CONCLUSÃO

Novamente ressaltando, este é um trabalho que antecede uma pesquisa de mestrado ainda em seu início. Ainda assim, pode-se concluir determinações interessantes com os dados já coletados.

Primeiro, apesar de moderna, Salvador continua sendo mística. Entre mundos e muros de muitas cidades dentro de uma. Guardando múltiplos significados para ela mesma e para seu povo, estes independentes de uma criação teórica ou de propaganda, Salvador ainda reinventa sua identidade independentemente e o turismo de Salvador acompanha essa produção, querendo capitalizar um potencial crescente de pura cultura e desenvolvimento contínuo.

O turismo de Salvador possuiu duas fases: primeiro a pré-planejamento do espaço, onde Salvador se transformava lentamente, ainda na estagnação econômica. Depois planeja-se o turismo cultural de Salvador, onde já se constitui uma imagem simbólica e um caminho demarcado para o turismo. Conforme o tempo passou, a cidade ficou cada vez mais turística, como novas atrações, novos investimentos, novos eventos e novos usos do solo. O turismo hoje já está muito diferente do que foi em princípios de seu planejamento, diferente o suficiente para pensar sobre um turismo novo em Salvador.

O comércio de rua é um comércio contestado, de forma em que a marginalização impacta negativamente a moral. Esse impacto foi forte o suficiente para que o comércio de rua fosse proibido sem um credenciamento. O credenciamento é difícil de conseguir, o que obriga muitos comerciantes a continuarem ilegais. Por mais que haja uma ação muito forte da SEMOP (Secretaria Municipal da Ordem Pública) em constranger esses mercados no centro, em períodos de festa, eles não são estrangulados. Moradores, inclusive, montam seus próprios negócios na frente de suas casas.

Para concluir esta análise é necessário maior estudo, mas há indicações que a relação entre esses três agentes é de disputa constante por espaço e por voz, mas ao mesmo tempo eles se mantêm num fluxo contínuo.

REFERÊNCIAS

- RAUD, Cécile. *Bourdieu e a nova sociologia econômica*. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 203-232, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ts/article/view/16703>>. Acesso em: 19 set. 2024.
- SANTOS, Jocélio Teles dos. *O poder da cultura e a cultura no poder: a disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil*. EDUFBA. 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.7476/9788523208950>>. Acesso em: 19 de set. de 2024.
- PIMENTEL, Thiago Duarte. *O Campo Turístico: uma perspectiva sócio-política para estudar a ação e sua estruturação*. *Revista Latino-Americana de Turismologia*, [S. l.], v. 6, n. 1, 2020. DOI: 10.34019/2448-198X.2020.v6.33132. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/rlaturismologia/article/view/33132>> . Acesso em: 20 de set. de 2024.
- URIARTE, Urpi Montoya. *Intervenções recentes em centros históricos: as políticas de "recuperação" dos centros históricos de Salvador, Lima e Quito*. CEAS (Centro de Estudos e Ação Social). Salvador, 2003.
- PINHO, Osmundo Santos de Araújo. "A BAHIA NO FUNDAMENTAL": Notas para uma Interpretação Do Discurso Ideológico Da Baianidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* - vol. 13, Nº36. São Paulo, 1996.
- SOUZA, Adriana França. *Tabuleiros e Negociações: negras e mestiças nas ruas de Salvador*. 2014. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/15674>>. Acesso em: 23 set. 2024.
- STEINER, Philippe; TRESPEUCH, Marie. Introducción a Mercados cuestionados: cuando el mercado se enfrenta a la moral. *Revista de Estudios Sociales*, [S. l.], n. 84, p. 133–147, 2023. DOI: [10.7440/res84.2023.08](https://doi.org/10.7440/res84.2023.08). Disponível em: <https://revistas.uniandes.edu.co/index.php/res/article/view/7963>. Acesso em: 28 nov. 2024.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. 2º ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- MONTEIRO, Cristiano; LIMA, Raphael. Embeddedness e disembeddedness na sociologia econômica em três tempos. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 43–67, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2238-38752021v11i1>. Acesso em: 28 nov. 2024

BOVO, Cassiano Ricardo Martines. A contribuição da teoria da rede social, de Mark Granovetter, para a compreensão do funcionamento dos mercados e da atuação das empresas. *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 135-151, 2014.

FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L.. A sociologia dos mercados. *Caderno CRH*, v. 25, n. 66, p. 481–504, set. 2012.

SIMMEL, Georg. “O dinheiro na cultura moderna” [1896]. In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade*. Brasília: UnB, 1998.

LIMA, Márcia. “O uso da entrevista na pesquisa empírica”. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo*. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP, p. 24-41, 2016.

_____. Intervenções recentes em Centros Históricos: as políticas de recuperação dos Centros Históricos de Salvador, Lima e Quito. *CADERNOS DO CEAS*, Salvador, v. 208, p. 73-92, 2003.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Nordeste turístico e políticas de ordenamento do território*. E-book. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2016. 83 p. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/22051>. Acesso em: 30/09/2023.

MARTINELLO, A. S. ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p. *Revista Territórios e Fronteiras, [S. l.]*, v. 4, n. 2, p. 212–215, 2011. DOI: 10.22228/rtf.v4i2.115. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/territoriosefronteiras/index.php/v03n02/article/view/115>. Acesso em: 1 out. 2023.

PINHO, Osmundo. “Perspectivas sobre a produção da “cultura baiana””. XXII Reunião brasileira de antropologia, Brasília, 2000. *Economia e Cultura do Candomblé: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937*.

SANTOS, Flávio Gonçalves dos. Editora da UESC. 2013.

ARANTES, Rafael. GALVÃO, Carla. Poder político e desenvolvimento urbano em Salvador: tendências das últimas décadas. *Ediciones Complutenses: Revista de estudios sobre espacio y poder*. 2020.

REZENDE, Renato. Joias de crioula – outras inserções em circuitos ideológicos. *Revista Poiésis*, n. 26, p. 221-234, dez. 2015.

BRAGA, Paula Marques; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos. Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador: políticas públicas e participação social. *Revista Risco*, São Carlos, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: http://arquitetura.eesc.usp.br/revista_risco/Risco10-pdf/02_art03_risco10.pdf. Acesso em: 28 nov. 2024.

SALVADOR. Decreto nº 12.016, de 8 de junho de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do município de Salvador e dá outras providências. Salvador, 1998. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1998/1201/12016>. Acesso em: 28 nov. 2024.

STEINER, P. Le don conteste. In: STEINER, P.; TRESPEUCH, M. (ed). *Marchés conteste: quand le marché rencontre la morale*. Toulouse: Presses universitaires de Toulouse, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. *Fraude capitalista e outros escritos*. Organização, apresentação e tradução de Rosa Rosa Gomes. São Paulo: Maria Antonia Edições, 2021. (Coleção Clássicos Rebeldes; 1).

GUERREIRO, Goli. A cidade imaginada: Salvador sob o olhar do turismo. *Revista Gestão e Planejamento*, Salvador, ano 6, n. 11, jan./jun. 2005.

KELSCH, Leonardo Teixeira. *Turismo em Salvador na Era Vargas: a trajetória das políticas de inserção e promoção da atividade na cidade da Bahia entre os anos 1930 e 1945*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BOUDIEU, Pierre. O Campo Econômico. *Revista Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 119, tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi, set de 1997.

GT 3 - Trabalho, Educação e Sociedade

Os objetivos deste GT estão vinculados aos interesses da linha de pesquisa Itinerários intelectuais, profissão e mercado de trabalho. Buscam compreender as relações entre conhecimento e sociedade a partir de pesquisas sobre os processos sociais de produção, reconhecimento, circulação e formação dos saberes em suas diversas manifestações e suas interfaces com o sistema de ensino e da educação superior, dos grupos profissionais e do mercado de trabalho. Ele contempla três eixos temáticos: o primeiro tem como objetivo explorar os impactos das novas configurações do mundo do trabalho no contexto das experiências sociais e subjetivas e suas implicações nas configurações das trajetórias e práticas dos sujeitos. O segundo eixo, ligado aos estudos sociológicos da educação, tem como escopo: (I) a identificação e compreensão das principais molduras sociais que interferem na relação dos estudantes com a cultura escolar e com os seus projetos de formação e trabalho (II) análise do ensino de sociologia e as lutas para o reconhecimento desta área no universo escolar. O terceiro é dedicado aos estudos que fazem o levantamento e a recomposição das instituições, contextos e atores que fizeram parte do cenário da recepção, reconhecimento e institucionalização da sociologia no cenário brasileiro e sergipano.

Coordenação: Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa (PPGS/GEPSET/UFS) e Profa. Dra. Vilma Soares de Lima Barbosa (PPGS/GEPSET/UFS).

AS EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DA DIVISÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL (DMI/SIBI/UFRJ) E O PAPEL DAS NOVAS TECNOLOGIAS NA PESQUISA ACADÊMICA

Lucas Barroso Rego (UFRJ)

Andréa Cristina de Barros Queiroz (UFRJ)

Resumo: A partir de 2022, a Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ implementou exposições virtuais como estratégia inovadora de divulgação científica e preservação da memória institucional. Este relato de experiência qualitativo, vinculado a uma bolsa de Iniciação Científica, descreve o processo de curadoria, que envolveu pesquisa em acervos e uso de tecnologias digitais para democratizar o acesso ao conhecimento. As exposições, ao abordar temas históricos e patrimoniais da UFRJ, ampliam o alcance da Universidade e fortalecem o vínculo entre academia e sociedade. Conclui-se que essas iniciativas não só aprimoram a formação dos envolvidos, mas também consolidam o papel da UFRJ como promotora de memória, justiça e reparação, destacando a relevância das transformações digitais no contexto acadêmico e social.

Palavras-chave: Exposição Virtual; Memória Institucional; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Curadoria Digital.

Abstract: Since 2022, the Divisão de Memória Institucional (DMI) of the Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) at UFRJ has implemented virtual exhibitions as an innovative strategy for scientific dissemination and institutional memory preservation. This qualitative experience report, linked to a Scientific Initiation scholarship, describes the curation process, which involved research in archives and the use of digital technologies to democratize access to knowledge. By addressing historical and heritage themes of UFRJ, the exhibitions expand the University's reach and strengthen the bond between academia and society. It is concluded that these initiatives not only enhance the training of those involved but also consolidate UFRJ's role as a promoter of memory, justice, and reparation, highlighting the relevance of digital transformations in academic and social contexts.

Keywords: Virtual Exhibition; Institutional Memory; Federal University of Rio de Janeiro; Digital Curation.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho está diretamente conectado às pesquisas realizadas na Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O objetivo é analisar e divulgar o acervo relacionado à memória e à história da UFRJ. Desde 2007, o projeto tem se dedicado a identificar e estudar diferentes tipos de documentos da instituição, como textos impressos, manuscritos, materiais iconográficos, cartográficos, além de seu patrimônio artístico, cultural e arquitetônico.

Um desdobramento importante foi o aprofundamento da investigação sobre o período da ditadura civil-militar na UFRJ. A partir dessa constatação, surgiu a necessidade de documentar as memórias de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos que sofreram perseguições e foram afastados da instituição durante esse período. Essa abordagem inclui a análise de documentos armazenados em Bibliotecas, Arquivos e Museus da UFRJ, bem como em outras instituições de referência, como a Fundação Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Esse acervo institucional reflete a identidade da UFRJ e fomenta importantes discussões sobre a preservação, salvaguarda e disseminação de sua memória. Além disso, a trajetória da universidade, simbolizada por seu nome, também carrega uma rica historicidade: desde a criação da Universidade do Rio de Janeiro nos anos 1920, passando pelo período em que foi conhecida como Universidade do Brasil na Era Vargas, até a sua configuração atual como Universidade Federal do Rio de Janeiro, nome adotado durante a ditadura civil-militar e mantido até hoje.

O principal caminho utilizado pela Divisão para publicizar os resultados das investigações foi a realização de exposições memorialísticas e históricas sobre os lugares de memória e espaços de recordação da UFRJ relacionados à ditadura civil-militar e a outros acontecimentos importantes para a instituição centenária, com a utilização dos depoimentos realizados na pesquisa.

Desde 2022, em virtude do isolamento físico em decorrência da pandemia do novo coronavírus, a DMI/SiBI da UFRJ passou a organizar, produzir e divulgar exposições em formato virtual. Até agora, foram realizadas seis exposições virtuais, abordando variados temas relacionados à história da Universidade, sua memória institucional, seus protagonistas e seu patrimônio. Ambas estão disponíveis para acesso remoto no sítio eletrônico www.memoria.sibi.ufrj.br.

A montagem das exposições virtuais é realizada pelos servidores bibliotecários da DMI/SiBI/UFRJ no software *ArtSteps* e vinculada à página da Divisão. O processo de montagem é semelhante ao processo de montagem de uma exposição física, envolvendo pesquisa, preparação de materiais e disposição dos materiais. No entanto, a montagem virtual possui vantagens, como a possibilidade de criar uma exposição com uma ambientação pré-determinada e a possibilidade de acessar a exposição de qualquer lugar do mundo, tornando-se assim uma importante ferramenta pedagógica com a democratização do acesso por meio da internet.

A publicação da exposição está vinculada à conta institucional da DMI/SiBI/UFRJ no *Arsteps* e inserida em sua própria página na internet (<https://memoria.sibi.ufrj.br>). Para a montagem da exposição, foi selecionado o *layout* que se adequasse à temática da mostra, com a observação de que a equipe de servidores da DMI/Sibi/UFRJ já havia promovido outras exposições virtuais com o uso desse *software* com o advento do isolamento físico no contexto pandêmico da COVID-19.

Em virtude de seu impacto para a divulgação científica, o propósito deste texto é apresentar essas mostras virtuais como um recurso inovador de divulgação científica da memória institucional da UFRJ. Com isso, pretende-se demonstrar como essas exposições enriquecem o debate público, a partir do uso de novas tecnologias, que, por sua vez, reforçam o papel da Universidade como um espaço fundamental de socialização de saberes.

Este estudo é de natureza qualitativa (Aires, 2011) com um enfoque descritivo, caracterizado como um relato de experiência. “Experiência” é compreendida como algo que afeta e transforma o pesquisador (Larrosa, 2002), sendo um fator importante para seu desenvolvimento pessoal e profissional (Galvani, 2002; Nóvoa, 2002), promovendo a auto(trans)formação (Henz, 2015) e a autonomia profissional (Carr; Kemmis, 1988).

As atividades em questão ocorreram entre novembro de 2022 e abril de 2024, período durante o qual o autor esteve sob a bolsa de Iniciação Científica do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UFRJ. Este trabalho é o produto final do relatório técnico-científico da bolsa do autor.

A experiência relatada envolve o processo de coleta e análise de fontes em diferentes acervos do estado do Rio de Janeiro (RJ), culminando na montagem de exposições virtuais. O levantamento de documentos e materiais para a curadoria foi documentado em diários de campo pelo bolsista.

2 EXPOSIÇÕES VIRTUAIS DA DIVISÃO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFRJ

Entre os anos de 2022 e 2024, a DMI/SiBI produziu, até o presente momento, seis exposições virtuais que estão disponíveis para acesso remoto no sítio eletrônico www.memoria.sibi.ufrj.br, a saber:

- “A UFRJ e o 7 de Setembro: Os Usos Políticos do Passado” (2022);
- “O Legado Bibliográfico de Darcy Ribeiro nos Acervos da UFRJ” (2022);
- “Hélio Jaguaribe 100 anos” (2023);
- “Josué de Castro e o seu legado” (2023);
- “CAp UFRJ 75 Anos” (2023);
- “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ” (2024).

Inaugurada em 2022, a exposição “A UFRJ e o 7 de Setembro: Os Usos Políticos do Passado” explora as conexões históricas entre a fundação da UFRJ e a efeméride da Independência do Brasil, destacando como o 7 de setembro foi escolhido estrategicamente como a data de criação da instituição. Por meio de uma análise das comemorações ao longo do tempo, a exposição investiga as disputas de memória e os usos políticos associados a essa data. Ao abordar os contextos do centenário, sesquicentenário e bicentenário da Independência, a curadoria promove uma reflexão sobre o significado simbólico do 7 de setembro e sua influência na trajetória da Universidade.

Imagem 1 - Exposição “A UFRJ e o 7 de Setembro: Os Usos Políticos do Passado”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2022/a-ufrj-e-o-7-de-setembro>

No mesmo ano também foi realizada a exposição “O Legado Bibliográfico de Darcy Ribeiro nos Acervos da UFRJ”, que celebrou o centenário de nascimento de Darcy Ribeiro (1922-1997), destacando a vasta produção intelectual do antropólogo, educador, escritor e político brasileiro. Dividida em quatro grupos temáticos — Educação, Índios, Governo e Sócio-política —, a exposição virtual oferece uma reflexão profunda sobre as contribuições de Darcy Ribeiro para o pensamento social e político do Brasil. As obras apresentadas, incluindo exemplares raros, pertencem aos acervos das bibliotecas da UFRJ e evidenciam o impacto de suas ideias na educação e na antropologia, bem como em suas lutas políticas e sociais.

Imagem 2 - Exposição “O Legado Bibliográfico de Darcy Ribeiro nos Acervos da UFRJ”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2022/darcy-ribeiro>

Em 2023, a exposição “Hélio Jaguaribe 100 anos” foi lançada, visando comemorar o centenário do professor, sociólogo, cientista político e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), Hélio Jaguaribe (1923-2018). Dividida em quatro eixos temáticos — vida e trajetória, estudos filosóficos e políticos, desenvolvimentismo e economia, e relações internacionais — a exposição explora a contribuição intelectual de Jaguaribe, desde seu envolvimento na fundação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) até seu impacto nas políticas nacionais e internacionais. Além disso, a mostra destaca sua atuação em prol do desenvolvimento brasileiro, refletindo seu legado na política brasileira.

Imagem 3 - Exposição “Hélio Jaguaribe 100 anos”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/exposicao-2023/helio-jaguaribe-100-anos>

Meses depois, a exposição “Josué de Castro e o seu legado” celebrou a vida e a obra de Josué de Castro (1908-1973), importante médico, geógrafo, intelectual e ativista social do país. Com destaque para sua luta contra a fome e seu engajamento em questões de justiça social e geografia urbana no Brasil, a mostra traçou sua trajetória desde a infância no Recife até seu exílio na França após o golpe militar de 1964. Josué de Castro, que também foi professor na UFRJ e presidente do Conselho Consultivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), deixou um legado de obras e ideias que continuam a influenciar o pensamento social e político até hoje.

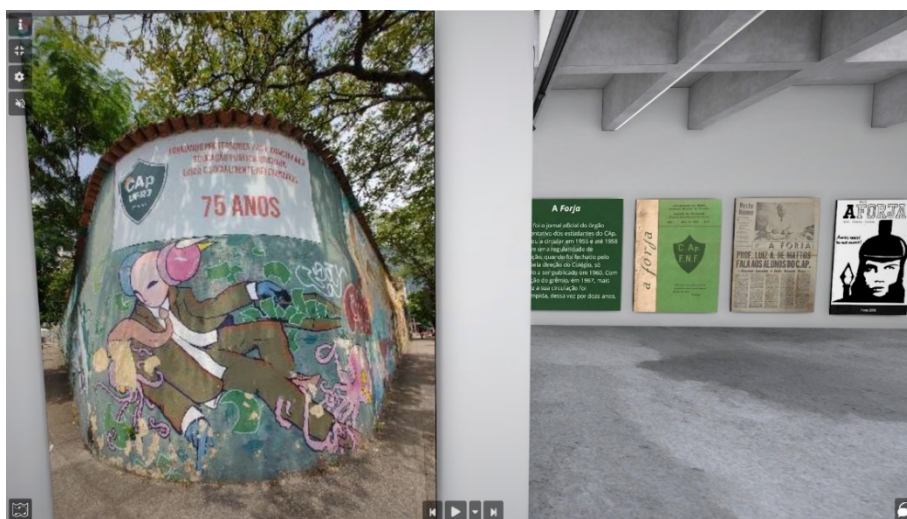
Imagem 4 - Exposição “Josué de Castro e o seu legado”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/exposicao-2023/josue-de-castro-e-o-seu-legado>

Ainda em 2023, foi publicada a exposição “CAp UFRJ 75 Anos”, que comemorou as sete décadas e meia do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ, fundado em 1948 para complementar a formação de professores da antiga Faculdade Nacional de Filosofia (FNFil). A exposição virtual traçou a história do colégio, suas memórias, e a evolução de seu corpo docente e discente, além de destacar os desafios enfrentados durante a ditadura civil-militar e as mudanças decorrentes das ações afirmativas e políticas de democratização. A mostra reuniu acervos e documentos históricos que ilustram a trajetória do Colégio, sua influência educacional e seu papel na sociedade ao longo dos anos.

Imagem 5 - Exposição “CAp UFRJ 75 Anos”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/exposicao-2023/cap-ufrj-75-anos>

Por fim, a primeira exposição virtual de 2024 foi intitulada “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ”. Inaugurada em 25 de abril, a exibição revelou a vigilância constante sobre a comunidade universitária, promovida por gestores e órgãos de controle do regime, como inquéritos policiais militares e o Serviço Nacional de Informação (SNI). Além disso, a exposição também documentou a resistência promovida por movimentos sociais e detalha as perseguições direcionadas a 45 professores da UFRJ.

Imagem 6 - Exposição “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ”



Fonte: Divisão de Memória Institucional da UFRJ. Disponível em:
<https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2024>

O formato virtual das exposições se apresenta como uma solução inovadora para a democratização do acesso à memória institucional. Durante a pandemia de COVID-19, o isolamento social demandou o desenvolvimento de estratégias alternativas para a difusão de acervos históricos. Nesse contexto, a adoção do software ArtSteps permitiu à DMI criar exposições acessíveis a um público global, rompendo barreiras geográficas e temporais. Com isso, pessoas de qualquer lugar do mundo podem explorar o rico acervo da UFRJ, fortalecendo o compromisso da universidade com a socialização do saber.

Além disso, o acesso remoto às exposições possibilita o uso pedagógico das mostras, permitindo que professores, estudantes e pesquisadores integrem esse conteúdo às suas atividades acadêmicas. Essa funcionalidade torna as exposições uma ferramenta poderosa para a disseminação do conhecimento e o incentivo à pesquisa sobre temas históricos, culturais e sociais.

As exposições analisadas oferecem uma oportunidade única para revisitar momentos emblemáticos da história da UFRJ e do Brasil, promovendo uma reflexão crítica sobre seu impacto na sociedade contemporânea. A exposição “A UFRJ e o 7 de Setembro: Os Usos Políticos do Passado” exemplifica essa abordagem ao explorar as conexões entre a fundação da universidade e a efeméride da Independência do Brasil. Por meio de uma análise histórica detalhada, a mostra revela como a escolha do 7 de setembro como data de criação da UFRJ foi carregada de simbolismos políticos, convidando os visitantes a refletirem sobre as disputas de memória e os usos políticos do passado.

Da mesma forma, a exposição “Os 60 anos de 1964 e os impactos na UFRJ” aborda um período crucial da história brasileira, documentando os efeitos do regime militar na comunidade universitária. A mostra não apenas registra as perseguições e resistências, mas também destaca o papel da UFRJ como um espaço de resistência intelectual e social, reforçando a importância da universidade como guardiã da memória democrática.

As exposições dedicadas a figuras como Darcy Ribeiro, Hélio Jaguaribe e Josué de Castro destacam a relevância do legado intelectual e político desses protagonistas da história brasileira. Cada mostra organiza o acervo de maneira a ressaltar as contribuições únicas dessas personalidades para a educação, a ciência política e a justiça social, evidenciando como suas ideias moldaram a história do Brasil e continuam a inspirar debates contemporâneos.

Por exemplo, a exposição “O Legado Bibliográfico de Darcy Ribeiro nos Acervos da UFRJ” oferece uma análise multifacetada de sua obra, permitindo ao público compreender a profundidade de seu pensamento sobre educação e políticas sociais. Essa valorização do patrimônio intelectual reforça o papel da UFRJ como centro de excelência acadêmica e plataforma para a disseminação do saber.

Além de rememorar figuras e eventos, as exposições virtuais promovem a comemoração de marcos importantes da história institucional, como os 75 anos do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRJ. A exposição “CAp UFRJ 75 Anos” não apenas celebra as conquistas do colégio, mas também documenta os desafios enfrentados, incluindo os períodos de repressão durante a ditadura militar. Essa abordagem conecta o passado ao presente, incentivando a continuidade do debate sobre o papel das políticas educacionais e afirmativas no fortalecimento da democracia e da inclusão social.

A utilização de novas tecnologias para a curadoria digital marca um avanço significativo no campo da preservação da memória. A possibilidade de recriar ambientes temáticos no espaço virtual amplia o alcance e a acessibilidade do acervo, promovendo um impacto social mais amplo. Além disso, o caráter inovador das exposições virtuais reflete a capacidade da UFRJ de se adaptar a novos desafios, mantendo-se como referência em pesquisa, ensino e extensão.

As exposições virtuais produzidas durante o período refletem o compromisso da UFRJ em preservar e divulgar a memória institucional, assim como o legado de figuras e eventos marcantes da história brasileira. Cada mostra, disponível para acesso remoto, oferece uma importante análise de diferentes aspectos históricos e sociais, desde a fundação da UFRJ e seus vínculos com o passado político do país, passando pelas contribuições de personalidades como Darcy Ribeiro, Hélio Jaguaribe e Josué de Castro, até a documentação dos impactos do regime ditatorial na Universidade e a celebração dos 75 anos do CAp. Juntas, essas exposições

contribuem para o fortalecimento da memória coletiva do país e para a reflexão crítica sobre o papel da UFRJ na sociedade brasileira.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As exposições virtuais produzidas pela Divisão de Memória Institucional (DMI) do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI) da UFRJ destacam-se como uma iniciativa pioneira na democratização do acesso à memória e à história institucional da Universidade. Utilizando tecnologias como o ArtSteps, essas exposições não apenas superaram as barreiras impostas pela pandemia de COVID-19, mas também ampliaram significativamente o alcance do acervo histórico da UFRJ, permitindo que ele fosse acessado por um público global. Essa iniciativa exemplifica como as instituições públicas podem adaptar-se a novos contextos para continuar a cumprir sua missão de preservação e divulgação do patrimônio histórico e cultural.

Além do avanço tecnológico, as exposições promovem um diálogo entre passado e presente, conectando a história da UFRJ a temas mais amplos da sociedade brasileira. Ao abordar questões como autoritarismo, desigualdade social, educação e resistências políticas, as mostras fortalecem o papel da universidade como espaço de construção e socialização de saberes críticos e como um local de memória que contribui para a formação de uma cidadania mais consciente e engajada.

No âmbito acadêmico e pedagógico, essas exposições oferecem valiosos recursos para o ensino e a pesquisa, estimulando a reflexão crítica sobre episódios marcantes da história nacional e sua relação com a trajetória institucional da UFRJ. Professores, estudantes e pesquisadores encontram nas mostras um material interdisciplinar que pode ser integrado ao currículo, fomentando o interesse pela história e pela memória em diferentes níveis de ensino.

A experiência relatada neste trabalho evidencia o impacto transformador da Iniciação Científica no desenvolvimento de competências acadêmicas e profissionais. A pesquisa, coleta, análise de fontes e montagem das exposições virtuais possibilitaram a aplicação prática de teorias historiográficas e arquivísticas, além de contribuírem para o aperfeiçoamento das habilidades de curadoria e comunicação científica. Assim, a atuação na DMI/SiBI não apenas ampliou o repertório técnico e intelectual do autor, mas também reforçou o compromisso com a democratização do conhecimento e a valorização do patrimônio histórico.

Por fim, as exposições virtuais da DMI/SiBI representam uma importante contribuição para o fortalecimento da memória institucional da UFRJ e para a preservação de um acervo que é, ao mesmo tempo, singular e plural. Singular por documentar a trajetória de uma das mais

importantes universidades do país e plural por conectar-se a narrativas que transcendem os limites da instituição, dialogando com a história e a cultura do Brasil. A continuidade desse trabalho, com novas exposições e iniciativas, será essencial para manter viva essa memória, garantindo que ela seja acessível às gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

AIRES, Luísa. Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional. Lisboa: Universidade Aberta, 2011.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Revista brasileira de educação, p. 20-28, 2002.

CARR, Wilfred; KEMMIS, Stephen. Teoría crítica de la enseñanza. Barcelona: Martínez-Roca, 1988.

GALVANI, Pascal. “A autoformação, uma perspectiva transpessoal, transdisciplinar e transcultural”. In: SOMMERMAN, Americo; MELLO, Maria de; BARROS, Vitória de (Orgs.). Educação e transdisciplinaridade II. São Paulo: TRIOM, 2002. p. 95-121.

HENZ, Celso Ilgo. “Círculos Dialógicos Investigativo-formativos e Auto(Trans)Formação Permanente de Professores”. In: HENZ, Celso Ilgo; TONIOLO, Joze Medianeira Santos de Andrade (Org.). Dialogus: círculos dialógicos, humanização e auto(trans)formação de professores. São Leopoldo: Oikos, 2015.

NÓVOA, Antonio. Formação de professores e trabalho pedagógico. Lisboa: Educa, 2002.

ALÉM DO BALCÃO:

Uma Revisão Bibliográfica sobre o Trabalho Feminino no Shopping Center

Delorrana Lima Machado (UFS)

Resumo: Este presente trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla de mestrado sobre o trabalho feminino nas praças de alimentação do shopping center, como etapa inicial este trabalho vai ser centrado em uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho feminino e o shopping center. Para assim, realizar o levantamento sobre o que vem sendo produzido na literatura e suas lacunas. Esta pesquisa bibliográfica foi realizada coletando trabalhos em diversos locais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Scielo, ResearchGate e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como “shopping center”, “trabalho”, “trabalho feminino”, “flexibilização”.

Palavras-chave: trabalho feminino - flexibilidade - shopping center - trabalho.

Abstract: This present work is part of a broader academic master's degree research on women's work in shopping center food courts. As an initial stage, this work will be centered on a bibliographical research on women's work and the shopping center. To do so, we carried out a survey of what has been produced in the literature and its gaps. This bibliographical research was carried out collecting works in various places such as the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), CAPES Theses and Dissertations Catalog, Scielo, ResearchGate and Google Scholar, using keywords such as “shopping center”, “work”, “women's work”, “flexibility”

Keywords: female work - flexibility - shopping center - work.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo do trabalho é compreender como a flexibilização do trabalho em grandes centros, como o caso dos Shopping Centers, afeta as trabalhadoras, seguindo o que vem sendo abordado e retratado na literatura. Este trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla que está sendo desenvolvida no mestrado e, de forma inicial, está sendo realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os estudos produzidos sobre o trabalho feminino nesses locais, buscando levantar dados importantes, o que está sendo discutido e suas lacunas.

A questão central desta pesquisa consiste em analisar os impactos da flexibilização do trabalho nas condições de trabalho femininas em shopping centers, com foco nas transformações ocorridas no mundo do trabalho desde os anos 1970, em especial após a abertura econômica dos anos 1990. A flexibilização, segundo Hirata (2007), possui um caráter sexuado, contribuindo para a ampliação das desigualdades entre homens e mulheres.

O estudo será realizado através dessa análise bibliográfica referente às temáticas disponíveis acerca do trabalho feminino nos shoppings, visando compreender o que já existe na literatura e suas lacunas. A partir dos anos 1970, observa-se um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho, especialmente no setor de serviços. Conforme Segnini (1998 apud Gonçalves, 2011, p. 7), o setor de serviços se tornou o principal "gueto ocupacional feminino".

Assim, esta análise bibliográfica faz parte de uma pesquisa qualitativa mais ampla de mestrado, onde serão realizadas entrevistas, observação de campo e coleta de dados. Dessa forma, nesta etapa inicial, se baseia em uma revisão da literatura disponível sobre o trabalho feminino nestes grandes centros, com ênfase na dinâmica de funcionamento e exaustão que são características destes locais. Para isso, será realizada uma pesquisa bibliográfica do material existente sobre os shopping centers e trabalho feminino, nos principais repositórios e bibliotecas digitais como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, Scielo, ResearchGate e Google Acadêmico, utilizando palavras-chave como "shopping center", "trabalho", "trabalho feminino", "flexibilização".

Assim, esta pesquisa visa compreender o que está sendo produzindo sobre a mulher e o mercado de trabalho. Assim como, o que vem sendo produzido referente a análise das relações laborais nestes grandes centro urbanos, como o caso dos shopping centers.

2 DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, antes de falar sobre o trabalho feminino no shopping, é necessário ressaltar as modificações que ocorreram na estrutura de trabalho a partir principalmente da década de 1970. Onde ocorrem muitas modificações na estrutura do trabalho em um contexto de reestruturação produtiva e flexibilização da estrutura de trabalho, o capital implementou um processo de reestruturação em escala global, visando à recuperação do seu padrão de acumulação (Antunes, 2009).

Logo, nos anos 1970, com a adoção de um novo e expansivo padrão de acumulação flexível na era da mundialização do capital, alterou-se significativamente a condição de trabalho feminina, a mulher que era associada à figura do lar, no âmbito reprodutivo, passa a cada vez mais ocupar o mercado de trabalho. Porém, mesmo com o aumento da inserção da mulher no espaço produtivo, as “atividades domésticas” ainda continuavam sendo reservadas para elas.

Em vista disso, os anos de 1990 foram marcados por profundas transformações na economia brasileira. Os novos padrões tecnológicos e competitivos do comércio global tomaram em cheio empresas protegidas por reserva de mercado e o movimento sindical, forçando modificações nas estratégias empresariais, na gestão do trabalho, nas relações de representação, no perfil do mercado de trabalho e na legislação trabalhista (Alves, 2009).

A década de 1990 foi marcada por profundas transformações na economia brasileira, em um contexto de abertura comercial no governo Collor, implementação do capital flexível, políticas neoliberais e reestruturação produtiva. Ocorre uma extensa precarização das relações de trabalho; ampliação de empregos temporários e instáveis; sobretudo, as mulheres são afetadas por estas condições.

Portanto, um aspecto importante a ser destacado a partir da década de 1990, com a implementação do neoliberalismo no Brasil, é como as modificações na estrutura de trabalho tornam-se cada vez mais flexíveis. Há uma crescente de trabalhos precarizados, baixo movimento sindical e flexibilização da estrutura de trabalho e das relações trabalhistas.

Assim, as políticas neoliberais têm consequências desiguais sobre as condições de trabalho segundo o sexo do trabalhador e é necessário ressaltar que o processo de reestruturação produtiva tem uma nítida dimensão de gênero, pois seus efeitos atingem de forma particular as mulheres (Hirata, 2015; Freitas, 2017; Nascimento, 2014). Desse modo, a flexibilidade é, portanto, marcada por uma dimensão de gênero, seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho.

Mediante o que foi exposto, para pensar a flexibilidade é interessante utilizar Sennett (2011) que aborda como neste novo “capitalismo flexível” o novo slogan é que “não há longo prazo” e como essa flexibilidade está modificando o próprio significado do trabalho. Neste novo capitalismo é essencial que os trabalhadores sejam ágeis, abertos a mudanças e que dependam cada vez menos de leis e procedimentos formais. Vende-se a ideia de que a flexibilidade traz mais liberdade para os indivíduos, para moldar suas vidas, mas na realidade essa nova ordem apenas impõe novos controles.

Para pensar sobre essa flexibilidade, um aspecto importante a ser destacado é referente ao seu impacto sobre o caráter pessoal, Sennett (2011) vai discorrer sobre como o caráter consiste no “valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros. (...) são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem.” (Sennett, 2011, p. 10). Ele vai apontar como esse capitalismo de curto prazo corrói o caráter dos indivíduos, especialmente as qualidades que ligam a sociedade e dão um senso de identidade.

Essa perspectiva é relevante, pois fornece uma lente para examinar como a precarização pode influenciar a identidade e o bem-estar das trabalhadoras. Como Sennett retrata no texto: “Como se pode buscar objetivos de longo prazo numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações duráveis?” (Sennett, 2011, p. 27). Sennett aponta como essas modificações, decorrentes desse sistema flexível, ultrapassam a barreira do trabalho e refletem nas vivências dos trabalhadores. Ele também destaca como não é possível evitar que as relações familiares sucumbam ao comportamento de curto prazo desse novo capitalismo.

Outrossim, outros autores como Barbosa e Alves (2022) vão discutir sobre as transformações no mundo do trabalho pós Reforma Trabalhista em 2017, especialmente em países constituídos na periferia da geopolítica capitalista como o Brasil. As evidências incluem mudanças significativas através de medidas neoliberais, como a Lei da Terceirização (Lei no 13.429/2017), a Reforma Trabalhista (Lei no 13.467/2017) que modificou a CLT de 1943, e a Reforma da Previdência (Emenda Constitucional no 103/2019).

Assim, no contexto das novas tecnologias, essas alterações preveem transformações nas estruturas de trabalho. Para além, eles retratam sobre a transição para o pós-fordismo, pois como muitos acreditavam essa transformação não acarretou na “libertação” da classe trabalhadora. A condição de precariedade une tanto o trabalhador unidimensional quanto o trabalhador flexível, já que ambos estão inseridos em um sistema econômico que depende da exploração do seu trabalho para existir.

A exploração econômica do período flexível era justificada tanto pela retórica da “liberdade” do novo “colaborador”, como pelo discurso de afetividade da qual o trabalhador deveria ter para com o seu local de trabalho, pois seu destino dependia do destino da empresa. Por outro lado, a narrativa do indivíduo como responsável por si apenas o culpabilizava pelo seu próprio fracasso, já que, diante da nova era flexível, todos estavam “livres” para trabalhar e “empreender” com o que quisessem, poderiam até “fazer o que amam””. (Barbosa; Alves, 2022, p. 28).

2.1 Breve reflexão sobre o shopping center e a flexibilização do trabalho

Os shopping centers, são entendidos como uma cidade artificial, limpa, segura, bonita, moderna, prática e atraente que difere da cidade real que está no “mundo de fora” (Padilha, 2006), são espaços que refletem o pós-fordismo com seu foco no consumo e na experiência, pois encapsulam a dualidade da modernidade: brilho e entretenimento por um lado, e, precariedade laboral, pelo outro.

Os shoppings, conforme conhecemos, têm origens que remontam às galerias parisienses, e o seu formato moderno foi popularizado nos Estados Unidos a partir da década de 1950. O conceito foi prontamente adotado no Brasil, seguindo a visão americana de criar um ambiente urbano idealizado, livre de adversidades típicas das cidades. Esta visão de uma cidade perfeita também simbolizava o "modo americano de viver", conforme destacado por Padilha (2006).

O marco inicial dos shoppings no Brasil foi o Iguatemi, inaugurado em São Paulo em 1966, conforme indicado pela Associação Brasileira de Shopping Centers. Segundo dados da ABRASCE⁹, o Brasil possui atualmente 628 shoppings, empregando mais de um milhão de pessoas.

Muitas trabalhadoras, sob o respaldo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), não se reconhecem como parte de uma classe precarizada. Encontram-se imersas em ambientes insalubres, com flexibilização de funções, jornadas desgastantes e extensas, frequentemente justificadas pelos empregadores como parte de suas responsabilidades contratuais, como o caso do trabalhador do Shopping Jardins em Aracaju/SE da rede Burguer King que urinou nas calças pois não poderia deixar seu posto de trabalho para ir ao banheiro. Assim, ele relata sobre a situação: “Eu não posso sair daqui, porque se eu sair aqui do quiosque eu levo advertência. A segunda vez, eu levo suspensão. E a terceira eu levo uma justa causa” (Silva, 2023).

Diante disso, o contraste entre o ambiente do shopping, associado ao luxo e lazer, e a realidade desses trabalhadores que se veem invisibilizados e sobrecarregados em meio a tais cenários é gritante. A rotina cansativa, somada à longa jornada de deslocamento, deixa muitos

⁹ Fundada em 1976, a Associação Brasileira de Shopping Centers (Abrasce) atua para o fortalecimento e desenvolvimento do setor e na defesa dos interesses dos shopping centers do país.

desses indivíduos à beira do esgotamento. O Shopping Center é escolhido como campo de pesquisa pois é um lugar onde impera a lógica do capital, com rotinas desgastantes e insalubres, que diferem até mesmo das dinâmicas dos centros comerciais normais, assim necessita de uma breve descrição sobre os shopping centers.

O trabalho nos shopping centers, como dito anteriormente, é um campo de grande desgaste e gerenciamento das emoções, autores como Soares (2011) e Padilha (2014) realizaram pesquisas explorando o conceito de “trabalho emocional”, ao abordar os trabalhos das caixas de supermercados e dos trabalhadores da limpeza de shopping centers, para analisar como o TE corrobora com a precarização das trabalhadoras do shopping center. Destarte, ambos autores partem da definição de Hochschild (1983) de trabalho emocional, a dimensão emocional está muito presente no setor dos serviços, mas é raramente considerada. O trabalho emocional pode ser definido como a gestão dos sentimentos a fim de criar uma aparência facial e corporal que é observada publicamente. Esse TE é relativo a um trabalho extra que não é e nem será remunerado.

2.2 Trabalho feminino e o Shopping Center

Além disso, durante o período de trabalho em que foi realizada a pesquisa bibliográfica, foi possível observar que existem poucos estudos focados no trabalho feminino em shopping centers. Esses dados podem ser encontrados na monografia de Ribas (2021), que aborda a realidade das auxiliares de cozinha em um shopping center em Santa Maria.

Assim, percebe-se essa lacuna, pois é destacado em trabalhos como os de Gomes (2020), De Claro et al. (2003) e Bernardino (2017) a predominância da força de trabalho feminina nesse setor, com as mulheres sendo majoritariamente empregadas em funções nesses locais. No entanto, ainda há uma escassez de estudos que abordem sobre a presença majoritária nesses locais e sua realidade.

Portanto, os trabalhos levantados até o momento mostram como o trabalho desempenhado no shopping possui como características: uma extensa jornada de trabalho, baixa remuneração, multifuncionalidade do trabalhador e uma fraca representação sindical, como destacado nas pesquisas de Silva (2020), Gomes (2020) e Costa et al. (2006).

Na pesquisa de Gomes (2020), ressalta-se a predominância da força de trabalho feminina nesse setor e enfatiza-se os diversos abusos e irregularidades presentes em shopping centers, incluindo trabalho emocional. Nesses ambientes, são comuns níveis elevados de

desgaste, estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, como observado na pesquisa de Tomazini e Macêdo (2010).

Para além disso, de destacar a predominância da força de trabalho feminina nesse setor e é necessário enfatizar os diversos abusos e irregularidades presentes em shopping centers, incluindo trabalho emocional que é desempenhado pelos trabalhadores (Gomes, 2020). Nesses ambientes, são comuns níveis elevados de desgaste, estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, como observado na pesquisa de Tomazini e Macêdo (2010).

As categorias indicadoras de sofrimento encontradas referem-se ao desgaste relacionado ao sentimento de que o trabalho causa estresse, sobrecarga, tensão emocional, cansaço, ansiedade e insegurança, relacionada ao sentimento de medo de não conseguir cumprir as metas com relação à produtividade, ritmos, regras e normas de trabalho, risco de acidentes, insegurança diante da instabilidade no emprego e falta de tempo para si e para a família.” (Tomazini; Macêdo, 2010).

Corroborando o que foi dito anteriormente, outra pesquisa realizada sobre o Estresse no Trabalho em Colaboradores de Shoppings no Ramo Alimentício (2017) aborda os níveis de estresse predominantes nesses ambientes e como esse aspecto negativo ultrapassa o esgotamento mental, afetando também o cansaço e dores físicas. No entanto, um ponto positivo relatado na pesquisa foi o uso do "estresse" a favor para o desempenho das funções.

As causas do estresse que se sobressaem no ambiente de praças de alimentação de shoppings são a escala de trabalho e aglomeração de pessoas. As consequências do ponto de vista negativo e convencional foram o cansaço físico, dores musculares, ansiedade e perda de memória, ocasionando um desempenho regular ou bom no trabalho; já as consequências do ponto de vista positivo se concentram na maioria dos colaboradores pesquisados usando o estresse ao seu favor quando desempenham suas funções, ou seja, independentemente das situações a que estão submetidos, eles encaram o estresse como uma motivação, que pode ter duas vertentes: benéfica ou imediatista. (Rosa et al., 2017).

Ao destacar sobre como o shopping é marcado por uma grande quantidade de mulheres trabalhando nestes locais, é necessário destacar sobre como algumas profissões com alta taxa de participação feminina são também denominadas por Soares (2011) como profissões de “colarinho rosa” e normalmente são trabalhos em que há pouca ou nenhuma exigência de qualificação, baixo prestígio social, baixa remuneração e de condições de execução cada vez mais precárias (Soares, 2011). Soares (2011) também aponta sobre conceito de trabalho emocional, como também uma espécie de trabalho extra que não é remunerado.

Os trabalhadores e as trabalhadoras devem possuir competências emocionais para realizar o trabalho, isto é, a capacidade de desenvolver uma gestão dos seus próprios

sentimentos para serem capazes de realizar o trabalho. Por exemplo, é necessário sorrir mesmo sem querer sorrir[...]. No setor de serviços, os trabalhadores e as trabalhadoras, na maioria das vezes, são aqueles que passam a maior parte do tempo com os clientes e podem ser considerados como verdadeiros “para-choques” entre a clientela e a organização. (Soares, 2011, p. 96 – 97).

Além disso, Bauer et al. (2008) também fornecem contribuições sobre a realidade dos trabalhadores em shopping centers. Eles realizaram uma pesquisa intitulada O trabalho no “centro” do consumo: uma análise das relações laborais em um shopping center de Porto Alegre. A partir dessa pesquisa, foi possível observar dados sobre como a força sindical é reduzida nesses espaços, como o trabalho aos domingos não proporciona nenhum tipo de “renda extra”, o salário recebido pelos trabalhadores nesses locais é considerado insatisfatório e, de maneira geral, esse conjunto de fatores faz com que a realidade dos trabalhadores seja vista de forma negativa, como ressaltam os autores nesta passagem:

“Dentre os achados mais gerais do estudo, podemos afirmar que a força da representação sindical é reduzida; a jornada é flexibilizada e ampliada até o limite - o trabalho sem remuneração extra aos Domingos; o salário fixo é considerado insatisfatório e o variável, para ser aceitável, exige uma dedicação exaustiva do trabalhador. Esses fatores influenciam negativamente a percepção que os comerciários possuem a respeito das relações de trabalho a qual estão submetidos e, por via de consequência, acerca do próprio trabalho enquanto atividade humana.” (Bauer et al., 2008, p. 49).

Corroborando com o que foi exposto, outra pesquisa realizada por Maciel et al. (2008), sobre a Flexibilização do Trabalho no comércio: o caso de um shopping center, ressalta uma realidade semelhante à observada em outras pesquisas, ao apontar que, de forma unânime, através dos depoimentos, os trabalhadores afirmam que as empresas mantêm quadros enxutos em períodos sazonais e, dessa forma, os trabalhadores sofrem com elevados níveis de desgaste, como é observado nesta passagem.

Os depoimentos dos trabalhadores são unânimes quanto ao fato de que as empresas mantêm quadros extremamente enxutos em períodos normais ou sazonais. A principal consequência dessa política são os desgastes físicos e psicológicos decorrentes da elevada carga de trabalho e agravados pelas longas jornadas e pela necessidade de mostrar bom desempenho na expectativa de ser aproveitado pela empresa. (Maciel et al., 2006, p. 138).

Ademais, outro ponto interessante observado na pesquisa realizada por Maciel et al. (2006) refere-se à flexibilidade da jornada de trabalho, que, juntamente com a completa disponibilidade do trabalhador às necessidades da empresa, contribui para essa 'invasão' do trabalho na vida dos trabalhadores, roubando assim sua autonomia. Isso ocorre, pois são

características do trabalho em shopping: trabalho aos domingos, jornada além do horário estipulado e impossibilidade de programar suas férias, como é relatado na pesquisa.

Essas possibilidades de flexibilização da jornada de trabalho, juntamente, com a completa disponibilização do trabalhador à necessidade da empresa permitida pelo banco de horas, constituem, além de sobretrabalho barato, um elemento de "invasão" da empresa na vida privada de seus trabalhadores, porque lhes "rouba" a autonomia sobre o seu tempo livre: o domingo livre com a família, o excedente da jornada além do horário de fechamento da loja, a eliminação do tempo necessário de descanso, a possibilidade de programar suas férias, estas muitas vezes fracionadas em períodos diferentes ao longo do ano. Uma situação de escancarada banalização da injustiça, bem retratada por Dejours (2001). (Maciel et al., 2006, p. 148).

Assim, há a pesquisa de Bino (2020) sobre A Ação Sindical e a Precarização do Trabalho: o Caso dos Shoppings Centers, na qual ela retrata como, nessas mutações que ocorreram no mundo do trabalho, o sindicato tem perdido cada vez mais sua força, com os trabalhadores não reconhecendo o sindicato como uma entidade de proteção e luta. Na pesquisa, a autora aponta como isso pode ser explicado pela rotatividade entre empresas, pelo desconhecimento das leis trabalhistas e até mesmo pela descrença no sindicato como entidade pública, como pode ser observado nesta passagem da pesquisa.

Por outro lado, também temos trabalhadores que não reconhecem o sindicato como entidade de proteção e luta. Essa dificuldade é explicada por diversos fatores: a atividade comercial ser vista como algo provisório; alta rotatividade entre empresas; desconhecimento das leis trabalhistas e a descrença do sindicato como entidade política. É preciso, portanto, fortalecer o espaço da micro regulação e a aproximação entre sindicato e trabalhadores, desenvolvendo também um forte trabalho de base. (Bino, 2020, p. 103-104).

Nesse sentido, um aspecto destacado como característica desses espaços na pesquisa de Bino (2020) é que o horário de funcionamento dos shoppings, aos domingos e feriados, além de envolver jornadas de trabalho extensas, faz com que os trabalhadores não possuam tempo para realizar outras atividades ou até mesmo estudar. Outro aspecto a ser ressaltado sobre o trabalho aos domingos é o fato de que, ao trabalhar nesse dia, os trabalhadores não recebem qualquer benefício adicional; pelo contrário, deixam de socializar com sua família e amigos em eventos importantes ou datas comemorativas. Essa flexibilidade existente no shopping é uma flexibilidade que beneficia apenas a empresa, como apontado pela autora.

O horário de shopping, por ser de longas jornadas e abrir inclusive domingos e feriados, faz com que os trabalhadores não tenham tempo de estudar ou fazer outras atividades. Krein (2013) mostra que as jornadas aos domingos e feriados não possuem quaisquer benefícios comprovados, porém prejudica profundamente os trabalhadores que deixam de ter horas de descanso e socialização. A busca de maior produtividade

e competitividade, visto que as lojas de ruas não abrem aos domingos, trata-se de uma flexibilidade com benefícios somente a empresa, permitindo a intensificação nas vendas. (Bino, 2020, p. 102-103).

De acordo com o que foi relatado na pesquisa de De Claro et al. (2003), percebeu-se que o predomínio é de mulheres, com média de idade de 26 anos, que participam com mais de 50% da renda familiar, apresentam baixo nível salarial e têm pouco tempo de serviço no local. Um ponto a ser observado nesta pesquisa é que a maioria dos vendedores se sente satisfeita com seu trabalho e afirma ter boas condições de saúde.

Em uma pesquisa realizada sobre o trabalho terceirizado de limpeza em um shopping center, a partir dos dados coletados e analisados, é possível observar que as condições e relações de trabalho dos trabalhadores da limpeza são marcadas por invisibilidade e sofrimento. Observa-se também que a desumanização inerente ao processo capitalista reveste de pompa e brilho os shoppings centers à custa do trabalho precário dos terceirizados (Bernardino, 2017). A maioria dos trabalhadores terceirizados do campo de pesquisa seja formada por mulheres.

2.3 Mulheres e Trabalho

Embora o número de mulheres na força de trabalho tenha aumentado desde a década de 1970 até os dias atuais e mesmo elas sendo mais escolarizadas, elas ainda são menos remuneradas, ocupam cargos de menor prestígio social, de acordo com o IBGE. Assim, historicamente, as mulheres são designadas para os trabalhos domésticos e os cuidados familiares, no âmbito da casa e da reprodução, enquanto os homens sempre foram direcionados para o mercado de trabalho, funções de maior prestígio social e com maior remuneração. Desde muito novas, as meninas são ensinadas a auxiliar no trabalho doméstico, enquanto os meninos são educados para acreditar que atividades domésticas não são tarefas apropriadas para homens.

Portanto, historicamente, havia na sociedade uma perceptível divisão entre o domínio público e privado. Nesse contexto, os homens pertenciam à esfera pública, sendo responsáveis por prover recursos, enquanto as mulheres eram associadas à esfera privada, incumbidas do cuidado do lar. Assim, surge a divisão sexual do trabalho, com os “homens provedores” e as “mulheres cuidadoras” (Sousa, Guedes, 2016). Com as transformações econômicas, as revoluções culturais e o movimento feminista no século XX, novas configurações sociais começaram a emergir, o que fragilizou essa dicotomia entre os papéis de gênero. No entanto, apesar dessas mudanças, não houve o rompimento desses papéis socialmente construídos. Como resultado, não se configurou uma nova divisão sexual do trabalho, e as mulheres

continuam a ocupar, predominantemente, os mesmos espaços que são atrelados a figura feminina (Nogueira, 2003).

Dessa maneira, Souza-Lobo (2011) argumenta que o capital não cria a “subordinação” das mulheres, mas a integra e reforça. Assim, as raízes da divisão sexual do trabalho devem ser buscadas na sociedade e na família, analisando as condições de trabalho em um contexto mais amplo, que ultrapassam os meios produtivos. A divisão sexual do trabalho, portanto, é também uma construção social e histórica. “Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de “dividir para reinar”, a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de raça, de gênero e das práticas sociais” (Souza-Lobo, 2011, p. 172-173).

Diante do exposto, há uma espécie de precarização das relações sociais, caracterizada pela “indissociabilidade da precarização do trabalho e da precarização familiar” (Hirata, 2011, p. 18). Todo esse desgaste provocado pelo trabalho atravessa a dimensão do labor e afeta a subjetividade, a socioafetividade, as relações pessoais, familiares e até mesmo o autocuidado. Não há mais tempo para o que não é produtivo.

Esse é o ponto que Mark Fisher (2021) destaca ao falar sobre as novas relações de trabalho no nesse sistema flexível. Além disso, o autor reconhece que as transformações no mundo do trabalho pós-fordista têm graves implicações para a saúde mental, identidade e dignidade dos trabalhadores. Essa flexibilidade pode ser identificada como insegurança e instabilidade, resultando na perda do bem-estar e da segurança dos trabalhadores.

"Trabalho e vida tornam-se inseparáveis. O capital te acompanha até nos sonhos. O tempo para de ser linear, torna-se caótico, fragmentado em divisões puntiformes. Na medida em que a produção e a distribuição são reestruturadas, também é reestruturado o sistema nervoso (...) é necessário desenvolver uma capacidade de responder a eventos imprevisíveis, é preciso aprender a viver em condições de total instabilidade, de “precariedade.” (Fisher, 2020, p.62-63).

Assim, ao trabalhar temas como trabalho e gênero, Hirata (2015), aborda que o trabalho precário é majoritariamente feminino, pois ressalta que a precarização do trabalho e a precarização familiar são indissociáveis e têm que ser analisadas em conjunto. Assim como, a socióloga Kergoat (2016) expõe o desafio das relações sociais de sexo e pontua que a divisão sexual do trabalho é caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. A responsabilidade doméstica e familiar é vinculada de forma predominante às mulheres, incumbindo a elas o desafio de conciliar a esfera profissional com a familiar.

"Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorpe delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos." (Kergoat, 2016, p. 49).

Ademais, acerca da inserção da mulher no mercado de trabalho também é necessário ressaltar acerca da bipolaridade do trabalho feminino (Hirata, 2015; Bruschini, 2000), mesmo as mulheres sendo mais alfabetizadas e capacitadas, elas ainda ocupam empregos com menor remuneração e tem menor participação no mercado de trabalho segundo dados do IBGE¹⁰:

"A bipolarização é resultado, em parte, dos processos que ocorrem na esfera educacional. As mulheres são, atualmente, mais instruídas e diplomadas que os homens, praticamente em todos os níveis de escolaridade e em todos os países, sendo este um ponto de convergência importante entre os países do Sul e do Norte. Um polo, minoritário, é formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais de nível superior, relativamente bem remuneradas, em postos de responsabilidade e prestígio social (médicas, advogadas, juízas, arquitetas, engenheiras, jornalistas, professoras universitárias, pesquisadoras, publicitárias, etc.). Outro polo, majoritário, é constituído por mulheres em setores tradicionalmente femininos, pouco valorizados socialmente e com salários relativamente baixos: empregadas domésticas e diaristas, a segunda categoria profissional mais numerosa no Brasil após o comércio (cf. Oliveira Teixeira, 2013, p. 49), perfazendo cerca de sete milhões, segundo o Censo de 2010; setor público de saúde (auxiliares e técnicas de enfermagem); educação (professoras de pré-escola e ensino fundamental, sobretudo); prestação de serviços (escriturárias, secretárias) e comércio (caixas, vendedoras); profissionais do trabalho de cuidado (babás, cuidadoras). (Hirata, 2015, p. 05).

Outrossim, diante do exposto, as mulheres são destinados empregos com menor capacitação e qualificações, atrelados ao papel da mulher nas construções sociais, o que Soares (1997) denomina como "profissões de colarinho rosa". Essas profissões, majoritariamente exercidas por mulheres, exigem qualificações "invisíveis", que não são consideradas nem valorizadas do ponto de vista social ou econômico, como a educação e a paciência, características atribuídas à "natureza feminina".

Dessa maneira, Fraser (2009) aborda os processos de subordinação mediados pelo mercado, os quais representam a própria essência do capitalismo neoliberal. Nesse contexto, é importante ressaltar que o gênero é um organizador-chave da globalização neoliberal, e a precarização do trabalho não afeta a todos de forma igual (Hirata, 2015).

¹⁰ "Mais escolarizadas, mulheres têm menor participação no mercado de trabalho e recebem 21% menos que homens, diz IBGE. Mulheres ocupam 39% dos cargos de gerência e trabalham o dobro em atividades domésticas". NAKAMURA, João. Apesar de maior escolarização, mulheres têm menores rendimentos e participação no mercado de trabalho, diz IBGE. CNN Brasil, 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/apesar-de-maior-escolarizacao-mulheres-tem-menores-rendimentos-e-participacao-no-mercado-de-trabalho-diz-ibge/>. Acesso em: 21 nov. 2024.

Portanto, da mesma forma, as mulheres são mais atingidas pela tendência à precariedade e pela imposição de tarefas de baixa qualificação. Não se pode, portanto, pensar na divisão social e sexual do trabalho entre homens e mulheres sem associar essa divisão à repartição do saber e do poder entre os sexos, tanto na sociedade quanto na família. As responsabilidades tradicionais das mulheres pela criação e educação das crianças estruturam mercados de trabalho que resultam em um poder desigual no mercado econômico, o qual reforça o poder desigual na família (Hirata, 2015; Kergoat, 2016).

Assim, ao analisar a divisão sexual do trabalho, é importante destacar que ela é caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. A responsabilidade doméstica e familiar é predominantemente atribuída às mulheres, que enfrentam o desafio de conciliar a esfera profissional com a familiar (Kergoat, 2016).

"Contudo, a teoria do laço social está longe de conseguir dar conta, por si só, do real observável: as violências (físicas e simbólicas) são cotidianas, o grupo dos homens legisla, em nome do universal, a vida do grupo das mulheres, explora seu trabalho profissional e ainda extorque delas trabalho extra (o trabalho doméstico). O fato de que, nesse último ponto, muitas mulheres cedam "por amor" nada muda à dura realidade dos fatos." (Kergoat, 2016, p. 49).

Dessa maneira, para a mulher é dito que ela deve realizar as atividades domésticas e de cuidado por “amor”, mas esse mesmo amor não é observado na figura masculina, que não cede por esse amor que tanto prega e não compartilha a divisão das atividades domésticas. Já, à figura feminina, desde muito jovem, são atribuídos ensinamentos sobre como ajudar a mãe nos afazeres domésticos, atrelando a ela o papel no âmbito doméstico e do lar (Kergoat, 2002).

“É importante refletir sobre os afetos, que estão na base da reprodução da servidão doméstica. Diz-se que realizamos o trabalho doméstico e de cuidado às crianças, ao marido, ao companheiro e às pessoas dependentes da família “por amor” e, isso, em um mundo regido pela heteronormatividade. Podemos nos perguntar como é que os homens mostram o seu amor, dada à divisão assimétrica do trabalho doméstico e de cuidados, e dado que o papel de provedor único do sexo masculino deixou de ser dominante nos arranjos familiares, inclusive no Brasil (Bilac, 2014). É também útil, para essa reflexão, estudar as reconfigurações da divisão sexual do trabalho doméstico.” (Hirata, 2015, p.16).

Para além, à figura da mulher são atribuídos papéis sociais, estes papéis são próprios para as mulheres e exigem qualificações invisíveis (Soares, 2011), isso se aplica desde aos cuidados domésticos, familiares, onde a mulher é vista como a figura de “cuidadora”, como também as ocupações que são majoritariamente ocupadas por mulheres, sendo o caso das

caixas, recepcionistas, enfermeiras, atendentes, educadoras, entre outras (Soares, 2011). São profissões e/ou ocupações em que são exigidas qualificações ditas como “femininas”, mas que não são verbalizadas. A mulher é vista como uma figura mais paciente e com qualidades femininas essenciais para algumas ocupações.

“É uma construção que se consolida no cotidiano, quando a elas são conferidas certas qualidades como atributos para cumprirem papéis sociais específicos e diferenciados “próprios de mulheres”, os quais se reproduzem socialmente por intermédio da educação tanto formal como informal de cunho sexista” (Parente, 2007, p.105).

De modo similar, Souza-Lobo (2011) destaca como as práticas sociais, familiares, culturais e de trabalho das mulheres são simultaneamente exploradas nas relações de trabalho, sejam elas capitalistas ou não, formais ou informais. As mulheres são as mais afetadas pela precariedade (Hirata, 2011). Nesse contexto, é necessário analisar como essa precarização, presente nas dinâmicas de trabalho das trabalhadoras dos Shopping Centers, impacta não apenas seu trabalho, mas também sua vida social.

(...) as mulheres são mais atingidas pela precariedade que os homens; as mulheres (...) são majoritárias na categoria do “desemprego oculto pelo desalento” (categoria da Pesquisa Emprego Desemprego – PED – da Fundação SEADE/DIEESE); a precariedade do trabalho (ou precarização salarial) e a precarização familiar são indissociáveis e devem ser analisadas conjuntamente; a intensificação do trabalho é uma das consequências da precarização e da flexibilidade do emprego, mesmo se ela também tem causas relacionadas com o processo de trabalho propriamente dito e com as novas formas de organização do trabalho num sentido estrito. (Hirata, 2011, p. 16).

Assim, ao pensar nesta precarização além do trabalho, é possível compreender como o trabalhador precarizado não padece apenas das insalubridades referentes ao seu trabalho, mas a toda a uma existência precarizada enquanto indivíduo. Standing (2017) ressalta que o precariado experimenta várias injeções especiais, inclusive um sentimento de ser enganado, é disseminado para eles que devem ser gratos e felizes pois estão trabalhando e devem ser “positivos”. Ou seja, independente do que passam ou em qual ocupação estejam empregados, devem ser gratos por ter um emprego, mesmo em condições insalubres e com baixa remuneração.

Destarte, as trabalhadoras são cada vez mais submetidas a empregos instáveis e à volatilidade de funções. Quando contratadas, estima-se que sejam capazes de exercer diversas atividades, mesmo que não sejam de sua responsabilidade. O trabalhador, nesse novo capitalismo flexível, é precarizado. Espera-se que ele seja um “faz-tudo”, como relatado anteriormente, o que o sobrecarrega e o adoece.

Quando se fala sobre o tempo feminino nesses espaços do shopping, é uma relação complexa. Muitas vezes, o tempo de trabalho invade o tempo de não-trabalho, o que pode ser observado nas dinâmicas que imperam nestes locais. Não há possibilidade de que esse tempo familiar não seja invadido, já que, mesmo em datas comemorativas ou aos domingos, quando existem rotinas familiares, as trabalhadoras permanecem em seus postos de trabalho, e não com seus familiares, amigos, etc. Ademais, segundo dados da PNAD Contínua de 2023¹¹, as mulheres ainda assim gastam mais horas para o trabalho doméstico e de cuidado do que os homens.

3 CONCLUSÃO

Através da pesquisa bibliográfica foi possível observar certas características do trabalho nos shopping centers. Este trabalho faz parte de uma pesquisa acadêmica mais ampla cujo objetivo vai ser investigar as dinâmicas que acontecem nas praças de alimentação dos shopping centers e a realidade das trabalhadoras que subsistem nesses locais. Nesta etapa inicial, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender o que está sendo produzido e as lacunas que existem no campo de pesquisa.

Com tudo que foi levantado até o momento é possível identificar algumas lacunas referente ao trabalho feminino em shopping centers. Assim, foram levantados dados bibliográficos mais gerais de como funcionam os trabalhos nestes grandes centros. Desde a realidade destes trabalhadores, que subsistem com uma extensa jornada de trabalho, baixa remuneração, multifuncionalidade do trabalhador e uma fraca representação sindical, como destacado nas pesquisas de Silva (2020), Gomes (2020) e Costa et al. (2006).

Outro ponto importante a ser destacado é que existem pesquisas que abordam a predominância da força de trabalho feminina nesse setor, como os estudos de Gomes (2020), De Claro et al. (2003) e Bernardino (2017), que corroboram a ideia de que as mulheres são majoritariamente empregadas em funções nesses locais. No entanto, ainda há uma limitação de estudos que tratem especificamente da presença majoritária das mulheres nesses espaços e que analisem sua realidade. Um exemplo disso é o trabalho de Ribas (2021), que analisa a realidade das auxiliares de cozinha em um shopping center em Santa Maria.

Concluindo, este trabalho teve como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica sobre a flexibilidade do trabalho em shoppings, com foco específico no trabalho das mulheres.

¹¹ DIEESE. Mulheres: Inserção no mercado de trabalho. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/infografico/2024/mulheresBrasilRegioes/index.html?page=1>.

Entretanto, poucos estudos abordaram especificamente a realidade das trabalhadoras, por isso foram incluídas pesquisas que retratam a realidade desses locais de maneira geral, como espaços com rotinas desgastantes, flexíveis e precárias.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. Associação Brasileira dos Shopping Centers. Disponível em: <http://www.abrasce.com.br>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: precarização do trabalho e redundância salarial. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 2, p. 188–197, jul. 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo; Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2008.

ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Infoproletários: degradação real do trabalho virtual.. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

BARBOSA, Ivan Fontes; ALVES, Victor Hugo Andrade; XAVIER, Jair dos Santos.(Org.). Precarização: transformações e crises na estrutura social do trabalho. 1. ed. São Cristóvão: EDUFS, 2022.

BAUER, Márcio André Leal; FERRAZ, Deise Luiza da Silva; BRANDÃO JÚNIOR, Roberto Dantas; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. O trabalho no “centro” do consumo: uma análise das relações laborais em um shopping center de Porto Alegre. *SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis*, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 49–60, 2011. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/1479>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Bernardino, Débora D’elboux. Trabalho Terceirizado de Limpeza em Shopping Center: vitrine da precarização na “catedral das mercadorias”. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação de Mestrado – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

BRUSCHINI, Cristina.; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, n. 110, p. 67–104, jul. 2000.

COSTA, Márcia da Silva. O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 59, p. 111–131, out. 2005.

COSTA, Marcia; MACIEL, Cristina; FERREIRA, Marcio; JUNIOR; Junior, Roberto. Flexibilização do trabalho no comércio: O caso de um Shopping Center. *Revista da ABET*, v. VI, No 2, JUL./DEZ. 2006.

DE CLARO, Maria Marcela Fernández; BOTOME, Sílvio Paulo; KUBO, Olga Mitsue. Condições de trabalho, vida e saúde de trabalhadores de comércio em shopping center. *Rev.*

Psicol., Organ. Trab., Florianópolis , v. 3, n. 2, p. 63-90, dez. 2003 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572003000200004&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 30 nov. 2024.

FISHER, Mark. Realismo capitalista. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. Mediações, Londrina, v. 14, n.2, p. 11-33, jul/dez, 2009.

FREITAS, Taís Viudes de. Articular trabalho profissional e vida familiar no contexto da flexibilização: quais os desafios para as mulheres?. Ideias, Campinas, SP, v. 7, n. 2 205–226, 2017.

GOMES, Bruna Cristine. Situação de trabalho em um shopping center de Uberlândia-MG. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais).

GONÇALVES, Renata. Precarização do trabalho feminino: Aspecto importante da exploração capitalista de classe. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1994.

HIRATA, Helena. A Precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho. Sociologias, [S. l.], v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. Organização, trabalho e gênero. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 89 – 108.

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil; 2015.

HIRATA, Helena. Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão. Caderno CRH, 24(1). 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Daniele. A relação social de sexo da reprodução das relações sociais à sua subversão. Pro-Posições, Campinas, SP, v. 13, n. 1, p. 47–59, 2016.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, H [et all] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo, Editora UNESP, 2009. KREIN, José Dari. A Tendência de Flexibilização do Tempo de Trabalho. Revista ABET vol. VI — n. 2/2007.

MACIEL, CRISTINA; FERREIRA, Marcio; JUNIOR. Flexibilização do trabalho no comércio: O caso de um Shopping Center. Revista da ABET, v. VI , No 2, JUL./DEZ. 2006.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do Trabalho Feminino: A Realidade das Mulheres no Mundo do Trabalho. Temporalis, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 39–56, 2014.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras do telemarketing. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização. 2003. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2003.

OLIVEIRA, Juliana Andrade. 'As emoções no trabalho e a segregação ocupacional no gênero feminino'. RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção, 11 (31): 32-52, Abril de 2012.

PADILHA, Valquíria. A realidade do trabalhador subalterno de limpeza em shopping center. Perspectivas, São Paulo, v. 39, p. 75-98, jan./jun. 2014.

PADILHA, Valquíria. Shopping center: a catedral das mercadorias. São Paulo: Boitempo, 2006.

PARENTE, Temis Gomes. Gênero e Memória de mulheres desterritorializadas. ArtCultura,, Uberlândia, v. 9, n. 14, jan-jun. 2007.

PERISTA, Heloísa. Gênero e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens», in *Análise Social*, vol. XXXVII (163). 2002.

ROSA, Anderson dos Santos; GONTIJO, Karollyne Santos; VIEIRA, Lucas Henrique; SILVA, Luiz Carlos; PITANGA, Artur Vandrê. Estresse no trabalho em colaboradores de shoppings no ramo alimentício. De Magistro de Filosofia, n. 22. p. 57-80, 2017.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 10, p. 147–168, 2012.

SENNETT, Richard. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2011.

SILVA, Camila. Funcionário do Burger King urina na roupa após ser proibido de ir ao banheiro durante o expediente. Carta Capital; 19 mai. 2023.

SILVA, Bino Isabella. A ação sindical e a precarização do trabalho: o caso dos Shoppings Centers. Rev. Sociologias Plurais, v. 6, n. 1, p. 87-109, jan. 2020.

SOARES, Ângelo. Tão longe, tão perto: o trabalho no setor de serviços. Rev. Latinoamericana de Estudos do Trabalho, 2016, n. 26, 2011.

SOARES, Ângelo. Se eu pudesse não ser caixa de supermercado. Estudos Feministas, 1997, p. 82-102.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. [1991]. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. Estudos Avançados, v. 30, n. 87, p. 123–139, maio 2016.

STANDING, Guy. O precariado. A nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. 1. ed. reimp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

TOMAZINI, Talita. MACÊDO, Kátia Barbosa. As vivências dos trabalhadores de um Shopping center em relação ao seu trabalho: uma abordagem psicodinâmica. Revista Gestão Organizacional. Vol. 3, n.2, Jul./Dez. 2010.

O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO EM SÃO PAULO:

Investigando as contribuições acadêmicas

Rodrigo Pereira da Silva (UNESP)¹²

Resumo: Este estudo revisa criticamente o *Programa Inova Educação*, implementado pela SEDUC-SP para modernizar a educação pública. Com foco em competências digitais, desenvolvimento socioemocional, educação empreendedora, carga de trabalho dos professores e desigualdade de acesso a recursos, a pesquisa analisou 17 estudos publicados entre 2021 e 2024. O *Inova Educação* introduz inovações importantes ao currículo, mas enfrenta desafios como a intensificação do trabalho docente e disparidades de recursos entre escolas, o que pode ampliar desigualdades. A padronização das práticas e a falta de apoio institucional têm gerado resistência entre os professores. Conclui-se que, para ser efetivo, o programa precisa de políticas públicas que garantam suporte e infraestrutura adequados e respeitem as especificidades de cada escola.

Palavras-chave: Programa Inova. Política Pública. Ensino Médio.

Abstract: This study critically reviews the *Inova Educação* Program, implemented by SEDUC-SP to modernize public education. Focusing on digital skills, socio-emotional development, entrepreneurial education, teacher workload, and resource access inequality, the research analyzed 17 studies published between 2021 and 2024. *Inova Educação* introduces important curriculum innovations but faces challenges, such as increased teacher workload and disparities in school resources, which may widen existing inequalities. The standardization of practices and lack of institutional support have led to teacher resistance. It is concluded that, to be effective, the program requires public policies that ensure adequate support and infrastructure while respecting the unique contexts of each school.

Keywords: Inova Program. Public Policy. High School.

¹² Doutorando PPGE- UNESP/IB Rio Claro, participante do Grupo de Estudos em Políticas Públicas Educacionais (GREPPE-UNESP/RIO CLARO) e do Laboratório de Observação e Estudos Descritivos (LOED- UNESP/RIO CLARO).

1 INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa está centrado no Programa Inova Educação. Ele é fruto de cooperação celebrada em 2017 entre a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP) e o Instituto Ayrton Senna (IAS), sendo válido para a rede estadual. Inicialmente, o Inova estava atrelado à reforma do Ensino Médio ocorrida em 2017 (São Paulo, 2018). Segundo a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (2024), o Programa, que foi oficialmente expandido em 2020 após um programa piloto ter sido implantado em 20 escolas selecionadas pela Secretaria no ano anterior, trouxe alterações no currículo escolar nos segmentos do Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio com a inserção de três novos componentes curriculares: Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologias. Outras alterações afetaram a organização do trabalho escolar, tais como: o tempo das aulas foi alterado de 50 minutos para 45 minutos e o número diário de aulas aumentou de seis para sete. Conforme o contrato de cooperação, atualmente o Inova está presente em todos os níveis da educação básica do estado de São Paulo.

O Programa Inova Educação, implementado pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEDUC-SP), representa uma tentativa de renovação nas práticas educacionais da rede pública paulista. Com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao século XXI, o programa busca transformar as escolas em espaços onde o aprendizado seja protagonizado pelos estudantes, promovendo não apenas o conhecimento tradicional, mas também competências socioemocionais, digitais e empreendedoras. No entanto, essa transformação estrutural traz impactos diretos ao cotidiano escolar, desde mudanças nos currículos e nos modos de avaliação até a incorporação de novas demandas para os professores, que são desafiados a se adaptar e atualizar constantemente.

Um dos aspectos centrais do Inova Educação é a parceria entre a SEDUC-SP e o Instituto Ayrton Senna, uma fundação privada que atua no desenvolvimento de programas educacionais voltados para o aprimoramento das habilidades socioemocionais dos alunos. Essa colaboração público-privada reflete a tendência da Nova Gestão Pública, marcada pela transferência de responsabilidades antes exclusivas do Estado para entidades privadas, que, sob a justificativa de eficiência, flexibilidade e inovação, passam a atuar diretamente na gestão e no planejamento das políticas públicas educacionais. Conforme argumentam Adrião e Jacomini (2021), essa abordagem transfere para o setor privado a capacidade de moldar intervenções estratégicas na educação pública, o que implica não apenas em mudanças administrativas, mas

também em um redirecionamento dos objetivos e das práticas educacionais para atender a lógicas de mercado.

Ao se estruturar como uma política pública, o Inova Educação reafirma o movimento de descentralização e mercantilização da educação, aspectos que caracterizam as reformas educativas sob o paradigma neoliberal, conforme observa Schneider (2020). Sob essa perspectiva, programas como o Inova não apenas promovem a inovação tecnológica e pedagógica, mas também introduzem mecanismos de controle e avaliação que, na prática, acabam por intensificar a carga de trabalho dos professores e desconsiderar a autonomia pedagógica no processo de ensino-aprendizagem. Esse modelo representa uma forma de governança educacional em que as práticas escolares passam a ser reguladas por indicadores de desempenho e metas padronizadas, que se distanciam das necessidades locais e das especificidades dos contextos sociais e culturais dos estudantes.

O Inova Educação, portanto, deve ser compreendido não só como uma iniciativa voltada para o desenvolvimento de novas competências nos estudantes, mas também como uma expressão das políticas públicas contemporâneas, onde o papel do Estado se transforma e a educação é reconfigurada segundo princípios de eficiência e competitividade. Sob esse olhar crítico, observa-se a necessidade de aprofundar a reflexão sobre os impactos e as reais implicações de programas educacionais alinhados à Nova Gestão Pública, questionando em que medida eles, de fato, contribuem para a formação cidadã e para a democratização do conhecimento na escola pública.

Ainda há lacunas significativas na compreensão de seu impacto e na documentação acadêmica sobre sua implementação e resultados. A existência de diversas publicações acadêmicas relacionadas ao Inova demanda uma análise criteriosa para mapear o estado da arte e identificar as contribuições científicas existentes. A pesquisa busca responder à seguinte questão: Quais são as principais contribuições acadêmicas sobre o Programa Inova Educação, conforme levantado na literatura publicada entre 2021 e 2024?

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de consolidar o conhecimento acadêmico sobre o Programa Inova Educação. Dado o impacto potencial das mudanças introduzidas pelo programa no sistema educacional, é crucial compreender como essas mudanças foram abordadas na literatura científica. A análise das publicações permite identificar tendências, desafios e oportunidades, além de fornecer subsídios para futuras pesquisas e políticas públicas educacionais.

Ao analisar o Programa Inova Educação, destaca-se uma série de temas fundamentais que refletem tanto as intenções declaradas pela política quanto os desafios e as críticas que

emergem em sua implementação. Primeiramente, o programa enfatiza as competências digitais e o alinhamento com o mercado de trabalho como eixos essenciais para a formação do estudante do século XXI (Seicentos, Coelho e Mattar, 2022; Goulart e Alencar, 2022). No entanto, ao aproximar a educação pública das demandas de uma economia digital, há uma preocupação legítima sobre a adequação das escolas para a inclusão digital e sobre o risco de reduzir a formação dos estudantes a uma lógica produtivista e instrumental, tal como discutido por Adrião e Jacomini (2021).

Outro pilar é o desenvolvimento socioemocional, que busca capacitar os estudantes a enfrentarem os desafios da vida escolar e profissional de maneira equilibrada e autônoma (Augusto e Sousa, 2022; Valero, 2021). Contudo, o enfoque socioemocional é alvo de críticas por suas potenciais limitações, já que a adaptação do indivíduo às adversidades pode ser enfatizada em detrimento da transformação crítica dos contextos que geram essas adversidades. Além disso, a educação empreendedora, promovida como uma via para fomentar o protagonismo estudantil, suscita reflexões sobre o papel da escola na formação de uma mentalidade orientada ao empreendedorismo e ao consumo, o que, segundo Schneider (2020), pode transformar a educação em uma ferramenta para a perpetuação de valores neoliberais e de competição no ambiente escolar.

O programa também enfrenta obstáculos relacionados à carga de trabalho dos professores, especialmente no que concerne à implementação de novas metodologias e avaliações (Nascimento, 2022; Silva, Andrade e Mizukami, 2023). A intensificação do trabalho docente, com exigências de adaptação contínua a inovações pedagógicas, frequentemente não é acompanhada de condições adequadas de formação e infraestrutura, aumentando o desgaste profissional e potencializando resistências no ambiente escolar.

Por fim, ao buscar promover inovação e modernização nas práticas escolares, o Inova Educação também traz à tona discussões sobre a desigualdade no acesso a recursos e sobre o papel das reformas educacionais (Alencar e Goulart, 2022; Seicentos, Coelho e Mattar, 2022). Programas que adotam práticas padronizadas e exigem recursos tecnológicos nem sempre são acompanhados de políticas que garantam a equidade entre as escolas, o que pode ampliar as disparidades educacionais ao invés de reduzi-las. Assim, como parte de um processo de reformas educacionais, o Inova Educação levanta questões essenciais sobre a universalidade do direito à educação e a inclusão de todos os estudantes em um projeto verdadeiramente democrático.

A natureza qualitativa da presente pesquisa visa não apenas coletar informações, mas, sobretudo, alcançar uma compreensão aprofundada, interpretação e discussão crítica das

contribuições acadêmicas sobre o Programa Inova Educação. De acordo com Minayo (2009), essa abordagem busca explorar os significados e as complexidades que envolvem a implementação de políticas públicas educacionais, permitindo uma análise que transcende dados objetivos para abarcar as perspectivas e interpretações dos autores. Assim, o foco está em compreender o Inova Educação não apenas como um programa isolado, mas como uma política pública inserida em um contexto maior de reformas educacionais e de gestão pública.

O objetivo é identificar e discutir as diversas vozes e posições presentes na literatura, com ênfase naquelas que abordam aspectos como competências digitais, desenvolvimento socioemocional, educação empreendedora, carga de trabalho dos professores e desigualdades no acesso a recursos. A revisão propõe, portanto, uma análise crítica dessas contribuições para observar como cada um desses temas é abordado, discutindo os impactos, as potencialidades e as limitações do programa, conforme interpretados por diferentes autores e estudos.

Essa análise qualitativa, além de mapear as interpretações acadêmicas, permite identificar tensões e contradições entre os objetivos declarados pelo programa e as críticas advindas da literatura, especialmente em relação à lógica de mercado e à Nova Gestão Pública que permeiam o Inova Educação. Dessa forma, a pesquisa se caracteriza por ser uma revisão interpretativa e reflexiva, que procura não apenas consolidar o conhecimento existente, mas também identificar lacunas e novas direções para estudos futuros sobre políticas educacionais no contexto brasileiro.

Para assegurar a relevância e a atualidade das publicações analisadas, adotou-se um processo sistemático de filtragem baseado em critérios específicos de inclusão e exclusão. Além dos descritores principais, “Programa Inova” e “Programa Inova Educação,” também foram exploradas combinações de termos relacionados a temas centrais do programa, como “competências digitais,” “desenvolvimento socioemocional,” “educação empreendedora,” “carga de trabalho docente,” e “política pública educacional.” Esse refinamento teve como objetivo identificar estudos que, embora não mencionassem explicitamente o nome do programa em seus títulos, abordassem aspectos diretamente relacionados a ele.

Os 17 trabalhos finais foram selecionados com base na sua contribuição significativa para a compreensão dos eixos temáticos do Programa Inova Educação. A seleção priorizou estudos que discutissem o impacto e as implicações do programa na rede pública paulista, incluindo tanto pesquisas que examinam os efeitos diretos do programa quanto aquelas que exploram os desafios da implementação no âmbito das políticas educacionais. Esse critério permitiu compor um corpus que reflete as diversas perspectivas acadêmicas sobre o programa,

abrangendo desde o potencial pedagógico até as críticas às práticas associadas à Nova Gestão Pública.

Para ampliar o alcance da revisão e enriquecer a análise crítica, a busca foi complementada por consultas a outras fontes, incluindo capítulos de livros e artigos indexados em bases como Scielo e Google Scholar. Essas fontes adicionais foram selecionadas para complementar a discussão com estudos teóricos e análises mais amplas sobre as políticas públicas e práticas educacionais contemporâneas.

**TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO QUANTITATIVA DOS TRABALHOS POR ANO
2021-2024**

Ano	Artigos	Teses	Dissertações	Total
2021	1	1	2	4
2022	2		3	5
2023	3	2	2	7
2024	1			1
Total	7	3	8	17

Fonte: Elaboração própria.

Os trabalhos selecionados e analisados revelam importantes tendências na produção acadêmica sobre o Programa Inova Educação.

A distribuição temporal das publicações mostra um aumento significativo no número de trabalhos ao longo dos anos, com um pico de produção em 2023. Em 2021, foram publicados 4 trabalhos (1 artigo 3 dissertações), marcando o início das investigações acadêmicas sobre o Programa Inova Educação. Em 2022, o número de publicações subiu para 5, com 2 artigos e 3 dissertações, refletindo um crescimento contínuo no interesse pelo programa. O ano de 2023 destacou-se como o mais produtivo, com um total de 7 trabalhos publicados (3 artigos, 2 teses e 2 dissertações). Esse aumento pode ser atribuído ao maior interesse e relevância do tema na comunidade acadêmica, bem como ao amadurecimento das pesquisas em andamento. Até o momento, em 2024, foi publicado 1 artigo, e espera-se que mais trabalhos sejam concluídos e divulgados ao longo do ano. Em termos de tipos de publicações, a produção de artigos foi constante ao longo do período, enquanto as dissertações de mestrado se destacaram como a categoria mais numerosa, com 8 publicações, refletindo um grande interesse de estudantes de mestrado em investigar o programa. As teses de doutorado, embora em menor número,

totalizando 3 publicações, indicam um aprofundamento significativo nas pesquisas e um compromisso de longo prazo com o tema.

QUADRO 1: LEVANTAMENTO DE TRABALHOS SOBRE O PROGRAMA INOVA EDUCAÇÃO

AUTORES	TÍTULO	ANO	NÍVEL	INSTITUIÇÃO/FONTE
Seicentos, Coelho, e Mattar	Competências digitais no Currículo Paulista e no Programa Inova Educação: análise documental	2024	A	Contribuciones a Las Ciencias Sociales (CLCS)
Agusto, e Sousa.	Projeto de vida para quê? Percepção dos/das docentes sobre o Programa Inova Educação nas escolas paulistas de tempo parcial.	2023	M	UNIFESP
Iketu.	Empreendedorismo como transformação social: análise de uma proposta inovadora de política pública.	2023	M	USP
Silva.	Programa Inova Educação da secretaria da Educação do Estado de São Paulo: a formação do professor.	2023	D	MACKENZIE
Valero.	Matemática financeira como eletiva do Programa Inova Educação do Governo do Estado de São Paulo	2023	D	UNICAMP
Silva, Andrade e Mizukami.	Programa Inova Educação: a formação do professor	2023	A	Revista Educar
Silva.	Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020)	2023	A	Áskesis
Pereira, Fonseca e Arantes.	Currículo Paulista e o Programa Inova Educação: as tecnologias digitais e as novas diretrizes curriculares do estado de São Paulo	2023	A	Anais do III Simpósio Brasileiro de Educação em Computação.
Nascimento.	Processo de inclusão digital no Programa Inova Educação das Escolas Estaduais de Ensino Médio Integral do	2022	M	UFSC

	Município de Sumaré – São Paulo.			
Nascimento.	Programa Inova Educação na Rede Estadual Paulista (2020-2021): foco nas habilidades e competências socioemocionais	2022	M	UNIFESP
Beriotto.	Concepção de Tecnologia dos Programas São Paulo Faz Escola e Inova Educação: Permanências ou Rupturas?	2022	M	UFSCAR
Silva.	Programa educacional público paulista Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã	2022	A	Conjecturas
Alencar, Santos e Jacomini.	Conformismo e subalternidade no Programa Inova Educação na Rede Estadual Paulista.	2022	A	Práxis e Hegemonia Popular
Jorge.	Transição curricular paulista: Programa Inova Educação e a Implementação do currículo do Ensino Médio (2019-2020).	2021	M	PUC
Peres.	Inovação na escola pública: polissemia do conceito e orientação política no Programa Inova Educação de São Paulo	2021	M	USP
Valero,	Matemática Financeira como Eletiva do Programa Inova Educação do Governo do Estado de São Paulo	2021	M	UNICAMP
Goulart, e Alencar.	Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador	2021	A	Germinal: Marxismo e Educação em Debate

Fonte: Elaboração própria.

Os temas abordados pelos trabalhos revelam uma diversidade significativa de áreas de estudo, cada uma contribuindo de forma única para a compreensão do Programa Inova Educação.

As competências digitais foram analisadas por Seicentos, Coelho e Mattar (2024) e por Pereira, Fonseca e Arantes (2023). Seicentos, Coelho e Mattar (2024) realizaram uma análise documental das competências digitais no Currículo Paulista e no Programa Inova Educação, destacando as novas diretrizes curriculares do estado de São Paulo. Pereira, Fonseca e Arantes (2023) focaram na integração das tecnologias digitais no currículo, explorando os desafios e oportunidades apresentados pela digitalização no contexto educacional. Esses estudos são cruciais para entender como a tecnologia está sendo incorporada nas escolas e quais são os impactos dessa integração.

O desenvolvimento socioemocional foi outro tema relevante, abordado por Augusto e Sousa (2023) e Nascimento (2022). Augusto e Sousa (2023) investigaram a percepção dos docentes sobre o impacto das competências socioemocionais nas escolas, enquanto Nascimento (2022) examinou os processos de inclusão digital e o desenvolvimento socioemocional no programa. A análise dessas competências é fundamental para avaliar a eficácia das novas políticas educacionais e suas repercussões no ambiente escolar, proporcionando uma visão abrangente das implicações dessas competências para o desenvolvimento integral dos estudantes.

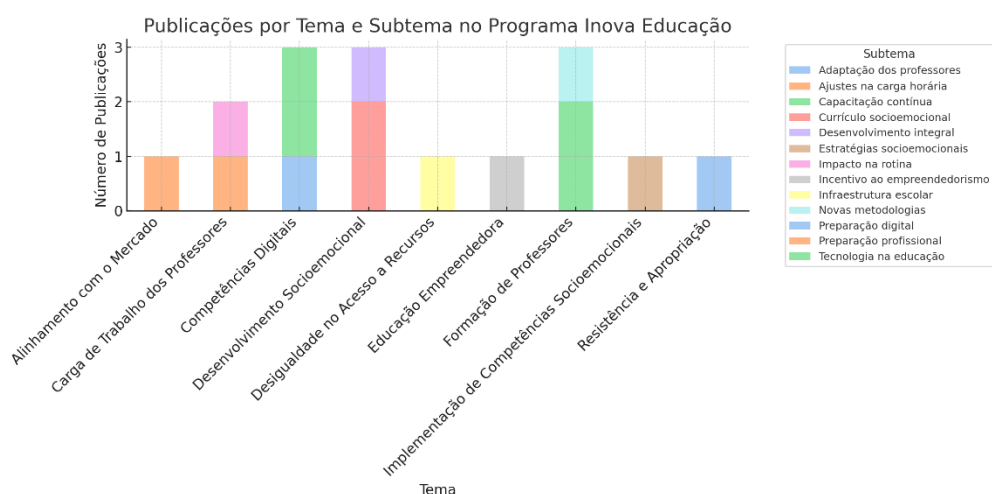
No campo da educação empreendedora, Ikeuti (2023) analisou uma proposta inovadora de política pública voltada para o empreendedorismo. Este estudo é relevante para entender como o Programa Inova Educação incentiva o desenvolvimento de habilidades empreendedoras entre os estudantes, promovendo a transformação social por meio da educação. A ênfase no empreendedorismo reflete uma tentativa de alinhar a educação com as demandas do mercado de trabalho e preparar os estudantes para um futuro dinâmico e incerto.

A formação de professores no contexto do Programa Inova Educação foi investigada por Silva (2023) e Silva, Andrade e Mizukami (2023). Silva (2023) focou na formação dos professores, abordando os desafios e as oportunidades na implementação das novas diretrizes. Silva, Andrade e Mizukami (2023) exploraram a preparação dos docentes, destacando a importância de uma formação contínua e adequada para o sucesso das políticas educacionais. Esses estudos ressaltam a necessidade de capacitação dos professores para lidar com as mudanças curriculares e metodológicas impostas pelo programa.

Valero (2021, 2023) explorou o componente projeto de vida e eletivas, investigando como disciplinas como Matemática Financeira são integradas como eletivas no currículo. A pesquisa de Valero oferece uma análise sobre a relevância e a aplicação prática desses componentes no desenvolvimento dos estudantes, evidenciando a importância de uma

abordagem curricular diversificada que promova tanto o desenvolvimento acadêmico quanto pessoal dos alunos.

A diversidade de instituições contribuintes, como UNIFESP, USP, UFSC, UNICAMP, entre outras, demonstra um amplo interesse acadêmico no Programa Inova Educação. A variedade de perspectivas institucionais enriquece a compreensão das políticas implementadas e suas implicações, proporcionando uma visão multifacetada do programa.



A análise do gráfico “Publicações por Tema e Subtema no Programa Inova Educação” revela as principais áreas de interesse e lacunas na literatura sobre o programa, oferecendo uma visão crítica das ênfases e omissões nas publicações acadêmicas entre 2021 e 2024. Esse levantamento visual facilita a compreensão dos temas mais investigados, bem como das áreas que demandam maior atenção por parte dos pesquisadores.

Observa-se que temas como Competências Digitais, Desenvolvimento Socioemocional e Formação de Professores são os mais frequentemente abordados. Esse destaque pode ser interpretado como uma resposta às exigências da contemporaneidade, em que as competências digitais e socioemocionais se tornaram essenciais tanto para a inserção dos alunos no mercado de trabalho quanto para a sua formação integral. Em “Competências Digitais”, subtemas como “Preparação digital” e “Tecnologia na educação” são preponderantes, o que indica um foco das publicações em investigar como o Inova Educação prepara os estudantes para o mundo digital. Este resultado reforça a preocupação em alinhar as práticas escolares com as demandas tecnológicas atuais, como apontam Seicentos et al. (2024) e Pereira et al. (2023).

No Desenvolvimento Socioemocional, subtemas como “Desenvolvimento integral” e “Currículo socioemocional” sugerem uma abordagem que não se restringe apenas ao domínio acadêmico, mas que incorpora as habilidades socioemocionais como parte central do processo educativo. Augusto & Sousa (2023) e Nascimento (2022) discutem como essas competências estão integradas ao currículo do Inova Educação, enfatizando a formação de alunos mais resilientes e emocionalmente equilibrados, embora isso possa ser criticado como uma adaptação individual às adversidades, sem que haja uma transformação dos contextos adversos.

A Formação de Professores é outro tema amplamente estudado, com uma concentração de publicações em subtemas como “Capacitação contínua” e “Novas metodologias”. Esse enfoque reflete a necessidade de preparar os docentes para implementar as novas metodologias e demandas do programa, conforme discutem Silva (2023) e Silva et al. (2023). A formação continuada é essencial para que os professores possam lidar com as mudanças propostas pelo Inova Educação, o que inclui desde a integração de tecnologias até o desenvolvimento de competências socioemocionais nos alunos. Entretanto, a ênfase na capacitação constante também aponta para a intensificação do trabalho docente, o que pode gerar desgaste e resistência, especialmente em contextos onde o suporte institucional é insuficiente.

Por outro lado, temas como Alinhamento com o Mercado de Trabalho e Resistência e Apropriação aparecem com menor frequência, o que indica uma lacuna na análise crítica sobre como o programa se alinha ou responde às demandas do mercado e como os professores e alunos se apropriam das mudanças propostas. Goulart e Alencar (2022) discutem o alinhamento entre as habilidades promovidas pelo programa e as demandas profissionais, mas poucas publicações exploram essa questão de maneira aprofundada. Da mesma forma, há escassez de estudos que investiguem as formas de resistência e adaptação dos professores às mudanças implementadas, limitando o entendimento de como essas transformações afetam a prática pedagógica cotidiana e as relações no ambiente escolar.

A partir dessa análise, percebe-se que, embora o Inova Educação esteja bem representado nas discussões sobre competências digitais, desenvolvimento socioemocional e formação docente, há uma necessidade de expandir a pesquisa sobre seu impacto no mercado de trabalho e sobre as reações do corpo docente. Essas lacunas representam oportunidades para futuras pesquisas que busquem uma visão mais abrangente e crítica sobre o programa e seus efeitos na educação pública paulista.

2 DISCUSSÃO DE MATERIAL

A seção de discussão de resultados visa aprofundar a análise dos temas identificados na revisão bibliográfica sobre o Programa Inova Educação, relacionando-os aos principais debates em políticas educacionais e ao contexto da Nova Gestão Pública. O programa, que busca modernizar o ensino na rede pública paulista através do desenvolvimento de competências digitais, socioemocionais e empreendedoras, reflete não apenas uma adaptação às exigências do século XXI, mas também uma orientação estratégica que se alinha às demandas de eficiência e produtividade. No entanto, ao examinar os achados dos estudos sobre o Inova Educação, é possível identificar tanto os avanços promovidos pelo programa quanto as tensões e limitações que surgem em sua implementação.

Dessa forma, nesta seção, discutimos os resultados a partir de uma perspectiva crítica, considerando as implicações e os desafios enfrentados no âmbito das escolas, bem como as reações e adaptações dos professores e alunos. Com base nas contribuições acadêmicas selecionadas, são exploradas as dinâmicas entre inovação e inclusão, as contradições entre o desenvolvimento de competências e a intensificação do trabalho docente, e os dilemas relacionados à desigualdade no acesso a recursos tecnológicos. Esses elementos apontam para uma reflexão ampla sobre o alcance do Programa Inova Educação enquanto política pública e suas possíveis repercussões para a formação dos estudantes e para o papel do professor na educação pública.

Dando continuidade à discussão dos resultados, iniciamos com o tema Competências Digitais e o Mercado de Trabalho, um dos eixos centrais do Programa Inova Educação. Esse foco reflete a necessidade de adaptar a educação pública às demandas de um mercado cada vez mais orientado pela tecnologia e pelas habilidades digitais. Autores como Seicentos, Coelho e Mattar (2022) e Goulart e Alencar (2022) destacam que o desenvolvimento de competências digitais é visto como um passo estratégico para equipar os estudantes com conhecimentos e habilidades essenciais para sua inserção em uma economia digital.

O Inova Educação enfatiza a importância de preparar os alunos para o uso crítico e funcional das tecnologias, não apenas como consumidores passivos, mas como potenciais criadores e solucionadores de problemas em ambientes digitais. Segundo Seicentos et al. (2022), o programa introduz práticas pedagógicas voltadas para o letramento digital e o uso de ferramentas tecnológicas, com o objetivo de desenvolver habilidades que vão desde o básico, como navegação segura e comunicação digital, até competências mais avançadas, como programação e pensamento computacional. Para esses autores, "as competências digitais são

essenciais para que o aluno possa atuar em uma sociedade cada vez mais mediada pela tecnologia" (Seicentos et al., 2022, p. 45), ressaltando a necessidade de uma educação que forme alunos preparados para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades de um mercado em constante mudança.

Goulart e Alencar (2022) reforçam essa perspectiva ao argumentar que o Inova Educação promove uma conexão entre o currículo escolar e as competências exigidas pelo mercado. Segundo eles, "o desenvolvimento de competências digitais visa não apenas atender a uma demanda profissional, mas transformar o aluno em um sujeito ativo e consciente no uso das tecnologias" (Goulart & Alencar, 2022, p. 63). No entanto, os autores também alertam para os riscos de uma abordagem excessivamente instrumental, que reduz a formação dos alunos a um conjunto de habilidades práticas sem necessariamente integrar uma perspectiva crítica sobre o uso e os impactos da tecnologia na sociedade. Eles argumentam que, ao focar na adaptação dos alunos às exigências mercadológicas, o programa corre o risco de "perpetuar uma visão utilitarista da educação, onde a formação é vista apenas como um meio para a empregabilidade" (Goulart & Alencar, 2022, p. 67), deixando em segundo plano a formação cidadã.

Dessa forma, a discussão sobre as competências digitais no Inova Educação revela tanto o potencial do programa em preparar os estudantes para o mundo do trabalho quanto as limitações de uma formação centrada exclusivamente nas demandas do mercado. Essa dualidade sugere a necessidade de uma abordagem equilibrada, que não apenas capacite os alunos para o futuro profissional, mas também os estimule a refletir criticamente sobre o papel da tecnologia e suas implicações sociais. Como salientam Seicentos et al. (2022), "a verdadeira competência digital inclui a capacidade de analisar e questionar o impacto das tecnologias na vida pessoal e social" (p. 52), apontando para a importância de um currículo que promova o pensamento crítico e a autonomia.

Continuando a discussão, o desenvolvimento socioemocional emerge como um dos pilares centrais do Programa Inova Educação, refletindo uma tendência contemporânea de valorizar as habilidades emocionais e sociais na formação dos estudantes. Autores como Augusto e Sousa (2022) e Valero (2021) argumentam que o fortalecimento das competências socioemocionais é visto como uma resposta às necessidades de um ambiente escolar que transcende o aprendizado acadêmico, proporcionando ao aluno uma formação mais integral. No entanto, essa perspectiva também é alvo de críticas, especialmente no que diz respeito à forma como tais competências são implementadas e às implicações disso para a autonomia e o protagonismo dos estudantes.

Augusto e Sousa (2022) destacam que as competências socioemocionais são fundamentais para ajudar os estudantes a lidarem com desafios cotidianos, colaborarem com seus pares e se engajarem de maneira mais autônoma e responsável. Eles afirmam que "o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência e autocontrole, contribui significativamente para o sucesso escolar e pessoal dos alunos" (Augusto & Sousa, 2022, p. 37), ressaltando que tais competências são indispensáveis em uma sociedade marcada por mudanças rápidas e desafios constantes. Para esses autores, o Inova Educação oferece uma oportunidade para que a escola se torne um espaço de formação holística, onde o aluno aprende a se entender e a se relacionar com o outro.

Valero (2021), por sua vez, adota uma postura crítica quanto à implementação das competências socioemocionais, alertando para o risco de se utilizar essas habilidades como uma ferramenta para adaptar o aluno ao ambiente escolar sem questionar as estruturas que geram o estresse e as dificuldades que ele enfrenta. Segundo Valero, "ao focar nas competências socioemocionais como uma forma de adaptação, corre-se o risco de responsabilizar o aluno pela sua própria resiliência, sem considerar as condições externas que afetam seu bem-estar" (Valero, 2021, p. 42). Essa visão sugere que, enquanto o programa promove o desenvolvimento pessoal, ele pode, ao mesmo tempo, desconsiderar a necessidade de transformar as condições institucionais e sociais que impactam o estudante.

A crítica de Valero é relevante, pois questiona em que medida o desenvolvimento socioemocional no Inova Educação está verdadeiramente voltado para o empoderamento dos estudantes, ou se acaba sendo um mecanismo de conformidade. Para ele, as competências socioemocionais deveriam ser trabalhadas de maneira a promover a reflexão crítica e a autonomia, ao invés de serem moldadas como ferramentas para responder às demandas de um sistema educacional que frequentemente ignora as causas estruturais de problemas como a desigualdade e o estresse. Nesse sentido, ele defende que "o desenvolvimento socioemocional deve ser um caminho para a emancipação, e não uma resposta superficial aos sintomas de um sistema desafiador" (Valero, 2021, p. 45).

Assim, ao discutir o desenvolvimento socioemocional no Inova Educação, é possível perceber que, embora o programa tenha o mérito de integrar habilidades fundamentais para a formação integral do aluno, há uma tensão entre o potencial emancipador dessas competências e o risco de seu uso para fins adaptativos. Essa ambiguidade aponta para a necessidade de uma abordagem crítica que valorize o desenvolvimento socioemocional como uma prática de fortalecimento e consciência crítica, em vez de uma simples adequação dos estudantes a um sistema que permanece inalterado.

No contexto do *Programa Inova Educação*, a educação empreendedora é promovida como um caminho para o fortalecimento do protagonismo estudantil, incentivando os alunos a desenvolverem habilidades que os tornem mais autônomos, criativos e capazes de buscar soluções para os problemas do cotidiano. Essa proposta tem sido defendida por autores como Ikeuti (2021), que ressalta a importância da educação empreendedora como uma forma de preparar os estudantes para serem agentes ativos e inovadores em suas comunidades e no mercado de trabalho. No entanto, ao mesmo tempo que essa abordagem pode contribuir para a formação de estudantes mais autônomos, também levanta questões críticas sobre as finalidades e os limites de uma educação voltada para o empreendedorismo.

Ikeuti (2021) argumenta que a educação empreendedora, ao incentivar competências como a resolução de problemas, a iniciativa e a tomada de decisões, promove uma experiência de aprendizagem em que o estudante é o principal responsável por seu desenvolvimento. Segundo o autor, "ao estimular a autonomia e a capacidade de iniciativa, a educação empreendedora proporciona ao estudante a oportunidade de protagonizar seu próprio processo de aprendizagem" (Ikeuti, 2021, p. 58), colocando-o como sujeito ativo no ambiente escolar. Essa perspectiva sugere que, ao fomentar uma postura empreendedora, o *Inova Educação* contribui para a construção de uma geração de jovens que se percebem como capazes de transformar suas próprias realidades.

Contudo, uma análise mais crítica sobre a inclusão da educação empreendedora na escola pública revela tensões importantes. Ao promover o empreendedorismo como um valor central, o programa pode estar alinhando a formação dos estudantes a uma lógica de mercado que privilegia a competitividade, a autossuficiência e a capacidade de adaptação individual, em detrimento da cooperação e do questionamento social. Ikeuti (2021) observa que, "embora o empreendedorismo possa empoderar o estudante, ele também o insere em uma lógica que individualiza o sucesso e valoriza a adaptabilidade em um sistema que nem sempre oferece oportunidades equitativas" (Ikeuti, 2021, p. 63). Dessa forma, a educação empreendedora, ao ser aplicada sem uma reflexão crítica, pode contribuir para a perpetuação de uma mentalidade neoliberal, onde os indivíduos são responsáveis isoladamente por seu sucesso ou fracasso, ignorando as barreiras estruturais que os afetam.

Outro ponto de tensão é o impacto dessa abordagem sobre o conceito de protagonismo estudantil. Enquanto a educação empreendedora pode incentivar os alunos a desenvolverem habilidades práticas e voltadas para a inovação, ela também pode acabar limitando a visão do protagonismo a um exercício de habilidades mercadológicas. Ao focar na preparação para o mercado, corre-se o risco de reduzir o protagonismo a uma busca por competências que

atendam às demandas econômicas, em vez de uma prática de autonomia e crítica social. Isso levanta a questão de até que ponto o *Inova Educação* promove um protagonismo genuíno, capaz de estimular a conscientização sobre as dinâmicas sociais e econômicas mais amplas que afetam o cotidiano escolar.

Portanto, embora a educação empreendedora proposta pelo *Inova Educação* tenha o mérito de valorizar o protagonismo e a autonomia dos estudantes, é essencial uma abordagem crítica que considere os riscos de uma formação voltada excessivamente para a adaptação ao mercado. Ao incentivar uma postura empreendedora sem uma análise crítica dos valores que sustentam o empreendedorismo, o programa pode acabar restringindo o potencial emancipador do protagonismo estudantil, transformando-o em uma ferramenta de conformidade e adequação às demandas de um sistema econômico que nem sempre oferece oportunidades iguais para todos.

Um dos desafios centrais impostos pelo Programa Inova Educação recai sobre os professores, cuja carga de trabalho e demandas profissionais aumentaram significativamente com a implementação do programa. A necessidade de adaptar-se a novas metodologias, incorporar competências digitais e socioemocionais, e adotar práticas de ensino voltadas para o empreendedorismo resultou em uma intensificação do trabalho docente que, segundo Nascimento (2022) e Silva, Andrade e Mizukami (2023), não foi acompanhada de condições adequadas de formação e suporte institucional.

Nascimento (2022) destaca que o Inova Educação introduziu uma série de responsabilidades adicionais para os professores, que agora precisam não apenas dominar conteúdos tradicionais, mas também atuar como facilitadores de competências digitais e socioemocionais. Essa mudança no papel do docente exige uma carga significativa de preparo e formação contínua, mas muitos relatam falta de suporte e capacitação eficaz. Segundo o autor, “a intensificação do trabalho docente pode levar a um desgaste emocional e físico, afetando a qualidade de ensino e o próprio bem-estar dos professores” (Nascimento, 2022, p. 48). A sobrecarga gerada pela necessidade de incorporar novos conteúdos e estratégias pedagógicas sem o devido apoio gera tensões e frustrações no corpo docente, que se sente pressionado a corresponder às expectativas do programa sem as condições necessárias.

Silva, Andrade e Mizukami (2023) reforçam essa perspectiva ao observar que muitos professores manifestam resistência à implementação das práticas sugeridas pelo Inova Educação, especialmente por sentirem que essas inovações são introduzidas de maneira impositiva, sem consulta e sem diálogo com as realidades diversas das escolas. Conforme os autores, “o aumento das exigências sem uma contrapartida em infraestrutura e formação

específica levou parte dos docentes a resistirem ao programa, uma vez que veem suas condições de trabalho deteriorarem sem melhorias significativas” (Silva et al., 2023, p. 67). Essa resistência não é, portanto, uma rejeição à inovação em si, mas uma resposta às condições desfavoráveis impostas, que limitam a autonomia do professor e aumentam a pressão para atender a demandas alheias ao contexto escolar.

Além da sobrecarga de trabalho, outro aspecto importante é a frustração que surge pela falta de apoio e reconhecimento. Muitos docentes relatam que o programa exige uma adaptação rápida a competências e conteúdos para os quais não foram suficientemente preparados, gerando um sentimento de inadequação e ansiedade. A falta de infraestrutura adequada, como equipamentos tecnológicos e acesso a materiais de qualidade, também agrava a situação, transformando o que deveria ser uma oportunidade de inovação em uma fonte de estresse. Como observam Silva et al. (2023), “a resistência docente reflete a insatisfação com as condições de trabalho e a percepção de que o programa foi planejado sem considerar as limitações e as realidades das escolas públicas” (p. 70).

Portanto, os desafios impostos pelo Inova Educação aos professores revelam uma tensão entre as exigências de uma educação moderna e a precariedade das condições oferecidas para sua implementação. A sobrecarga e a resistência não são meros obstáculos à inovação, mas sinalizam a necessidade de uma política educacional que valorize a voz dos professores e ofereça condições reais de adaptação e desenvolvimento. Para que o programa tenha um impacto positivo e sustentável, é fundamental que a Secretaria de Educação promova um diálogo constante com o corpo docente, oferecendo suporte adequado e valorizando o papel dos professores como agentes essenciais de transformação.

No contexto do *Programa Inova Educação*, a promoção de inovações pedagógicas e tecnológicas é um dos principais objetivos, buscando transformar o ambiente escolar para atender às demandas do século XXI. No entanto, a implementação dessas inovações em um sistema educacional marcado por profundas desigualdades socioeconômicas levanta questionamentos sobre a equidade e a eficácia do programa. Autores como Seicentos, Coelho e Mattar (2022) e Alencar e Goulart (2022) exploram essas tensões, evidenciando que, embora o *Inova Educação* tenha o potencial de modernizar a educação pública, ele também reproduz e, em alguns casos, agrava as desigualdades existentes entre as escolas.

Seicentos, Coelho e Mattar (2022) destacam que, para muitas escolas, a falta de infraestrutura adequada dificulta a implementação das práticas inovadoras propostas pelo programa. Em escolas localizadas em regiões menos favorecidas, frequentemente faltam recursos tecnológicos básicos, como acesso à internet de qualidade, computadores e outros

dispositivos que permitam o desenvolvimento das competências digitais. Segundo os autores, “a inovação proposta pelo *Inova Educação* enfrenta barreiras significativas nas escolas que não possuem as condições materiais mínimas para sua execução” (Seicentos et al., 2022, p. 23), o que limita a oportunidade de muitos alunos acessarem uma formação tecnológica e digital que os prepare para o mercado de trabalho.

Alencar e Goulart (2022) abordam essa questão ao ressaltar que, ao adotar um modelo padronizado de inovação, o programa não leva em consideração as desigualdades entre as escolas. Eles argumentam que, ao estabelecer metas e conteúdos uniformes para todas as instituições, o *Inova Educação* desconsidera as particularidades locais e as limitações de infraestrutura que muitas escolas enfrentam. “A padronização do programa pode intensificar as desigualdades, pois as escolas com melhores condições tendem a implementar as inovações com mais facilidade, enquanto as demais enfrentam dificuldades para acompanhar o ritmo e alcançar as mesmas metas” (Alencar & Goulart, 2022, p. 42). Esse modelo, portanto, pode criar um efeito de ampliação das disparidades entre as escolas, com algumas conseguindo atender às exigências do programa e outras ficando para trás.

A desigualdade de acesso a recursos não impacta apenas a implementação das inovações, mas também influencia a forma como o programa é percebido por alunos e professores. Em contextos onde os recursos são escassos, há uma maior resistência à proposta de inovação, pois ela é vista como uma demanda irrealista e descolada das condições locais. Alencar e Goulart (2022) observam que, em muitas escolas, os professores e gestores enfrentam um dilema entre seguir as orientações do programa ou atender às necessidades imediatas dos alunos com os recursos limitados que possuem. Essa tensão gera frustração entre os profissionais da educação, que se sentem pressionados a adotar práticas inovadoras sem a infraestrutura necessária para isso.

Portanto, embora o *Inova Educação* proponha um avanço significativo na modernização do ensino público, sua implementação revela os limites de uma política que não considera as desigualdades estruturais das redes escolares. A inovação, nesse contexto, acaba sendo acessível apenas para algumas escolas, criando uma divisão entre aquelas que conseguem acompanhar o ritmo das mudanças e aquelas que são marginalizadas pelo sistema. Essa situação destaca a necessidade de políticas públicas que não apenas promovam a inovação, mas que garantam o acesso equitativo a recursos e infraestrutura para todas as escolas, permitindo que a inovação seja verdadeiramente inclusiva e beneficie todos os alunos, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica.

Para concluir a discussão dos resultados, é essencial refletir sobre os impactos do Programa Inova Educação no panorama educacional paulista e nas dinâmicas internas das escolas públicas. A análise dos temas abordados – competências digitais, desenvolvimento socioemocional, educação empreendedora, desafios para os professores, inovações e desigualdades de acesso a recursos – evidencia que, embora o programa traga avanços importantes na modernização e diversificação das práticas pedagógicas, ele também apresenta desafios que precisam ser cuidadosamente considerados. O potencial do Inova Educação de transformar a educação pública depende, em grande medida, da capacidade das políticas públicas de reconhecer e abordar as complexidades e as disparidades existentes no sistema educacional. Sem uma abordagem crítica e inclusiva, as inovações propostas podem, inadvertidamente, reforçar desigualdades e intensificar a carga de trabalho dos professores, prejudicando o propósito original de um ensino mais acessível e transformador para todos os alunos.

3 CONCLUSÃO

Nas considerações finais, sintetizamos as principais conclusões da revisão crítica do Programa Inova Educação, evidenciando tanto seus avanços quanto suas limitações. O programa representa um esforço significativo para modernizar a educação pública paulista, com ênfase no desenvolvimento de competências digitais, socioemocionais e empreendedoras. Essas inovações são, em grande medida, alinhadas às demandas contemporâneas e promovem uma formação mais diversificada para os estudantes. No entanto, a implementação do programa enfrenta desafios consideráveis, especialmente no que tange à desigualdade de recursos entre as escolas e à sobrecarga imposta aos professores, que são constantemente pressionados a se adaptarem a novas exigências sem receber o suporte necessário.

As conclusões indicam que, embora o Inova Educação promova competências importantes, há uma lacuna crítica em relação à infraestrutura e ao suporte contínuo oferecido aos profissionais da educação. A resistência e a frustração observadas entre os docentes refletem uma inadequação entre as metas do programa e as condições práticas encontradas nas escolas públicas, especialmente aquelas em áreas de vulnerabilidade. Além disso, a padronização das inovações ignora as particularidades de cada escola, o que pode resultar na ampliação das disparidades entre as instituições com mais e menos recursos.

Para pesquisas futuras, é recomendável investigar o impacto do Inova Educação a longo prazo, especialmente no desenvolvimento das competências digitais e socioemocionais dos

alunos, e como essas competências se traduzem em resultados práticos, tanto acadêmicos quanto pessoais. Outra área de estudo relevante seria explorar a perspectiva dos professores e gestores sobre as exigências do programa, com foco nas adaptações e resistências surgidas durante a implementação. Estudos comparativos entre escolas com diferentes níveis de recursos também poderiam revelar com mais profundidade as disparidades de acesso e os efeitos dessas desigualdades no sucesso do programa.

Quanto às recomendações para políticas públicas, sugere-se uma abordagem mais equitativa e adaptada ao contexto de cada escola, com atenção especial às escolas em regiões desfavorecidas. É fundamental que a Secretaria da Educação considere políticas que promovam a capacitação contínua dos professores, fornecendo-lhes não apenas formação, mas também suporte material e psicológico. Além disso, uma maior flexibilização nas exigências do programa poderia permitir que cada escola adapte as inovações de acordo com suas possibilidades e necessidades, fortalecendo assim o objetivo de inclusão e equidade que deve sustentar o Inova Educação.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, F; SANTANA, V. S; JACOMINI, M. A. Conformismo e subalternidade no Programa Inova Educação na Rede Estadual Paulista. *Revista Práxis e Hegemonia Popular*, [S. l.], v. 7, n. 10, p. 140–157, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36311/2526-1843.2022.v7n10.p140-157>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- AUGUSTO, G. A. e S. *Projeto de vida para quê? Percepção dos/das docentes do Programa Inova Educação*. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2023. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/bc8494b8-1bb1-4a03-ba01-37eabe1e1cd7>. Acesso em: 28 de jun. 2024
- BERIOTTO, S. de S. *Concepção de Tecnologias Educacionais no Programa Inova Educação*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/16867>. Acesso em: 27 de jun. 2024.
- GOULART, D. C.; ALENCAR, F. Inova Educação na rede estadual paulista: programa empresarial para formação do novo trabalhador. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 337–366, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.9771/gmed.v13i1.43759>. Acesso em: 29 jun. 2024.
- IKEUTI, B. T. *Empreendedorismo como transformação social: análise de uma proposta inovadora de política pública*. 2023. Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12142/tde-17112023-195812/pt-br.php> Acesso em: 29 de jun. 2024

JORGE, L. A. de O. Transição digital no Programa Inova Educação. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Pontifícia Universidade Católica, Campinas, 2023. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16478>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

NASCIMENTO, A. F. Processos de inclusão digital no programa Inova Educação. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação) – Centro de Educação à Distância, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/cead/id_cpmenu/1796/Processo_UDESC_00058394_2022_16825411863528_1796.pdf. Acesso em: 28 de jun. 2024.

NASCIMENTO, T. F. M. Programa Inova Educação na Rede Estadual Paulista (2020-2021): foco nas habilidades e competências socioemocionais. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/56ba117c-67b5-40a0-ae4c-960b37d91572>. Acesso em: 28 de jun. 2024.

MINAYO, M. C. S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

PEREIRA, A. C. A.; FONSECA, H. A.; LINHALIS, F. Currículo Paulista e o Programa Inova Educação: as tecnologias digitais e as novas diretrizes curriculares do estado de São Paulo. In: SIMPOSIÓ BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO (EDUCOMP), 3, 2023, Evento Online. Anais [...]. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2023. p. 270-279. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/educomp/article/view/23897>. Acesso em: 25 de jun. 2024.

PERES, M. G. R. Inovação na escola pública: polissemia do conceito e análise do Programa Inova Educação de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2021. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59140/tde-24082021-142417/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Processo administrativo SE n. 343762/2018: Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação entre SEE e Instituto Ayrton Senna. 4v. (mimeo). São Paulo: Seduc, 2018.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Inova Educação. Disponível em: <https://inova.educacao.sp.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SEICENTOS, R. de F.; COELHO, P. M. F.; MATTAR, J. Competências digitais no Currículo Paulista e no Programa Inova Educação: análise documental. Contribuciones a las Ciencias Sociales, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e6077, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.3-335>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, R. K. Programa Inova Educação da secretaria da Educação do Estado de São Paulo: a formação do professor. 2023. Tese (Doutorado em Educação) -Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://dspace.mackenzie.br/items/18edce04-abbb-44d6-916d-83c5bed462ef>. Acesso em: 26 de jun. 2024.

SILVA, R. P. Programa educacional público paulista Inova Educação: transformação hoje, inspiração amanhã. *Conjecturas*, [S. l.], v. 22, n. 1, p. 458–474, 2022. DOI: <https://doi.org/10.53660/CONJ-505-703>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SILVA, R. P. Programa Inova Educação no estado de São Paulo (2020): transformação hoje, inspiração amanhã? *Áskesis*, São Carlos, v. 10 n. 2. 2023. DOI: <https://doi.org/10.46269/10221.506>. Acesso em: 20 de jun. 2024.

VALERO, D. M. Matemática financeira como eletiva do Programa Inova Educação do Governo do Estado de São Paulo. 2021. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Matemática, Estatística e Computação Científica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <https://www.ime.unicamp.br/pos-graduacao/profmat/matematica-financeira-como-eletiva-programa-inova-educacao-governo-estado-sao>. Acesso em: 30 de jun. 2024.

REPRODUÇÃO SOCIAL E CULTURAL:

As contribuições de Bourdieu para o campo educacional

Denise Cristina Silva Rosa¹³

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma reflexão sobre as contribuições da teoria de Bourdieu para o campo educacional, enfatizando a sua teoria dos capitais e da reprodução que vigora o sistema escolar. Assim, esse trabalho se propõe, a possibilidade de internalizarmos e nos apropriarmos das contribuições de Bourdieu para o campo educacional, dando ênfase as discussões sobre reprodução cultural e social, vinculada a economia das trocas simbólicas. Para tanto, o artigo pôde destacar as contribuições e apontar alguns limites da Sociologia da Educação de Bourdieu. Assim, esse artigo foi estruturado de tal maneira, que pudéssemos ter uma melhor compreensão da teoria de Bourdieu, onde inicialmente apresentamos uma abordagem biográfica sobre o referido teórico, em seguida, discorremos sobre os três conceitos fundamentais: *campo*, *habitus* e *capital* para compreendermos o mundo social, como também, uma abordagem teórica sobre a reprodução social e cultural em Bourdieu e, por fim, levantamos algumas críticas acerca da teoria do autor, sob o olhar de alguns intelectuais do seu tempo.

Palavras-chave: sociologia da educação; campo educacional; teoria dos capitais; reprodução; trocas simbólicas.

Abstract: This article aims to reflect on the contributions of Bourdieu's theory to the educational field, emphasizing his theory of capital and reproduction that prevails in the school system. Thus, this work proposes the possibility of internalizing and appropriating Bourdieu's contributions to the educational field, emphasizing the discussions on cultural and social reproduction, linked to the economy of symbolic exchanges. Therefore, the article was able to highlight the contributions and point out some limits of Bourdieu's Sociology of Education. Thus, this article was structured in such a way that we could have a better understanding of Bourdieu's theory, where initially we present a biographical approach on the referred theorist, then we discuss the three fundamental concepts: field, habitus and capital to understand the social world, as well as a theoretical approach to social and cultural reproduction in Bourdieu and, finally, we raise some criticisms about the author's theory, under the eyes of some intellectuals of his time.

Keywords: sociology of education: educational field; capital theory; reproduction; symbolic exchanges.

¹³ Doutoranda em Sociologia pela UFS. Contato: dennirosa@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo proporcionar uma reflexão sobre as contribuições da teoria de Bourdieu para o campo educacional, enfatizando a sua teoria dos capitais e da reprodução que vigora o sistema escolar. Assim, esse trabalho se propõe, a possibilidade de internalizarmos e nos apropriarmos das contribuições de Bourdieu no campo educacional, dando ênfase as discussões sobre reprodução cultural e social, vinculada a economia das trocas simbólicas. Para que pudéssemos adentrar ao campo das discussões sobre os aspectos da teoria de Bourdieu, nos reportamos inicialmente a uma abordagem geral do percurso teórico e empírico do autor, enfatizando o quanto a sua trajetória científica ocupou grandes cenários para os debates sociológicos em diversas áreas do conhecimento humano, especificamente no campo da sociologia da educação, para que apartir daí, fosse possível discorrer acerca de alguns conceitos de fundamental importância na trajetória acadêmica de Bourdieu.

Assim, destacamos que o conceito de capital cultural, é de grande importância, posto que, a partir dele, pudéssemos afirmar em que medida tal capital influencia no fracasso ou sucesso escolar de um sujeito. Para tanto, sentimos a necessidade de levantarmos alguns aspectos da sociologia de Bourdieu, a fim de, facilitar a compreensão sobre a visão dele em relação ao sistema educacional.

Assim, esse artigo foi estruturado de tal maneira, que pudéssemos ter uma melhor compreensão da teoria de Bourdieu, onde inicialmente apresentamos uma abordagem biográfica sobre o referido teórico, em seguida, discorremos sobre os três conceitos fundamentais: *campo*, *habitus* e *capital* para compreendermos o mundo social, como também, uma abordagem teórica sobre a reprodução social e cultural em Bourdieu e, por fim, levantamos algumas críticas acerca da teoria de autor, sob o olhar de alguns intelectuais do seu tempo.

2 ASPECTOS DA SOCIOLOGIA DE BOURDIEU

Antes de adentrarmos especificamente na compreensão da sociologia de Bourdieu, faz-se necessário contextualizar seu percurso teórico e empírico sobre suas contribuições em diversas áreas humanas, inclusive no campo educacional. Assim, destacamos que Bourdieu, nascido na década de 30 em uma família de camponeses, na cidade de Denguin na França, após ter realizado estudo em um internato, ingressou na Faculdade de Letras em Paris em 1951 e graduou em filosofia na Escola Normal Superior. Posteriormente, foi assistente do filósofo

Raymond Aron na Faculdade de Letras em Paris, tornando-se Secretário-Geral desta instituição anos depois.

Bourdieu tem inúmeras publicações, em que contribuiu para um vasto conhecimento em diversas áreas. Sua volumosa produção científica, pactua com o seu retorno à França. Entre as décadas de 1960 e 1980, destacou-se como sendo um importante sociólogo do século XX, onde suas produções trouxeram muitas contribuições para os campos da antropologia e sociologia, que tiveram alcance em áreas do conhecimento humano, diversos temas foram discutidos, entre eles a educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política.

Setton (2004), afirma que Bourdieu fez de sua vida acadêmica e intelectual uma arma política e de sua sociologia uma sociologia engajada, profundamente comprometida com a denúncia dos mecanismos de dominação em uma sociedade injusta. De acordo com sua perspectiva, a sociedade ocidental capitalista é uma sociedade hierarquizada, organizada segundo uma divisão de poderes extremamente desiguais.

A partir desse espectro, Bourdieu em sua trajetória destacou-se por de certa forma criticar a formação do sociólogo, o que ficou conhecido como a “sociologia da sociologia”. Para ele, só é possível compreender o mundo social a partir de três conceitos fundamentais: *campo*, *habitus* e *capital*.

Para Bourdieu, o capital é uma metáfora advinda da área econômica, em seu sentido mais original, o capital é um bem suscetível de ser aplicado a produção, para gerar alguma vantagem, seja de cunho socioeconômico e/ou cultural, em que os indivíduos ou famílias possuem e que poderão lhes permitir ou não a mobilidade ou permanência social.

Portanto, por Bourdieu conceber a sociedade como hierarquizada nos moldes da relação de poder e privilégios que são determinados pelos capitais econômicos como renda, produção e bens econômicos em que os indivíduos dispõem, traz também um olhar acerca do capital social, ou seja, das relações sociais que podem ser capitalizadas em benefícios ao indivíduo, como também, o capital simbólico que, reconhecemos como sendo um prestígio e/ou honra, além de se remeter ao capital cultural, que se vincula aos saberes e conhecimentos reconhecidos por diplomas e títulos.

Por ser um estruturalista, Bourdieu, mostra que o estruturalismo é uma forma de processo pelo qual o sujeito deixa sua estrutura inicial para passar para uma nova estrutura. Como base, para se apropriar dessa compreensão, utilizou os estudos sobre capitalismo realizados por Karl Marx e, principalmente o conceito de luta de classes, ampliando o conceito de capital econômico, para novos capitais. A intenção era ampliar a compreensão sobre o social, buscando então estudar o real e o social, numa perspectivado objetivismo e do subjetivismo.

Pierre Bourdieu no decorrer de sua extensa trajetória científica, identifica um fenômeno que pode ser verificado em vários setores sociais: o campo social. Tal, trata-se de um mundo pequeno social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que é influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. A estrutura do campo é como um constante jogo, no qual, cientes das regras estabelecidas, os agentes participam, disputando posições e lucros específicos. O campo também pressupõe confronto, tomada de posição, luta, tensão, poder, já que, de acordo com Bourdieu, todo campo “é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar esse campo de forças” (Bourdieu, 2004, p. 22-3).

Para submergirmos ao que se propõe esse trabalho, que é internalizar e se apropriar das contribuições de Bourdieu no campo educacional, dando ênfase as discussões sobre reprodução cultural e social, vinculada a economia das trocas simbólicas, deu-se no instante em que a sociologia da educação configura seu objeto quando se constitui como ciência das relações entre a reprodução cultural e reprodução social, ou seja, no momento em que se esforça por estabelecer a contribuição que o sistema de ensino oferece com vistas à reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes (Bourdieu, 1992, p.295).

Portanto, a ciência da reprodução das estruturas, que é entendida como um sistema de relações objetivas, que são capazes de transmitir suas propriedades de relação aos sujeitos aos quais tais propriedades preexistem e aos que sobrevivem, assim, este postulado, aplica-se tanto ao êxito escolar dos indivíduos e a posição social de suas famílias, como também em relação entre as posições ocupadas por eles e pelos seus pais em sociedade.

Para tanto, Bourdieu distingue três conjuntos de disposições e de estratégias de investimento escolar que seriam adotadas pelas classes populares, médias e elites. Sendo que, ao grupo das classes populares, que possui um escasso capital econômico e cultural, acaba por investir muito pouco no sistema de ensino, uma vez que por conta desse baixo investimento, as chances de sucesso são reduzidas, porque faltariam os recursos econômicos, sociais e, sobretudo, culturais necessários para um bom desempenho escolar.

Assim, por conta da condição socioeconômica dessas famílias e, por estarem menos preparadas para suportarem os custos econômicos, o retorno do investimento no ensino se torna ainda mais incerto, uma vez que esse investimento escolar é dado em longo prazo, gerando assim, um maior risco, além de não favorecer a essas famílias a possibilidade de adiar a entrada dos seus filhos no mercado de trabalho.

Acrescenta-se a isso o fato de que o retorno alcançado com os títulos escolares depende, parcialmente da posse de recursos econômicos e sociais passíveis de serem mobilizados para potencializar o valor dos títulos. No caso dessas famílias das classes populares, nas quais esses recursos são reduzidos, tender-se-ia, naturalmente, a obter um retorno mínimo com os títulos escolares conquistados. Diante disso, esse grupo social tenderia a adotar o que Bourdieu chama de “liberalismo” em relação à educação dos filhos. A vida escolar dos filhos não seria acompanhada de modo sistemático e nem haveria uma cobrança intensiva em relação ao sucesso escolar. As aspirações escolares desse grupo seriam moderadas. Esperar-se-ia dos filhos que eles estudassem apenas o suficiente para se manterem ou se elevarem ligeiramente em relação ao nível socioeconômico dos pais (Nogueira; Nogueira, 2002, p.57).

Os campos são resultados de processos de diferenciação social, da forma de sere do conhecimento do mundo e o que dá suporte são as relações de força entre os agentes (indivíduos e grupos) e as instituições que lutam pela hegemonia, isto é, o monopólio da autoridade, que concede o poder de ditar as regras e de repartir o capital específico de cada campo (Bourdieu, 1984, p. 114). Um dos princípios de campo é definir o que o agentes podem ou não fazer, é a “estrutura das relações objetivas entre os diferentes agentes” (Bourdieu, 2004, p. 23).

Assim, todas essas relações de poder se desenvolvem em um espaço denominado campo, que é gerido por um quantum social, ou seja, um capital social. Bourdieu (1997), define campo como sendo um espaço de correlações de forças, lutas e conflitos, no entanto, os agentes se enfrentam com meios e fins diferenciados de acordo com sua posição relativa na estrutura, que de certa forma esta relacionada ao seu interesse de conservá-la ou transformá-la. É nessa perspectiva que vemos que o capital social de Bourdieu, dialogada diretamente com sua formulação de *habitus* – sendo um produto das relações sociais que tende a conformar e orientar a ação dos indivíduos dentro do campo social.

A partir dessa lógica, fica perceptível que Bourdieu, realizou investigações relacionadas as desigualdades, as quais foi encontrando mecanismos de conservação e reprodução em diversas áreas humanas, entre elas a educacional e, assim analisou também, as diferentes formas com as quais os indivíduos internalizam a estrutura social e como as reproduzem. Posto que, aponta a escola como sendo um dos fatores mais eficazes de conservação, por não só promover a reprodução, como também acaba por legitimar às desigualdades sociais, do que se coloca como estigma do “dom”.

Bourdieu (1992), ao apresentar as hierarquias sociais e a reprodução destas hierarquias como se estivessem baseadas na hierarquia de “dons”, méritos ou competências que suas sensações estabelecem e consagram, ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares,

o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da “ordem social” uma vez que a evolução das relações de força entre as classes tende a excluir de modo mais completo a imposição de uma hierarquia fundada na afirmação bruta e brutal das relações de força (Bourdieu, 1992, p. 311).

A acumulação do capital cultural advindos do seio familiar, através de uma assimilação que demanda tempo e se torna parte duradoura da singularidade do indivíduo, compõem-se de elementos como gostos musicais, literários, artísticos, entre outros, além do domínio da língua culta e a cultura escolar. Assim, o capital cultural nada mais é do que a posse de bens culturais como, livros, obras de arte, ou como acesso a museus, peças teatrais, cinema etc. Posto que, essa acumulação esta intrinsecamente ligada ao capital econômico, ao qual proporciona a aquisição material ou simbólica desses bens culturais e ao próprio capital cultural que se tornará algo incorporado na vida desse indivíduo – sendo assim reconhecido como capital cultural objetivo. Pensando-se na perspectiva do capital cultural institucionalizado, fica caracterizado pela posse de diplomas escolares, ou seja, títulos de saberes e conhecimentos garantidos e que são legalmente sancionados.

Percebe-se que essa aquisição e/ou acumulação do capital cultural, podemos assim dizer, que é o que permeia e garante o sucesso ou fracasso de um sujeito dentro do sistema escolar e conseqüentemente do seu lugar no mercado de trabalho. Portanto, é sabido que, o capital cultural irá influenciar de forma direta a posição e as possíveis estratégias para o indivíduo sobreviver em um determinado campo social, configurando um jogo de poder simbólico que se legitima na maioria das vezes pela meritocracia e pela ideologia do dom.

3 REPRODUÇÃO SOCIAL E CULTURAL EM BOURDIEU

Ao se pensar em reprodução social a partir de Bourdieu, nos implica em pensar nas relações entre poder material e simbólico, uma vez que incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepções, de apreciação e de ação, as estruturas de ordem social. Sendo assim, a reprodução social para Bourdieu não se dá apenas pela posse do capital econômico, mas também pela detenção do capital cultural, esse torna-se a principal estratégia de reprodução nas sociedades avançadas.

Dentro dessa perspectiva, podemos destacar que a reprodução cultural, tal como a reprodução social, consente à uma renovação da cultura ou das relações sociais, sem que haja uma modificação. A reprodução cultural, é tratada no âmbito das funções de reprodução do sistema escolar, constituindo que, Bourdieu se interessou pelas funções do sistema escolar na

reprodução cultural e, também pelos efeitos de diferenciação cultural provocados igualmente pela escola.

A escola, nas análises de Bourdieu, participa não só na transmissão e renovação da cultura, como na renovação da desigualdade social, por intermédio da imposição da cultura dominante como cultura legítima. Posto que, os indivíduos que participam desse âmbito escolar, que fazem parte dos meios sociais privilegiados, estão mais aptas a incorporar a cultura dominante que é veiculada pelo sistema de ensino. Assim, a questão da reprodução cultural, conecta-se, deste modo, ao estudo das condições da reprodução da dominação, na qual a cultura tem seu lugar próprio.

Com efeito, a escola acaba por legitimar o insucesso dos sujeitos que a compõe, principalmente os que são provenientes das classes populares, assim como, em compensação, as escolas, cujos alunos são, derivados das classes superiores, asseguram a reprodução daqueles que dominam.

De tal modo, que as análises de Bourdieu sobre a reprodução social e cultural, volta-se para a utilização de alguns conceitos já expostos nesse trabalho, que nos reforça a lançar aqui, para que tenhamos uma maior compreensão quanto a utilização dos mesmos nas discussões acerca desta temática a qual estamos levantando aqui, para isso, é necessário entender que, Bourdieu, utilizou-se do conceito de violência simbólica que nos leve a entender como sendo um processo de legitimação das diferentes dominação, como também, o conceito de *habitus* ou herança cultural coletiva e comum, em função das aprendizagens dos modelos de conduta e dos modos de percepção e de pensamento, ainda assim, os conceitos de capital social e cultural, no sentido dos recursos disponíveis, o conceito de campo social, onde há uma pluralidade de espaços sociais, marcados pelas relações e concorrência entre agente ou pelas relações de dominação específicas de cada campo e, por dominação cultural, compreende-se como sendo, as relações assimétricas entre os agentes e os grupos, onde certos agentes acumulam capitais culturais ou mesmo capitais econômicos, culturais e políticos, enquanto outros são excluídos.

Avançando nessa discussão, podemos adentrar ao que se compreende a partir de Bourdieu, que o capital cultural pode ser entendido, tanto como a incorporação intransferível de capacidades cognitivas quanto a posse de bens e certificados que garantem vantagens aos indivíduos que os detêm, conforme já bem explicitado no tópico anterior.

Portanto, esse novo capital “cultural” transfigura-se como algo inato, algo que encobre seu processo de aquisição e que opera por legitimar certos privilégios sociais que são herdados. Assim, para que esses processos de reprodução social se realizem, instigam-se os modos de dominação. Para Pinto (2000), estes podem ser entendidos como “aquilo que permite a uma

ordem social reproduzir-se no reconhecimento e desconhecimento da arbitrariedade que a institui” (Pinto, 2000, p. 169).

A organização da sociedade se dá a partir da relação entre dominantes e dominados, sendo que, os dominados se submetem à ordem social em que os processos de reprodução das diferenças são entendidos como dados, que acabam por esconder a arbitrariedade da lógica social que a institui.

Bourdieu (1976), para desvelar a reprodução das desigualdades, foca no sistema escolar, pois as formas elementares de dominação acabam por centrar-se na dominação direta, de um indivíduo sobre outro. Criando assim, uma ligação pessoal para que se ganhe a apropriação do trabalho, dos serviços e bens. Por conseguinte, as sociedades mais avançadas acabam por se organizarem cada vez mais de forma sofisticada e, assim, ainda mais a reprodução das relações de dominação se complexificam. Em suma, perpetua-se a relação de dominação que reside em instâncias como o Estado e a escola, que segundo Bourdieu (1998), mostra que o sistema de ensino é visto como sendo um lócus desse tipo de dominação indireta – onde a escolha da melhor escola para os filhos, advém das famílias que são detentoras do capital econômico ou cultural – assegurando a relação de dominação que liga objetivamente ao mundo social, garantindo assim, as melhores chances objetivas de reprodução da posição social da família na estrutura de distribuição das classes e frações de classe.

Os mecanismos objetivos que permitem às classes dominantes conservarem o monopólio das instituições de maior prestígio (ainda que aparentemente tal monopólio seja colocado em jogo em cada geração), se escondem sob a roupagem de procedimentos de seleção inteiramente democráticos cujos critérios únicos seriam o mérito e o talento, e capazes de converter aos ideais do sistema os membros eliminados e os membros eleitos das classes dominadas, estes últimos os “milagrosos” levados a viver como “milagroso” um destino de exceção que constitui a melhor garantia da democracia escolar (Bourdieu, 1992, p. 312).

Podemos refletir sobre o que nos permeia no cotidiano do universo escolar, pois os indivíduos que detêm de privilégios econômicos e culturais oriundos dos seus familiares, adentram as instituições escolares de maiores prestígios que, essas acabam por mobilizar socialmente por si mesma, selecionando seus alunos dentro de uma lógica social que prioriza os alunos com maiores capacidades, ou seja, aqueles com capitais distintos e superiores. A escola acaba por contribuir para uma legitimação do “capital cultural” da classe dominante, de tal modo, que os alunos que possuem esse capital cultural privilegiado pela escola, dão origem ao mito do “dom” que acaba por reger a uma meritocracia no sistema escolar – atribuindo, portanto, uma ideia de mito, cominando aos alunos títulos de: aluno inteligente, aluno aplicado

– aluno inteligente- brilhante. Aqueles que não detêm desses mesmos capitais são atribuídos títulos de aluno fracassado- invisível, onde esse dom da inteligência também vai legitimar a desigualdade social, porque o aluno oprimido passa a acreditar que não é capaz de ter sucesso porque possui características pessoais e não do sistema escolar.

Diante do exposto, Bourdieu (1989), diz que nenhum tipo de dominação se sustenta sem se fazer reconhecer; ou seja, sem se legitimar. Assim esse processo se apresenta como algo que Bourdieu chamou de ‘violência simbólica’. Portanto, é por meio dessa violência simbólica que a escola acaba por reproduzir as relações de dominação existentes, ou seja, a estrutura de classes e a ideologia dominante. Ele enfatiza que a escola não resolve problemas sociais e nem tão pouco oferece a tão desejada mobilidade social como fora prometida pela escola libertadora¹⁴, ao contrário, ela acaba por reforçar os problemas sociais, na medida em que reproduz as relações de poder que exclui os não privilegiados, convencendo-os a se submeterem, sem que percebam, a essa dominação simbólica.

Ainda nessa perspectiva da reprodução da ideologia dominante, a escola acaba por legitimar essa dominação, no sentido de que o mecanismo de eliminação das classes populares esteja ligado à falta de habilidades e capacidades, a falta de esforço, a falta de inteligência ou pelo mau desempenho ou até mesmo a ausência do dom para estudar desses sujeitos. Por conta da falta de conter os mesmos códigos culturais que são valorizados pela escola, esses sujeitos que não possuem o capital valorizado pela escola, são violentados simbolicamente para assimilar essa ideologia meritocrática, que estão vinculadas as qualidades e dons individuais que fazem o sucesso escolar e social e não o sistema que de certa forma controla essa dominação.

Deste modo, o capital cultural que é valorizado pelo sistema educacional, vem das tradições/heranças familiares, na forma de conhecimentos, diplomas e através de uma cultura que acaba por visar o aprendizado. Portanto, o capital cultural não é aquele que será adquirido na escola e, sim aquele que já foi adquirido no seio familiar e que daí por diante será condicionado nos ambientes escolares. Esse capital torna-se algo inato, intransferível, é algo adquirido e que não será tirado da posse desses indivíduos diante de qualquer outro novo aprendizado, sempre será algo a se acumular.

¹⁴ A educação libertadora ou problematizadora estimula o aluno a participar ativamente na hora de aprender e principalmente a questionar a realidade. Na prática, o professor promove diálogo, debate e aproxima o mundo teórico do dia a dia dos alunos. É a chamada "educação ativa". <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/12/01/o-que-sao-a-educacao-bancaria-e-a-libertadora-formuladas-por-p-freire>.

Diante do exposto, fica perceptível que Bourdieu trouxe em sua caminhada científica aspectos bastante relevantes no que diz respeito a reprodução social e cultural culminada na lógica estrutural das instituições sociais, entre elas destacamos a “escola”. Espaço esse, que nosso mostra o quanto tem contribuído para as desigualdades sociais, uma vez que privilegia os alunos que dispõem de um elevado capital cultural, deixando de lado a possibilidade de fazer um processo de equidade entre as classes sociais, limitando, barrando, impedindo que os indivíduos das classes populares tenham o mesmo acesso como os demais sujeitos.

4 CRÍTICAS A TEORIA DE BOURDIEU SOBRE O OLHAR DE ALGUNS INTELLECTUAIS DO SEU TEMPO

Ainda com todo comprometimento que Bourdieu teve com seu papel como sociólogo em toda sua trajetória científica, propondo sempre que os atores atuantes do campo educacional, tivessem uma visão consciente dos mecanismos de dominação e poder simbólico que permeiam o processo escolar, ainda assim, como toda sociologia também instiga a algumas críticas, com o intuito de aprofundar, desvelar, refutar para ampliar as discussões sociológicas, é que apresentaremos a seguir a visão de alguns autores quanto a sociologia de Bourdieu.

Diversos autores enfatizam o quanto a teoria de Bourdieu enriqueceu as discussões relacionadas as várias áreas do conhecimento humano, como já bem explicitado nesse artigo, porém, é comum que se existam outros olhares quanto as discussões provenientes dos diversos aspectos sociais.

Percebe-se que, existem algumas críticas sobre a teoria social de Bourdieu, tanto dos seus congregados como de seus detratores. Entre eles, Brito (2002), que explana que seu trabalho “despertou paixões e ódios, tanto na comunidade científica como midiática, mas que nunca deixou ninguém indiferente” (Brito, 2002, p. 5). A reflexão sociológica de Bourdieu de certa forma contribuiu para desestabilizar algumas discussões e práticas de outros intelectuais que pareciam estarem cristalizadas, com isso, foi bastante atacado, por muitas vezes também, por recusar a confrontação de suas teorias com a de outros sociólogos. A maioria das críticas que ele recebeu, estavam mais atreladas a aspectos conceituais e pontuais de sua teoria, como também relacionadas a alguns mal-entendidos sobre ela.

Levantamo-nos aqui também, a crítica de Lahire a Bourdieu, que está relacionada principalmente a questão empírica. Segundo Lahire (2012a), “o que Bourdieu designava por *habitus* era um caso muito particular (e talvez mesmo excepcional nas sociedades diferenciadas) de patrimônio individual de disposições” (Lahire, 2012a, p. 206). Portanto, o que se teria então

é um conceito retórico deduzido das práticas sociais, mas que vivenciou raso confronto com a realidade histórica e empírica. Ainda assim, Lahire (2002), traz que a teoria de campos deveria se chamar de teoria dos campos de poder, por entender que não se pode constituir como sendo uma teoria geral ou até mesmo universal, mas que representa uma teoria regional do mundo social.

Portanto, a teoria dos campos, de acordo com Lahire (2002), é uma maneira de responder a uma série de problemas científicos, mas que ao mesmo tempo, pode se tornar um obstáculo ao conhecimento do mundo social, tanto por não considerar as incessantes passagens atuadas pelos agentes, entre os campos nos quais são produtores ou simplesmente consumidores-expectadores e as múltiplas situações que não podem ser referidas a um único campo, quanto por desconsiderar a situação dos que se definem socialmente e, se constituem mentalmente, como estando fora de toda atividade de um determinado campo (Lahire, 2002, p. 37-55).

Bourdieu avulta a possibilidade das trajetórias individuais, porém Lahire afirma que o conceito de *habitus* é insuficiente para explicar os processos de individualização na sociedade contemporânea, porque ele não permite explicar satisfatoriamente as diferenças intraindividuais nos atores. Assim, a sociologia das disposições desenvolvida por ele visa explicar a pluralidade de práticas individuais, ou seja, o patrimônio de disposições plurais e nem sempre em harmonia entre si, que caracteriza o indivíduo contemporâneo (Lahire, 2012a, p. 198).

Ainda em Lahire (2002), tem-se que ele emprega o conceito de hábitos, isto é, em repertórios que são o conjunto de sínteses de experiências sociais que foram construídas/incorporadas durante a socialização anterior nos âmbitos sociais. Afirmando, como um diferencial da sua obra, a ideia de que, ao longo de sua trajetória, o indivíduo atravessa uma pluralidade de círculos sociais, com princípios de socialização específicos. Assim, o ator social inevitavelmente incorpora disposições múltiplas que podem estar em harmonia ou em contradição umas com as outras (Lahire, 2002, p. 37-55).

Matonti (2003), traz que, a sociologia marxista de certa forma se fortaleceu com as contribuições de Bourdieu, sendo que a sociologia científica é sem dúvida percebida como uma ameaça aos poderes constituídos, porque propõe uma alternativa completamente credível em termos de explicação do mundo social e, notadamente, dos mecanismos de dominação e de reprodução (Matonti, 2003, p.78).

A sociologia de Pierre Bourdieu é frequentemente criticada pelo relevo, que seria excessivo, dado à resiliência dos mecanismos de dominação. Para o autor francês, as estruturas sociais são opacas e a experiência vivida dos indivíduos não lhes permite identificar as causas

de sua opressão (Lovell, 2007, p. 74). Isso é seriamente reforçado pelo aparente amálgama entre o campo e o habitus dos agentes, que faria com que, segundo seus críticos, Bourdieu concedesse pouco espaço à reflexividade na agência ou mesmo endossasse “um formalismo vazio em relação à subjetividade” (Archer, 2007, p. 14), já que seu espaço (da subjetividade) seria quase que completamente tomado pela reprodução das estruturas.

No entanto, para muitos intelectuais e pesquisadores das ciências sociais, discursam que Bourdieu demonstrou algumas dificuldades para pensar o sujeito reflexivo, mesmo fazendo muitas tentativas de sair dos determinismos e ter avançado na direção de um conhecimento sociológico dos processos sociais.

5 CONCLUSÃO

Levando em consideração, todas as discussões aqui apanhadas nesse trabalho, procuramos trazer com esse artigo, algumas concepções do autor Bourdieu para que possa contribuir com o enriquecimento e reflexões para os agentes atuantes no campo educacional, como também fortalecer as discussões da sociologia da educação. Neste sentido, a contribuição maior desse trabalho é o conhecimento adquirido e a práxis ao inovar em suas ações cotidianas no ambiente escolar, trazendo novas formas de criar possibilidades para atender todos os indivíduos, não os caracterizando através de seu campo pertencente e seus capitais culturais.

Discutindo o funcionamento do campo científico, Bourdieu observou como o “desinteresse” que marca o trabalho voltado à produção do conhecimento é interessado, isto é, os agentes se encontram em permanente competição por posições de prestígio e reconhecimento. Mas o campo é capaz de controlar essa competição de forma que ela se organize sempre em continuidade com a busca, aparentemente desinteressada, pela verdade científica:

Se você quer triunfar sobre um matemático, é necessário fazê-lo matematicamente, pela demonstração ou pela refutação. Evidentemente, há sempre a possibilidade de que o soldado romano corte a cabeça de um matemático, mas isso é um “erro de categoria”, como diriam os filósofos. [...] Um tal triunfo não é um triunfo, de acordo com as normas próprias do campo (Bourdieu, 1997b, p. 25).

É preciso localizar também que as obras de Bourdieu foram e são demasiadamente importantes e que em seu tempo buscavam responder sociologicamente contra certas ideologias dominantes, profundamente arraigadas no senso comum, como a da escola como espaço democrático, a meritocracia e a ideia de dom.

A articulação entre capital, campo e habitus é explicitada por Bourdieu e essas categorias são desenvolvidas e ampliadas em várias produções do autor, dentre elas as que foram citadas neste artigo. O sistema educacional é composto por uma variação entre os indivíduos e seu habitus, que é composto por vários capitais e que os tornam pertencentes a um determinado campo social. Cada campo tem suas leis específicas e está relacionado a determinados tipos de capitais. Portanto se configura como espaço social no qual relações de poder são estabelecidas entre os agentes.

Para tanto, essas discussões em relação ao sistema educacional e especificamente a escola, são de fundamental importância para que a partir de constructo, possamos repensar sobre a necessidade de compreendermos as desigualdades entre o desempenho escolar dos indivíduos oriundos de diferentes classes sociais que Bourdieu passou a desenvolver a partir da noção de capital cultural.

REFERÊNCIAS

ARCHER, Margaret S. *Making our way through the world: human reflexivity and social mobility*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

BOURDIEU, P. *A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura*. Educ. Rev., Belo Horizonte (10): 3-15, dez. 1989.

BOURDIEU, P. *Capital Cultural, Escuela y Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. SP, Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, P. Les modes de domination. *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, n. 2-3, p. 122-132, jan. 1976.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. *Questions de sociologie*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1984.

BOURDIEU, P. Reprodução Cultural e Reprodução Social. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, pp. 295-336, 1992.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C. *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: NOGUEIRA, M.A. (Org.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRITO A. X. Rei morto, rei posto? As lutas pela sucessão de Pierre Bourdieu no campo acadêmico francês. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 5-19, jan/fev/mar/abr. 2002.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares: As razões do improvável*. São Paulo: Ática, 1997.

LHIERE, Bernard. Campo, fuera de campo e contracampo. In: *Colección Pedagógica Universitaria*. 37-38, enero-junio/julio-diciembre. 2002 (2002a).

LHIERE, Bernard. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade Revista Quadrienal de Ciência da Educação*, n. 78, p. 37-55, abr/2002.

LOVELL, A.M. *The Social Determinants of Mental Illness*. Elsevier Masson, Paris, pp. 65-66, 2007.

MATONTI, F. O julgamento da sociologia pelos intelectuais comunistas. *Colloque International: hommage à Pierre Bourdieu*. Paris, jan/2003.

NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A sociologia de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação & Sociedade Revista Quadrienal de Ciência da Educação*, n. 78, p. 15-36, Abr/2002.

SETTON, M. da G. J. *Rotary Club: habitus, estilo de vida e sociabilidade*. São Paulo: Annablume, 2004.

O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO SUECO:

Status, Conteúdos e Reformas Curriculares a partir da Perspectiva Docente

Alex Pruth (Klara Södra Gymnasium)

Resumo: Este trabalho analisa o ensino de Sociologia no nível médio sueco, explorando tanto o status da disciplina quanto os temas abordados segundo o Currículo Nacional de 2011 e as mudanças previstas para o Gy 25, novo currículo a ser implementado em 2025. A pesquisa combina observação participante e análises das experiências de licenciandos, utilizando-se também de uma análise curricular detalhada. Neste estudo, busco compreender o impacto das estruturas sociais e novas regulamentações curriculares da Sociologia.

Palavras-chave: Sociologia, Suécia, Currículos.

Abstract: This work analyzes the teaching of Sociology at the Swedish upper secondary level, exploring both the status of the discipline and the topics covered according to the 2011 National Curriculum, as well as the anticipated changes with Gy 25, the new curriculum set to be implemented in 2025. The research combines participant observation and analysis of student-teachers' experiences, alongside a detailed curriculum review. This study aims to understand the impact of social structures and new curricular regulations on the teaching of Sociology.

Keywords: Sociology, Sweden, Curricula

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho, busco analisar o ensino da disciplina de Sociologia na Suécia, destacando o processo de inserção dessa disciplina no ensino médio. Exploro questões relativas à valorização e ao status da Sociologia no sistema educacional sueco, bem como a identificação dos temas trabalhados de acordo com o currículo sueco atual, o Currículo Nacional de 2011 (Skolverket, 2011). Ademais discutirei as mudanças estruturais¹⁵ que ocorrerão com a implementação do novo currículo sueco, o Currículo Nacional de 2025, Gy 25 (Skolverket¹⁶, 2024). Minha análise é baseada na minha experiência como professor de Sociologia em uma escola em Estocolmo.

Este estudo visa entender como as mudanças curriculares e a valorização da Sociologia no ensino sueco influenciam a formação dos alunos e suas trajetórias acadêmicas e profissionais. Minha pesquisa aborda como as estruturas sociais e as novas diretrizes curriculares afetam a relação dos estudantes com a cultura escolar e seus projetos de formação e trabalho, alinhando-se ao primeiro eixo temático do GT, que foca na identificação e compreensão dessas influências sociais.

2 MÉTODOS E TÉCNICAS

Para a realização deste estudo, adoto uma abordagem metodológica que se baseia em diversas fontes de dados e nas experiências que acumulei ao longo de meus oito anos de ensino da disciplina de Sociologia no contexto escolar sueco. O método é composto por:

- **Observação Participante:** Utilizo as observações que realizei durante minha prática docente, que me oferecem uma visão detalhada de como os temas de Sociologia são abordados em sala de aula, bem como das reações e interações dos alunos com o conteúdo.

¹⁵ Gy11 refere-se ao Currículo Nacional Sueco para o Ensino Secundário Superior, implementado pela Skolverket em 2011. Esse currículo definiu as diretrizes para os conteúdos e objetivos educacionais nos programas de ensino médio sueco, tanto para cursos preparatórios acadêmicos quanto para cursos de formação profissional. O Gy11 enfatiza a promoção de competências essenciais, como pensamento crítico e compreensão interdisciplinar, com o intuito de preparar os alunos para o ensino superior e o mercado de trabalho. SKOLVERKET. *Läroplan Gy11 för gymnasieskolan*. Disponível em: <https://www.skolverket.se/undervisning/gymnasieskolan/laeroplan-program-och-amnen-i-gymnasieskolan/laeroplan-gy11-for-gymnasieskolan>. Acesso em: 29 out. 2024.

¹⁶ A Skolverket é a Agência Nacional Sueca de Educação, responsável por regulamentar, desenvolver e supervisionar o sistema educacional da Suécia desde a educação infantil até o ensino secundário e adulto. Fundada em 1991, a Skolverket estabelece diretrizes curriculares, promove a implementação de políticas educacionais e garante a qualidade e equidade no sistema de ensino sueco, além de oferecer suporte e materiais pedagógicos para escolas e professores em todo o país. SKOLVERKET. *Det här gör Skolverket*. Disponível em: <https://www.skolverket.se/om-oss/var-verksamhet/det-har-gor-skolverket>. Acesso em: 29 out. 2024.

- **Análise dos Estudantes de Licenciatura:** Examino as observações feitas pelos estudantes de licenciatura em Sociologia que realizaram sua prática docente sob minha orientação. Essa análise me fornece insights sobre a aplicação prática dos futuros professores.

- **Análise Curricular:** Realizo uma análise dos currículos escolares elaborados pelo Ministério da Educação sueco para a disciplina de Sociologia. Essa análise inclui a revisão das diretrizes e documentos regulatórios, com o objetivo de entender como a Sociologia é estruturada e implementada no sistema educacional sueco, além de examinar as novas diretrizes que entrarão em vigor em 2025 (Skolverket 2024). Isso me permitirá compreender como as novas diretrizes e modificações impactaram o ensino de Sociologia e a formação dos estudantes.

3 MARCOS TEÓRICOS: OS ESTUDOS SOBRE O ENSINO DA SOCIOLOGIA

Como as diversas abordagens teóricas e pedagógicas sobre o ensino da sociologia dialogam com as demandas educacionais e sociais contemporâneas? Em um cenário de constantes transformações, autores como Greenwood (2013), Eriksson (1988) e Azarian (2017) debatem sobre a estrutura curricular até a prática docente em alguns países e na Suécia, em particular.

Greenwood (2013) argumenta que os currículos de sociologia, nos Estados Unidos, devem ser adaptados para responder às necessidades sociais contemporâneas. A autora defende a criação de uma sociologia pública que permita aos alunos compreenderem a relevância da disciplina em suas vidas e nas questões sociais que enfrentam, enfatizando a necessidade de engajamento ativo dos estudantes com problemas sociais.

Eriksson (1988) aborda o desenvolvimento histórico das ciências sociais, destacando como a tradição sociológica moldou a formação e a evolução dessas disciplinas no contexto sueco. Eriksson analisa a influência de importantes sociólogos e correntes teóricas, ressaltando a necessidade de reconhecer essa herança no ensino atual da sociologia. Sua perspectiva histórica é fundamental para entender como o conteúdo curricular pode se adaptar às demandas contemporâneas, mantendo a conexão com as raízes da disciplina.

Além desses autores, a discussão sobre a prática docente na formação de professores de sociologia também é abordada por Azarian (2017). O autor defende a necessidade de integrar teoria e prática, além de adaptar o ensino para um público que utilizará o conhecimento sociológico em ambientes escolares diversos. Ele sugere que o ensino da sociologia deve ser mais prático e relevante, considerando a realidade social dos futuros professores suecos.

Essas reflexões sobre o ensino de sociologia trazem à tona questões importantes sobre como a disciplina é abordada na formação docente. Diante dessas diferentes perspectivas, uma questão a ser discutida é de como a sociologia pode ser ensinada de modo que equilibre a tradição teórica com a aplicabilidade prática, especialmente considerando os desafios das recentes reformas curriculares na Suécia?

3.1 O status da Sociologia no ensino médio

A introdução da sociologia nas escolas secundárias suecas, em 2014, marca um importante avanço na educação e no entendimento dos fenômenos sociais pelos jovens. De acordo com Fagerberg (2018), o ponto de partida para a consolidação desse campo nas escolas secundárias foi a implementação do currículo GY 2011. Este trouxe alterações nos planos de ensino e nos tipos de exame, além de mudanças nos critérios de qualificação para o ensino superior (CARLE, 2015). Essas mudanças ampliaram as oportunidades para a sociologia, tanto no ambiente acadêmico quanto no cenário social em geral, criando novas formas de interação entre professores de sociologia e alunos.

Fagerberg (2018) desenvolveu um estudo para mapear e analisar a presença da sociologia nas escolas secundárias. Estudo este, patrocinado pelo sindicato sueco de sociólogos, Sveriges Sociologförbund (SSF)¹⁷ e teve como objetivo fornecer subsídios para ³ fortalecer a sociologia como matéria no ensino médio, através de propostas que visam à melhoria da qualidade do ensino e à ampliação do interesse dos alunos pelos temas abordados em sala de aula. Questões centrais foram levantadas sobre a quantidade de alunos matriculados em cursos de sociologia, a competência dos professores, a oferta de cursos obrigatórios ou opcionais, além de explorar o uso de material didático específico para a disciplina.

A relevância desse estudo está no fato de que a introdução da sociologia no currículo escolar permite aos alunos desenvolverem uma compreensão mais profunda dos fenômenos sociais, o que contribui para uma formação crítica e cidadã. Além disso, a consolidação dessa matéria no ensino médio pode potencialmente elevar o nível das disciplinas oferecidas no ensino superior, ao despertar o interesse acadêmico dos estudantes ainda na escola (Fagerberg,

¹⁷ Sveriges Sociologförbund (SSF) é a Associação Sueca de Sociologia, fundada em 1969, que atua como uma plataforma para a promoção da sociologia como disciplina acadêmica e profissional na Suécia. A SSF tem como objetivo fortalecer a pesquisa sociológica, facilitar a troca de conhecimento entre pesquisadores e profissionais, e defender a importância da sociologia na sociedade. A associação organiza conferências, publica pesquisas e promove debates sobre questões sociológicas contemporâneas, além de servir como um recurso para estudantes e profissionais da área. SVERIGES SOCIOLOGFÖRBUND. *Om Sveriges Sociologförbund*. Disponível em: <https://www.sverigessociologforbund.se/>. Acesso em: 29 out. 2024.

2018). Essa perspectiva coloca a sociologia em um papel central na formação dos jovens suecos, permitindo que eles tenham as ferramentas necessárias para analisar e interpretar a sociedade em que vivem.

Fagerberg (2018) também discute a importância da cooperação entre sociólogos e professores do ensino médio para garantir a qualidade do ensino de sociologia. Através de uma colaboração mais estreita, é possível moldar o conteúdo e a abordagem das aulas de maneira a garantir que o ensino seja relevante e envolvente. Assim, o fortalecimento da sociologia nas escolas secundárias suecas se apresenta não apenas como uma questão de currículo, mas como um esforço colaborativo entre academia e educação básica para preparar os alunos para os desafios da sociedade contemporânea. Como o ensino de sociologia pode ser estruturado para atender às diversas necessidades e objetivos dos estudantes no nível secundário?

3.2 O Ensino de Sociologia

A estrutura da escola secundária sueca é composta por 18 programas nacionais, sendo 12 voltados para formação profissional e 6 preparatórios para o ensino superior. Cada programa é estruturado com um objetivo específico, o qual orienta seu conteúdo e formato. De acordo com o Skolverket (2018), o órgão responsável pela educação na Suécia, uma educação no nível secundário é composta por 2.500 pontos, distribuídos entre disciplinas obrigatórias, optativas, e um trabalho de conclusão de curso chamado *gymnasiearbete*. O currículo é projetado para garantir uma base comum a todos os estudantes, com ênfase nas particularidades de cada programa, seja ele profissional ou preparatório para o ensino superior.

Nos programas preparatórios para o ensino superior, como é o caso do que trabalho, a estrutura curricular é composta por disciplinas comuns a todos os alunos, como matemática e línguas, e disciplinas específicas de cada programa. A sociologia, nesse contexto, pode ser oferecida como uma disciplina opcional ou como parte de um conjunto mais amplo de matérias das ciências sociais. Segundo Fagerberg (2018), a inclusão da sociologia como matéria opcional no ensino médio sueco tem proporcionado aos alunos uma oportunidade de aprofundar seus conhecimentos sobre a sociedade, fomentando um pensamento crítico desde a juventude. Esse conhecimento se torna essencial em um mundo cada vez mais complexo e interconectado, permitindo que os jovens compreendam melhor as dinâmicas sociais ao seu redor.

A sociologia nas escolas secundárias suecas é classificada como um *vissa ämnen*¹⁸ (algumas matérias), o que permite uma certa flexibilidade na qualificação dos professores. De acordo com o Skolverket (2018), um professor pode ser considerado qualificado para lecionar sociologia mesmo que não tenha uma formação específica na área, desde que possa demonstrar conhecimentos e competências equivalentes. Essa flexibilidade reflete a realidade de que muitos professores de sociologia também lecionam outras disciplinas nas ciências sociais, como história ou estudos sociais, o que é comum devido à dificuldade de preencher uma carga horária completa apenas com aulas de sociologia (Fagerberg, 2018).

Por fim, uma distinção importante entre a sociologia e outras disciplinas, como línguas estrangeiras e matemática, é que os cursos de sociologia não concedem pontos adicionais na candidatura para o ensino superior. Diferente de disciplinas como inglês ou espanhol, que podem aumentar as chances dos alunos de serem aceitos em universidades suecas, a sociologia oferece uma contribuição diferente, voltada para a compreensão das estruturas sociais e para a formação cidadã. No entanto, Fagerberg (2018) argumenta que, apesar de não fornecer mérito direto na admissão universitária, o estudo da sociologia é fundamental para equipar os alunos com as ferramentas analíticas necessárias para interpretar e compreender a sociedade moderna.

4 A SOCIOLOGIA COMO DISCIPLINA: O QUE ENSINAR

A disciplina de sociologia no ensino médio, conforme descrita pelo Skolverket, tem como principal objetivo desenvolver nos alunos uma compreensão profunda das interações sociais e das relações entre o indivíduo e a sociedade. Essa compreensão abrange diferentes níveis – individual, grupal e societal – e busca fornecer aos alunos uma visão ampla sobre os processos sociais. Segundo o Skolverket, a sociologia se propõe a preparar os estudantes em três áreas principais de conhecimento: a relação entre o indivíduo e a sociedade, o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva, e o entendimento dos métodos científicos utilizados nas ciências sociais.

4.1 A Relação entre Indivíduo e Sociedade

O primeiro foco da sociologia no ensino médio é ajudar os alunos a entender como as ações humanas e os processos sociais são influenciados tanto pelas mudanças sociais quanto

¹⁸ O termo em sueco "*vissa ämnen*" refere-se a "certos temas" ou "certas matérias". Esta tradução foi realizada por mim para facilitar a compreensão do conteúdo apresentado.

pelas interações cotidianas. Essa área de conhecimento incentiva os alunos a desenvolverem uma compreensão das estruturas sociais, considerando que as relações entre os indivíduos e o ambiente em que vivem são moldadas por fatores como classe, etnia, gênero e outras dinâmicas sociais. Além disso, esse campo é fundamental para os estudantes desenvolverem uma consciência crítica sobre como seus próprios comportamentos e atitudes são impactados por processos sociais mais amplos. Dessa forma, o estudo da sociologia se distingue de outras áreas, como a psicologia, ao focar menos no indivíduo isolado e mais nos sistemas sociais que o cercam.

4.2 Postura Crítica e Reflexão

Outro aspecto essencial da sociologia, conforme o Skolverket, é o desenvolvimento de uma postura crítica entre os alunos. A disciplina incentiva os estudantes a questionarem e avaliar informações de diversas fontes, promovendo um processo de pensamento reflexivo sobre questões sociais e políticas. Essa habilidade é fundamental para que os alunos sejam capazes de interpretar e discutir não apenas os fenômenos sociais, mas também suas próprias atitudes e as dos outros. A sociologia, assim, oferece uma plataforma para os jovens desenvolverem uma visão mais crítica sobre o mundo que os cerca, promovendo o debate em sala de aula e estimulando a democracia e a participação ativa na sociedade.

4.3 Métodos Científicos e a Sociologia como Ciência

O terceiro eixo central do ensino de sociologia envolve a familiarização dos estudantes com métodos científicos, como entrevistas, observações e questionários. Ao aprender a utilizar essas ferramentas, os alunos são expostos à importância da pesquisa empírica no estudo das ciências sociais. Além disso, essa abordagem ajuda a evitar que a sociologia seja vista apenas como um conjunto de opiniões subjetivas, destacando seu caráter científico. Ao aplicar métodos sistemáticos de coleta de dados, os alunos têm a oportunidade de praticar e entender como a ciência social investiga fenômenos complexos, conectando essas investigações à sua própria realidade.

4.4 Estrutura das Disciplinas de Sociologia

A sociologia no ensino médio sueco é composta por três cursos: *Etnicidade e Encontros Culturais*, *Sociologia* e *Culturas Juvenis*. Cada um desses cursos oferece uma abordagem distinta sobre questões sociais, embora todos estejam alinhados com os cinco objetivos de aprendizagem estipulados pelo Skolverket. O curso de *Etnicidade e Encontros Culturais* aborda temas como cultura, nacionalidade e políticas de migração, enquanto a disciplina de *Sociologia* oferece uma introdução aos conceitos fundamentais da área, incluindo socialização, normas sociais e estruturas de poder. Já o curso de *Culturas Juvenis* foca nos desafios enfrentados pelos jovens, como a construção de identidades, especialmente no que diz respeito a gênero, etnia e classe. (Skolverket, 2024).

5 REFLEXÕES SOBRE OS OBJETIVOS DO CURSO

Embora a definição de sociologia apresentada pelo Skolverket seja ampla e oferece certa flexibilidade na adaptação do conteúdo às necessidades dos alunos, também apresenta desafios. Por exemplo, o objetivo de problematizar encontros culturais pode ser interpretado de diferentes maneiras, e há o risco de que termos como cultura e etnicidade sejam utilizados sem uma devida reflexão crítica. Dessa forma, cabe ao professor garantir que conceitos centrais da sociologia sejam devidamente discutidos, evitando interpretações superficiais ou estereotipadas que possam reforçar preconceitos ou discursos já presentes na sociedade.

Em suma, o ensino de sociologia no nível secundário sueco, conforme descrito pelo Skolverket, procura desenvolver uma compreensão crítica e científica das interações sociais, promovendo o uso de métodos científicos e o debate reflexivo sobre questões atuais. Ao incentivar os alunos a pensar criticamente sobre o mundo ao seu redor, a sociologia cumpre um papel essencial na formação de cidadãos conscientes e engajados socialmente.

5.1 Reflexões a partir de uma prática discente: minha experiência

Como professor legitimado de ciências sociais e sociologia no ensino médio sueco, minha abordagem pedagógica busca despertar a curiosidade dos alunos e conectá-los de forma ativa aos temas centrais da sociologia. Ao longo dos anos, tenho implementado um programa dinâmico e abrangente, que permite aos estudantes explorarem tanto os fundamentos teóricos quanto os fenômenos contemporâneos de nossa sociedade.

Iniciamos nossos estudos discutindo o que é a sociologia e definindo alguns de seus conceitos essenciais, como a macrosociologia, microsociologia e mesosociologia. Essas

distinções ajudam os alunos a compreenderem as diferentes escalas de análise social, desde as grandes estruturas até as interações cotidianas. Ao construir essa base, passamos a explorar os pensadores clássicos da sociologia, não apenas os nomes consagrados como Karl Marx, Max Weber e Émile Durkheim, mas também introduzindo as contribuições de sociólogas como Marianne Weber e Harriet Martineau, trazendo à tona a questão de gênero e destacando a importância de vozes femininas na construção do pensamento sociológico.

Após essa introdução aos clássicos, dedicamos uma parte significativa do curso ao estudo dos métodos sociológicos, oferecendo aos alunos as ferramentas necessárias para compreender como os sociólogos conduzem suas pesquisas e constroem o conhecimento empírico. Eles aprendem a realizar entrevistas, analisar questionários e observar fenômenos sociais de maneira crítica. Essa abordagem não só desperta o interesse pelo trabalho científico, mas também conecta a teoria à prática.

Em um dos temas mais populares entre os alunos, estudamos o uso de tecnologias e celulares na vida cotidiana, com ênfase no trabalho de Erving Goffman e nas teorias do interacionismo simbólico. Exploramos como as tecnologias moldam as interações sociais, os comportamentos de apresentação de si e a maneira como construímos nossas identidades no mundo moderno. Esse tópico é particularmente relevante para os estudantes, que vivem em uma sociedade profundamente influenciada pelas redes sociais e pelos dispositivos digitais.

Outro ponto alto do curso é o estudo do conceito de classe social através das lentes de Pierre Bourdieu. Discutimos como o capital econômico, social e cultural influencia as oportunidades e a mobilidade social, permitindo aos alunos refletir sobre as desigualdades existentes na sociedade e suas próprias experiências no contexto sueco.

Além disso, o curso também inclui uma ênfase nas questões filosóficas da sociologia. Introduzimos algumas ideias básicas da filosofia através do livro *O Mundo de Sofia*, o que proporciona aos alunos uma visão mais ampla das questões existenciais e epistemológicas que estão por trás do estudo sociológico.

Outro ponto importante é a atenção dedicada aos estudos culturais, especialmente no que se refere à migração e às políticas implementadas para lidar com as mudanças demográficas e sociais. Discutimos os desafios e as oportunidades que a diversidade cultural traz para a sociedade sueca, permitindo que os alunos reflitam sobre questões contemporâneas de identidade, cidadania e integração.

Essa abordagem holística e integrada à sociologia proporciona aos alunos uma visão crítica e envolvente do mundo ao seu redor, despertando neles o interesse pelo papel que a ciência social desempenha na compreensão da vida moderna e das relações humanas.

5.2 Estudantes de licenciatura

A análise dos estudantes de licenciatura em Sociologia que participaram da minha orientação durante a prática docente revela nuances importantes sobre a aplicação dos conceitos sociológicos em contextos educacionais variados. Um dos alunos, que havia realizado um doutoramento focado na comparação entre o ensino secundário na Suécia e na Finlândia, trouxe uma perspectiva valiosa sobre como as diferenças culturais e estruturais afetam a formação e o status dos professores. Enquanto na Suécia há uma forte ênfase na avaliação baseada em notas ao final do curso, na Finlândia o foco se desloca para o processo de aprendizado, valorizando a maneira como os conteúdos são assimilados pelos alunos.

Essa distinção nos métodos de ensino reflete-se nas percepções de status e prestígio dos professores nas duas sociedades. Na Finlândia, os educadores de Sociologia, assim como os demais professores, ocupam uma posição social elevada, com o curso de licenciatura sendo considerado tão difícil de entrar quanto o de medicina. Essa valorização da profissão resulta em uma abordagem pedagógica mais respeitosa e colaborativa, onde o professor é visto como um facilitador do aprendizado e não apenas um transmissor de conteúdo. Essa diferença no status profissional pode influenciar diretamente a motivação e a formação dos futuros professores, que se sentem mais valorizados em suas funções.

A experiência dos estudantes sob minha orientação também me permitiu refletir sobre como essas diferenças podem impactar as práticas pedagógicas e a formação de identidade docente. Ao observar a aplicação dos conceitos teóricos na prática, percebi que os estudantes se sentem mais capacitados e confiantes em ambientes onde sua profissão é

respeitada e valorizada. Essa análise nos leva a questionar como as políticas educacionais e as percepções sociais sobre os professores podem moldar a formação de novos educadores, contribuindo para a construção de uma educação mais crítica e reflexiva, que prioriza o aprendizado significativo em vez da mera acumulação de notas.

Adaptar um acadêmico ao universo do ensino médio pode ser desafiador, especialmente devido às diferenças nas dinâmicas de relacionamento e estrutura pedagógica. Com minha experiência com esse aluno, percebi que a transição da universidade para o ensino médio exigiu uma compreensão profunda das nuances do ambiente escolar. As reuniões pedagógicas, por exemplo, apresentaram-se como um espaço de colaboração e troca que difere bastante da formalidade acadêmica.

No ensino médio, as relações entre os professores e alunos tendem a ser mais próximas e informais, o que pode ser um choque para alguém acostumado a um ambiente universitário

mais estruturado e independente. Essa proximidade favorece um espaço de diálogo aberto, onde os alunos se sentem mais à vontade para expressar suas opiniões e dificuldades. Por outro lado, essa autonomia dos professores também requer um entendimento sobre como gerenciar diferentes estilos de aprendizado e abordagens pedagógicas que podem não ser tão rigidamente definidas como nas universidades.

As dificuldades em adaptar esse aluno à realidade do ensino médio foram evidentes na necessidade de ele desenvolver habilidades de interação e adaptação a um ambiente mais dinâmico e colaborativo. Ele precisou aprender a importância do trabalho em equipe e da comunicação efetiva, não apenas com os colegas, mas também com os alunos, o que é crucial para criar um ambiente de aprendizagem envolvente. Essa experiência ressalta a importância de uma formação docente que prepare os futuros educadores não apenas no domínio do conteúdo, mas também nas relações interpessoais que são fundamentais para o sucesso no ensino médio.

6 A SOCIOLOGIA DIANTE DAS MUDANÇAS DO NOVO CURRÍCULO SUECO, O CURRÍCULO NACIONAL DE 2025, GY 25

As modificações na disciplina de Sociologia, conforme delineadas pelo Skolverket, têm como foco aprofundar a compreensão dos alunos sobre as interações sociais e o impacto das estruturas e atores no contexto do mundo moderno. A sociologia, sendo uma ciência social, continuará a fornecer uma perspectiva multidimensional sobre como os indivíduos e as instituições moldam e são moldados pelo ambiente social. No entanto, as mudanças destacam a importância de um ensino mais empírico e teórico, promovendo habilidades analíticas e críticas que ajudarão os alunos a compreenderem melhor os processos de socialização e as transformações sociais contemporâneas.

Um dos principais pontos de ajuste na disciplina é a ênfase no desenvolvimento de conhecimentos teóricos e empíricos sobre o surgimento da sociedade moderna e suas implicações nas identidades e processos sociais. A partir disso, os alunos serão encorajados a estudar como as mudanças sociais afetam tanto as relações cotidianas quanto as estruturas de poder e os papéis sociais em níveis individuais, grupais e sociais. Esse enfoque se reflete nos novos objetivos da disciplina, que incluem não apenas o estudo das ações humanas e dos processos sociais, mas também a relação entre as transformações históricas e a criação de identidades sociais.

Outro aspecto importante das modificações está na promoção de um pensamento crítico mais robusto entre os alunos. A disciplina incentivará os estudantes a utilizarem conceitos e teorias sociológicas para analisar informações de várias fontes, avaliando essas informações criticamente para construir suas próprias conclusões. Esse processo, além de fornecer ferramentas para entender melhor os fenômenos sociais, visa capacitar os alunos a questionarem e refletir sobre as dinâmicas sociais em suas vidas e nas esferas públicas, contribuindo assim para uma formação cidadã mais consciente e participativa.

Além disso, as modificações incluem um maior foco no ensino de métodos de coleta e análise de dados, tanto qualitativos quanto quantitativos. Com essa abordagem, os estudantes poderão adquirir habilidades práticas em pesquisa sociológica, como a realização de entrevistas e a análise de questionários e observações. Isso reforça a compreensão da sociologia como uma ciência empírica e rigorosa, diferenciando-a de opiniões cotidianas ou interpretações subjetivas sobre os fenômenos sociais.

Os critérios de avaliação também foram ajustados para refletir essas mudanças. Para obter a nota mínima de aprovação, os alunos precisam demonstrar conhecimento básico sobre o surgimento da sociedade moderna e sua influência nos indivíduos e nas estruturas sociais. Além disso, eles devem ser capazes de articular análises simples utilizando conceitos e teorias sociológicas. Esse novo critério busca garantir que os alunos desenvolvam uma compreensão crítica, mesmo que em nível elementar, dos fenômenos sociais, consolidando o aprendizado de maneira mais estruturada e alinhada aos objetivos da disciplina.

Portanto, as mudanças introduzidas na disciplina de Sociologia visam fortalecer a capacidade dos alunos de analisar, refletir e interagir com o mundo social de maneira mais crítica e informada, promovendo uma educação mais alinhada com os desafios contemporâneos.

7 CONCLUSÃO

Na Suécia, a Sociologia é considerada uma disciplina essencial para o desenvolvimento das competências críticas e analíticas dos estudantes, sendo parte obrigatória do currículo do ensino médio desde 1994 Fagerberg (2018). A disciplina tem como objetivo proporcionar uma compreensão aprofundada da sociedade moderna, abordando temas como o desenvolvimento social e suas influências nos níveis individual, grupal e social, além da interação entre diferentes atores e estruturas sociais.

Com a nova reforma curricular de 2025, a Sociologia passará a incorporar novos enfoques, incluindo temas contemporâneos como globalização, justiça social e mudanças climáticas, além de um aprofundamento nas questões de desigualdade e diversidade Skolverket (2025). Esses conteúdos têm o propósito de preparar os alunos tanto para a vida acadêmica quanto para o mercado de trabalho, desenvolvendo habilidades críticas e reflexivas que são valorizadas pelo Estado e pela sociedade sueca.

Este estudo também examina como o Estado sueco enxerga a Sociologia como um meio de formação cidadã e de fortalecimento da compreensão social, destacando o papel do professor na implementação dessas diretrizes. Baseio minha pesquisa na análise de documentos curriculares publicados pela Agência Escolar Sueca (SKOLVERKET, 2025) e na revisão da literatura sobre o ensino de Sociologia no contexto sueco, além de minha própria experiência como docente.

Para concluir, a análise do ensino de sociologia no contexto sueco revela a importância de um currículo que consiga equilibrar as bases teóricas com a aplicação prática, de forma a tornar a disciplina relevante para estudantes de perfis variados. A implementação do currículo nacional de 2025 representa uma oportunidade para renovar o ensino de sociologia, promovendo tanto a valorização da disciplina quanto uma adequação ao contexto atual. As mudanças estruturais trazidas pelo Gy 25, analisadas neste trabalho, refletem uma tentativa de harmonizar as demandas sociais contemporâneas com a tradição educacional sueca, o que poderá influenciar diretamente na formação de professores e na experiência escolar dos alunos.

Além disso, a observação participante e a análise de experiências dos licenciandos indicam que há um forte potencial na pedagogia sociológica voltada ao engajamento com questões sociais. A incorporação de métodos de ensino mais práticos e interativos, conforme proposto por Azarian, pode fortalecer a conexão dos alunos com o conteúdo, contribuindo para uma formação cidadã mais completa e reflexiva. Dessa forma, o ensino de sociologia na Suécia, ao adotar uma abordagem inclusiva e adaptada às realidades contemporâneas, pode se estabelecer como uma disciplina fundamental no desenvolvimento crítico dos estudantes e na formação de cidadãos engajados.

A implementação do novo Currículo Nacional de 2025 levanta uma questão central para o ensino de sociologia: como construir um currículo que motive os alunos já nos cursos de Sociologia 1, no nível básico, dado que a avaliação final ocorrerá apenas em Sociologia 2? Esse é um desafio fundamental, pois motivar os estudantes a se engajarem desde o primeiro nível exige abordagens inovadoras tanto em conteúdo quanto em métodos de ensino. Como despertar

o interesse dos alunos no nível inicial, incentivando uma base sólida de conhecimento que seja aprofundada no segundo nível?

Outro desafio é diferenciar os temas e as teorias trabalhadas entre os níveis 1 e 2, garantindo uma progressão lógica e interessante. Como estruturar o planejamento curricular de modo que Sociologia 1 ofereça fundamentos atrativos e acessíveis, enquanto Sociologia 2 permita uma exploração mais aprofundada e crítica dos conteúdos, sem redundâncias? Esse planejamento progressivo entre os dois níveis deve ser cuidadosamente pensado para que os temas sejam abordados de forma sequencial, promovendo um desenvolvimento contínuo das habilidades e do interesse dos alunos pela disciplina.

Essas questões exigem um compromisso pedagógico que não só estabelece conteúdos e métodos diferenciados entre os níveis, mas também crie experiências de aprendizado que envolvam os alunos desde o início, dando-lhes uma visão clara da importância e aplicabilidade da sociologia em suas vidas e no entendimento das questões sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS

AZARIAN, Reza. Sociologins didaktiska utmaning: en rapport om sociologiundervisningen inom lärarprogrammet. Uppsala: Universitetet, 2017.

ERIKSSON, Bo. Samhällsvetenskapens uppkomst: en tolkning ur den sociologiska traditionens perspektiv. Uppsala: Hallgren och Fallgren, 1988.

FAGERBERG, Johan. *Sociologi på gymnasiet*: En kartläggning från Sveriges Sociologförbund. Sociologia, 2018. Disponível em: <https://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:1177713/FULLTEXT01.pdf> . Acesso em: 12 set. 2024.

GREENWOOD, Nancy. Toward publicly responsive sociology curricula: The role of introductory sociology. *Teaching Sociology*, v. 41, n. 3, p. 207-217, jul. 2013.

SKOLVERKET, Agência Nacional de Educação da Suécia. *Läroplanen för gymnasieskolan*. Läroplan, 2025. Disponível em: [/www.skolverket.se/undervisning/gymnasieskolan/laroplan-program-och-amnen-i-gymnasieskolan](https://www.skolverket.se/undervisning/gymnasieskolan/laroplan-program-och-amnen-i-gymnasieskolan) Acesso em: 14 set. 2024.

SKOLVERKET. *Läroplanen för gymnasieskolan. Sociologi*, 2025. Disponível em: <https://www.skolverket.se/undervisning/gymnasieskolan/laroplan-program-och-amnen-i-gymnasieskolan/gymnasieprogrammen/> Acesso em: 14 set. 2024.

SKOLVERKET. *Läroplan Gyll för gymnasieskolan*. Disponível em: <https://www.skolverket.se/undervisning/gymnasieskolan/laroplan-program-och-amnen-i-gymnasieskolan/laroplan-gyll-for-gymnasieskolan>. Acesso em: 29 out. 2024.

SKOLVERKET. *Det här gör Skolverket*. Disponível em:
<https://www.skolverket.se/om-oss/var-verksamhet/det-har-gor-skolverket>. Acesso em: 29 out. 2024.

SKOLVERKET. Gy25: Reformen av gymnasieskolan. Disponível em:
<https://www.skolverket.se/>. Acesso em: [26/10-24)

SVERIGES SOCIOLOGFÖRBUND. *Om Sveriges Sociologförbund*. Disponível em:
<https://www.sverigessociologforbund.se/>. Acesso em: 29 out. 2024

EXPLORANDO A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO EM STARTUPS BRASILEIRAS: Uma análise multifacetada

Isabella Bino da Silva (UFS)¹⁹

Resumo: O presente trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento para a dissertação de mestrado em sociologia, que analisa as novas configurações do mundo do trabalho, especialmente no contexto das startups tecnológicas no Brasil. O objetivo é texto analisar as novas configurações do mundo do trabalho, focando no crescimento das startups tecnológicas no Brasil e suas implicações para a precarização laboral. A pesquisa investiga como a atração de jovens profissionais por promessas de flexibilidade e autonomia muitas vezes esconde condições de trabalho desfavoráveis, como baixa segurança no emprego e falta de garantias sociais. A metodologia se baseia em uma abordagem sócio-histórica, incluindo um levantamento bibliográfico e análise documental das startups brasileiras. Os resultados parciais sugerem que as práticas empresariais, embora promovam a inovação, podem intensificar a precarização, levando a uma maior insatisfação e rotatividade entre os trabalhadores. A pesquisa se relaciona com a temática de Trabalho, Educação e Sociedade, destacando a tensão entre as promessas corporativas de flexibilidade e a realidade da exploração laboral, enfatizando a importância de compreender essas dinâmicas para melhorar as condições de trabalho.

Palavras-chave: Flexibilidade; precarização; startups; trabalho.

Abstract: This paper is part of the research being carried out for my master's thesis in sociology, which analyzes the new configurations of the world of work, especially in the context of tech startups in Brazil. The aim of the text is to analyze the new configurations of the world of work, focusing on the growth of tech startups in Brazil and their implications for job insecurity. The research investigates how the attraction of young professionals by promises of flexibility and autonomy often hides unfavorable working conditions, such as low job security and lack of social guarantees. The methodology is based on a socio-historical approach, including a bibliographical survey and documentary analysis of Brazilian startups. The partial results suggest that business practices, while promoting innovation, can intensify precariousness, leading to greater dissatisfaction and turnover among workers. The research relates to the theme of Work, Education and Society, highlighting the tension between corporate promises of flexibility and the reality of labor exploitation, emphasizing the importance of understanding these dynamics in order to improve working conditions.

Keywords: Flexibility; precariousness; startups; work.

¹⁹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1 INTRODUÇÃO

O crescimento exponencial das startups, especialmente no setor de tecnologia no Brasil, tem despertado considerável interesse e atraído um contingente expressivo de jovens profissionais. No entanto, esse cenário também levanta questões preocupantes relacionadas à precarização do trabalho nesse contexto. A precarização do trabalho é uma realidade cada vez mais presente, caracterizada por condições laborais desfavoráveis, baixa segurança no emprego, carga horária excessiva e falta de garantias sociais e trabalhistas.

Baseando-se nesse contexto, a pesquisa está focada em analisar como a dinâmica da precarização do trabalho em startups de tecnologia brasileiras é moldada pelas interações entre os ideais empreendedores, as estruturas organizacionais emergentes e condições socioeconômicas mais amplas. Esse problema de pesquisa será abordado sob uma perspectiva multidimensional, envolvendo aspectos socioeconômicos, culturais, organizacionais e individuais.

As startups de tecnologia no Brasil intensificam a precarização do trabalho, atraindo jovens com discursos empresariais que enfatizam benefícios e flexibilidade, explorando a autonomia e a precarização dos processos de trabalho. A pesquisa girará em torno desses elementos, incluindo os ideais empreendedores que se refere aos valores e aspirações de fundadores e líderes de startups brasileiras, as ideias de inovação, competitividade, crescimento e flexibilidade, essas ideias impactam diretamente a gestão de recursos humanos e o ambiente de trabalho dentro desse sistema. As condições econômicas mais amplas referem-se ao contexto econômico, político e social em que as startups operam, incluindo fatores como as leis trabalhistas, políticas governamentais e demanda de mercado. Esses fatores moldam as experiências dos trabalhadores dentro delas.

Em geral, as startups operam com estruturas organizacionais flexíveis e fluidas, são empresas emergentes (Graham, 2012) contrastando as hierarquias mais rígidas encontradas em empresas padrões. Essas estruturas fluidas e flexíveis afetam a maneira de gerenciamento do trabalho, sua distribuição, sua supervisão e recompensas, tendo implicações para a vida do trabalhador. Para compreender essa dinâmica empresarial será empenhada a pesquisa acerca dos elementos que constituem a relação do empregado com seu trabalho, as profissões desses trabalhadores e como se dá o itinerário profissional deste trabalhador dentro dessas empresas; como a empresa dissemina sua cultura empresarial; qual a jornada de trabalho e benefícios esses trabalhadores recebem para permanecerem neste nicho. Também será demonstrado como as startups utilizam-se de formatos e discursos trabalhistas com uma forte cultura empresarial (fit

empresarial) para contratar e manter trabalhadores na sua máxima entrega com menores custos a empresa, gerando a intensificação da flexibilização e precarização da jornada de trabalho, objetivando fortalecer a temática de estudos contemporâneos na sociologia do trabalho, além de fornecer insights relevantes que contribuam para a compreensão do impacto da precarização do trabalho nas startups de tecnologia, visando, assim, propor medidas e estratégias que possam mitigar os efeitos negativos dessa realidade crescente no mercado de trabalho contemporâneo.

Baseando-se nas teorias da sociologia do trabalho e da sociologia digital, a pesquisa tem como hipótese inicial a suposição de que a busca incessante por inovação, flexibilidade, e eficiência nas startups de tecnologia no Brasil, muitas vezes orientada pela pressão por resultados e pela adoção de estratégias de redução de custos, pode estar diretamente ligada à precarização e exploração do trabalho.

A prevalência dessa precarização pode impactar adversamente as condições laborais e o bem-estar dos trabalhadores, levando a um potencial diminuição da produtividade, insatisfação profissional e alta rotatividade. A atração de jovens talentos para essas startups é muitas vezes impulsionada pelo discurso empresarial atraente, que pode não refletir totalmente a realidade das condições laborais e contribuir para a perpetuação desse ciclo de precarização.

Compreender esses fatores e mecanismos é crucial para propor medidas e estratégias capazes de atenuar os efeitos negativos dessa realidade crescente, resultando em um ambiente de trabalho mais equitativo e sustentável no cenário atual do mercado de trabalho.

Nesse primeiro momento é essencial compreender como a reestruturação produtiva e o surgimento das startups alteraram profundamente a organização do trabalho e as experiências dos trabalhadores, levando a uma nova forma de inserção no mercado que, ao mesmo tempo que promete flexibilidade e inovação, também exige resiliência e adaptabilidade constantes. Para isso, integra-se as contribuições teóricas e as pesquisas empíricas contemporâneas, oferecendo uma análise abrangente das mudanças no mundo do trabalho, com um olhar crítico sobre os efeitos das novas dinâmicas de trabalho na era tecnológica em especial no ecossistema das startups na vida dos trabalhadores.

Este trabalho está fundamentado nas teorias da sociologia do trabalho e na sociologia digital, utilizaremos conceitos presentes em autores como Guy Standing (2013). Criador do conceito de "precariado", Standing argumenta que o trabalho moderno é cada vez mais caracterizado pela insegurança e pela ausência de direitos trabalhistas. Em sua obra "The Precariat: The New Dangerous Class", ele descreve o precariado como uma nova classe social emergente, composta por trabalhadores em empregos temporários, sem estabilidade ou benefícios, que é particularmente relevante no contexto das startups e da uberização do trabalho.

2 A MUDANÇA NO MUNDO DO TRABALHO

Para analisar como as dinâmicas do capitalismo, especialmente em sua fase neoliberal, levam à flexibilização do trabalho, à globalização e à reestruturação produtiva. David Harvey (2011) em “O Enigma do Capital” discute o impacto dessas mudanças nas condições laborais e na precarização do emprego, com foco na descentralização da produção e na busca por competitividade. Luc Boltanski em “O Novo Espírito do Capitalismo” (2009) discute a reconfiguração do capitalismo a partir das críticas feitas nos movimentos de 1968, que acabaram por ser incorporadas pelo próprio sistema. Boltanski e Chiapello mostram como a ideia de flexibilidade, criatividade e inovação foi apropriada pelo capitalismo contemporâneo, e como isso tem moldado as relações de trabalho, especialmente nas empresas que se apresentam como inovadoras, como as startups.

Por último Beck (1997), em “Sociedade de Risco”, trata da crescente insegurança e incerteza no mercado de trabalho contemporâneo. Ele analisa como a globalização e a flexibilização do trabalho têm contribuído para a desestruturação das formas tradicionais de emprego e para o aumento da precarização, criando uma “sociedade de risco”, onde a segurança no emprego e as proteções sociais estão em declínio. Esses sociólogos oferecem uma perspectiva crítica sobre as transformações no mundo do trabalho, ajudando a contextualizar como a flexibilização e a precarização se consolidam, especialmente em setores como o das startups tecnológicas. Essas teorias também fornecem ferramentas para analisar a relação entre a estrutura econômica e as experiências subjetivas dos trabalhadores nesse novo cenário.

Na sociologia digital, utilizando os conceitos de Castells (1999), vivemos em uma “sociedade em rede”, onde a interconectividade e as tecnologias digitais têm papel central na organização do trabalho, essa análise será essencial para compreender a lógica do trabalho digital e como isso impacta na dinâmica de trabalho dentro do objeto de pesquisa.

As primeiras décadas do século XXI evidenciam que a flexibilidade se transformou em uma necessidade econômica, exercendo um impacto direto na própria essência da subjetividade dos indivíduos. Para Marx, o trabalho é uma dimensão ineliminável da vida humana, isto é, uma dimensão ontológica fundamental, pois, por meio dele, o homem cria, livre e conscientemente, a realidade, bem como o permite dar um salto da mera existência orgânica à sociabilidade. (Luckács, 1981, p.12). É também pelo trabalho que a subjetividade se constitui e desenvolve-se constantemente, num processo de autocriação de si, percebemos que manter-

se flexível e, conseqüentemente, pronto para se adaptar, tornou-se a moeda corrente do trabalhador pós

fordista. Nesse contexto, muitos autores têm se dedicado a explorar questões sobre a subjetividade do trabalhador. Dentre eles, Alves (2011) e Zarifian (2002) se destacam por contribuir significativamente para a reflexão sobre o papel dessa subjetividade no mundo do trabalho pós-fordista. Neste cenário encontramos os modelos de empresas startups, e é neste projeto de pesquisa onde demonstro que pretendo explorar um tema crucial na sociedade atual, especialmente considerando a ascensão das startups de tecnologia e suas implicações na classe trabalhadora nas últimas décadas.

3 A DINÂMICA DAS STARTUPS E A FLEXIBILIDADE PRODUTIVA

As startups trouxeram um modelo de organização marcado pela horizontalidade das relações de trabalho, pela inovação contínua e pela capacidade de adaptar-se rapidamente às mudanças do mercado. Ao contrário das empresas tradicionais, essas organizações adotam um modelo menos hierárquico, com equipes pequenas, multidisciplinares e grande liberdade criativa. No entanto, essa flexibilidade também se traduz em novas formas de precarização do trabalho. A busca por eficiência e inovação constante muitas vezes se traduz em jornadas extenuantes, contratos temporários, e um ambiente de alta competitividade, onde a estabilidade no emprego deixa de ser uma realidade para muitos trabalhadores.

Com o novo modelo imposto pela reestruturação produtiva, os trabalhadores passaram a se adaptar a condições mais flexíveis e incertas. A ideia de um emprego fixo, com direitos trabalhistas estáveis e garantias contratuais, foi desafiada pelo surgimento de novas formas de ocupação, como freelancers, contratos temporários e trabalhadores autônomos. O discurso do "empreendedorismo" se popularizou, incentivando muitos trabalhadores a assumirem riscos individuais para se inserir no mercado de trabalho, agora mais fluido e fragmentado. Os profissionais de tecnologia e conhecimento passaram a ter destaque nesse novo cenário. Desenvolvedores, designers, engenheiros de software e especialistas em marketing digital são exemplos de perfis altamente demandados pelas startups, que valorizam a capacidade de inovação e a adaptação rápida às novas ferramentas e métodos.

Ao mesmo tempo, esses trabalhadores enfrentam novos desafios. Embora as startups prometam um ambiente dinâmico e criativo, também demandam altos níveis de produtividade, com contratos que muitas vezes oferecem poucas garantias de estabilidade a longo prazo. Esse modelo de trabalho on-demand (sob demanda) criou uma categoria de trabalhadores que devem

constantemente se reinventar, adquirindo novas habilidades para acompanhar as rápidas mudanças tecnológicas.

A uberização do trabalho é um dos temas centrais das pesquisas contemporâneas sobre trabalho e tecnologia. Este fenômeno, marcado pela intermediação do trabalho por plataformas digitais (como Uber, iFood e 99), transforma a relação entre trabalhador e empresa, introduzindo novos graus de precarização. Pesquisas atuais da ABET e da ANPOCS evidenciam que a uberização se caracteriza pela desregulamentação do trabalho, com trabalhadores autônomos que, embora não tenham vínculo formal com as empresas, estão subordinados aos algoritmos que controlam seu desempenho e suas remunerações.

Estudos apresentados em congressos da ABET apontam que os trabalhadores de plataformas enfrentam condições de trabalho extremamente voláteis, sem acesso a direitos trabalhistas básicos, como férias, 13º salário e aposentadoria. Além disso, há um aumento da carga emocional e mental, já que os trabalhadores são constantemente avaliados por clientes e precisam estar em disponibilidade contínua para maximizar seus ganhos. (Abilio. L; Santiago, M. 2024)

A reestruturação produtiva e a ascensão das startups também aprofundaram as desigualdades sociais. De um lado, trabalhadores qualificados em áreas de tecnologia e inovação encontraram novas oportunidades, muitas vezes com remunerações atrativas. De outro lado, trabalhadores em setores mais tradicionais, ou sem acesso à formação em tecnologia, enfrentaram condições mais precárias, com empregos cada vez mais instáveis e salários baixos. As plataformas digitais se tornaram protagonistas nesse cenário, exemplificadas por empresas como Uber, iFood e outras do chamado “capitalismo de plataforma”. Embora ofereçam oportunidades de trabalho flexível, essas plataformas frequentemente impõem jornadas longas e falta de direitos trabalhistas para seus trabalhadores, que não são formalmente reconhecidos como empregados, mas sim como prestadores de serviço.

A reestruturação produtiva a partir dos anos 1990 e a ascensão das startups provocaram uma mudança profunda no mercado de trabalho, impulsionada pela tecnologia e pela flexibilização das relações laborais. Embora tenham surgido oportunidades para inovação e crescimento econômico, o trabalho se tornou mais fragmentado e instável para grande parte da força de trabalho.

O futuro do trabalho nesse cenário é incerto. Por um lado, a tecnologia continua a gerar novas oportunidades, sobretudo para aqueles com acesso à educação e habilidades específicas. Por outro lado, a desigualdade entre os trabalhadores qualificados e aqueles relegados a funções

precárias segue crescendo, trazendo à tona a necessidade de se repensar os direitos trabalhistas e as políticas públicas em um cenário de rápidas mudanças tecnológicas.

4 STARTUPS: O TRABALHO EM SEU FORMATO DINÂMICO

Startups são empresas formadas para crescer de maneira rápida (Graham, 2012). É um tipo de instituição humana projetada para criar produtos e serviços sob condições de extrema incerteza (Ries, 2012), uma organização formada para buscar um modelo de negócio escalável, repetitivo e lucrativo, que busca se viabilizar por meio de fundos de venture capital (Blank & Dorf, 2014).

A grande quantidade de empresas no modelo startup inauguradas nas últimas décadas fomentam o objeto de estudo, pretendo analisar como as empresas buscam, nas leis, formas de diminuir seus custos e acelerar a produção (uma vez que empresas startups possuem como característica essencial pequenos negócios inovadores e com poucos recursos financeiros para alavancar seus produtos de forma muito rápida, com um mercado novo e incerto), ao mesmo tempo que demonstram pelo discurso forte de bem-estar e dinamismo uma diferenciação das empresas tradicionais, repassado ao trabalhador, em sua maioria jovens, para que este se mantenha com maior produtividade.

A precarização é um fenômeno que pode ser verificado através do “desmonte das formas reguladas da força de trabalho como mercadoria” (Alves, 2013, p. 85), a precarização e suas consequências podem ser observadas como uma crescente no mercado de trabalho contemporâneo. Bourdieu (1998), ajuda a compreender o conceito de precariedade e traz a discussão sobre a precariedade estar por toda parte, tanto no setor privado quanto público, trata da incerteza sobre o futuro e os efeitos que essa incerteza gera na classe trabalhadora.

Outro autor que ajuda a compreender melhor este cenário é Sennett (1999), ele desafia o leitor a decidir se a flexibilização do capitalismo moderno oferece um ambiente melhor para o crescimento pessoal ou se é apenas uma nova forma de opressão. Ele apresenta uma série de reflexões acerca das novas condições de trabalho que se impõem, vinculadas ao atual modelo capitalista e à lógica neoliberal. É proposto, pelo autor, avaliarmos o quanto essas condições de trabalho afetam as relações sociais e o próprio trabalho.

Sennett (1999), aborda o tema do risco, enfatizando sua natureza desorientadora e desanimadora. Ele adverte sobre uma distinção marcante nos tempos atuais: o risco agora se tornou uma realidade cotidiana para as massas, e para permanecer no jogo, é preciso apreciar viver na incerteza. Estar em uma situação de risco é predominantemente mais desanimador do

que promissor, devido ao estado de incerteza. Segundo ele, “A sociedade hoje busca meios de destruir os males da rotina com a criação de instituições mais flexíveis. As práticas de flexibilidade, porém, concentram-se nas forças que dobram as pessoas” (Sennett, 1999, p. 53).

As startups se destacam por apresentar modelos de negócios caracterizados pela inovação, agilidade, flexibilidade e alta capacidade de se adaptar aos mercados, atuando em diversos setores socioeconômicos. A obra de Maia (2019) destaca que a proliferação e ascensão dessas organizações ocorrem em um contexto histórico marcado por mudanças iniciadas a partir de 1970, influenciado pelas crises desencadeadas pelo esgotamento do paradigma da sociedade urbano-industrial. No Brasil, o número desse tipo de modelo empresarial registrou um notável crescimento, atingindo a marca de 13.374 até 2019.

Diante desse contexto, o propósito desta pesquisa é compreender como indivíduos, grupos e instituições atribuem significados à vivência laboral no âmbito das startups e, simultaneamente, como esse novo formato impacta na intensificação do trabalho, as exigências laborais e as novas tecnologias impossibilitam a desconexão do trabalhador. Mészáros (2015) nos ajuda nesse conceito da necessidade de desconexão quando afirma que há uma crueldade nessa dominação, onde o trabalhador é vítima desse sistema.

Marx aponta que o trabalhador nesse sistema de alienação se torna uma mercadoria à medida que seu trabalho se fixa ao objeto produzido,

O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sachenwelt) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria [...] O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, [...].(MARX, K. 2008, p. 80).

Antunes (2013), ajuda a compreender a classe trabalhadora atual e sua natureza polissêmica e multifacetada, o autor indica uma tendência à diminuição do proletariado industrial tradicional, estável e especializado, que se desenvolveu durante a era do taylorismo-fordismo. Dentro do segmento da pesquisa podemos encontrar este perfil de trabalhador, multifacetado, buscando funções diversas para demonstrar proatividade e dinamismo, características cada vez mais presentes dentro do mercado de trabalho. Segundo o autor, essas mudanças têm o propósito de controlar a subjetividade dos trabalhadores por meio de um discurso de envolvimento que, na realidade, representa uma participação manipuladora, preservando essencialmente as condições de alienação e estranhamento no ambiente de trabalho. Para Antunes (2013), compreender as formas contemporâneas de geração de

valor trabalho é crucial, pois a mais-valia não é obtida apenas no âmbito material do trabalho, mas também no imaterial, intensificando as condições de exploração da força de trabalho mediante a redução ou mesmo eliminação do trabalho improdutivo. O trabalho do professor, doutor Ivan Barbosa (2021), nos ajuda a entender o mecanismo histórico do capitalismo, onde mesmo durante seu período de maior expansão, a realização da ideia de uma sociedade com pleno emprego nunca se concretizou no sistema capitalista.

Havia, mesmo nesses países desenvolvidos, uma pequena massa de trabalhadores desempregados que ficava à margem de todo o processo produtivo. Nos primórdios da sociologia, Karl Marx (2013) já fazia referência a esse contingente como necessário para que os trabalhadores empregados fossem pressionados a não reivindicarem mais direitos e aumentos de salário, já que a situação precária de parte da população trabalhadora poderia fazer com a parte desempregada pudesse aceitar uma menor quantidade de salários e direitos do que permanecer sem trabalho. (BARBOSA, Ivan Fontes; ALVES, V. H. A. O trabalho precário e não assalariado no horizonte da sociologia do trabalho latino americana, p. 16, 2021.).

Nesse sentido, Bourdieu (1996) também traz importante estudo sobre o novo tempo social, determinado pelo capital, forjando novos hábitos:

O habitus preenche uma função que, em outra filosofia, confiamos à consciência transcendental: é um corpo socializado, um corpo estruturado, um corpo que incorporou as estruturas imanentes de um mundo ou de um setor particular desse mundo, de um campo, e que estrutura tanto a percepção desse mundo como a ação nesse mundo (Bourdieu, 1996, p. 144).

Na intenção de evidenciar e caracterizar o novo papel contemporâneo do trabalho, a pesquisa tem como núcleo analisar e discutir o formato de trabalho nas startups (empresas emergentes) brasileiras, para isso, o site da StartSe apresenta uma definição que a resume e exemplifica como ecoa no Brasil:

Startup é uma empresa jovem com um modelo de negócios repetível e escalável, em um cenário de incertezas e soluções a serem desenvolvidas. Embora não se limite apenas a negócios digitais, uma startup necessita de inovação para não ser considerada uma empresa de modelo tradicional. (O StartSe se apresenta como o maior ecossistema de startups do país. Ver: <https://www.startse.com/noticia/startups/afinal-o-que-e-uma-startup>).

As startups representam novas formas de organização do trabalho e novas relações entre os trabalhadores e suas atividades, prometendo uma maior autonomia, especialmente com a comunicação e o fluxo de informações integrados diretamente no processo produtivo (Marazzi, 2009, p. 15).

Os fundadores dessas empresas tinham a interrupção como seu ponto de partida, adentrando um mercado novo e incerto, usando estratégias que visavam minimizar custos e possíveis litígios caso a ideia não fosse bem-sucedida, o que pode acarretar muitas incertezas, como falado acima, aos trabalhadores, muitos desses métodos começaram a desafiar os conceitos tradicionais das leis trabalhistas. As empresas usam discursos persuasivos para retratar-se como locais com preocupações laborais para seus trabalhadores, com ênfase no crescimento profissional, instalações de trabalho modernas e alternativas, espaços de lazer, permissão para animais de estimação e áreas de descanso atraentes, entre outros recursos inovadores que atraem jovens trabalhadores pela estética.

No entanto, predominantemente optam por contratações no formato PJ (pessoa jurídica), onde o trabalhador perde qualquer segurança trabalhista, extensa carga de trabalho sem remuneração extra, além da grande incerteza como falado anteriormente. Alega-se flexibilidade de horário e não vinculação com a empresa, embora, na prática, os trabalhadores realizem trabalho adicional sem remuneração por horas extras e estejam sob um vínculo empregatício camuflado, entre outras situações que os obrigam a entregar serviços rapidamente. (Wyzykowski, 2020). Muitos desses mecanismos desafiam a proteção ao trabalhador e representam riscos para os indivíduos que se encontram em uma posição de extrema vulnerabilidade.

O capitalismo flexível demanda um novo perfil de trabalhador. Esse profissional precisa mobilizar cada vez mais suas características pessoais no trabalho. Ele deve estar aberto a operar em horários e locais variados, integrar equipes que mudam constantemente e apresentar habilidades e qualidades que vão além de sua formação, sendo inovador, criativo e eficaz na comunicação. Estar sempre pronto para assumir novos riscos e desafios também é crucial. Não há mais a necessidade de um controle centralizado e visível, pois espera-se que o trabalhador internalize as formas de controle, ao mesmo tempo em que é avaliado de maneira sutil (muitas vezes mediado pela tecnologia) por superiores, colegas e clientes (Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2009).

5 UM NOVO MODELO DE NEGÓCIO

A história da disseminação das startups é relativamente recente. Nos Estados Unidos, os primeiros passos ocorreram em 1957, enquanto no Brasil, a chegada das chamadas empresas pontocom aconteceu na década de 1990. Embora as primeiras iniciativas de startups no país tenham surgido nesse período, o termo quase não era mencionado na mídia brasileira até 2012.

Foi em 2013 que seu uso começou a aumentar, rapidamente ganhando destaque nas manchetes de negócios (Maia, 2016). Entre 2015 e 2020, o número dessas empresas saltou de 4.151 para 13.374, representando um crescimento de 322% (Abstartups, 2020).

As startups brasileiras têm se destacado como agentes de inovação e crescimento econômico no cenário nacional. Baseadas em tecnologias disruptivas e metodologias ágeis, elas estão cada vez mais presentes em diversos setores da economia. No entanto, ao analisar essas empresas sob a ótica da sociologia do trabalho, percebe-se um fenômeno dual: enquanto as startups representam um ambiente dinâmico e promissor, elas também podem reproduzir formas de precarização nas relações laborais. A partir de dados do IBGE, DIEESE e informações do site da Associação Brasileira de Startups (Abstartups), este estudo visa compreender quem são essas startups, quais os perfis, por que atuam nesse formato e as implicações desse modelo no mercado de trabalho.

Baseando-se no documento disponibilizado no site da Abstartups com o mapeamento de ecossistema de Startups de 2023, conseguimos traçar o perfil das startups presente no Brasil baseando-se nos principais segmentos, no modelo de trabalho e na geolocalização das empresas. O mapeamento traz também outras informações como público-alvo, perfil das pessoas fundadoras, investimento, entre outros, porém aqui delimitamos apenas os três tópicos: segmento, modelo de trabalho e geolocalização. Esses critérios serão levados em consideração pois serão analisados os perfis de cada empresa e os trabalhadores em cada uma, para trazer uma amostra mais significativa para a análise da dinâmica e gerenciamento do trabalho dentro desse ecossistema.

Segundo dados da Associação Brasileira de Startups (Abstartups), o país conta hoje com mais de 12 mil startups, o que o coloca como líder nesse segmento em toda a América Latina. O material do ecossistema das startups construído pela associação em 2023, foram mapeadas 2593 startups de 326 cidades brasileiras tendo como referência uma base de 14 mil startups, esse estudo teve como objetivo mapear e identificar o perfil e os principais dados das startups brasileiras.

Atualmente, a distribuição regional das startups concentra-se no estado de São Paulo, tendo 38,4% das startups nessa região, seguido pelo estado de Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná. Por região temos o sudeste com 55,8% das empresas, sul com 22,1%, nordeste com 12,3%, centro-oeste com 5,1% e norte com 4,7%. Sobre o modelo de trabalho preferido das startups, o home office se destaca, com 47,7%, seguido do regime híbrido, com 39,7%.

As startups brasileiras são compostas por um grupo heterogêneo de trabalhadores, geralmente jovens, altamente qualificados, e com perfis focados em áreas como tecnologia da

informação, marketing digital e administração. Segundo o IBGE e o DIEESE, esses trabalhadores muitas vezes possuem formação acadêmica sólida, mas encontram no mercado de startups uma alternativa ao emprego formal tradicional, visto que as startups oferecem a promessa de flexibilidade e crescimento rápido. Profissionais freelancers e temporários também são parte relevante desse ecossistema, contribuindo para o caráter mutável e adaptável dessas empresas.

A análise dos dados fornecidos sobre o ecossistema de startups oferece uma visão clara sobre a estrutura e diversidade dessas organizações, tanto em termos de quantidade de trabalhadores quanto no perfil dos fundadores. A maior parte das startups, 50,4%, possuem entre 1 e 5 trabalhadores. Isso revela um perfil predominante de empresas de pequeno porte, muitas vezes caracterizado por operações enxutas e flexíveis, típicas de empresas em estágios iniciais ou que operam em nichos específicos. Essa estrutura reduzida pode indicar maior agilidade, mas também desafios relacionados à capacidade de escalar operações e a gestão de múltiplas funções por parte dos trabalhadores. Por outro lado, apenas 1,3% das startups possuem entre 101 e 200 trabalhadores, e uma fração mínima, 0,1%, têm entre 501 e 1000 empregados. Esses dados sugerem que poucas startups conseguem se expandir até esse ponto, o que pode ser reflexo de barreiras para o crescimento, como limitações de financiamento, mercados competitivos ou falta de acesso a redes que incentivem a escalabilidade.

O perfil das pessoas fundadoras revela um cenário marcadamente desigual. A predominância de homens cisgênero, representando 79,8% dos fundadores, sugere um desequilíbrio de gênero significativo. As mulheres cisgênero, que compõem 19,7% dos fundadores, estão sub-representadas, apontando para desafios estruturais e culturais que impedem uma participação mais equitativa. A presença de pessoas transgênero também é extremamente baixa, com apenas 0,1% de homens transgêneros mencionados, evidenciando uma quase total exclusão de pessoas trans do ecossistema empreendedor.

Em relação à diversidade racial, a maior parte dos fundadores, 70,7%, se identifica como branco, o que indica uma predominância de pessoas dessa raça nas startups, o que, de certo modo, reflete o acesso desigual a oportunidades no mercado. Apenas 6,2% dos fundadores se identificam como pessoas pretas, um número extremamente baixo, e 17,5% se identificam como pardos. Esse quadro reforça as disparidades raciais, sugerindo que há barreiras significativas que dificultam a participação de pessoas racializadas no ambiente empreendedor.

Esses dados refletem o cenário de startups como um ambiente onde prevalecem estruturas enxutas, com uma concentração significativa de pequenos negócios, enquanto as disparidades de gênero e raça persistem. Embora as startups sejam frequentemente vistas como

promotoras de inovação e mudanças, ainda existem grandes desafios em promover uma maior inclusão e diversidade em termos de liderança e participação no ecossistema.

O trabalho nas startups é caracterizado por uma forte adoção de metodologias ágeis, além do uso intensivo de ferramentas digitais, para coordenação de equipes. O formato de trabalho remoto ou híbrido tem se tornado cada vez mais comum, favorecido pela pandemia e pelas próprias características das startups. Entretanto, do ponto de vista da sociologia do trabalho, esse modelo é ambivalente: ao mesmo tempo que promove flexibilidade e inovação, ele também gera incertezas quanto à estabilidade de emprego, já que muitas startups operam em um ambiente de alta rotatividade e baixo grau de formalização. A ausência de vínculos empregatícios formais, direitos trabalhistas assegurados e a exigência de longas jornadas são exemplos de precarização que, muitas vezes, não são visíveis no discurso de inovação e serão aprofundadas nessa pesquisa. Baseado nesses dados coletados foi escolhido nessa pesquisa uma amostra de 3 startups

O propósito das startups é claro: resolver problemas específicos de mercado com soluções inovadoras, focando em escalabilidade e disrupção. Elas atuam em setores como fintechs, healthtechs e edtechs, conforme mapeado pela Abstartups, buscando ocupar nichos inexplorados por empresas tradicionais. No entanto, o foco no crescimento acelerado e na maximização do valor pode levar a uma pressão excessiva sobre os trabalhadores, que se veem imersos em uma cultura de "empreendedorismo extremo" e "entrega constante". As startups prometem não apenas resultados financeiros, mas também a possibilidade de transformar a sociedade e o mercado de trabalho. No entanto, os resultados sociais e econômicos nem sempre são distribuídos de forma justa, principalmente para os trabalhadores, que podem sofrer com contratos instáveis e salários incertos.

Outro dado interessante para analisamos na pesquisa é o crescimento exponencial das startups durante a pandemia da Covid-19, enquanto nos empregos formais, principalmente para os pequenos negócios, tivemos uma grande mudança estrutural resultando em demissões, falências e a queda de demanda. A crise econômica decorrente do isolamento social imposto pela pandemia de covid-19 atingiu profundamente o tecido de trabalho no Brasil, segundo dados do IBGE 716.372 empresas fecharam as portas, sendo 99,8% de pequeno porte (IBGE, 2020). De outro lado, as startups brasileiras mantiveram um crescimento durante o ano de 2019, De acordo com a Associação Brasileira de Startups, de 2015 até 2019, o número saltou de uma média de 4.100 para 12.700 startups criadas, representando um aumento de 207%, durante o cenário pandêmico surgiram inúmeras oportunidades de negócio onde os investidores puderam investir em startups com alto potencial de crescimento, oferecendo soluções inovadoras para os

governos e empresas, já que trazem oportunidades de correção, representatividade e reconhecimento, com ações eficientes e políticas estruturais que geram bases sólidas no enfrentamento da pandemia da COVID-19 (Matos; Radaelli, 2020).

O modelo de startups é impulsionado pelo desejo de inovação e pelo dinamismo do mercado, mas, do ponto de vista dos trabalhadores, muitas vezes é também uma resposta às limitações do emprego formal tradicional no Brasil. Segundo o DIEESE, o mercado de trabalho formal brasileiro é marcado por rigidez, baixa geração de vagas e precariedade salarial em alguns setores. Assim, as startups surgem como uma alternativa para profissionais que buscam maior autonomia e flexibilidade. Contudo, essa flexibilidade nem sempre vem acompanhada de segurança ou garantias de direitos trabalhistas. Para muitos trabalhadores, o trabalho em startups representa uma alternativa necessária, mas que não oferece a proteção típica do emprego formal, reforçando a precarização laboral.

Com base nos dados fornecidos, a escolha de uma amostra de 3 startups brasileiras para basear a pesquisa, que apresentam distinções em termos de geolocalização, perfil dos fundadores e quantidade de trabalhadores, permite uma análise mais aprofundada do impacto dessas variáveis no sucesso e desenvolvimento de cada empresa.

Para o estudo proposto, foram escolhidas três startups brasileiras que se diferenciam em termos de geolocalização, perfil de atuação e quantidade de trabalhadores. A seleção dessas empresas baseia-se na necessidade de analisar como a localização geográfica, o setor de atuação e o porte influenciam a dinâmica de trabalho e os desafios enfrentados.

Baseado nas informações trazidas pela ABSTARTUP as empresas escolhidas estão no quadro abaixo:

Startup	Região	Geolocalização	Perfil de Atuação	Quantidade de trabalhadores
IFood	Sudeste	Sede em São Paulo, maior concentração de investimentos em tecnologia e infraestrutura avançada. Localização estratégica que permite acesso a mercados, parcerias e talentos qualificados.	Atua no setor de delivery de alimentos, conectando restaurantes a consumidores através de uma plataforma digital.	Cerca de 730 mil trabalhadores internos (não inclui os entregadores)

T.I Saúde	Nordeste	Localizada na Região Nordeste, enfrenta desafios por menor concentração de recursos tecnológicos. Contribui para a descentralização do ecossistema de inovação no Brasil.	Setor de tecnologia voltada para a saúde, oferecendo soluções para hospitais e clínicas.	Entre 50 e 100 trabalhadores.
Seazone	Sul	Situada em Santa Catarina, beneficia-se de um ambiente em crescimento para startups. Florianópolis se destaca como hub de tecnologia e inovação.	Plataforma de gestão para o setor de locação por temporada.	Entre 200 e 300 trabalhadores.

Fonte: Pesquisa documental, 2024. Elaboração: Bino, 2024.

A escolha dessas três startups foi intencional para garantir que a amostra represente diferentes realidades em termos de geolocalização, perfis de mercado e quantidade de trabalhadores. O IFood, com sua grande estrutura, permite uma análise de como grandes startups gerenciam uma operação complexa e escalável em um mercado maduro. A T.I. Saúde, situada em uma região com menor concentração de tecnologia e recursos, oferece uma perspectiva sobre como startups em crescimento enfrentam desafios regionais. Por fim, a Seazone, com uma estrutura média e foco no setor de turismo, ilustra como a inovação pode alavancar um setor específico em uma região economicamente diversificada.

Essas variações nos perfis e tamanhos das startups são essenciais para entender diferentes dinâmicas de trabalho, desde a gestão de equipes até a capacidade de inovação, adaptação ao mercado e escalabilidade. Além disso, a análise pode revelar como a geolocalização impacta o acesso a recursos, investidores e mercados, proporcionando uma visão ampla do ecossistema de startups no Brasil.

A investigação do objeto de pesquisa ao decorrer da construção da dissertação, integrará três métodos qualitativos: observação direta, análise do discurso e entrevistas. Cada método será aplicado de maneira complementar para proporcionar uma compreensão abrangente e detalhada do fenômeno estudado. A primeira etapa conforme mostrada anteriormente é compilar informações da Associação Brasileira de Startups (ABSTARTUPS), em particular, levantar informações do número e crescimento das startups no Brasil e a quantidade de

trabalhadores absorvidos por elas para quantificar a grandeza e importância para análise desse ecossistema.

Busca-se dessa forma, expor informações relevantes sobre as características e tendências identificadas nesses grupos, permitindo ampliar a visão do ecossistema das startups. Essa etapa baseia-se no método da pesquisa documental, apresentada por Gil (2007) pois será realizada uma etapa analítica nos materiais que mantêm seu caráter rico e estável, a análise desses materiais constituirá uma base esclarecedora para o recorte da pesquisa e dos dados coletados. A análise desses dados será baseada nos objetivos desta pesquisa e suas delimitações, seguindo os passos mostrados por Gil (2007) da análise do conteúdo, exploração do material e por último o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados coletados, segundo o autor, "a pesquisa social deve ser conduzida com rigor metodológico para garantir a validade dos resultados" (Gil, 2007, p. 45).

As etapas seguintes da pesquisa incluirão a observação direta para capturar as práticas organizacionais entre membros da equipe e a cultura de trabalho nas três startups selecionadas, para proporcionar uma visão diversificada do ambiente de trabalho. Chauvin e Jounin (2015) destacam que essa flexibilidade é crucial para capturar a dinâmica fluida e em constante mudança das interações sociais e dos contextos organizacionais. O método de observação direta também proporciona uma imersão na rotina do fenômeno observado, de acordo com o texto de Paugam (2015) a observação direta pode levantar nuances e insights valiosos para a pesquisa e complementa outros métodos também utilizados, é essencial para a pesquisa o questionamento de lógicas cotidianas naturalizadas, esse chamado olhar sociológico pautado nas pesquisas de Bauman (2010) e Paugam (2015) nos permite criar essa “estranheza” de tudo aquilo considerado natural e ter um olhar mais crítico no mundo social que vivemos. Segundo Paugam,

O que é afinal, este espírito? Ele é uma arte de tornar problemático o mundo social em que vivemos. Diante de situações onde a maioria dos atores prioriza um olhar sobre uma atividade social buscando naturalizá-la, o sociólogo, ao endereçar-lhe certos tipos de questões, pode fazer reaparecer o arbitrário e a indeterminação que esta tentativa de naturalização negou-lhe. (Paugam, S. 2015, p. 33).

A experiência pessoal da pesquisadora-autora também será relevante para o estudo onde será possível e necessária a observação participante dentro do ambiente estudado. Os métodos de observação direta e participante se unem para registrar os fatos observados, como mostrado por Paugam, “inicialmente poderíamos afirmar que toda observação é necessariamente participante, já que o observador nunca é invisível ou inativo no ambiente que ele busca estudar” (Paugam, 2015, p. 126). Para coletar os dados será utilizado anotações, gravações e

até vídeos para coletar e posteriormente analisar os dados, é essencial dentro desse universo participar de reuniões, analisar as demandas repassadas ao time interno e como funciona as resoluções dos problemas encontrados. Para identificar as experiências dos trabalhadores, serão conduzidas entrevistas semi-estruturadas com 15 trabalhadores de três startups brasileiras, alcançando um quadro diversificado de trabalhadores em termos regionais, raciais, etários, de classe social e de gênero, também em diferentes estágios de desenvolvimento.

O principal passo para conduzir as entrevistas inicia-se com as perguntas “o que perguntar?” e “para quem perguntar?”, Gaskell (2002) destaca esse passo inicial como essencial para construção das perguntas e objetiva em seu estudo as entrevistas como um método importante para reconhecer e entender diferentes pontos de vista dos atores e se atentar a temas importantes que não estavam planejados. Além disso, o método da entrevista valoriza a subjetividade do entrevistado e busca identificar perspectivas e análise consistentes, assim como as interpretações pessoais dos trabalhadores dentro do ecossistema. Poupart (2014) enfatiza que o conhecimento produzido é contextual e situacional, refletindo a dinâmica da interação entre entrevistador e entrevistado, também ressalta que a profundidade da entrevista qualitativa possibilita a identificação de nuances e variações nas experiências e perspectivas dos participantes.

Para finalizar a triangulação dos dados será realizado a análise dos discursos presentes em documentos, comunicações e postagens em redes sociais das startups para identificar valores, ideologias e narrativas que moldam a cultura organizacional e práticas de trabalho, serão coletados diversos tipos de documentos como, comunicados internos, posts em redes sociais e relatórios e publicações externas, selecionados com base na relevância para as práticas de gestão e condições de trabalho.

6 CONCLUSÃO

Estudar a dinâmica de trabalho nas startups brasileiras a partir da sociologia do trabalho é relevante porque essas empresas estão moldando o futuro das relações laborais no Brasil. Ao analisar esse fenômeno, podemos entender como a busca por inovação e crescimento rápido influencia as condições de trabalho e as proteções oferecidas aos trabalhadores. Compreender essa dinâmica é essencial para propor políticas e práticas que promovam não apenas o crescimento econômico, mas também a dignidade e a segurança no trabalho.

A dinâmica de trabalho nas startups brasileiras, embora envolva inovação e flexibilidade, revela um cenário de precarização quando analisada pela perspectiva da

sociologia do trabalho. As startups oferecem novas formas de organização e realização de trabalho, mas também desafiam as proteções tradicionais dos trabalhadores, levando à ausência de vínculos formais, à pressão por resultados rápidos e à incerteza sobre a estabilidade no emprego. Diante disso, é essencial que se busque um equilíbrio entre a inovação proposta pelas startups e a garantia de direitos trabalhistas, a fim de evitar que a precarização se consolide como parte intrínseca desse modelo empresarial.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; SANTIAGO, Silvia Maria. Dossiê das violações dos direitos humanos no trabalho uberizado. Diretoria Executiva de Direitos Humanos, Unicamp, 2024. Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/dossie-das-violacoes-dos-direitos-humanos-no-trabalho-uberizado/>. Acesso em: 25 set. 2024.

ANTUNES, Ricardo. Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0. São Paulo: Boitempo, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE STARTUPS. Mapeamento do ecossistema brasileiro de startups 2023. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://abstartups.com.br/mapeamento-de-comunidades/>. Acesso em: 25 set. 2024.

BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: 34, 1997.

BELL, Daniel. O advento da sociedade pós-industrial: uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAUVIN, Sébastien; JOUNIN, Nicolas. A Observação direta. In: PAUGAM, Serge. (Coord.). A pesquisa sociológica. Petrópolis: Vozes, 2015.

EVANGELISTA, A. P. Seremos livres ou escravos da Indústria 4.0?. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/seremos-lideres-ou-escravos-da-industria-40>. Acesso em 29. jun.2024. <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/seremos-lideres-ou-escravos-da-industria-40>.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GORZ, André. O imaterial: conhecimento, valor e capital. São Paulo: Annablume, 2005.

GRAHAM, P. Startups = Growth Recuperado de <http://www.paulgraham.com/growth.html>. 2012. Acesso em 04 set de 2024.

HARVEY, David. O enigma do capital: e a crise do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California Press, 1983.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. *Pesquisa Pulso Empresa: impacto da covid-19 nas empresas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020a. Disponível em: <<https://covid19.ibge.gov.br/pulso-empresa/>>. Acesso em: 15 de abr de 2024.

_____. *Pesquisa Industrial Anual 2003 a 2018; Pesquisa Anual da Construção 2003 a 2018; Pesquisa Anual de Serviços 2003 a 2018 e Pesquisa Anual de Comércio 2003 a 2018. Tabulação Especial*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020b.

LAAN, Murilo. RONCATO, Mariana. *Uberização do Trabalho, produção da diferença e as experiências internacionais de regulação do trabalho*. *Revista de Sociologia e Política, Sociologias* 23 (57) • May-Aug 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/XDh9FZw9Bcy5GkYGzngPxxwB>. Acesso em: 30 jun de 2024.

MARTINS, Marcelo; PEREIRA, João. *O Papel das Startups na Transformação do Mundo do Trabalho*. *Revista de Sociologia e Política*, v. 22, n. 2, p. 25-42, 2018.

MATOS, F.; RADAELLI, V. *Ecossistema de Startups no Brasil: Estudo da caracterização do ecossistema brasileiro de Empreendedorismo de alto impacto*. Brasília: BID, 2020.

MORAIS, Ana Paula. *Trabalho e Inovação nas Startups: Uma Análise Sociológica*. *Revista Brasileira de Empreendedorismo e Gestão*, v. 19, n. 4, p. 134-150, 2020.

MORÉLIX, A.; MATOS, F.; DE OLIVEIRA, L.; AFONSO, R.; RADAELLI, V. *Startups do Brasil em meio à pandemia: como o ecossistema brasileiro de startups tem enfrentado a crise da COVID-19: soluções, desafios e propostas para o futuro*. Brasília: BID, 2020.

NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; MOREIRA, Rafael de Farias Costa. *A Covid deixa sequelas: a destruição do estoque de capital das micro e pequenas empresas como consequência da pandemia de Covid-19*. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2023. 40 p. (Texto para Discussão, n. 2894). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2894-port>.

POCHMANN, Marcio. *A Década dos Mitos: O novo modelo econômico e a crise do Trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 8. ed. São Paulo: Record, 2004. Cap. 1 e 3.

SILVA, Ricardo. *O Impacto das Startups na Dinâmica do Trabalho e Emprego no Brasil*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social*, v. 20, n. 1, p. 89-104, 2021.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

SANTOS, Felipe; SILVA, Helena. Startups e Novas Formas de Precarização do Trabalho: Reflexões e Desafios. *Revista de Estudos do Trabalho e Economia*, v. 17, n. 3, p. 101-118, 2019.

SILVA, Ricardo. O Impacto das Startups na Dinâmica do Trabalho e Emprego no Brasil. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Econômico e Social*, v. 20, n. 1, p. 89-104, 2021.

NOVAS FORMAS DE REGULAÇÃO NEOLIBERAL DO TRABALHO: um estudo com trabalhadores de postos de combustíveis

Gabriel Jesus do Nascimento (UFS)

Resumo: O mundo do trabalho é uma dimensão da vida social extremamente dinâmica e desafiadora em relação às nossas possibilidades de estudos em sociologia do trabalho. Desde, aproximadamente, meados dos anos 70 o mundo do trabalho vem ocupando novas formas de organização e os trabalhadores passam a ocupar posições diversas da que um dia costumaram ocupar no mundo do trabalho, posições estas que são compatíveis com as novas formas de exploração do trabalho humano no bojo do processo de reestruturação produtiva e sua consequência necessária, a acumulação flexível. Neste sentido, tomaremos os trabalhadores de postos de combustíveis como dimensão empírica para, através dos dados extraídos utilizando como método a observação direta, demonstrarmos como estes trabalhadores se põem neste novo (e precário) mundo do trabalho, junto a legislações trabalhistas pertinentes que revelam o modo de ser das novas formas de regulação neoliberal do trabalho, tendo como propósito fundamental demonstrar o funcionamento da regulação trabalhista hoje. Deste modo, a presente investigação nos induziu ao resultado onde as novas formas de regulação neoliberal do trabalho operam sobre uma divisão tripartite: a desregulação, retirada direta de direitos/regulações trabalhistas; a “regulação negativa”, formas de regulação que tornam o trabalho e os trabalhadores menos protegidos; e a extinção de postos de trabalho, a própria luta por existência, sendo estas formas de regulação efeitos concretos do processo de reestruturação produtiva e reorganização do mundo do trabalho.

Palavras-chave: sociologia do trabalho; novas formas de regulação do trabalho; divisão tripartite; trabalhadores de postos de combustíveis.

Abstract: The world of labor is an extremely dynamic and challenging dimension of social life in relation to our possibilities of study sociology of work. Since approximately the mid-1970s, the world of labor has been taking on new forms of organization and workers have begun to occupy positions different from those they once occupied in the world of labor, positions that are compatible with the new forms of exploitation of human labor in the midst of the process of productive restructuring and its necessary condition, flexible accumulation. In this sense, we will take gas station workers as an empirical dimension to, through data extracted using direct observation as a method, demonstrate how these workers position themselves in this new (and precarious) world of labor, together with the pertinent labor laws that reveal the way of being of the new forms of neoliberal labor regulation, with the fundamental purpose of demonstrating how labor regulation works today. Thus, the present investigation led us to the result that the new forms of neoliberal labor regulation operate on a tripartite division: deregulation, direct withdrawal of labor rights/regulations; “negative regulation”, forms of regulation that make work and workers less protected; and the elimination of jobs, the very struggle for existence, these forms of regulation being concrete effects of the process of productive restructuring and reorganization of the world of work.

Keywords: sociology of work; new forms of labor regulation; tripartite division; gas station workers.

1 INTRODUÇÃO²⁰

Desde meados da década 70 o mundo do trabalho, assim como diversas outras esferas da vida social, vem sofrendo mutações significativas que reconfiguraram o modo de ser do mundo do trabalho no bojo do processo de reestruturação produtiva e da mundialização do capital (Alves, 2000). Dentro deste processo de reconfiguração do mundo do trabalho, observou-se mutações importantíssimas em torno do tipo de trabalho predominante, onde houve o deslocamento das frentes de trabalhos fabris, para um intenso avanço da fragmentação da classe trabalhadora em torno da ocupação de diversos postos de trabalho temporários de cunho prestador de serviços, não mais produtor de mercadorias (Rodrigues, 2009; Alves, 2000; Harvey, 1992). Esta face do novo (e precário) mundo do trabalho é um reflexo concreto das novas relações de produção gestadas dentro da lógica neoliberal de reprodução ampliada do capital a partir do sacrifício do trabalho humano e substituição por formas automatizadas de realização do trabalho; além disso, é calcada também na apropriação da capacidade criativa dos trabalhadores (Antunes, 2009, p. 57) e na ampliação das frentes de trabalho, configurando, assim, o trabalhador polivalente no posto laboral enxuto. Em outras palavras, por um lado se tem a extinção ou diminuição dos postos de trabalho humano, por outro se tem uma intensificação do mesmo.

A esta “lógica neoliberal”, além daquilo que expus acima, corresponde um princípio organizador do trabalho, àquilo que neste espaço será chamado de novas formas de regulação neoliberal do trabalho. Como sabemos, o período do pós-guerra chegou acompanhado de amplas conquistas trabalhistas no sentido da valorização da força de trabalho, estabilidade empregatícia, conquista de direitos historicamente reivindicados, ampla atuação sindical e etc. Este período tido como “os anos dourados do capitalismo” foi responsável por consolidar, temporariamente, os direitos cidadãos básicos, especialmente para uma classe média emergente. No entanto, a distribuição de riqueza, a consolidação e ampliação dos direitos civis após não muito tempo começou já a ser um fator de diminuição da capacidade reprodutiva do capital e, por isto, tornou-se um fator de diminuição do poder das classes dominantes. Na esteira destes acontecimentos, o modelo fordista/keynesiano entra em crise, em função do conflito entre os interesses de classe, e se instaura um período de restauração do “poder de classe” (Harvey, 1992; 2008). Desta forma, o processo de restauração do poder de classe implicou novas formas de regulação do trabalho, e é isto que discutiremos aqui.

²⁰ O presente trabalho é um subproduto do primeiro capítulo de minha monografia de conclusão de curso (Nascimento, 2024), de modo que toda similitude entre ambos se deve a este fato.

A reconfiguração do mundo do trabalho, como foi dito, amplia o setor de serviços e este último por si só traz novos desafios para se pensar o mundo do trabalho. Assim, para discutirmos as novas formas de regulação neoliberal do trabalho, tomaremos como empiria a categoria formal de trabalhadores de postos de combustível, entendendo por “trabalhadores de postos de combustível” aqui trabalhadores responsáveis pelo atendimento de clientes, abastecimento de veículos, a troca de óleo e a chefia na pista de abastecimento, onde suas atividades exercidas na prática cotidiana excedem suas atividades "oficiais" (André, 2011; Ferreira e Freire, 2001). Pela praticidade, em alguns momentos usarei “frentista” como uma designação genérica para estes trabalhadores. Esta categoria de trabalhadores deve sua amplitude, em parte, como resultante da tendência do novo (e precário) mundo do trabalho de ampliação do setor de serviços e são acometidos diretamente pelas novas políticas neoliberais.

Nossa hipótese é que existe uma divisão tripartite na regulação neoliberal do trabalho: a primeira é a desregulação do trabalho, com a retirada direta dos direitos trabalhistas de cunho regulatório e de garantia da integridade dos trabalhadores; a segunda é a regulação de caráter negativa em relação aos trabalhadores, leia-se regulações que desfavorecem e desprotegem estes; por último, a constante ofensiva do capital no sentido de extinção dos postos de trabalho, aquilo que mencionei acima como sacrifício do trabalho humano. O presente artigo está organizado em três partes, onde em cada uma discutiremos uma destas categorias: a primeira parte, discutiremos a desregulação do trabalho entre os frentistas; a segunda, discutiremos a “regulação negativa”; e, por último, discutiremos a luta pela existência entre estes trabalhadores. Além disto, cabe pontuar que todas estas características são resultantes mais ou menos concretas do modo de acumulação flexível tipicamente neoliberal (Harvey, 1992; Alves, 2000; Hochschild, 1983). Cabe ainda indicar que alguns dos dados utilizados foi coletado pelo próprio autor através da observação direta em um posto de gasolina em Aracaju/SE.

2 A DESREGULAÇÃO DO TRABALHO ENTRE OS FRENTISTAS

O posto de combustível em que estive frequentando era composto, no período da manhã, por uma frentista, um trocador de óleo e a frentista-chefe de pista. Apesar da diferença das funções, todos eles atuam na pista de combustíveis, todos exercem, portanto, a função de frentista, além das outras frentes de trabalho em que atuam dentro do próprio posto. No entanto, as frentes de trabalho destes trabalhadores possuem um caráter, por assim dizer, plástico, onde há uma diferença significativa entre o trabalho prescrito e o trabalho real (André, 2011; Ferreira e Freire, 2001), leia-se, o trabalho em ato é mais intenso e amplo do que aquele aos quais estes

trabalhadores são comumente²¹ - isto, é claro, considerando a diferença das funções de cada trabalhador em questão – atribuídos, constituindo-se a caricatura de um “superfrentista”.

Assim, além da função básica de atendimento dos clientes e abastecimento de veículos, a estes trabalhadores também estão associadas as tarefas de aferir o nível da gasolina, limpar os vidros dos carros, completar de água do radiador, calibrar os pneus, checar o nível do óleo, a função de segurança, – tanto no sentido de lidar com pessoas estacionando de maneira irregular nas dependências dos postos, onde em uma parte significativa das vezes acaba em conflito entre os trabalhadores e estas pessoas, quanto no sentido do risco da integridade do próprio trabalhador (André, 2011; Ferreira e Freire, 2001; Souza, 2019; Moura-Corrêa, Jacobina, Dos Santos, Pinheiro, Menezes, Tavares, Pinto, 2014) – a limpeza do posto e etc. A isto se soma uma grande carga de trabalho emocional²² (Hochschild, 1983) típico das categorias de trabalho de prestação de serviços que trabalham com pessoas, não com coisas, onde “o próprio trabalhador é parte do produto que está sendo oferecido ao cliente” (Sorj, 2000, p. 30), que configura uma outra frente de trabalho, apesar de ser, de certa maneira, invisível. É exigido deles, portanto, uma polivalência, material e emocional, à qual não corresponde um incremento de remuneração direta.

Além disto, a jornada de trabalho destes frentistas apresenta um caráter flexível, cuja flexibilidade não é remunerada. Durante o período de observação foi comum ver trabalhadores chegando antes do início de sua jornada de trabalho e saindo no horário normal sem sequer receber algum tipo de remuneração extra, onde a partir de determinado período ao longo destes meses de observação, houve um aumento significativo de demanda durante o espaço de tempo das 07:00 às 08:00 e, para melhorar a eficácia do atendimento, mudaram o horário de um dos trabalhadores. No entanto, para que não fosse necessário remunerá-lo pela jornada excedente, foi adicionada à sua jornada, além de uma hora a mais de trabalho, mais uma hora de descanso²³.

²¹ A respeito da discussão do que é um frentista, consultar: Deveres do frentista: Tudo o que você precisa saber! **ClubPetro**. Disponível em: <https://blog.clubpetro.com/deveres-do-frentista/#o-que-faz-um-frentista>. Acesso em: 14/05/2024.

²² A respeito da discussão da mercadorização dos sentimentos humanos levantada pela a autora, algumas demonstrações interessantes podem ser encontradas no seguinte site: Frentista. **Gupy**. Disponível em: <https://www.gupy.io/profissoes/frentista>. Acesso em: 14/05/2003

Nele, o trabalho emocional, a administração das emoções com vistas a criar um *display* facial e corporal, aparecem como características fundamentais para a profissão, de modo que, de maneira traduzida, as expressões – atuação superficial (Hochschild, 1983, p. 7, p. 35) – e sentimentos destes trabalhadores são também parte de seu trabalho, e, portanto, uma mercadoria.

²³ Neste ponto entra uma questão muito importante. Ao contrário do que muitas vezes pensamos, a jornada de trabalho regular de 8 horas é composta por sete horas de trabalho efetivo e uma hora de descanso, leia-se, o horário de descanso não está fora da jornada de trabalho. A jornada deste trabalhador, portanto, não aumentou apenas em uma hora, mas sim em duas, e a extensão absoluta da jornada de trabalho para além da jornada integral – a apropriação de mais-trabalho – é uma das formas clássicas de extração do mais-valor absoluto (Marx, 2013).

Além disto, o posto não fecha aos feriados e nem aos domingos, fazendo com que estas pessoas tenham que trabalhar de maneira compulsória nestas datas, cumprindo apenas a obrigação de um domingo de folga por mês para os funcionários; cabe ainda mencionar que os trabalhadores passaram anos sem receber a remuneração adicional por trabalhar nos feriados²⁴, retornando apenas neste ano de 2024 – além disto, os trabalhadores não receberam o retroativo em função dos dias trabalhados em feriados sem remuneração extra.

Como foi dito acima, um dos compositores da pista de abastecimento é um trocador de óleo, que, quando necessário, atua em uma das frentes de trabalho do posto que é a troca de óleo. Para o funcionamento eficaz e regular da pista, se faz necessário, no mínimo, dois trabalhadores, e em diversas ocasiões aparece demanda próximo ao horário de intervalo de uma das frentistas ou mesmo durante o intervalo dela, e, àqueles que não sabem, a troca de óleo é um exercício que demanda tempo devido à sua sensibilidade, onde um erro pode causar sérios danos ao veículo, e por isto, quando aparece este tipo de demanda próximo ou durante o intervalo de uma das trabalhadoras, ela perde o acesso ao seu direito e é obrigada a ficar compondo a pista.

Conjugado a tudo isto, existem acordos diretos entre alguns destes trabalhadores e o patrão, onde todos os dias eles – os trabalhadores que possuem acordos – têm que trabalhar a mais²⁵ de modo que ao sábado podem sair mais cedo. É de se observar que eles recebem uma dada quantidade de horas de folga aos sábados, mas pagam com um excedente ao longo da semana que é maior do que recebem de folga aos finais de semana, em outras palavras, ambos trabalham, o trocador de óleo uma hora e a chefe quatro horas, gratuitamente por semana. Com um cálculo simples, podemos perceber que eles trabalham diversos dias gratuitamente ao longo do ano, com o adicional de que estes dias não têm incluso os intervalos da jornada de trabalho regular, e isto facilita mais para o patrão na medida em que, tendo este excedente de jornada por parte dos trabalhadores que ocupam funções diferenciais – como chefe de pista e trocador de óleo –, ele não precisa contratar ou atribuir a outra pessoa esta função em sua ausência – pois a chefe de pista recebe remuneração adicional e a função de trocador de óleo é especializada. Estes dias trabalhados gratuitamente são, portanto, uma extensão absoluta da

²⁴ A seguinte matéria traz esta discussão no âmbito do sindicalismo dos frentistas em Sergipe. DIAS, Leonardo. “Os sindicatos foram comprados pelos donos de postos de combustíveis”, diz frentista que não recebe pagamento aos feriados. **GARAGEM-SE**. Disponível em: <https://garagemse.com.br/2024/01/os-sindicatos-foram-comprados-pelos-donos-de-postos-de-combustiveis-diz-frentista-que-denuncia-que-nao-recebe-pagamento-aos-feriados/>. Acesso em: 14/05/2023. Adiciono também que, no tempo em que estive junto a estes trabalhadores, me foi diretamente confirmado este dado.

²⁵ No caso daqueles que eu soube que partilham destes acordos, um deles entrava às 08:00 e saía às 17:00, e a outra entrava às 06:00 e saía às 16:00. De modo que ela, aos sábados, sai às 11:00 e ele às 12:00.

jornada de trabalho, mais-trabalho, que gera mais-valor absoluto para o patrão (Marx, 2013); assim, a flexibilidade da jornada de trabalho e a polivalência destes trabalhadores é um reflexo mais ou menos concreto de um trabalho com aspectos desregulados de tipo neoliberal.

Voltemos nossa atenção agora para um dos parâmetros de proteção do trabalhador que tanto sofreu mutações desde seu nascimento, em 1978, as Normas Reguladoras do Trabalho. Dado que estamos trabalhando empiricamente com frentistas e a discussão que será levantada no próximo tópico, privilegiarei aqui a discussão da NR-6, a Norma Reguladora que dispõe a respeito dos usos de EPI (Equipamento de Proteção Individual), mas não deixarei de mencionar outras. Gostaria de salientar de antemão que as transformações da NR-6 são por demais extensas, portanto, selecionarei apenas algumas partes para discutir aqui. As disposições da portaria original a respeito dos deveres dos empregadores eram o seguinte:

6.2. A empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, nas seguintes circunstâncias: a) sempre que as medidas de proteção coletiva forem tecnicamente inviáveis ou não oferecerem completa proteção contra os riscos de acidentes do trabalho e/ou de doenças profissionais e do trabalho; (106.001-5/ I2)
b) enquanto as medidas de proteção coletiva estiverem sendo implantadas; (106.002-3 / I2)
c) para atender a situações de emergência. (106.003-1 / I2)

O equivalente na portaria atualizada de 2022 dispõe que a entrega de EPI's deve ser feita nas seguintes circunstâncias:

1.5.5.1.2 Quando comprovada pela organização a inviabilidade técnica da adoção de medidas de proteção coletiva, ou quando estas não forem suficientes ou encontrarem-se em fase de estudo, planejamento ou implantação ou, ainda, em caráter complementar ou emergencial, deverão ser adotadas outras medidas, obedecendo-se a seguinte hierarquia: a) medidas de caráter administrativo ou de organização do trabalho;
b) utilização de equipamento de proteção individual - EPI.

Como se sabe, o benzeno é hidrocarboneto aromático que compõe a gasolina e está associado a diversos tipos de câncer, e, por isto, é um risco ocupacional em potencial para os frentistas (Sousa e Cardoso, 2016; Moura-Correa, Jacobina, Dos Santos, Pinheiro, Menezes, Tavares, Pinto, 2014; Corrêa, 2014). Não existem estudos que comprovem de maneira inequívoca a relação entre os frentistas e o desenvolvimento de câncer por conta da exposição no posto de trabalho, no entanto, os estudos citados são unânimes em apontar a existência real deste risco. Apesar de a portaria atualizada da NR-6 ser muito mais detalhada, ela traz uma inconsistência primária – que remonta à NR-1 (Disposições Gerais) – relativamente típica do

conflito entre capital e trabalho, que é a ambiguidade da inspeção e garantia da concretização destas normas. Enquanto a portaria original traz na NR-1 que o órgão competente pela Saúde e Segurança do trabalho é a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e quais são seus deveres e meios de realização de suas atividades de maneira detalhada, a NR-1 atualizada se satisfaz em indicar que a instituição competente é a Subsecretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) e não detalha de maneira concreta os meios pelos quais ela deve atuar, reproduzindo, como dito, uma ambiguidade importante.

O que quero dizer com isto é que estas formas de regulação neoliberal do trabalho lançou uma ofensiva nos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, particularmente para nós nas Normas Reguladoras, de maneira que algumas delas se tornaram mais ambíguas em função do recuo do Estado em diversas esferas sociais, inclusive as regulatórias do trabalho – que pode ser comprovada no apontamento que fiz sobre as instituições com a função de inspecionar. No caso dos frentistas, a NR-6 não foi o suficiente para que a eles fossem atribuídos EPI's para evitar o risco de contaminação e desenvolvimento de doenças ocupacionais, em função de, acredito, a ausência de estudos concretos que demonstrassem de maneira inquestionável a relação entre certos tipos de câncer e a função de frentistas – uma vez que, para este tipo de política, o fato de um estudo não ser conclusivo é o suficiente para que não se olhe para a categoria.

A isto se soma a eminente rotatividade dos frentistas (Pontes, 2016; Dias, 2018; Ferreira E Freire, 2001; André, 2011; Carvalho, Moura, Feitosa, 2015), pois, segundo Corrêa (2014), o coeficiente de mortalidade por leucemia – tipo de câncer mais associado a esta ocupação – entre grupos ocupacionais que estavam expostos ao benzeno foi duas vezes maior em relação aos outros em sua pesquisa, e este dado pode estar sendo, segundo a mesma, mascarado pelo “trabalhador saudável”, no sentido que a rotatividade dos frentistas, entre postos ou mesmo mudando de categoria, faz com que ele desenvolva a doença quando já trocou de emprego, de maneira que aparenta não haver relação, mas ela, na verdade, aparece apenas de maneira tardia. Todos estes elementos trazidos aqui conjugam, portanto, uma categoria de trabalho que sofre diretamente com estas tendências desreguladoras do mundo do trabalho sob a era neoliberal, expostas, na égide da acumulação flexível, à diversos meios de exploração, que são, por sua vez, ampliados por esta desproteção que expusemos nesta seção.

3 A “REGULAÇÃO NEGATIVA” ENTRE OS FRENTISTAS

Isto que aqui está sendo chamado de “regulação negativa” tem uma relação íntima e por muitas vezes se mistura de maneira intrínseca com a desregulação propriamente dita, no entanto elas não se confundem. O que está sendo posto em questão neste espaço não é a retirada de regulações que deixam o trabalho e os trabalhadores menos protegidos dentro do cotidiano dos diversos postos laborais que compõem o mundo do trabalho, mas sim as novas regulações de cunho neoliberal que tornam o trabalho menos protegido e, portanto, os trabalhadores mais suscetíveis a riscos de desenvolvimento de doenças ocupacionais e diversas formas de exploração. O caráter negativo que estamos apontando aqui não é de cunho moral, mas sim negativo no sentido de retirada, neste sentido, são regulações desreguladoras. Demonstrarei, primeiramente, a existência de regulações deste tipo a partir da comparação entre as Portarias MTPS N° 1109 de 21/09/2016 - esta já foi revogada - e a sua versão atualizada MTP N° 427 de 07/10/2021, ambas que dispõe a respeito de risco ocupacional de trabalhadores que possuem contato com o benzeno, e, em segundo lugar, a relação íntima entre a regulação negativa e desregulação retomando a discussão anterior a respeito dos EPI's.

Assim como a NR-6, ambas as portarias são muito extensas e não cabe nos limites deste trabalho, portanto, irei me voltar aos itens específicos que tratam a respeito da utilização dos EPI's em função dos riscos ocupacionais. Começemos pela portaria de 2016, onde está disposto o seguinte:

12.2 Os trabalhadores que realizem a atividade de abastecimento de veículos, citadas nas alíneas “g” e “h” do item 5.1.1.1, em função das características inerentes à própria atividade, estão dispensados do uso de equipamentos de proteção respiratória.

Os referidos itens “g” e “h” são os seguintes:

- g) abastecimento de combustível para veículos;
- h) abastecimento de combustíveis em recipientes certificados

Antes de passarmos às considerações, acredito ser de maior fortuna indicar estes itens na portaria atualizada de 2021. São eles:

12.1.1 Os trabalhadores que realizem, direta ou indiretamente, as atividades críticas listadas no subitem 5.1.1.1, exceto as relacionadas nas alíneas "d", "g" e "h", e, inclusive, no caso de atividade de descarga selada, prevista na alínea "e", devem utilizar equipamento de proteção respiratória de face inteira, com filtro para vapores orgânicos, assim como equipamentos de proteção para a pele.

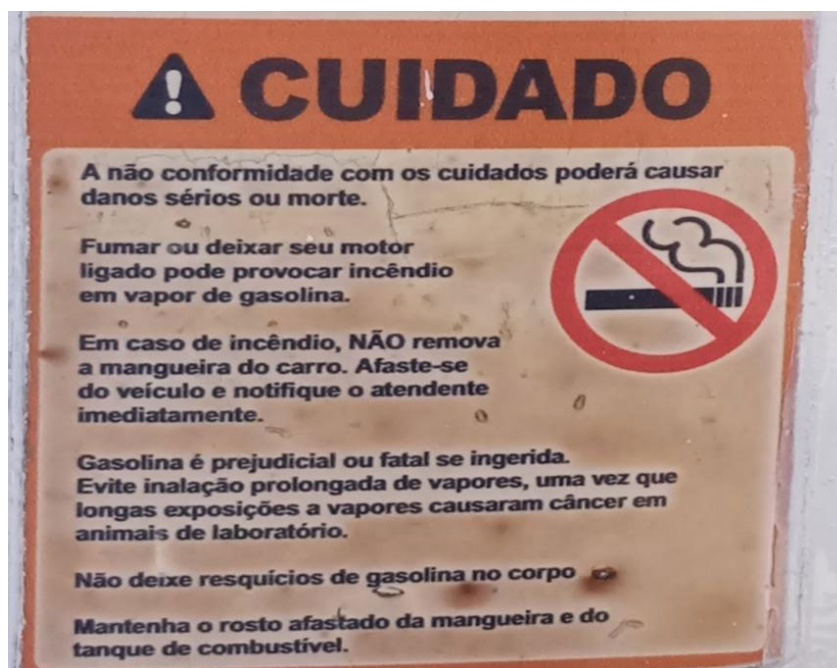
Os referidos itens “d”, “g” e “h” são os seguintes:

- d) estacionamento do caminhão, aterramento e conexão via mangotes aos tanques subterrâneos;
- g) abastecimento de combustível para veículos;
- h) abastecimento de combustíveis em recipientes certificados;

Começamos pela portaria de 2016. A explicação dada na legislação em questão para a não utilização de EPI's por conta dos riscos que o benzeno oferece está explicado como as “características inerentes” às referidas atividades. Ora, os trabalhos na área de medicina foram unânimes em afirmar o potencial de risco ocupacional de exposição ao benzeno – substância cancerígena – em relação aos trabalhadores de postos de combustíveis (Sousa e Cardoso, 2016; Moura-Correa, Jacobina, Dos Santos, Pinheiro, Menezes, Tavares, Pinto, 2014; Corrêa, 2014), se faz necessário pontuar, além disto, que ao contrário do que o item sugere, a exposição ao benzeno não se dá apenas por via respiratória, mas também por via dérmica e digestiva e que a utilização de Equipamentos de Proteção Individual teria o papel de diminuir este risco em potencial.

A respeito da portaria de 2021, ela exclui a justificativa da não utilização de EPI's por estes trabalhadores, adicionam mais categorias que, segundo ela, não precisam utilizar estes equipamentos e nem sequer se dão ao trabalho de explicar quais foram as formas pelas quais chegaram à estas conclusões. Como foi discutido acima, estas são formas de regulações negativas, mas que possuem relação íntima com os princípios desreguladores, uma vez que a utilização de EPI é regulada pela Norma Reguladora 6, pois ambas as características são um reflexo concreto de um mundo do trabalho precário e da ofensiva constante do capital sobre o trabalho. A estas problematizações se adicionam ainda a seguinte imagem:

IMAGEM 1



Fonte: acervo do autor.

Este aviso fica ao lado das bombas de gasolina e sugere de maneira direta que o abastecimento gera resíduos de vapor de gasolina no ar, e em minha experiência de observação comprovei isto ao observar diretamente os vapores de gasolina saindo dos tanques de combustível durante o abastecimento, e o significativo aroma de combustíveis que perfuma este espaço. Além disto, o aviso pede para que seja evitado longos períodos de inalação deste composto, ora, como um trabalhador de posto de gasolina pode evitar exposição a gasolina por períodos prolongados sem a utilização de EPI's? E a partir de quais parâmetros empíricos os legisladores estabeleceram a falta de necessidade de proteções desta natureza para estes trabalhadores? Como dito anteriormente, este tipo de regulação é uma expressão mais ou menos concreta das relações de trabalho de caráter flexível (Harvey, 1992), onde, a mesma mão que tira, é a que põe sobre a mesa a maçã podre.

Cumpre neste espaço ainda indicar mais alguns aspectos importantíssimos da “regulação negativa”. Não se reduz apenas à exposição física dos trabalhadores, este tipo de regulação visa também, e talvez principalmente, aumentar a produtividade destes de qualquer que seja a forma. Para nos manter dentro da discussão entre os frentistas, temos, por exemplo, o sistema de metas que garante um controle em torno da produtividade, onde eles têm de vender um dado valor de combustíveis e produtos em um determinado período, as comissões, que são estímulos em torno da venda de certos produtos e da competitividade entre os trabalhadores

orientada pelos ganhos adicionais no salário, onde, entretanto, a maior parte dos ganhos com os produtos comissionados compõe o lucro para o patrão, e não o salário do trabalhador. Além destes parâmetro, digamos, externos, existe também a figura do chefe de pista, que age como mediador dos interesses do patrão – ou seja, dos interesses de reprodução do capital –, este personagem atua como aquele que irá garantir a produtividade, fazendo pressão para o batimento das metas de produtividade, a concretude do trabalho emocional - no sentido da “atuação superficial” com os clientes (Hochschild, 1983, p. 34) - e agir, por assim dizer, como o panóptico benjaminiano discutido por Byung-Chul Han (2020), reproduzindo, na própria pista de abastecimento, o conflito entre capital e trabalho.

4 A LUTA PELA EXISTÊNCIA ENTRE OS FRENTISTAS

Talvez para aqueles que leem este texto não esteja claro ainda como a extinção de postos laborais é uma forma de regulação do trabalho; ora, a desregulação é, por si só, uma forma de regulação imanente à lógica neoliberal de organização do trabalho, assim como a regulação negativa também o é, e ambas possuem um pressuposto formal e propriamente (des)regulatório muito claro, ao contrário da luta pela existência, cuja relação não é tão clara. Como foi dito anteriormente, estas formas de regulação do trabalho são expressões mais ou menos concretas da lógica da acumulação flexível (Harvey, 1992; Alves, 2000), que rompeu com o chamado “pacto fordista”, onde, de maneira sumária, os trabalhadores ainda ocupavam a posição de explorados e o fetiche da mercadoria (Marx, 2013) se mantivera enquanto característica estruturante da sociedade capitalista, no entanto, a compensação se dava pela via das condições de, supostamente, pleno emprego, proteção das frentes de trabalho, valorização salarial, um movimento sindical razoavelmente consolidado, com poder de negociação e etc.

As transformações no mundo do trabalho no processo de reestruturação produtiva de meados dos anos 70 pôs de cabeça para baixo todo o pacto fordista, com exceção, é claro, da parte da exploração e do fetiche, onde o trabalho tornou-se menos regulado, os sindicatos entraram em declínio e assumiram a postura neocorporativa (Rodrigues, 2009; Alves, 2000; 2003), os postos de trabalho se tornaram ainda mais precários, a subjetividade dos trabalhadores passou a ser um dos espaços de conflito do capital e do trabalho e, finalmente, o desemprego estrutural torna-se uma das condições de existência deste novo mundo do trabalho (Antunes, 2009). O trabalho humano, especialmente neste período, não pôde ser, entretanto, substituído, de modo que, por um lado os postos de trabalhos foram enxutos, mas por outro os trabalhadores passaram a assumir uma postura mais polivalente – a fábrica toyotista vem à mente como

demonstração prática disto. Portanto, os postos de trabalho diminuem, mas o trabalho enquanto exercício é ampliado.

A lógica neoliberal de reprodução ampliada do capital possui como, digamos, ‘modus operandi’ a retirada de direitos trabalhistas historicamente conquistados, como aqueles que foram citados acima, mas entre estes direitos que são negados aos trabalhadores entra também o próprio direito de acesso ao trabalho; na medida em que este é cerceado e que esta é uma das condições de existência do neoliberalismo sob a égide da acumulação flexível, ela é também uma forma de regulação. Dado este panorama, erige-se a questão: o que tudo isto tem a ver com trabalhadores de postos de combustível?

A maioria de nós já assistimos pelo menos um filme estadunidense onde um personagem para em um posto de gasolina – ou mesmo algum mercado – e notamos que a forma de consumo dos produtos se dá pelo autoatendimento. Então a própria pessoa maneja o bico da bomba de gasolina, põe no tanque, abastece e realiza o pagamento, onde com muita frequência, ao vermos este tipo de cena, nós as vislumbramos como uma imagem do progresso, pois nosso imaginário social está inundado pela perspectiva média das relações sociais de orientação neoliberal. Esta categoria de trabalhadores não é, portanto, generalizada em relação ao resto do mundo, mas compõe uma massa de 500.000 trabalhadores no Brasil²⁶, ocupando uma composição significativa na renda nacional. No entanto, apesar de sua relevância, esta frente de trabalho sofre ataques constantes em defesa do autosserviço²⁷, argumentando em desfavor da relevância destes trabalhadores nos postos de combustível. Os argumentos são fundamentalmente três, que discorreremos mais detidamente em seguida: a diminuição do preço da gasolina, benefícios para os trabalhadores, pois eles terão jornadas flexíveis e a possibilidade de funcionamento do posto vinte e quatro horas.

O primeiro argumento remonta a, por assim dizer, um princípio básico deste tipo de retórica, onde, em primeiro lugar, o trabalhador é culpado pelos preços exorbitantes da gasolina, e, em segundo lugar, qualquer problema pode ser resolvido ao diminuir a quantidade de “gastos” com funcionários – que são chamados de “colaboradores” dentro da empresa – que seria, neste caso, os salários. Este argumento não tem razão de ser quando levado em conta por si mesmo, pois os frentistas representam apenas entre 1.7% a 2% do preço da gasolina, e, por conseguinte,

²⁶ CALDAS, Guga. Regulamentação da profissão de frentista. **Câmara dos deputados**, 11 nov. 2021. Palavra aberta. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/823183-regulamentacao-da-profissao-defrentista/#:~:text=Existem%20hoje%20aproximadamente%20500%20mil,Geral%20de%20Empregados%20e%20Desempregados>. Acesso em: 15/04/2024

²⁷ Cabe mencionar aqui que o autosserviço é proibido e a presença do frentista é obrigatória segundo a lei 9.956, de 2000.

a extinção deste trabalho não levaria a nenhuma redução significativa no preço da gasolina. Na verdade, na contramão a esta justificativa, a extinção desta frente de trabalho faria com que o tempo para o abastecimento fosse multiplicado, o posto tivesse que ser ampliado e se tornaria necessário a instalação de mais bombas de gasolina²⁸, o que pioraria muito o serviço nestes espaços. O segundo argumento é também típico destes discursos, onde a flexibilização das relações de trabalho aparece sempre como o baluarte de tudo aquilo que é positivo para os trabalhadores. Este argumento possui uma inconsistência de partida que já expus anteriormente: a jornada de trabalho dos frentistas já é flexível, mas ela tem como aspecto, se é possível chamar assim, positivo, o fato de o salário não depender diretamente da demanda. Este tipo de flexibilização é, na verdade, a completa sujeição dos trabalhadores às demandas e caprichos do patrão e não representam, como muitos ingenuamente acreditam, nenhum benefício concreto às condições de trabalho dos frentistas. A respeito do último argumento, apesar de ser um aspecto positivo, nele reside dois problemas principais: fica sugerido que não existem postos que funcionam vinte e quatro horas, e não considera que, no Brasil, descer do veículo de madrugada para abastecer não representa uma atividade muito segura.

Neste sentido, as razões que justificam o esvaziamento do trabalho de frentista não se justificam quando pensadas por si mesmo, mas o exame que foi praticado por nós aqui mostra que este tipo exercício é um dos reflexos das novas formas de regulação neoliberal do trabalho. O posto de gasolina é, por si só, uma frente enxuta, onde os trabalhadores precisam executar diversas funções – onde, inclusive, segundo Ferreira e Freire (2001), esta é uma das causas da rotatividade entre os frentistas – e exercer um trabalho emocional significativo na relação, de natureza que constantemente se revela conflituosa, com os clientes, onde o trabalhador deve internalizar o princípio de que o cliente pode nem sempre estar certo, mas ele nunca está errado (Hochschild, 1983, p. 108), uma vez que esta é uma relação mediada por interesses comerciais e os sentimentos dos trabalhadores é uma das mercadorias vendidas. Por esta razão, os trabalhadores de postos de combustíveis representam a caricatura do trabalhador polivalente toyotista típico do novo (e precário) mundo do trabalho (Alves, 2000), onde a existência desta categoria de trabalhadores é constantemente ameaçada pela lógica neoliberal de reprodução ampliada do capital em relação à sua existência, por um lado, e, por outro, o espaço do trabalho se configura como um espaço desprotegido e desregulado.

²⁸ IMENES, Martha. Bombas self-service: frentistas temem desemprego; os representantes de postos não apoiam a ideia. **Extra**, 10 ago. 2021. Economia e Finanças. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/bombas-self-service-frentistas-temem-desemprego-os-representantes-de-postos-nao-apoiam-ideia-25190644.html>. Acesso em: 15/04/2024

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O complexo de reestruturação produtiva e as políticas neoliberais orientadas pela acumulação flexível estabeleceram no mundo do trabalho transformações substanciais e puseram a nós desafios que precisamos enfrentar com dignidade, olhando a realidade empírica, os dados que temos a nossa disposição e nunca esquecendo as relações macro das quais resultam os conflitos que se põem frente aos nossos olhos, frutos de lutas históricas constantes que estão longe de acabar.

Aquilo que aqui foi chamado de divisão tripartite das novas regulações neoliberal do trabalho são resultados deste mesmo complexo de reestruturação produtiva, uma vez que reproduz a tendência a flexibilizar ou extinguir as frentes e as relações de trabalho, sempre com vistas a pressionar o trabalhador a produzir mais no menor tempo possível sem a sensibilização às condições precárias em que eles estão inseridos. Os trabalhadores de postos de combustíveis, assim como uma imensa gama de outras categorias, são diretamente afetados por esta nova configuração do mundo do trabalho, e neste texto pretendi demonstrar a existência destas formas de regulação através dos frentistas e para de alguma forma denunciar as explorações sofridas por estes trabalhadores que muito são invisibilizados.

Diante do quadro aqui levantado, fica evidente o modo de ser destas novas políticas regulatórias e os fins pelos quais elas estão orientadas, esclareço também como os frentistas se inserem dentro desta dinâmica com claras exposições de diversos níveis e formas, suas lutas cotidianas e a configuração deste novo mundo do trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. O novo (e precário) mundo do trabalho. 1º. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. Do "novo sindicalismo" à "concertação social": ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). Revista de Sociologia e Política, Paraná, 2003 maio 2003. 111-123.
- ANDRÉ, I. D. B. Transitoriedade inflamável: sentidos subjetivos da participação no trabalho no posto de combustível Vila Velha. 1º. ed. Vitória: [s.n.], 2011.
- ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho. 2º. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- CORRÊA, M. J. M. Prevalência da exposição ocupacional ao benzeno e mortalidade por leucemia entre os expostos: estimativas para o Brasil. 1º. ed. Salvador: [s.n.], 2014.
- DIAS, T. A. O estresse ocupacional em frentistas no interior do Ceará. 1º. ed. Fortaleza: [s.n.], 2018.

FERREIRA, Mário César; FREIRE, Odaléa Novais. Carga de trabalho e rotatividade na função de frentista. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, n. 2, p. 175-200, maio/ago. 2001.

HAN, B.-C. *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. 1º. ed. [S.l.]: Editora Âyiné, 2020.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 26º. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. *O neoliberalismo: História e implicações*. 5º. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HOCHSCHILD, A. *The managed heart: commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California press, 1983.

MARX, K. *O capital*. 2º. ed. São Paulo: Boitempo, v. I, 2013.

NASCIMENTO, Gabriel Jesus do. *Novas formas de regulação neoliberal do trabalho: um estudo com trabalhadores de postos de combustíveis*. 2024. 153f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

MOURA-CORREA, M. J. et al. Exposição ao benzeno em postos de revenda de combustíveis no Brasil: Rede de Vigilância em Saúde do Trabalhador (VISAT). *Ciência & Saúde coletiva*, 08 setembro 2014. 4637-4648.

PONTES, G. D. L. *Qualidade de vida no trabalho: um estudo com frentistas*. 1º. ed. Fortaleza: [s.n.], 2016.

RODRIGUES, L. *Destino do sindicalismo*. Rio de Janeiro: Edusp, 2009.

SOUSA, F. N. F.; CARDOSO, M. C. B. Vigilância da exposição ao benzeno em ambientes e processos de trabalho de postos de combustíveis: relato de experiência do Cerest/Itaberaba, Bahia. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, Itaberaba, 11 maio 2016. 12.C

SOUZA, J. P. D. *Estudo comparativo de frentistas e dos riscos ergonômicos em dois postos de combustíveis de portes diferentes: NR 17 Ergonomia e eSocial*. 1º. ed. Recife: [s.n.], 2019

Sorj, Bila. “Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros”. *RBCS*, vol 15. No. 43, 2000

Legislação

Ministro de Estado do Trabalho, Portaria nº 3.214 de 08 jun. 1978. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=309173&filename=

Ministério do Trabalho e Emprego, Portaria SEPRT nº 6.730, de 09 mar. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-01-atualizada-2022-1.pdf>

Ministério do Trabalho e Previdência, Portaria MTP nº 2.175, de 28 jul. de 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/comissao-tripartite-partitaria-permanente/arquivos/normas-regulamentadoras/nr-06-atualizada-2022-1.pdf>

Ministério do Trabalho e Emprego, Portaria MTPS nº 1109 de 21/09/2016. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=328911>

Ministério do Trabalho e Previdência, Portaria MTP N° 427 de 07/10/2021. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=421567>

GT 4 - Expressão cultural e produção de narrativas diaspóricas: intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe

O presente GT parte do pressuposto de que, nas últimas décadas, nas Ciências Sociais, têm emergido novas perspectivas, abordagens e narrativas acerca das relações raciais no Brasil e no mundo. Cada vez mais interessadas em realidades locais, regionais e internacionais, sob diferentes prismas teórico-metodológicos, as pesquisas que abordam a temática têm sido impulsionadas pela ascensão do debate sobre as ações afirmativas no Brasil. Considerando as transformações recentes no cenário político nacional, no qual tem tornado cada vez mais público o debate racial, em diferentes áreas, dentre elas os cenários das mais diversas expressões culturais e políticas, buscamos uma reflexão a partir de pesquisas e intervenções críticas, motivadas a compreender os processos de manutenção, transformação e disputas no debate sobre raça, racismo e suas intersecções com gênero, sexualidade e classe; política na era digital; espaços rurais e urbanos, envolvendo comunidades e povos tradicionais; religiosidades; movimentos sociais; o feminismo negro; a produção do conhecimento e das práticas do fazer artístico afrodiaspórico; a reivindicação por autorrepresentação, as políticas de segurança pública, desigualdades raciais no mercado de trabalho, a segregação espacial e racial e a implementação das políticas públicas que promovam equidade racial.

Coordenação: Ma. Laila Thaíse Batista de Oliveira (PPGS/UFS).

CONTRIBUIÇÕES DA DISCIPLINA ENSINO DE HISTÓRIA E EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PARA FORMAÇÃO DOCENTE NO PROFHISTÓRIA-2024

Andréia Moreira de Souza (UFS)²⁹
José Nerisvaldo Santos Silva (UFS)³⁰
Josefa Rosania Reis de Matos (UFS)³¹

Resumo: Este estudo qualitativo investigou o impacto da disciplina "Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-raciais" na formação de professores, no contexto do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe, turma de 2024. A pesquisa buscou apresentar como a disciplina contribuiu para a descolonização do Ensino de História, a produção de narrativas afrodiaspóricas e a transformação das práticas pedagógicas que podem ser inseridas em sala de aula pelos professores. A partir da análise de observações em aula e de um questionário aplicado aos participantes (professores mestrandos), faremos uma análise descritiva dos resultados que indicam o que a aludida disciplina proporcionou aos mestrandos. Este estudo teve como aporte teórico os estudos dos professores da aludida disciplina: Dra. Mariana Bracks Fonseca, Dr. Dulcídio Manoel Albuquerque Cossa (Nyimpini Khosa), Dr. Mohammed Yassin (Aboua Kumassi Koffi Blaise). Além destes, trazemos as contribuições de autores trabalhados por eles como Amadou Hampâté Bâ, Cheik Anta Diop, Fábio Leite, Renato Nogueira, além de trazermos à baila o respaldo de outros autores que abordam sobre os eixos temáticos trabalhados a exemplo de Chimamanda Adichie, Bell Hooks, Frantz Fanon, Cida Bento e Sueli Carneiro. Como resultados, espera-se a partir de uma nova perspectiva sobre a História da África e da diáspora africana, a desconstrução de narrativas eurocêntricas e valorização a ancestralidade/espiritualidade e a cultura afro-brasileira que possibilite novas habilidades para trabalhar com fontes históricas diversas, promover a diversidade em sala de aula e descolonizar o currículo.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais. Ensino de História. Mestrado ProfHistória. Formação de professores

Abstract: This qualitative study investigates the impact of the course "Teaching History and Education for Ethnic-Racial Relations" on the professional development of teachers within the context of the Professional Master's in History program at the Federal University of Sergipe, class of 2024. The research seeks to understand how the course contributed to the decolonization of history teaching, the production of Afro-diasporic narratives, and the transformation of pedagogical practices that can be implemented in the classroom by teachers.

²⁹ Mestranda do Mestrado Profissional em História pela UFS/SE. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Paripiranga-Bahia. Contato: quatrocantos1982@hotmail.com

³⁰ Mestrando do Mestrado Profissional em História pela UFS/SE. Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Cícero Dantas-Bahia. Contato: nerisvaldosantos@gmail.com

³¹ Mestranda do Mestrado Profissional em História pela UFS/SE. Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Paripiranga-Bahia. Contato: rosania64@yahoo.com.br

Through the analysis of classroom observations and a questionnaire applied to participants (master's students), we will present a descriptive analysis of the results indicating what the aforementioned course provided to the master's students. This study was theoretically supported by the works of the course professors: Dr. Mariana Bracks Fonseca, Dr. Dulcidio Manoel Albuquerque Cossa (Nyimpini Khosa), and Dr. Mohammed Yassin (Aboua Kumassi Koffi Blaise). In addition to these, we bring the contributions of authors worked by them, such as Amadou Hampâté Bâ, Cheik Anta Diop, Fábio Leite, Renato Nogueira, as well as bringing to the fore the support of other authors who address the thematic axes worked on, such as Chimamanda Adichie, Bell Hooks, Frantz Fanon, Cida Bento, and Sueli Carneiro. As results, we expect, from a new perspective on the history of Africa and the African diaspora, the deconstruction of Eurocentric narratives and the valorization of ancestry/spirituality and Afro-Brazilian culture, which enables new skills to work with diverse historical sources, promote diversity in the classroom, and decolonize the curriculum.

Keywords: Ethnic-racial relations education. History teaching. Professional Master's in History. Teacher training.

1 INTRODUÇÃO

Diante do contexto histórico de exclusão e invisibilização das narrativas afrodiaspóricas na educação brasileira, a Lei 10.639/03 representou um marco importante para a inclusão da história e cultura afro-brasileira no currículo escolar. No entanto, a implementação dessa lei ainda enfrenta desafios significativos. Neste cenário, a disciplina "Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-raciais" surge como uma oportunidade para a formação de professores críticos e comprometidos com a descolonização do Ensino de História.

A partir da experiência na turma de 2024 do Mestrado Profissional em História da Universidade Federal de Sergipe (UFS), este estudo busca apresentar as contribuições da disciplina Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-raciais para a articulação de projetos de pesquisa acadêmica e para a formação do professor e qual seu potencial para transformar as práticas pedagógicas na Educação Básica, visando uma educação mais equânime, considerando produção de narrativas afrodiaspóricas, principalmente aquelas que interseccionam raça, gênero e classe.

A ementa da Disciplina foi criada pelo ProfHistória Nacional, mas a proposta desenvolvida foi exclusiva de um projeto desenvolvido na Universidade Federal de Sergipe, tendo como uma das responsáveis a Professora Mariana Bracks Fonseca.

Esse projeto chama-se “África no Brasil: tecendo rede de solidariedade”, é um projeto financiado pela CAPES e tem como objetivo possibilitar pessoas refugiadas de ter asilo aqui no Brasil e ajudar a construir esse outro campo epistemológico para o Ensino de História da África, unindo o conhecimento e metodologias inovadoras e novas abordagens.

Este projeto foi uma oportunidade única de refletir sobre o ensino étnico-racial, além de ser um espaço para praticar metodologias a partir das linguagens educativas africanas. Fomos privilegiados na turma de 2024 por contar com três professores simultâneos em todas as aulas, cada um trazendo uma rica perspectiva de seu contexto cultural e acadêmico. Contamos com os ensinamentos da Professora Dra. Mariana Bracks Fonseca, brasileira; do Professor Dr. Dulcidio Manoel Albuquerque Cossa (Nyimpini Khosa), moçambicano; e, do Professor Dr. Mohammed Yassin (Aboua Kumassi Koffi Blaise), marfinense. Juntos, nos ofereceram não apenas um ensino diversificado, mas também um aporte teórico instigante e significativo.

Diante disso, a experiência nesta disciplina nos motivou a investigar como descolonizar o ensino de História, que alinhados com a proposta do GT 04 do V Seminário Nacional de Sociologia/UFS, podemos incorporar as histórias de culturas afrodescendentes e africanas em nossas práticas pedagógicas, promovendo a descolonização do conhecimento e a valorização da diversidade étnico-racial.

Ao abordar a importância das aulas na aludida disciplina é que passamos a questionar as narrativas eurocêntricas e valorizar a perspectiva africana, cuja finalidade é descolonizar o Ensino de História, pois a história que temos, e é repassada nas escolas, ainda é a escrita pelo colonizador. Sobre este, Frantz Fanon (2022) afirma que

“A história que ele escreve não é, portanto, a história do país que ele saqueia, mas a história da sua nação, naquilo que ele explora, viola, esfauma. A imobilidade à qual o colonizado está condenado só poderá ser revertida se ele decidir por fim à história da colonização, à história da pilhagem, para fazer existir a história da nação, a história da descolonização” (FANON, 2022, p. 48).

Nessa conjuntura, a partir da aprendizagem compartilhada, incluiremos em nossa prática pedagógica as histórias de culturas afrodescendentes e africanas, proporcionando aos estudantes referências positivas e histórias de luta e resistência do povo afrobrasileiro e africano de forma crítica e reflexiva. O que para nós é desconstruir as narrativas dos caçadores e contar a história pelo olhar do leão.

Assim, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: Como esta disciplina contribuiu para a produção de narrativas afrodiaspóricas e para a descolonização do Ensino de História e qual o seu potencial para transformar as práticas pedagógicas na Educação Básica?

O texto é estruturado a partir de uma escrita descritiva e uma pesquisa bibliográfica que aborda o conteúdo trabalhado nas aulas ministradas por uma professora brasileira, estudiosa sobre o povo africano e afrobrasileiro, e por dois professores africanos. As experiências com os professores africanos enfatizaram essa importância de um ensino de História a partir de novas

histórias e outras metodologias, ancorado numa abordagem inclusiva e respeitosa das histórias africanas e afrodescendentes em sala de aula. Essas aulas permitiram aos mestrands e mestrandas aprenderem uma nova perspectiva sobre a História da África que para Adichie (2019, p. 32), “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada”.

A relevância social da “disciplina”, foi a abordagem de saberes ancestrais que nos autorizam a contar nossas histórias e refletir sobre nossos valores e lógicas de pertencimento. Além de falar das mulheres que herdaram a força ancestral africana e ocupam espaços de resistência e liderança é gratificante e necessário, especialmente em uma sociedade que ainda enfrenta desafios patriarcais, classistas e xenofóbicos.

Durante as aulas, foi possível conhecer a importância da oralidade na transmissão desses conhecimentos; observou-se como eles concebem suas histórias e se esforçam para salvaguardá-las; compreendeu-se a noção de pessoa pelos povos africanos; desmistificou-se a relevância do papel da mulher dentro das sociedades africanas; entendeu-se sobre a relação do homem com a sua ancestralidade; conheceu-se sobre o poder das crenças religiosas e espiritualidade no dia-a-dia dos povos; compreendeu-se sobre a articulação social e política dos nossos ancestrais; revelou-se a força do povo africano a partir de sua vasta cultura; concebeu-se a relevância do ensino de História na preservação da cultura e identidade africanas.

Ailton Krenak (2022), nos traz uma reflexão que contempla a relação do homem com seus ancestrais. “Gosto de pensar que todos aqueles que somos capazes de invocar como devir são nossos companheiros de jornada, mesmo que imemoráveis, já que a passagem do tempo acaba se tornando um ruído em nossa observação sensível do planeta” (Krenak, 2022, p. 11).

Essa acepção é repleta de significados e convidando-nos a uma reflexão sobre a nossa relação com o tempo, a ancestralidade e a natureza. Desta feita, o autor expressa sua admiração pela capacidade humana de se conectar com o passado, de invocar os nossos ancestrais como companheiros em nossa jornada pela vida. Krenak (2022) usa o termo *devir* para referir-se a um processo contínuo de transformação, ou seja, nossos ancestrais não são apenas figuras do passado, mas forças que continuam a influenciar e moldar o presente, onde a memória ancestral, muitas vezes, é transmitida de forma não-verbal, através de histórias, ritos e tradições, moldando nossa identidade e nossa relação com o mundo. E essas reflexões foram apresentadas e fundamentadas pelos professores Cossa e Mohammed.

A professora Mariana Bracks Fonseca, produziu uma literatura muito significativa para inspirar outras mulheres intitulada “Poderosas Rainhas Africanas” (2021). A partir de suas

contribuições, é possível enriquecer os saberes ensinados em sala de aula, pois muitas vezes pessoas negras negam sua identidade devido à falta de histórias inspiradoras. Ao apresentar as trajetórias de mulheres africanas, ela contribui para a desconstrução dessa narrativa única, oferecendo exemplos de luta e resistência que muitas vezes são silenciadas nos livros de história.

São esses exemplos de luta e de resistência que carecem de ser contadas nas aulas de História, pois, de acordo com Adichie (2019) é fundamental entender como narrativas únicas podem distorcer a realidade e perpetuar estereótipos.

Ressalta-se, também, que frases ditas pelos professores foram impactantes, como a noção de que “o corpo fala e expressa aceitação ou rejeição”, que “o corpo físico é considerado um abrigo” e a ideia de que “tudo dialoga e a palavra tem extremo poder”. Tais reflexões evidenciam a necessidade de desconstruir conceitos antigos e promover uma compreensão mais profunda da história africana e afrodescendente.

A contribuição de Amadou Hampâté Bâ sobre a função da memória em sociedades ágrafas e a importância da oralidade são fundamentais para a preservação da história. De mesmo modo, o reconhecimento das contribuições de figuras como Cheikh Anta Diop, cujo escritos sobre ele representam pilares fundamentais na construção de uma narrativa histórica africana mais representativa. Esses autores desafiam paradigmas históricos obsoletos e reafirmam a importância de reconhecer e celebrar as contribuições diversificadas do continente para o panorama global. Nessa continuidade, Fábio Leite em “A Questão Ancestral: África Negra” (2008) torna-se essencial para entender o universo africano de raiz tradicional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DAS AULAS

Na vigência de duas décadas da Lei 10.639/2003, ainda estamos diante de grandes empecilhos para a sua efetivação: falta de investimento do Estado, falta de formação adequada, intolerância religiosa e racismo religioso, além do racismo estrutural impregnado na educação. Esta Lei que foi resultado das lutas de muitos grupos e um passo muito significativo para firmar um ensino antirracista.

Assim, ao incluir grandes autores que trazem a verdadeira história dos nossos ancestrais e que apresentam uma rica gama de perspectivas teóricas sobre a identidade africana e sua complexa trajetória histórica. Como bem defende Bárbara Carine Soares Pinheiro (2023, p. 82) “apresentar referências teóricas de intelectuais negros e negras é essencial”.

Isto posto, sabe-se que essa jornada intelectual de mestrandos e mestrandas estimulou não apenas uma reflexão crítica sobre os conhecimentos prévios, mas também o desenvolvimento de novas ferramentas para analisar e interpretar a realidade africana, contribuindo significativamente para nossa formação acadêmica e docente, pois trazendo a contribuição de Pinheiro (2023) que defende

Em suma, na universidade é importante intelectualizar pessoas negras e valorizar suas epistemes, seja pela via do acesso teórico nos componentes curriculares, seja pela via do enegrecimento corpóreo e intelectual docente das instituições de ensino superior brasileiras (Pinheiro, 2023, p. 85).

E assim, que seja uma educação desprendida das intenções da branquitude racista que segundo Cida Bento (2022, p. 34), “essa preocupação de determinados grupos europeus e seus descendentes no Brasil de proteger e fortalecer exclusivamente os interesses dos seus, manifestação do pacto narcísico, se evidencia repetidamente em nossa história”.

A composição dos autores selecionados para este trabalho foi fundamental para desvelar a verdadeira história da África, livre de vieses eurocêntricos. Sabemos, que após a solidificação da inferiorização das pessoas negras em todos os âmbitos da vida humana, é audacioso sonharmos com uma sociedade justa, inclusiva, equânime, antirracista, mas como bem destacou Sueli Carneiro (2023, p. 184) “a utopia que perseguimos hoje, consiste em buscar um atalho entre uma negritude redutora da dimensão humana e a universalidade ocidental hegemônica que anula a diversidade”.

Hampâté Bâ (2010), com sua obra "A tradição viva", revolucionou os estudos sobre a história africana e proporcionou uma contribuição fundamental para a compreensão da mesma do ponto de vista de quem viveu. Ao valorizar a tradição oral, o autor nos presenteou com uma perspectiva única e rica sobre a cultura e as tradições do continente, desconstruindo narrativas eurocêntricas e hegemônicas que por tanto tempo silenciaram a voz da África. Seu legado para a educação possibilita a professores e pesquisadores um novo olhar sobre a história africana, fomentando a interculturalidade e a descolonização do conhecimento.

A obra *Noção de Pessoa na África Negra* de Hampâté Bâ (1981) também impacta a formação de professores, oferecendo ferramentas para que levem aos seus alunos uma história completa da África. Ele nos convida a romper com as amarras tradicionais do conhecimento ao dizer “me abstenho de ceder às armadilhas dos modelos padronizados”.

A obra de Fábio Leite (2008), "A questão ancestral: África negra", representa um marco importante nos estudos sobre a história da África. O autor, oferece uma contribuição

fundamental para a descolonização do conhecimento histórico. O mesmo desafia narrativas eurocêntricas e promove uma reflexão ampla sobre as relações étnico-raciais, com ênfase na diversidade cultural. Para ele, a questão ancestral entre os indivíduos é tão forte que existe uma relação entre a morte e os ancestrais.

Leite (2008) contribui significativamente para o ensino de História, ao propor um olhar mais original sobre a África e suas diversas sociedades. As ricas ilustrações que acompanham o texto, retratando o sagrado, as cerimônias, os totens e outras manifestações culturais, são ferramentas valiosas para o professor, que pode utilizá-las para ofertar mais originalidade, enriquecer suas aulas e proporcionar aos alunos uma experiência de aprendizagem mais rica e significativa à história.

Outro autor trazido à baila foi Renato Nogueira (2019) com sua obra intitulada “*Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é*”: tecnologia, filosofia e educação. O autor se destaca por suas contribuições significativas para a compreensão da diáspora africana e suas conexões transatlânticas. Sua análise amplia nossa percepção sobre as relações étnico-raciais. Além disso, sua literatura oferece uma perspectiva interdisciplinar que enriquece significativamente o debate sobre os afrodescendentes.

O compromisso de Nogueira (2019) com a história da África ocidental, transcende o âmbito histórico, impactando positivamente a compreensão das questões raciais e fomentando um diálogo que aprofunda a discussão sobre a atividade *griot* e suas implicações pedagógicas. Dessa forma, ao analisar os elementos constitutivos da tecnologia *griot* - o agente, a contação de histórias e o terreno, o autor evidencia a importância da figura do contador de histórias, da narrativa oral e do contexto cultural para a transmissão de conhecimento e valores que podem ser adaptados para a prática docente.

Sobre transmissão de conhecimento e valores, Fonseca (2022, p.152), se destaca por suas significativas contribuições para o campo da história afro-brasileira e da África. Para ela, “ensinar a História africana valendo-se exclusivamente de materiais escritos é desfigurar a dimensão dos saberes próprios de suas sociedades originais”.

Suas pesquisas, fortalecem nossa compreensão sobre as raízes culturais afro-brasileiras. Elas valorizam a ancestralidade e promovem uma educação pautada na interseccionalidade e inclusive na educação patrimonial, incentivando uma abordagem mais integrada e sensível às diversas heranças culturais, reconhecendo a importância das contribuições africanas para a formação da identidade brasileira. Um exemplo dessa valorização por parte da professora está em seu trabalho literário, onde ela afirma que

Os cantos, o ritmo, a dança ressignificam o passado de escravidão, trazem outra perspectiva que não está escrita em livros, trazem em primeira pessoa a voz dos agentes escravizados e revelam suas estratégias de ação para o enfrentamento de uma realidade opressora (Fonseca, 2022, p.150).

Para além dessa abordagem ela argumenta que essas expressões artísticas não são apenas formas de entretenimento, mas também ferramentas de resistência, memória e reinterpretação do passado. Destaca, também, a importância da música e da dança como fontes de conhecimento sobre a experiência da escravidão. Dessa forma, ao analisarmos essas expressões artísticas, podemos valorizar a agência dos escravizados na construção de suas próprias narrativas.

Fonseca (2022), amplia essa perspectiva, situando essas expressões artísticas dentro de um contexto mais amplo: as filosofias africanas. Ela destaca que a música, a dança e a oralidade são instrumentos de transmissão de conhecimento e saberes, práticas que os africanos trouxeram para o Brasil e que continuam vivas nas culturas afro-brasileiras, fazendo-se necessário a implementação desses elementos nos processos educativos.

O professor Dulcídio Cossa, contribuiu para que compreendêssemos as subjetividades da cultura afro-brasileira. Suas contribuições nos fizeram enxergar as manifestações artísticas e culturais a partir de um olhar sensível, uma vez que tudo que é do negro e sobre o negro, é marginalizado.

Sua leitura de Brasil, perpassa pela complexidade da diáspora, por isso, propõe um intercâmbio de culturas, de ideias e de artes que celebrem o que veio da África e foi reconstruído no Brasil.

Na perspectiva de conservação da cultura africana através da oralidade, destaca-se a experiência do xitiku ni mbawula, apresentada por Cossa:

Num contexto ou conjuntura que vigora a negação e consequente apagamento da história de África, dos africanos e suas práticas socioculturais na história tida como “universal”, porém, que o ocidente a ocidentalizou — um plano deliberadamente de hegemonia “selvática”, desumana, colonial e opressora dos saberes periféricos, ou melhor, “periferizados”, falar sobre e contar minkaringana é uma forma de “guardamento” da nossa história, e, portanto, de r(e)es(x)istência, pela qual transmitimos valores culturais de nossos antepassados (os quais participaram na edificação da humanidade) tornando assim a ancestralidade mais viva e próxima de nossas vidas e cotidiano (COSSA, 2020. p. 205).

O xitiku ni mbawula é uma tradição em Moçambique em que se traduz como histórias à volta da fogueira, a qual foi apresentada de maneira adaptada pelo professor Dulcídio Cossa, nas aulas da citada disciplina, objetivando mostrar que a tradição oral é um mecanismo também

de educação, pois nesses momentos de realização, são contadas histórias (nkaringana), com diversos tipos de conteúdos, que são ministradas por anciões.

O professor Cossa, nos possibilitou conhecer sobre a grandiosidade do Hip Hop, um movimento cultural que surgiu no final dos anos 60 em Nova York e divulgado por diversos países do mundo através de suas letras de protestos às realidades sociais. Não ficando apenas no discurso, nos ofertou literaturas para nos aprofundarmos na temática tão relevante para os movimentos sociais de luta do povo negro no Brasil.

Nesse contexto de rede de saberes, contamos com as diversas contribuições do professor Mohammed Yassin Blaise que por meio de seu estudo do Kaydara (2012), texto de Amadou Hampâté Bâ, traduzido pelo próprio, Mohammed, vem destacar, através de um conto, a maneira que os africanos, *fulas*, (povo da região do Níger) compreendem o mundo de uma maneira indissociada entre ser humano e natureza, além de fazer um paralelo com Macunaíma, personagem da literatura brasileira.

Neste conto está a base do saber desse povo, pois está descrito como os conhecimentos são repassados, e como entendem as questões existenciais, a exemplo da relação vida/morte, como seus valores civilizatórios estão fundamentados, como é o processo de iniciação para se tornar um Mestre transmissor dos saberes, entre tantos outros aspectos da vida desse povo.

O professor Mohammed Yassin, foi crucial na fundamentação de “tradição e oralidade”. Onde em uma das suas aulas ele menciona que “a oralidade legitima a nossa memória”³², segundo palavras do professor Mohammed. Isso nos conduziu à compreensão da célebre frase do intelectual malinês Amadou Hampâté Bâ, “*na África, cada ancião que morre é uma biblioteca que se queima*”.

Assim, Mohammed Yassin (Aboua Blaise) juntamente com Antônio Júnior que ao final do curso publicaram um livro intitulado “Jornadas com Amadou Hampâté Bâ: diálogos África-Brasil”, foi a confirmação de toda a sua retórica sobre o legado de Hampâté Bâ (1901-1991).

De acordo com seus conhecimentos que vão além do Oeste da África, o professor e autor, apresentou apontou que existem múltiplos aspectos físicos, psíquicos e espirituais que envolvem o ser humano. Com seu amplo conhecimento, possibilitou um estudo sobre as tradições, ancestralidade, espiritualidade, relação homem-natureza, símbolos, conceitos e teorias muito relevantes e que foram além das nossas expectativas, enquanto receptores, humanos e profissionais.

³² Fala do professor Mohammed Yassin Blaise (Aboua Blaise) na referida disciplina, UFS, em, 01 de abril de 2024.

3 DAS VIVÊNCIAS NO MESTRADO ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

A inserção da história afrodiaspórica nos currículos educacionais, embora promissora, exige um debate aprofundado sobre os desafios e as possibilidades dessa abordagem. Para isso, a construção de diálogos interdisciplinares e a busca por estratégias para ampliar a presença dessa temática na formação de professores podem contribuir para a superação desses desafios.

Desse modo, os referenciais teóricos utilizados ou sugeridos pelos professores e convidados, bem como, os recursos metodológicos utilizados por eles, foram e serão de grande utilidade para que a Lei 10.639/2003 e a Lei 11.645/2008 sejam de fato efetivadas.

Para iniciar a conversa, sobre a metodologia utilizada foi exibido um vídeo da participação de Conceição Evaristo em uma Conferência Magna intitulada “Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir” proferida durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero, ocorrido em julho de 2021. As falas de uma das mais importantes escritoras brasileiras contemporâneas, nos fez refletir sobre a potência da voz negra e a importância da luta por visibilidade e reconhecimento. Através de uma linguagem poética e visceral, a autora explorou a complexidade da experiência negra, marcada pela invisibilização e pela opressão.

Nessa sequência da utilização de recursos audiovisuais, é salutar destacar a relevância de conhecer parte da História da África sob a ótica do Filme “Camp de Thiaroye (1988)”, direção de Ousmane Sembene e do filme “Por que as estátuas morrem (1953)”, produção de Presence Africaine. São ferramentas que podem elevar os conhecimentos sobre a história autêntica da África, pois são filmes produzidos com poucos recursos financeiros, mas sob o olhar africano.

A exemplo da prática da “Nkaringana” (Cossa, 2020), utilizada em aulas-oficinas que podem ser levadas para trabalhar em sala de aula e promover um momento de aprendizado, criativo, leve e com sentido. Essa prática é utilizada para iniciar a contação de histórias à volta da fogueira no sul de Moçambique. Exalta-se o fato do Professor Dulcídio Cossa ser moçambicano e trazer essa experiência para que a turma conhecesse e pudesse replicar em seu cotidiano profissional.

Em suas aulas foram utilizados recursos como usos de objetos para contação de histórias, a exemplo da história ao redor da fogueira (Xitiku Ni Mbawula) com os contos iniciáticos, a roda de provérbios na cabaça, músicas e danças afro (Hip-Hop: a periferia grita e Lambe sujo).

Nessas rodas-oficinas, Cossa apresentou e contextualizou historicamente o Hip Hop, mostrando sua origem e impactos na vida das comunidades de pessoas pretas. Nessa mesma oficina, o professor realizou uma apresentação performática da dança na qual induziu aos mestrandos e mestrandas a produção de uma letra do gênero para abordar determinado tema.

A utilização desses recursos, é defendida por Sueli Carneiro (2011) que destaca o impacto da cena musical do país na vida dos jovens.

Além de causar impacto na cena musical do país, o movimento *hip-hop* fez emergir lideranças juvenis que consideram o rap, o grafite e o break - tripé da cultura *hip-hop* - os veículos para que os jovens se mobilizem e reflitam sobre os temas que mais aflige seu cotidiano, como violência, drogas, exclusão social, exercício protegido da sexualidade, paternidade, maternidade responsáveis, discriminação racial (Carneiro, 2011, p. 36)

Carregam, portanto, realidades que são próximas da realidade da maioria dos estudantes atendidos pelos/as mestrandos/as do ProfHistória.

Além disso, tivemos no Cultart³³, a apresentação do Tambor de Crioula com o mestre Paulo Lobato, o qual apresentou o processo da produção dos tambores com práticas ancestrais, sempre em volta de uma fogueira. Em seguida foi realizada a dança com a participação das mestrandas. Uma prática que traz muito do povo africano, afrodescendente e afro-indígena. Reforça não somente um legado ancestral, ou a musicalidade na batida tamborina, mas também extrai o lado espiritual e religioso envolvido na prática que, na maioria das vezes, é negligenciado por alguns professores que ainda não conseguem completar o ciclo de um ensino pautado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Ao fomentar a construção de ambientes educacionais mais dinâmicos e sensíveis às questões raciais, as contribuições teóricas de Fonseca, Cossa e Blaise juntamente com outros literatos da história e cultura afrobrasileira e africana, contribuíram para o fortalecimento da identidade e autoestima dos mestrandos e mestrandas, proporcionando espaços de aprendizagem mais interativos.

Dessa forma, a inter-relação da metodologia com os saberes aplicados corroborou para a constituição de cinco dimensões conceituais: (01) *identidade diaspórica*, (02) *abordagem afrodiaspórica*, (03) *desconstrução de estereótipos*, (04) *descolonização* e (05) *interseccionalidade*.

³³ Centro de Cultura e Arte, Aracaju/SE.

A *identidade diaspórica* como uma construção ativa contra a subjugação e os estereótipos impostos pela branquitude reforça a busca por reconhecimento e autonomia que desafiam as estruturas de poder, resistindo à exploração e à exclusão. Pois, como afirma Munanga

“Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva (Munanga, 2024, p.19)”.

Assim, a busca por identidade funciona como uma ferramenta de empoderamento, permitindo que os negros superem esse complexo de inferioridade e se unam na luta por equidade. Assim, Evaristo (2021), amplifica o debate sobre raça e identidade no Brasil contemporâneo, por meio da obra audiovisual "Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir" e, nos convida a contribuirmos para um futuro que torne visível as conquistas do povo negro e a consagração de uma identidade positiva.

Ao propor uma *abordagem afrodiaspórica*, esses espaços didáticos inovam ao descolonizar o conhecimento, desafiando narrativas eurocêtricas e resgatando as vozes silenciadas da diáspora africana. Embora a abordagem da história afrodiaspórica nas escolas represente um avanço significativo, sua efetivação enfrenta desafios consideráveis, por isso a necessidade de ampliar a discussão sobre a importância dessa temática na formação de professores e a necessidade de diálogos interdisciplinares para que novas possibilidades se abram para a difusão desses conhecimentos.

A *descolonização* do ensino de História, no entanto, busca promover uma abordagem mais plural, valorizando saberes não hegemônicos e reconhecendo a interculturalidade.

Quijano (2009), estabelece uma conexão entre a história narrada e o conceito de colonialidade do poder. Essa relação é pertinente, considerando que o autor desenvolveu uma teoria crítica que busca desvelar as estruturas de poder e as relações de dominação que se perpetuam após a descolonização formal.

Nesse caso, uma forma de investir nessa dimensão em sala de aula, primeiramente, é fazendo uma análise do conteúdo dos livros didáticos que seguem os moldes coloniais. Fanon (2022, p. 33) afirma que para descolonizar “há portanto, a exigência de um questionamento integral da situação colonial”. Por isso, que é papel das universidades, escolas, educadores, questionar os conteúdos que se apresentam nos livros didáticos e paradidáticos, currículos. E, para aticar nossa compreensão, o autor atesta que “toda descolonização é um triunfo”.

Contudo, a última dimensão a ser explorada em sala de aula é a *interseccionalidade* da história afrodiaspórica, que permite analisar as múltiplas opressões sofridas por mulheres negras, pessoas de outras identidades de gênero e indivíduos de diferentes classes sociais, considerando as especificidades de cada grupo e as relações de poder entre eles. Sob essas condições, a história afrodiaspórica, quando analisada sob a lente da interseccionalidade, revela a complexidade das experiências vividas por pessoas negras, considerando as interseções de gênero, raça e classe social, conforme apresentado por Bell Hooks (2024).

Munanga (2024), nos lembra que para compreender o racismo no Brasil, é preciso analisar a história da escravidão, a formação social e as relações de poder que se estabeleceram ao longo dos séculos.

4 METODOLOGIA

Essa pesquisa foi desenvolvida numa abordagem qualitativa, seguindo a compreensão de Sobral (2016, p. 123), essa abordagem “preocupa-se em analisar e interpretar aspectos profundos do homem, da sociedade como hábitos, ideias, atitudes, tendências de comportamentos, forma de sentir”. Por essa razão, seguimos essa linha por possibilitar uma análise e interpretação sobre o significado da disciplina e a sua dimensão humana e social.

Este trabalho está ancorado na pesquisa participante, na qual será apresentada a partir de uma análise descritiva-reflexiva de nossas vivências enquanto cursistas da referida disciplina do Mestrado Profissional ProfHistória no primeiro semestre de 2024.

Ademais, a construção da análise descritiva se deu a partir do conteúdo programático da disciplina, da metodologia aplicada, dos recursos metodológicos, das leituras e discussões em sala de aula, e, as contribuições teóricas de notórios autores como Amadou Hampâté Bâ, Fábio Leite, Renato Nogueira e professores pesquisadores, como, Mariana Bracks Fonseca, Dulcídio Cossa (Nyimpini Khosa), Mohammed Yassin (Aboua Kumassi Koffi Blaise), entre outros.

Também partilhamos das nossas experiências, enquanto discentes, refletindo os impactos positivos da disciplina na nossa formação docente, alinhando-as às nossas práticas em sala de aula na Educação Básica.

Aplicamos um questionário semiestruturado com sete questões abertas, do tipo formulário do *Google Forms* com o título Pesquisa de satisfação quanto à disciplina Ensino de História e educação para as relações étnico-raciais no mestrado ProfHistória UFS-2024.

O mesmo foi encaminhado para todos os cursistas da referida disciplina via link no *Whatsapp* em 02 de outubro de 2024 ficando aberto até 27 de novembro com objetivo de coletar outras impressões e, com base nas respostas, relacionar as nossas impressões e aprendizados de forma que respalde nosso trabalho: 01) Qual a sua principal expectativa ao iniciar a disciplina? 02) Como você avalia a contribuição dos professores africanos e da professora brasileira para o seu aprendizado sobre relações étnico-raciais? 03) Quais foram os principais aprendizados que você adquiriu na disciplina? 04) O que achou da metodologia aplicada? 05) De que forma os conteúdos abordados na disciplina podem contribuir para a sua prática em sala de aula? 06) Você considera que a disciplina contribuiu para a sua formação como professor de História? Justifique 07) De tudo o que foi trabalhado na disciplina, o que você levará para a sua sala de aula?

As perguntas foram elaboradas seguindo alguns eixos temáticos considerados de relevância para possibilitar uma análise reflexiva consistente. São eles: Educação para as relações étnico-raciais; Formação de professores; Metodologias de ensino; Diversidade cultural; Prática pedagógica e Ensino de História.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Informamos que, conforme a composição da turma do ProfHistória/2024, esta é formada por 20 discentes. Quanto à disciplina em questão, por ser de caráter optativo, 18 discentes matricularam-se. Em relação à pesquisa, além das três escreventes deste trabalho, 12 discentes responderam ao “questionário”³⁴ no *Google Forms* via link pelo *Whatsapp*. No entanto, um mestrando do ProfHistória/2023 que cursou a disciplina este ano, manifestou desejo em contribuir com a pesquisa, totalizando 13 participantes que responderam ao questionário. Os três discentes que não responderam, justificaram ter esquecido o prazo.

Nos casos de citações de respostas obtidas por meio do questionário, optou-se, por precaução, utilizar apenas as iniciais dos nomes dos respondentes, com o objetivo de preservar o respeito à privacidade e à confidencialidade dos participantes. Essa escolha busca minimizar qualquer risco de desconforto para os envolvidos, embora o resultado de modo geral tenha sido

³⁴ Questionário do Google Forms enviado via link pelo whatsapp em 02 de out. de 2024 com fechamento em 27 de nov. de 2024. Todas as respostas utilizadas aqui estão indicadas pelas iniciais do nome e sobrenomes dos participantes (mestrandos e mestrandas). Segue link do questionário: (https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSe2jgDhKd4GKbPugRZQo7cN-a3RaQ6tIX3pDSUM9sdRmshpuhw/viewform?usp=sf_link)

100% de satisfação, uma vez que corroborou com o nosso sentimento e nossa concepção referente a importância da disciplina para nossa formação docente e nossa prática pedagógica.

Acerca da questão 01 que busca entender as expectativas iniciais do(a) mestrando(a) em relação à disciplina e quais conhecimentos eles(as) buscam adquirir e como enxergam a importância do tema, foi consenso de todos que suas expectativas estavam voltadas para a aquisição de novos conhecimentos relacionados à história da África e afro-brasileira e que iria agregar novas metodologias de ensino à sua prática pedagógica, chamando-nos atenção a resposta do mestrando C.P.F. (2024) sobre a expectativa para o ensino da disciplina onde ele diz: *“Poder proporcionar um ensino diferenciado, com análise humanista e respeitando as diversidades culturais e sem privilegiar a cultura dita erudita e os grandes feitos dos europeus”*.

A questão 02, pretende avaliar a contribuição dos professores africanos e da professora brasileira no aprendizado sobre as relações étnico-raciais. Também verifica se a experiência com diferentes professores proporcionou uma aprendizagem mais rica e completa. Ao ministrar a disciplina juntamente com Mariana Bracks, em maioria, responderam que foi ideal, idônea, satisfatória e muito enriquecedora, visto que passamos a entender a história e cultura dos dois países africanos (Moçambique e Costa do Marfim) a partir da visão de quem realmente vive a realidade no dia a dia, como bem evidenciado na resposta a seguir:

“Avalio como ótima. Ter conhecimento sobre a África a partir da abordagem e da visão de dois africanos, me deu outra perspectiva do continente, suas tradições e modo de vida, o que contribuíram bastante para minha vida e minha prática docente” (F.S.A., 2024)

Neste contexto, a maioria das respostas, destacam a importância do conhecimento transmitido pelas tradições orais, algo que foi muito frequente nas falas dos mestrandos e mestrandas, sendo bem apresentado em uma das respostas à questão no qual o entrevistado respondeu como *“primordial, especialmente dos professores africanos por apresentarem uma visão endógena dos costumes presentes na África”* (P.H.N., 2024).

Outra resposta, chama atenção para a importância da abordagem pelos professores africanos e pela professora Mariana Bracks:

“A contribuição de uma riqueza grandiosa, pois trouxeram a história africana como ela realmente é. Ajudaram a desconstruir conceitos eurocentrados e nos fez enxergar uma história que até então era desconhecida. Além de utilizar uma metodologia que também podemos utilizar em nossa sala de aula com alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio” (M.N.S.A., 2024)

Enfatizando o impacto positivo do ensino para a prática, a mestranda, que é professora de História no Ensino Médio, replicou uma das metodologias utilizadas nas aulas pelos professores e pela professora. Ela destaca que *“foi uma aprendizagem satisfatória. Inclusive, hoje reproduzi uma atividade da disciplina com meus alunos. Foi um momento de muito envolvimento e participação deles. A roda em volta da fogueira”* (M.J.L.S., 2024).

A questão 03, busca identificar os principais aprendizados adquiridos na disciplina pelos mestrando(as), verificando se a disciplina proporcionou uma mudança de perspectiva em relação às questões étnico-raciais.

De acordo com a maioria dos mestrando(as), os principais aprendizados foram referentes a importância da oralidade, muito presente nas comunidades tradicionais da África como apontado na resposta da mestranda F.S.F. (2024) que aduz sobre *“compreender a importância da oralidade para as comunidades africanas”*.

Em suma, fica compreendido que “todos(as) mestrando(as)” passaram a ter novos olhares para o continente africano, além de verem a possibilidade de aplicabilidade desses novos conhecimentos nas suas aulas, a partir de agora, como sabiamente respondeu o mestrando C.H.D.A. (2024) que os aprendizados permitiram *“conhecer um pouco das culturas de dois países africanos e refletir sobre as questões étnicos raciais em nosso país”*.

Nesse cenário, as respostas, em unanimidade, apresentam escrita positiva quanto aos aprendizados, percebidas nas três respostas citadas abaixo que resumem e representam todas as demais de forma ampla.

“Um novo olhar para o continente africano, pertencimento, identidade com várias possibilidades referente ao ensino de História na educação básica de forma construtiva e positiva que envolve a minha prática docente”. (M.E.D.S., 2024)

“Os provérbios, de como a sabedoria está em toda parte da África e que nós, ocidentais, nos preocupamos demais com o futuro e que a oralidade possui grande valor naquele continente, o que para os ocidentais não é, muitas das vezes, levado em consideração”. (F.S.A., 2024)

“Que ainda preciso conhecer muito mais da cultura africana para que possa contribuir na construção de uma sociedade mais justa e com direitos assegurados para todos. Os conhecimentos compartilhados trouxeram ensinamentos sobre respeito, partilha e necessidade de resiliência.” (R.G.S., 2024)

Podemos perceber que as três respostas trazem contextos semelhantes, com essência da mensagem comum, e, se unem às demais não mencionadas e que também expressam a consolidação do conhecimento histórico.

No tocante à questão 4, foi unânime a opinião sobre a inovação metodológica no que concerne ao ensino sobre a África e os africanos. As respostas superaram as nossas expectativas, pois os 13 participantes demonstraram entusiasmo com a metodologia, como a teoria e a prática se entrelaçaram tornando as aulas tão significativas e produtivas. Além de despertar o desejo de levá-las para o chão da escola.

A satisfação com a metodologia ficou evidente diante da repetição de expressões como: “excelente”, que apareceu cinco vezes; “diferenciada” quatro vezes, além de outras expressões sinônimas que apareceram em quase a totalidade das respostas. Outras expressões que confirmam nossas impressões quanto a disciplina são destacadas abaixo: “Muito dinâmica e necessária” (F. S. A., 2024)”; “Novas possibilidades de ensino (E. T. J., 2024)”; “Ótima estratégica (L.P.S., 2024)”; “Casou teoria e prática (M.J.S.L., 2024)”; “Maravilhosa! Teoria e prática em consonância...ensino prazeroso (E.D., 2024)”; “Achei uma metodologia aplicada dinâmica e eficaz, promovendo uma interação constante e estimulando a reflexão crítica (F.S.F., 2024)”.

Percebe-se, então, que as metodologias utilizadas despertaram em nós uma nova forma de ver o ensino sobre o continente africano e sua diversidade de povos e culturas além de nos possibilitar um sentimento de pertencimento a um mundo que para nós parecia tão distante.

Em relação à questão cinco, a qual questiona sobre a contribuição da disciplina para nossa prática diária, o que mais ficou evidente foi que houve uma desconstrução de conhecimento eurocêntrico sobre a África e africanos e como a disciplina contribuiu para uma reflexão sobre a nossa prática pedagógica. Ademais, resta demonstrado que as aulas de Mariana, Cossa e Mohammed, contribuíram, demasiadamente, para melhorar a prática de cada um, uma vez que levaremos a história dos povos africanos para o espaço escolar sob uma nova perspectiva.

Sobre a nova forma de aprender e ensinar sobre a África e suas africanidades, os entrevistados responderam: “Eles mudaram a minha prática quando for trabalhar sobre África. Os autores indicados e também a didática (M.J.S.L., 2024)”; “Trazer para sala de aula a discussão racial por uma nova ótica (E.T.J., 2024)”; “...aulas nos deu subsídios para renovar nosso discurso contribuindo para que nossas aulas possam ganhar mais participação coletiva no entorno dos assuntos (C.H.D.A., 2024).”; “A partir dessa disciplina, minha prática em sala de aula será outra (J.N.S. S., 2024)”.

Essas falas confirmam a nossa percepção sobre a disciplina, e também demonstra o quão carente de formação sobre a África e africanos são os professores da Rede Pública municipal e estadual. O que reforça a importância dessa disciplina para nossa formação docente além de

nos fazer refletir sobre a necessidade de levarmos essa formação aos nossos colegas, em nossas redes, para que tenha um efeito “rede” e chegue ao maior número de professores possível.

A questão 06, trata da formação docente especificamente e avaliando a sua contribuição da disciplina para a formação integral do professor de História e verificando a relevância dos conteúdos para a área de atuação do professor, além da capacidade de engajamento dos alunos da Educação Básica no processo de aprendizagem.

As percepções da maioria dos cursistas que responderam ao formulário, com relação a esta questão (06), estão voltadas para o enriquecimento das suas práticas, desde questões epistemológicas às questões metodológicas, pois, destaca-se:

“Considero que a disciplina contribuiu significativamente para minha formação como professor de História. Aprofundou meu entendimento sobre temas cruciais, como a diversidade cultural e as relações étnico-raciais.” (F.S.F., 2024)

“A troca de experiências e abordagens diferentes nos renovou a forma de atuar em sala de aula na abordagem dos assuntos.” (C.H.D.A., 2024).

Assim, fica evidente quando se trata de conteúdos sobre África e afro-brasileiro, é de fundamental importância que se busque autores que realmente tragam uma visão afrocentrada, que desconstroem estereótipos construídos pela historiografia eurocêntrica. Também é necessário que as metodologias utilizadas em aulas estejam o mais próximo possível da maneira que os africanos vivem e compreendem o mundo.

Por último, a sétima questão que visa identificar quais práticas pedagógicas e conteúdos os mestrandos e mestrandas pretendem utilizar em suas aulas. Nesta, a maioria dos/as participantes que responderam ao questionário, destacaram a importância da oralidade, o uso dos contos e provérbios africanos como recursos para o ensino da história africana e afro-brasileira, como se segue:

“O poder da oralidade, contos, provérbios africanos, a espiritualidade que está presente em tudo, na cultura, na sociedade...Desmistificar conceitos aprendidos e ressignificar novos olhares para a Mãe África, sempre promovendo a conexão entre Brasil e esse continente de riquezas.” (M.E.D.S., 2024).

Desta forma, o olhar dos mestrandos e mestrandas para o continente africano ganha outras conotações, visto que foi destaque nas respostas que o que se sabia sobre a África até então, era muito a partir do olhar eurocêntrico.

Metodologicamente, foi destacado que os mestrandos e mestrandas irão usar em sala de aula a partir de agora, as rodas de conversas, as quais vêm trazer uma metodologia que foge ao

tradicionalismo. “Levarei comigo o conhecimento enriquecedor adquirido, especialmente as rodas de conversa, pois essa abordagem me permitiu criar um espaço de diálogo e reflexão, que pretendo implementar frequentemente em sala de aula.” (F.S.F. 2024).

Assim, conclui-se que a partir do retorno à pesquisa, que novos olhares sobre a África e as relações étnico-raciais estarão presentes nas práticas pedagógicas dos mestrandos, desde o fator epistemológico ao fator metodológico.

6 CONCLUSÃO

Os resultados obtidos com a pesquisa sobre as contribuições da disciplina revelaram um impacto significativo no entendimento e na prática docente dos participantes. As aulas, que enfatizaram a oralidade e as narrativas africanas, permitiram que os mestrandos expandissem suas visões sobre a história, desmistificando estereótipos e abordando a história de uma nova perspectiva, na construção de identidades e na descolonização do ensino de História. As reflexões sobre a importância da mulher na sociedade africana e a valorização de sua liderança contribuíram para uma conscientização crítica sobre as questões de gênero e raça.

Além disso, a pesquisa bibliográfica e as leituras recomendadas, enriqueceram o repertório dos mestrandos e das mestrandas, proporcionando novas ferramentas para uma prática pedagógica que prioriza a história africana e afrodescendente.

Os objetivos propostos nesta pesquisa foram, de fato, alcançados. A disciplina de Ensino de História e Educação para as Relações Étnico-raciais revelou-se essencial para o desenvolvimento acadêmico dos mestrandos/mestrandas, fornecendo uma base teórica sólida e metodologias inovadoras para o ensino de História. Os mesmos não apenas adquiriram conhecimentos sobre a ancestralidade e a cultura africana, mas também foram motivados a integrar essas perspectivas em suas práticas educativas, contribuindo para uma educação mais antirracista e da descolonização do saber.

Portanto, os resultados desta pesquisa indicam que a “formação continuada” em temas étnico-raciais não é, apenas necessária, mas essencial para a construção de um futuro educacional mais equânime e representativo, corrigindo desse modo, essa distorção histórica realizando uma reformulação apropriada dos currículos educacionais, para integrar uma abordagem que valorize e celebre as contribuições das culturas africanas e afrodescendentes.

As considerações finais ressaltam a importância de continuar investindo na formação de educadores que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e histórica, promovendo narrativas que desafiam a hegemonia eurocêntrica. Logo, esta pesquisa é um convite à reflexão

sobre as histórias das pessoas negras, suas lutas e conquistas, num contexto que ainda enfrenta desafios patriarcais, raciais e classistas.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O Perigo de Uma História Única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, p. 32.

BENTO Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras; 2022, p. 34.

BLAISE, Aboua Kumassi Koffi. *Macunaíma / Kaydara: Dois espelhos face a face*. Ler Macunaíma sem rir. 2012. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-12092012-120553/pt-br.php>.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo, e Desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. p. 36, 184.

COSSA, Dulcídio. *Nkaringana wa nkaringana, Xitiku ni mbawula a matiku ya vambe*: fluxos da tradição oral africana e sua magia [p. 196-209]. In: LINKE, Ines; KRUCKEN, Lia; BEZERRA, Uriel (orgs.). *Nkaringana: objetos e histórias em trânsito*. [tradução Daniele Freitas]. 1. ed. Salvador: Duna, 2020. p. 205.

EVARISTO, Conceição. [Conferência] *Clamar no deserto: entre o poder falar e o poder de se fazer ouvir*. 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=WimOFw-5gRU> Acessado em 03 de junho de 2024.

FANON, Frantz. *Os condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 32, 33, 48.

FONSECA, Mariana Bracks. *Poderosas Rainhas africanas*. Belo Horizonte, MG, 1 ed. Ancestre. 2021.

FONSECA, Mariana Bracks. *Histórias africanas em sala de aula*: Em busca da educação alinhada às epistemologias negras, em: *Caleidoscópio de Clio: saberes históricos em diferentes espaços de memória*/Janaina Cardoso de Mello (Organizadora). – Belém: RFB, 2022, p. 150, 152, 160.

FONSECA, Mariana Bracks. *“Iê Aruanda! A memória de Angola cantada na capoeira”*. São Paulo (USP), 2015.

HAMPÂTÉ BÂ Amadou. *Noção de Pessoa na África Negra*. Tradução para uso didático de: La notion de personne en Afrique Noire. In: DIETERLEN, Germaine (ed.). *La notion de personne en Afrique Noire*. Paris: CNRS, 1981, p. 181 – 192, por Luiza Silva Porto Ramos e Kelvin Ferreira Medeiros.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. *A Tradição viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (Org.). *História Geral da África*. v. 1. Metodologia e pré-história da África. 2010.

HOOKS. Bell. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. [Tradução] Bhuvi Libanio. 24. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo, Companhia das Letras. 2022. p. 11.

LEITE, Fábio. *A Questão Ancestral: África Negra*. São Paulo: Ed. Palas Athena /Casas das Áfricas, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2024, p. 13.

NOGUEIRA, Renato. “*Antes de saber para onde vai, é preciso saber quem você é*”: tecnologia griot, filosofia e educação. *Problemata: R. Intern. Fil.* V. 10. n. 2. 2019.

PINHEIRO, Bárbara. Carine. Soares. *Como Ser Um Educador Antirracista*. Editora Planeta, 1. ed., 2023, p. 82, 85.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder e classificação social*. In: Santos, Boaventura de Souza; Meneses, Maria Paula. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118

SANTOS; DEPELCHIN. *Presença intelectual africana: Cheikh Anta Diop*. / Flávio Gonçalves dos Santos, Jacques Depelchin (orgs.). – Ilhéus, BA: 2019.

SOBRAL, Maria Neide. *Projeto de pesquisa*. In: Bretas, Silvana Aparecida; Sobral, Maria Neide (Orgs.). *Pesquisa em educação: interfaces, experiências e orientações*. Maceió: Edufal, 2016, p. 123.

O PACTO DA BRANQUITUDE E A INVIABILIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL DA CANDIDATURA DE OLÍVIA SANTANA PARA A PREFEITURA DE SALVADOR EM 2020

Tainá Moraes dos Santos (UFBA)³⁵

Resumo: A presente pesquisa busca investigar o processo de inviabilização da divulgação da campanha de Olívia Santana. O objetivo central da pesquisa é compreender como o pacto da branquitude interferiu no processo de divulgação da candidatura eleitoral de Olívia. Os objetivos específicos são: Identificar possíveis mecanismos para inviabilização da divulgação da candidatura da ex -candidata à prefeitura: Olívia Santana, além disso a pesquisa busca compreender em que medida Olívia trouxe elementos da resistência negra em sua candidatura. O método qualitativo é utilizado na pesquisa, além disso a técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2011), será utilizada para compreender elementos centrais que fizeram parte do lema da campanha de Olívia.

Palavras-chave: Política; divulgação; Olívia Santana; Prefeitura; pacto da Branquitude; racismo algorítmico.

Abstract: This research aims to analyze how the candidacy of the then candidate for mayor of the city of Salvador in 2020 was interfered with by whiteness in its dissemination on social media and websites. The main objective of the research is to understand how the pact of whiteness interfered in the process of disseminating the electoral candidacy of the aforementioned candidate. The specific objectives are: to identify possible mechanisms to prevent the dissemination of the candidacy of former mayoral candidate Olívia Santana; in addition, the research seeks to understand to what extent the speeches of the candidates in their electoral campaign on their social media brought elements of resistance and combat against sexism and racism within the electoral environment.

The qualitative method is used in the research, in addition to discourse and content analysis techniques. Content analysis (Bardin, 2011) will be used to analyze the posts that covered the candidate's electoral campaign on its social networks in 2020. In addition, discourse analysis (Orlandi, 2012) will be used to analyze the candidate's speeches on its social networks during the campaign and understand to what extent it was committed to anti-racist and anti-sexist issues, as well as to analyze the comments on posts by possible opponents of the opposition or/and comments with signs of racism and sexism.

Keywords: Politics; dissemination; Olívia Santana; City Hall; Whiteness Pact; algorithmic racism.

³⁵ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho existe a busca por compreender a inviabilização da divulgação da campanha eleitoral de Olívia Santana em sua candidatura à prefeitura de Salvador no ano de 2020 observando a influência do pacto da branquitude durante este processo. Neste sentido esta pesquisa inicia-se com uma breve retrospectiva da trajetória de Olívia Santana pensando sua trajetória enquanto uma mulher negra que morou na periferia de Salvador e chegou aos espaços institucionais da política por grande influência de sua participação em movimentos sociais que a motivaram a fazer parte deste cenário. Deste modo também acontece uma revisão acerca do conceito de interseccionalidade abarcando as categorias de raça, classe e gênero que atravessam Olívia. Além disso, também é feito uma análise acerca da ambientação política no município de Salvador, sobretudo no ano de 2020. E por fim é realizada uma análise de alguns elementos da campanha de Olívia Santana nas redes sociais.

2 A TRAJETÓRIA DE OLÍVIA SANTANA

Mulher preta, deputada Estadual, candidata à prefeitura da cidade de Salvador em 2020, esta é Maria Olivia Santana, atuou na secretaria de educação e cultura e foi eleita vereadora de Salvador em 2003. A sua fome por transformação social nasceu de sua participação no movimento estudantil, a atual deputada estadual da Bahia também formou-se em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia e foi vice presidenta do diretório acadêmico do curso. Em sua obra "Mulher preta na política" (Santana, 2023), Olívia retrata suas experiências durante sua trajetória e de como a Universidade transformou seus caminhos, ao ter acesso aos estudos de classe e às teorias marxistas e também sua participação em movimentos sociais e entidades como a UNEGRO³⁶.

Olivia também traz em suas redes sociais tanto para divulgação de suas campanhas como para fins informativos diversas informações sobre os projetos que estão sendo implementados em sua candidatura atual como deputada estadual, a maioria destes projetos são pensados justamente para serem revertidos em políticas públicas para as pessoas negras. Além disso, Olivia também se preocupa em denunciar ações incorretas da polícia, como foi o caso de uma abordagem policial truculenta como assinala uma reportagem do G1 de maio deste ano

³⁶ A União de Negros pela igualdade ou UNEGRO surgiu pensando na luta no combate ao racismo, sexismo, homofobia e racismo religioso no ano de 1988 em Salvador- Bahia.

onde Olivia confessa como ficou horrorizada com toda a situação. "A gente tomou um choque horrível e aquela parafernália de armamento. A sensação é de que, por um triz, não está todo mundo morto hoje. Se o motorista nosso não entende que é com a gente, se não tivesse parado, nosso carro seria alvejado?" (Santana, reportagem G1 , 2024)

A partir das falas de Olivia é possível identificar que mesmo estando em uma posição de figura pública e sendo representante do Estado ela ainda sofre o racismo de forma muito presente para comprovar que mesmo pessoas negras ao alcançarem a ascensão social ainda podem ser alvo do preconceito racial.

3 PENSANDO A INTERSECCIONALIDADE E A MULHER NEGRA

Pensar a trajetória de Olívia enquanto uma mulher negra e de origem periférica, nos remete ao conceito de interseccionalidade nomeado por Kimberlé Crenshaw, ela que buscava superar uma série de injustiças e preconceitos sociais que circulavam ao mesmo tempo em um caso jurídico específico. Mas apesar da terminologia do nome ter sido realizada por Kimberlé, desde a década de 70 nos Estados Unidos o debate sobre a interseccionalidade já acontecia através dos movimentos sociais de feministas negras, no Brasil intelectuais negras como : Lélia Gonzalez já traziam a questão do racismo e do sexismo no Brasil.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta. (GONZALEZ, p. 2, 1980).

Segundo esta citação, Gonçalves (1980) nos alerta sobre como o racismo e o sexismo podem influenciar de forma negativa a vida de uma mulher negra já dando sinais de como o conceito de interseccionalidade seria importante, neste sentido se tratando do caso brasileiro o qual ela cita neste fragmento é imprescindível que esta análise interseccional ocorra, pois por vezes a mulher negra foi e em alguns casos ainda é vista como um objeto, além de muitas vezes serem hiperssexualizadas retomando a questão do imaginário social brasileiro que enxerga a mulher negra através de uma série de estereótipos como o termo: "mulata" entre outros, demonstrando como o racismo possui fraturas estruturais no Brasil.

Collins (2019) também chama atenção para o uso deste conceito na prática, mas do que uma teoria funciona empiricamente buscando pensar a realidade de mulheres negras que passam por uma série de atravessamentos envolvendo: raça, classe, gênero e outras categorias. O conceito de interseccionalidade coloca em cheque outras opressões que estão conectadas, mulheres negras são alvo do racismo mas também do machismo e sexismo, além disso existem outras opressões como é o caso da homofobia e transfobia, uma mulher trans negra pode ser vítima de vários preconceitos conectados como racismo, sexismo e transfobia dentre outros, é imprescindível e urgente o debate e uso prático da interseccionalidade no cenário global.

No caso específico de Olivia, ela uma mulher negra nascida e criada em uma comunidade periférica de Salvador, perpassa justamente pelas questões de raça, classe e gênero.

4 O PACTO DA BRANQUITUDE E A INVIABILIZAÇÃO DA DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA ELEITORAL DE OLÍVIA SANTANA

Para Cida Bento (2022) o pacto da branquitude funciona como uma espécie de processo contínuo de exclusão de pessoas negras de determinados espaços.

Mas se este ato foi crucial para o advento do carlismo na Bahia, não o foram menos, como se viu, os lances da política baiana entre 1954 e 1966, dos quais Luís Viana e Antônio Carlos emergiram como porta-vozes de reivindicações endógenas das elites locais, demandantes de um mix de continuidade e mudança, um “príncipe transformista” comprometido, simultaneamente, com as pautas modernizantes nacionais de 1930 e de 1964 e com as modulações políticas regionais do liberalismo e do populismo,²⁶ figurino quadrimensional que ACM e seu grupo encarnaram como nenhum outro ator político. Crucial também foi a fase posterior, quando, em pouco mais de uma década, uma liderança regional exercida em condomínio, sob aval militar, conquistou o comando pessoal e monolítico do estado e alçou vôo em direção à política brasileira, articulado com o poder militar e uma tecnocracia ascendente sob o regime autoritário, mas também com interesses de ponta do capitalismo nacional, sua bússola liberal. (Neto, 2006, p. 11-12).

Através desta citação, podemos sentir um pouco da atmosfera do Carlismo na Bahia, de modo que há mais de 40 anos, este pacto entre as elites continua reinando no Estado, mesmo estando com outros rostos e com diferentes partidos. Mas o que de fato isso teria haver com a questão já levantada aqui do pacto da branquitude? A presença do Carlismo na Bahia e principalmente no que tange a capital é tão forte ao ponto que a maioria dos candidatos ainda que não façam parte da família ACM possuem uma certa ligação, como foi o caso do candidato Bruno Reis (União Brasil) que conseguiu se reeleger na eleição de 2024 tendo ACM Neto como

grande apoiador de sua campanha e tendo um candidato negro Kleber Rosa (Psol) como principal adversário, quase que repetindo o feito de 2020 onde ganhou a eleição a prefeitura a mesma na qual Olivia se candidatou e ficou em quarto lugar tendo Major Denice como candidata em segundo lugar, uma mulher negra e Major da Polícia Militar (PT) um fator importante para pensar o contexto social onde ela estava inserida.

Mas se retornamos a questão do Carlismo, podemos ver a partir da atmosfera da cidade de Salvador por exemplo onde segundo o site do G1 Bruno Reis liderou todas as zonas eleitorais, ou seja diante disto ainda que se tenha tido uma evolução visto que o principal adversário político foi um homem negro em 2024 e em 2020 ter tido uma mulher negra como adversária principal, ainda é notável o quanto as pessoas negras ainda continuam em segundo plano na candidatura política sendo constantemente preteridas enquanto pessoas brancas são preferidas de certo modo isso reflete muito bem como o pacto da branquitude é refletido na conjuntura política da cidade de Salvador.

Olivia Santana em 2020 fez uma candidatura memorável para a prefeitura de Salvador, com posts em suas redes sociais sempre muito atuais mostrando a potencialidade das comunidades periféricas de Salvador, além disso também demonstrou sempre estar atenta as transformações das redes sociais mesmo em um ano pandêmico, ofertou um curso gratuito sobre feminismo negro e interseccionalidade online demonstrando a sua preocupação também com a formação especialmente no que tange a mulheres negras e ainda sim não conseguiu se eleger como prefeita da cidade de Salvador.

O poder está sobre o domínio da branquitude desde o período colonial, a qual criou, para permanecer no controle, as imagens de controle, conceito inventado por Patricia Hills Collins. As imagens de controle são reformuladas ao longo dos anos e tem como objetivo manter as mulheres negras em marginalização social. Elas dão significado para a vida dessas mulheres e limitam os espaços que elas podem acessar (Santos, 2022, p. 2).

A citação acima nos alerta para o uso das imagens de controle pela branquitude e como isso pode vir a afetar o processo de ascensão das mulheres negras quando conseguem burlar esse sistema colonial.

5 A INVIABILIZAÇÃO DAS CAMPANHAS DE OLÍVIA SANTANA E O PACTO DA BRANQUITUDE

Assim como já foi dito anteriormente mesmo com o trabalho realizado por Olivia tanto nas campanhas televisivas quanto nas redes ela não conseguiu ser eleita enquanto prefeita do município. “Com experiência, amor e raça” foi um dos principais lemas da campanha de Olivia em 2020, ao centralizar o debate racial a candidata nos mostra que a raça aparece como uma das pautas mais importantes em sua campanha nos levando a pensar que Olívia tem de uma fato uma leitura e um letramento racial muito bem consolidados. Além disso, Olivia também trouxe propostas se preocupando com a empregabilidade e educação sobretudo da população negra. Apesar disto as publicações de Olivia não foram tão bem disseminadas pelas plataformas on-line assim das publicações analisadas grande parte tinha um número relativamente baixo de engajamento (comentários e curtidas), a citação abaixo explica um pouco do que pode ter ocorrido:

A evolução de características sociotécnicas da internet como multiplicação de plataformas digitais de interação tais como mídias sociais, conexão pervasiva e mobile, alta velocidade de transferência de dados, centralidade da imagem, plataformas de vídeo e aumento da população conectada trouxe mais debates sobre raça e comunicação digital. Os casos midiáticos de racismo online discursivo multiplicaram-se, como os mapeados por Trindade (2018), vitimando, sobretudo mulheres negras em alguma posição de destaque ou desafio ao status quo. (Silva, 2020, p.3).

Diante disto é notável o quanto os conteúdos produzidos por pessoas negras principalmente por mulheres pode ser inviabilizado nas redes sociais, mesmo que o conteúdo tenha uma boa qualidade ou que os indivíduos tenham muitos seguidores o racismo online pode vir a influenciar na entrega desses trabalhos, o racismo algorítmico³⁷ se apresenta como um fator que determina as publicações que irão ser bem divulgadas ou não pelas plataformas, apesar de estarmos falando de sistemas que utilizam máquinas e inteligência artificial, essas plataformas não são neutras já que os testes e treinamentos aparecem como fator essencial para o seu bom funcionamento (Silva, 2020).

6 CONCLUSÃO

Diante do exposto, apesar de Olívia Santana ter tido uma boa campanha nas redes sociais já que esta constitui um elemento central desta pesquisa, o pacto da branquitude e racismo algorítmico ainda continuam influenciando na viabilidade da divulgação das suas

³⁷ O Racismo algorítmico perpassa pelo preconceito racial através de plataformas online sobretudo das redes sociais e ferramentas de inteligência artificial aparecendo com diferentes formatos.

postagens o que de certo inviabiliza uma parte de sua candidatura à prefeitura de Salvador, já que a alta divulgação é um ponto central para vencer as eleições. Neste trabalho deram-se alguns passos para pensar tanto a presença do racismo algorítmico quanto o pacto da branquitude nas redes sociais, mas ainda há um longo caminho a ser feito para a superação destes elementos atravessados pelo racismo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011

BENTO, Cida. *O Pacto Da Branquitude*. Editorial: São Paulo, Sp: Companhia Das Letras, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. *O poder da autodefinição in* Pensamento feminista negro. [s.l.] Boitempo Editorial, 2019, p. 200 a 242.

CRENSHAW, Kimberlé. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5793143/mod_resource/content/0/Kimberle-Crenshaw%20-%20Interseccionalidade.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2024.

Deputada estadual relata “abordagem policial violenta” sofrida em Salvador: “Por um triz, não está todo mundo morto”. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2024/05/01/olivia-santana-abordagem-policial-violenta.ghml>>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SANTANA, O. *Mulher preta na política*. S/E: Malê, 2023.

SANTOS, Mariana Reis. Denice Santiago (PT) e Olívia Santana (PCdoB), *duas mulheres negras fazendo história na corrida eleitoral de 2020 em Salvador-BA*. 2022. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

SILVA, T. da. *Visão Computacional e racismo algorítmico: Branquitude e opacidade no aprendizado de máquina*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S. l.], v. 12, n. 31, 2020. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/744>. Acesso em: 30 nov. 2024.

<https://eleicoes.pcdob.org.br/wp-content/uploads/sites/37/2020/11/PlanodeGovernoOliviaSantana.pdf> . Acesso em 30 nov 2024

CORPO-TERRA E A CONSTRUÇÃO DA SERGIPANIDADE:
uma pesquisa acadêmica e cênica do corpo como território de resistência, memória e
identidade

Jonathan Rodrigues Silva (UFS)³⁸
Leonardo Maia de Alencar (UESPI)³⁹

Resumo: O artigo investiga como o projeto "Corpo-Terra" propõe uma ressignificação crítica do conceito de sergipanidade, tradicionalmente moldado por narrativas oficiais que silenciaram vozes afro-indígenas e marginalizaram práticas culturais. A partir das vivências e inquietações de Jonathan Rodrigues, "Corpo-Terra" utiliza as artes cênicas para explorar como o corpo pode ser um território de memória, resistência e reconstrução identitária. Inspirado no conceito de Corpo-Documento, de Beatriz Nascimento, e na escrevivência, de Conceição Evaristo, o projeto questiona as narrativas dominantes e resgata histórias ocultas em manifestações como o Samba de Pareia, o ritual do Lambe-Sujos e Caboclinhos, e as cosmologias do povo Kariri-Xocó. A pesquisa reflete sobre como a sergipanidade, frequentemente reduzida a uma abstração elitista e homogênea, ignora a pluralidade de vivências que compõem o território sergipano. "Corpo-Terra" emerge, assim, como uma contra narrativa que não apenas celebra, mas reposiciona essas práticas culturais como pilares centrais da identidade coletiva. O corpo, nesse contexto, torna-se uma plataforma de resistência e diálogo, onde a história e a ancestralidade se entrelaçam com a crítica ao poder, ao racismo estrutural e à devastação da natureza.

Palavras-chave: Corpo-Documento, Sergipanidade, Resistência Cultural, Culturas Afro-Indígenas, Memória e Identidade

Abstract: This article investigates how the "Corpo-Terra" project proposes a critical reframing of the concept of sergipanidade, traditionally shaped by official narratives that have silenced Afro-Indigenous voices and marginalized cultural practices. Drawing from the experiences and reflections of Jonathan Rodrigues, "Corpo-Terra" uses performing arts to explore how the body can serve as a territory of memory, resistance, and identity reconstruction. Inspired by Beatriz Nascimento's concept of Body-Document and Conceição Evaristo's notion of escrevivência (writing as lived experience), the project challenges dominant narratives and retrieves hidden histories in manifestations such as the Samba de Pareia, the Lambe-Sujos and Caboclinhos ritual, and the cosmologies of the Kariri-Xocó people. The research reflects on how sergipanidade, often reduced to an elitist and homogeneous abstraction, overlooks the plurality of experiences that shape the Sergipe territory. "Corpo-Terra" emerges as a counter-narrative that not only celebrates but repositions these cultural practices as central pillars of collective identity. The body, in this context, becomes a platform for resistance and dialogue, where history and ancestry intertwine with critiques of power, structural racism, and environmental devastation—encompassing both us and the entire ecosystem of which we are a part.

Keywords: Body-Document, Sergipanidade, Cultural Resistance, Afro-Indigenous Cultures, Memory and Identity

³⁸ Mestre em Culturas Populares através do PPGCULT pela UFS. Vínculo Institucional. Professor da Educação Básica do Estado de Sergipe. Contato: rodriguescena.1@gmail.com.

³⁹ Graduado em Comunicação Social / Jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Atua como assessor parlamentar no GT Socioambiental na mandata da deputada estadual Linda Brasil. Contato: leodenjila@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO – “SERGIPANIDADE OFICIAL”

A construção da identidade sergipana, ou sergipanidade, foi historicamente moldada por narrativas oficiais que, ao longo do tempo, têm promovido uma visão limitada e elitista do que significa ser sergipano. O termo "sergipanidade", muitas vezes usado como ferramenta de marketing político ou empresarial, acaba por diluir a complexidade da identidade do povo sergipano, esvaziando-a de história e ancestralidade.

Sergipanidade, segundo a narrativa oficial, remonta à emancipação política de Sergipe em relação à Bahia, um marco institucional que se consolidou com a autonomia do estado em 1820. No entanto, essa celebração da independência esconde camadas de violência e apagamento, principalmente contra os povos indígenas e os povos descendentes da África, que resistiram bravamente à colonização.

Éramos Tupinambá, Kiriri, Fulkaxó, Boimé, Karapotó, Kaxagó, Caeté, Aramuru, Xokó e mais de uma dezena de outros povos originários a viver em terras que hoje constituem o estado de Sergipe. Éramos muito mais de 20, 30, 40 mil quando da chegada dos invasores europeus por volta de 1530, ou até antes. Muitos outros indígenas, fugidos da escravidão na Bahia, foram ainda acolhidos por estas terras.⁴⁰

O massacre desses povos e a posterior construção de um discurso que privilegia a elite sergipana fazem com que a ideia de sergipanidade surja como um conceito unificado e homogêneo de povo, ignorando a diversidade cultural e étnica que compõe o estado. Parece ser uma identidade imposta, que muitas vezes não reconhece os próprios corpos e histórias que habitam esse território. A partir de suas vivências, o artista começou a se questionar sobre o que o distanciava da imagem de sergipano construída pelo imaginário coletivo. Com seus dreads e sua forma de ser, Jonathan era frequentemente confundido como baiano. Essa experiência o levou a refletir sobre os limites invisíveis que definem o que é "ser sergipano" e a questionar como a nomeação de uma identidade pode ser uma ferramenta de dominação, silenciando as múltiplas identidades que coexistem no território sergipano. Como afirma Antônio Bispo dos Santos, “Nominar é um ato de dominar”⁴¹.

⁴⁰ GÓES, Cristian. Sergipe é terra indígena lavada em sangue e esquecimento: como a elite local apagou da história as resistências e os genocídios dos povos originários. Manguê Jornalismo. Disponível em: <https://manguejornalismo.org/sergipe-e-terra-indigena-lavada-em-sangue-e-esquecimento-como-a-elite-local-apagou-da-historia-as-resistencia-e-os-genocidios-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 15 out. 2024.

⁴¹ SANTOS, Antônio Bispo. Fala em Fórum Negro de Arte e Cultura [palestra]. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, 21 mar. 2019. Disponível em: Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=aAjYeoo5DYc&t=4s>

A construção do povo sergipano, ao longo da história, tem sido um processo marcado por tensões entre forças hegemônicas e a resistência de grupos marginalizados. O conceito de sergipanidade, abordado pelos textos de Denio Santos Azevedo, Elza Maria Techio, Marcus Eugênio O. Lima, e Amâncio Cardoso, expõe resultado de escolhas culturais e políticas que visam solidificar uma identidade regional coesa, frequentemente de caráter elitista e urbano. Esses autores revelam que o discurso oficial sobre a sergipanidade é, em grande parte, moldado por interesses de poder, buscando uma visão unificada da cultura local que silencia vozes dissidentes.

A pesquisa de Azevedo, Techio e Lima, no texto "Identidade Regional e Memória Coletiva em Sergipe"⁴², argumenta que a memória coletiva sergipana tem sido, historicamente, construída através de símbolos, eventos e tradições selecionados estrategicamente para reforçar uma ideia de sergipanidade que privilegia as elites urbanas. Essa identidade oficial tende a folclorizar elementos culturais e ignorar a complexidade das culturas locais, especialmente as afro-indígenas e populares.

A sergipanidade oficial, portanto, atua como um filtro que decide quais aspectos culturais são dignos de serem celebrados, e quais devem ser relegados ao esquecimento. Essa seletividade cria uma visão de identidade regional que favorece uma narrativa de coesão e unidade, mas que, ao mesmo tempo, marginaliza grupos historicamente invisibilizados, porém, determinantes para a formação do povo sergipano.

A análise crítica de Amâncio Cardoso em "Sergipanidade: nota sobre um conceito" destaca que a sergipanidade oficial, consolidada no contexto da emancipação política de Sergipe em relação à Bahia, no início do século XIX, é uma construção ideológica que atende aos interesses de controle social e político, visando a manutenção de um status quo que privilegia valores eurocêntricos e urbanos. A homogeneização da identidade sergipana, portanto, atua como uma ferramenta de silenciamento e exclusão de culturas que não se encaixam na visão oficial.

Corpo-Terra propõe um olhar atento às memórias e histórias que foram apagadas ou minimizadas pelo discurso dominante. As pesquisas de Azevedo, Techio, Lima e Cardoso denunciam a construção de uma identidade sergipana elitista e folclorizante. O Corpo-Terra reivindica o corpo como território de memória, resistência e identidade, celebrando as culturas afro-indígenas e as tradições populares do interior de Sergipe. O projeto utiliza a arte cênica e

⁴² AZEVEDO, Denio. S; TECHIO, Elza. M; LIMA, Marcus. E. O. Identidade regional e memória coletiva em Sergipe. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. - out. 2012.

a performance como instrumentos para resgatar e valorizar essas culturas, promovendo uma espiral que envolve a diversidade étnica, social e cultural dos povos que ocupam esse território.

Corpo-Terra questiona as narrativas históricas dominantes e propõe uma resignificação da identidade sergipana que reconheça a contribuição dos povos indígenas e das comunidades afrodescendentes na formação cultural do estado. A proposta é questionar a ideia de sergipidade como um conceito homogêneo, estático e elitista, abrindo espaço para múltiplas identidades que coexistem e resistem no território sergipano.

Ao utilizar o corpo como veículo de expressão e resistência, Corpo-Terra busca revelar camadas ocultas da memória coletiva de Sergipe, que foram silenciadas pelas narrativas hegemônicas, mas que sobrevivem e resistem no DNA, nos costumes, nas histórias das mais velhas, nas culturas populares, afro-indígenas e tradicionais que convivem dentro do estado.

2 CORPO-TERRA: IDENTIDADE EM MOVIMENTO

O que realmente nos define enquanto povo? Essa questão, central para a pesquisa de Corpo-Terra, ecoa nas inquietações do "artista pesquisador" Jonathan Rodrigues, que busca compreender, refletir e resignificar o ser sergipano a partir de sua própria história e vivência enquanto pessoa preta, em convivência e envolvimento com as culturas afro-indígenas que formam Sergipe. A reflexão tem como ponto de partida as próprias experiências e inquietações do artista-pesquisador, nascido e criado em Sergipe, que encontra em seu próprio corpo o lugar de questionamento e resistência. Ao dialogar com as culturas afro-indígenas de Sergipe – como o Samba de Pareia⁴³, as mulheres marisqueiras do quilombo Muçuca⁴⁴, o ritual do Lambe Sujo

⁴³ O Samba de Pareia, manifestação cultural do quilombo Muçuca, é tradicionalmente conduzido por mulheres e celebra momentos marcantes na vida da comunidade, como o nascimento de crianças, mantendo vivos os valores e saberes afro-brasileiros.

⁴⁴ "Fazemos uso do “ç”, pois faz referência às origens indígenas do nome Muçuca, conforme especula Isabela e outros dentro e fora do quilombo. Oficialmente se escreve com ‘ss’. A formação desse povo/território remonta ao início da atividade açucareira em Sergipe, no final do século XVIII, quando se intensificou a presença de negros escravizados na região. Aproximadamente dois séculos depois que a coroa portuguesa massacrou a resistência do povo Tupinambá, liderada pelo cacique Serigy". SANTOS, Isabela dos; MAIA, Leonardo. O corpo território e as transformações no quilombo Muçuca. Agência Eco Nordeste. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/povos-tradicionais/o-corpo-territorio-e-as-transformacoes-no-quilombo-mucuca/>. Acesso em: 27 out. 2024.

e Caboclinhos⁴⁵, em Laranjeiras-SE, e a cosmologia do povo Kariri Xocó⁴⁶ – a obra traz à tona as nuances e profundidades dessas identidades, que são muitas vezes folclorizadas ou reduzidas a meras alegorias em eventos oficiais e comemorativos.

O projeto Corpo-Terra busca manifestar no corpo e na voz essas resistências, utilizando o conceito de Corpo-Documento, cunhado por Beatriz Nascimento⁴⁷, onde o corpo é visto como um portador de memória e resistência histórica. Para Nascimento, o corpo carrega as marcas de seus ancestrais, de suas lutas e vitórias, tornando-se um arquivo vivo de narrativas que não podem ser esquecidas.

O corpo de Jonathan Rodrigues, enquanto ator, pesquisador e performer, se transforma em um território de disputa, onde as histórias de apagamento e violência são ressignificadas por meio da arte cênica. A sergipanidade institucionalizada, construída pelos marcos da emancipação política e pelas elites sergipanas, distancia-se dessa realidade. Como afirma Jonathan na dramaturgia: "O meu corpo, exatamente como ele é, sempre povoou essas terras!", subvertendo a ideia de que sergipano é apenas aquele que se encaixa na narrativa oficial, mostrando que o corpo negro, o corpo indígena, o corpo popular também é parte da identidade sergipana.

3 CONTEXTO HISTÓRICO E CRÍTICO DA SERGIPANIDADE

A construção da identidade sergipana é marcada por eventos históricos e culturais que refletem tanto a riqueza quanto as tensões do estado. A dissertação de Mirtes Rose Menezes da Conceição, intitulada "CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE: UM DOWNLOAD DO MUSEU DA GENTE SERGIPANA", oferece uma análise crítica sobre a sergipanidade, explorando a narrativa apresentada pelo Museu da Gente Sergipana. Embora o museu busque criar um retrato abrangente da cultura local, a autora argumenta que essa representação, em

⁴⁵ A festa Lambe-Sujos e Caboclinhos, realizada anualmente em Laranjeiras, Sergipe, encena o confronto simbólico entre negros fugidos e indígenas a serviço dos senhores coloniais, sendo uma das mais tradicionais manifestações culturais do estado.

⁴⁶ O povo Kariri-Xocó, localizado em Porto Real do Colégio, Alagoas, na fronteira com Sergipe, representa a fusão de diferentes grupos indígenas após séculos de aldeamento e catequese. Eles mantêm vivas tradições como o Toré, o artesanato e a retomada da língua originária, reafirmando sua identidade cultural.

⁴⁷ Negra, migrante, nordestina e mulher, Beatriz Nascimento (1942–1995) foi uma das principais intelectuais do Brasil. Desenvolveu pesquisas sobre os "sistemas sociais alternativos organizados por pessoas negras", investigando desde os quilombos até as favelas, e destacou a identidade negra como instrumento de autoafirmação racial, intelectual e existencial.

muitos casos, reproduz um viés institucional que privilegia uma visão idealizada e, muitas vezes, elitista da identidade sergipana.

Historicamente, Sergipe, como outros estados do Nordeste e do Brasil, sofreu um processo violento de colonização, caracterizado pela expropriação e genocídio dos povos indígenas, a imposição da cultura europeia e a exploração do trabalho escravizado afro-brasileiro. Esses eventos contribuíram para a formação de uma elite local que, ao longo do tempo, consolidou um poder político e cultural, influenciando diretamente a construção da memória e da identidade sergipana. Essa memória institucionalizada, muitas vezes excludente, é o que a dissertação de Mirtes critica, especialmente ao analisar a museografia do Museu da Gente Sergipana.

"Nas Nossas Histórias, as histórias narradas parecem tão perfeitas e nem de longe lembram o sangue derramado dos negros nos canaviais; o número de trabalhadores agrícolas que contraíram doenças por conta da atividade com o tabaco, nem mesmo quantos pescadores morreram afogados nos canais fluviais sergipanos".

Evocamos esse trecho da dissertação de Mirtes para exemplificar a omissão de aspectos fundamentais da nossa história. No entanto, não se trata de falar apenas das derrotas e tragédias que atravessam a história dos povos afro-indígenas que compõem o território sergipano. Somos um povo dotado de uma rica cultura, de ciência, medicina, celebrações, e formas de governança que permanecem vivas até hoje.

Como diz Antonio Bispo dos Santos:

[...] Fui estudar Palmares, Canudos, Caldeirão, Pau de Colher, fui estudar a nossa trajetória. Nossa trajetória que venceu. Eu não vou estudar derrota. Por que eu vou falar de chicotada no corte de cana? Por que eu vou falar de pelourinho? Não, eu vou falar da capoeira, eu vou falar do candomblé, vou falar da umbanda, eu vou falar do Jucá, eu vou falar do congado, eu vou falar do jongo, eu vou falar de nós ganhando, porque pra falar de nós perdendo, eles já falam.⁴⁸

Essa fala de Nego Bispo nos convida a refletir sobre como nossas vitórias, nossas formas de resistência e as expressões culturais afroindígenas são muitas vezes negligenciadas ou apresentadas de forma subalterna. Ao invés de nos limitarmos a narrativas de opressão, é fundamental que resgatar e celebrar as histórias de nossas conquistas: a resistência de nossos quilombos, o legado da capoeira, as práticas espirituais e culturais que continuam a afirmar nossa identidade e nosso poder enquanto povo.

⁴⁸ SANTOS, Antonio Bispo dos. *Palmares existiu antes, durante e depois de Zumbi*. Disponível em: <https://www.instagram.com/rocadequilombo/reel/C0WuAEmO0NL/>. Acesso em: 30 nov. 2024.

Embora o museu tente capturar a diversidade cultural de Sergipe, privilegia elementos que reforcem uma identidade regional "segura" e consensual. Manifestações culturais dissidentes muitas vezes são isoladas, folclorizadas ou apresentadas sem a devida contextualização. A falta de uma abordagem crítica sobre essas manifestações reduz sua relevância histórica e espiritual, transformando-as em meras atrações turísticas ou elementos decorativos.

A dissertação de Mirtes contribui para a compreensão de como as instituições culturais moldam a percepção do ser sergipano. Enquanto o Museu da Gente Sergipana constrói uma imagem homogênea da sergipanidade, baseada em estabilidade e coesão social, o projeto Corpo-Terra questiona essa perspectiva ao trazer para o centro da discussão as culturas que resistem à homogeneização, resgatando histórias esquecidas e afirmando que a identidade sergipana é plural, multifacetada e, acima de tudo, marcada pela presença e resistência dos povos afro-indígenas.

Corpo-Terra reivindica o direito de contar outras histórias, aquelas que emergem dos corpos marginalizados e das memórias vivas, desafiando as narrativas dominantes e propondo uma reflexão sobre quais memórias são preservadas, quem tem o poder de contá-las e como o corpo pode ser um veículo de resistência e transformação cultural, trazendo à tona vozes que foram sistematicamente silenciadas.

4 UMA CONTRA-NARRATIVA DE IDENTIDADE E RESISTÊNCIA CULTURAL

Em Quilombos, modos e significados (2007), Antônio Bispo dos Santos, também conhecido como Nego Bispo, critica a ideia de identidade homogênea, especialmente em relação à construção de identidades impostas como forma de controle e dominação social. Sua obra questiona o processo de nomeação e classificação dos grupos quilombolas e negros pelo Estado e pela sociedade dominante, argumentando que essas designações servem mais aos interesses coloniais do que ao autêntico reconhecimento e valorização das comunidades.

Esse processo de rotulação, segundo ele, não é neutro, mas constitui uma ferramenta de poder e dominação que visa controlar e limitar as narrativas de grupos racializados. Nego Bispo defende que a autonomia identitária só é possível com uma rejeição dessas classificações externas, permitindo que os grupos desenvolvam suas próprias narrativas e modos de existir fora das imposições coloniais. A resistência dos quilombos e de outras comunidades afro-brasileiras se apoia no direito de nomear-se e definir-se segundo suas próprias tradições e cosmologias.

A palestra-performance Corpo-Terra⁴⁹ reforça a crítica às narrativas institucionais ao reivindicar o corpo como um documento vivo que carrega a ancestralidade e memória das culturas marginalizadas. A performance cênica, central ao projeto, emerge como uma forma de resistência ao ressaltar a corporalidade como território histórico de luta e identidade, onde corpos dissidentes se reconhecem e afirmam sua história na construção enquanto povos, resgatando as vozes que o discurso oficial insiste em silenciar, mas não consegue.

Jonathan incorpora em sua prática performativa a história viva dos povos afro-indígenas, cujo legado é celebrado na corporeidade, nas danças e nos rituais transmitidos de geração em geração. Nesse sentido, Corpo-Terra emerge como uma contra narrativa, onde o corpo é valorizado como repositório de conhecimento e símbolo de resistência contra a marginalização histórica. Assim, a palestra-performance transcende o papel de simplesmente celebrar a diversidade sergipana. As culturas dissidentes são convocadas como forças transformadoras, capazes de modificar o entendimento do passado, ressignificar o presente e influenciar a construção do futuro.

Em um território marcado pela luta de povos originários, afrodescendentes e comunidades tradicionais, a proposta se coloca como um instrumento para reconectar o povo sergipano às suas raízes, mas também convida o público a refletir o que significa ser sergipano?

5 PALESTRA-PERFORMANCE COMO FERRAMENTA DE REFLEXÃO

A escolha da palestra-performance como ferramenta metodológica de "Corpo-Terra" reflete uma estratégia essencial para articular questões sobre sergipanidade de maneira crítica e envolvente. Esta metodologia possibilita a exploração de temas complexos através de uma abordagem que combina a estrutura de uma palestra acadêmica com elementos performativos. A palestra-performance transcende a mera exposição teórica, criando um espaço onde o corpo e a presença tornam-se ferramentas de reflexão e questionamento, permitindo uma comunicação racional e sensorial com o público.

A palestra-performance se distingue por seu caráter experimental e seu potencial de ruptura com a linearidade e formalidade convencionais. Nessa forma, os discursos teóricos são tensionados e reconfigurados, ganhando uma dimensão estética que facilita o engajamento do

⁴⁹ A palestra-performance é uma proposta artística que mistura discurso e ação cênica, onde o corpo do performer e a fala se tornam veículos para uma reflexão profunda sobre temas sociais, culturais e históricos. Ao invés de ser uma simples apresentação teatral, essa forma de performance busca engajar o público não apenas de forma estética, mas também intelectual, estabelecendo um diálogo contínuo entre o performer e a audiência.

público e, ao mesmo tempo, convida à auto-reflexão crítica sobre os temas discutidos. No caso de "Corpo-Terra," essa prática é articulada em quadros ou "cenas discursivas" que emergem das experiências do "artista pesquisador," onde cada aspecto performado dialoga com questões históricas, culturais e políticas dos povos sergipanos.

Essa prática cênica foi inspirada por produções como "Experimento Concreto", de Diego Araújo e Laís Machado, e "Descolonizando o Conhecimento", de Grada Kilomba. Ambas as obras serviram de guia para o desenvolvimento de "Corpo-Terra," especialmente na articulação entre corpo, memória e crítica social. "Experimento Concreto" trouxe uma perspectiva investigativa que enriquece a linguagem da palestra-performance, inserindo camadas críticas de identidade racial e colonialismo. Já "Descolonizando o Conhecimento" contribuiu para a abordagem reflexiva de "Corpo-Terra," pois questiona a hegemonia na produção de conhecimento.

O corpo do performer na palestra-performance não é apenas veículo de ideias, mas um "corpo-documento" que carrega histórias, resistências e vivências coletivas, especialmente aquelas marcadas pela ancestralidade afro-indígena, em confronto com o discurso oficial. Essa dimensão do corpo é fundamental para evocar a identidade sergipana como uma experiência encarnada, onde a presença física do artista amplifica e personifica as narrativas apresentadas.

A estrutura da palestra-performance, também proporciona um espaço político que vai além da contemplação passiva, convidando o público a participar desse processo reflexivo e se engajar em uma reconstrução das identidades regionais. Esse formato possibilita ainda uma crítica do próprio ato de performance e de exposição, levando o espectador a questionar como as histórias e identidades de Sergipe têm sido contadas, quem as conta e como podem ser transformadas.

A palestra-performance em "Corpo-Terra" atua como uma intersecção entre o discurso e a prática performativa, revelando-se uma ferramenta potente para desafiar e expandir as percepções sobre a sergipanidade. Ela transforma o espaço cênico em uma arena de investigação e partilha, onde o corpo e a voz são capazes de questionar e reconfigurar entendimentos enraizados, estimulando a construção de uma memória e de uma identidade que celebram as singularidades e resistências do povo sergipano.

6 PESQUISA ETNOGRÁFICA E IMERSÃO EM COMUNIDADES: DESCRIÇÃO DAS VIVÊNCIAS E INTERAÇÕES COM AS CULTURAS AFRO-INDÍGENAS

A pesquisa de Jonathan Rodrigues é marcada pela imersão direta nas culturas afro-indígenas de Sergipe, especialmente no contato com as tradições de Laranjeiras. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), Jonathan residiu em Laranjeiras entre 2011 e 2015, onde vivenciou de perto expressões culturais, como a festa dos Lambe-Sujos e Caboclinhos e o Samba de Pareia da Mussuca. Esse contato inicial, fruto da proximidade territorial e cultural, aprofundou-se e tornou-se a base de sua prática artística e investigativa, especialmente a partir da pesquisa de campo.

Essas experiências foram catalisadoras para o desenvolvimento da dissertação de mestrado, “Samba de Pareia pelos Saberes do Corpo que Samba,” na qual Jonathan faz uma autocrítica sobre a abordagem anterior de sua prática artística. Em seu trabalho de campo, ele avançou para uma pesquisa etnográfica que envolveu morar na Mussuca, onde ele se dedicou a entender o universo das sambadeiras, suas histórias e sua visão sobre o que significa ser quilombola. Essa imersão na realidade do quilombo despertou memórias pessoais e criou uma conexão que foi além da pesquisa acadêmica, transformando-se em uma reapropriação sensorial e afetiva do seu passado: “Ouvido, nariz, pele, olhos... Quando foi mesmo que estive aqui?” – ele reflete, revelando como a presença física despertou sentidos adormecidos e memórias enraizadas.

Jonathan descreve essa experiência em sua dissertação:

“Entro na Mussuca e revivo minhas memórias de infância. Sou preenchido a todo o momento de um bem-estar familiar. Esse quilombo, de alguma forma, não me é estranho. Tudo agora faz outro sentido. A minha vó morava em uma casa que se localizava em uma grande extensão de terra cercada por arame farpado. Nessa terra moravam outros parentes. Um lugar com muitas árvores frutíferas e um rio onde ela pescava e, junto com meu tio, eu tomava banho. Pegava água de um poço que era compartilhado por todos da família. Sem contar as tardes que passávamos ao pé de uma mangueira na calçada da casa dela conversando horas a fio”.⁵⁰

Essa vivência proporcionou a Jonathan uma ampliação no entendimento do “ser quilombola”, fundamentada no que as próprias sambadeiras acreditam sobre sua condição e existência. Ele nota que essa imersão abriu portas para uma descolonização de sua perspectiva, oferecendo-lhe outras dimensões sobre a realidade desses corpos:

⁵⁰ SILVA, Jonathan Rodrigues. *Samba de pareia pelos saberes do corpo que samba*. 2019. Dissertação (Mestrado em Culturas Populares) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019, p. 64. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13451>.

“Tal condição me deu outras dimensões sobre a realidade desses corpos... Esse trabalho, mesmo não tendo esse propósito como seu objetivo principal, funcionou em mim como uma trajetória de pesquisa marcada por uma descolonização mental.”

Na medida em que Jonathan se integrava ao contexto do quilombo, suas próprias raízes e sentidos também eram ativados, reconectando-o com os legados de resistência e pertencimento cultural. Ele escreve:

“Meus pés agora pisam e refletem na existência de outros caminhos que suponho serem capazes de me levar ao encontro de fortes vestígios de passos que dialogam também com minhas histórias de hoje, e outras de muito tempo atrás.”

Assim, a imersão nas comunidades e a prática etnográfica deram ao projeto Corpo-Terra uma dimensão que transcende a pesquisa acadêmica e se insere no âmbito das vivências e memórias pessoais. Ao incorporar essas experiências no corpo, Jonathan cria uma ponte entre o passado e o presente, proporcionando uma abordagem que questiona e amplia o conceito de sergipanidade, valorizando as vozes e práticas que resistem nas culturas afro-indígenas.

7 SOBRE LAMBE-SUJOS E CABOCLINHOS

A festa dos Lambe-Sujos e Caboclinhos em Laranjeiras, Sergipe, é um exemplo de como narrativas populares podem tanto preservar quanto distorcer o passado de opressão e resistência afro-indígena. Realizada anualmente, no segundo domingo de outubro, essa celebração dramatiza o conflito entre os Lambe-Sujos, que representam negros escravizados fugidos, e os Caboclinhos, indígenas supostamente a serviço dos senhores coloniais. A ausência do colonizador branco como um agente direto da opressão, substituído pela oposição direta entre negros e indígenas, cria uma tensão simbólica que levanta questões sobre quem controla a narrativa e como a história é preservada.

Uma das canções entoadas pelos Lambe-Sujos ilustra essa disputa de narrativa: “Tava capinando, a princesa me chamou... Alevanta, nego, Cativeiro acabou.” Em outra versão, gravada por Clementina de Jesus em 1966, a letra evoca Cangoma, o tambor – símbolo da ancestralidade e resistência preta. Nessa versão, o tambor chama para a libertação, mas, na tradição dos Lambe-Sujos, a “princesa” substitui Cangoma. Essa alteração desloca o protagonismo da libertação do próprio povo negro para uma figura branca e monárquica. Essa diferença na letra das canções seria uma influência das autoridades sobre a festividade, impondo modificações?

Segundo o documentário *Lambe Sujos x Caboclinhos*, teria ocorrido uma interferência assim na segunda metade do século XIX, quando a polícia fez uma intervenção para que, na narrativa encenada, os negros fossem sempre derrotados, impedindo que a celebração pudesse inspirar revoltas ou questionamentos entre os escravizados. Edson Messias, que interpreta o capitão do mato, conta que na primeira versão da festa, tem uma história de que os negros venciam o embate e os caboclinhos eram derrotados. A possível imposição de uma derrota aos Lambe-Sujos inverte o significado original da festa, silenciando simbolicamente a resistência negra e mantendo uma hierarquia que subordina a narrativa popular à autoridade colonial.

Vanessa Regina dos Santos, em “FESTA como performance e CONTRADIÇÃO: Negros e ÍNDIOS, caboclos e escravos em conflito”, reflete que “a aparente desordem logo dá lugar à reorganização das relações sociais, ... neste evento os indígenas capturam e devolvem os negros para seus senhores, encerrando os conflitos e restabelecendo a ordem”. Ela afirma ainda que “Lambe sujos comemoram a sua própria derrota... Objeto de contradição social, a festa serve para ratificar a estrutura dominante em que a história do Brasil esteve imersa, onde negros permanecem excluídos do cenário social”.

A inquietação sobre a narrativa da festa dos Lambe-Sujos e Caboclinhos provocou reflexões significativas para a dramaturgia de *Corpo-Terra*. Na dramaturgia, Jonathan se inspira nessa festividade para investigar como a identidade sergipana é moldada por práticas que ora preservam, ora manipulam o passado. Ao ausentar a figura do colonizador branco, essa narrativa enfatiza uma tensão direta entre negros e indígenas.

Essa lacuna é mais que uma omissão, ela põe negros e indígenas como antagonistas simbólicos. Dessa forma, mesmo como expressão cultural, a festa encena o “espetáculo” da opressão e sugere um tipo de “reconciliação forçada” com a própria história. A performance não oferece aos negros um desfecho redentor. Ao final da festa, restabelece-se a “paz” sob os mesmos princípios de desigualdade. Como contraponto, *Corpo-Terra* propõe uma construção de identidade que vai além do conflito, ao reconhecer a união desses povos como deflagradora de uma narrativa identitária que ressignifica as histórias de resistência e vivências compartilhadas.

8 O SAMBA DE PAREIA E AS RELAÇÕES DE CONVÍVIO E PESQUISA

A palestra-performance *Corpo-Terra*, nasce de um processo de reconexão do autor, com as raízes afro-brasileiras, que tem como marco sua trajetória na Muçuca, um dos quilombos mais tradicionais de Sergipe. O ponto de partida foi sua pesquisa na Universidade Federal de

Sergipe (UFS), onde apresentou a cena Ao Som do Corpo de Pareia – uma tentativa inicial de integrar o Samba de Pareia da Muçuca à Mímica Corporal Dramática (MCD), técnica teatral de origem francesa. Jonathan logo percebeu que essa abordagem acadêmica inicial limitava sua compreensão do Samba, colocando-o em uma posição secundária, como uma representação teórica e distante de sua realidade e significado.

Assim, a pesquisa acadêmica evoluiu para uma vivência direta e imersiva, onde Jonathan buscou se integrar à comunidade da Muçuca. Morando no quilombo, ele compartilhou do cotidiano das mulheres sambadeiras e marisqueiras, nas calçadas, ladeiras e nas comemorações. Esse contato próximo permitiu-lhe entender que o Samba de Pareia não é apenas uma dança, mas uma celebração de nascimento, sustentada pelas mulheres do quilombo como uma prática essencial e comunitária. Ele reflete: “Se eu me encontrasse com essas mulheres no meio da rua, sem os paramentos folclóricos ou em alguma barraca de feira vendendo os seus pescados, naquela época, eu não as reconheceria.” Essa observação revela como o contato real com a tradição foi necessário para que ele pudesse ultrapassar a visão limitada e folclorizada com a qual inicialmente abordou o Samba de Pareia e a qual é divulgada amplamente dentro e fora do estado.

No contexto do Samba, a comunidade da Muçuca valoriza a celebração do nascimento das crianças, tradição que conecta o quilombo a ensinamentos e práticas africanas. Sobonfu Somé, no livro *Acolhendo o Espírito – Ensinamentos Ancestrais Africanos na Celebração dos Recém-nascidos e da Comunidade*, menciona que as crianças, ao nascerem, “trazem saberes e dons que garantem a sobrevivência da aldeia”. Na Muçuca, essa tradição tem se tornado rara. O último “samba de visita” para celebrar um nascimento aconteceu há dois anos. A transformação do Samba de Pareia em uma apresentação folclórica fora do quilombo reflete as mudanças e pressões externas, ao mesmo tempo que mantém viva a presença da cultura muçuquense, ainda que em outro contexto.

A erosão das práticas e tradições na Muçuca está profundamente ligada a fatores externos, como o racismo estrutural, a degradação ambiental e as mudanças na configuração religiosa. A presença histórica da igreja católica, somada ao crescimento das igrejas evangélicas, interfere diretamente nas práticas e valores afro-brasileiros, particularmente aqueles ligados às religiões de matriz africana. Essa expansão religiosa influencia até mesmo a visão das pessoas dentro da própria comunidade sobre suas tradições. Muitas mulheres sambadeiras, por exemplo, abandonaram práticas culturais e religiosas relacionadas aos terreiros, seja por pressão social ou pela crescente assimilação de valores externos.

Esse contexto se conecta com os impactos ambientais que transformam as práticas de subsistência e convivência local. Como pontuam Leonardo Maia e Isabela dos Santos na reportagem “O Corpo Território e as Transformações no Quilombo Muçuca”, a comunidade costumava manter uma “cultura de biointeração” com as matas e o rio, o que sustentava a vida e a espiritualidade local. A perda desses vínculos, exacerbada pelo afastamento de tradições espirituais, enfraquece a memória coletiva e intensifica as transformações sociais no quilombo.

Jonathan comenta em sua dissertação sobre a importância de respeitar os saberes orgânicos e a memória ancestral dessas mulheres:

“Por isso não convenciono legitimar os saberes dessas mulheres com a teoria acadêmica... esses saberes orgânicos, não são saberes só de hoje, nem de ontem. Mas de todos os tempos... A partir do momento que me debruço sobre o Samba de Pareia... vou sabendo de várias outras informações que me dão suporte... para falar sobre o sistema escravocrata ainda vigente, sobre as realidades desse quilombo, sobre tradição e contemporaneidade”.

No Corpo-Terra, o Samba de Pareia ultrapassa o papel de uma dança tradicional. O samba representa a identidade e a resistência do povo da Mussuca, da comunidade que luta contra as forças que ameaçam suas tradições e seu território. Como afirma Jonathan, é “um corpo que se entende quilombo, família, mulher. Que é atravessado por mecanismos de opressão social, mas que, como água, se molda dentro dessas dinâmicas.” Ao pisar no chão do quilombo, Jonathan retoma, pelo Samba, não apenas uma memória cultural, mas um compromisso com a preservação e a continuidade dessas tradições, que fazem do corpo e do território quilombola uma extensão da identidade e da resistência afro-brasileira.

9 OS KARIRI-XOCÓ E A RESISTÊNCIA INDÍGENA NO CORPO-TERRA

O povo Kariri-Xocó, localizado em Porto Real do Colégio, Alagoas, na fronteira com Sergipe, desempenha um papel essencial na compreensão da cultura indígena que permeia o território sergipano. Apesar de estarem fora dos limites geopolíticos do estado, os Kariri-Xocó acolheram e ressignificaram histórias de outros povos indígenas expulsos de seus territórios, como o povo Xokó. Esse encontro é celebrado no Rojão do Rio Opará, canção evocada por Jonathan Rodrigues na dramaturgia de Corpo-Terra, que narra poeticamente essa fusão cultural:

“No meio daquele Rio / Dois povos se conheceram / Embaixo Kariri / Xokó lá de cima veio quando o rio era cheio (...) Aquilo foi tão bonito / Formaram um povo só / Uma grande aldeia / Povo Kariri-Xocó / A força ficou maior.”

A aldeia Kariri-Xocó simboliza um elo vivo com os povos que habitaram o território sergipano muito antes da chegada do colonizador. Essa conexão foi fortalecida por trocas e vivências diretas com lideranças indígenas, como Idiane Crudzá, educadora e fundadora da escola Swbatkerá. Idiane lidera um movimento de retomada da língua originária de seu povo, processo inspirado por sonhos e motivado pela resistência cultural diante de séculos de apagamento violento. Essa recuperação da língua não é apenas uma prática simbólica; ela reflete um esforço contínuo para preservar a memória e fortalecer a identidade ancestral.

No entanto, o apagamento cultural dos Kariri-Xocó não se limita à língua. Grafismos tradicionais têm sido substituídos por representações equivocadas em áreas públicas e escolas locais, comprometendo símbolos autênticos em prol de ícones de outras culturas indígenas. Esse tipo de distorção reflete um processo contínuo de "etnocídio" que apaga sistematicamente elementos fundamentais da memória coletiva e da identidade cultural do povo Kariri-Xocó.

Embora a identidade sergipana seja marcada por aspectos indígenas – evidentes em palavras do vocabulário cotidiano, práticas culturais e narrativas populares – o reconhecimento dessa herança é quase inexistente. Esse apagamento é um reflexo do processo colonial e das narrativas dominantes que moldaram a história oficial. Como consequência, Sergipe é o estado brasileiro com a menor população autodeclarada indígena proporcional ao número de habitantes. Esse dado denuncia o impacto brutal do genocídio e da violência sofridos pelos povos originários da região.

A própria Mussuca, território conhecido por suas tradições afro-brasileiras, era originalmente habitada pelo povo Tupinambá. Relatórios antropológicos do Incra confirmam a presença de sítios arqueológicos Tupinambás no quilombo, mas essa identidade indígena foi sendo diluída ao longo do tempo. Muitos moradores reconhecem uma descendência indígena em suas famílias, mas poucos se identificam como indígenas, ilustrando a força desse apagamento.

Em Corpo-Terra, Jonathan reflete sobre essa invisibilidade e incorpora elementos das cosmologias Kariri-Xocó, como o canto, o maracá e a reinterpretação da "maldição do cacique Serigy." Esse mito, frequentemente usado para justificar problemas estruturais de Sergipe, como o subdesenvolvimento e a baixa autoestima coletiva, é ressignificado na dramaturgia. Jonathan questiona como Serigy, líder Tupinambá que lutou pela defesa de seu território, foi transformado em um símbolo de infortúnio, invertendo seu legado de resistência.

Outro ponto fundamental abordado em Corpo-Terra é o problema da água, elemento central para a vida e espiritualidade dos Kariri-Xocó. A comunidade depende do rio São Francisco – o Opará – para suas necessidades básicas, mas enfrenta os impactos da degradação

ambiental e da redução da vazão do rio, que já perdeu 60% de sua capacidade, segundo pesquisas recentes. Esse lamento ressoa no canto do Rojão: “Me dá uma grande tristeza, dá vontade de chorar / De ver o meu rio, nosso Opará secar / Meu rio, não se vá.”

Corpo-Terra busca reposicionar as vozes indígenas no centro da identidade sergipana, não como um resquício do passado, mas como uma presença viva e essencial para a compreensão do território. Ao incorporar os cantos, instrumentos e narrativas dos Kariri-Xocó, Jonathan propõe uma reflexão sobre o reconhecimento das raízes indígenas como parte fundamental da construção da identidade do povo sergipano. Além disso, destaca a importância de práticas culturais e laços comunitários que têm mantido essas tradições vivas, mesmo diante das adversidades impostas pela colonização e pelas narrativas hegemônicas.

10 CORPO-DOCUMENTO: O CONCEITO E SUA RELEVÂNCIA PARA O PROJETO CORPO-TERRA

Para integrar o conceito de Corpo-Documento de Beatriz Nascimento no contexto do projeto Corpo-Terra, é fundamental entender o corpo não apenas como um agente performativo, mas também como um portador de memórias, resistências e saberes ancestrais. Nascimento utiliza o Corpo-Documento para descrever como o corpo negro — especificamente no Brasil e em diáspora — carrega as marcas históricas e culturais da opressão e, simultaneamente, as narrativas de resistência, resiliência e preservação de identidade. Em Corpo-Terra, o conceito se expande para abarcar o corpo indígena, reconhecendo a similaridade entre as experiências de sofrimento e sobrevivência diante das realidades de invasão, colonização e apagamento cultural enfrentadas tanto por povos negros quanto pelos indígenas.

Nesse projeto, o Corpo-Documento transcende o conceito original de Nascimento para incluir as múltiplas identidades e resistências que o corpo carrega, ao mesmo tempo em que funciona como um território de diálogo entre os saberes dos povos representados. O corpo do pesquisador Jonathan Rodrigues, ao percorrer não apenas o espaço acadêmico, mas também territórios quilombolas, aldeias indígenas e espaços cênicos, acumula e manifesta as vivências e as trocas culturais desses lugares, tornando-se um território móvel que registra e reflete as lutas e as heranças culturais.

A vivência de Jonathan na comunidade de Mussuca, por exemplo, permite uma ressignificação do seu próprio corpo como um veículo de memória e resistência — um Corpo-Documento em processo de constante transformação. A extensão do conceito para o corpo indígena no Corpo-Terra possibilita um reconhecimento das lutas de povos como os Kariri

Xocó, onde o corpo também é memória viva dos efeitos da colonização e do etnocídio. O corpo indígena, assim como o negro, representa a preservação e a continuidade de tradições, saberes e vivências que desafiam o apagamento histórico e cultural.

Em Corpo-Terra, o corpo do pesquisador atua não apenas como um lugar de expressão artística, mas como um espaço que permite o acesso e a visibilidade dos saberes tradicionais dos povos indígenas e afro-brasileiros, mantendo um diálogo que conecta o passado ao presente e fortalece o futuro das culturas envolvidas. Dessa forma, o Corpo-Documento se torna uma ferramenta de resistência e de afirmação, reforçando o papel do corpo na construção e manutenção de identidades coletivas que dialogam e ressignificam o território em que estão inseridas.

11 CONCLUSÃO

A pesquisa Corpo-Terra se apresenta como uma contra-narrativa, ao resgatar as vozes de povos marginalizados, como os afro-indígenas, e ao reconhecer o corpo como um território de memória e resistência. A partir da vivência e inquietação de Jonathan Rodrigues, a proposta de Corpo-Terra desafia a uniformidade da identidade sergipana, trazendo à tona as múltiplas camadas históricas e culturais que compõem o estado.

Ao dialogar com manifestações culturais como o Samba de Pareia, o ritual do Lambe-Sujo e Caboclinhos, e a cosmologia do povo Kariri Xocó, o projeto reafirma a pluralidade e complexidade da identidade sergipana, que, longe de ser homogênea, é marcada por uma rica diversidade de experiências e saberes. A crítica ao processo de folclorização dessas culturas, amplamente institucionalizadas e descontextualizadas, é um dos pilares da pesquisa, que se utiliza das artes cênicas e do conceito de Corpo-Documento para propor uma nova leitura da história local, mais inclusiva e representativa das resistências históricas.

Por fim, Corpo-Terra não apenas questiona a identidade sergipana construída pelas elites, mas também reivindica o direito de reconstituir essa identidade a partir das histórias e das vozes que sempre resistiram ao apagamento. O corpo, enquanto documento vivo, se coloca como a chave para um entendimento mais profundo e sensível da história e da cultura de Sergipe, reconhecendo os vínculos entre o passado e o presente, e propondo uma reconstrução identitária que seja plural, crítica e, acima de tudo, autêntica.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Denio. S; TECHIO, Elza. M; LIMA, Marcus. E. O. *Identidade regional e memória coletiva em Sergipe*. Ponta de Lança, São Cristóvão, v.5, n. 10 abr. - out. 2012.

CARDOSO, Amâncio. *Sergipanidade: nota sobre um conceito*. Instituto Federal de

CONCEIÇÃO, Mirtes Rose Menezes da. *Construindo uma identidade: um download do Museu da Gente Sergipana*. 2014. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/6274>. Acesso em: 25 out. 2024.

FONTES, Ilma Mendes. *A Fúria da Raça* – Roteiro cinematográfico. Aracaju/SE: J. Andrade, 1997.

GÓES, Cristian. *Sergipe é terra indígena lavada em sangue e esquecimento: como a elite local apagou da história as resistências e os genocídios dos povos originários*. Manguê Jornalismo, 2024. Disponível em: <https://manguenjornalismo.org/sergipe-e-terra-indigena-lavada-em-sangue-e-esquecimento-como-a-elite-local-apagou-da-historia-as-resistencias-e-os-genocidios-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

KILOMBA, Grada. *Descolonizando o Conhecimento*. Palestra-performance. São Paulo: Centro Cultural São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iLYGbXewyxs>. Acesso em: 23 set. 2024.

MACHADO, Laís; ARAÚJA, Diego. *Experimento Concreto*. Concebida pela Plataforma ÀRÁKÁ (BA). 2021. Palestra-performance.

NASCIMENTO, Beatriz. *A história do Brasil é uma história escrita por mãos brancas*. Doc. O Negro da Senzala ao Soul. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-LhM1MaPE9c&t=14s>;

NASCIMENTO, Beatriz. *Beatriz Nascimento, Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias da destruição*. Editora Filhos da África, 2028, 1ª Edição.

OLIVEIRA, Jorge; MELO, Ítalo. *Lambe Sujos x Caboclinhos*. 2017. [Documentário]. Direção: Jorge Oliveira e Ítalo Melo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WS37TNiZ8n4>. Acesso em: 05 nov. 2024.

SANTOS, Antonio Bispo dos. *Palmares existiu antes, durante e depois de Zumbi*. Disponível em: <https://www.instagram.com/rocadequilombo/reel/C0WuAEmO0NL/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

SANTOS, Antônio Bispo. Fala em Fórum Negro de Arte e Cultura. Palestra. Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, BA, 21 mar. 2019. Parte 1: <https://www.youtube.com/watch?v=ByWld8Gonr8>. Parte 2: <https://www.youtube.com/watch?v=aAjYeoo5DYc&t=4s>. Acesso em: 23 set. 2024.

SANTOS, Isabela; MAIA, Leonardo. *O corpo território e as transformações no quilombo Muçuca*. Agência Eco Nordeste. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/povos->

[tradicionais/o-corpo-territorio-e-as-transformacoes-no-quilombo-mucuca/](#). Acesso em: 30 nov. 2024.

Sergipe, 2020. Disponível em: <https://www.ifs.edu.br/ultimas-noticias/9013-sergipanidade-nota-sobre-um-conceito>;

SILVA, Jonathan Rodrigues. *Samba de Pareia pelos saberes do corpo que samba*. 2019. Dissertação (Mestrado em Culturas Populares) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/13451>. Acesso em: 23 set. 2024;

SOMÉ, Sobonfu. *Acolhendo o espírito – Ensinaamentos ancestrais africanos na celebração dos recém-nascidos e da comunidade*. 2023. Editora Filhos da África.

NARRATIVAS DE MULHERES NEGRAS NA CONSTRUÇÃO DAS PRÓPRIAS HISTÓRIAS: o Geledés no virtual

Laila Thaíse Batista de Oliveira (UFS)⁵¹

Resumo: O trabalho propõe refletir sobre a produção de narrativas pelos movimentos de mulheres negras, e como contribuem para reposicionar e desconstruir as imagens estereotipadas e subalternizadas construídas pela mídia hegemônica ao longo dos anos. Dessa forma, buscou-se trazer como se deu a construção de uma identidade coletiva e o reposicionamento das mulheres negras enquanto agentes ativos em sua própria história. A produção dessas narrativas desafia as representações tradicionalmente excludentes e muitas vezes estereotipadas, abrindo espaço para um novo imaginário social. Para pensar na importância da criação das próprias ferramentas de comunicação, como meio de expressão e resistência das organizações, trataremos como ponto de partida o site do Instituto Geledés, uma das primeiras organizações de mulheres negras a ocupar espaço na mídia digital, fomentando redes e diálogos entre as ativistas e organizações de mulheres negras no país. A retomada de falar de suas próprias experiências, e desvelar como se vivem as diversas opressões entrecruzadas, considerando os marcadores sociais de raça, gênero, raça e sexualidade, ou seja, a interseccionalidade proposta por Crenshaw (2004), tem proporcionado aos movimentos sociais a possibilidade de se autodefinirem (Collins, 2019), e dessa forma, registrar trajetórias que foram invisibilizadas pela colonialidade. Para analisar os conteúdos veiculados pelo portal do Geledés, utilizaremos como metodologia a Análise de Conteúdo, proposta por Laurence Bardin (2011). O método contribuirá para observar os conteúdos e seções no site, os temas suscitados, as redes que são fomentadas entre outros, a partir das análises a pesquisa poderá trazer resultados parciais. A proposta se inscreve no que propõe o GT4: Expressão cultural e produção de narrativas diaspóricas: intersecções entre raça, gênero, sexualidade e classe, uma vez que busca trazer uma breve análise da importância das narrativas de mulheres negras veiculadas no site Geledés, em um período em que os movimentos sociais ainda estavam sem aproximando das mídias digitais, sendo pioneira na difusão das pautas na internet e dos diversos discursos de ativista negras, através da divulgação dos artigos colaborativos.

Palavras-chave: narrativas, movimento de mulheres negras, internet

Abstract: The work proposes to reflect on the narrative production by Black women's movements and how it contributes to repositioning and deconstructing the stereotyped and marginalized images constructed by hegemonic media over the years. In this way, the study aims to highlight how a collective identity was formed and how Black women repositioned themselves as active agents in their own history. This narrative production challenges

⁵¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

traditionally exclusive and often stereotyped representations, opening up space for a new social imaginary. To consider the importance of creating one's own communication tools as a means of expression and resistance for these organizations, the website of the Geledés Institute will be taken as a starting point. Geledés is one of the first Black women's organizations to occupy digital media space, fostering networks and dialogues among Black women activists and organizations across Brazil. The resurgence of speaking from their own experiences and unveiling how intersecting oppressions are lived, considering social markers such as race, gender, and sexuality—in line with the intersectionality theory proposed by Crenshaw (2004)—has provided social movements the possibility of self-definition (Collins, 2019). This approach records trajectories that have been rendered invisible by coloniality. To analyze the content presented on the Geledés portal, the methodology of Content Analysis, as proposed by Laurence Bardin (2011), will be applied. This method will help observe the site's content and sections, the topics raised, and the networks fostered, among other aspects. Through these analyses, the research will be able to present partial results. The proposal aligns with the objectives of GT4: Cultural expression and the production of diasporic narratives: intersections between race, gender, sexuality, and class, as it seeks to provide a brief analysis of the importance of Black women's narratives disseminated on the Geledés site during a period when social movements were still adapting to digital media, being a pioneer in internet advocacy and in sharing the diverse perspectives of Black activists through collaborative articles.

Keywords: narratives, Black women's movement, internet.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe promover uma reflexão acerca da presença de mulheres negras na produção de narrativas no Brasil. Sem o objetivo de esgotar as discussões acerca do tema, busca-se destacar o papel fundamental dessas mulheres na construção e ressignificação de suas histórias ao longo dos séculos. A produção de narrativas por mulheres negras, desde o período escravista até os dias atuais, reflete não apenas uma resistência ao silenciamento histórico, mas também uma afirmação de suas identidades, culturas e lutas.

Grada Kilomba (2019), traz em sua obra *Memórias da Plantação*, como a estrutura racista nas sociedades tem articulado a invisibilidade e silenciamento de pessoas negras.

“Essa ausência simboliza a posição da subalterna como sujeito oprimido que não pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporcionam um espaço para a articulação das mesmas.” (Kilomba, 2019, p. 47)

Apesar de um contexto quem objetivou manter trajetórias negras na invisibilidade e desconhecimento, histórias como a de Luiza Mahin tem emergido através de escritas insurgentes.

Embora existam incertezas sobre sua existência devido à escassez de registros, Mahin é lembrada como uma mulher de origem africana que teria desempenhado um papel estratégico em revoltas como a dos Malês (1835) e a Sabinada (1837-1838), enviando mensagens subversivas por meio de quitutes vendidos por meninos escravizados. Seu legado está na capacidade de articular redes de resistência em um período em que as vozes e ações de mulheres negras eram sistematicamente suprimidas. (Jarid, 2019)

A ausência de registros sobre mulheres negras como Luiza Mahin foram frequentemente invisibilizadas, e suas contribuições apagadas ou sub-representadas. Esse silenciamento está diretamente ligado ao sistema escravista, que não apenas desumanizou os corpos negros, mas também buscou aniquilar suas vozes. Mesmo após a abolição, a sociedade brasileira continuou marginalizando as narrativas de mulheres negras, resultando em uma ausência dessas histórias nas grandes produções culturais e históricas do país.

Essa invisibilidade, dialoga diretamente com o que Beatriz **Nascimento** vai refletir como um processo de apagamento da contribuição negra na formação da identidade brasileira. Ela problematiza que a história oficial do Brasil não foi escrita por pessoas negras, mas sim por aqueles que dominaram os corpos e as mentes das populações escravizadas. Ela aponta que as narrativas dominantes silenciaram deliberadamente as vozes negras, relegando-as à margem dos registros oficiais e das produções acadêmicas. (Nascimento, 2021)

Segundo Nascimento (2021), a construção da história do Brasil se baseou em uma perspectiva eurocêntrica, que marginalizou e exotizou a população negra, reduzindo-a a estereótipos de submissão ou criminalidade. A ausência de narrativas negras na historiografia oficial não é apenas uma lacuna, mas uma estratégia de dominação que visa perpetuar o status quo racial. Para a historiadora, esse apagamento também reflete uma tentativa de negar o papel central que pessoas negras desempenharam na construção da cultura, economia e sociedade brasileira.

Ela argumenta que, ao invisibilizar as contribuições negras, a história oficial do Brasil legitima as estruturas de poder racistas que continuam a oprimir a população negra até os dias de hoje. O resgate dessas narrativas, portanto, não é apenas um ato de recuperação da memória, mas uma forma de resistência política. Ela diz que:

“Só o levantamento histórico da vivência do negro no Brasil levada a efeito pelos seus descendentes, isto é, os que atualmente vivenciam na prática a herança existencial, poderá erradicar o complexo existente nele, assim como o preconceito racial por parte do branco” (Nascimento, 2021, p. 54)

A luta de mulheres negras como Beatriz Nascimento, Lélia González, Sueli Carneiro, Matilde Ribeiro e tantas outras é justamente a de reescrever essa história a partir de uma perspectiva crítica, que reconheça a importância das experiências negras na construção do Brasil contemporâneo.

A ausência de informações sobre as trajetórias de mulheres negras na história do Brasil que contribuíram para a construção de narrativas, e em específico, podemos falar até em uma imprensa negra feminina brasileira, contribuiu para o apagamento de um importante papel desenvolvido por essas mulheres nas mudanças sociais do país e na luta pela efetividade de uma democracia.

2 A PRESENÇA DE MULHERES NEGRAS NA PRODUÇÃO DE NARRATIVAS NO BRASIL: DA LUTA ABOLICIONISTA À ATUALIDADE

Apesar dos impactos do racismo, machismo e outras estruturas violentas na sociedade brasileira, a resistência das mulheres negras nunca cessou. Elas continuaram a produzir narrativas, seja por meio da oralidade nas comunidades quilombolas e religiosas de matriz africana, seja por suas ações políticas e sociais. O trabalho dessas mulheres na preservação da cultura e na resistência ao racismo estrutural manteve vivas as tradições e histórias que eram frequentemente apagadas dos registros oficiais.

A oralidade desempenhou um papel fundamental nesse processo de resistência. Em comunidades quilombolas, terreiros de candomblé e outros espaços de sociabilidade, as histórias e tradições afro-brasileiras foram transmitidas de geração em geração, preservando saberes e práticas culturais que a sociedade escravista e colonial tentou erradicar. As mulheres negras foram, em grande parte, as guardiãs dessas tradições, desempenhando o papel de líderes espirituais, educadoras e contadoras de histórias, mantendo viva a memória coletiva de seus ancestrais.

Essa resistência cultural também se manifestou na forma de organização política. Desde os tempos da escravidão, mulheres negras estiveram à frente de levantes, articulações comunitárias e movimentos de base. A presença de mulheres como Luiza Mahin, mencionada anteriormente, é um exemplo desse protagonismo político que, ao longo da história, se perpetua nas ações de diversas lideranças femininas negras. Nos quilombos e nas associações de mulheres negras urbanas e rurais, elas não apenas preservaram a cultura, mas também articularam redes de apoio e resistência ao racismo e ao sexismo, reivindicando direitos e combatendo as opressões estruturais.

As primeiras experiências associativistas de pessoas negras foram marcadas pela presença feminina negra. O artigo do historiador Petrônio Domingues (2007) em seu artigo “Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil” resgata a atuação de mulheres negras no jornal da Frente Negra Brasileira, denominado “A Voz da Raça”.

As frentenegrinas desenvolviam através do jornal, a luta pela cidadania da população negra, em um período ainda muito recente da abolição. É importante destacar que a Frente Negra Brasileira (1931-1937) foi um dos primeiros espaços de organização da população negra após a abolição, em um período em que sequer havia sido garantido direitos à população negra.

Em sua produção, Petrônio coloca que a Frente Negra Brasileira não era a única organização com mulheres negras à frente dos jornais, outras associações negras também desenvolviam esse papel com liderança feminina.

Algumas associações publicavam jornais e mantinham uma diretoria de “damas”, como era o caso do O Kosmos e da Sociedade 15 de Novembro. Quatro delas eram formadas estritamente por mulheres, a Sociedade Brinco das Princezas, o Grêmio Recreativo Rainha Paulista, o Grêmio Recreativo 8 de Abril e o Grupo das que não ligam importância. (Domingues, 2007, p. 348).

O Jornal a Voz da Raça tinha filiais em outros estados e contava com a participação de mulheres e homens negros na produção de conteúdo, em alguns estados a diretoria do jornal

era formada só por mulheres. Um dado interessante é que o jornal se dirigia ao público através de uma linguagem que reconhecia o gênero feminino e masculino, como coloca Domingues (2007):

Um aspecto interessante na linguagem do jornal foi o emprego de sujeitos no masculino e no feminino. Para se referir a ambos os sexos, usava-se com certa frequência as conjugações Participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil 354 “frentenegrinos e frentenegrinas”, “meus irmãos e minhas irmãs negras”, “negros e negras”, “irmãos e irmãs da raça”, “senhores e senhoritas”, “leitores e leitoras”, “moços e moças”, “meninos e meninas”. (Domingues, 2007, p. 354) .

Talvez essa tenha sido uma das primeiras experiências a trazer uma linguagem mais inclusiva para a imprensa. As matérias veiculadas no jornal, muitas vezes se direcionavam a orientações de como as mulheres negras deveriam se vestir e se comportar, mas pouco se dirigiam as questões que impactavam as mulheres negras. Segundo o artigo, Celina Veiga foi uma das poucas articulistas a trazer os problemas de gênero e raça para a centralidade, mas de uma forma geral, acabavam por fortalecer determinados papéis ainda conservadores.

Dentre o pioneirismo de mulheres negras à frente da imprensa, é necessário destacar o papel de Antonieta de Barros, uma educadora, escritora e jornalista catarinense que se tornou uma figura de grande importância na imprensa e na política brasileira. Nascida em 1901, em Florianópolis, Antonieta fundou o jornal *A Semana*, em 1922, uma publicação voltada para questões educacionais e sociais. (Silva, 2010)

Antonieta também foi uma defensora dos direitos das mulheres e lutou pela inserção das mulheres negras na vida pública, sendo eleita a primeira deputada estadual negra do Brasil em 1934. Sua atuação na imprensa e na política marcou um ponto de inflexão na forma como as mulheres negras passaram a ser vistas na sociedade e como começaram a reivindicar espaço para suas narrativas.

A historiadora Joselina Silva, pesquisou a vida de Antonieta de Barros, em traz em seu artigo parte de sua atuação:

“Dirigiu à publicação *Vida Ilhóia*, entre 1922 e 1927. A professora de Português, de Psicologia e jornalista foi responsável pelo jornal *A Semana*, de Florianópolis, fundado por ela. Paralelamente, também a partir daquele ano, alfabetizou em casa crianças de baixa renda da cidade. Essa atividade teve seu curso interrompido apenas em meados dos anos 1960.” (Silva, p. 36, 2010).

Assim como Antonieta de Barros, uma outra militante histórica foi Maria de Lourdes do Vale Nascimento, integrante do Teatro Experimental do Negro (1944), atuava como jornalista

no jornal da organização chamado “O Quilombo”, espaço em que gerenciava e como redatora responsável da coluna Fala Mulher. (Silva, 2010)

Joselina da Silva (2010) destaca que Maria do Nascimento já trazia uma contundente posição em seus escritos, reforçando a importância de as pessoas negras considerarem as eleições como um momento fundamental para disputar espaço e ter seus direitos respeitados.

Além disso, através de seus escritos na coluna Fala Mulher, a jornalista e assistente social, deu início a reivindicação de direitos das trabalhadoras domésticas, e importantes reflexões sobre como o racismo permeia as relações de trabalho que mulheres negras estão sujeitas nas casas de famílias brancas. Em seus textos, ela se dirige a essas mulheres negras, e de forma afetuosa destaca a importância dessas mulheres para a desconstrução do racismo reproduzido por crianças brancas, como salientou a pesquisadora Eliane de Souza Almeida (2022).

O primeiro artigo, publicado em dezembro de 1948, chamava a atenção para o fato de as babás negras terem que ensinar às crianças as quais cuidam a não serem racistas, iniciando na coluna do jornal uma discussão sobre educação antirracista. O texto inicial adota o tom carinhoso, chamando para perto de si suas “patricias de cor”. Solicita que elas entrem em contato sem temer alguma reprimenda por erros de português que por ventura acontecessem. “...aqui não é Academia de Letras e sim uma tribuna democrática para discussão de ideias e problemas nossos”, diz ela. (Almeida, 2022, p. 266).

A luta empreendida por Maria do Nascimento vai encontrar eco anos depois através da atuação política e produção teórica de feministas negras como Lélia Gonzalez (2020), que vai analisar a tripla discriminação sofrida por mulheres negras, a de raça, classe e gênero. Além disso, ela vai destacar como a sociedade brasileira tem empurrado a mulher negra ao longo dos anos para dois campos profissionais: a doméstica e a mulata, sendo ambos espaços de exploração e subjugação.

Gonzalez (2020), como se estivesse em uma profunda conexão com a jornalista Maria do Nascimento, aborda como as mulheres negras enquanto domésticas, conseguiram fazer resistência influenciando na educação das crianças brancas.

E nisso também influenciaram mulheres e homens brancos, a quem aleitaram e educaram. Graças a elas, apesar de todo o racismo vigente, os brasileiros falam “pretuguês” (o português africanizado) e só conseguem afirmar como nacional justamente aquilo que o negro produziu em termos de cultura: o samba, a feijoada, a descontração, a ginga ou jogo de cintura etc. (Gonzalez, 2020, p. 203).

A conexão entre a resistência histórica de mulheres negras como Maria do Nascimento e a produção teórica de Gonzalez sugere uma continuidade na luta contra esses estigmas. Gonzalez foi perspicaz em observar como as empregadas domésticas, por meio do contato íntimo com as famílias brancas, também disseminaram elementos culturais afrobrasileiros.

Essas trajetórias que se cruzam reforçam como as narrativas e práticas de mulheres negras têm contribuído para moldar a identidade cultural brasileira, enquanto resistem aos papéis de subalternidade impostos pela sociedade.

3 A PRODUÇÃO DE NARRATIVAS NA CONTEMPORANEIDADE

Atualmente, o legado de Luiza Mahin, Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez e tantas outras está presente na produção cultural de mulheres negras brasileiras. Na literatura, autoras como Conceição Evaristo, Jarid Arraes, Djamila Ribeiro e tantas outras têm ocupado cada vez mais espaço, trazendo à tona questões de identidade, racismo, memória e ancestralidade. A escrita dessas autoras é um testemunho da resistência histórica das mulheres negras e sua capacidade de moldar suas próprias narrativas.

No ambiente digital, as mulheres negras organizadas em movimentos sociais, foram as primeiras a desbravar esse campo que para os movimentos e organizações sociais e defesa dos direitos humanos, ainda era novo. É o que aponta o artigo “Do Pretuguês Tecnológico à Blogagem Coletiva: A reconstrução de um caminhar tecnológico diante da virtualização da vida” produzido pelas integrantes do Blogueiras Negras - Viviane Rodrigues Gomes, Charô Nunes e Larissa Santiago, no livro “Griots e Tecnologias Digitais” (2023) organizado pela pesquisadora Thiane Neves e o pesquisador Tarcízio Silva.

O artigo inicia rememorando uma entrevista de Sueli Carneiro a um podcast, onde a pesquisadora e ativista informa que o site do Geledés foi criado em 1997, década em que o Brasil estava se familiarizando com o uso da internet, que ainda estava se popularizando.

“Sueli disse que ninguém entendia de criação de ‘sites’, mas encararam a missão de construir um. Através dele, dava-se ciência das atividades, mas não se usava as potencialidades daquela ferramenta. “Então, ele ficava bem parado”, disse.” (Gomes, Nunes, Santiago, 2023, p. 18).

Foi a partir da inserção das ações afirmativas na agenda nacional, a partir da visibilidade que os escritos de Sueli Carneiro davam, que o site do Geledés se apresentou com um novo

formato. Um formato de publicizar as pautas e promover discussões e reflexões acerca dos temas sobre os direitos da população negra.

A organização Geledés – Instituto da Mulher Negra, tem sua origem em São Paulo, e foi uma das primeiras organizações de mulheres negras do país, com uma perspectiva política centrada no feminismo negro e no antirracismo. Suas ativistas fundadoras, já atuavam em outras frentes, como o Bloco Afro Alafíá, e o primeiro coletivo de mulheres negras de SP, denominado Coletivo de Mulheres Negras (CEMN), criado como resposta ao Conselho da Condição Feminina que foi constituído sem mulheres negras. (Prado, 2020).

Desde a sua criação, as integrantes do Geledés estiveram em frente de luta fundamentais, a exemplo da saúde da população negra, através do projeto desenvolvido o Programa de Saúde, ainda podemos destacar o Programa SOS Racismo e Programa Promotoras Legais Populares. (Prado, 2020)

O Instituto que nasceu como ONG, desde o seu surgimento funcionou através de financiamento para colocar as ações em prática. Uma das primeiras organizações financiadoras foi a Fundação Ford (Ford Foundation), que financiou por mais de 20 anos o Instituto Geledés.

“Segundo Nilza, a Ford financiou a Geledés por 28 anos, e com a consolidação do instituto e a estruturação das Frentes de trabalho, passou a planejar e pleitear também os financiamentos individuais para eles” (Prado, 2020, p. 59)

Ainda segundo a pesquisa de Prado (2020), entre as frentes de ação da Geledés, o Programa de Comunicação foi implementado para dar visibilidades as diversas ações e projetos da organização. O Geledés foi a primeira organização não governamental no Brasil a se lançar na internet, esse feito rendeu uma matéria na Folha de São Paulo em 1997, foi lançado no Dia da Consciência Negra, 20 de novembro.

Entre 2008 e 2009 o site é reelaborado e lançado enquanto portal, contendo a memória da organização, os programas e apresentando um novo logotipo. Essa foi uma nova era para a página do Instituto, com a publicação de notícias e conteúdos que colocaram em evidência pautas fundamentais na luta por direitos à população negra.

Nesse sentido, dou destaque ao setor denominado Guest Post, no Portal Geledés. Esse setor específico recebe artigos colaborativo das leitoras e leitores em todo o país. Os artigos são de diversas áreas, desde reflexões teóricas que mobilizam conceitos como “feminismo negro”, “ações afirmativas”, “patriarcado” e outros, como reflexões sobre racismo ambiental, monogamia e outros temas que circundam as relações sociais.



Imagem da seção Guest Post no portal Geledés, onde se destacam os últimos textos publicados.

Fonte: site do Geledés.

Os textos são de responsabilidade dos autores e autoras, e além da publicação no site, contam com divulgação e distribuição através das redes sociais da organização e por meio de boletins onde as pessoas recebem em seus e-mails.



Publicação no Instagram sobre a seção Guest Post do portal Geledés

Fonte: Instagram do Geledés

É fundamental perceber que as produções contribuem para uma conexão de pessoas em todo o país, inclusive considerando a diversidade regional, e que conseguem dar retorno sobre

suas percepções dos conteúdos através das redes sociais, como o Instagram. A interação contribui para sinalizar o potencial pedagógico e de formação política alcançada através das produções colaborativas, além de potencializar uma difusão da diversidade de percepções das pessoas negras em temas referentes as suas vidas.



Publicação no Instagram de um dos textos colaborativos.

Fonte: Instagram do Geledés

O artigo “Pode uma preta não monogâmica? Das insurgências amorosas à escolha de si”, produzido pela professora e socióloga Cláudia Kathyuscia Bispo de Jesus, divulgado no Instagram em 16 de outubro, trouxe debates importantes para a plataforma, gerando opiniões favoráveis e desfavoráveis ao tema, enriquecendo ainda mais as visões sobre uma temática que ainda está sendo explorada.

Através da metodologia de análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), podemos tomar essa publicação como um ponto de partida para refletir sobre as categorias que emergem da produção textual e das narrativas desenvolvidas. Destaco as categorias “preta”, “não monogâmica” e “insurgência”. Ao mobilizar essas categorias, a autora do artigo articula uma perspectiva enquanto intelectual negra que vive e reivindica esse modo de vida.

A discussão apresenta uma crítica profunda à estrutura da monogamia, argumentando que ela se nutre de outras estruturas opressivas, como o patriarcado, o capitalismo e o racismo. Essa reflexão revela como a monogamia, longe de ser apenas uma escolha individual, é permeada por uma lógica de controle e dominação que opera de forma

estrutural. Essa lógica, enraizada em sistemas de poder, acaba reforçando relações de desigualdade e subordinação, o que torna a prática da não monogamia uma forma de resistência e insurgência para algumas mulheres negras.

A autora sugere que, ao desafiar a monogamia, abre-se espaço para questionar e romper com estruturas tradicionais que delimitam as possibilidades de viver afetos e relações de maneira livre e autônoma. Dessa forma, as categorias emergentes não apenas descrevem um modo de vida, mas também representam uma postura política contra sistemas que oprimem corpos e identidades negras.

Por fim, entendo que a organização Geledés – Instituto da Mulher Negra, através de suas ações de comunicação e seu pioneirismo na internet, conseguiu inspirar diversas organizações em todo o Brasil que também tem entendido a importância e urgência desses espaços, a exemplo do coletivo Blogueiras Negras, que tem sua origem em 2012, através da Bloggagem Coletiva Mulher Negra⁵², e que desde então tem atuado com comunicação colaborativa e em rede, do Odara – Instituto da Mulher Negra, localizado em Salvador, e que também tem desenvolvido estratégias importantes na comunicação, através de seu site, das redes sociais e mais recentemente de um Podcast.

4 CONCLUSÃO

Apesar de avanços significativos, as mulheres negras no Brasil ainda enfrentam desafios profundos decorrentes de uma estrutura social marcada pelo racismo e pelo sexismo. A sociedade brasileira perpetua barreiras que dificultam o pleno reconhecimento, a valorização e a igualdade dessas mulheres em diversos espaços. No entanto, a produção de narrativas protagonizadas por mulheres negras emerge como um instrumento de transformação social. A partir do controle de suas próprias histórias, essas mulheres não só reescrevem a história do Brasil, mas também reposicionam a imagem da mulher negra, desafiando estereótipos históricos e silenciamentos que continuam a marcar suas trajetórias.

O movimento de contar suas próprias histórias vai além da superação de desafios individuais e se manifesta como um ato político e de resistência coletiva. Desde o legado de Luiza Mahin, uma das figuras históricas mais emblemáticas da resistência negra no Brasil, até autoras, jornalistas e ativistas contemporâneas, a presença de mulheres negras na produção narrativa é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e plural. Com suas vozes, elas ajudam a formar uma identidade coletiva, desafiando as representações subalternizadas que tradicionalmente têm sido atribuídas às pessoas negras pela mídia

⁵² Linha do Tempo do Coletivo Blogueiras Negras. Acessado em: 28 de outubro de 2024. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/linha-do-tempo/>

hegemônica. Embora muitas dessas histórias ainda aguardem reconhecimento, a influência das mulheres negras na formação de uma identidade cultural e social inclusiva no Brasil é inegável.

Nesse processo de protagonismo narrativo, instituições como o Instituto Geledés desempenham um papel crucial e pioneiro. Fundado em 1988 e lançando seu site em 1997, Geledés foi um dos primeiros espaços dedicados à promoção dos direitos da população negra e das mulheres no Brasil. Ao longo das décadas, o instituto manteve um compromisso inabalável com a construção de uma plataforma voltada para a conscientização e mobilização social.

Através de iniciativas como o "Guest Post," Geledés fomenta uma plataforma inclusiva, abrindo espaço para que vozes diversas possam partilhar suas vivências, opiniões e reivindicações. Essa iniciativa valoriza a pluralidade de perspectivas das mulheres negras e fortalece o papel da comunicação como ferramenta de emancipação.

A participação de mulheres negras em plataformas digitais contribui ainda mais para amplificar suas vozes em uma sociedade mediada por tecnologias. Redes sociais, blogs e mídias independentes, como Blogueiras Negras e a organização Odara – Instituto da Mulher Negra, criam um ecossistema onde as histórias e lutas dessas mulheres alcançam um público maior e mais diverso. Através de inovações digitais e de um uso estratégico das novas mídias, essas organizações permitem que mulheres negras compartilhem suas narrativas de modo autêntico, reimaginando o futuro a partir de suas experiências e perspectivas.

Esse movimento de empoderamento midiático contribui para desconstruir estereótipos e questionar as limitações impostas pelo racismo estrutural, promovendo uma visão de sociedade mais inclusiva e equitativa, e assim mudando a rota da invisibilidade ao reescrever a história de um Brasil por mãos negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliane de Souza. **Sob o manto do esquecimento:** Maria de Lourdes Vale do Nascimento e o Teatro Experimental do Negro. Lutas Sociais, São Paulo, vol.26n.49, p.260-271, jul./dez. 2022. Disponível em:

<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/62337/42545> ARRAES, Jarid. Heroínas Negras Brasileiras: em 15 cordéis. São Paulo: Polén, 2017.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, K. A interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **VV.AA. Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem. 2004.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas**: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador**. Saberes construídos na luta por emancipação. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um Feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Flávia Rios e Márcia Lima (Orgs.). 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós 1974. **Revista Estudos Feministas**. N. 12(264), 2004. doi:10.1590/S0104-026X2004000300004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/dJmTbJTv3BGrSLfbTGgfsqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de janeiro de 2024.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras** : Relações raciais, quilombos e movimentos / Beatriz Nascimento ; organização Alex Ratts. Editora Zahar, 2021.

PRADO, Suelen Girotte do. **Todos os caminhos levam à Geledés**: narrativas de autonomia através da organização de mulheres Negras em São Paulo. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020. Acesso em: 21 de outubro de 2024. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/23405/2/Suelen%20Girotte%20do%20Prado.pdf>

SILVA, Tarcízio, BARROS, Thiane Neves (orgs). **Griots e Tecnologias Digitais**. 1ª edição, Brasília, DF: Instituto de Pesquisa de Análise de Dados - IBPAD : Desvelar, 2023.

SILVA, Joselina da. (2010). **Vozes soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis**: mulheres negras no pós 1945. *Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)*, 1(1), 28–38. Acessado em: 17 de outubro de 2024. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/305>

A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA:

Uma análise comparativa acerca da questão racial nas eleições municipais de 2020 e 2024 em Aracaju (SE)

Carlos Eduardo Trindade Santos (UFS)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as condicionantes sociológicas que impactaram nos resultados eleitorais obtidos pelas candidaturas de pessoas negras no pleito municipal de 2020 e 2024 para o cargo de vereador no município de Aracaju (SE) em contraposição ao aumento do conservadorismo e do embranquecimento da representação política neste espaço de poder. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, buscamos ampliar nossa compreensão sobre as barreiras sociais, políticas, culturais e institucionais que dificultam o acesso de pessoas negras aos espaços de poder. Seus resultados apontam para dificuldades de várias ordens, não só financeira – reconhecidamente um dos maiores entraves –, as quais exigem iniciativas de mudança e repactuação da ordem democrática como um todo, tornando-a, de fato, participativa e diversificada do ponto de vista cultural.

Palavras-chave: Racismo; representação; democracia; movimento negro; ativismo; partidos; política; poder.

Abstract: This article to analyze the sociological factors that impacted on the electoral results obtained by the candidacies of black people in the 2020 and 2024 municipal elections for the position of councillor in the municipality of Aracaju (SE), as opposed to the increase in conservatism and the whitening of political representation in this area of power. Based on a literature review and analysis of data from the Superior Electoral Court, we sought to broaden our understanding of the social, political, cultural and institutional barriers that hinder black people's access to spaces of power. The results point to difficulties of various kinds, not just financial – admittedly one of the biggest obstacles – which require initiatives to change and rethink the democratic order as whole, making it truly participatory and culturally diverse.

Keywords: Racism; representation; democracy; black movement; activism; parties; politics; power.

1 INTRODUÇÃO

Início este artigo trazendo à baila uma avaliação pessoal da minha candidatura como a deputado federal pelo PT em 2002. De certa forma, acredito que esteja contribuindo para compor futuras análises das dificuldades enfrentadas pelas candidaturas negras aqui em Sergipe, onde as relações raciais impregnam toda a sociedade com seus preconceitos, discriminação e exclusões de todas as ordens.

O pleito de 2002 tinha dois marcadores políticos bem explícitos: a crise econômica no governo FHC e os ajustes de imagem e posicionamento do PT com vistas a, finalmente, alcançar o governo federal após três derrotas consecutivas. A carta aos brasileiros selou de vez o compromisso do partido com o ‘mercado’ acalmando possíveis oposições ao projeto eleitoral desta organização. Em Sergipe, Marcelo Deda, candidato do PT, tinha sido eleito Prefeito de Aracaju em 2000 e se preparava para apoiar José Eduardo Dutra, ex-senador que concluía com êxito o seu mandato de 1994 a 2002. Tinha um forte concorrente pela frente, o ex-governador João Alves Filho, o qual, acabou saindo vitorioso daquela eleição.

A minha decisão em lançar uma candidatura obedeceu algumas regras do *habitus* político e desobedeceu algumas outras. Fui motivado pela conjuntura propícia ao PT naquele momento quando as várias pesquisas de opinião constatava a força da candidatura do Lula para a Presidência da República e pelo trabalho desenvolvido na Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) durante toda a década de 1990 com rebatimento no Fórum Sergipano de Entidades Negras e na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT/SE. Enfim, a entrada na política institucional via um mandato, potencializaria todo o trabalho que havíamos realizado a nível local e nacional. Esta era a expectativa.

Por outro lado, nos confrontávamos com a realidade do campo político. Éramos 11 candidaturas a deputado federal pelo PT, numa chapa composta por duas lideranças sindicais de peso, um representante do movimento rural, o candidato priorizado pela gestão do Deda, um ambientalista e uma liderança da área do direito que acabou sendo o mais votado. Encerrei a campanha na 5ª suplência com 5.821 votos e, dentre estes, 3.717 votos em Aracaju. Esta minha candidatura era mais interessante para o movimento social negro do que para o Partido, no entanto, internamente, na organização partidária todos sabiam que, no máximo, apenas um da chapa seria eleito e não seria eu.

De qualquer forma, a campanha teve muitos aspectos positivos que incorporam funções de aprendizagem neste campo político. Angariamos o apoio de grande parte do movimento

social negro sergipano e de partes minoritárias do PT, estabelecemos acordos com outras candidaturas para a assembleia legislativa, mobilizamos amigos e familiares para a campanha. Em paralelo, apresentamos para a população um perfil apropriado, estética e politicamente falando, a um projeto federal. Na lógica das oitivas populares, conseguimos levar a mensagem para um número razoável de eleitores mesmo que não tenhamos transformado toda a audição em votos. Foi a primeira campanha raça e classe de Sergipe.

Na outra ponta, nos defrontamos com limites que embargam o sucesso em qualquer campanha eleitoral. O principal é a falta de recursos financeiros oriundos do partido ou de empresas – neste ano ainda poderia haver financiamento empresarial. Contamos com recursos pessoais e apoio de amigos para deslocamento que foram importantes, mas insuficientes para fazermos frente as demais candidaturas. Através das ações desenvolvidas pela SACI também conseguíamos ampliar o público ouvinte da nossa mensagem. Foi uma campanha realizada com algo em torno de 60 mil reais, um valor irrisório para o cargo em disputa. Em termos comparativos, com a aprovação das cotas raciais para o financiamento público de campanha a partir de 2020, uma candidatura de uma pessoa negra, ativista ou não, acessará recursos financeiros no valor médio de 100 mil reais.

Os resultados alcançados nos forneceram algumas lições para candidaturas da mesma natureza que a minha. A primeira é que diferente das constatações de vários estudos, os eleitores não têm ouvidos impermeáveis à pauta racial e esta audição deve aumentar sobremaneira com o avanço tanto da política de ação afirmativa quanto na ampliação do acesso da população negra às políticas universais de saúde, educação, geração de emprego e assistência social. Ainda que não seja um quantitativo relevante, ficou demonstrado que existe um voto racial negro em Sergipe que pode ser disputado em futuras pelepas eleitorais por ativistas da causa desde que vinculem esta pauta a outros fatores que são fundamentais para atuação no campo político. E, finalmente, é imprescindível não somente filiar, mas ser um ator ativo na construção partidária no intuito de galgar postos na nominata eleitoral.

Durante o mestrado nos detemos na avaliação da participação de ativistas negros (as) de Aracaju na campanha municipal de 2020. Aproveitando as reflexões desta pesquisa, realizamos neste artigo uma comparação daquele pleito com o que se encerrou neste ano de 2024 para chamar atenção a forma como a política na capital sergipana vem se tornando

conservadora, embranquecida e excludente de representação dos grupos sociais subalternos, considerando que vivemos numa cidade composta por mais de 60% de pessoas negras, as quais, na sua grande maioria, sobrevive em situação de grande vulnerabilidade social.

Nesta perspectiva, levantamos desafios presentes para inserção de negros (as) nos espaços de poder, citamos alguns casos emblemáticos de ocupação destes espaços por ativistas negros (as) no plano nacional, analisamos a conjuntura política dos últimos 10 anos e demonstramos as perdas de espaço político havida entre as duas eleições supracitadas fragilizando por demais a luta por equidade racial em Aracaju.

2 A SUB-REPRESENTAÇÃO E OUTROS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE NEGROS (AS) NOS ESPAÇOS DE PODER

Inobstante ser um tema ainda pouco estudado pela sociologia, política e outras disciplinas que integram o chamado campo das ciências humanas, alguns trabalhos vêm referenciando as análises sobre os fatores que contribuem para a permanência de uma sub representação de negros (as) nos espaços de poder. Sem ter a pretensão de esgarçar todas as possibilidades, vamos trazer à tona aqueles que entendemos como mais apropriados para os objetivos deste artigo.

Mesmo admitindo ser este fenômeno uma realidade da formação racista e excludente da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do modelo político que a reproduz, compactuamos da visão que o posiciona como um dos grandes desafios para os regimes democráticos nas sociedades contemporâneas não somente pelas justas reivindicações das múltiplas identidades culturais vigentes no palco da sociedade, mas por embargar o enriquecimento do debate público ao restringir as decisões políticas que induzem a sociedade a uma visão parcial de mundo oriundo de um determinado grupo social, geralmente composto por homens brancos de classe média e alta, heterossexuais e integrantes de religiões cristãs, os quais detêm ampla maioria nos espaços de poder.

No caso brasileiro, algumas tímidas medidas vêm sendo tomadas, tanto no intuito de conhecer melhor esta realidade quanto no de favorecer a participação e eleição de candidaturas negras a cada processo político eleitoral, tais como a inclusão do item raça/cor na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o estabelecimento de um valor

específico do Fundo Eleitoral para essas mesmas candidaturas visto ser o financiamento das campanhas um dos maiores gargalos para o sucesso eleitoral.

Sem estabelecer uma ordem de importância, pois os fatores estão imbricados na formação social brasileira, selecionamos cinco deles que contribuem para a reflexão em tela, quais sejam:

2.1 O quadro de desigualdades sobre o qual vive a população negra no Brasil:

O modelo de identidade nacional construído no país para equacionar o amálgama das três raças tristes, não foi capaz de propor uma solução para a desigualdade que perdurou do fim da monarquia estruturada sob o trabalho do escravizado negro africano do período republicano vigente até os dias atuais.

A política imigratória de finais do século XIX até meados do século XX com fins de branquear o país, foi preponderante para a exclusão da população negra do mercado de trabalho livre e para promover um *apartheid* espacial, expulsando-a das localidades mais próximas aos centros urbanos e ao parque fabril, consequentemente dificultando o acesso deste contingente às políticas públicas de saúde, educação e assistência social o que rebate na falta de oportunidades para a sua mobilidade social.

Esta forma como o racismo se estruturou na sociedade brasileira, reforçando as desigualdades, o preconceito e a discriminação racial impacta sobremaneira nas chances que uma candidatura negra tem de obter sucesso numa empreitada eleitoral concorrendo com pessoas privilegiadas – do ponto de vista racial, social e econômico. Por fim, este modelo também vai incidir na própria qualidade do regime democrático visto que essas pessoas privilegiadas vão decidir sobre a vida de quem não tem privilégio nenhum a partir de valores próprios da sua condição de classe e raça, conforme apresentado por Machado e Campos (2020).

2.2 O recrutamento partidário:

Este fator tem várias nuances que merecem ser destacadas, mas um dado se sobrepõe em todas as pesquisas realizadas até o momento, qual seja, o número de candidaturas negras lançadas pela totalidade dos partidos se assemelha à proporção populacional deste contingente em cada unidade federativa, porém, fica muito abaixo

quando comparado ao número daqueles que obtiveram o sucesso eleitoral. No ano de 2020, inclusive, pela primeira vez, o número de candidaturas negras superou a de pessoas brancas no Brasil. É neste filtro entre a campanha e o resultado final da eleição que a influência do partido é determinante como nos lembra Machado e Campos (2020).

Este filtro partidário em relação às candidaturas ofertadas pelos partidos no mercado eleitoral ocorre porque há sempre mais candidatos do que vagas a serem ocupadas no pleito. Sabendo disto, a direção partidária acaba favorecendo determinadas candidaturas em

detrimento de outras cuja possibilidade de vitória é irrisória. Entretanto, cabe ressaltar que não há um desestímulo por parte dos dirigentes para que candidaturas sem grandes chances eleitorais desistam de concorrer, antes o contrário, visto que a condição precípua para ser eleito é atingir o coeficiente eleitoral, ou seja, os vencedores precisam somar seus votos aos dos demais correligionários para alcançarem a votação mínima exigida para assumir um mandato legislativo. Geralmente, são as candidaturas negras que, por terem menos recursos de campanha, servem de degrau para os eleitos priorizados pelo partido alcançarem seus objetivos.

Isto permite uma outra reflexão acerca de quem são os quadros preferidos pela direção partidária. As candidaturas da chamada militância de base têm bem menos chance de irem para o topo da lista do partido em comparação com aquelas que detêm alguma função nesta organização em decorrência das vantagens oferecidas pela sua profissionalização visto que fazem política em tempo integral e contam com toda a estrutura do partido para execução destas tarefas. Portanto, ocupar um cargo no partido favorece a candidatura no momento da sua alocação na lista partidária.

Por fim, vários estudos ressaltam a influência da posição do partido no sistema político observando com aqueles que detêm maior sucesso eleitoral, são mais impermeáveis ao acesso e apoio a candidaturas negras. Por outro lado, os partidos menores que buscam ampliar seu espaço, facilitam o acesso para essas candidaturas visando atingir o coeficiente eleitoral imposto pelas regras do jogo. Porém, cabe ressaltar, este acesso não significa ir para o topo da lista partidária e, mais das vezes, transformam-se em “laranjas” para aqueles que, de fato, querem eleger.

No campo partidário, outros fatores também influenciam a posição de determinado candidato na sua nominata. O primeiro deles refere-se ao apoio direto do candidato majoritário a campanha do candidato proporcional da sua preferência interferindo decisivamente no resultado positivo que este alcançara. O segundo exemplo onde uma candidatura sai com vantagens políticas em relação às demais ocorre quando o nome indicado já trabalha no mandato de algum político que o lidere e possibilite que a população o veja sempre ao lado daquele que já vem, através de um mandato, trazendo algum benefício material para um determinado grupo de eleitores, pois a candidatura torna se correia de transmissão do mesmo projeto em andamento e com diversos *cases* de sucesso. Por fim, experimenta vantagens na concorrência política àquelas candidaturas cujo representante foi escolhido pelo partido para ocupar determinada função pública e, a partir desta, tem maior visibilidade pública e maior presença social antes do período restrito de campanha.

Afora os cargos em órgãos específicos onde são operadas as políticas de promoção da igualdade racial são raros ocupados por pessoas negras nos exemplos acima indicados. Esta linha de pensamento nos remete para a necessidade dos partidos mais fortes, eleitoralmente falando, serem desafiados a alterar outros dois fatores que contribuem para a manutenção desta sub-representação racial e que veremos a seguir, quais sejam o financiamento de campanha e o perfil das candidaturas priorizadas, quase sempre compostas por homens brancos.

2.3 O financiamento de campanha:

Tendo em mente que uma campanha envolve um volume extraordinário de recursos financeiros, não é difícil constatar as dificuldades que uma candidatura negra vai encontrar numa determinada disputa eleitoral, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter aprovado uma cota do Fundo Partidário de forma proporcional para este público. São gastos de diversas ordens que um candidato realiza para fazer sua mensagem chegar até o eleitor. Como os recursos são limitados, a direção acaba selecionando as candidaturas mais viáveis como destino da maior parte dos recursos disponíveis. A outra alternativa que é o autofinanciamento fica restrito às pessoas mais aquinhoadas e oriundas das classes alta e média alta, qual seja, o candidato branco.

Um dado interessante trazido pelo estudo *“Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras”* dos economistas (Firpo; França; Portela; Tavares) do Núcleo de Estudos Raciais do INSPER (2022), além de apontar a forte relação entre financiamento de campanha e voto, e a concentração dos recursos embutidos em poucos candidatos, mostra que esta concentração é maior entre candidaturas negras do que entre as brancas,

ou seja, se constata a existência de várias candidaturas negras com recursos escassos e poucas com maiores parcelas desses recursos, enquanto que dentre os brancos esta concentração é bem inferior, ou seja, existem mais candidaturas brancas que receberam valores razoáveis para bancar a sua campanha.

De fato, dentre o universo de 20% a 30% de candidaturas eleitoralmente viáveis e para onde, consequentemente, são destinados a maior parte dos recursos financeiros mobilizados numa campanha, a presença negra é irrisória. De acordo com os mais diversos estudos, esta realidade está correlacionada ao perfil e aos recursos pessoais valiosos que dispõe cada pessoa integrante do pleito eleitoral, como veremos a seguir.

2.4 O perfil sociopolítico da candidatura:

No percurso da análise ora conduzida por este trabalho, tem-se constatado que tanto os partidos políticos quanto o dinheiro utilizado na execução da campanha não obedecem uma distribuição equitativa na nominata de cada organização, recorrendo na destinação dos recursos e na escolha de prioridades e critérios outros afeitos à própria formação da cultura e da sociedade brasileira. No mapa de características pessoais mais viáveis eleitoralmente algumas situações explicitam os motivos de perdurar a sub-representação racial da população negra nos espaços de poder em contraposição ao que ocorre com o indivíduo branco do sexo masculino. Amora (2008) traçou as linhas gerais deste processo na sua tese de doutorado, recorrendo a contribuição de Foucault e Bourdieu (1989), que afirma:

Neste sentido, podemos interpretar o processo de exclusão no campo político do seguinte modo, de um lado temos uma baixa capilaridade do sistema político diante do modo como ele se estrutura econômica, política e socialmente, o que significa compreender o sistema de financiamento de campanhas, o modelo de estruturação das candidaturas nos partidos políticos, o horário eleitoral gratuito e a base social das candidaturas. Entretanto, além disso, existe um fator fundamental, as regras informais e os processos simbólicos do campo político. Se de um lado é possível explicar as barreiras formais do campo político a partir daquelas categorias econômicas políticas e sociais, será possível buscar compreender também os processos de violência simbólica que excluem negros e negras dentro e fora da esfera política institucional. Este processo de socialização do campo político está marcado por mecanismos de aceitação de um *habitus* político, ou seja, disposições inscritas na estrutura do campo que vão ser confrontadas, em um conflito político não declarado, com as disposições e o *habitus* prévio daquele que postula se inserir neste campo (Amora, 2008, p. 61).

É próprio das democracias liberais e nestas dos partidos em disputa pelos espaços de poder, buscarem conquistar estes espaços através da eleição dos seus candidatos, os quais são escolhidos a partir tanto de critérios objetivos quanto subjetivos. Ao fim e ao cabo, para a representação política nas esferas de poder, vão indicar e eleger as pessoas mais preparadas para representar os seus interesses. Dentre estes critérios encontram-se o grau de instrução, a classe social, a colocação profissional, o patrimônio, hereditariedade, o gênero e a chamada participação cívica, ou seja, o envolvimento da pessoa em coletivos que são verdadeiras escolas de representação de interesses.

Geralmente, o impacto destes critérios sobre a votação de um candidato não ocorre de forma isolada. Comumente, o sucesso eleitoral se concretiza pela agregação dos mesmos num determinado candidato performando, por um lado, uma aristocracia política de privilegiados brancos e do sexo masculino; e, por outro, mantendo e solidificando a sub-representação da população negra e de mulheres no sistema político. Exemplificando, candidatos com formação

de nível superior – tanto pela especialidade profissional quanto pela rede de relações construídas durante a vida universitária – oriundos de classes médias e altas e com algum patrimônio serão mais valorizados eleitoralmente do que aqueles que não detêm essas mesmas condições. Esta mesma lógica cabe para os candidatos que exercem profissões mais valorizadas no mercado político permitindo a estes um maior acesso ao financiamento e demais recursos de campanha.

Não obstante estes filtros socioeconômicos que embargam o acesso de pessoas negras nas esferas do poder político, parte daquelas que não se enquadram nestes critérios formais conseguem ser prioridade partidária como resultante da sua participação cívica, seja nos chamados movimentos sociais, seja em associações comunitárias, seja em grupos de igreja. Enquanto os partidos situado mais à esquerda da matriz ideológica tendem a recrutar quadros nestes movimentos sociais que lutam por direitos ou pela cultura e pautas afins, os partidos de centro ou de direita recrutam quadros mais vinculados à religião ou associações de caráter conservador.

No caso específico da questão racial no Brasil, essa participação cívica vai se operar via o chamado movimento social negro. Não há consenso, porém, sobre a capacidade das organizações que o compõe influenciar decisivamente no processo eleitoral e mesmo noutros espaços de interação racial. Hasenbalg (2005) aponta tanto a cooptação de lideranças, a manipulação ideológica e a repressão às manifestações de caráter racial com empecilhos a uma ação mais contundente destes movimentos na sociedade, assim como ocorreu nos Estados Unidos, onde o trabalho das organizações de defesa da população negra norte-americana, possibilitou a este contingente ocupar um lugar nas esferas de poder.

Por outro lado, há consensos sobre o fato da impermeabilização do sistema político brasileiro não ter impedido este movimento de obter importantes avanços na luta antirracista no país, a exemplo da política de ação afirmativa com foco em cotas raciais ou o próprio aumento da autoidentificação racial por parte da população negra brasileira.

De um lado ou do outro da matriz ideológica, mesmo pessoas oriundas das classes mais baixas ou pertencentes ao contingente não branco da sociedade, podem ocupar espaço político a partir do aprendizado incorporado na sua vida cívica social, mas continuarão sendo exceção à regra acima imposta pelo padrão de relações raciais presentes no país. De acordo com as conclusões de Machado e Campos (2020):

Em primeiro lugar, parece haver uma perniciosa interação entre as dinâmicas sociológicas da discriminação racial no Brasil e o funcionamento próprio do nosso sistema eleitoral. Do ponto de vista sociológico, nossos dados parecem corroborar a

ideia de que preto (a)s e pardo (a)s enfrentam dificuldades maiores de ascensão à medida que se acirra a competitividade por recursos socialmente valiosos. Algo similar parece ocorrer na política: a discriminação racial não apenas permanece operando em diferentes contextos competitivos, mas o aumento dessa competição parece aumentar a marginalização dos negros (Machado; Campos, 2020, p. 148).

Noutras palavras, mesmo as candidaturas da população negra tendo superado a de brancos neste processo eleitoral em 2020, nos estratos onde as candidaturas mais viáveis e com mais recursos eleitoralmente válidos estão colocadas, a presença negra é extremamente minoritária.

2.5 Problematizando o voto racial:

O debate acima acerca dos perfis sociais que são melhores avaliados pela população no momento da escolha do seu voto, contribui para abriremos uma outra discussão sobre o comportamento eleitoral dos negros (as) brasileiros (as). De uma forma geral, analisando pesquisas de vários pleitos eleitorais, nacionais ou municipais, percebe-se uma tendência da população negra delegar seu voto a candidaturas majoritárias populistas ou posicionados mais à esquerda do espectro ideológico vide os casos dos desenvolvimentistas (Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Lula da Silva, Leonel Brizola no caso do Rio de Janeiro em 1982, para citar alguns exemplos).

Esta postura, entretanto, ainda não se traduz numa ampliação significativa da votação de candidaturas negras proporcionais. Mitchell (2009), em artigo sobre ‘Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil’, resalta alguns estudos sobre esta realidade, a exemplo do fato de que mais do que um voto étnico o que ocorre é alguns partidos políticos recorrerem a esta pauta na sua campanha; ou a não familiaridade ou desinteresse do eleitor seja com as candidaturas negras e suas afiliações raciais; ou a própria postura dos poucos eleitos em não pautar a questão racial no seu mandato; ou a relação ou pertencimento de classe contribuindo para a eleição de candidaturas negras; ou, por fim, a forma como a mídia retrata a questão racial no Brasil.

Na pesquisa que esta cientista realizou comparando o voto negro em Salvador (BA) e São Paulo (SP), fornece aspectos importantes a serem ressaltados neste contexto. Um primeiro seria que há uma influência etária na incidência de votos às candidaturas negras, ou seja, afro-brasileiros acima de 40 anos de idade são mais propensos a praticarem o voto racial do que outros mais jovens. Uma segunda observação trata que afro-brasileiros residentes em áreas empobrecidas e de baixa renda tendem a votar menos em candidaturas negras do que outros

que residem em bairros de classe média e têm um nível de renda melhor. Decorrente deste dado, coloca ainda que à medida que aumenta o *status* socioeconômico, aumenta também a propensão ao voto em candidatos negros (Mitchell, 2009, p. 293). Em seguida, ressalta a questão da identidade demonstrando que “um afro-brasileiro que se identifica como negro (seja preto ou negro) é mais do que uma vez e meia propenso a votar em candidatos negros do que afro-brasileiros que se identificam como brancos” (Mitchell, 2009, p. 294). Isto ocorre por saberem que o seu cotidiano de preconceito e discriminação não persiste até os dias atuais somente em decorrência de uma situação de classe, mas, principalmente, por sua condição racial.

Por fim, vale a pena trazer as importantes reflexões de Castro (1993) sobre raça e comportamento político a partir de *survey* em quatro cidades brasileiras durante as eleições de 1989. Interessavam essas importantes reflexões frente às desigualdades econômicas e educacionais entre brancos e não brancos, haveria expressões diferenciadas de comportamento por parte destes grupos sociais e se esta realidade implicaria na constituição de uma identidade étnica que impactaria de alguma forma em opções eleitorais e partidárias específicas. De antemão, Castro (1993) concorda que o fator raça ou o problema racial brasileiro, interfere na decisão de voto do seu eleitorado seja ele branco ou não branco.

Dessa maneira, Castro (1993) explicita as dificuldades que o movimento social negro enfrenta para fazer com que sua mensagem em prol da mudança da realidade da população negra seja ouvida por este contingente de pessoas e, em decorrência, tenha essa oitiva transformada em votos nas urnas a cada pleito eleitoral.

3 CASOS EMBLEMÁTICOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER POR ATIVISTAS NEGROS (AS)

Alguns exemplos históricos, baseados nos estudos da Flávia Rios (2014/2020), Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento (2000), Assunção de Maria Souza e Silva (2022), na base de dados do Congresso Nacional e, enfim, na biografia pessoal de cada pessoa aqui citada, podem ilustrar bem os caminhos percorridos por ativistas do movimento social negro no intuito de ocupar espaços nas esferas de poder brasileiro. Como não são extensos os nomes que se enquadram neste perfil de ativistas que toparam realizar uma empreitada político-eleitoral, ressaltamos alguns fatores que influenciam no sucesso ou no aprendizado já que entendemos que a participação política incorpora mais esta função do que propriamente o sentimento de derrota. Resgatamos as experiências de Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Francisca Trindade, Luiz Alberto, Lélia Gonzalez e Hélio Santos para demonstrar como o apoio do

candidato majoritário; a participação cívica e a realidade de exclusão social e baixa participação e consciência política da população negra influenciam, de fato, no processo eleitoral.

O primeiro exemplo demonstra como o apoio de um candidato majoritário pode ser decisivo para um ativista negro obter sucesso eleitoral e assumir um mandato parlamentar. O maior exemplo deste fator foi a relação entre Leonel Brizola e Abdias Nascimento no Rio de Janeiro (RJ), tanto nas eleições de 1982 quanto na seguinte, de 1986. Somente pelos votos conquistados nas urnas, Abdias nunca ocuparia um mandato parlamentar, pois obteve 15.010 votos em 1982 disputando uma vaga para deputado federal e apenas 7.645 votos em 1986, na disputa para senador constituinte. O governador Leonel Brizola estava convencido da importância de ter um quadro com a capacidade e compromisso do Abdias tanto na Câmara quanto no Senado Federal e montou toda uma operação, trazendo os primeiros eleitos para o poder executivo, abrindo a vaga para que este último sentasse na cadeira e pudesse contribuir com a ampliação do debate em torno da questão racial no Congresso Nacional (CN).

No segundo exemplo trazemos três casos bem interessantes, os quais constataam a força que a participação cívica proporciona para quem pretende entrar no campo da disputa eleitoral. Nos casos em tela, a participação não está restrita ao movimento social negro. A força dos quadros ora citados reside justamente na diversificação da sua participação social para além da questão racial, mas sem abrirem mão da luta antirracista. O primeiro caso é o de Benedita da Silva, por sinal, o mais longo caso de uma mulher negra presente num espaço hegemônico por homens brancos. Há mais de quarenta anos, Benedita vem atuando no executivo e no legislativo municipal, estadual e federal em prol da população negra carioca e brasileira. Ela conseguiu apensar ao seu histórico de luta contra o racismo e contra o machismo, a questão comunitária através da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro e a sua formação religiosa edificando os alicerces do seu famoso mote de campanha: mulher, negra e favelada. Na sua carreira política exemplar, Benedita foi Deputada Federal em 1986 com 27.460 votos; em 2010 com 71.036 votos; em 2014 com 48.163 votos; em 2018 com 44.804 votos; e, em 2022, com 113.831 votos. Foi a Senadora mais votada no Rio de Janeiro em 1994 com 2.249.861 votos. No poder executivo, foi Governadora do Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002; Ministra do Desenvolvimento Social de 2003 a 2007 e Secretária de Assistência Social do Rio de Janeiro de 2007 a 2010.

O segundo caso é de uma liderança pouco conhecida nacionalmente, mas de grande referência política no seu estado natal, o Piauí (PI). Trata-se de Francisca das Chagas Trindade fundadora do Partido dos Trabalhadores naquele estado tendo sido vereadora de 1995 a 1998, Deputada Estadual eleita com 26.088 votos de 1999 a 2003 e, em 2002, foi eleita a Deputada

Federal mais votada do Piauí com significativos 165.190 votos. Além do movimento comunitário semelhante ao que fazia Benedita, Francisca Trindade integrava as comunidades eclesiais de base e foi fundadora da principal entidade do movimento negro piauiense, o Grupo Coisa de Negro. Infelizmente esta liderança veio a óbito em 2003, ainda no início do seu mandato na Câmara Federal, mas deixou um belo legado para todos que lutam por justiça social.

O terceiro caso vem da Bahia (BA) com o trabalho realizado por Luiz Alberto. Além de fundador e militante negro do Movimento Negro Unificado (MNU/BA), mantinha vínculo profissional e político com o movimento sindical por ser trabalhador da Petrobrás na Bahia. Esta militância baseada e estruturada sobre o lema de raça e classe possibilitou que conquistasse quatro mandatos para a Câmara Federal. Em 1988 obteve 29.900 votos; em 2002 obteve 62.322 votos; em 2006 chegou a 60.950; e, por fim, em 2010, alcançou sua maior votação com 63.686 votos.

O terceiro exemplo merece análise mais acurada sobre os seus resultados por se tratar de iniciativas intrínsecas ao movimento social negro, recaindo na conclusão apontada acima por Castro (1993) sobre certa distância entre os intelectuais orgânicos deste movimento e a base populacional que defendem. Resgatamos a experiência eleitoral de Lélia Gonzalez no Rio de Janeiro e de Hélio Santos em São Paulo, ambos respectivamente nos anos de 1982 e 1986. Lélia conquistou 14.909 votos em 1982 como candidata a Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores e 8.286 votos em 1986 como candidata a Deputada Estadual pelo PDT. Como uma intelectual do calibre da Lélia, professora universitária, feminista, de classe média detendo vários recursos eleitoralmente valiosos, não conseguiu obter um mandato legislativo nestas duas oportunidades, é algo que precisa ainda ser estudado.

Fato semelhante ocorreu com o Prof. Hélio Santos, um dos quadros mais preparados do movimento social negro brasileiro. Na época era muito próximo a Franco Montoro, ex-governador de São Paulo e foi, junto com Ivair Santos, os idealizadores do Conselho Estadual de Participação da Comunidade Negra. Além disto, tinha um currículo que também se enquadrava nos requisitos eleitorais e sua eleição seria de grande valia para a inserção da pauta racial no Congresso Nacional. Hélio obteve 27.462 votos em 1982 e 25.683 votos em 1986. Questionando-o pessoalmente sobre esta realidade experimentada por ele e por Lélia, afirmou que em 1982 viu a recepção a suas proposições de campanha como bastante positiva, comprovando que havia pessoas antirracistas dispostas a eleger candidaturas negras e que, em 1986, dada a acirrada disputa para a Constituinte, mesmo com a campanha estruturada, não havia como concorrer com os pesos pesados do seu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Podemos inferir que excetuando o enquadramento dos perfis

destas duas lideranças negras, outros fatores foram determinantes para que não alcançassem a votação almejada, especialmente, o lugar na nominata partidária e a disponibilidade de recursos financeiros, similar ao volume captado por seus pares e correligionários. Claro, também, que nenhuma destas campanhas chegaram a interagir com a parcela mais empobrecida da população negra, não por descaso ou falta de vontade dos candidatos, mas basicamente por limites na estrutura de campanha.

Em suma, alguns fatores são decisivos para o sucesso eleitoral de ativistas negros (as) como podemos ver a partir dos exemplos históricos acima lembrados: a relação política e pessoal com o majoritário; a inserção partidária; a ampliação da participação cívica para além do movimento social negro – levando em conta as múltiplas identidades que qualquer pessoa pode agregar, tais como racial, educacional, profissional, religiosa, política, econômica, etc. – mas sem abrir mão do desenvolvimento institucional e organizacional das organizações que integram este segmento com vistas a aproximá-lo cada vez mais do seu contingente populacional mais empobrecido visando alterar a sua realidade cotidiana.

4 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PRESENÇA NEGRA NA POLITICA ARACAJUANA

Restringindo as análises ao contexto aracajuano e nas disputas para a câmara de vereadores, apenas três ativistas da causa racial colocaram o nome à disposição de partidos políticos para concorrerem a um mandato eletivo: a Professora Angélica Oliveira, Isabel Nunes e Josineide Dantas, mais conhecidas como Gigi Poetisa. Entrevistei essas mulheres entre os dias 11 e 17 de abril de 2023 para levantar as informações ora apresentadas. Todas tinham dificuldades pessoais para atender uma demanda partidária diante da necessidade de cumprirem a cota de gênero exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Professora Angélica e Isabel Nunes são militantes do PT e participaram apenas de uma campanha eleitoral. Josineide Dantas, era militante do PT e depois se filiou ao recém-criado PSOL. Ela, aliás, é a grande recordista de participação de ativistas da causa racial em campanhas eleitorais apresentando-se para a disputa por seis vezes, incluindo a campanha de 2022.

São três mulheres, mães de família – Professora Angélica com um filho e Isabel Nunes com três à época em que foram candidatas e a Gigi com cinco filhos e quatro netos – com certa estabilidade pessoal por serem funcionárias públicas concursadas da área da educação e da saúde. Isabel Nunes, além de professora, também trabalhava na câmara de vereadores de Aracaju como taquígrafa.

Estes compromissos familiares não impediram estas ‘guerreiras’ de atuarem no Movimento Negro e Popular de Sergipe. A professora coordena a Lavagem da Catedral Metropolitana desde a primeira metade da década de 1980, Isabel Nunes atua no meio cultural vinculado ao samba e a Gigi Poetisa faz parte do Fórum de Entidades Negras, da Rede de Mulheres Negras e no Sindicato dos Agentes Municipais de Saúde.

A participação destas três lideranças nas eleições municipais se deu em períodos diferenciados. As professoras Angélica e Isabel foram candidatas para a função de vereadora no pleito de 1996 quando seu partido (PT) lançou para Prefeito um candidato negro, Ismael Silva. A primeira teve 178 votos e a segunda 72 votos. A candidata Josineide Dantas iniciou sua carreira em 2012 e continuou participando de campanhas até os dias atuais. Em 2012, pelo PT, teve 125 votos; em 2016, pelo PSOL, teve 162; e, em 2020 também pelo PSOL, alcançou 257 votos.

Os resultados acima decorrem da falta de apoio do partido que as mobilizaram para entrar na campanha visando o cumprimento da cota de gênero, porém, não forneceram as condições necessárias para garantir um mínimo de qualidade na abordagem destas mulheres junto aos seus eleitores. Como elas mesmas citaram, os votos foram oriundos de laços familiares, de amizades próximas, vizinhança ou dos integrantes dos grupos sociais que participavam. Mesmo a relação com as candidaturas majoritárias, caracterizavam-se mais por um apoio de mão única sem retorno para estas mulheres e todo esforço para eleger o candidato ao executivo em troca de promessas de ocupação de algum cargo na administração municipal.

Esta lacuna de candidaturas de ativistas negros entre 1996 e 2012 vai ser preenchida pelo conjunto das entidades que compunha o Movimento Social Negro em Sergipe, com o apoio a outras candidaturas negras (pretas e pardas) de partidos de esquerda, porém, sem vínculo orgânico com a questão racial. Foram vários casos de sucesso eleitoral destas pessoas que detinham melhor estrutura de campanha e pessoal, estavam bem colocados nas nominatas dos partidos e contavam com apoios estratégicos de organizações e pessoas para angariar votos.

O Francisco Gualberto tinha sido anteriormente candidato derrotado a Prefeito de Aracaju pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e voltou ao PT com apoio do movimento sindical e parcela do movimento negro se elegendo vereador neste ano em que o ex-deputado federal Marcelo Deda elegeu-se Prefeito de Aracaju. Conceição Vieira foi candidata a vice-governadora na chapa do ex-senador petista José Eduardo Dutra, em 2002, e conseguiu se eleger vereadora quando Marcelo Deda foi candidato a reeleição. Foi ainda Secretária Municipal de Assistência Social na primeira gestão de Marcelo Déda. Emanuel Nascimento era do grupo político de Jackson Barreto e veio para o PT para se eleger por três

mandatos neste início de século. Rosângela Santana era dirigente sindical do corpo docente da Administração Municipal de Aracaju e petista de carteirinha quando se elegeu vereadora em 2008 também com o apoio do Movimento Social Negro. Lucimara Passos e o Professor Bitencourt obtiveram os votos da militância que Unegro, organização negra que apoia o PC do B, porém cabe ressaltar que este último (Professor Bitencourt) assumiu a Presidência e é uma pessoa de alta confiança do principal dirigente deste Partido, o atual Prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira, enquanto a Lucimara é irmã do principal gestor do Prefeito Edvaldo na administração municipal. Por fim, Iran Barbosa, dirigente do Sindicato Estadual dos Professores do Estado de Sergipe e de uma das mais fortes tendências políticas do PT, também obteve grande apoio de grande parte da militância negra sergipana.

Mais uma vez o sucesso é justificado por posicionamento estratégico dentro do partido onde se está filiado, pela relação com os majoritários, pela inserção na gestão pública e, seguidamente, pela participação cívica ampliada no âmbito da sociedade. São os chamados recursos eleitorais valiosos que fazem a diferença no momento da disputa pelo acesso aos espaços de poder. A Tabela nº1 a seguir traz um exemplo desta realidade:

TABELA 1: VEREADORES NEGROS (PRETOS E PARDOS) APOIADOS PELO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO DE SERGIPE NO PERÍODO DE 2000 A 2018

ANO	NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO
2000	Francisco Gualberto	PT	4.729
2004	Conceição Vieira	PT	4.463
	Emanuel Nascimento	PT	4.665
2008	Emanuel Nascimento	PT	4.051
	Rosângela Santana	PT	3.689
2012	Emanuel Nascimento	PT	1.296
	Lucimara Dantas Passos	PC do B	1.239
2016	Iran Barbosa	PT	8.809
	Professor Bitencourt	PC do B	2.287

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

5 CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL ENTRE 2020 E 2024 EM ARACAJU

No contexto de Aracaju, a conjuntura político-eleitoral de 2020 foi abordada por Lopes (2020) em seu texto opinativo intitulado: “*Opinião – A ‘geleia geral’ das eleições municipais de 2020 em Aracaju*”, publicado no portal JL Política, quando apresentou sua principal indagação: “Não dificultam a consolidação da democracia, na medida em que a união entre eles se dá pela mera conveniência eleitoral e não pelo compartilhamento de ideias comuns?”. Este questionamento leva a discutir se de fato com as mudanças eleitorais a cidade apresentou uma maior diversidade de candidaturas em relação às eleições anteriores, o que pode ser entendido como um sinal de que a população está buscando representantes mais próximos de sua realidade e de suas demandas. No entanto, o autor destaca que as mudanças mais significativas para os cargos de vereança ocorreram pela interrupção do processo de eleições proporcionais, e que agora os candidatos eleitos poderão ser aqueles com mais identidade e competência para propor leis e fiscalizar o executivo municipal.

No tocante à participação de pessoas fora do padrão vencedor em processos eleitorais: homem, branco, heterossexual no pleito daquele ano, é importante destacar que houve uma mobilização significativa da população em prol dessas candidaturas que representam a luta antirracista e antissexista na cidade. Dentre essas, destaca-se a candidatura de Linda Brasil, ativista LGBTQAI+, a mais bem votada na capital sergipana com 5.773 votos para a Câmara Municipal de Aracaju. Apesar de se autodeclarar amarela na candidatura e ser da religião

espírita, a candidata defende projetos em prol da comunidade negra e de grupos de religiões de matriz africana.

Além de Linda Brasil, algumas candidaturas de pessoas negras também se destacaram nas eleições municipais de 2020 em Aracaju, como é o caso da reeleição do Professor Bittencourt (PC do B) em seu terceiro mandato, a primeira eleição de Binho (PMN) e a quarta eleição do Dr. Manuel Marcos (PSD). Os resultados, nestes casos acima citados, mantêm a proporção histórica da presença negra na Câmara de Vereadores de Aracaju, apesar do aumento significativo no número de candidaturas negras, como foi ressaltado, que denota maior interesse da população afrodescendente na busca de maior representatividade e inclusão na política.

Por outro lado, o bolsonarismo teve forte influência na campanha eleitoral de 2020 em Aracaju. A presença deste fenômeno nas eleições municipais do município se deu, principalmente, por meio do apoio de grupos conservadores e de setores da elite local. Essa presença foi impulsionada também por eventos nacionais, tais como a polarização ideológica que tomou conta do país seguido pela tentativa de emparedar as forças políticas de centro-esquerda com base em *Fake News* e no discurso em prol da segurança pública e pessoal e na luta contra a corrupção.

Os candidatos bolsonaristas aproveitaram esses eventos nacionais para se fortalecerem localmente a exemplo de Rodrigo Valadares, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se autodeclarou bolsonarista durante a campanha e obteve o terceiro lugar na disputa, vencendo o candidato petista, Márcio Macedo. Além disso, a candidata Danielle Garcia, do Cidadania, também recebeu o apoio de setores bolsonaristas no segundo turno, embora tenha tentado se desvincular dessa imagem durante a campanha.

Outro aspecto importante da campanha eleitoral em Aracaju foi a mudança do jogo político local com o candidato Edvaldo Nogueira saindo do PC do B, onde formou seu pensamento e *práxis* política, para o PDT no intuito de ampliar sua influência e base eleitoral ao impactar diretamente nas alianças políticas locais. Enquanto os oponentes políticos acusaram Edvaldo de oportunismo político, a sua estratégia acabou se mostrando assertiva, uma vez que o candidato foi reeleito para o cargo de prefeito de Aracaju.

Por fim, a política de cotas raciais no fundo de campanha também foi um tema relevante neste pleito de 2020 em Aracaju. Vários vereadores se assumiram como pardos visando ampliar os recursos disponíveis para suas campanhas. Essa autodeclaração foi adotada por diversos candidatos, já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu, desde 2014, que a autodeclaração racial é suficiente para a comprovação da cor ou raça do candidato. Este desvirtuamento de uma medida do poder judiciário brasileiro contra o racismo estrutural que

perpetua a sub-representação e impede a ampliação da participação de pessoas negras na política, continuará sendo objeto de aperfeiçoamento por parte das instituições que integram o sistema político brasileiro.

Como apontado pelo estudo *“Desigualdades de gênero e raça na política brasileira”*, do Instituto Alziras em parceria da Oxfam Brasil, a sub-representação de mulheres e pessoas negras na política está diretamente relacionada a fatores como a desigualdade econômica, a falta de incentivos para a formação política e a dificuldade de acesso a recursos e apoios financeiros.

Com a impossibilidade de reeleição do Prefeito Edvaldo Nogueira agora em 2024, o pleito municipal ficou em aberto para quem estabelecesse a estratégia de campanha mais apropriada ao momento político. O grupo do Prefeito junto com o Governador do Estado, Fábio Mitidieri apostaram na aprovação e continuidade da gestão, a qual, segundo pesquisas internas beirava os 70%. Sendo assim lançou um candidato com este perfil, mesmo não sendo muito conhecido da população. Apesar de apoiar o candidato do Prefeito, o governador não impediu que a sua base lançasse mais duas candidaturas de duas mulheres, uma que foi a segunda colocada na eleição de 2020 e a outra, uma jovem deputada federal eleita em 2022. Havia ainda mais três mulheres na disputa: uma ligada ao bolsonarismo, uma ligada ao lulismo e ao PT e uma terceira do PSOL. O segundo turno ocorreu entre o candidato do Prefeito e do Governador e a candidata bolsonarista que esteve à frente nas pesquisas durante toda a campanha foi a vencedora do pleito.

Este quadro, justifica nosso argumento acerca do aumento do embranquecimento e do conservadorismo na gestão da cidade que se inicia em janeiro de 2025 junto com outros que colocamos acima sobre a presença ou invisibilidade de pessoas negras ocupando espaços de poder e que são explicitados nas tabelas 2, 3, 4 e 5 abaixo:

TABELA 2: QUADRO COMPARATIVO DO NUMERO DE CANDIDATOS A VEREADOR POR RAÇA/COR EM ARACAJU EM 2020⁵³ E 2024

ELEIÇÕES	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
2020	11 (1,52%)	179 (24,79%)	3 (0,42%)	2 (0,27%)	402 (55,68%)	125 (17,31%)	722
2024	8 (1,64%)	128 (26,28%)	2 (0,41%)	5 (1,03%)	254 (52,16%)	90 (18,48%)	487

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

TABELA 3: NUMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E RAÇA/COR EM 2020⁵⁴

PARTIDOS	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
PMN						1	1
PSOL	1						1
REDE		1					1
REPUBLICANOS		1			1		2
PROS		1					1
PSD					3	1	4
PP		1			1		2
PATRIOTA		1					1
PODEMOS		1					1
PDT		1			2		3
PT	1						1
DEM		1					1
CIDADANIA				1	1		2
SOLIDARIEDADE		1					1
PSB					1		1
P C do B						1	1
TOTAL DE ELEITOS	2	9		1	9	3	24

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

⁵³ **Observações:** Em 2020 haviam 24 (vinte e quatro) vagas para a câmara de vereadores de Aracaju. Em 2024, este número aumentou para 26 (vinte e seis) vagas.

⁵⁴ **Observações:** Os candidatos pretos foram o Professor Bitencourt pelo P C do B, o Binho pelo PMN e o Dr. Manoel Marcos pelo PSD. As candidatas autotclassificadas como amarelas foram Linda Brasil do PSOL e Prof. Ângela do PT. O candidato do Cidadania Ricardo Marques não se auto classificou.

TABELA 4: NUMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E RAÇA/COR EM 2024⁵⁵

PARTIDOS	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
MOBILIZA	1						1
PDT		2			1		3
PSD		3			2		5
PSOL		2					2
PL		1			1		2
PODEMOS		1				1	2
PT		1					1
REDE		1					1
UNIÃO		1			3		4
PSB					2		2
PP					1		1
PRD					1		1
MDB						1	1
TOTAL DE ELEITOS	1	12			11	2	26

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

TABELA 5: QUADRO COMPARATIVO DE CANDIDATURAS DE PRETOS E PARDOS POR PARTIDO DE ESQUERDA E CENTRO ESQUERDA EM 2020 E 2024 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS DE CADA SIGLA⁵⁶

PARTIDOS	PRETOS 2020	PRETOS 2024	PARDOS 2020	PARDOS 2024
PSOL	4 (36,36%)	5 (38,46%)	3 (27,27%)	6 (46,15%)
PSB	5 (13,89%)	7 (25,93%)	22 (61,11%)	13 (48,15%)
PT	15 (46,88%)	6 (40,00%)	1 (3,13%)	3 (20,00%)
REDE	8 (32,00%)	XXXXXXXXXX	13 (52,00%)	9 (90,00%)
P C do B	6 (22,22%)	XXXXXXXXXX	12 (44,44%)	2 (100%)
SOLIDARIEDADE	3 (9,09%)	4 (20,00%)	23 (69,70%)	12 (60,00%)
PDT	9 (30,00%)	9 (33,33%)	12 (40,00%)	13 (33,33%)
PSTU ⁴	1 (50,00%)	XXXXXXXXXX	1 (50,00%)	XXXXXXXXXX
UP	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	1 (50,00%)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

⁵⁵ **Observações:** Há uma redução no número de Partidos representados na Câmara de Vereadores com uma maior concentração no PSD e no UNIÃO. O Sgt. Byron saiu do Cidadania onde se elegeu em 2020 como pardo e para ingressar no MDB se autotransferenciando como preto. Nitinho do PSD e Isac que era do PDT em 2020 e passou para o União em 2024, mudaram sua autotransferência de pardo para branco em 2024.

⁵⁶ **Observações:** O PSTU não lançou candidaturas de pretos e pardos em 2024 assim como a UP em 2020. Candidatos pretos com bom antecedente eleitoral, tais como Conceição Vieira e Prof. Bitencourt não foram reeleitos em 2024.

6 CONCLUSÃO

O esforço empreendido nesta investigação tem como inspiração a busca constante do aprimoramento da democracia a partir da contribuição de Robert Dahl em Poliarquia, onde a contestação e a inclusão são requisitos a este intento nas sociedades multiculturais como a brasileira. Por outro lado, a luta histórica de diversas lideranças negras que a cada processo eleitoral, coloca seu nome e sua militância a disposição das estruturas partidárias no intuito de promover mudanças efetivas na composição dos espaços de poder político presentes nos âmbitos municipal, estadual e federal. Aliado a esta ideia e neste contexto, entendemos que os espaços de poder vigentes nestes sistemas políticos não podem prescindir nem embargar movimentos em prol de uma representação descritiva seletiva dos grupos subalternos presentes nestas sociedades como aponta Campos e Machado (p. 150-151, 2020).

Esta representação, enquanto tipo ideal, não deveria ser alijada do compromisso do representante com a causa, mas não é desta forma que vem se conformando nas esferas de poder em nosso país. Acordos outros de ordem política e realidades diferenciadas permitem que boa parte dos negros (as) e mulheres eleitos (as) para o parlamento ou mesmo para o executivo não tenha compromisso com a questão racial ou de gênero.

É neste sentido que surge o grande desafio para os movimentos negros e de mulheres, preparando seus quadros para esta disputa no intuito tanto de garantir a defesa das ações afirmativas, mas, simultaneamente, inserir visões alternativas sobre as pautas gerais que transitam nos espaços de poder a partir do lugar histórico que ocupa na sociedade. Isto ocorreu com várias lideranças negras e femininas em âmbito nacional como demonstramos neste trabalho.

Acreditamos ser possível e necessário ativistas negros (as) obterem sucesso eleitoral, mas dado os filtros legais, financeiros, materiais e ideológicos, dentre outros, que uma eleição impõe, esta condição requererá o estabelecimento de acordos intra organizações do movimento negro, uma análise dos perfis pessoais, adequação discursiva e a ampliação da escuta política, tanto para sair da ‘bolha’ quanto para mobilizar pessoas brancas antirracistas na linha do que defende a Bell Hooks. Por outro lado, e isto é chave, uma ampliação, mensuração e incremento dos resultados alcançados pelo trabalho junto à sua base social levando tantas ações afirmativas quanto políticas públicas de caráter universal.

Foi isto que tentei operar na oportunidade em que coloquei meu nome a disposição do Partido dos Trabalhadores em 2002, para uma candidatura a deputado federal e é isto que orientaria aos (as) ativistas da causa racial fazerem, caso se disponham a participar de futuras

eleições em qualquer instância federativa, guardadas as estratégias que deverão ser adaptadas para cada momento.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que a cotização dos recursos do fundo eleitoral para as candidaturas de pessoas negras no ano de 2020, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), contribuiu, mas ainda não foi um fator determinante para garantir o seu acesso a um mandato parlamentar na câmara de vereadores. Outros dois grandes desafios, neste caso, residem na forma como os partidos estão gerindo e distribuindo estes recursos e no critério de autoclassificação utilizado pelo TSE que estimula a fraude racial por parte de muitos eleitos (as) como foi perceptível após a redução do percentual de recursos para candidaturas negras via Pec da Anistia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sílvio L. *O TSE e o Reino de Wakanda*. Folha de S.Paulo, 7 dez. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2020/12/o-tse-e-o-reino-de-wakanda.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ANDREWS, George R. Mobilização política negra no Brasil (1975-1990). *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 13-39, jul./dez. 2015.

CAMPOS, Luiz A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

_____. CAMPOS, Luiz A e MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

_____. CAMPOS, Luiz A e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, jan./abr., 2015.

DAHL, Robert A. *A Poliarquia: participação e oposição*. Tradução Celso Mauro Paciornik. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2016(2º reimpresão).

DANTAS, Ibarê C. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Eleições em Sergipe (1985-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DOMINGUES, Petrônio J. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed. Vol. 1, 2. São Paulo: Ática, 1978.

FIRPO, Sérgio; FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson; TAVARES, Rafael. Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras. *Núcleo de Estudos Raciais – Insper*. São Paulo: USP, 2022.

FOLHA DE S. PAULO. *Núcleos afros de partidos se unem contra 'falsos negros' em estreia de cota na eleição*. Folha de S. Paulo, 11 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/nucleos-afros-de-partidos-se-unem-contr-falsos-negros-em-estrela-de-cota-na-eleicao.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

HOOKE, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IREÉ. *As burocracias partidárias vão na direção inversa das ruas*. IREE, 10 nov. 2020. Disponível em: <<https://iree.org.br/as-burocracias-partidarias-vao-na-direcao-inversa-das-ruas/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

IREÉ. *O “novo Congresso” e a eleição municipal 2020*. IREE, 5 out. 2020. Disponível em: <<https://iree.org.br/o-novo-congresso-e-a-eleicao-municipal-de-2020/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

JOHNSON, Ollie A. A representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000. KINZO, Maria D. A. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, Eliano Sérgio A. Opinião – A “geleia geral” das eleições municipais de 2020 em Aracaju. *JL Política*, 13 out. 2020. Disponível em <<https://jlpolitica.com.br/coluna-aparte/com-nome-de-cabeca-de-porco-vereador-tenta-ser-um-marco-na-assistencia-as-pessoas/notas/opinio-a-geleia-geral-das-eleicoes-municipais-de-2020-em-aracaju>>.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Clóvis L. P. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agendas de pesquisa. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 36, p. 48-67, jan./jun. 2002.

_____. Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 321-360, set./dez. 2016.

RIOS, Flávia M. *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partido políticos e Estado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. PAZ, Huri. Representação Política nas cidades brasileiras: Gênero, Raça e Etnicidade nas eleições 2020. *Cadernos Adenauer XXII*, nº1, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Acórdão e voto-vista CTA nº.0600306-47.2019.6.00.0000/DF*. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 25 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Ação de descumprimento de preceito fundamental com pedido de concessão de medida cautelar do PSOL*. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Divulgação de candidaturas e Contas Eleitorais*. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/31054/candidatos>. Acesso em: 11 mai. 2023

GT 5 - Dinâmicas de Poder e Práticas Políticas

Este GT visa reunir trabalhos que tenham como eixo comum a reflexão sobre os princípios de estruturação e as dinâmicas de funcionamento do poder e suas relações com gramáticas e práticas políticas diversificadas. Trata-se de dar conta das condições e dos processos de recrutamento e de seleção e das estratégias de reprodução e consagração social acionadas por atores e grupos diversificados (políticos, profissionais, militantes, culturais, religiosos, etc.), como também de apreender as gramáticas políticas e as lógicas práticas de suas intervenções em diferentes espaços sociais. O debate em torno desta problemática se organizará com base em dois eixos principais. A) Análises dos grupos profissionais (jornalistas, médicos, advogados, políticos, etc.), com o objetivo de examinar: a importância da política nos conflitos e lutas profissionais; as relações entre profissões e política; as modalidades de inserção e exercício profissional e suas relações com formas de atuação e engajamento militante na defesa de causas públicas; os usos dos conhecimentos técnicos e profissionais na formulação e operacionalização de políticas públicas. B) Investigações das dinâmicas de construção de causas e de operacionalização de ações públicas, com o objetivo de apreender as condições, as atividades e as gramáticas políticas colocadas em prática: nos eventos de protesto; nas dinâmicas de engajamento e atuação profissional em partidos políticos; nas formas de interação do Estado com movimentos sociais diversificados; nos processos de elaboração e implementação de ações e políticas públicas.

Coordenação: Profa. Dra. Fernanda Rios Petrarca (PPGS/LEPP/UFS) e Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira (PPGS/LEPP/UFS).

OS POLICIAIS MILITARES NA POLÍTICA SERGIPANA:

Uma análise sociológica sobre a segurança pública e o poder político

Marcos Andrade Rocha (UFS)

Resumo: O objeto desta pesquisa é analisar a eleição de policiais militares em Sergipe a cargos políticos-eleitorais, entre os anos de 2010 a 2024, com ênfase especial no período compreendido entre 2018 e 2024. No estudo do objeto são enfatizadas as condições sociais de entrada na disputa política, compreendidas como as possibilidades de ingresso na disputa eleitoral, por meio da reconversão de recursos profissionais em recursos eleitorais. A questão-central que norteia essa pesquisa é compreender: como os recursos profissionais são utilizados pelos policiais militares, para se elegerem aos cargos políticos em Sergipe (?). A hipótese aventada é que os policiais-políticos de Sergipe utilizam recursos profissionais, convertidos em recursos políticos, na construção de suas candidaturas, por meio da mediação de suas ações. Conclui-se que, no caso sergipano, há uma tendência de terem os policiais-políticos se viabilizado politicamente através de uma ou mais dessas três condições prévias: a) Participação em movimentos reivindicatórios, através das associações de classe; b) Engajamento em associações filantrópicas ou de assistência; c) Mediação das ações de combate ao crime, notadamente o tráfico de drogas e roubos armados.

Palavras-chave: Polícia, Política, Eleições.

Abstract: The objective of this research is to analyze the election of military police officers in Sergipe to political-electoral positions, from 2010 to 2024, with a special focus on the period from 2018 to 2024. This study emphasizes the social conditions of entry into the political race, understood as the possibilities of entering the electoral competition by converting professional resources into electoral resources. The central question guiding this research is to understand: how do military police officers use their professional resources to be elected to political offices in Sergipe? The hypothesis proposed is that police-politicians in Sergipe utilize professional resources, converted into political resources, to build their candidacies through the mediation of their actions. The conclusion suggests that, in Sergipe's case, there is a tendency for police-politicians to have politically established themselves through one or more of these three preconditions: a) Participation in advocacy movements through class associations; b) Engagement in philanthropic or assistance associations; c) Mediatization of crime-fighting actions, notably against drug trafficking and armed robbery.

Keywords: Police, Politics, Elections.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo versa sobre a eleição de policiais militares em Sergipe a cargos políticos-eleitorais, entre os anos de 2010 a 2024, com ênfase especial no período compreendido entre 2018 e 2024. Entre os anos de 2010 e 2018, ocorreram as eleições dos primeiros policiais militares para a Assembleia Legislativa de Sergipe (Capitão Samuel) e para a Câmara de Vereadores de Aracaju (Cabo Jorge Vieira, Cabo Adriano, Cabo Amintas, Sargento Byron e Sargento Zezinho do Bugio).

No estudo do objeto são enfatizadas as condições sociais de entrada na disputa política, compreendidas como as possibilidades de ingresso na disputa eleitoral, por meio da reconversão de recursos profissionais e pessoais em recursos eleitorais.

O objetivo da pesquisa é investigar a participação dos policiais-políticos em Sergipe nas disputas político-eleitorais, como candidatos, arguindo quais recursos mobilizam, a que grupos de poder se associam, e como utilizam os meios de comunicação, tradicionais e digitais.

A questão-central que norteia essa pesquisa é compreender: quais são os recursos utilizados pelos policiais militares, para se elegerem aos cargos políticos em Sergipe (?). Desdobrando a pergunta de pesquisa acima em frações, argui-se: Que situações sociais levaram esses atores ao cenário da disputa eleitoral? Quais as condições de ingresso desses policiais-políticos nessa disputa? Quais as articulações com as redes de poder preexistentes aos seus ingressos foram necessárias?

A hipótese aventada é que os policiais-políticos de Sergipe utilizam recursos profissionais e biográficos, convertidos em recursos políticos, na construção de suas candidaturas.

A metodologia utilizada abrange o registro, rememoração e análise da história social das atuações públicas dos sujeitos de pesquisa, abrangendo atuação profissional na segurança pública sergipana, participação em movimentos associativos (de classe), engajamento em ações sociais comunitárias / solidárias, participações midiáticas – anteriores à entrada na disputa eleitoral, bem como o registro das ações em campanhas eleitorais, nas mídias tradicionais e digitais.

A pesquisa articula-se com o eixo “Análise de Grupos Profissionais / Relações entre Profissões e Política”, do Grupo de Trabalho: Dinâmicas de Poder e Políticas Públicas, por investigar a participação dos policiais militares de Sergipe nas eleições, como candidatos.

2 DESENVOLVIMENTO

O termo grego *polis* (cidade) está presente na raiz etimológica de duas palavras que – pelo menos desde a reabertura democrática ocorrida no Brasil a partir da Carta de 1988 – pareciam designar esferas de atuação pública paralelas entre si, e como todas paralelas na geometria bidimensional, tendiam a (idealmente) não se entrecruzar abertamente ante nossos olhos: polícia e política. O vocábulo “polícia” deriva de *politeia* (política), latinizado como *politia*, originalmente referente à gestão cidadina.

Entretanto, tal qual a conicidade da (real) visão humana – tridimensional, porém monofocada – a profundidade com que os políticos e os agentes de segurança pública interagem mutuamente podia ser captada (visualizada) quando as ações dos primeiros (políticos) intervinham nos interesses dos segundos (policiais militares), a exemplo das votações sobre políticas de cargos e salários, de leis de iniciativa privativa do Governo do Estado de Sergipe, ocorridas na Assembleia Estadual, nos termos da Constituição Sergipana de 1989.

Nas sessões de debates ocorridas na Assembleia Estadual na legislatura de 2007-2010, quando o (primeiro) governo Marcelo Déda (PT) encaminhava para a casa legislativa projetos que impactavam os vencimentos dos policiais estaduais sergipanos, não era raro que os representantes da classe – as associações dos militares da Polícia Militar do Estado de Sergipe – buscassem junto aos deputados estaduais “de oposição e independentes” apoio às suas pautas, tentando contrabalancear os posicionamentos do Governo do Estado, representados por sua bancada (situação).

Nesse contexto, O deputado Estadual Venâncio Fonseca (PP), que na legislatura anterior (2003-2006), enquanto líder da situação, defendeu o Governo João Alves Filho (DEM) nas negativas (impossibilidades) de reajustes ao funcionalismo público, agora como líder da oposição, recepcionava em seu gabinete as associações policiais.

Entre os idos de 2008 e 2010, o Capitão PMSE Samuel Barreto, há época no serviço ativo⁵⁷, ainda presidia a Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (ASSOMISE), palco de diversas reuniões entre associações militares de Sergipe nos movimentos reivindicatórios trabalhistas Tolerância Zero I (2008-2010), Tolerância Zero II (2012) e Polícia Unida (2021-2022).

No mesmo período 2008-2010, presidia a Associação dos Militares de Sergipe (AMESE), o Sargento PMSE Jorge Vieira da Cruz, o qual, juntamente com o Capitão Samuel,

⁵⁷ Ante ao ordenamento legal, o militar eleito passa à reserva remunerada.

figuravam publicamente como os mais destacados articuladores dos atos em prol das melhorias das condições salariais e de trabalho para a tropa.

Ao recepcionar tais lideranças da força pública estadual, o então líder da oposição, Venâncio Fonseca, acabava por, indiretamente, recrutar os “sindicalistas da PM” como possíveis aliados futuros, nos pleitos eleitorais subsequentes.

Já o Deputado Estadual Francisco Gualberto (PT), líder da bancada de situação durante o Governo Déda, apesar de seu histórico em defesa da classe trabalhadora, ponderava a favor dos argumentos governamentais, em especial a impossibilidade (financeira e orçamentária) de maiores reajustes salariais aos policiais de Sergipe.

A participação dos policiais militares de Sergipe na luta “associativa” (sindical)⁵⁸ e posteriormente na política partidária-eleitoral, desde o movimento reivindicatório conhecido como “Tolerância Zero I”, ocorrido entre 2008 e 2010, até os presentes idos de 2023, pode ser compreendida na sociologia da política através do conceito de “reconversão dos recursos”.

Por “reconversão”, refiro-me ao fenômeno sociopolítico descrito por Bergson Moraes Vieira e Alex Menezes de Carvalho em seu artigo *Padrões de Carreira e Formas de Reconversão da Militância Político Partidária* (2020, p.135 - 136), a saber, os mecanismos que...

Transformam diferentes recursos (sociais, escolares e profissionais) em “trunfo” que permite a inserção do grupo aos postos de comando disponíveis no partido [...] um conjunto de implicações que se assentam no princípio segundo o qual a posição ocupada no interior do partido resulta de um conjunto considerável de recursos acessados por meio do trânsito em diferentes espaços sociais.

Sob essa ótica conceitual, a participação das lideranças de classe da Polícia Militar de Sergipe nos atos reivindicatórios, e a decorrente cobertura midiática dos protestos de enfrentamento ao Governo de Sergipe, projetaram figuras como o Capitão Samuel e o Sargento Vieira, do cenário associativo ao cenário político-partidário, visto que às suas *personagens* se associou a ideia de “defensores da família policial-militar”.

Deve ser observado, entretanto, que a própria cobertura midiática das manifestações dos policiais militares, pela mídia tradicional sergipana, não estava alheia à influência dos interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes, antes, o destaque midiático dado aos descontentamentos desses servidores, naquele contexto temporal, a um só tempo servia de engajamento de audiência dos noticiários e construía uma narrativa pública do tipo

⁵⁸ Constitucionalmente, são vedados aos militares a sindicalização e o direito à greve.

“trabalhadores da segurança pública *versus* governo do Estado”. Patrick Champagne (1998, p. 221), já alertara que o Sociólogo não deve considerar como “algo dado por si” a cobertura que a imprensa dá aos manifestantes, mas arguir sempre quais as causas “de fundo” daqueles atos, e da ênfase de sua cobertura.

Esse contraponto faz-se necessário para lembrar que os proprietários e concessionários dos meios de comunicação tradicionais, via de regra, também procuram alinhar seus interesses comerciais e políticos às pautas do que “pode ser comunicado”.

Também convém arguir aqui como esses policiais-políticos, mesmo quando não eleitos ou reeleitos, passam a ocupar funções públicas (políticas) de confiança, distintas dos cargos para os quais foram aprovados em concurso, ante à percepção dos “políticos tradicionais” de que podem os líderes de associações funcionarem como cabos eleitorais e / ou, adicionar expressivas votações ao coeficiente eleitoral das composições partidárias que possam integrar, se candidatos forem aos cargos parlamentares proporcionais.

Essa visão geral sobre o tema leva em conta o sistema de alianças como fundamento da política, conforme observado nos movimentos de aproximação dos políticos aos policiais que reivindicavam suas pautas no debate público (num primeiro momento), bem como a caminhada dos policiais rumo à participação nas disputas eleitorais (num segundo momento), na recente história sergipana.

Essa compreensão da política como uma arena na qual os contendores, estrategicamente, se vinculam ao sistema de alianças existente no cenário político local (e posteriormente regional e nacional), arena esta onde os recursos profissionais e biográficos se convertem em recursos políticos, sendo os novos atores da política recrutados a compor “por adoção” os grupos de poder preexistentes, encontra eco no artigo coescrito por Wilson Oliveira e Fernanda Petrarca (2017, p.220), e constitui-se numa alternativa “à brasileira” de compreensão da nossa realidade sociopolítica.

2.1 O movimento Tolerância Zero

Ao assumir o Governo do Estado de Sergipe em 1º de janeiro de 2007, o saudoso Governador Marcelo Déda Chagas (1960-2013) viu ampliados diante de si os desafios que encontrou quando exerceu seu primeiro cargo no Poder Executivo, como Prefeito de Aracaju (2001-2006). Se anteriormente, respectivamente como Deputado Estadual de Sergipe (1987-1990) e Deputado Federal pelo estado (1995-2000), da tribuna o parlamentar discursava em prol dos trabalhadores, o exercício dos cargos de Prefeito da Capital e Governador do Estado o

colocou na situação de, enquanto gestor de contas públicas e ordenador de despesas, adequar os pleitos do funcionalismo público ao orçamento disponível e à responsabilidade fiscal.

Após dois anos de pouco frutíferas tentativas de entendimento com o Governo de Sergipe, em 2009 diversas associações de Policiais Militares deflagraram um movimento reivindicatório por melhores condições salariais e trabalhistas, nomeado “Tolerância Zero” (I). Em sua tese de doutoramento em ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia, a pesquisadora Gleise da Rocha Passos (2011), com subsídio na pesquisa de Marcos Santana de Souza (2009), abordou a eclosão do movimento “Tolerância Zero” (o primeiro, de 2009), e suas implicações:

Entre maio e junho de 2009, os policiais militares sergipanos iniciaram uma mobilização intitulada de “Tolerância Zero” com a pretensão de pressionar o Governo do Estado por aumento salarial. O estopim para o início da mobilização foi o aumento salarial dado pelo Governo à Polícia Civil em 2008; o que acirrou as discórdias já existentes entre as polícias Civil e Militar resultantes tanto da distinção da própria natureza da identidade dessas instituições quanto dos seus processos de formação. Além do reajuste salarial, a Polícia Civil conseguiu que o governo fixasse a exigência de nível superior como requisito escolar mínimo para o ingresso na carreira de agente, distanciando-a ainda mais da Polícia Militar que exige o nível médio completo para o ingresso tanto de praças quanto de oficiais (SOUZA, 2009). [...] Os líderes do movimento acusavam também o chefe da Casa Militar do Governo, o Tenente-coronel Carlos Augusto, que em 2001 participou do aquartelamento da tropa no Governo de Albano Franco, de colaborar com o governo Déda nas perseguições aos policiais militares (Jornal CIFORM, 18 a 24/05/2009). Dentre esses líderes estava o Capitão Samuel que, após campanha eleitoral em 2010, foi eleito com 43.348 votos como o primeiro deputado estadual da história de Sergipe sendo policial militar (Passos, 2011, p. 100 - 101).

Samuel Alves Barreto nasceu em três de fevereiro de 1970, sendo munícipe de Malhador, Estado de Sergipe. Ingressou na Polícia Militar do Estado de Sergipe no ano de 1991, como soldado combatente.

Estando na graduação de cabo, durante o comando do Coronel Prudente (1992), ingressou juntamente com outros colegas do curso de soldado para poderem concorrer em concurso (interno) para a graduação de sargento.

Nessa época, a ascensão à graduação de sargento estava ocorrendo mediante concurso externo específico para tal finalidade, nos moldes do que acontecia nas Forças Armadas, embora ainda houvesse a possibilidade dos cabos de maior antiguidade serem promovidos a tal graduação.

Embora tenha obtido êxito na ação judicial, Samuel não chegou a usufruir dos benefícios, visto que fora aprovado no concurso público para Oficial Combatente (Academia Militar) em 1993.

Desse enfrentamento inicial com o Comando Geral da época, ficou vinculada à imagem de Samuel, perante a Tropa, de alguém disposto a “lutar pela família policial militar”.

Retornando da Academia Militar do Estado do Pará como Aspirante-Oficial em 1997 – visto que entre 1980 e 2020 não houve Curso de Formação de Oficiais Combatentes realizado em Sergipe, os Cadetes (Alunos-Oficiais) eram formados noutros Estados – Samuel exerceu suas atribuições no policiamento ostensivo, sendo promovido a Primeiro-Tenente no ano 2000, e a Capitão em 2002.

Estando no posto de Capitão, Samuel coordenou o convênio de segurança então existente entre a PMSE e o Banco Estadual (BANESE), que permitia que a vigilância patrimonial daquela instituição financeira pública estadual fosse realizada por integrantes da Polícia Ostensiva.

Simultaneamente, nos idos de 2005-2006, Samuel sucedeu o Coronel PMSE Antônio dos Santos na presidência da Associação dos Oficiais Militares do Estado de Sergipe (ASSOMISE).

Ambas as funções, de coordenador de segurança do BANESE e Presidente da ASSOMISE projetaram Samuel nos bastidores da política sergipana, por distintas razões: a gestão da segurança “privatizada” realizada pelos agentes públicos na capital e no interior sergipano colocava Samuel em contato com políticos e servidores públicos, nos níveis municipal e estadual.

A presidência da ASSOMISE coloca Samuel no centro dos reclames dos agentes de segurança pública, em especial os Oficiais gestores da Corporação, que clamavam ao Governo João Alves (PFL – 2003 – 2006), por melhoras salariais e em condições de trabalho.

Eleito o Governo Marcelo Déda (PT – 2007 – 2013), inclusive com “apoio-de-base” das associações de praças e de oficiais da PM, houve no seio da Tropa a expectativa de que os anseios históricos da categoria seriam amplamente atendidos. Entretanto, as “mesas de negociação” com o Governo “do Novo” pareciam intermináveis, sem que houvesse um consenso quanto à reposição das perdas inflacionários, estabelecimento de auxílio-alimentação e periculosidade, entre outros, fazendo com que as “Associações Unidas” deflagrassem o Movimento Tolerância Zero, em 2008, em assembleia conjunta realizada no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

O Capitão Samuel Barreto (PSL), uma vez eleito, passou a (auto) intitular-se como “independente” (nem situação, nem oposição), ao tempo que pleiteava junto ao Governo Marcelo Déda melhorias, salariais e de condições de trabalho, para os profissionais da segurança pública sergipana. Também durante esse primeiro mandato, Capitão Samuel

denunciou no parlamento estadual (alegadas) tentativas de “perseguição disciplinar” de outras lideranças participantes do movimento “Tolerância Zero I”, a exemplo do (então) presidente da Associação Beneficente dos Servidores Militares de Sergipe (ABSMSE), Sargento Jorge Vieira da Cruz⁵⁹.

A eleição do Capitão PMSE Samuel Barreto ao cargo de Deputado Estadual de Sergipe, em outubro de 2010, marca a transição entre a emergência das lideranças das associações militares como entes politizados, para a disponibilização de seus nomes como candidatos aos cargos eletivos, noutras palavras: policiais-políticos.

Eleito o Capitão Samuel ao primeiro mandato no legislativo estadual (2010-2014), buscou o parlamentar a anistia para si e para as demais lideranças que encabeçaram o Movimento Tolerância Zero I (Sargentos PMSE Jorge Vieira, Edgard Menezes e Alexandre Prado), não obtendo êxito junto à Assembleia Legislativa, ante a intervenção da base governista de Marcelo Déda, sob liderança de Francisco Gualberto.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, em decisão da Desembargadora Geni Schuster em apelação criminal de número 2011309562, extinguiu o Processo TJSE nº 200920600353 (Auditoria Militar Estadual), no qual o Capitão Samuel Alves Barreto, 1º Sargento Edgard Menezes Silva Filho, 2º Sargento Alexandre da Silva Prado, e 2º Sargento Jorge Vieira da Cruz figuravam como réus pelo crime previsto no Artigo 149 do Código Penal Militar (motim)⁶⁰.

Anteriormente, no âmbito da Auditoria Militar Estadual, a corte militar havia pugnado, por três votos a dois, pela absolvição dos réus, havendo posterior recurso do MPSE à turma recursal. Consta na sentença prolatada em 15 de outubro de 2010 (ou seja, cinco dias após a primeira eleição de Samuel a deputado estadual), essa decisão vencida por um voto à favor da absolvição dos “sindicalistas da PM”.

A eleição do Capitão Samuel a uma cadeira do parlamento estadual, e sua autointitulada posição “independente e crítica” ao Governo de Marcelo Déda Chagas não resultou, de imediato, em avanços consideráveis na política salarial e nas condições de trabalho da tropa da Polícia Militar de Sergipe, nas perspectiva dos líderes das associações da classe, demandando que em outubro de 2011 os militares estaduais retomassem o Movimento Tolerância Zero⁶¹.

⁵⁹ Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/capitao-samuel-apresenta-projeto-de-anistia-para-os-militares-sergipanos/3080724>

⁶⁰ Disponível em: https://www.f5news.com.br/cotidiano/tj-extingue-processo-contra-militares-por-motim_2181/

⁶¹ Disponível em: <https://www.espacomilitar.com/2011/10/militares-retomam-movimento-tolerancia.html>

Apesar do apoio do Deputado Capitão Samuel ao Sargento Vieira, no âmbito da tentativa de anistia aos líderes do Tolerância Zero (I), no mesmo ano de 2012 – em que ocorreram eleições municipais – O Sargento Vieira, não eleito ao cargo de vereador por Aracaju, anunciou em 23 de outubro de 2012 ao jornalista George Magalhães, no programa “Hora da Verdade” (Megga FM), que havia rompido politicamente com o “Deputado-Capitão”, em razão de uma “falta de reciprocidade” no apoio à sua campanha à câmara municipal⁶².

Tendo obtido 3.714 votos, o Sargento Vieira figurou como suplente na coligação “Aracaju Mais Feliz”, vindo a assumir por dois meses a cadeira de vereador por Aracaju no final de 2016, por força de decisão judicial que afastou da casa legislativa da Capital três vereadores da mesma coligação – Daniela Fortes, Adelson Barreto Filho e Dr. Agnaldo Feitosa – em decorrência de um suposto esquema de desvio de verbas indenizatórias, sendo que essa investigação foi conduzida pela Delegada Danielle Garcia, no Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária (DEOTAP), na operação nominada “Indenizar-SE”⁶³.

Jorge Vieira da Cruz esteve no serviço ativo da Polícia Militar do Estado de Sergipe por pouco mais de duas décadas. Ingressou na Corporação em 10 de julho de 1995, como aluno do Curso de Formação de Soldados Combatentes. Há época do Movimento Tolerância Zero I (2008) ocupava a graduação de 2º Sargento, posição na qual permaneceu até sua transferência para a reserva remunerada, em razão de sua assunção a uma das cadeiras do parlamento municipal, como suplente de vereador, em março de 2016.

Sua primeira posse, no ano mencionado, se deu no contexto do afastamento do Vereador “Dr. Agnaldo Feitosa” (DEM) de quem era primeiro suplente. Dr. Agnaldo, afastado judicialmente do parlamento em consequência da “Operação Indenizar-se”, assumiu a Secretaria Municipal de Saúde durante a gestão de João Alves Filho (DEM) como Prefeito de Aracaju.

Nessa primeira passagem pela câmara municipal, Vieira posicionou-se no plenário à favor do chamamento dos excedentes do concurso para soldado PM, pelo Governo Jackson Barreto (MDB), apesar dessa pauta, constitucionalmente, caber à Assembleia Legislativa.

⁶² Disponível em: <https://horanews.net/sargento-vieira-confirma-o-que-ja-era-esperado-rompe-com-deputado-capitao-samuel/>

⁶³ Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/politica/justica-determina-posse-de-sargento-vieira-na-cma/>

Na mesma ocasião, o vereador alertou que o efetivo do Corpo de Bombeiros estava desguarnecido ante as mais recentes aposentadorias (passagens para reserva), e que o Estado não possuía, a seu ver, efetivo suficiente para atender a um “acidente de grandes proporções”⁶⁴.

Apesar da legislação castrense impor ao militar eleito a transferência “*ex officio*” para a reserva remunerada, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço, Vieira oficiou ao Comando-Geral da época que exerceria seu mandato envergando a túnica militar, “como demonstração do mantimento da reverência e o comprometimento para com o Comando e a classe militar desse Estado”.

Em dezembro de 2020, pela segunda vez, o Sargento Vieira (Cidadania) assumiu uma vaga na Câmara de Vereadores de Aracaju, por força de decisão judicial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na vaga do falecido vereador Jason Neto (PDT), de quem era suplente.

Por ter mudado de partido, do PDT para o Cidadania, o Diretório Municipal do Partido Democrático Trabalhista pleiteou perante a corte eleitoral a não-assunção de Vieira, alegando “infidelidade partidária”, sendo a decisão do colegiado favorável ao militar, que assumiu a legislatura no último mês do ano legislativo.

Anteriormente a sua eleição como suplente de vereador, o Sargento Vieira figurou como uma das principais e mais atuantes lideranças do Movimento Tolerância Zero, estando à frente da Associação dos Militares do Estado de Sergipe (AMESE), entidade que congrega entre seus afiliados Policiais e Bombeiros Militares, tanto Oficiais quanto Praças.

Atualmente (2024), a AMESE é presidida pelo Tenente-Coronel PMSE Ildomário Gomes.

2.2 Os policiais militares eleitos após os movimentos de classe: ações sociais e midiaticização de operações policiais

Não apenas através da luta salarial policiais militares de Sergipe conseguiram eleger-se para o parlamento, em especial para a Câmara de Vereadores de Aracaju, como pode ser constatado nas trajetórias políticas do Cabo Amintas Oliveira, Do Cabo Didi, do Sargento Zezinho do Bugio e do Sargento Byron.

Na eleição de 2016 para a Câmara Municipal de Aracaju, foi eleito como vereador por Aracaju o Cabo PMSE Amintas (PTB), com 2.148 votos. Diferentemente do Capitão Samuel e do Sargento Vieira, o Cabo Amintas não trazia atrelada à sua imagem política, de forma

⁶⁴ Disponível em: <https://www.sergipenoticias.com/politica/2016/03/1269/vieira-quer-que-governo-do-estado-chame-excedentes-da-pm.html>

prioritária, a luta pelos direitos dos trabalhadores da segurança pública, mas a imagem de “linha dura”, de “combatente do crime”, a qual enfatizou em programas radiofônicos e televisivos com abrangência em Sergipe, a exemplo do quadro “Banquinho com Bareta”, que ia ao ar na TV Atalaia, afiliada sergipana da TV Record.

A candidatura e o mandato do Cabo Amintas se coadunam com a já mencionada anteriormente propensão de parte do eleitorado em votar nos policiais-políticos que se apresentam publicamente, através das mídias tradicionais e digitais, como “guardiões da sociedade”, capitalizando para suas trajetórias políticas suas carreiras operacionais, no enfrentamento à criminalidade, como já observaram os autores Fábria Berlatto, Adriano Codato e Bruno Bolognesi (Berlatto et al, 2016, p.78-79).

Amintas Oliveira Batista ingressou na PMSE em julho de 1992, e destacou-se em ocorrências na Companhia de Radiopatrulha e no Batalhão de Choque. Às suas expensas, Amintas passou a filmar as ocorrências a que atendia, incluindo confrontos e prisões em flagrante, e passou a divulgar os vídeos em canais do *Youtube* destinados às ocorrências policiais, a exemplo dos canais “Balanço Geral Sergipe” (TV Atalaia – Afiliada Record) e “Polícia Vinte e Quatro Horas”, ainda nos idos de 2015.

Essa visibilidade fez com que Amintas fosse convidado, de forma corriqueira, a compor o quadro “Banquinho do Bareta”, no Programa “Tolerância Zero”, apresentado pelo policial civil aposentado Otoniel Amado, o “Bareta”, já no ano de 2016.

Também em 2016, outro policial militar foi eleito, embora sua imagem pública (política) esteja mais associada à comunidade do Bairro Bugio (Conjunto Assis Chateaubriand) do que à Força Pública, ao ponto de muitos desconhecerem sua anterior atividade profissional. Trata-se do 3º Sargento da Reserva Remunerada Norberto Alves Junior, conhecido na Zona Oeste da Capital como “Zezinho do Bugio” (PTB), que recebeu 4.548 votos.

Norberto Alves Júnior, ingressou na Corporação em outubro de 1994, tendo exercido suas funções por maior tempo na Companhia de Operações Especiais, tendo participado de ações de combate aos assaltos a bancos, em fins da década de 90.

Em sua comunidade de origem, “Zezinho” é conhecido pelo apoio ao esporte amador, especialmente ao futebol. Mesmo lá, poucos sabem que ele serviu no Comando de Operações Especiais da Polícia Militar do Estado de Sergipe, sendo o único operador daquela unidade especializada a possuir o Curso de Guerra na Selva (Commando Jungle) da Colômbia.

Tendo ficado como suplente de vereador de Aracaju no pleito de 2020, momento no qual concorreu pelo PSD, em 2023 Zezinho assumiu uma vaga na câmara municipal da capital, após a cassação de dois vereadores em razão de fraudes no preenchimento de cota de candidaturas

femininas. Entretanto, como na ocasião da posse Zezinho estava filiado ao PSB, o Diretório Estadual do PSD peticionou ao TER-SE uma ação por infidelidade partidária.

Em fevereiro de 2024, o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe sentenciou Zezinho do Bugio (PSB) à perda do mandato de vereador de Aracaju, em decorrência dessa acusação de infidelidade partidária, na ação proposta pelo PSD⁶⁵.

O Cabo PMSE Adriano de Souza Santana, conhecido politicamente como “Cabo Didi”, ingressou na Polícia Militar do Estado de Sergipe em janeiro de 1999, tendo exercido suas funções na então Companhia de Radiopatrulha (hoje Batalhão).

Internamente, no âmbito dessa Unidade Especializada, Adriano destacou-se por sua “operacionalidade”, sendo a guarnição por ele comandada a recordista em apreensão de armas de fogo por mais de um ano consecutivo, fato que provocou o laureamento do militar com a medalha do “Mérito Policial Militar”, em 2011.

Adriano tomou posse como vereador de Aracaju em 04 de fevereiro de 2019, em razão da posse de Kitty Lima (REDE), de quem figurava como primeiro suplente, como deputada estadual. Na eleição de 2016 para o cargo de vereador de Aracaju, Cabo Didi (pela REDE) obteve 1.943 votos.

O Cabo Didi é conhecido na comunidade do Bairro Aeroporto e na Zona de Expansão de Aracaju devido ao seu projeto “Fumaça Zero”, que reúne voluntários e realiza palestras em escolas públicas e particulares no intuito de conscientizar a juventude daquela região em relação aos perigos do uso de entorpecentes, nos moldes do que é feito oficialmente pela instituição Polícia Militar através do Programa de Erradicação das Drogas (PROERD).

Nesse projeto, ocorrem práticas esportivas, a exemplo de aulas de futebol, judô e karatê, no intuito de “ocupar os jovens para que não recorram às drogas”.

Na eleição de 2020, para o cargo de vereador de Aracaju, Cabo Didi (pelo PSC) figurou como suplente, obtendo 1.626 votos.

Também em 2020, com o nome na urna de “Sargento Byron Estrelas do Mar” (REPUBLICANOS), o policial militar Byron Virgílio do Santos Silva elegeu-se com 1.743 votos.

Praticante de *surf* desde a adolescência, Byron encabeça desde o ano de 2011 o projeto “Estrelas do Mar”, que visa incluir pessoas com necessidades especiais na prática do *surf* e *bodyboard*. Dada a sua relevância social, esse projeto vem recebendo apoio dos governos

⁶⁵ Disponível em: <https://www.ffnoticias.com.br/tre-se-decide-pela-perda-do-mandato-do-vereador-zezinho-do-bugio>

estadual e da capital, nos últimos anos, incluindo a doação de pranchas para as práticas esportivas.

Durante a passagem da tocha olímpica por Sergipe, no preparativos para a Olimpíada Rio 2016, Byron recebeu a honraria de correr com a tocha, como reconhecimento público (e político) das ações de inclusão de deficientes no esporte, através do Projeto estrelas do Mar. Nessa ocasião, chegou a dividir a passagem do símbolo olímpico com o então Governador do Estado, Jackson Barreto (PMDB)⁶⁶.

Byron Virgílio dos Santos Silva ingressou na PMSE em julho de 1998, tendo atuado em diversas Unidades Policiais da Capital Sergipana. Paralelamente à sua atividade profissional. Sua inserção na carreira política, entretanto, está mais atrelada à sua atuação como promotor do acesso de pessoas com necessidades especiais ao *surfe* e ao *bodyboard*, do que a atuação policial ou associativa militar.

3 CONCLUSÃO

Para analisar esse movimento contínuo da caserna às ruas, em atos reivindicatórios, e das ruas às urnas, capitalizando politicamente o apoio popular mobilizado e conquistado durante seus protestos em prol dos operadores da segurança pública estadual, necessário se faz compreender três fatores essenciais: a construção da identidade policial-militar, fundamentada no culto à hierarquia e à disciplina; a formação das associações militares, como resposta à proibição constitucional à sindicalização e à greve dos membros das forças militares estaduais; e, a conversão das lideranças das associações em candidatos.

Essas candidaturas nos ajudam a compreender as dinâmicas de ingresso dos policiais estaduais de Sergipe na política eleitoral - suas trajetórias biográficas e profissionais são mediatizadas, sendo convertidas em recursos políticos, os legitimando a participarem dos pleitos.

Principiando pela identidade policial-militar, observa-se que como forças auxiliares e reservas do Exército Brasileiro, nos ditames do Artigo 144 da Constituição de 1988, mesmo em tempo de paz possuem as polícias militares três características essencialmente militares: a investidura militar, a organização militar e a estética militar.

⁶⁶ Disponível em: <https://brazil.nissannews.com/pt-BR/releases/atrevimento-e-supera-o-marcam-a-vida-de-byron-virgilio-dos-santos-silva-que-conduz-a-tocha-olimpica-em-aracaju?selectedTabId=photos&page=27&query=&modal=photo-06959dec7dd5420d8d3265a9cf1596dd>

A investidura militar, traduzida na sujeição dos militares dos Estados e do Distrito Federal (policiais e bombeiros militares) ao Código Penal Militar, na possibilidade de responsabilização pelo cometimento de crimes militares em sentido estrito, como os crimes de “Desacato à Superior”, “Insubordinação” e “Motim”, entre outros tipos, coloca os membros das polícias militares dos estados (e do Distrito Federal) como sujeitos tutelados pelas Auditorias Militares Estaduais, que são varas especializadas da Justiça Estadual. Nos estados que possuem maior efetivo, as Auditorias Militares estão congregadas em Tribunais Militares Estaduais.

A organização militar se traduz no ordenamento administrativo, visualizado no organograma dessas instituições, no qual existe junto a um comando geral um “estado-maior”, um *staff*, nos moldes estabelecidos por Carl von Clausewitz em sua obra *Da Guerra* (2010), o qual por sua vez, foi inspirado na Academia Militar Prussiana ao verificar como o arquirrival Exército Napoleônico se instrumentava, subdividindo a administração em quatro temáticas: efetivo, informações, planejamento e logística.

Essa forma de gerir a guerra (ou a segurança), se reproduz desde o escalão maior das forças até os Batalhões, que são suas unidades operacionais, sendo o Batalhão a menor fração de tropa a possuir um estado-maior.

A estética militar confere ao membro da força o sentimento de “espírito-de-corpo”, de pertencimento a uma mesma corporação, ao envergarem todos o mesmo um uniforme (uma forma). A farda, entretanto, enverga nos ombros (no caso dos oficiais comandantes) ou nos braços (no caso dos praças componentes da tropa) o grau hierárquico daquele integrante: os postos dos oficiais e as graduações dos praças.

Sendo forças auxiliares ao Exército Brasileiro, a hierarquia das polícias militares não comporta os postos de oficiais-generais. Da menor a maior posição hierárquica tem-se o Círculo dos Praças, O Círculo dos Praças Especiais e o Círculo dos Oficiais. As graduações dos praças são: soldado, cabo, terceiro-sargento, segundo-sargento, primeiro-sargento e subtenente. Os praças especiais são os alunos do curso de habilitação de oficiais (em geral subtenentes), os cadetes (alunos oficiais) e os aspirantes-a-oficiais (estagiários do posto de segundo-tenente). Os oficiais são respectivamente em sua carreira: segundo-tenente, primeiro-tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel, sendo este último posto, no Estado de Sergipe, alcançado apenas pelo critério “merecimento”, com forte influência política na figura do Governador do Estado, autoridade responsável pela assinatura dos decretos de promoção do oficialato. Para ser comandante-geral, cargo máximo da instituição, é preciso estar no último posto.

Ao comentar sobre a identidade militar, Lauriane Porto Albertini, em obra organizada por Celso Castro e Piero Leirner (2009, p.81), enfatiza que o militar é adestrado nos centros de

formação para ver-se como um ser apartado do “mundo civil”, se considerando, inclusive, como distinto dos “paisanos”.

Para José Murilo de Carvalho (2019, p.29), essa conversão de “paisanos” em “militares” passa pelo processo de transformação das identidades, em meio a uma “instituição total”, no sentido goffmaniano do termo.

Em capítulo na obra *Iniciação à Prática Sociológica* (CHAMPAGNE & LENOIR, 1998, p.16-17), intitulado “*Experiência vivida e exigência científica de objetividade*”, Louis Pinto alerta que o estudo dos militares, enquanto integrantes de uma instituição total e totalizante, deve considerar que a socialização profissional desses agentes perpassa técnicas de mortificação do “antigo homem – civil” (paisano), principiando por um alistamento (condições de entrada idealizadas a um perfil / voluntariedade em submeter-se a testes e desafios), seguido de um ou mais ritos de passagem nos cursos de formação inicial (ritos iniciáticos), havendo inclusive a negação da singularidade / individualidade nessa fase intermédia – o recruta, neófito, não é mais “paisano”, mas ainda não tornou-se militar “de fato” – não tem nome, mas número – passa por técnicas de mortificação (rastejo na lama, ser chamado de “bicho”, monstro”, etc), que através da subordinação e submissão extremadas almejam produzir um sentimento de pertencimento a uma “causa maior”, a uma “missão” a um “sacerdócio militar”. A obediência incondicional aos instrutores, em meio a um “desapossamento do espaço e do tempo”, também se faz presente nesse período transacional e metamórfico, dos cursos de formação.

Como produto dessa “consagração” em comum, do espaço “profano” da vida civil ao “sagrado” sacerdócio da carreira militar (na perspectiva nativa), os militares vêm-se como participantes de um mesmo corpo místico – a tropa – unido por um “espírito-de-corpo”, traduzido na ascendência da “missão” sobre os interesses particulares, idealmente. Entretanto, o fenômeno que estamos a analisar flui no sentido contrário: da caserna às ruas, ou melhor dizendo, do “mundo (policial) militar” ao “mundo civil”. A política partidária, de cunho eleitoral, idealmente se dá fora dos quartéis, se adotado o modelo de “forças profissionais” descrito por Alfred Stepan (baseado em Samuel Huntington) em *Os Militares na Política* (1975, p.48).

Para compreender a ruptura com esse ideal profissional, necessário se faz observar em profundidade o funcionamento das associações policiais militares, no período pós-88.

Como a Constituição promulgada em 1988 manteve a proibição à sindicalização e à greve dos militares dos Estados (policiais e bombeiros militares), estas categorias profissionais se valeram da figura jurídica das “associações” – consentidas nos regulamentos militares para

promoção do desporto e da socialização entre os militares – para através do regime associativo pleitearem junto ao executivo estadual (ou distrital, no caso da PMDF e CBMDF), melhores condições de remuneração e trabalho.

Assim, apesar das já aqui mencionadas investidura (sujeição ao Código Penal Militar em tempo de paz), organização (fortes hierarquização funcional e disciplina “corretiva”) e estética (representando a um mesmo tempo pertencimento institucional e posicionamento hierárquico), os atos realizados em associações, no estabelecimento das pautas de reivindicação da categoria, e a posterior metamorfose das lideranças associativas em postulantes aos cargos eleitorais, seguem mais uma “lógica sindical”, que uma “lógica militar”.

Como observa Odaci Luiz Coradini (2001, p.77), os policiais que ingressam na arena político-eleitoral se valem, em geral, de dois “argumentos” principais: o conhecimento prático das questões de segurança pública e a representação dos interesses dessa categoria profissional.

Por essa ótica, a representação de classe, através das associações militares, passa a ser um caminho percorrível rumo à representação política.

Foi-se o tempo em que, numa ressaca do regime autoritário que perdurou por quase um quartil de século, os militares (nacionais ou estaduais) se limitaram aos quartéis. Como pontua Celso Castro no prefácio da 3ª edição de sua obra *O Espírito Militar*, a atual geração de militares vem gradativamente ocupando posições no espectro político, inclusive se utilizando dos meios de comunicação para externalizar descontentamentos e opiniões.

No período abrangido neste capítulo inicial da pesquisa, entre o (primeiro) Movimento Tolerância Zero (2008-2010), que culminou com a (primeira) eleição do ex-presidente da Associação dos Oficiais Militares de Sergipe (ASSOMISE), Capitão PMSE Samuel Alves Barreto, ao cargo de deputado estadual e as eleições do Cabo PMSE Amintas Oliveira Batista e do Sargento PMSE “Zezinho do Bugio”, em 2016, os mencionados policiais-políticos ampliaram suas redes de alianças, para além dos muros dos quartéis e das associações.

O Capitão Samuel, em aliança com membros da comunidade evangélica sergipana, fundou em 2017, durante sua segunda legislatura estadual (2015-2018), uma unidade de tratamento de dependentes químicos nomeada “Batalhão da Restauração”, com viés ao mesmo tempo “terapêutico e religioso”⁶⁷.

Em 2023, Samuel Barreto, sem mandato, após figurar como deputado estadual por três legislaturas (2011-2022). Ocupou o cargo de confiança de Presidente da Fundação Renascer, responsável, entre outras coisas, pela política de ressocialização dos menores em conflito com

⁶⁷ Disponível em: <https://batalhaodarestauracao.com.br/>

a lei. Sua nomeação para esse cargo se deu com a eleição do ex-deputado federal Fábio Cruz Mitidieri (PSD) ao cargo de Governador de Sergipe.

O Cabo Amintas Oliveira, sem mandato, prossegue em sua parceria com o policial civil aposentado, e radialista, Otoniel Rodrigues Amado, o “Bareta”, com diárias inserções radiofônicas nas quais defende “o endurecimento das ações policiais no combate ao crime. Zezinho do Bugio (PSB), em sua segunda legislatura na câmara municipal de Aracaju (desde 2021), vinha pleiteando junto ao Prefeito de Aracaju, Edvaldo Nogueira (PDT), melhorias para a comunidade do Conjunto Assis Chateaubriand e entorno, mas foi surpreendido com a perda do mandato.

O Sargento Byron (Republicanos) segue como vereador na capital sergipana, sendo reeleito no pleito de 2024, ao tempo que prossegue seu Projeto Estrelas do Mar, com o apoio do Prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira (PDT) e do Governador do Estado de Sergipe, Fábio Mitidieri (PSD).

Em comum entre esses policiais-políticos, além de terem servido na Polícia Militar do Estado de Sergipe, está a construção de redes de alianças que se estendem para muito além dos muros dos quartéis.

Em relação ao uso do sistema de alianças como fundamento pelos políticos, observa o professor Wilson José Ferreira de Oliveira que:

A relação entre o sistema político e o sistema de alianças constitui um dos ingredientes principais para a compreensão da política no Brasil e de suas relações com o Estado, com os grupos dirigentes, com as dinâmicas partidária e eleitoral, com os processos de participação política, com os usos das mídias sociais digitais, entre outros.⁶⁸

Fernanda Rios Petrarca e Wilson Oliveira (2017, p.192) já haviam observado que o exame das condições, dos processos e das lógicas de formação e recomposição de grupos dirigentes “constitui uma das alternativas pertinentes para a apreensão de como tais relações são constantemente redefinidas e transformadas”.

Nesse sentido, as lógicas de alinhamentos e realinhamentos passam por contínuas construções e reconstruções, podendo antigos aliados passarem a compor polos distintos, como observado na separação entre o Capitão Samuel e o Sargento Vieira em 2012, ou, noutro contexto, antigos opositores serem absorvidos na máquina estatal, como na nomeação do Capitão Samuel para a Fundação Renascer, em 2023.

⁶⁸ Apontamentos do autor durante as aulas da disciplina “Sociologia da Política”, no âmbito do Doutorado em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe.

As lógicas da conversão dos policiais militares em políticos não são uníssonas, pois tanto pode ocorrer o aproveitamento da “expertise policial” em seus discursos, como também a apropriação da imagem de “luta pelos direitos dos policiais”, ou mesmo de “apoio à comunidade”.

Quaisquer que sejam as gramáticas utilizadas pelos policiais-políticos oriundos da PMSE, as lideranças partidárias (tradicionais) têm permitido a inserção desses “recrutados” em suas “fileiras”.

Conclui-se que, no caso sergipano, há uma tendência de terem os policiais-políticos se viabilizado politicamente através de uma ou mais dessas três condições prévias: a) Participação em movimentos reivindicatórios, através das associações de classe; b) Engajamento em associações filantrópicas ou de assistência; c) Mdiatização das ações de combate ao crime, notadamente o tráfico de drogas e roubos armados.

REFERÊNCIAS

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano. Candidatos policiais na política nacional: uma análise dos aspirantes a deputado federal. (Artigo) Newsletter. **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, Curitiba, v. 1, n. 7, p. 1-16, dez. 2014.
Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/2583>

BERLATTO, Fábila; CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno. Da polícia à política: explicando o perfil dos candidatos das forças repressivas de Estado à Câmara dos Deputados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 21, p. 77-120, set./dez. 2016.
Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3223>

CARVALHO, José Murilo de. **Forças armadas e política no Brasil**. Ed. Todavia. São Paulo. 2019.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar: um antropólogo na caserna**. Rio de Janeiro. ZAHAR. 2003.

CASTRO, Celso e LEIRNER, Piero (Orgs). **Antropologia dos militares**. FGV. Rio de Janeiro. 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. **A ruptura com as pré-construções espontâneas ou eruditas**. (Cap. IV) In ____ CHAMPAGNE, Patrick; LENOIR, Renoir *et al.* **Iniciação à Prática Sociológica**. Ed. Vozes. 1998. Petrópolis – Rio de Janeiro.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 2010.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento das elites políticas**. Ed. Dumará. Rio de Janeiro. 2001.

LEIMER, Piero. **Antropologia dos Militares.**

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo. Editora 34. 1999 (1997).

OLIVEIRA, W. J. F. de. (2021). **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção.** Estudos De Sociologia, 26(50). <https://doi.org/10.52780/res.14759> Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/14759> _ Redes de confiança, inserção e atuação profissional em partidos políticos no Brasil. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia vol. 24 (1) | 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/926>

OLIVEIRA, Wilson J.F. de & PETRARCA, Fernanda Rios. **Parentelas, grupos dirigentes e alianças políticas.** Política & Sociedade - Florianópolis - Vol. 16 - Nº 37 - Set./Dez. de 2017

PASSOS, Gleise da Rocha. **“Segurança pública não é só polícia!”- Segurança e participação social em relação ao policiamento comunitário na cidade de Aracaju.** Salvador. 2011. Tese de doutoramento em ciências sociais na Universidade Federal da Bahia.

SEGATA, Jean & RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.) **Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura.** ABA. Brasília. 2016

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe.** 2008, 218p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe.

STEPAN, Alfred. **Os Militares na Política: As mudanças de padrões na vida brasileira.** Artenova. Rio de Janeiro. 1975.

VIEIRA, Bergson Morais & CARVALHO, Alex Menezes. **Padrões de carreira e formas de reconversão da militância político-partidária.** Revista Prelúdios. Salvador, v. 9, n. 9, p. 134-161, jan./jun. 2020.

SOCIOLOGIA À BRASILEIRA: **uma perspectiva teórico-metodológica decolonial do estudo das Políticas Públicas**

Jaíne Reis Araújo (UFS)

Resumo: As políticas públicas configuram o meio pelo qual as sociedades se relacionam entre si e com o ambiente por meio da resolução de problemas comuns a determinados grupos, através de dinâmicas de poder e práticas políticas, demandando um conjunto de processos, elaborados e implementados por atores governamentais (de nível municipal, estadual ou federal), a partir de uma agenda governamental, com o objetivo de assegurar os direitos básicos à população. O objetivo deste artigo é o de problematizar a tradição intelectual ocidentalizada sobre os estudos das políticas públicas, indicando os desafios coloniais e apresentando a emergência de uma literatura nacional como uma perspectiva de estudos decolonial, tendo como metodologias o estudo comparativo e revisão de literatura. Em um primeiro momento, foi discutida a tradição intelectual subordinada da Sociologia Brasileira, como resultado de um projeto acadêmico imperialista; em um segundo momento, foi realizado um estudo comparativo entre o caso da França e do Brasil no que tange os estudos das políticas públicas, ressaltando a contribuição da Sociologia para este campo. Por fim, foi levantado um breve aporte teórico-metodológico sobre o estudo de políticas públicas no Brasil, com enfoque em estudos realizados por alguns pesquisadores vinculados à Universidade Federal de Sergipe, destacando a importância da adoção de uma perspectiva descolonizadora. Conclui-se que a importação de problemáticas e teorias sociológicas dos centros imperialistas, desse modo, deve ser superada em favor da formulação de teorias, métodos e técnicas para a análise de problemas sociais nacionais, desafiando a dominação externa e promovendo a conscientização da crise da Sociologia na busca pela descolonização.

Palavras-chave: Políticas públicas; Sociologia; Descolonização; Ciência Política.

Abstract: Public policies are the means by which societies relate to each other and to the environment by solving problems common to certain groups, through power dynamics and political practices, requiring a set of processes, drawn up and implemented by government actors (at municipal, state or federal level), based on a government agenda, with the aim of ensuring basic rights for the population. The aim of this article is to problematize the Western intellectual tradition on public policy studies, pointing out the colonial challenges and presenting the emergence of a national literature as a decolonial studies perspective, using comparative studies and a literature review as methodologies. Firstly, the subordinate intellectual tradition of Brazilian Sociology was discussed, as a result of an imperialist academic project; secondly, a comparative study was carried out between the case of France and Brazil with regard to public policy studies, highlighting the contribution of Sociology to this field. Finally, a brief theoretical-methodological contribution was made to the study of public policy in Brazil, focusing on studies carried out by some researchers linked to the Federal University of Sergipe, highlighting the importance of adopting a decolonizing perspective. The conclusion is that the importation of sociological problems and theories from imperialist centers must be

overcome in favour of the formulation of theories, methods and techniques for the analysis of national social problems, challenging external domination and promoting awareness of the crisis of sociology in the search for decolonization.

Keywords: Public policies; Sociology; Decolonization; Political Science.

1 INTRODUÇÃO

Conforme variados estudos, a existência de uma política pública implica, necessariamente, na necessidade de solução de um problema social, por meio de sucessivas ações direcionadas à sociedade ou espaço geográfico. Desse modo, as políticas públicas configuram o meio pelo qual as sociedades se relacionam entre si e com o ambiente por meio da resolução de problemas comuns a estes grupos, demarcando uma relação entre sociedade e Estado. Reconhecendo que as Políticas Públicas configuram uma sub-área da Sociologia, dotada de interdisciplinaridade, o objetivo deste artigo é o de problematizar a tradição intelectual ocidentalizada sobre os estudos das políticas públicas, indicando os desafios coloniais e apresentando a emergência de uma literatura nacional como uma perspectiva de estudos decolonial.

Então, em um primeiro momento, será apresentada uma breve contextualização da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que reflete e reproduz, até os dias atuais, uma tradição intelectual marcada pelas teorias europeias e norte-americanas, também presente nos estudos das políticas sociais (Petrarca & Oliveira, 2023; Liedke Filho, 2005). Em um segundo momento, será feito um estudo comparativo entre os estudos do campo da Política Pública na França e no Brasil, com foco nos estudos de Pierre Muller (2018) e Cortes e Lima (2012), destacando três sociólogos franceses importantes para o estudo de teorias e concepções sociológicas acerca das políticas públicas — Durkheim, Bourdieu e Foucault. Por fim, será apresentada uma alternativa teórico-metodológica para a contribuição de uma Sociologia descolonial, a partir das reflexões de Mignolo (2017).

2 SOCIOLOGIA À BRASILEIRA: DESAFIOS DECOLONIAIS

As políticas públicas, longe de uma definição simplória, são um conjunto de processos, elaborados e implementados por atores governamentais (de nível municipal, estadual ou federal) a partir de uma agenda governamental, com o objetivo de assegurar direitos à população — beneficiando diversos grupos ou apenas uma pequena parcela, já previstos na Constituição Federal. Desse modo, uma série de iniciativas e medidas são tomadas, motivadas por representantes políticos, lideranças ou movimentos sociais, que culminarão em um programa direcionado, especificamente, ao problema social a ser resolvido.

Vale destacar que a complexidade deste campo, marcada pela interdisciplinaridade, está embasada na análise das relações entre Estado e sociedade, onde o Estado é legitimado e

influenciado pela sociedade, enquanto a sociedade simultaneamente é profundamente transformada pelas políticas resultantes do Estado enquanto poder governamental (Cortes; Lima, 2012). Essa natureza complexa e interdisciplinar se refletiu nos diversos padrões de institucionalização em diferentes países, sendo o Brasil um território particularmente afetado. Entretanto, antes de especificar sobre o campo da política pública, é necessário uma contextualização da Sociologia Brasileira e seus desafios como uma disciplina subordinada a uma estrutura de domínio intelectual eurocêntrico.

Muitos pesquisadores já denotam as dificuldades de institucionalização da sociologia brasileira e as tradições intelectuais norte-americanas e europeias que ainda nos defrontamos e reproduzimos (Petrarca & Oliveira, 2023; Cortes & Lima, 2012; Liedke Filho, 2005). De acordo com Petrarca e Oliveira (2023), a sociologia brasileira estava inserida em um “processo imperial de consolidação das ciências sociais”, que hierarquizava o desenvolvimento das disciplinas nas diferentes regiões do mundo. Desse modo, os pesquisadores brasileiros consumiam principalmente as teorias produzidas nos Estados Unidos ou Europa, reforçando, conforme indicam os autores com relação às renovações teóricas, “sua posição subalterna em relação à sociologia mundial, a aplicação de teorias pouco compatíveis com a modernidade brasileira e a negligência da reflexão teórica sobre a própria modernidade” (p. 207).

Nesse sentido, a tradição que acompanha a produção sociológica brasileira é a de “pensamento social”, legitimando, a cada nova onda de “pensadores”, a suposta inaptidão do brasileiro de produzir suas próprias teorias, mas de serem ótimos intérpretes das teorias internacionais, aplicando-as ao contexto brasileiro ao destacar nossas particularidades — mesmo que já houvesse notórios trabalhos que abriram caminho para a identificação e discussão dos problemas nacionais.

Então, o que se destaca aqui, é o momento de subordinação da sociologia brasileira à sociologia ocidental: após a institucionalização das ciências sociais no Brasil, ocorrida tardiamente (tal como o processo de modernização) em meados da década de 1930, todos os trabalhos até então desenvolvidos por autores nacionais foram considerados “pré-sociológicos”, pois esses trabalhos supostamente não teriam sido desenvolvidos sob o rigor científico que a área exigia, podendo adotar, no máximo, um valor descritivo ou histórico. Segundo os autores:

Assim, quando se institucionalizou as ciências sociais no Brasil, já havia um corpo sólido de trabalhos que realizaram importantes descobertas, uma linhagem de autores que haviam aberto o caminho para a discussão dos problemas nacionais. Todavia, esses autores foram descartados por serem considerados ensaístas, ideológicos e pré-sociológicos, cujos trabalhos seriam próprios de etapas anteriores ao desenvolvimento

da ciência, considerados de valor no máximo histórico e não como tendo o valor heurístico que suas obras carregavam (Petrarca; Oliveira, 2023, p. 207).

Entretanto, ao se tratar da consolidação da sociologia brasileira, há duas perspectivas que merecem ser destacadas do trabalho de Liedke Filho (2005): o contraste entre a Teoria da Modernidade, que enfatiza as condições normativas e institucionais que culminaram no desenvolvimento da “sociologia científica”, marcada pela adoção dos princípios básicos do conhecimento científico utilizados pelas ciências naturais e exatas, e a Teoria do Neocolonialismo, que destaca a influência intelectual da sociologia dos países centrais sobre a sociologia latinoamericana, perpetuando uma condição imperialista de estagnação ou dependência epistemológica.

O contraste entre as duas teorias, portanto, está na defesa positiva do evolucionismo da sociologia no primeiro caso e, no segundo, a problemática de que, dentro do sistema neocolonial, o avanço da teoria nacional nunca será alcançado sob o dependentismo das teorias centrais. Então, em vista disso, a consolidação de uma Sociologia Nacional configura-se como uma nova etapa a ser alcançada a partir da superação da situação neocolonial por meio da “consolidação de democracias nacionais populares”.

A importação de problemáticas e teorias sociológicas dos centros imperialistas, desse modo, deve ser superada em favor da formulação de teorias, métodos e técnicas para a análise de problemas sociais nacionais, desafiando a dominação externa e promovendo a conscientização da crise da Sociologia na busca pela descolonização.

Como mencionado anteriormente, o campo das políticas públicas demonstra uma natureza interdisciplinar que culminou em diversos padrões de institucionalização em países diferentes. Há países onde a disciplina aproximou-se bastante da ciência política, como nos Estados Unidos, ou se desenvolveu como uma disciplina específica denominada de social policy (políticas sociais), evidenciada na Grã-Bretanha. Essa dinâmica demonstra que as trajetórias históricas nacionalmente distintas, bem como ambientes acadêmicos e políticos diversos, geram diferentes padrões de institucionalização e aproximação com disciplinas acadêmicas. Isso se aplica tanto à área das Ciências Sociais quanto ao campo das Políticas Públicas. Esse artigo, no entanto, focará na contribuição da Sociologia para a análise das políticas públicas na França e no Brasil, a partir de um estudo comparativo sobre o processo de institucionalização do campo nos dois países.

3 CONTEXTO DE CONSOLIDAÇÃO DO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA COMPARAÇÃO ENTRE BRASIL E FRANÇA

No livro *Políticas Públicas* (2018), o cientista político Pierre Muller traz uma análise das políticas públicas, destacando o caso da França, afirmando a possibilidade de esta análise possibilitar a abertura de um novo olhar sobre a política:

Tratando-se da França, especialmente, ela conduz ao questionamento sobre a crise do que chamamos modelo francês de políticas públicas, fundado na concentração de conhecimento técnico legítimo no Estado, no controle da agenda política pela elite político-administrativa, no papel-chave da administração pública no desenvolvimento econômico e na fragmentação dos sistemas de representação em uma lógica setorial. (Muller, 2018, p. 117).

Esse modelo permitiu que a França recuperasse o atraso acumulado na primeira metade do século XX, contexto de várias mudanças sócio-históricas. Desse modo, a elite político-administrativa conseguiu legitimar sua visão do mundo, que tinha base na lógica da ação estatal na condução das políticas governamentais — no entanto, a centralização do Estado entrou em crise com o aumento de poder da União Europeia e a integração da França em um sistema econômico mundial, enfraquecendo a influência dessa elite sobre o processo de elaboração das políticas públicas.

Observa-se, a partir disso, que uma crise de mediação transforma o espaço público (Muller, 2018), a partir do enfraquecimento das formas de representações tradicionais, sejam sindicais ou profissionais, em que os principais problemas sociais levantados (como pobreza, desemprego, exclusão ou meio ambiente) não se incluem mais em uma lógica de divisão setorial. Agora, o espaço público é visto como um lugar de “produção de sentido e como lugar de expressão dos interesses sociais no momento mesmo da emergência de novas relações entre o indivíduo e a ação coletiva” (p. 118). É problemática a dissociação crescente entre a função de representação política e a função de elaboração das políticas públicas, que visa atender a problemas sociais cada vez mais complexos e globalizados, demarcando uma determinação do contexto externo (internacional) cada vez maior do conteúdo das políticas públicas.

Desse modo, é perceptível que, se no início do século XX o modelo francês de políticas públicas legitimou a centralização da ação estatal na condução das políticas governamentais, a segunda metade do século XX foi marcada pela constituição de um espaço europeu de ação pública. Ou seja, com a criação do euro e a concretização do mercado único, os Estados

européus perderam sua capacidade de definir políticas macroeconômicas autônomas, devendo seguir as “normas europeias” como um padrão para os atores setorizados⁶⁹.

O papel do sociólogo, nessa nova relação com o território, é o de observar a ação dos prefeitos⁷⁰ com relação ao desenvolvimento econômico e demonstrar que ela nunca está separada do desejo de perpetuar a coesão do tecido social local. Desse modo, o atual território — o descentralizado, tecnopolo e interurbano — é um território abstrato e “construído pela ação de elites locais intermediárias que executam as políticas públicas regionais, departamentais, urbanas e, cada vez mais, interurbanas” (p.106), o que demarca uma transformação do global em redes, cujos atores agem conforme diferentes lógicas, mobilizando diversos recursos, e cujas interações compõem coletivos de governança urbana (Muller, 2018).

No que tange o campo das Políticas Públicas no Brasil, até o final dos anos de 1990, a institucionalização ainda era incipiente, caracterizada por uma fragmentação organizacional e temática e também pela demasiada burocratização pública na produção de análises sobre as políticas (Cortes & Lima, 2012).

Nos últimos anos, o campo das políticas públicas se expandiu de forma significativa. A mudança foi impulsionada, entre outras razões, pela crescente importância que a questão da promoção do desenvolvimento conjugado a políticas sociais passou a ocupar na agenda governamental (Draibe e Riesco, 2009). Houve também expressivo aumento dos empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas, especialmente naquelas envolvidas na provisão de serviços sociais. Em paralelo, observou-se a Expansão acelerada da formação graduada e pós-graduada na área de políticas públicas (Cortes & Lima, 2012, p. 35).

O que se pode observar, portanto, é que o crescimento das políticas públicas no Brasil, a partir dos anos 2000, está ligado não apenas ao espaço que as políticas sociais ocuparam na agenda governamental, mas também no aumento da empregabilidade nos setores públicos e privados de fornecimento de serviços sociais, bem como no aumento da especialização acadêmica nesta área. Entretanto, semelhante ao caso dos Estados Unidos, este campo foi fortemente vinculado à Ciência Política, devido à classificação como subárea desta área do conhecimento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e devido à “estruturação temática ‘Estado e políticas públicas’ na Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)”.

⁶⁹ O autor traz o exemplo da implementação da Política Agrícola Comum (PAC) como uma política pública ambiental que se tornou uma referência obrigatória para todos os atores do setor ambiental nos países da União Europeia.

⁷⁰ Ou a ação de outros representantes políticos ou instituições burocráticas.

No entanto, há uma notória interdisciplinaridade evidente nos diversos departamentos de instituições de ensino superior e de pesquisa (como a Capes) vinculados à temática, pois o campo levanta a necessidade de variações teórico-metodológicas, somente possíveis pela diversidade de tradições disciplinares (Cortes & Lima, 2012). Mais especificamente, “ao tratar fundamentalmente da ação dos governos, os pesquisadores pressupõem que essa ação — e o que a provoca — transborde os limites estatais ou a esfera da política” (p. 36). Em vista disso, o foco da pesquisa recai sobre as relações entre Estado e sociedade, um tema de pesquisa voltado à área da Sociologia Política.

Afinal, quais são as contribuições da Sociologia para o campo das Políticas Públicas? Há diversas perspectivas e teorias que podem ser aplicadas para complexas relações entre Estado e sociedade. A análise de grupos sociais, por exemplo, pode ser classificada como duas vertentes: identidades sociais e atores sociais. O primeiro fenômeno está ligado à construção de identidades e alteridades sociais e a luta pelo reconhecimento, visando uma “evolução moral da sociedade”. O segundo fenômeno, por sua vez, está ligado à distinção entre atores estatais (aqueles que ocupam cargos no poder público) e sociais (aqueles que exercem influência por meio da participação em associações e movimentos sociais), destacando a importância das redes sociais na análise de políticas públicas.

Essa primeira contribuição é importante para examinar quem são os grupos sociais que impulsionam a inserção de um problema social na agenda governamental e quais são os atores envolvidos na formulação e implementação de políticas públicas, identificando aspectos de expertise e redes sociais. Além disso, a sociologia também contribui para a análise de políticas públicas a partir dos imperativos cognitivos e normativos (Cortes & Lima, 2012), que são normas ou princípios que orientam a ação dos indivíduos e grupos na sociedade.

Dessa forma, as políticas públicas são compreendidas como construções de matrizes cognitivas e quadros normativos que conformam as possibilidades de ação dos diferentes atores envolvidos e regulam as relações de conflito entre os grupos sociais. Esse fenômeno, ainda que mais subjetivo, assemelha-se fortemente ao processo de europeização das políticas públicas que Muller (2018) descreve sobre o caso da França.

A importância desses estudos, portanto, está na busca pelos imperativos cognitivos e normativos nos processos políticos que produzem as políticas públicas, regulando tanto os grupos sociais quanto os atores envolvidos no processo de formulação das políticas.

Por fim, não se pode deixar de destacar a análise sociológica da estratificação social, estrutura social, desigualdade e como esses fenômenos se relacionam com as instituições políticas. Muitas são as contribuições internacionais para os estudos dessa vertente, como as

teorias clássicas de Durkheim, Weber e Marx — que consideram as instituições, modos de dominação e classes sociais — e as teorias contemporâneas de Bourdieu⁷¹, Giddens e Luhmann, que analisam a transformação e reprodução em sistemas sociais estratificados, as quais funcionam sob regras de distinção (ou diferenciação) que definem as funções dos atores.

Com relação ao papel do Estado, sobre a concepção de Durkheim, Oliveira (2010) afirma:

É possível entender assim por que, para Lacroix (idem), o poder (e/ou a autoridade) em Durkheim não foi inicialmente trabalhado como um conceito, nem mesmo descrito como uma instituição. Inicialmente, ele "designa sempre uma relação de interação" entre indivíduos e a sociedade política e, portanto, só poderia ser compreendido a partir da função que desempenha. O poder é quem age. E o agente do poder (ou da autoridade) é o Estado e seus funcionários (a sociedade política). Lacroix (idem, p. 256) afirma assim que o "objeto político" da sociologia durkheimiana é a função social do Estado na sociedade. Mas seu fundamento não poderia ser a força física, como em Weber. Os laços que poderiam unir os homens deveriam ser morais, coletivos e legitimados democraticamente (Oliveira, 2010, p. 129).

Assim, as instituições sociais são vistas como normas e organizações que moldam o comportamento dos indivíduos e mantêm a coesão social. Além dos sociólogos mencionados, há a teoria pós-estruturalista de Foucault que, através da ideia de governamentalidade e biopoder, possui importantes contribuições sobre a influência das instituições sobre a identidade e ações dos indivíduos. Essas relações são descritas a seguir:

A extensa obra de Foucault pode ser dividida em duas grandes fases: arqueologia do discurso e genealogia do poder/saber. Para o campo das políticas públicas, a segunda fase é a mais relevante, pois através dos conceitos de governamentalidade e biopoder focaliza o poder que age de maneira explícita sobre os corpos dos indivíduos, disciplinando práticas de ser e maneiras de compreender os outros (Chaput, 2009). Segundo o autor, o poder disciplinar - por meio de instituições modernas como o exército, a fábrica, o hospital, a medicina, a escola, o presídio - e do biopoder - ativando mecanismos regulamentadores estatais - desenvolvem políticas de coerção sobre o corpo, que manipulam elementos, gestos e comportamentos deste. Porém o mais relevante não é a coação, mas o caráter produtivo do poder que constroi, destroi e reconstrói, transforma, acrescenta, diminui, modifica - a cada momento e em cada lugar - a si mesmo e tudo com que se relacione (Pogrebinski, 2004). Os estudos de Foucault tiveram grande influência em diversos ramos temáticos da sociologia (violência, saúde, educação, cultura, entre tantos outros), os quais também são temas setoriais do campo das políticas públicas (Cortes; Lima, 2012, p. 50).

⁷¹ Sobre a contribuição de Bourdieu para o estudo das políticas públicas, há a possibilidade de apreensão de várias concepções, como a ideia de campo (espaço no qual se desenvolvem as relações de poder), habitus (relacionado aos estilos de vida) e capital, classificado como econômico, social, cultural e simbólico, que demarca um processo de diferenciação entre as classes, perpetuando uma estrutura de desigualdade. A reflexão sobre as políticas públicas, desse modo, deve considerar os diferentes mecanismos de diferenciação no campo analisado, que demandam uma intervenção governamental, a fim de identificar as dinâmicas de luta e qual tipo de capital os atores sociais envolvidos no processo de formulação e implementação devem angariar para participar deste processo.

Essas são apenas algumas teorias dos principais autores europeus pertinentes ao estudo das políticas públicas. Essa breve revisão tem o intuito de demonstrar que, mesmo os artigos escritos por pesquisadores brasileiros, voltados para esse campo, ainda reproduzem teorias e modelos de análise de países intelectualmente hegemônicos. Uma outra revisão de literatura, voltada para o modelo de análise de políticas públicas, revela que esse campo, enquanto área de conhecimento, nasceu nos Estados Unidos da América, com a preocupação centrada na produção e ação governamental.

Alguns autores, como Thomas Dye (*Understanding Public Policy*, 1984), definem políticas públicas de forma simples como "o que o governo escolhe fazer ou não fazer". Outros, como B. Guy Peters (*Politics of Bureaucracy*, 1995), ampliam a definição ao dizer que políticas públicas são a soma das atividades governamentais, que afetam diretamente ou indiretamente a vida dos cidadãos. Muitas definições destacam o papel da política pública na solução de problemas sociais, mas a definição mais conhecida é a de Harold Lasswell (*Politics: Who Gets What, When, How*, 1936, responsável por introduzir o conceito de análise de políticas (*policy analysis*), estabelecendo uma relação entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo, destacando o caráter distributivo e a competição pelos recursos e benefícios do governo. Portanto, dentre os inúmeros autores que se destacam nos estudos anglo-saxônicos das políticas públicas, alguns modelos de análise são discutidos nas obras de Theodor Lowi, 1964 e 1972; Lindblom, 1959; Caiden e Wildavsky, 1980; Wildavsky, 1992; Sabatier e Jenkins-Smith, 1993; Baumgartner e Jones, 1993, entre outros que não são o foco deste artigo.

Os modelos de análise elencados acima têm o intuito de evidenciar a forte influência da produção anglo-saxônica sobre a produção acadêmica do Brasil, principalmente em torno do tema da implementação⁷². Em virtude disso, as interações rotineiras entre burocratas e usuários de serviços públicos foram relegadas a um status secundário, então o potencial transformador dessa relação Estado-sociedade tem sido pouco explorada no debate nacional. É aqui onde se insere a sociologia do guichê, que demarca estudos na França a partir de meados da década de 1990, com o objetivo de analisar o "Estado em ação" (Muller, 2018) ao se debruçar sobre os guichês dos serviços públicos em diversas áreas, como a assistência social, educação, saúde, segurança pública, habitação, imigração, entre outros.

Para a administração, o guichê é uma abertura para o exterior e espaço da concretização de abstratos desideratos políticos e legais. Para o cidadão, ou usuário

⁷² Para melhor compreensão, recomenda-se o estudo do tema: ciclo das políticas públicas.

dos serviços, o guichê traz a personificação da instituição pública, por meio da qual se desdobram diálogos e trocas específicas sobre a sua situação. O guichê produz lugar, visibilidade e escuta. É nele que situações sociais ganham corpos, rostos e vozes. (Pires, 2017, p. 6).

Um dos desafios centrais é o papel dos burocratas na linha de frente da implementação das políticas. Estudos como o de Michael Lipsky sobre a burocracia de nível de rua destacam como os agentes públicos têm discricionariedade para adaptar políticas em contextos locais, o que pode levar a variações significativas nos resultados. Essa abordagem detalhada mostra a importância dos modelos analíticos — com ênfase, aqui, nos modelos de Weller (1999) e Dubois (1999) para explicar como as políticas públicas são formuladas e o impacto do neo-institucionalismo em revelar as forças estruturais e institucionais que moldam esse processo.

O primeiro modelo analítico, protagonizado pelos estudos de Weller, relata sobre “O Estado no guichê”, elaborando sobre o conceito de coprodução de serviços em meio a redes sociotécnicas, a partir de entrevistas, observação direta e etnografia das interações ocorridas em agências de seguridade social da periferia parisiense. A principal ideia foi a de *coprodução dos serviços públicos*: conceito de que os serviços são co-produzidos nas interações entre burocratas e usuários, envolvendo tanto aspectos humanos (como conversas e negociações) quanto não humanos (documentos, sistemas, regras).

A segunda vertente analítica da sociologia do guichê foi consolidada a partir do trabalho de Dubois, desenvolvido no curso dos anos 1990, assim como Weller. Sua abordagem foi etnográfica, com observações e entrevistas concentradas exclusivamente na CAF (Caixa de Benefícios Familiares), em Paris, questionando assim a noção de “coprodução” ao defender a ideia de que, por detrás dos papel de burocrata ou de usuário existem agentes sociais dotados de atributos que interferem no desenvolvimento de suas relações.

Assim, o controle de identidades é um tema central na análise das interações entre burocratas e usuários dos serviços públicos, especialmente no contexto da sociologia do guichê. Ele refere-se ao processo pelo qual os burocratas, ao implementar políticas públicas, exercem controle sobre como os usuários são percebidos e categorizados dentro das regras e normas administrativas. Esse controle tem implicações significativas para a maneira como as políticas públicas afetam os cidadãos, especialmente os mais vulneráveis.

Não se pode, entretanto, tornar irrisório o fato de que todos esses autores relevantes à sociologia sejam europeus ou norte-americanos, o que torna cada vez mais emergente a necessidade de abraçar a literatura sobre o estudo de políticas públicas no Brasil. Longe de promover um afastamento ou desconsideração da literatura clássica e deslegitimar as

importantes contribuições da literatura contemporânea internacional, o intuito é apenas o de promover a problematização da excessiva importação de metodologias e teorias sociológicas, em favor de uma valorização de uma descolonização intelectual, consumidora das teorias nacionais e técnicas coerentes com as especificidades dos casos brasileiros.

No próximo tópico, será apresentada uma perspectiva decolonial de reflexão sociológica, por meio de uma breve revisão de literatura local centrada na produção do grupo de pesquisa no qual estou vinculada, o Laboratório de Estudos do Poder e da Política⁷³, demonstrando que, tanto em Sergipe quanto no Brasil, é possível encontrar uma variedade de referências e metodologias ideais para um estudo menos ocidentalizado das políticas públicas. O objetivo, ainda longe de ser o desenvolvimento de um modelo propriamente brasileiro de análise, é o de demonstrar a viabilidade da perspectiva crítica e decolonial — mesmo em um contexto de importação de teorias internacionais.

4 APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para embasar a reflexão sobre este tema, ao elucidar sobre os atuais desafios decoloniais, Mignolo (2017) contextualiza que “(Des)colonialidades” foi um conceito originado no Terceiro Mundo, no período que essa divisão em três mundos decaiu e se inaugurou uma nova ordem mundial. Essa ideia teve um impacto muito semelhante à teoria de “biopolítica” de Foucault, como um resultado da análise pós-moderna centralizada na Europa — no entanto, a diferença estava em seu público.

Enquanto a ideia de “biopolítica” era apropriada, principalmente, pelos intelectuais Europeus e norte-americanos, a ideia de “colonialidade” foi essencial para a legitimar os mecanismos de controle sobre povos miscigenados em países ocidentais, imigrantes e demais povos prejudicados pela estrutura de alienação vigente. O objetivo dessa vertente teórica, portanto, seria o de promover um desprendimento das principais narrativas ocidentais, buscando um futuro que não fosse nem capitalista, nem comunista, mas decolonial.

O intuito da descolonialidade não seria institucionalizar-se como um novo universal que se apresenta como verdadeiro, como o caso das teorias eurocêntricas, mas como um novo modo

⁷³ O LEPP foi fundado em 2007 e é vinculado à Universidade Federal de Sergipe, exercendo atividades no Departamento de Ciências Sociais, no Programa de Pós Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFS, sob coordenação dos professores Dra Fernanda Rios Petrarca e Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

de pensar que se desvincula dos paradigmas ocidentais como legitimidade epistêmica. O pensamento descolonial, dessa forma, está “comprometido com a igualdade global e a justiça econômica”, juntamente do fazer comunal. Então, considerando o local de origem da descolonialidade e que este local (o terceiro mundo) já foi interferido por variados países imperiais do Ocidente, a singularidade epistêmica do projeto decolonial está na epistemologia fronteiriça.

Para que essa reforma epistemológica aconteça, é preciso aplicar o “desprendimento”: tanto da teoria política ilustrada e economia política, bem como da oposição do social-comunismo — todos esses marcados pelas reflexões sobre o capitalismo, comunismo, liberalismo, republicanismo e, naturalmente, originados na Europa e Estados Unidos. Porém, uma vez desprendidos, o caminho a se seguir é o de dirigir-se ao “reservatório de formas de vida e modos de pensamento que têm sido desqualificados pela teologia cristã”, pois a lógica de racialização surgida no século XVI tem dimensões ontológicas e epistêmicas, com o intuito de inferiorizar e alienar do conhecimento todas as línguas que não sejam “o grego, o latim e as seis línguas europeias modernas”, perpetuando assim o privilégio dessas instituições ocidentais.

Portanto, as principais contribuições teóricas e metodológicas deste movimento são a Teoria da Dependência e a Sociogênese. Quais as implicações deste conjunto de ideias, afinal? A Teoria da Dependência problematiza “o mito do desenvolvimento e da modernização” que “ocultava que os países do Terceiro Mundo não podiam desenvolver-se nem modernizar-se sob condições imperiais” (p. 20) — essa teoria, conseqüentemente, permite o reconhecimento dos sujeitos coloniais e da sensibilidade de mundo, que permite ao colonizado compreender suas experiências e memórias, ainda que sua intelectualidade esteja expressa numa língua ocidental. O método da sociogênese, por sua vez, baseia-se “na lógica da enunciação e da classificação que tem o privilégio de classificar e, assim, decretar o racismo epistêmico [...] e ontológico [...]” (p. 22), representando não apenas o pensamento fronteiriço e o desprendimento, mas a desobediência epistêmica.

Como um exemplo prático, no estudo das políticas públicas, um ponto indispensável a se identificar é como a dinâmica internacional afeta o processo nacional de formulação e implementação das políticas sociais (por meio da metodologia da sociogênese). Um exemplo bem notório é o artigo “*Arenas Públicas, Atores Sociais e Saber Técnico na formulação de Políticas Ambientais*”, de Nascimento & Oliveira (2019). O programa Águas de Sergipe (Nascimento, 2014) evidenciou, em Sergipe, um modelo de política pública baseado na conexão entre “órgãos públicos responsáveis pela gestão ambiental e agências de financiamento internacionais”. Desse modo, a pesquisa investiga as condições e lógicas envolvidas na política

ambiental, tendo como princípio norteador o exame da ação coletiva de instituições e dos movimentos sociais.

O primeiro passo foi analisar o programa a partir da problemática do ambientalismo como um problema público, identificando “as arenas públicas de construção da causa, o perfil dos atores sociais que fizeram parte do processo [...] e o peso do saber técnico como hipótese para o sucesso na implantação do programa” (p. 261). Para isso, foi realizado um mapeamento do desenvolvimento do programa, a partir do catálogo do conjunto de normas e atividades vinculadas ao aparato burocrático, disponível na Superintendência de Recursos Hídricos de Sergipe (SRH), e entrevistas semiestruturadas dos dirigentes e técnicos ligados à gestão ambiental, bem como do representante do Banco Mundial, responsável por acompanhar todo o processo de implementação.

No caso do programa *Águas de Sergipe*, observa-se um forte apelo internacional para a adoção, por parte das entidades governamentais, da perspectiva de conservação do meio ambiente; desse modo, os problemas de degradação ambiental passaram a integrar a agenda governamental, com subsídios do Banco Mundial, após a participação do Governo de Sergipe do Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semiárido Brasileiro (1997-2002), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente. O que é válido destacar, como contribuição para os estudos sociológicos de políticas ambientais, foi a inserção do problema público na agenda governamental a partir de uma demanda internacional; o critério de validação científica do problema, agregando dirigentes e técnicos dotados de expertise na área como principais atores da política, e a apropriação dos meios de comunicação como um elo entre governo e comunidade — ainda que o processo tenha sido bastante verticalizado, esse elo cumpriu uma demanda burocrática necessária para a implementação da política ambiental.

No artigo “*‘Lixo’, limpeza urbana e educação ambiental na implantação da coleta seletiva de lixo em Porto Alegre*”, Oliveira (2020) discute sobre o pioneirismo da capital do Rio Grande do Sul na implantação da “coleta seletiva de lixo” e como essa política culminou na mudança de determinadas noções e valores políticos e culturais a respeito do que é comumente chamado de “lixo”. Para que isso seja compreendido, é preciso voltar até a década de 1960, quando ocorreu uma redefinição do “lixo” e a sua associação à problemática de proteção ambiental — pois, até então, a referência dominante voltava-se ao problema de saúde pública e limpeza urbana como um serviço de controle da higiene da cidade.

Para a realização dessa pesquisa, o referencial empírico foi a “implantação do programa de Coleta Seletiva de Lixo em Porto Alegre”, subsidiado pela “imersão na gênese e no processo de institucionalização dos próprios serviços de limpeza urbana” (p. 182), viabilizando a

identificação das condições sócio-culturais propícias para a definição desta política. Desse modo, por meio dessa gênese e redefinição do “lixo” como resíduo sólido, de interesse público e de valor ambiental, foi possível caracterizar as dinâmicas de elaboração e operacionalização desse programa na capital (Oliveira, 2020).

É interessante destacar que a criação desta política pública regional está fortemente ligada ao estabelecimento de instituições governamentais federais e estaduais de gestão ambiental. Em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (nível federal) e, posteriormente, Secretarias de Saúde e de Planejamento (nível estadual), de onde saíram as iniciativas do desenvolvimento de uma política nacional de limpeza urbana a serem implementadas pelos municípios, por meio da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Além disso, é importante destacar o papel das associações nesse processo:

Paralelamente à constituição das agências governamentais diretamente vinculadas ao domínio da limpeza urbana foram também criadas associações para mobilização e representação dos interesses envolvidos com a administração e gestão de tais serviços. Entre estas destaca-se a Associação Brasileira de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública (ABLP) e a Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES). Para o que interessa neste artigo cabe destacar o papel desempenhado por tais associações na difusão e divulgação de modelos estrangeiros de administração destes serviços e de soluções a serem adotadas no tratamento do lixo. (Oliveira, 2020, p. 189).

A relevância sociológica desta pesquisa também está na adoção da sociogênese como metodologia, a fim de identificar a emergência de um problema social como uma demanda governamental, a partir da inserção na agenda por meio de movimentos coletivos. Além disso, traz o papel do aparato burocrático e institucional para a elaboração a nível nacional e implementação de políticas setoriais, por meio do estado ou município.

São variados os trabalhos desenvolvidos pelo Laboratório de Estudos do Poder e da Política⁷⁴, como “Dinâmicas institucionais e competência técnica no zoneamento ambiental da silvicultura no Rio Grande do Sul”, de Oliveira (2014), que trata, além dos pontos elencados, principalmente das *redes sociais* envolvidas na elaboração e execução da política de silvicultura no sul do Brasil, demonstrando uma elite burocrática por meio da análise da história social do setor de proteção ambiental e de um estudo biográfico dos atores vinculados ao processo, demonstrando uma exigente formação técnica e profissional.

No artigo “*Avanço da Maré, Riscos Ambientais e Estado*” (Oliveira; Nascimento; Souza, 2020), é analisada a *judicialização* nos processos de execução das políticas públicas

⁷⁴ O LEPP foi fundado em 2007 e é vinculado à Universidade Federal de Sergipe, sob coordenação dos professores Dra. Fernanda Rios Petrarca e Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira.

como uma resposta ao grau de conflitos entre os principais grupos envolvidos nesta política, também com a aplicabilidade da sociogênese e da análise de conteúdo como métodos essenciais para a discussão do objeto. Por fim, um outro trabalho que merece destaque, demonstrando a perspectiva da descolonização e desobediência epistêmica, também de Oliveira (2015) é o texto “*Antropologia, política e etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo*”, que problematiza a herança estadunidense às ciências sociais ao deslegitimar tanto a etnografia como um instrumento de análise viável para a Sociologia e Ciência Política. Segundo o autor:

[...] Lamentavelmente, essa relação de dupla ausência, da política na literatura etnográfica e da etnografia nas investigações dos fenômenos políticos, têm contribuído para que aspectos essenciais do funcionamento da vida política continuem sendo deixados de lado ou permaneçam encobertos, tais como: o ritmo da ação política, a textura da vida política, a situação dos atores políticos, bem como as complexidades diárias da política, os pequenos detalhes, seus meandros diários e os significados implícitos (AUYERO, 2006). (Oliveira, 2015, p. 189).

A incorporação da etnografia no âmbito das análises políticas demanda uma “mudança de atitude em relação concepção disciplinar das técnicas de pesquisa”, que viabilizará a adoção da *etnografia política* como uma área interdisciplinar de estudos teórico-metodológicos da política, retirando a natureza quantitativa dos “dados” que foi atribuída à Ciência Política pela literatura europeia e estadunidense e abrindo-se para uma nova forma de olhar e investigar os fenômenos políticos, a fim de “deixar a falar a política em nossa realidade” (Oliveira, 2015).

5 CONCLUSÃO

Conforme descrito, o objetivo deste artigo foi o de problematizar a tradição intelectual ocidentalizada sobre os estudos das políticas públicas, indicando os desafios coloniais e apresentando a emergência de uma literatura nacional como uma perspectiva de estudos decolonial. Então, elucidamos que a tradição que acompanha a produção sociológica brasileira é a de “pensamento social”, que demarcou, por muitos anos, uma subordinação da sociologia brasileira à sociologia ocidental: após a institucionalização das ciências sociais no Brasil, ocorrida tardiamente, todos os trabalhos até então desenvolvidos por autores nacionais foram considerados ensaísticos, carentes do rigor científico exigido pela recém institucionalizada disciplina, podendo adotar, no máximo, um valor descritivo ou histórico.

Acerca dessa problemática, levantou-se a necessidade de uma descolonização intelectual, a fim de se desprender gradativamente desse processo de imperialismo acadêmico a partir da valorização do nacional. Além disso, ao tratar dos estudos das Políticas Públicas na

França, observou-se que, se no início do século XX o modelo francês de políticas públicas legitimou a centralização da ação estatal na condução das políticas governamentais, a segunda metade do século XX foi marcada pela constituição de uma europeização das políticas públicas. Ou seja, com a criação do euro e a concretização do mercado único, os Estados europeus perderam sua capacidade de definir políticas macroeconômicas autônomas, devendo seguir as “normas europeias” como um padrão para os atores setorizados.

Isso gerou grandes mudanças territoriais e no poder estatal no processo de formulação das políticas públicas — mas essa nova tradição foi bastante refletida no contexto internacional, nos trazendo ao território brasileiro, que teve o campo das Políticas Públicas bastante vinculado à Ciência Política e à literatura europeia e norte-americana. Portanto, sem o intuito de promover um afastamento ou desconsideração da literatura sociológica clássica, o objetivo deste texto foi o de problematizar a excessiva importação de metodologias e teorias sociológicas, em favor de uma valorização de uma descolonização intelectual, consumidora das teorias nacionais e técnicas coerentes com as especificidades dos casos brasileiros.

Desse modo, o trabalho revolucionário de Walter Mignolo nos cedeu um aporte para a reflexão crítica sobre o processo de subordinação da América-Latina (além de outros países considerados de Terceiro Mundo) à ciência social ocidentalizada, concluindo que é preciso aplicar um movimento de desobediência epistêmica e pensamento fronteiro para alcançar avanços teórico-metodológicos viabilizados pela Teoria da Dependência e Sociogênese como método de análise.

Como exemplo desse movimento, alguns estudos locais foram levantados como exemplo da variedade teórico-metodológica que temos, como as pesquisas desenvolvidas pelo Laboratório de Estudos do Poder e da Política voltadas para o campo das Políticas Públicas, com variadas reflexões críticas sobre a tradição intelectual das Ciências Sociais e a aplicabilidade do método da sociogênese, além da demonstração de fenômenos sociais particulares do caso brasileiro. Esta seria, portanto, uma Sociologia à Brasileira das Políticas Públicas, possível a partir de um movimento de valorização do local e da incorporação dessas literaturas na formação de cientistas sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 4a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Luciana Leite. A contribuição da sociologia para a análise de políticas públicas. *Revista de Cultura e Política*, p. 33–62, ago. de 2012.

FILHO, Enno D. Liedke. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, no 14, p. 376-437, jul/dez 2005.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. v. 1. Foz do Iguaçu/PR: *Epistemologias do Sul*, p. 12-32, 2017.

MULLER, Pierre. *As políticas públicas*. Niterói: Eduff, 2018.

NASCIMENTO, Mayara Silva. Problema público, atores e saber técnico no processo de construção do programa "Águas de Sergipe". 2014. 134 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

_____. OLIVEIRA, W. J. F. de. Arenas públicas, atores sociais e saber técnico na formulação de políticas ambientais. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 24, n. 1, p. 259–283, 2019.

OLIVEIRA, Márcio de. O Estado em Durkheim: Elementos para um debate sobre sua Sociologia Política. *Curitiba: Revista de Sociologia e Política*, v. 18, n. 37, p. 125-135, 2010.

OLIVEIRA, Wilson José F. Antropologia, Política e Etnografia: fronteiras disciplinares e trabalho de campo. In: PERISSINOTTO, Renato M.; CODATO, Adriano Nervo (org.). *Como estudar elites*. Curitiba, Paraná, Brasil: Editora UFPR, 2015. (Série Pesquisa n. 290).p. 187–214.

_____. Dinâmicas institucionais e competência técnica no zoneamento ambiental da silvicultura no Rio Grande do Sul. *Análise Social*, n. 211, p. 382–407, 2014.

_____. “Lixo”, limpeza urbana e educação ambiental na implantação da coleta seletiva de lixo em Porto Alegre. *Iluminuras, Antropologias do lixo/resíduos sólidos: economia circular e experiências inovadoras*. v. 21, n. 55, p. 181–214, 2020.

_____. SOUZA, M.; NASCIMENTO, M. S. “Avanço da Maré”, Riscos Ambientais e Estado. *Revista TOMO*, n. 36, p. 111–146, 2 fev. 2020.

PETRARCA, FERNANDA RIOS; OLIVEIRA, W. J. F. Familismo à brasileira: das interpretações do país a construção de um modelo teórico-metodológico. *REVISTA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA*, v. 11, p. 203-225, 2023.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, n. 16, p. 20–45, dez. 2006.

ESTRATÉGIAS DE PODER E COMUNICAÇÃO POLÍTICA NAS MÍDIAS:

A dinâmica digital dos congressistas sergipanos

Bárbara Vitória Oliveira Castro (UFS)⁷⁵

Resumo: Este artigo examina o uso das mídias sociais digitais como ferramentas de comunicação política pelos congressistas sergipanos durante o exercício de seus mandatos, ele foi desenvolvido a partir de um trabalho de conclusão de curso em ciências sociais. O texto parte do entendimento de que a comunicação constitui um elemento essencial da política e que as mídias digitais possibilitam uma aproximação entre representantes e representados, impactando práticas de representação. Por meio de uma revisão de literatura, de uma pesquisa de campo envolvendo etnografia digital e análise de conteúdo e, por fim, entrevistas etnográficas, buscou-se compreender as dinâmicas de comunicação política digital do poder legislativo. Os resultados indicam que a comunicação política digital dos congressistas sergipanos segue uma lógica de "eleição interminável" (Gomes, 2004), onde se destacam estratégias personalistas, focadas na proximidade direta com o eleitorado e na exibição da capacidade do político em transferir recursos para a população, em detrimento de pautas partidárias ou conteúdo de mobilização.

Palavras-chave: Comunicação política; Mídias sociais digitais; Representação.

Abstract: This article examines the use of digital social media as political communication tools by Sergipe's congress members during the exercise of their mandates. It was developed based on a final undergraduate project. The research starts from the understanding that communication is an essential element of politics and that digital media facilitate closer interaction between representatives and constituents, altering practices of representation. Through a literature review, field research involving digital ethnography and content analysis, and ethnographic interviews, the study sought to understand the dynamics of digital political communication within the legislative branch. The results indicate that the digital political communication of Sergipe's congress members follows a logic of "permanent campaigning" (Gomes, 2004), characterized by personalistic strategies focused on direct proximity to the electorate and showcasing the politician's ability to channel resources to the population, often at the expense of party agendas or mobilization content.

Keywords: Political communication; Digital social media; Representation.

⁷⁵ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

1 INTRODUÇÃO

A comunicação política e suas transformações ao longo do tempo, mediante os avanços tecnológicos, constituem um elemento essencial para compreender a dinâmica da representação política contemporânea. Com a consolidação da Terceira Revolução Industrial (Revolução Técnico Científica Informacional) e o surgimento e popularização da internet, houve grande estímulo aos cientistas sociais ao redor do mundo a pesquisarem sobre as possíveis transformações na arte de fazer política que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) poderiam incentivar. Os trabalhos que se dedicaram a entender e explicar a comunicação política na era digital dão continuidade a um antigo campo de estudo que se preocupa em analisar os fenômenos políticos em meio a popularização da comunicação em massa pelas mídias tradicionais na segunda metade do século XX.

Ambos os campos de estudos - Comunicação e Política; Internet e Política - desenvolveram diversas perspectivas e abordagens para compreender a esfera política e suas relações com os diferentes meios de comunicação. Desde perspectivas “pessimistas” que viam na comunicação de massa um meio para corromper a democracia, através do papel despótico da informação que causaria a manipulação da opinião pública, criação de personagens carismáticos e “despolitização” da disputa política; assim como perspectivas “otimistas” que acreditavam que as mídias de massa digitais poderiam servir como ferramentas propícias para debates mais democráticos e mobilizadores, incrementando os valores democráticos entre os usuários das novas mídias.

Em meios as perspectivas otimistas e pessimistas em relação às mídias de massa e as práticas políticas, surgem abordagens “críticas” a maioria dessas análises por identificar um caráter tecnocrata em ambas, colocando as tecnologias de informação como independentes e autônomas das estruturas e dinâmicas sociais. Além de reforçar uma ideia equivocada do mundo real/virtual, a qual distingue esferas ao invés de focar em seu caráter relacional. Isto posto, as perspectivas “pessimistas” e “otimistas” foram ultrapassadas por abordagens mais críticas e que propõe estudar as novas mídias e seus impactos socio-políticos ao considerá-las como construções sociais que coproduzem a realidade com outras instituições sociais, em uma relação dialética.

Em suma, as rápidas transformações proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação impactam intensamente a vida social e política global,

originando agendas de pesquisa voltadas a estudar tais mudanças e desafiando cientistas sociais com questões e métodos investigativos inéditos (Sampaio et al., 2018). Contudo, observa-se que, desde o início e até o presente, a maior parte dos estudos sobre mídia e política prioriza eleições e, em especial, disputas para cargos majoritários (Miguel; Biroli, 2011). Assim, o estudo da utilização das mídias digitais na representação política por outros agentes políticos, fora dos períodos eleitorais, é frequentemente negligenciado.

Diante disso, a questão central deste estudo é: de que maneira os congressistas sergipanos utilizam as mídias sociais digitais para se comunicarem com os cidadãos durante o exercício de seus mandatos?

Esse artigo é fruto de um trabalho de conclusão de curso em ciências sociais e procura contribuir com o campo de estudo Internet e Política, ao gerar conhecimento empírico atualizado sobre a relação entre novas tecnologias de informação e comunicação e as práticas de representação política. Diante de eventos significativos surgidos ou amplificados pelas mídias digitais, como os protestos anticorrupção de 2013 no Brasil; a polarização nas eleições nacionais de 2018 e 2022; os atos golpistas de 08 de janeiro de 2023, além da ascensão de lideranças políticas ligadas às mídias sociais, como evidenciado nas últimas eleições. A originalidade desta pesquisa está em investigar o uso das mídias digitais pelos políticos, sem restringir o estudo a períodos eleitorais e cargos executivos, ampliando o campo de investigação sobre a relação entre internet e política.

O objetivo geral desse artigo é mostrar como os congressistas sergipanos mais populares nas mídias sociais digitais utilizam esses espaços para comunicar-se com o eleitorado no exercício de seus mandatos, captando suas estratégias de poder e dinâmica política nas mídias. Os objetivos específicos da pesquisa foram: identificar os congressistas mais influentes nas mídias digitais abertas (Instagram, Facebook, X), coletando dados sobre suas posições sociais e carreiras políticas; analisar o uso que esses agentes fazem das mídias digitais, estudando os conteúdos divulgados; entrevistar os responsáveis pela comunicação digital desses políticos, visando entender melhor a lógica de organização da comunicação digital dos congressistas sergipanos.

Para tal, mapeou-se quais Senadores, Deputados Estaduais e Federais têm maior popularidade nas redes mencionadas, com o uso de dados do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE), da Assembleia Legislativa de Sergipe (ALESE) e dos perfis sociais dos políticos. Em seguida, selecionaram-se os mais influentes para catalogar as principais características de suas trajetórias políticas e pessoais, com base em sites

políticos, biografias e entrevistas. Realizou-se também uma análise de conteúdo das postagens desses políticos em suas redes e, por fim, entrevistas com os administradores de suas páginas, buscando compreender a lógica política e organizacional das redes sociais dos congressistas.

Os métodos e técnicas de pesquisa utilizados envolvem o levantamento bibliográfico, objetivando explorar como a literatura interpreta a relação entre políticos e mídias sociais digitais, e fundamentando a base teórica deste trabalho; a etnografia digital, entendida como um ramo especializado que usa tecnologias digitais para analisar fenômenos culturais na internet (Kozinets, 2014); análise de conteúdo, definida como uma técnica de pesquisa científica que, com procedimentos sistemáticos e validados, permite inferências válidas sobre conteúdos verbais, visuais ou escritos (Sampaio; Lycarião, 2021, p. 6); e entrevistas etnográficas (Beaud; Weber, 2007), uma valiosa ferramenta qualitativa nas ciências sociais, que busca explorar problemas junto aos atores do universo investigado.

O artigo está estruturado em duas partes complementares. Na primeira, é exposta uma discussão sobre as práticas políticas e a representação mediante as mídias de massas, buscando mostrar como diferentes perspectivas analisaram os fenômenos políticos sob a influência dos diferentes meios de comunicação. Essa primeira parte foca na comunicação política e sua relação com as mídias de massa, em especial as mídias sociais digitais. A segunda parte apresenta as estratégias e dinâmicas da comunicação política digital dos congressistas sergipanos, desenvolvendo uma discussão sobre representação política nas mídias sociais digitais.

2 A COMUNICAÇÃO POLÍTICA CONTEMPORÂNEA

Os estudos que investigam as práticas políticas na era digital, especialmente no contexto das disputas eleitorais, estão inseridos em um campo tradicional de pesquisa que, desde a segunda metade do século XX, analisa os fenômenos políticos no contexto da popularização da comunicação em massa por meio das mídias tradicionais. Esse campo desenvolveu diversas teorias para entender a política, até então considerada como amplamente influenciada pelos meios de comunicação de massa. A relevância de compreender o campo de estudo "Comunicação e Política" reside no fato de que as teorias sobre os impactos da internet na política complementam essa literatura.

Embora a internet tenha introduzido mídias mais poderosas, descentralizadas e instantâneas, a questão central permanece a mesma: a relação entre comunicação e política. O

surgimento do campo de estudos voltado para a relação entre Comunicação e Política (C&P) ocorreu de maneira diversa, com pesquisadores buscando desvendar os fenômenos singulares da política contemporânea, caracterizada pela forte presença da comunicação de massa tradicional, como rádio, imprensa e TV. Gomes (2004) identifica três estágios principais na evolução dessa literatura. No primeiro, as discussões focaram nos aspectos específicos da política em um cenário dominado pela comunicação de massa, com ênfase em temas como propaganda, opinião pública e decisão de voto. O segundo estágio, iniciado nos anos 1960, marcou uma mudança de perspectiva, concentrando-se não apenas nos efeitos dos meios de comunicação na política, mas na relação entre duas grandes instituições: a comunicação e a política. Nesse período, emergem as primeiras formulações gerais sobre a política sendo conquistada e dominada pelos meios de comunicação. Como resultado, a literatura passou de uma abordagem que via a comunicação como uma ferramenta à disposição dos agentes sociais e dos governos para uma visão que entendia a comunicação como um campo social predominante, capaz de impor suas estratégias, linguagens e agendas à política e ao público. Em ambos os estágios, havia um posicionamento predominantemente desconfiado em relação à comunicação de massa e ao seu papel na sociedade.

No terceiro estágio, a visão negativa sobre a comunicação de massa deixa de ser predominante, abrindo espaço para abordagens mais descritivas e analíticas, interessadas em compreender os fenômenos sem julgá-los previamente (Gomes, 2004). Embora a preocupação com a centralidade da comunicação e da cultura de massa na sociedade persista, um marco desse período, no final do século XX, foi o aumento de investigações empíricas, consolidando gradualmente uma especialidade interdisciplinar. Esse campo passou a acumular um volume significativo de pesquisas teóricas e práticas, refletindo um amadurecimento da área de estudos (Gomes, 2004).

Uma das principais contribuições de Gomes (2004) foi demonstrar como os meios de comunicação de massa tradicionais foram mais que dispositivos de produção e emissão de mensagens, eles ganharam formas industriais e os seus dispositivos foram incluídos em um sistema que é controlado por ela. Dessa forma, ele se aproxima de Castells (2002) ao perceber as novas tecnologias de informação como ferramentas

imersas ao sistema capitalista e que por isso a informação nesse novo modelo passa a ser um produto.

Manuel Castells (2002) define o momento socio-histórico atual como a "sociedade em rede" em sua trilogia *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Segundo o autor, essa sociedade se configura a partir da ampla penetração tecnologias de informação e

comunicação (TICs) nas estruturas sociais, econômicas e políticas, sendo caracterizada pela primazia da morfologia social sobre a ação social. Castells ressalta que a informação e o conhecimento sempre desempenharam um papel essencial no crescimento econômico, na evolução tecnológica e na capacidade produtiva das sociedades, além de influenciarem os padrões de vida e os modelos de organização econômica. Entretanto, a última revolução tecnológica introduziu uma descontinuidade histórica, marcada pela emergência de um novo paradigma tecnológico centrado nas TICs, que se mostram mais flexíveis e poderosas. Esse paradigma é caracterizado pela presença e operação de sistemas de redes interligadas, nos quais a própria informação se torna tanto o produto quanto o motor do processo produtivo (Castells, 2002).

Desde a revolução técnico-científico-informacional e a consolidação de uma sociedade organizada em redes, impulsionada pelo desenvolvimento e popularização da internet, o campo político passou por diversas reestruturações, moldado pela potência das novas mídias sociais digitais. Essas mídias são definidas como um conjunto de aplicações baseadas na internet, fundamentadas nos princípios ideológicos e tecnológicos da Web 2.0, que possibilitam a criação e troca de conteúdos gerados pelos próprios usuários (Kaplan; Haenlein, 2010). Assim, as mídias sociais digitais funcionam como ferramentas que promovem a descentralização e disseminação de informações, permitindo a produção de conteúdo no formato de muitos para muitos.

O impacto transformador das mídias sociais digitais na comunicação política tornou-se evidente por meio de eventos políticos marcantes que tiveram origem ou foram amplamente impulsionados por essas plataformas, como a Primavera Árabe, o movimento Occupy Wall Street, a campanha presidencial de Barack Obama em 2008, as manifestações anticorrupção no Brasil em 2013 e as campanhas presidenciais de Donald Trump em 2016 e de Jair Bolsonaro em 2018. Esses episódios foram fomentados na internet e despertaram o interesse tanto de estudiosos quanto do público em geral em compreender o uso político das mídias sociais digitais por movimentos sociais, partidos, instituições, figuras políticas e cidadãos comuns. Como resultado, houve um crescimento significativo no investimento em pesquisas sobre esse tema nas primeiras décadas do século XXI (Sampaio et al., 2016).

Há uma vasta produção acadêmica, tanto internacional quanto nacional, dedicada a investigar os impactos da internet na sociedade e no campo político, abrangendo trabalhos que vão desde abordagens céticas até análises entusiasmadas sobre os potenciais das novas tecnologias de comunicação e informação. Nos estudos iniciais sobre Internet e Política (I&P), observa-se uma predominância de perspectivas otimistas, pois grande parte das pesquisas

focava na possibilidade de que as novas tecnologias poderiam aprimorar os regimes democráticos contemporâneos.

Diferentemente da literatura de Comunicação e Política (C&P) anteriormente mencionada, que se preocupava com os efeitos negativos das mídias tradicionais sobre a política, os estudos de I&P começaram com uma visão mais otimista sobre os possíveis impactos positivos das mídias digitais, especialmente em contextos democráticos (Sampaio et al., 2016). Segundo Norris (2000), essa perspectiva otimista sustentava que os recursos da internet poderiam facilitar uma comunicação horizontal entre representantes e representados, além de fomentar espaços de debate e deliberação, oferecendo uma infraestrutura tecnológica capaz de revolucionar e aprimorar a democracia nas sociedades contemporâneas.

Entre os principais defensores dessa visão democratizante da internet, frequentemente chamada de “utópica,” destaca-se Pierre Lévy (1999). Ele abordou a relação entre Internet e Política por meio dos conceitos de ciberespaço, cibercultura e ciberdemocracia. O ciberespaço é descrito como um novo ambiente de comunicação navegável e transparente, fundamentado nos fluxos globais de informação proporcionados pela interconexão mundial de computadores. A cibercultura refere-se a um conjunto de técnicas, práticas, atitudes e valores que emergem e se desenvolvem dentro do ciberespaço. Já a ciberdemocracia está associada à ideia de que, para Lévy, a internet é um instrumento com potencial para amplificar e fortalecer a democracia globalmente, reduzindo desigualdades regionais e promovendo maior participação popular nas decisões políticas. Ao conceber os novos meios de comunicação como ferramentas livres de fronteiras ou barreiras territoriais, Lévy reforçou a ideia de desterritorialização das relações humanas no ciberespaço (Sampaio et al., 2018).

Além disso, formou-se uma dicotomia entre as mídias tradicionais e as novas mídias, onde as primeiras são baseadas em uma lógica de difusão massiva entre poucos emissores e muitos receptores, com grande concentração dos meios por pouco agentes econômicos e com uma falta de pluralidade de agendas e atores políticos; as segundas entretanto operam com uma lógica pós-massiva, de comunicação de muitos para muitos:

Como se tratariam de meios de comunicação, potencialmente com acesso universal, descentralizados, sem filtros ou controle direto dos atores políticos tradicionais, poderiam, em tese, diminuir a mediação realizada por partidos políticos e pelo jornalismo, ampliando a pluralidade e a diversidade das fontes de informações. (Sampaio et al. 2016. p. 289).

Diversos fenômenos políticos fomentados nas mídias sociais digitais têm motivado um crescente número de estudos empíricos voltados a compreender as práticas políticas

possibilitadas pelas novas tecnologias de informação. Em relação ao impacto das mídias sociais digitais nos movimentos e na participação política, especialmente no contexto brasileiro, as jornadas de junho de 2013 surgem como um laboratório empírico relevante. Essas manifestações, marcadas pela indignação coletiva e pela convergência de diversos grupos de interesse, evidenciam que as mídias digitais se tornaram espaços capazes de romper com os discursos hegemônicos propagados pelas mídias tradicionais. Além disso, essas plataformas criaram um ambiente mais amplo para o debate político, contribuindo para a construção de novas ideias de política, recrutando ativistas, mobilizando pessoas e promovendo maior participação política (Oliveira, 2021).

As perspectivas negativas ou pessimistas sobre o uso das novas tecnologias nas práticas políticas e nas relações sociais em geral têm sido amplamente debatidas por teóricos que as consideram uma ameaça aos vínculos sociais e à própria democracia. Muitos autores enxergaram na internet um instrumento que poderia levar à deterioração democrática, enquanto outros a viam apenas como uma ferramenta para reproduzir e amplificar práticas típicas das mídias tradicionais. Esses críticos argumentavam que as mudanças esperadas na democracia, conforme as visões otimistas, ainda dependiam de transformações profundas e concretas na cultura política.

Para Bauman (2016), as sociabilidades virtuais representam “uma armadilha”, pois sua lógica se baseia em redes, não em comunidades. Embora a internet facilite o contato entre as pessoas, o que mais atrai os usuários é a possibilidade de desconexão instantânea. Segundo Bauman, a socialização virtual confere ao indivíduo total controle para encerrar interações com pontos de vista divergentes a qualquer momento, apenas com alguns cliques. Esse mecanismo enfraquece os laços humanos e compromete as possibilidades de diálogo e debate democrático.

Além disso, na perspectiva de Bauman, a internet assume um caráter profundamente despolitizante. O vasto fluxo de informações que ela proporciona não fortalece a democracia, mas apresenta um volume desorganizado de dados que dificilmente são processados de forma significativa. Isso resulta em uma “política líquido-moderna”, onde o confronto e a argumentação dão lugar a frases descontextualizadas e oportunidades de exibição superficial. Essa “nova” política, segundo ele, tem pouca ou nenhuma capacidade de influenciar a política no mundo “real”. Para Bauman, “política real” e “política virtual” constituem esferas essencialmente dicotômicas.

O filósofo germano-coreano Byung-Chul Han (2014) aponta que a internet representa o início de uma transformação radical nas formas de fazer política nas sociedades contemporâneas, levando, segundo ele, ao colapso das democracias representativas, dos

partidos políticos e das ideologias. Em sua visão, os novos meios de comunicação promovem uma comunicação simétrica, em que todos são simultaneamente emissores e receptores de conteúdos frequentemente centrados em imagens artificiais que intensificam o desejo por aspectos superficiais da vida (Han, 2016).

Diferentemente de Lévy (1999), que percebe a internet como um espaço público, Han (2014; 2016) a entende como um ambiente privado, voltado à exposição do "eu". Nesse contexto, surge um fenômeno que ele chama de "auto-propaganda", em que os indivíduos se tornam consumidores de suas próprias ideias, criando bolhas ideológicas que ameaçam a democracia ao inviabilizar a formação de uma esfera pública e o debate democrático. Han teme que as mídias sociais tornem as eleições periódicas irrelevantes, transformando-as em "eleições digitais" realizadas a qualquer momento. Para ele, os políticos deixarão o parlamento para atuar diretamente diante de telas, ideia que ressoa com o conceito de Gomes (2004) sobre a “eleição interminável”, na qual os políticos não apenas governam e legislam, mas agem constantemente como se estivessem em campanha.

Em sua obra *Sociedade da Transparência* (2014), Han argumenta que vivemos em uma sociedade da informação, onde a transparência está esvaziada de qualquer negatividade. A informação é tratada como algo puramente positivo e operacional, mas, segundo ele, essa massa de conteúdos gerada pelas mídias sociais digitais é caótica e desordenada, mais um conglomerado do que uma composição estruturada. Han conclui que o excesso de informações e de comunicação não torna o mundo mais claro, mas, paradoxalmente, mais opaco e confuso. Ele sustenta que a política, ao ser dominada pelas tecnologias digitais, torna-se cada vez mais supérflua, enquanto a abundância de informações não contribui para a verdade, mas para a perda de sentido e direção no campo político.

Em meios as perspectivas otimistas e pessimistas em relação a internet e as práticas políticas, surgem abordagens críticas a esses pensamentos antagônicos. Miskolci (2016) faz uma crítica a maioria das análises sobre o acesso ampliado à internet a partir da década de 1990, pois tendiam a compreender as relações em rede como se dando em uma esfera à parte, como o ciberespaço de Lévy (1999), que contribuiu para a formulação de uma oposição equivocada do real/virtual, a qual distingue esferas ao invés de focar em seu caráter relacional.

Dessa maneira, a dicotomia entre o “real” e o “virtual” foi rompida por interpretações que entendem as mídias sociais digitais e seus diferentes territórios como construções sociais que se relacionam e co-produzem a realidade com as estruturas sociais, políticas e econômicas vigentes. Isto posto, as perspectivas antagônicas apresentadas foram ultrapassadas com o tempo através de estudos empíricos mais críticos que perceberam como ambas visões possuem um

caráter “tecno-determinista” por assumirem as novas tecnologias como independentes e “acima” das estruturas sociais, ou por percebê-las como meros instrumentos de replicações de velhas práticas políticas sem aprofundar sociologicamente nos contextos políticos que essas ferramentas estão inseridas.

Miskolci (2016) demonstra como o suposto caráter horizontal da conectividade por mídias sociais, que alguns tendem a chamar irrefletidamente de democratizante, pode, ao contrário, ser o responsável por comportamentos autoritários e agressivos. No virtual, os sujeitos sentem-se mais seguros para expressar opiniões divergentes e conflituosas. Sobretudo, tais experiências que marcaram a socialidade online em anos recentes têm provado que suas consequências se estendem ao off-line. Grande exemplo disso são as chamadas Jornadas de Junho de 2013, em que a vida política nacional foi obrigada a reconhecer a relação intrínseca entre as mídias sociais e as ruas, demonstrando que as relações online têm o poder de pautar as off-line, ao contrário do que Byung-Chul Han imaginava.

Esse conjunto de pesquisas revela uma tendência crescente em direção a um padrão cada vez mais digital na prática política, com um uso amplo das mídias sociais digitais, embora muitos ainda considerem que essas mídias não tenham alcançado a mesma importância das mídias tradicionais para os candidatos a cargos majoritários. Ademais, no caso dos candidatos às eleições proporcionais, o acesso a redes pessoais, alianças, recursos políticos e fontes de financiamento continua a ser um fator determinante. (Braga; Carlomagno, 2018). No entanto, mesmo que as mídias sociais digitais não sejam necessariamente determinantes nos resultados eleitorais, é inegável que elas se integraram definitivamente ao panorama da democracia brasileira.

Dentro das pesquisas que buscam entender a influência dos novos meios de comunicação na política, alguns estudiosos começaram a observar uma certa substituição dos partidos políticos pelos meios de comunicação de massa como intermediários entre cidadãos e políticos. Para Lima (2009), essa substituição se torna evidente quando ele observa o papel das mídias na definição da agenda dos temas relevantes para discussão na esfera pública, permitindo que os políticos gerem e transmitam informações políticas que antes eram responsabilidade dos partidos. Isso contribui para o aumento da política personalizada e profissionalizada, uma vez que as estratégias de comunicação política nas mídias se tornaram um aspecto central da prática política.

Os políticos encontram nas mídias sociais digitais uma forma eficaz de chegar aos cidadãos, por sua vez, as mídias encontram na política acontecimentos que interessam às audiências, mais que eleitores os cidadãos agora são telespectadores. (Gomes, 2004). Porém,

hoje em dia, os políticos tentam fazer chegar a sua mensagem ao público procurando formas de anular ou reduzir a interferência de terceiros no seu conteúdo (Maia, 2020), seja essa interferência vinda de jornalistas, partidos políticos ou oposição. O fato é que, através das novas mídias, os políticos encontraram uma forma de ter um contato direto com os eleitores, evitando intermediações indesejáveis

Fernandez (2005) observa que, nas campanhas políticas realizadas por meio de ferramentas digitais, ainda há uma escassez de espaços sofisticados de participação e interatividade na web, com uma predominância de mecanismos de comunicação política virtual do tipo *top-down*, ou seja, unidimensionais, entre os candidatos e os eleitores. Em seus estudos, Fernandez conclui que as novas tecnologias tendem a reproduzir conteúdos já utilizados na propaganda impressa e audiovisual, destacando também, como uma característica específica do cenário brasileiro, a intensificação da personalização das mensagens políticas divulgadas nos websites dos políticos. Em síntese, outras pesquisas realizadas globalmente corroboram a ideia de que partidos e figuras políticas utilizam a internet principalmente como uma ferramenta para disseminar informações, em vez de explorá-la como um meio interativo e mobilizador (Blanchard, 2006; Gibson; Ward, 2009).

No Brasil, o debate sobre o personalismo político já era evidente antes mesmo da popularização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), pois, mesmo quando as mídias tradicionais dominavam o campo da comunicação política, já se percebia uma tendência de valorização do político individualmente, em detrimento da organização partidária à qual ele estava filiado. Diversas eleições presidenciais disputadas democraticamente desde 1989 reforçam essa ideia: Collor se elegeu com uma forte personificação midiática; Fernando Henrique Cardoso (FHC) venceu em grande parte devido a fatores econômicos conjunturais; Lula, em suas duas vitórias, mostrou ser eleitoralmente muito mais valioso que o próprio PT, tanto que a eleição e reeleição de Dilma foram amplamente associadas à estratégia de campanha que vinculava sua imagem à de Lula.

Essa tendência à personalização da representação política também se reflete no fortalecimento da necessidade de expor as funções desempenhadas pelos parlamentares para suas bases eleitorais, que estão cada vez mais inseridas nas mídias digitais. Nesse contexto, os políticos buscam demonstrar ao eleitor sua capacidade individual de transferir recursos, em detrimento de outras funções tradicionalmente atribuídas aos membros do parlamento, como a promoção da legenda partidária (Braga; Becher, 2012).

Bezerra (2013) observa que, na dinâmica política brasileira, é comum que os políticos se vejam como representantes dos interesses de uma determinada localidade (estado, região,

município ou bairro) para garantir seu eleitorado. Além disso, há um consenso entre os representantes de que o trabalho de representação política deve focar na "expectativa da população". Essa vinculação é feita por meio de inaugurações e anúncios, associando o político diretamente aos serviços prestados à população:

Para a população de uma localidade, o que parece valer é aquilo que é feito para as pessoas dali. Esse reconhecimento implica, por sua vez, um processo de individualização desses serviços e obras. Apesar de seu caráter público, os programas das obras são publicamente apresentados como resultado da ação do representante (Bezerra, 2013, p. 315).

Desse modo, as mídias sociais passam a assumir um papel fundamental ao definir a agenda dos temas relevantes para a discussão na esfera pública e em possibilitar os políticos a gerarem e transmitirem informações políticas que antes ficavam sob responsabilidade dos partidos, corroborando em um aumento da política personalizada e profissionalizada, já que as estratégias de comunicação política nas mídias se tornou uma questão central na área. Há uma passagem de modelos em meio a transformação da política na era da comunicação de massa, pois se antes era comum campanhas eleitorais periódicas ministradas por políticos e pessoas com filiação partidária, baseada, em sua maior parte, em trabalho voluntário; hoje prevalece um modelo de campanha que se sustenta na especialização de tarefas e uma grande tendência à individualização e profissionalização das iniciativas e atividades da comunicação política. (Lilleker e Negrine 2002; Gomes, 2004; Borda e Vasconcelos, 2022; Castro, 2024).

A comunicação política digital, que não necessariamente representa um contraste com as velhas formas de comunicação política entre representantes e representados, utiliza-se de mídias mais potentes e possuem ferramentas de análises de dados mais eficazes para criar o conteúdo certo para o público certo. Além de que, por causa da características descentralizadora e instantânea das mídias digitais, os eleitores, se devidamente seduzidos pela comunicação de seu candidato, podem se tornar também um “agente” de campanha ao compartilhar seu conteúdo. (Campos, 2022).

Outro aspecto crucial da comunicação política na era da informação é que os eleitores não precisam mais aguardar as campanhas eleitorais oficiais ou os discursos de campanha para formar suas opiniões. As mídias sociais digitais proporcionam às democracias liberais um fluxo constante de informações políticas, permitindo que a esfera civil se reconfigure quase diariamente, seja após assistir a um telejornal ou visualizar uma postagem no Instagram. Segundo Gomes (2004), como a opinião pública e a disposição dos cidadãos se traduzem em votos, há uma constante virtualidade eleitoral que permeia a esfera política:

A campanha agora se confunde com o mandato, solicitando da esfera política um dispêndio subsidiário e constante de energia. Os mandatários não apenas governam ou legislam, mas o fazem como se estivessem o tempo todo em campanha. A campanha agora é permanente, a eleição é interminável! (Gomes, 2004, p. 68).

A partir disso, entende-se que na atualidade dificilmente se podem isolar as competições eleitorais do jogo político regular, formando uma situação de “eleição interminável” na dinâmica política. Portanto, o que se diz da profissionalização das campanhas, aplica-se à interface entre política e comunicação em geral, havendo um crescimento dos profissionais de comunicação nos gabinetes políticos.

3 A DINÂMICA DIGITAL DOS CONGRESSISTAS SERGIPANOS

Braga e Carlomagno (2018) apontam que o uso da internet em campanhas políticas no Brasil - “e-campanhas”, intituladas por eles - evoluíram de um estágio de baixo grau de interatividade em 1998, para um patamar com maior grau de interatividade on-line e de profissionalização do uso das mídias digitais no final da década de 2010. Uma das principais razões para essa década ser tão significativa na comunicação política digital é a queda das restrições dos tribunais eleitorais ao amplo uso da internet pelos candidatos, com a Lei nº 12.034, sancionada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 29 de setembro de 2009.

Como exposto no tópico anterior, é evidente que na medida que novas tecnologias de informação e comunicação surgem, alteram a maneira da sociedade se comunicar, e que esse fenômeno se apresenta também na esfera política, impactando a maneira que cidadãos adquirem informações políticas e a forma que lideranças políticas se comunicam com o eleitorado. Como consequência disso, as estratégias políticas passaram a exigir uma cultura política centrada no consumo de imagens públicas e os discursos políticos predominantes começaram a ser organizados de acordo com a gramática específica das linguagens dos meios onde circulam, assim os eleitores que acompanham a política através dos meios de comunicação de massa se tornaram simultaneamente espectadores do jogo político (Gomes, 2004; Lima, 2009).

Castro (2024) nota que, em 2023, dos 35 congressistas eleitos pelo Estado de Sergipe (Senadores, Deputados Estaduais e Deputados Federais), 100% estavam presentes no Instagram, 97,14% no Facebook e 85,7% no X (ex-Twitter). Desse modo, percebe-se que o Instagram é a plataforma preferida pelos políticos quando se trata de comunicação digital. Da

mesma forma, o Instagram é também a plataforma onde os políticos costumam ser mais populares, tendo mais seguidores em comparação com o Facebook e o X.

Com as entrevistas com os administradores dos perfis dos políticos, prevaleceu a ideia de que o Instagram é a mídia mais utilizada pelos políticos não só por ser a mídia social digital aberta mais popular do Brasil, mas também pelo fato do Instagram ter uma estrutura mais dinâmica, apresentando também uma variedade de conteúdos e assuntos que envolvem desde a política até o entretenimento, fortalecendo a noção de que as mídias sociais fomentam uma cultura política centrada no consumo de imagens públicas.

Os congressistas mais populares nas mídias sociais foram os selecionados para a análise de conteúdo categorial - feita com as postagens entre os dias 15 de maio e 15 de julho de 2023 - assim possibilitado um estudo sobre os modos de uso das mídias pelos políticos do legislativo durante o exercício de seus mandatos.

Tabela 1 - Congressistas sergipanos mais populares nas mídias sociais

Políticos	Instagram	Facebook	Twitter
Alessandro Vieira	119.000	45.000	230.767
Fábio Reis	43.600	24.000	5.100
Laércio Oliveira	52.600	98.000	11.655
Linda Brasil	40.600	7.000	12.929
Luizão Donatrampi	151.000	20.000	44
Rodrigo Valadares	78.400	49.000	5.761
Rogério Carvalho	102.000	194.000	112.122
Yandra Moura	49.000	720.000	600.000

Fonte: Castro, 2024.

A tabela 1 expõe que, entre os congressistas mais populares nas mídias, a maioria são homens, brancos e com nível de escolaridade superior, reproduzindo o padrão de políticos eleitos não só em Sergipe, mas em grande parte do Brasil, que apresenta as características de

representantes políticos eleitos muito díspares às características da população. (Henrique; Mattos, 2022). Esse quadro de políticos exhibe certa diversidade em relação a suas trajetórias e seus agrupamentos, sendo alguns vindos de uma base familiar (Yandra Moura; Fábio Reis; Rodrigo Valadares), outros construíram forte vínculo partidário (Rogério Carvalho; Linda Brasil) e outros atrelam suas bases às redes profissionais (Alessandro Vieira; Laércio Oliveira). O deputado estadual Luizão Donatrampi se destaca ao representar uma espécie de *outsider*⁷⁶ nesse quadro, pois diferentemente dos demais, não veio de uma base política familiar ou profissional, tendo emergido na política através da criação de conteúdo político/humorado na internet voltado para os eleitores da extrema direita brasileira.

A análise de conteúdo das mídias sociais digitais desses congressistas revelou que o foco da comunicação política digital em período não eleitoral é divulgar e propagar suas benfeitorias para os seguidores. Sendo a maior parte do conteúdo publicado pela maioria dos políticos focado em suas ações de mandato, desprezando postagens de mobilização, divulgação partidária e muitas vezes de posicionamento sobre o cenário político regional ou nacional. Os assessores entrevistados argumentaram que isso acontece pelo fato de que o papel das novas mídias na comunicação política é justamente informar o que os políticos estão fazendo, pois só com as mídias tradicionais esse tipo de informação era mais reclusa. Dessa maneira, há na internet o potencial de aproximar o político com o cidadão comum e mostrar as atividades diárias do mandato, como mostra a imagem 1 em uma postagem das mídias de Fábio Reis onde ele compartilha a inauguração de um poço artesiano que viabiliza o acesso à água potável no município de Lagarto (SE).

Imagem 1 - Postagem do Instagram de Fábio Reis

⁷⁶ Indivíduo que não pertence a um grupo determinado.



Fonte: Instagram de Fábio Reis, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/depfabioreis>.

Os congressistas que dedicam uma parte considerável de seus conteúdos para postagens de “posicionamento” fazem parte dos polos protagonistas da polarização política nacional nas últimas eleições. Esses políticos acionaram seus posicionamentos também durante suas campanhas, e como forma de agradar seus eleitores e demonstrarem que continuam fiéis aos ideais sustentados, continuam compartilhando esse tipo de conteúdo. Os maiores exemplos são Rodrigo Valadares (como exposto na imagem 2) e Luizão DonaTrampi, que participam da base ideológica bolsonarista e têm um posicionamento conservador e crítico ao presidente Lula e ao PT (Partido dos Trabalhadores). Por outro lado, Rogério Carvalho e Linda Brasil - que também investem em postagens de posicionamento - demonstraram forte apoio ao Governo Lula e críticas ao ex-presidente Bolsonaro, assim como um posicionamento mais progressista (como mostra a imagem 5).

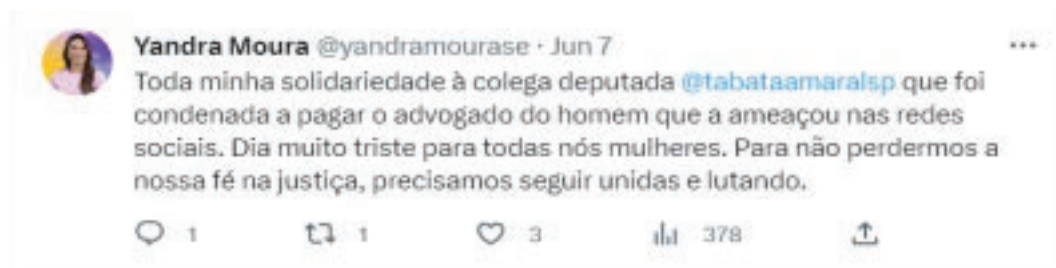
Imagem 2 - Postagens do Instagram de Rodrigo Valadares



Fonte: Instagram de Rodrigo Valadares, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/rodrigovaladares>.

É válido mencionar a utilização que Yandra Moura fez do X, tendo uma prevalência de postagens com teor de “posicionamento” nessa plataforma, e somente nela. Nesse caso específico de Yandra, exposto na imagem 3, seus posicionamentos não engajam muito com a política partidária, focando em postagens de apoio ao direito das mulheres, pauta corrente em sua campanha para eleição. Em todos os casos, nota-se que os conteúdos compartilhados pelos políticos durante o exercício do mandato estão em conciliação com o conteúdo compartilhado durante a época oficial de campanha eleitoral, seja levantando a bandeira de um movimento social, de um partido ou de uma liderança política.

Imagem 3 - Postagem do X de Yandra Moura



Fonte: X de Yandra Moura, 2023. Disponível em:

<https://x.com/yandramourase/status/1666515332712767501?s=20>.

Através das entrevistas com os administradores das mídias dos políticos, constata-se que isso acontece pela preocupação em demonstrar para os eleitores que o político continua fiel aos seus ideais no pós-eleição, evitando acusações de serem “personagens” criados para enganar a população. Como mencionado, alguns dos congressistas analisados utilizaram da polarização existente nas últimas eleições e/ou de outras agendas específicas, como direitos das mulheres ou direitos LGBTQs - no caso de Yandra Moura e Linda Brasil, respectivamente - para engajar em suas campanhas (ver em imagem 3 e 4). Portanto, é coerente que boa parte das publicações desses políticos, mesmo em períodos não eleitorais, estejam de acordo com as pautas sustentadas anteriormente, para assegurar o eleitorado conquistado e demonstrar fidelidade.

Imagem 4 - Postagem do Facebook de Linda Brasil



Fonte: Facebook de Linda Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/lindabrasilazevedo/>.

Sendo assim, fica evidente que o potencial descentralizador das mídias sociais digitais é aproveitado pela maioria dos políticos para disseminar uma “campanha” interminável, onde a preocupação com a imagem pública e a opinião favorável dos cidadãos “ditam” o conteúdo a ser organizado e compartilhado em seus perfis. Essa observação está em harmonia com a literatura ao mostrar que as novas mídias impactam fortemente os processos de representação política e fortalecem as possibilidades de cobrança e prestação de contas por parte dos cidadãos, fortalecendo a ideia de que as expectativas da população possuem prioridade para os parlamentares, sendo referências importantes na definição da natureza e do significado de suas ações, seja na internet ou fora dela (Gomes, 2004; Braga; Brecher, 2012; Bezerra, 2013).

A constante virtualidade eleitoral que assombra os políticos, desenvolvida na ideia de “eleição interminável” de Gomes (2004), se materializa nas possibilidades de produção e disseminação de informações das novas mídias. Por meio disso, a esfera civil reconfigura-se a todo momento e torna a preocupação com a imagem pública do político uma questão central ao longo do mandato, que se confunde com o momento de campanha e transforma as eleições periódicas em eleições intermináveis. Por meio das entrevistas etnográficas, ficou clara a noção de que as mídias sociais digitais podem, simultaneamente, impulsionar a carreira política de alguém ou prejudicar ela, “A internet pode ajudar o político e ao mesmo tempo alertar ele” diz um entrevistado ao argumentar que, com a facilidade que qualquer pessoa tem de produzir e

compartilhar conteúdo na internet, seja esse conteúdo verídico ou não, há grande preocupação com as possibilidades de exposição que os políticos estão suscetíveis.

Essa ideia de eleição interminável não apenas faz com que os políticos se preocupem em manter o eleitorado conquistado nas eleições, compartilhando posts com o mesmo teor de suas campanhas para comprovar fidelidade aos eleitores, mas também faz com que eles tentem conquistar novos eleitores ao compartilhar posts que comprovem sua eficácia, por isso o destaque aos conteúdos de atos de mandato. Prevalece, na comunicação política digital, a convicção de que as audiências podem ser convertidas em eleitores, nos períodos eleitorais, e em opinião pública favorável, no jogo político regular.

Outra observação intrigante da análise de conteúdo é a baixa, ou na maioria dos casos, inexistente, quantidade de postagens voltadas para divulgação partidária. Entre políticos que realizaram algum tipo de postagem focada em divulgação partidária (Rogério Carvalho, Linda Brasil e Fábio Reis), estão os únicos políticos que nunca migraram de partido em suas carreiras políticas, com exceção do deputado federal Fábio Reis, que mudou uma vez.

Imagem 5 - Postagens do Instagram de Rogério Carvalho



Fonte: Instagram de Rogério Carvalho, 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/senadorrogerio/>.

A partir disso, pode-se dizer que há uma inclinação ao personalismo político nas mídias sociais digitais, principalmente entre os políticos que mudam de partido político com frequência. Dessa forma, observa-se uma maior autonomia dos políticos nas mídias digitais em relação às organizações partidárias em que fazem parte, no que diz respeito aqueles políticos que migram constantemente de partidos, e uma maior “fidelidade” entre aqueles que permanecem no mesmo partido desde o início da carreira política (ver na imagem 5). Esse

fenômeno do personalismo na comunicação política está diretamente relacionado ao fato de que maior parte do conteúdo do político é dedicado a postagens para exibir suas ações de mandato, mostrando a capacidade individual do político de prover benfeitorias para a população (voltar a imagem 1).

Nas entrevistas, ao tratar do personalismo político nas mídias, percebe-se possibilidades de haver divergências de ideias entre a organização partidária e o político. Portanto, há a identificação que as mídias digitais podem servir para auxiliar os políticos a exporem suas ideias “diferenciadas” sem o intermédio do partido. Além do reconhecimento de que os perfis nas mídias sociais digitais analisadas são perfis individuais - não coletivos ou corporativos - sendo comum a tendência de que o conteúdo compartilhado siga essa lógica, focando nas atividades do político de maneira individualizada e desconsiderando a organização partidária que ele faz parte. Através disso, percebe-se que há de fato um culto à personalidade e tentativas de aproximação entre representantes e representados, evidenciado tanto pela ausência de postagens com divulgação partidária e em algumas postagens que dão ênfase na vida pessoal do político.

É evidente que as campanhas digitais - e o jogo político regular - demandam habilitações e serviços técnicos especializados voltados para comunicação com o público, coisa que os partidos e os seus filiados não estão em condições de prover por inúmeros fatores (Gomes, 2004). Há um nível de controle tecnológico – novas tecnologias demandam novos técnicos – e um nível de conhecimento de funcionamento da cultura e da comunicação de massa que é limitada para os políticos profissionais e voluntários dos partidos, pois estes não dominam e nem precisam dominar completamente essas técnicas, sob pena de deixar de fazer o seu trabalho regular para reconfigurar-se como outra especialidade.

Na propaganda tradicional, o político controla os princípios da técnica mais eficiente no palanque convencional: a arte da oratória. Na propaganda digital, entretanto, não se pode esperar que ele seja capaz de controlar as complexas linguagens e tecnologias. Surge então uma nova classe de serviços e uma nova função social, a consultoria da comunicação política digital, que se torna imprescindível para a visibilidade e sucesso eleitoral dos políticos. A internet fomenta a Comunicação Política, conseguindo levar discussões do facebook para a mesa de jantar e vice-versa, tópicos no Twitter e *reels* no Instagram para debates corpo a corpo, e até conteúdos “descontraídos” possuem seu valor na disputa eleitoral.

Isto posto, comprova-se que as estratégias de comunicação política nas mídias digitais se tornaram uma questão central na área não só em momentos de campanha eleitoral, mas também durante a dinâmica política regular, reforçando a condição de eleição interminável (Gomes, 2004). Essa observação é fundamentada com as entrevistas, na medida em que revela

que todos os congressistas sergipanos analisados por popularidade nas mídias sociais possuem uma equipe profissional e remunerada administrando seus perfis e organizando os conteúdos disseminados, mesmo não estando em período eleitoral.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A essência desse artigo foi o uso das mídias sociais digitais para a comunicação política. Esse texto se insere no campo de pesquisa de Internet e Política na medida em que se preocupa em compreender como os políticos do legislativo sergipano utilizam das mídias sociais digitais para se comunicarem com os cidadãos durante o exercício do mandato, em período não eleitoral. Através desse trabalho, conclui-se que a comunicação política digital dos congressistas sergipanos é caracterizada pela ênfase na difusão de informações que destacam suas realizações em benefício dos cidadãos. Essa estratégia se reflete na predominância de conteúdos que focam nos atos de mandato na maioria dos perfis dos políticos analisados.

Apesar do potencial descentralizador das mídias sociais digitais, os congressistas utilizam essas mídias, durante seus mandatos, não para mobilizar politicamente seus seguidores, mas como uma oportunidade de se aproximar dos eleitores e reforçar constantemente sua capacidade individual de transferir recursos para a população. Além disso, percebe-se um viés personalista no conteúdo disseminado, no qual o político é diretamente associado aos serviços prestados, essa abordagem é corroborada pela ausência de postagens que promovam partidos políticos, especialmente entre aqueles que frequentemente mudam de legenda.

Outro ponto a ser destacado é que mesmo fora dos períodos eleitorais, os perfis nas mídias sociais digitais dos políticos são gerenciados por equipes profissionais. Essas equipes atuam como intermediárias entre o político e a população, organizando o conteúdo de maneira estratégica, o que evidencia a profissionalização da comunicação política digital. As entrevistas também revelaram uma preocupação constante com a opinião pública, o que influencia diretamente o tipo de conteúdo compartilhado. Esse conteúdo é planejado de forma a reafirmar a fidelidade do político aos ideais defendidos durante a campanha e a demonstrar eficiência na prestação de serviços.

Dessa forma, constata-se que a comunicação política digital dos congressistas sergipanos segue uma dinâmica de “campanha permanente”. Os representantes utilizam das novas tecnologias para se aproximar dos eleitores e promover uma espécie de campanha eleitoral contínua, sem a interferência de terceiros. Essa estratégia envolve exaltar as ações de

seus mandatos sob um enfoque personalista, mobilizar profissionais para planejar conteúdos estrategicamente elaborados e engajar tanto eleitores já conquistados quanto novos públicos. O objetivo é reforçar a eficácia do político e sua atuação no mandato.

Este estudo contribui para as ciências sociais contemporâneas ao investigar as interseções entre a esfera política e a internet em uma sociedade estruturada em redes, permeada pelas novas tecnologias de informação e comunicação. A principal contribuição deste trabalho está em analisar o uso das mídias sociais digitais pelos políticos fora dos períodos eleitorais e em cargos legislativos, um enfoque que difere da maioria dos estudos na área. Com isso, foi possível identificar lógicas e padrões de funcionamento da comunicação política digital no contexto do jogo político regular.

A principal limitação da pesquisa foi a dificuldade em acessar ferramentas de monitoramento para acompanhar as atividades dos políticos, devido à desativação ou restrições nas APIs das plataformas analisadas durante o estudo. Por conta disso, a análise inicial, que buscava identificar os políticos mais relevantes com base em engajamento e atividade, precisou ser reduzida a um grupo de políticos mais populares nas mídias sociais abertas ao monitoramento de conteúdo. Como desdobramento, sugere-se que futuras pesquisas sobre internet e política explorem como diferentes recursos, ideologias e alianças políticas influenciam o uso das mídias sociais digitais por atores políticos, assim aprofundando a compreensão das variadas formas de uso dessas mídias por diferentes agentes e ampliando o conhecimento nesse campo.

REFERÊNCIAS

ANÁLISE das Eleições 2022: **Deputados Estaduais Eleitos**». noticias.uol.com.br. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/analise/assembleia/cor-da-populacao-em-comp_arac_ao-com-a-dos-deputados-estaduais-eleitos/?uf=se>. Acesso em: 19 de Julho de 2023.

BAUMAN, Zygmunt. “**As redes sociais são uma armadilha**”. EL PAÍS – BRASIL, 09 de janeiro de 2016. Entrevista concedida a Ricardo de Querol. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/30/cultura/1451504427_675885.html.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia da Pesquisa de Campo**: produzir e analisar dados etnográficos. 1. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BEZERRA, M. O. **Representantes Políticos, Relações Pessoais e Reputação**. Em: SEIDL, E.; GRILL, I. G. (Eds.). As ciências sociais e os espa

BLANCHARD, G. **O uso da internet a serviço da comunicação do partido**. Líbero, São Paulo, n.18, p. 9-19, dezembro de 2006.

BORBA, F.; VASCONCELLOS, F. A campanha negativa como estratégia eleitoral na perspectiva dos consultores políticos: quem atacar, quando atacar e como atacar. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 45, p. e2022107, 23 maio 2022.

BRAGA, S.; BECHER, A. **Personalização da política e novas tecnologias**: balanço do debate e evidências sobre o Brasil. n. 36 Encontro Anual da Anpocs, p. 21, 2012.

BRAGA, S.; CARLOMAGNO, M. **Eleições como de costume?** Uma análise longitudinal das mudanças provocadas nas campanhas eleitorais brasileiras pelas tecnologias digitais (1998-2016). *Revista Brasileira de Ciência Política*, p. 07–62, agosto de 2018.

CAMPOS, D. **Construção da Imagem Política - República Marketing Político**, 22 jul. 2022. Disponível em: <<https://republicamarketingpolitico.com.br/construcao-da-imagem-politica/>>. Acesso em: 5 nov. 2024

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. volume I. 6º edição. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, B. V. O. **Comunicação política digital**: um estudo sobre a utilização das mídias sociais digitais por congressistas sergipanos. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2024.

FERNANDEZ, R. G. **Campanhas eleitorais brasileiras na internet**. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 28 de abril de 2005.

GIBSON, R.; WARD, S. **Parties in the Digital Age**—a Review Article. *Representation*, v. 45, n. 1, p. 87–100, 1 de abril de 2009.

GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, SP: Paulus, 2004.

HAN, Byung-Chul. **A Sociedade da Transparência**. Lisboa, Relógio d'Água Editores. 2014.

HENRIQUE, A.; MATTOS, A. C. Avanços e retrocessos: as desigualdades nas eleições para o legislativo de 2022 – **Observatório das desigualdades**, 16 fev. 2022. Disponível em: <<https://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/?p=2592>>. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

KAPLAN, A.; HAENLEIN, M. **Users of the World, Unite!** The Challenges and Opportunities of Social Media. *Business Horizons*, v. 53, p. 59–68, 28 de fevereiro de 2010.

KOZINETS, Robert. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo (SP): Ed. 34, 1999.

LILLEKER, D. G.; NEGRINE, R. “**Professionalization**: Of what? Since when? By whom?”, in: Harvard International Journal of Press Politics, 7 (4), 2002.

LIMA, V. A. DE. **Revisitando sete teses sobre mídia e política no Brasil**. Comunicação & Sociedade, v. 30, n. 51, p. 13–33, 25 de setembro de 2009.

MAIA, R. R. **Para uma análise de conteúdo às páginas oficiais de campanha no Facebook: o caso das Autárquicas de 2017**. Comunicação Pública, n. Vol.15 no 28, 26 de junho de 2020.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Meios de comunicação de massa e eleições no Brasil: A influência simples à interação complexa**. Revista USP, n. 90, p. 74–83, 30 ago. 2011.

MISKOLCI, Richard. **Sociologia digital**: notas sobre pesquisa na era da conectividade. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, pp. 275-297, 2016.

NORRIS, P. **A Virtuous Circle**: Political Communications in Postindustrial Societies. Cambridge, MA: HKS, 2000.

OLIVEIRA, W. J. F. DE. **Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção**. Estudos de Sociologia, v. 25, n. 50, 21 maio, 2021.

SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLÁS, M. A. **A construção do campo de internet e política**: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 21, p. 285–320, dez. 2016.

SAMPAIO, R.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial**: manual de aplicação. 1. ed. Brasília, DF: Enap, 2021. v. 1.

SAMPAIO, R.; MITOZO, I.; MASSUCHIN, M.; FONTES, G.; PENTEADO, C. **Ciberpolítica, ciberativismo e cibercultura**: uma análise dos papers apresentados no grupo de trabalho da Anpocs. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n. 85, p. 126–147, 7 ago. 2018.

SERGIPE. **Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE)**. TRE-SE realiza solenidade de diplomação dos eleitos. Disponível em: <[https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tre-se-realiza-solenidad e-de diplomacao-dos-eleitos](https://www.tre-se.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/tre-se-realiza-solenidad-e-de-diplomacao-dos-eleitos)>. Acesso em 10 de Março de 2023.

SOUZA, De Aldaci. Conheça a nova composição da Assembleia Legislativa de Sergipe. [Sergipe]: **ALESE** 03 out, 2022. Disponível em: <<https://al.se.leg.br/conheca-a-nova-composicao-da-assembleia-legislativa-de-sergipe/>> Acesso em 10 de Março de 2023.

PROFISSIONALIZAÇÃO DOS PARTIDOS, MÍDIAS DIGITAIS E POLÍTICA EM SERGIPE

Francisco Emanuel Silva Meneses Alves (UFS)⁷⁷

Resumo: O presente estudo abrange os profissionais que administram as mídias sociais digitais nos partidos políticos com ênfase na relação entre os usos dessas e o trabalho desses profissionais, seja no uso dos websites ou das mídias sociais digitais como Instagram, Youtube, TikTtok, Facebook, X, entre outras. Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais? Retoma-se aqui uma dimensão pouco vislumbrada para os estudos sobre os processos de profissionalização da atividade política, já que a maioria dos estudos focaliza apenas os políticos profissionais que ocuparam ou ocupam cargos eletivos na esfera executiva e legislativa e a isso se estende também o estudo do uso das mídias sociais por políticos profissionais detentores de mandatos em detrimento dos partidos.

Palavras-chave: Partidos políticos, mídias sociais digitais, profissionalização da política.

Abstract: The present study covers professionals who manage digital social media in political parties with an emphasis on the relationship between their uses and the work of these professionals, whether in the use of websites or digital social media such as Instagram, Youtube, TikTtok, Facebook, among others. In Sergipe, who uses ICTs the most? Left or right? How important is it to have a profile in these media? Who is responsible for publishing party profiles? What is your social origin? How did you join the directory? What is your educational/professional background? What is the difference in the work of these responsible during the electoral period and in ordinary periods? What functions do these professionals perform? Here we return to a dimension little seen in studies on the processes of professionalization of political activity, since most studies focus only on professional politicians who held or hold elected positions in the executive and legislative spheres, and the study also extends to this the use of social media by professional politicians holding mandates to the detriment of parties.

Keywords: Political parties, digital social media, professionalization of politics.

⁷⁷ Mestre em Antropologia pelo PPGA/UFS. Doutorando em Sociologia pelo PPGS/UFS. Membro do LEPP/UFS. Professor da Educação Básica do Estado de Sergipe. Contato: franciscoemanuelciso@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O encaminhamento para o estudo dos partidos políticos se baseia no retorno a uma afinidade antiga que tenho enquanto pesquisador sobre essa temática levando em conta minha participação como bolsista num projeto de iniciação científica sobre a profissionalização da atividade político-partidária em Sergipe, mais especificamente sobre o que se pode chamar de máquina ou burocracia partidária.

O trabalho foi desenvolvido entre os anos de 2011 e 2012, também sob a coordenação do Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira, e rendeu dois relatórios de iniciação científica, um banco de dados do SPSS, trabalhos apresentados em eventos além de artigos publicados em revistas. Sua direção foi decisiva no meu rito de iniciação ao trabalho de campo e às ciências sociais, além de influenciar peremptoriamente a minha forma de observar e conceber o estudo do poder e da política.

Naquela pesquisa objetivamos o estudo do quadro funcional desses diretórios buscando apreender como o uso das mídias sociais influencia na composição e no trabalho desses. Como pude observar nos meses em que estive pesquisando neste campo, há significativas discrepâncias entre os cargos, as estruturas e as concepções de política entre os dezenove dentre os vinte e oito partidos legalmente constituídos então existentes no estado de Sergipe, abrangidos por esta sondagem de campo realizada em nosso projeto de iniciação científica. Hoje o estado tem trinta partidos.

Já percebo mais dificuldades no estabelecimento de contatos com os partidos que pretendo estudar. Naquela época eu não tinha filiação partidária e hoje tenho. Além disso, em 2011 eu sabia que os e-mails e alguns contatos telefônicos não eram os principais ou sequer eram utilizados. Nesta pesquisa nenhum dos e-mails que enviei foram respondidos e alguns e-mails sequer estão corretos, conforme alerta do próprio gmail. Isso aponta para a necessidade de repensar as minhas estratégias de aproximação do campo.

Consciente de que é necessário refletir sobre as posições e identidades que nos são conferidas ao longo do trabalho de campo, considerando as mudanças de tempo e espaço envolvidas (Nascimento, Alves e Matos, 2014, p. 118), lembro que na iniciação científica questões como a indicação de um funcionário de um dos partidos para procurar os nomes de outros diretórios, bem como o fato de uma funcionária ser da mesma cidade do interior de Sergipe que eu (conterrânea) pesaram a favor do estabelecimento de contatos e relações de confiança para a entrada e manutenção no cotidiano de alguns partidos. Boa parte dessas pessoas já não estão mais trabalhando nisso nos dias de hoje.

O estudo de 2011 teve como objetivo examinar as condições e as dinâmicas sociais, políticas e culturais de profissionalização da atividade político-partidária. O problema no qual o trabalho esteve assentado dizia respeito à investigação das condições e lógicas sociais que conduzem à ocupação de cargos remunerados em partidos políticos. Tratou-se de analisar as relações entre os atributos sociais, mecanismos político-partidários e as estruturas das redes sociais vinculados ao ingresso e a atuação profissional em organizações político-partidárias no estado de Sergipe.

A atual pesquisa consiste no estudo do impacto dos usos das mídias digitais no quadro funcional de nove partidos políticos, são eles: PT, PDT e PV; MDB, PSD e UNIÃO BRASIL; PL, PP e REPUBLICANOS⁷⁸. Ou seja, como o uso das mídias sociais influencia na composição e no trabalho desses. O critério de escolha adotado foi o espectro ideológico visando observar a diversificação de perspectivas sobre funcionários nesses diferentes partidos.

Embora ter um *Instagram*, *Facebook* ou *Twitter* possa não gerar necessariamente uma maior oferta de votos para um partido, não ter um pode realmente prejudicar os níveis de apoio? Quais os impactos disso diante dos eleitores conectados? Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais?

Este trabalho, diametralmente diferente de Castro (2022, p.33), é um estudo sobre o impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) sob as organizações partidárias, mas não pensando como se essas mudassem radicalmente a forma de se fazer política.

2 DESENVOLVIMENTO

A respeito da Profissionalização da Política, imperativo colocado pela dinâmica eleitoral a todos os partidos políticos (Michels, 1979; Perissinotto & Miriade, 2006), podemos apontar para o “inexorável processo de profissionalização e de autonomização da política” (Perissinotto & Miriade, 2006, nota 12, pp.323-324; Phéllipeau, 2001). A acentuada profissionalização dos partidos políticos de esquerda, se comparada ao que ocorre nos partidos dos demais espectros

⁷⁸ Castro (2022, p.19) aponta que quatro (PT, PDT, PSD e REPUBLICANOS) dos nove partidos que escolhemos estão entre os mais ativos nas redes em Sergipe.

ideológicos, demanda dedicação integral ao partido por parte de seus integrantes (Michels, 1979; Perissinotto & Miriade, 2006, pp.320-321).

Barbosa (2019), aponta que as redes sociais são um recurso político importante. Contudo, elas não estão necessariamente promovendo uma renovação do campo político. A internet é encarada sob uma lógica de transformação. Entendida como “conjunto de técnicas comunicacionais baseadas na informática em rede – é apresentada, por esses autores, como fator de transformação das relações e estruturas políticas nas quais ela adentra” (Barbosa, 2019, p.14).

Grosselli (2012, p.146), acredita que a ciberdemocracia através do uso das redes sociais como meios de inclusão política poderá se tornar uma solução para os problemas com os quais hoje a democracia representativa se depara, principalmente no Brasil (Grosselli, 2012, p.146).

Entendemos como Braga e Rocha (2013, p.209), que os partidos políticos são instituições imprescindíveis às democracias contemporâneas, e que tem absorvido as potencialidades das novas mídias. No entanto, atenta-se para o fato de terem havido poucos avanços

Os estudos mais centrados nos partidos observam a existência de certos avanços, mas que pouco modificam a lógica política vigente. Em suma, os partidos tendem a utilizar a internet como forma de divulgação de informações em detrimento de um viés mais interativo e mobilizador, havendo forte moderação das ferramentas utilizadas e conteúdos vinculados, por parte das direções (Braga e Rocha, 2013, p.210).

Diferente dos prognósticos correntes sobre o que acontece nas democracias contemporâneas, Gomes considera que

Não se trata, a rigor, de uma crise da democracia, que, como ideia ou como ideal, jamais esteve em tão alta conta. O que todos veem como problemático é o sistema de práticas, instituições e valores da política contemporânea à medida que se constata a sua distância de um padrão de democracia considerado ideal (Gomes, 2005, p.58).

Não dá para imaginar que a sociedade civil não precise de meios de comunicação para aumentar a sua capacidade de influenciar a decisão política sendo que estes ainda controlam a esfera de visibilidade pública da política - imaginando que apenas a internet teria a capacidade de lhe devolver as oportunidades de participação política de que necessita (GOMES, 2005, p.76).

Coradini (2008) aponta para o fato de que o estudo das elites fora por muito tempo “adstrito à área da ciência política”, dizendo depois, com base em estudos mais recentes, que nos estudos destes grupos “leva-se a sério” o fato de não ter identificação com uma disciplina

específica. No entanto, também postula que isto não quer dizer que há nestes uma defesa da “interdisciplinaridade”, algo “normalmente [defendido] para tornar as Ciências Sociais mais “aplicáveis”.” (p.15). Sobre isso, é interessante notar algo semelhante em nossa pesquisa, quando chamamos atenção para o fato de que:

A operacionalização dessa proposta de pesquisa envolve uma abordagem social e histórica do surgimento e das transformações nas formas de exercício das atividades partidárias. Por outro lado, ela implica também a observação das condições e lógicas sociais que resultam no ingresso e na atuação profissionais em partidos políticos. Por isso, as estratégias de pesquisa que deverão ser adotadas implicam a utilização de procedimentos diversificados de coleta e de análise do material (Oliveira, 2009, p.5).

Chama-se atenção para o fato de que, para entender um determinado sistema político, em nosso caso a democracia representativa, é importante entender a natureza de seus principais atores, bem como os mecanismos de **Recrutamento Político** (Perissinotto & Miríade, 2006, pp. 301-02). Segundo Perissinotto e Miríade (2006, p.302), nos estudos sobre “recrutamento político”, é preciso procurar todos os filtros que constituem o processo de seleção de uma elite política, assim como é necessário observar os grupos selecionados e excluídos e as razões para a seleção ou exclusão desses.

Pontuamos a importância do fator “inserção prévia na vida política”, bem como da posse ou não de um diploma de nível superior, já que “[...] a educação superior se constitui numa das mais importantes credenciais para se ter acesso aos postos de elites nas democracias ocidentais.” (Perissinotto & Miríade, 2006, p.308). As variáveis societais, ou seja, as variáveis não necessariamente políticas são também relevantes para compreender as lógicas de seleção dos indivíduos que entram na esfera da política (Perissinotto & Miríade, 2006, p.319, p.317).

Concomitantemente a isso, à parte as variáveis propriamente políticas que contam nos processos de recrutamento e seleção aqui estudados, sobre o que é necessário para a entrada na vida política, a posse de capital social, cultural e econômico, podemos dizer que, já dentro da carreira política o acúmulo de recursos próprios do campo “... (o capital eleitoral, os apoios, os contatos, os cargos) parecem ser mais importantes do que os recursos trazidos de fora, o que não equivale a dizer que tais recursos sejam desprovidos de importância.” (Perissinotto & Miríade, 2006, nota 12. pp.323-324).

Tanto a questão do estudo das *elites políticas* como o *recrutamento político*, podem nos servir de forma fecunda para que possamos tornar mais reflexiva, atenta e adequada a nossa pesquisa. Realizando nossa análise dos mecanismos ou lógicas sociais de recrutamento e

seleção dos indivíduos que ocupam os cargos de quem opera as mídias sociais, remunerados ou não, em partidos políticos nos diretórios estaduais.

O fato de muitos indivíduos conectados nas redes sociais não saberem das estruturas de discursos ali propostas e potencializadas pelo funcionamento dos algoritmos, utiliza-se as plataformas de maneira a acentuar as bolhas sociais e a pós-verdade, fenômenos esses que danificam as bases democráticas de uma nação (LEPECK, 2021, p.70-71).

Para Lepeck (2021, p.65) interpretar as consequências da ciberdemocracia na sociedade contemporânea, vinculado principalmente ao uso das novas plataformas digitais necessita observar os impactos disruptivos dessas. O autor considera a ciberdemocracia como um desdobramento histórico decisivo tal qual a democracia grega e a revolução francesa, “não é um mero modismo e sim mais uma das muitas evoluções que a democracia já teve na história” (LEPECK, 2021, p.65).

É importante não vilanizar a internet e tentar potencializar seus usos, pois

Como visto ela trouxe inúmeros benefícios no que se trata de inclusão, porém por apresentar tamanhas novidades e influência, carece-se de maior entendimento no seu uso, para que as problemáticas sejam mitigadas e a democracia realmente se potencialize ainda mais no contexto ciber (LEPECK, 2021, p.71).

Para Lepeck (2021, p.70) as bolhas e a pós-verdade danificam a democracia

[...] em virtude de os discursos estarem ligados às bolhas sociais que privilegiam fatores irracionais (não verdadeiros, mas embasados em verdades simbólicas), que podemos determinar como pós-verdadeiros. Além da maior proeminência de embate entre opostos que não buscam o diálogo e se distanciam cada vez mais em zonas de conforto onde falam/ou vem apenas o que lhes convém [...]

Assim sendo, Gomes (2005, p.76) aponta que é “[...] preciso, então, que se saia o mais rapidamente possível da retórica do diagnóstico (positivo ou negativo) para uma perspectiva de responsabilidade e tarefa”.

Gibson e Ward (2009) analisam e traçam o perfil da literatura sobre as mudanças nos partidos políticos considerando a organização e operação resultantes do surgimento das novas mídias digitais e tecnologias de comunicação (TICs). Os autores oferecem uma compreensão da extensão para a qual a internet em suas formas dominantes (ou seja, www e e-mail), trouxeram uma mudança no papel tradicional e na relevância dos partidos na sociedade democrática, de acordo com a literatura sobre este tópico.

Desde que os partidos estabeleceram uma presença pública no ciberespaço em meados da década de 1990 através da criação de sites, houve muitas especulações e uma quantidade

crescente de estudos empíricos desse processo de adaptação. Em geral, esses estudos podem ser vistos como cobrindo uma de três áreas amplas: (1) a arena intrapartidária, com foco em como os partidos são conectados (ou não) como seus membros usam as novas TICs para conectar seus mecanismos de comunicação; (2) a arena interpartidária, examinando e comparando as partes e esforços de campanha online e, em particular, as implicações para o partido como menor competitividade e relações externas com o eleitorado - isso gera mais apoio ou suporte? e; finalmente, (3) a arena sistêmica, olhando mais amplamente para como os partidos se adaptam às novas TICs e como isso afeta a sua posição na esfera democrática e quais as novas formas ou modelos de partido podem surgir.

As novas TICs realmente ajudam os partidos a recrutar e obter membros? Em que medida as novas mídias estão ajudando os partidos mais novos e menores a competir em um campo de jogo de comunicação mais nivelado? Até que ponto os eleitores parecem estar respondendo aos seus esforços? (Gibson e Ward, 2009).

Revisando as evidências sobre a experiência da evolução dos partidos na Internet o objetivo de Gibson e Ward (2009) é juntar e alimentar essas descobertas para debates existentes e emergentes sobre a sustentabilidade futura dos partidos políticos em geral. A noção de que a tecnologia, e particularmente a tecnologia de comunicação, pode atuar como um fator-chave para a mudança partidária não é nova.

Como outros autores apontaram, desde o surgimento da imprensa escrita até o rádio e a televisão, a mídia de massa é vista como tendo gerado grandes mudanças na forma como os partidos operam e se comunicam com seus eleitorados. Se essas ferramentas podem ajudar os partidos a reviver e renovar eles próprios, é que é um ponto muito mais discutível.

Gibson e Ward (2009) alertaram para o potencial apresentado pela tecnologia para aumentar a centralização do poder nos partidos e o silenciamento do debate político de base. Alguns estudos sobre partidos argumentaram que esses corriam o risco de se tornar pouco mais do que elites de grupos de interesses especiais dirigidos.

Apesar desses avisos pessimistas, outros escritores mantiveram uma abertura para o surgimento do modelo ciberdemocrático. Relatando sobre os “ciberpartidos” apontando para a forma como as novas TICs podem expandir os partidos nas bases, facilitando uma definição mais livre e informal de associação, por meio da qual indivíduos poderiam se inscrever em uma rede de apoio, enviar dinheiro destinado a certas causas e participar em consultas sobre questões de política relevantes para eles. Mecanismos para o controle de base também precisam estar em vigor, no entanto, para que tais mudanças possam produzir o empoderamento genuíno dos membros (Gibson e Ward, 2009).

Estudos da arena interna dos partidos têm sido menos comuns, uma lacuna em que não há dúvida relacionada a problemas de acesso e disponibilidade desses dados mais privilegiados. Os partidos que estão usando a tecnologia para os seus objetivos de competição eleitoral ou as TICs desempenham algum papel descentralizador dentro das organizações partidárias? A mobilização e a participação em nível individual - mais especificamente, a Internet pode ser usada para ampliar e reviver a base de membros e aprofundar os níveis de ativismo? (Gibson e Ward, 2009).

Indiretamente, essas duas questões têm sido usadas para esclarecer se as TICs estão trazendo mudanças em termos de organização partidária. Geralmente, os partidos foram criticados por adotar uma abordagem bastante limitada e consumista para a tecnologia, valorizando-a em grande parte por seus ganhos de eficiência e, principalmente, pela racionalização de comunicação interna sobre estratégia de campanha.

Em geral, portanto, parece que a exploração interna da comunicação potencial das novas TICs, até 2004/05, tinha se limitado em grande parte ao administrativo e altos escalões do partido e focado na criação de relações mais diretas entre elites e uma base de membros bastante atomizada, ou, para coordenação de campanha e fins de marketing político. Mais recentemente, no entanto, o desenvolvimento da chamada Web Tecnologias 2.0, como blogs e ferramentas de redes sociais (MySpace, Facebook e Bebo), junto com sites de vídeo autorais, como o YouTube, levaram alguns comentaristas a reviver ideias anteriores sobre a suposta natureza descentralizadora da Internet (Gibson e Ward, 2009)..

Os partidos verdes e a extrema direita tendem a ser a exceção a esta regra de como ambos exploraram novas tecnologias extensivamente, mas por razões diferentes. Os verdes e seus apoiadores são muitas vezes usuários intensos da Internet, proporcionando um público pronto para campanhas na Internet que refletem uma ética verde de democracia participativa. A extrema direita usou as novas ferramentas de mídia para evitar restrições de mídia, mas também para construir bases organizacionais ocultas (Gibson e Ward, 2009).

Além dos EUA e do Reino Unido, os estudos sobre o uso de novas TICs pelos partidos têm proliferado em uma série de países desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo Itália, Rússia, Japão, Austrália, Nova Zelândia e Coreia do Sul. Mais focados em campanhas eletrônicas de partidos em eleições nacionais por meio de sites e e-mail (Gibson e Ward, 2009).

Embora ter um site possa não gerar necessariamente uma maior oferta de votos para um partido, não ter um pode realmente prejudicar os níveis de apoio, especialmente entre a geração mais jovem. Além disso, é claro que o número de visitantes sites de organizações políticas estão

crescendo conforme a dependência da mídia tradicional para notícias e informação cai em declínio (Gibson e Ward, 2009)..

Sampedro e Mosca (2018) focam nos casos do Podemos, da Espanha, fundado em 2014, de esquerda, e do movimento 5Stelle, auto definido como um não-partido, italiano. Os autores falam em “Partidos conectados” discutindo o papel da esfera pública digital nas esferas social e política das mobilizações na Itália e na Espanha desde o início dos anos 2000. Ambos os países experimentaram o surgimento de partidos de sucesso, dependendo fortemente da mídia digital, ligados a mobilizações sociais e meios de protesto.

Destaca-se a mudança do papel da mídia digital e sua função de facilitar os ciclos de protesto com impacto limitado na política partidária pelas TICs para se tornar uma ferramenta desafiadora dos atores políticos estabelecidos. As principais questões dos estudiosos versam sobre até que ponto a mídia digital permitiu que movimentos sociais expressassem queixas que foram posteriormente incorporados aos programas eleitorais dos novos partidos políticos.

As mídias digitais fomentaram o surgimento de "partidos conectados" definidos como organizações em que as plataformas de tecnologia e recursos são indistinguíveis e substituem os principais componentes da organização tradicional e das funções intrapartidárias. Diz-se que essas novas organizações políticas adotam a mídia digital para proporcionar maiores oportunidades de participação dos cidadãos na política (Sampedro e Mosca, 2018).

Braga e Rocha (2013, p.212) em seu texto apontam que

[...] Os websites partidários submetidos à análise tendem a ter uma configuração de mão-única, promovendo a disseminação de informações filtradas pelas direções, à promoção de figuras públicas e dirigentes, em detrimento a uma perspectiva mais interativa. Suas instâncias, como por exemplo, as juventudes partidárias, em suma, reproduzem o modelo da ação virtual das instâncias superiores, todavia, destacam-se por uma precariedade ainda mais acentuada [...].

Os autores consideram que esses dois casos nacionais, Itália e Espanha, nos permitem explorar as tensões da política digital em termos de organização democrática no sistema de mídia híbrida. Discute-se se os dois partidos conectados diferem em seu uso de mídia digital devido às suas diferenças ideológicas e princípios básicos - orientados para a esquerda no caso do Podemos e mais confusos no caso do M5S. Conclui-se que a mídia digital teria promovido a "verticalização" em ambos os partidos independentemente de sua orientação ideológica variável.

O formato altamente personalizado e hierárquico e a organização da política eleitoral limitam as promessas digitais de construção horizontal, organizações participativas e

deliberativas. Isso não é verdade apenas para os partidos tradicionais, mas também para os partidos conectados supracitados (Sampedro e Mosca, 2018).

A incompatibilidade entre a retórica da horizontalidade e as práticas democráticas muito controladas e centralizadas parece antecipar o desenvolvimento oligárquico dos partidos conectados. Assim, o potencial da tecnologia digital para induzir mudanças radicais permanece questionado, ainda mais quando os partidos tradicionais e a mídia tradicional tem mostrado habilidades suficientes para se opor às estratégias digitais de seus novos concorrentes.

Apesar de serem ideologicamente diferentes, tanto o Podemos quanto o M5S pegaram emprestado online estratégias e inovações dos movimentos sociais e trouxeram efetivamente as mídias digitais para a política partidária. No entanto, suas estratégias eleitorais se assemelhavam às de “controle interatividade” ou “interatividade gerenciada” nas campanhas tradicionais em outras nações onde a Internet foi usada para manter a participação dos cidadãos nas margens do processo político (Sampedro e Mosca, 2018).

Além da referência retórica ao papel nivelador e equalizador da mídia digital, as plataformas digitais têm sido usadas para apoiar, ratificar e confirmar os líderes em suas visões sobre potenciais desafidores internos. Usos instrumentais de mídia digital para propósitos eleitorais têm negado cada vez mais as promessas de democracia direta e participação horizontal, justamente o que gerou atenção da mídia e o apoio popular nos estágios iniciais do surgimento de novos partidos (Sampedro e Mosca, 2018).

Gibson et. al. (2013) examinam a relação entre os blogs não oficiais dos partidos no Reino Unido usando uma abordagem de método mista através de entrevistas e com análise de conteúdo, pesquisas de usuários e dados de uso e, finalmente, análise de hiperlinks para traçar o perfil do surgimento, popularidade, público e proeminência online de quatro grandes blogs partidários desde 2005.

A questão central colocada é até que ponto os blogs são desafidores para os partidos como o ponto focal para o ativismo dos membros e oferecendo uma 'voz' pública alternativa. Os resultados mostram que os blogs ocupam um importante espaço alternativo crítico para o debate partidário, particularmente fora das eleições. Eles não são ferramentas de mobilização, porém, são utilizadas pela base principalmente para fins de coleta de informações e discussão. Assim pergunta-se qual papel é desempenhado por esses meios de comunicação nos assuntos partidários e especificamente se eles fornecem uma nova voz quase oficial para os membros e uma base para a comunidade ativista. Usa-se uma abordagem “multi-método” para abordar essas questões e dados quantitativos.

Contra um pano de fundo de problemas organizacionais - declínio do número de membros; níveis decrescentes de ativismo; escassez de financiamento; e enfraquecimento dos vínculos com a sociedade civil por meio de quedas em adesões - os partidos de todas as democracias liberais têm mostrado um interesse crescente no uso de novas tecnologias de renovação organizacional (Gibson et.al, 2013).

Segundo Gibson et. al. (2013), muito do trabalho sobre os usos internos e organizacionais das TICs pelas partes tem sido especulativa e não empírica. Os primeiros escritos ofereceram previsões sobre o declínio do papel dos partidos na era da internet como parte da erosão mais ampla de instituições representativas e do aumento do uso de métodos de contribuição do cidadão.

Autores uniram-se em torno de dois cenários: um sendo o surgimento de um sistema mais descentralizado, transparente e de base onde liderou o modelo de partido 'ciberdemocrático'; o outro, uma trajetória de uma cada vez mais centralizada e uma organização dominada pela 'tecno-elite' que erodiria o poder coletivo dos membros para responsabilizar seus líderes. Trabalhos subsequentes reforçam essas possibilidades duplas, mas como os dois lados de um novo modelo de partido único – o 'cyberparty' ou 'network party' - em que os membros tiveram um canal mais flexível para participação e oportunidades para formar e juntar-se a questões mais livres e com base em políticas nas redes. Os níveis e momentos de envolvimento dos indivíduos podem variar, variando de simplesmente receber atualizações regulares de notícias para doar fundos e contribuir com feedback sobre uma política individual ou base de problema (Gibson et.al, 2013).

Embora eles possam ainda não estar substituindo os papéis de mobilização e organização dos partidos, parecem que os blogs podem estar desviando a atenção dos partidos dentro de uma comunidade mais ampla eleitorado durante os períodos “normais”, isto é, não eleitorais. Os números do público indicam que os blogs são mais populares do que seus respectivos sites em 'tempos de paz', embora durante eleições, o apelo dos partidos aumenta bastante (Gibson et.al, 2013).

Horst (2012, p. 73) traz sua proposta de uma antropologia digital da vida cotidiana, sugerindo que o foco nas novas tecnologias de mídia sinalizam um retorno do foco da antropologia para o lar e o espaço doméstico, e que enquanto muitos novos métodos e formas de material de pesquisa exploram a digitalização da vida cotidiana através da mídia e da internet, muitas dessas formas ganham poder analítico quando levam em consideração uma série de valores centrais associados com formas antropológicas clássicas de saber.

Para a autora, um dos principais desafios de uma antropologia digital é descobrir novas maneiras de entender a relação entre as práticas da mídia e a constituição do mundo da mídia na vida de um indivíduo, comunidade ou grupo e nos diferentes espaços, meios de comunicação e modos pelos quais tais esforços são canalizados.

Segundo Medeiros (2013),

Várias diferenças fundamentais entre a internet e os meios de comunicação tradicional explicam seu uso mais adaptado para a ciberdemocracia. Por um lado, a internet permite uma comunicação em tempo real entre vários interlocutores, enquanto que a rádio ou televisão não permitem senão de forma limitada e a telefonia móvel não coloca em relação senão um interlocutor com outro, simultaneamente (pelo menos até o aparecimento dos smartphones e o surgimento de aplicativos como o whatsapp, viber, entre outros). Além disso, a internet já se transformou em uma ferramenta importante no processo de discussão democrática e na difusão de ideias de partidos políticos, campanhas eleitorais, ou mesmo individuais, através de blogs, redes sociais, mídias alternativas etc.

Oliveira (2021) aponta para a utilização de mídias sociais digitais como instrumento para o recrutamento e a participação em eventos de protesto tem sido considerada pela literatura internacional como um dos principais ingredientes da transformação nas condições e dinâmicas de participação política nos últimos anos. No Brasil, os “protestos de junho” em 2013 evidenciaram a intensificação do uso da internet e das redes sociais no recrutamento e mobilização política.

O autor demonstra que o uso de tais ferramentas nos protestos anticorrupção no Brasil, a partir da onda de protestos iniciada internacionalmente em 2011, expressou o enfrentamento a um sistema político que monopolizava e represava insatisfações e demandas por transformação. Ele se tornou aos poucos um dos principais veículos de aglutinação, manifestação e ação de organizações, grupos e lideranças liberais, conservadores e de direita em torno de uma agenda comum. Esta análise mostra a relevância da dimensão política para compreender o processo de utilização das mídias sociais digitais na dinâmica da participação política.

No que concerne à existência ou não de funcionários com cargos remunerados em partidos políticos no estado de Sergipe, observamos a existência de uma condição determinante para a ocorrência ou não disto, que é o valor da arrecadação do **Fundo Partidário**⁷⁹, administrado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que se destina à manutenção dos partidos políticos.

⁷⁹ ALVES, Francisco E. S. M. **Relatório final PIBIC/COPES**, UFS, julho de 2012.

Uma das principais fontes de receita dos partidos políticos é a oriunda do repasse das cotas do Fundo Partidário (Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos), previsto no artigo 17, § 3º, da Constituição Federal, o qual é constituído pela arrecadação de multas eleitorais, doações de pessoas físicas ou jurídicas e dotações orçamentárias da União. O Tribunal Superior Eleitoral é incumbido de fazer a respectiva distribuição aos órgãos nacionais dos partidos, obedecendo aos seguintes critérios: 5% do total do Fundo Partidário é destacado para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% são distribuídos aos partidos que tenham direito a funcionamento parlamentar, na proporção dos votos obtidos na última eleição para a Câmara dos Deputados.

Os órgãos nacionais dos partidos políticos procederão à redistribuição da cota recebida às seções regionais, e estas às municipais, na forma do que dispuserem os respectivos estatutos, cuja movimentação deve ser feita em estabelecimentos bancários oficiais. Os recursos provenientes do Fundo Partidário devem ser aplicados na manutenção das sedes do partido, no pagamento de pessoal, na propaganda política, nas campanhas eleitorais, na criação e manutenção de instituto ou fundação de doutrinação e educação política e em programas de promoção e difusão da participação política das mulheres.

Um maior ou menor repasse de recursos do Fundo Partidário a um determinado partido influi em questões capitais das estruturas partidárias como, por exemplo, manutenção de sedes, pagamento de funcionários, aquisição de equipamentos eletrônicos (principalmente computadores), etc. Durante o período em que estivemos em campo pudemos perceber casos como o de PSC onde um dos inquiridos, o senhor A, tesoureiro deste, nos informou que o diretório estadual de seu partido possui um advogado e um tesoureiro que prestam serviços ao seu partido, bem como a outros partidos também.

Quando perguntado se o seu partido tem ou não dois diretórios em AJU/SE, o senhor A me disse que não, assim como todos os outros 19 partidos abrangidos, procurados ou inquiridos, em nossa pesquisa com exceção do Partido dos Trabalhadores (PT), que possui nesta mesma cidade dois diretórios, um estadual e um municipal, sendo que o primeiro tinha três funcionários (auxiliar administrativo, assessor financeiro e secretário executivo) e o segundo tinha apenas um. Não por acaso, o Partido dos trabalhadores figurava em 2012 como o primeiro no ranking da arrecadação do fundo partidário, segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ainda no que concerne à influência que as diferentes quantias arrecadadas pelo fundo partidário de cada legenda partidária têm sobre o funcionamento dos partidos políticos, bem como a ocupação de cargos remunerados nestes mais especificamente podemos assinalar o caso

do Democratas/SE (DEM), onde inquirimos o senhor B, Assessor Político, que nos informou ser empregado de seu partido e tendo salário mensal pago pelos recursos advindos do fundo partidário.

Podemos citar ainda o caso do Partido Socialista Brasileiro/SE, que era em 2012, como pudemos observar, o diretório que possuía o maior quadro funcional entre os inquiridos, tendo quatro funcionários (um porteiro diurno, um porteiro noturno, uma secretária e uma auxiliar administrativa), já que os demais têm entre um e três funcionários. Segundo o site do TSE, o PSB era o sexto colocado no ranking da arrecadação do fundo partidário no ano de 2012.

Concomitantemente a estas situações, há ainda os casos do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), no qual entrevistamos a senhora C (então Presidenta do Diretório Estadual/SE) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no qual entrevistamos a senhora D (então Tesoureira do Diretório Estadual/SE), que por terem uma pequena representação na Câmara dos deputados e no Senado da República de nosso país, têm uma pequena arrecadação de fundo partidário, sendo que o primeiro ocupa a vigésima quinta posição e o segundo ocupa a décima quarta posição (quadro 2).

Ambos os partidos anteriormente citados não possuem representantes eleitos pelo estado de Sergipe tanto na Câmara como no Senado, por isso, segundo estas duas inquiridas há dificuldades para que seus partidos possuam um quadro funcional com cargos remunerados, bem como para a manutenção de seus diretórios, o que é superado ou pelo menos se tenta superar, por meio de contribuições financeiras dos filiados dos partidos em sua esfera estadual.

Quadro 1 – Fundo Partidário 2024

QUADRO 1 – FUNDO PARTIDÁRIO 2024			
<i>Partido</i>	<i>Janeiro</i>		
	<i>Dotação</i>	<i>GRU (')</i>	<i>Distribuído</i>
AVANTE²	R\$ 2.187.108,93	R\$ 32.477,21	R\$ 2.154.631,72
CIDADANIA (ex-PPS)³	R\$ 1.541.389,46	R\$ 192.209,60	R\$ 1.349.179,86
MDB	R\$ 6.772.001,16	R\$ 189.786,22	R\$ 6.582.214,94
PC do B	R\$ 1.555.154,02	R\$ 67.484,57	R\$ 1.487.669,45
PDT	R\$ 3.633.267,56		R\$ 3.633.267,56
PL (ex-PR)	R\$ 15.402.902,79	R\$ 3.897.495,59	R\$ 11.505.407,20
PODE	R\$ 4.776.017,52	R\$ 1.851.148,73	R\$ 2.924.868,79
PP	R\$ 7.671.660,03		R\$ 7.671.660,03

PRD (PATRIOTA + PTB)	R\$ 2.640.260,91		R\$ 2.640.260,91
PSB	R\$ 3.952.882,63		R\$ 3.952.882,63
PSD	R\$ 6.666.004,90		R\$ 6.666.004,90
PSDB	R\$ 2.755.123,52	R\$ 466.393,44	R\$ 2.288.730,08
PSOL	R\$ 3.828.858,60		R\$ 3.828.858,60
PT	R\$ 11.518.919,17	R\$ 481.902,07	R\$ 11.037.017,10
PV	R\$ 990.649,51		R\$ 990.649,51
REDE	R\$ 990.722,22	R\$ 20.841,83	R\$ 969.880,39
REPUBLICANOS (ex-PRB)	R\$ 6.967.921,20	R\$ 24.277,42	R\$ 6.943.643,78
SOLIDARIEDADE	R\$ 2.546.823,43	R\$ 46.651,58	R\$ 2.500.171,85
UNIÃO	R\$ 9.086.846,11	R\$ 165.044,18	R\$ 8.921.801,93
Total	R\$ 95.484.513,67	R\$ 7.435.712,44	R\$ 88.048.801,23

Fonte: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Fundo Partidário, 2024.

<https://www.tse.jus.br/partidos/contas-partidarias/fundo-partidario-1> Acesso em 05 de fev de 2024. Atualizado em 02/02/2024.

Quadro 2 – Fundo Partidário 2012

QUADRO 2 - FUNDO PARTIDÁRIO 2012				
	Duodécimos		Multas	
	Dotação orçamentária 2012 R\$ 286.288.520,00		Dotação orçamentária 2012 R\$ 38.450.988,00	
Partido	Valor(R\$)	%	Valor(R\$)	%
PT	20.268.101,68	7,08	4.459.225,99	11,60
PMDB	19.228.281,90	6,72	3.444.938,92	8,96
PSDB	14.350.056,52	5,01	2.650.960,98	6,89
DEM	11.152.746,66	3,90	1.998.650,98	5,20
PP	11.016.661,81	3,85	1.974.278,86	5,13
PSB	10.524.768,62	3,68	1.886.183,27	4,91

PDT	7.638.456,25	2,67	1.369.259,16	3,56
PTB	6.438.035,37	2,25	1.154.269,78	3,00
PR	9.336.145,49	3,26	1.387.975,12	3,61
PPS	3.304.353,75	1,15	617.467,83	1,61
PV	5.793.330,79	2,02	1.038.806,43	2,70
PC do B	4.258.766,44	1,49	791.407,31	2,06
PSC	4.818.241,21	1,68	864.172,75	2,25
PSOL	1.965.089,42	0,69	353.187,56	0,92
PMN	1.917.900,28	0,67	344.736,23	0,90
PTC	965.761,69	0,34	169.553,69	0,44
PHS	1.410.272,22	0,49	253.969,42	0,66
PSDC	543.907,96	0,19	98.661,07	0,26
PT do B	1.009.580,06	0,35	151.067,76	0,39
PRB	2.884.578,13	1,01	517.863,39	1,35
PRP	714.180,05	0,25	129.155,96	0,34
PSL	831.557,40	0,29	155.835,90	0,41
PRTB	732.286,90	0,26	132.398,80	0,34
PTN	533.093,67	0,19	96.724,29	0,25
PSTU	339.073,20	0,12	74.684,49	0,19
PCB	343.541,83	0,12	62.776,50	0,16
PCO	267.582,32	0,09	49.172,58	0,13
PSD	257.644,04	0,09	47.392,67	0,12
PPL	257.644,05	0,09	47.392,67	0,12
Total	143.144.260,01	50,00	26.322.170,36	68,46

Saldo dotação	143.144.259,99	50,00	12.128.817,64	31,54

Fonte: CEOFI/SAD/TSE - Distribuição do Fundo Partidário – Atualizado em 26/06/2012 –

Adaptado do Site do Supremo Tribunal Federal.

Após 2012 observamos as seguintes mudanças no quadro partidário brasileiro: o surgimento de alguns partidos políticos novos (via criação e incorporação) e a mudança do nome de algumas legendas já existentes. Surgiram: PATRIOTA – 51 (Inicialmente PEN); PROS – Partido Republicano da Ordem Social – 90; PMB – Partido da Mulher Brasileira (depois BRASIL 35) – 35; UNIÃO BRASIL – fusão de DEM e PSL – 44; Unidade Popular – 80; REDE sustentabilidade – 18; NOVO – 30. O Partido Republicano Progressista – PRP – 44 foi incorporado ao PATRIOTA.

O Partido Humanista da Solidariedade – 31 foi incorporado ao PODEMOS, e o Partido Pátria Livre foi incorporado ao PCdoB. O PTC virou AGIR – 36; o PMDB virou MDB 15; o PTdoB virou AVANTE – 70; o PEN virou PATRIOTA – 51; o PR virou PL – 22; O PRB virou REPUBLICANOS – 10; o PTN virou PODEMOS – 19; o PSDC virou DC – 27; o PP virou PROGRESSISTAS - 11; o PPS virou CIDADANIA – 23. Há também a Lei 14.208 de 28/09/2021, lei das Federações Partidárias. Em 2024 temos a Federação PSDB/Cidadania; Brasil da Esperança: PT/PCdoB/PV; PSOL/REDE; PTB -14 e PATRIOTA -51 se uniram e deram origem ao PRD - 25; O PODEMOS incorporou o PSC; O SD 77 incorporou o PROS – 90 e surgiu a UP – 80.

Algumas abordagens especulativas alertaram para o potencial apresentado pela tecnologia para aumentar a centralização do poder nos partidos e o silenciamento do debate político de base. Alguns estudos sobre partidos argumentaram que esses corriam o risco de se tornar pouco mais do que elites de grupos de interesses especiais dirigidos. Os partidos estão usando a tecnologia para os seus objetivos de competição eleitoral ou as TICs desempenham algum papel descentralizador dentro das organizações partidárias? A mobilização e a participação em nível individual - mais especificamente, a internet pode ser usada para ampliar e reviver a base de membros e aprofundar os níveis de ativismo? (Gibson, Ward et. al., 2009).

3 CONCLUSÃO

Como são administradas as mídias sociais digitais nos partidos? Quem as administra? Como esses profissionais são selecionados? Suas trajetórias, experiências profissionais, partidárias, entre outras, bem como os critérios de administração dessas.

Em Sergipe quem usa mais as TICs? À esquerda ou a direita? Qual a importância de ter um perfil nessas mídias? Quem são os responsáveis pelas publicações nos perfis dos partidos? Qual a sua origem social? Como ingressaram no diretório? Qual a formação educacional/profissional? Qual a diferença no trabalho desses responsáveis no período eleitoral e nos períodos comuns? Quais as funções desempenhadas por esses profissionais?

Utilizamos entrevistas, tanto estruturadas (utilização de surveys) como não estruturadas online e/ou presencialmente a fim de compreender o cotidiano destes profissionais, bem como identificar os sentidos que os indivíduos atribuem às atividades que desempenham e ainda suas concepções de política e como se dá a inserção das mídias sociais digitais nos partidos.

Retoma-se aqui uma dimensão pouco vislumbrada para os estudos sobre os processos de profissionalização da atividade política, já que a maioria dos estudos focaliza apenas os políticos profissionais que ocuparam ou ocupam cargos eletivos na esfera executiva e legislativa e a isso se estende também o estudo do uso das mídias sociais por políticos profissionais detentores de mandatos em detrimento dos partidos.

Aqui se trata da maneira que as estruturas partidárias através de seus profissionais formados, preparados e encarregados disto utilizam dessas tecnologias para replicar, intensificar e acelerar por meio de postagens coordenadas, cronogramas e todo um planejamento técnico de comunicação o que faziam/fazem em grandes propagandas de rádio e TV e sem a intermediação de terceiros na comunicação com o eleitor além de poder alcançar mais gente em menos tempo.

Dessa forma, centrar a investigação no uso das mídias digitais e nas condições e lógicas sociais que conduzem a atuação dos profissionais que trabalham com essas nas organizações partidárias possibilita dar conta de formas de investimento profissional em organizações partidárias distintas das que tem sido priorizada pela literatura internacional e nacional.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco E. S. M. **Relatório final PIBIC/COPES**, UFS, julho de 2012.

BARBOSA, S. V. S. **Internet, política e representação: o uso de mídias sociais por candidatos a deputado estadual em Sergipe (2018)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia), PPPGS/UFS. São Cristóvão, SE, 2019. 104p.

BOLOGNESI, Bruno. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. **BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais**, 2021, (n.95).

BRAGA, Sérgio Soares e ROCHA, Leonardo Caetano da. “Novas Mídias e Partidos Políticos: Ação Política das Instituições Partidárias Brasileiras na Internet”. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, Ano 17 n.17, p.209-221, jan/dez 2013.

CASTRO, Bárbara Vitória Oliveira de. **Etnografia política do uso de plataformas digitais nas organizações partidárias**. 2022. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

CORADINI, Odaci Luiz. As Elites como Objeto de Estudos. In: CORADINI, O. L. (Org.). **Estudos de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul. Algumas Contribuições Recentes**. Porto Alegre, EDUFRGS, p. 7-18, 2008.

GIBSON, R.; WARD, S. Parties in the digital age – a review article. *Representation*, v. 45, n. 1, p. 87–100, abr. 2009.

GIBSON, Rachel K. et al. Party organizational change and ICTs: The growth of a virtual grassroots? *New Media & Society*, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 31–51, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444812457329>

GOMES, Wilson. Internet e Participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 27, agosto de 2005, quadrimestral.

GROSSELLI, Grasiela. **Ciberdemocracia: (re)pensar a democracia representativa a partir das redes sociais virtuais**. Dissertação (Mestrado em Direito), PPPGD/UFS. Florianópolis, SC, 2012. 209p.

HORST, Heather A. New Media Technologies in Everyday Life. MILLER, D. In.: **Digital anthropology**. Engl. ed ed. London: Berg, 2012, p. 61-79.

LEPECK, Gabriel. DILEMAS DA CIBERDEMOCRACIA: em qual medida o ciber potencializa a democracia? **Revista Ciencias Humanas UNITAL**, Taubaté/SP – Brasil, v.14 e 30, 2021.

MASCHERONI, Giovanna; MATTONI, Alice. Electoral Campaigning 2.0: The Case of Italian Regional Elections. *Journal of Information Technology & Politics* 10, no 2, 2013.

MEDEIROS, Alexsandro. Ciberdemocracia: democracia eletrônica, virtual ou digital, 2013. In: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/ciber-democracia/> Acesso em 05 de fev. de 2024

MICHELS, Robert. ”Tendências Burocráticas das Organizações Partidárias”. In: CARDOSO, Fernando Henrique; MARTINS, Carlos Estevam (Orgs.). In: **Política e Sociedade**. SP: Companhia Editora Nacional, vol. 2, 1979. (Coleção Biblioteca Universitária; Volume 54) (pp. 73-89)

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: UNB, 1982.

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. Mídias sociais digitais, participação política e protestos anticorrupção. Estudos de Sociologia, v. 25, n. 50, 21 maio 2021.

PERISSINOTTO, R. M., MIRÍADE, A. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, p. 301-333, 2009.

PHÉLIPPEAU, E. “Sociogênese da profissão política”. In: GARRIGOU, A. &

ROCHA, Leonardo. **Os partidos na rede: ação política virtual das instituições partidárias brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Paraná: Curitiba, 2014. 138p.

SAMPEDRO, Víctor; MOSCA, Lorenzo. Digital Media, Contentious Politics and Party Systems in Italy and Spain. Javnost - The Public, [S. l.], v. 25, n. 1–2, p. 160–168, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13183222.2018.1423959>.

WEBER, Max. “A Política como Vocação”. In: GERTH, Hans; MILLS, Wright. **Ensaios de Sociologia**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (pp. 55-89).

A MODA COMO MANIFESTO:

Zuzu Angel e as Relações entre Profissão, Política e Militância Pública

Mariana Leticia Costa (UFS)

Resumo: Este artigo explora a trajetória de Zuzu Angel no contexto sócio-histórico da profissão de designer de moda, destacando sua relevância como pioneira no uso da moda como ferramenta de protesto político. A análise aborda a evolução histórica da profissão de designer de moda, a partir de uma perspectiva sociológica, considerando fatores como capital cultural, redes sociais e dinâmicas de poder. Zuzu Angel é discutida como um exemplo emblemático de como o design de moda pode transcender o mercado, atuando como expressão cultural e resistência política. A pesquisa conecta as criações de Zuzu Angel às lutas políticas do Brasil durante o regime militar, enfatizando sua contribuição para a legitimação da moda como uma profissão influenciada por forças históricas, políticas e sociais. Sua atuação abriu caminho para o engajamento ético e político dos designers contemporâneos, reforçando a importância de compreender a moda como prática interdisciplinar e espaço de negociação entre criatividade e poder.

Palavras-chave: Zuzu Angel; Moda política; Sociologia das profissões; Designer de moda; Resistência política.

Abstract: This article explores Zuzu Angel's career in the socio-historical context of the fashion design profession, highlighting her importance as a pioneer in the use of fashion as a tool for political protest. The analysis looks at the historical evolution of the fashion design profession from a sociological perspective, considering factors such as cultural capital, social networks and power dynamics. Zuzu Angel is discussed as an emblematic example of how fashion design can transcend the market, acting as cultural expression and political resistance. The research connects Zuzu Angel's creations to Brazil's political struggles during the military regime, emphasizing her contribution to legitimizing fashion as a profession influenced by historical, political and social forces. Her work paved the way for ethical and political engagement among contemporary designers, reinforcing the importance of understanding fashion as an interdisciplinary practice and a space for negotiating creativity and power.

Keywords: Zuzu Angel; Political fashion; Sociology of professions; Fashion designer; Political resistance.

1 INTRODUÇÃO

A moda, enquanto fenômeno cultural, social e econômico, transcende a simples criação de vestimentas e se estabelece como uma linguagem complexa, capaz de articular valores, identidades e relações de poder. Historicamente, desempenhou um papel central na organização social, funcionando como um marcador de distinções de classe, gênero, raça e status político. Contudo, a moda não é apenas reflexiva das dinâmicas sociais, ela é também um campo de contestação e transformação, onde privilégios podem ser reafirmados ou desafiados. Desde os rígidos códigos de vestimenta nas cortes europeias até os movimentos contemporâneos de democratização do consumo e ativismo, a moda demonstra sua capacidade de operar simultaneamente como um mecanismo de exclusão e uma plataforma de resistência cultural.

No Brasil, a trajetória de Zuzu Angel exemplifica de forma única essa interseção entre moda e política. Nascida em 1921, Zuzu iniciou sua carreira em um momento em que o campo da moda brasileira ainda buscava se consolidar profissionalmente, sendo marcado por uma forte dependência estética e cultural dos padrões europeus. Suas primeiras criações destacavam-se pela valorização de elementos da cultura popular brasileira, como estampas tropicais, bordados regionais e uma estética que dialogava com a diversidade nacional. Contudo, foi na década de 1970, após o desaparecimento de seu filho Stuart Angel, militante político e vítima da ditadura militar brasileira, que sua atuação ganhou dimensão política. Zuzu transformou sua prática em uma linguagem de denúncia, utilizando certos símbolos, como gaiolas, anjos e manchas de sangue, em suas coleções, para confrontar publicamente as atrocidades do regime.

Essa transformação não apenas reposiciona a moda como um instrumento de resistência, mas também a insere em um debate mais amplo sobre a evolução da profissão de designer de moda no Brasil. A partir de uma análise sócio-histórica, é possível compreender como a atuação de Zuzu Angel contribuiu para a legitimação da moda como um campo profissional e político, ampliando seus limites para além das demandas comerciais e estéticas. As criações de Zuzu Angel revelam como o designer pode transcender o papel de criador técnico ou estético, assumindo uma função de engajamento social e político, alinhada às dinâmicas exploradas pela sociologia das profissões.

Na perspectiva da sociologia das profissões, a consolidação de uma profissão está intrinsicamente ligada ao contexto histórico e cultural em que se desenvolve. Elementos como capital cultural, social e técnico desempenham papéis cruciais na construção de legitimidade e prestígio profissional. As trajetórias no design de moda não se limitam ao campo estritamente profissional. Muitos designers de moda utilizam seus conhecimentos e habilidades para atuar

em outras esferas, como a política, a sustentabilidade e a educação. Essa conexão com outras áreas fortalece sua identidade profissional e amplia as possibilidades de reconhecimento público, um aspecto que Becker (2007) identifica como fundamental para compreender a trajetória de profissionais que ocupam espaços híbridos

No caso de Zuzu Angel, sua capacidade de integrar a cultura brasileira ao design de moda e, posteriormente, sua subversão do campo ao incorporar uma agenda política, reflete as dinâmicas descritas pela sociologia das profissões. Além disso, a prática de Zuzu evidencia como as fronteiras profissionais não são fixas, mas estão em constante negociação, permitindo a integração de novas narrativas e funções ao campo.

No contexto contemporâneo, a moda continua a operar como um espaço de negociações complexas entre criatividade, mercado e engajamento ético. A globalização e a digitalização transformaram profundamente o setor, conectando designers, consumidores e produtores em uma rede transnacional. Por um lado, essas mudanças democratizaram o acesso à moda e ampliaram as oportunidades para novos designers, por outro, revelaram as contradições éticas do setor, como o hiperconsumo, as condições precárias de trabalho e os impactos ambientais. Nesse cenário, o legado de Zuzu Angel ressurge como um exemplo de como a moda pode ser utilizada não apenas como um reflexo das dinâmicas sociais, mas como um agente ativo de mudança.

Portanto, este artigo tem como objetivo explorar a interseção entre moda, política e poder, analisando a trajetória de Zuzu Angel à luz da sociologia das profissões. Busca-se compreender como sua atuação contribuiu para transformar o design de moda em um campo de resistência cultural e política, desafiando as normas estabelecidas e ampliando os horizontes da profissão. A análise de sua obra destaca a importância de repensar o papel do designer no mundo contemporâneo, especialmente em um contexto marcado por crises globais, desigualdades estruturais e demandas por justiça social.

Assim, este estudo pretende não apenas evidenciar a relevância histórica de Zuzu Angel, mas também posicioná-la como uma figura-chave para a reflexão sobre os desafios e possibilidades do design de moda no século XXI. Sua trajetória demonstra que a moda não se limita ao consumo ou à estética, mas pode ser uma linguagem de engajamento ético e político, capaz de conectar questões locais a um público global e mobilizar transformações significativas nas esferas cultural, social e política.

2 DESENVOLVIMENTO

A profissão de designer de moda, em sua forma contemporânea, é o resultado de uma evolução complexa, atravessada por mudanças históricas e sociais que transformaram um ofício artesanal em uma prática institucionalizada. Originalmente ligada às cortes europeias, onde alfaiates e costureiros atendiam exclusivamente às elites aristocráticas, a moda era vista como uma extensão do luxo e do privilégio. A Revolução Industrial, porém, trouxe uma reestruturação profunda nesse cenário, introduzindo a produção em massa e democratizando o acesso ao vestuário. Essa transformação não apenas mudou as bases materiais da moda, mas também criou as condições para que emergisse uma nova figura central: o designer de moda, responsável por criar, inovar e guiar esteticamente as tendências de consumo.

No século XX, a consolidação da moda como profissão foi acompanhada por processos de institucionalização, incluindo a fundação de escolas especializadas, como a *Chambre Syndicale de la Couture*, em Paris, e a valorização da criatividade como um elemento estratégico no mercado global. Nesse período, os designers começaram a transcender o papel de criadores para se tornarem influenciadores culturais, moldando comportamentos e participando de debates sociais e políticos. Fatores como as Guerras Mundiais e os movimentos de contracultura contribuíram para expandir o alcance da moda, introduzindo novas narrativas que questionavam padrões estéticos tradicionais e traziam à tona discussões sobre identidade, gênero e poder.

Nesse contexto de mudanças estruturais, o sucesso profissional no campo da moda passou a depender não apenas de habilidades técnicas, mas também de elementos como capital cultural e redes sociais. Bourdieu (1998), ao definir o capital cultural como o conjunto de conhecimentos, credenciais e habilidades reconhecidas socialmente, oferece uma lente poderosa para entender como os designers ascendem em um campo profissional competitivo. Além disso, na perspectiva da análise de Bourdieu (1998), a moda é um campo de disputas simbólicas em que os agentes competem pelo capital cultural e pela autoridade de definir o que é considerado belo, inovador ou relevante. Nesse contexto, os designers não são apenas criadores de roupas, mas também influenciadores culturais que moldam tendências e discursos estéticos.

Zuzu Angel, nesse cenário de transformação e profissionalização, representa uma figura singular e pioneira. Enquanto muitos designers de sua época estavam focados em atender às demandas comerciais ou estéticas, Zuzu foi além, utilizando a moda como um veículo de resistência política e afirmação cultural. Sua trajetória não apenas exemplifica o potencial da moda como espaço de contestação, mas também ilumina como forças históricas, políticas e culturais moldaram a profissão de designer no Brasil. Ao ressignificar os códigos da moda,

Zuzu Angel não apenas ampliou os limites da prática profissional, mas também revelou seu poder como linguagem de transformação social.

Acima de tudo, a moda, que também inclui o modo como nos vestimos em um determinado momento e local, também pode, entre suas inúmeras possibilidades, apresentar um caráter político, de protesto, de manifesto contra ou a favor de algo (Lacerda, 2011, p. 13).

Portanto, ao explorar a socio-história da carreira de designer de moda e a trajetória de Zuzu Angel, este trabalho busca evidenciar como a profissão, moldada por dinâmicas de poder, capital cultural e redes sociais, se transforma em um espaço privilegiado para a articulação de criatividade, política e resistência. A história de Zuzu Angel não apenas destaca as potencialidades do design de moda em contextos de luta e opressão, mas também oferece um ponto de partida crucial para discutir os impactos contemporâneos da moda em um cenário globalizado, no qual sustentabilidade, inclusão e ativismo social emergem como valores centrais. Assim, o presente artigo busca abordar como a moda se consolidou como um campo legítimo de expressão cultural e política, tendo Zuzu Angel como uma das figuras mais emblemáticas dessa transformação.

2.1 Sócio-História do Designer de Moda

A constituição da profissão de designer de moda é marcada por um processo histórico que reflete transformações econômicas, sociais e culturais, ao longo dos séculos, que redefiniram a maneira como o vestuário e a moda eram concebidos. A moda, entendida com "M" maiúsculo, é diferenciada de modismos efêmeros, sendo considerada um elemento central na construção da identidade, tanto individual quanto coletiva.

O surgimento da moda é situado entre os séculos XIV e XV nas cidades italianas, onde a burguesia, em sua busca por status e reconhecimento social, começou a imitar os trajes da nobreza. Em resposta, a nobreza buscava se diferenciar, resultando em um dinamismo nas aparências que caracterizava a época. Nos primórdios, a moda estava intimamente associada às dinâmicas de poder das elites aristocráticas. O trabalho dos costureiros e alfaiates, enquanto ofício, era altamente artesanal e direcionado exclusivamente às cortes europeias, com ênfase na personalização e na exaltação das hierarquias sociais. As vestimentas, nesse período, funcionavam como um dos principais símbolos de status, reforçando divisões sociais e políticas por meio da ostentação e do luxo.

Nas cidades italianas, em meados do século XVII, a palavra *modanti* passa a ser usada a partir de uma variação de *mode*, “[...] para indicar os seguidores da moda, refinados cultores de elegâncias, frequentemente francesas”. O vocábulo era usado para indicar as mudanças rápidas no campo das vestimentas nas camadas aristocráticas, mas também se refere às convenções sociais, à decoração, ao pensamento, à escrita e à postura. (Debom, 2018, p.8).

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, representou um divisor de águas no campo da moda, ao introduzir tecnologias que transformaram os métodos de produção e distribuição. A mecanização permitiu a produção em massa, reduzindo custos e aumentando o acesso ao vestuário para segmentos sociais mais amplos. A emergência de fábricas e o desenvolvimento de máquinas, como o tear mecânico e a máquina de costura, descentralizaram a produção de roupas, reduzindo a dependência de artesãos individuais. Embora a industrialização democratizasse o consumo de moda, ela também alterou profundamente a relação entre criatividade e funcionalidade, trazendo à tona a necessidade de um novo papel profissional: o designer de moda.

Essa nova figura profissional emergiu no século XIX e consolidou-se no século XX como uma ponte entre as demandas do mercado industrial e as tendências culturais e estéticas. A consolidação do designer de moda como um agente cultural significativo ocorreu paralelamente à institucionalização do campo. A figura de Charles Frederick Worth emerge como um marco fundamental na transição do profissional, que sai de um ofício artesanal para uma profissão institucionalizada e legitimada culturalmente. Atuando em Paris no século XIX, Worth consolidou a Alta-Costura como uma prática autoral, rompendo com a tradição que ligava o costureiro a uma posição anônima e subalterna dentro das dinâmicas sociais e econômicas do vestuário. Ele introduziu um modelo de produção em que o criador não apenas executava peças sob medida, mas também atuava como autor de uma visão estética única, posicionando-se como um artista no campo da moda. Worth foi pioneiro ao criar coleções sazonais, apresentadas em manequins vivos, estabelecendo o desfile de moda como prática central na legitimação e promoção do trabalho dos designers.

No inverno de 1857/58, Worth criou um novo conceito para as casas de moda em Paris, quando apresentou às suas clientes uma coleção de modelos inéditos para que elas pudessem escolher os que preferissem, a serem elaborados sob medida. Worth, com a fundamentação desta proposta, lançava novos valores para a moda: assinava as roupas, o que até então não acontecera, dando status de artista ao costureiro; impunha o seu próprio gosto, ou seja, criava e produzia independentemente da opinião das clientes; e também lançava a ideia de desenvolver

suas coleções por estação climática, isto é, primavera/verão e outono/inverno, dando às roupas um prazo menor de validade, incentivando, assim, o aumento do consumo de moda. Tratava-se de uma nova dinâmica - a Couture - que, devido ao contexto histórico do período e ao grande dinheiro circulante da Revolução Industrial, deu origem, dez anos depois, em 1868, à *Chambre Syndicale de la Confection et de Couture pour Dames et Fillettes* (Câmara Sindical de Confeção e Costura para Damas e Moças) e, posteriormente, na década de 1870, ao termo *couturier* (costureiro). Portanto, aquele que trabalhava dentro destas premissas tornava-se costureiro. Este sindicato arregimentava qualquer estabelecimento que fabricasse roupas. Com o passar do tempo, tendo um produto diferenciado e intenção de defender as suas próprias especificidades, a Costura se separou da Câmara Sindical das Confeções e fundou. no final do ano de 1910, a *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne* (Câmara Sindical da Costura Parisiense), passando então a usar o termo alta costura. (Braga; Prado, 2011, p.30-31)

Essa transformação teve implicações significativas para a configuração do campo da moda enquanto espaço de produção simbólica e disputa de poder. Ao consolidar o conceito de autoria e ao associar seu nome às suas criações, Worth não apenas elevou o status do costureiro, mas também lançou as bases para a construção das grifes, um dos elementos centrais na organização do campo da moda moderna. Ele foi capaz de alinhar criatividade, prestígio e capital cultural, transformando seu ateliê em uma referência para as elites da época. Essa inovação inaugurou uma nova dinâmica no campo, em que o designer se tornava não apenas um executor técnico, mas também um mediador entre a criatividade artística e as demandas do mercado, reafirmando o valor simbólico da moda como prática cultural. Segundo Levy (apud Miranda, 2011, p.35), "Pessoas compram coisas não somente pelo que estas coisas podem fazer, mas também pelo o que elas significam", e Charles Frederick Worth foi o pioneiro nessa revolução no campo da moda.

Worth representa a consolidação da moda como um campo autônomo, em que a criação estética passa a dialogar com as estruturas econômicas e sociais de maneira mais complexa. Sua trajetória ilustra como a moda, enquanto prática profissional, passou a articular-se com dinâmicas de poder mais amplas, sendo simultaneamente um reflexo e um agente das transformações culturais e econômicas do período. O estilista estabeleceu um precedente para a profissionalização do designer de moda, criando as bases para o reconhecimento da moda como um campo legítimo de expressão cultural e, ao mesmo tempo, um setor estratégico dentro da economia global.

Além disso, a fundação de casas de moda como Chanel e Dior não apenas revolucionou o design com novas abordagens criativas, mas também criou narrativas que conectavam a moda

à identidade cultural e ao comportamento social. Essas casas de moda estabeleceram a profissão como um espaço de criação de tendências, tornando os designers protagonistas em um mercado global crescente.

A institucionalização da moda foi reforçada por escolas especializadas, como a *Chambre Syndicale de la Couture Parisienne*, que padronizaram e regulamentaram a formação de designers, conferindo legitimidade à prática. Essas instituições estabeleceram o design de moda como um campo formal de conhecimento, com regras claras, técnicas específicas e padrões de excelência. Carr-Saunders e Wilson (1933) argumentam que uma profissão só se constitui plenamente quando é sustentada por um corpo de conhecimentos técnicos adquiridos por meio de treinamento formal e institucionalizado. Nesse contexto, as escolas especializadas, universidades e instituições de ensino desempenham um papel central ao formalizar o conhecimento técnico e criar redes de relacionamento que ajudam os profissionais a se inserirem no mercado e a legitimar sua atuação, sendo uma forma de credenciamento.

Portanto, esse processo que elevou a moda de um ofício artesanal para uma prática profissional reconhecida, também refletiu mudanças sociais mais amplas, como a crescente valorização da criatividade e da inovação como elementos estratégicos no mercado. Eliot Freidson (1998) afirmar que o credenciamento é, além de uma ferramenta de legitimação, um mecanismo de controle do mercado de trabalho. No caso do design de moda, a crescente valorização de diplomas de graduação e especialização reflete uma tentativa de consolidar o campo como uma profissão legítima e reconhecida. Essa valorização também responde às exigências do mercado, que busca profissionais capazes de aliar criatividade a conhecimentos técnicos e empresariais

A moda não apenas acompanhou as transformações históricas, mas também foi moldada por elas. Eventos globais como as Guerras Mundiais redefiniram a relação da moda com a sociedade, ao mesmo tempo que desafiaram os designers a adaptarem sua prática às realidades econômicas e políticas. Durante a Segunda Guerra Mundial, por exemplo, a escassez de materiais levou à criatividade em soluções de design que equilibrassem funcionalidade e estética. No pós-guerra, a moda voltou a ocupar um lugar central na reconstrução das economias, com o crescimento das indústrias culturais e a ascensão de marcas que refletiam os valores de uma nova sociedade de consumo.

Nos anos 1960 e 1970, movimentos sociais e culturais ampliaram ainda mais o papel do design de moda, transformando-o em uma plataforma para a expressão de identidades e para a contestação de normas sociais. A contracultura, os movimentos feministas e os debates sobre liberdade sexual influenciaram diretamente o campo, trazendo à tona questionamentos sobre

gênero, raça e classe no design de moda. Os designers, nesse contexto, passaram a desempenhar um papel ativo na construção de narrativas que desafiavam padrões estéticos e sociais, solidificando a moda como uma linguagem cultural poderosa.

Debom (2018) destaca que, embora a norma coletiva continuasse a prevalecer, houve uma modificação radical na percepção do indivíduo, que conquistou o direito de exibir um gosto pessoal e de inovar. Essa individualização do parecer ganhou legitimidade, e a busca estética pela diferença e pelo inédito tornou-se uma lógica constitutiva do universo das aparências. Assim, a moda passou a ser vista não apenas como um reflexo de status, mas como uma forma de expressão pessoal e de afirmação da identidade

No que diz respeito à ascensão dos designers de moda, o capital cultural e as redes sociais desempenharam papéis fundamentais. Conforme Bourdieu (1998), o capital cultural engloba conhecimentos, habilidades e credenciais que permitem aos indivíduos obter reconhecimento em determinados campos sociais. No design de moda, o acesso a escolas de prestígio, a participação em redes sociais de influência e o domínio técnico tornaram-se elementos essenciais para a consolidação de carreiras. Ao mesmo tempo, a globalização e a digitalização ampliaram as possibilidades de criação e circulação de moda, permitindo que designers alcançassem públicos internacionais e moldassem diretamente as tendências globais.

No Brasil, a sócio-história da profissão de designer de moda reflete desafios específicos relacionados à dependência cultural de padrões europeus e à dificuldade de legitimar uma identidade criativa própria. Durante grande parte do século XX, a moda brasileira foi marcada pela imitação de estéticas estrangeiras, enquanto o mercado local carecia de infraestrutura para fomentar a originalidade. Nesse contexto, a trajetória de Zuzu Angel destaca-se como um marco, ao introduzir elementos que valorizavam a cultura nacional e utilizavam a moda como uma ferramenta de resistência política e expressão cultural.

Zuzu Angel exemplifica como a moda pode transcender as fronteiras estéticas e comerciais, articulando discursos sociais e políticos que desafiam as estruturas de poder. Sua capacidade de combinar elementos do capital cultural, como conexões internacionais e reconhecimento criativo, com uma narrativa de resistência torna sua trajetória um exemplo paradigmático da relação entre moda, política e profissionalização. Portanto, é uma trajetória que oferece uma perspectiva única sobre como as forças históricas e sociais moldam o campo e conferem legitimidade ao papel do designer como agente cultural.

2.1.1 Zuzu Angel: Moda Política e Resistência

Zuzu Angel destaca-se como uma figura paradigmática na história da moda brasileira, não apenas por sua contribuição estética, mas principalmente pela forma como ressignificou o papel da moda como um espaço de resistência política e afirmação cultural. Nascida em 1921, em Curvelo, Minas Gerais, Zuleika Angel Jones, posteriormente conhecida como Zuzu Angel, construiu uma carreira marcada pela inovação e pelo compromisso com a valorização das tradições brasileiras, em um período no qual o campo da moda nacional era fortemente influenciado pelos padrões estéticos europeus. Desde o início de sua trajetória, Zuzu evidenciou um olhar criativo e autoral que rompia com as normas impostas, incorporando elementos regionais, estampas tropicais e tecidos locais em suas criações, promovendo um discurso visual que exaltava a identidade cultural brasileira.

Entretanto, foi na década de 1970, após o desaparecimento de seu filho Stuart Angel, que sua atuação ultrapassou os limites da estética e se tornou um ato político. Stuart, militante político e crítico ferrenho do regime militar brasileiro, foi preso, torturado e assassinado pelas forças repressivas do Estado, marcando profundamente a vida e a obra de Zuzu. A partir desse momento, sua produção criativa converteu-se em uma plataforma de denúncia contra as atrocidades do regime militar, transformando o design de moda em um meio de protesto e resistência. Essa transição representou não apenas uma mudança de perspectiva em seu trabalho, mas também a ampliação do escopo da moda, que passou a ser usada por Zuzu como uma linguagem capaz de articular narrativas políticas e simbólicas de grande impacto. Para Becker (1999), os profissionais de campos criativos frequentemente se tornam catalisadores de mudanças sociais ao incorporar valores progressistas em sua prática.

É um movimento que subverte a ideia tradicional de moda como mero símbolo de status ou luxo, transformando-a em uma linguagem de protesto. Segundo Petrarca (2015), as profissões podem se redefinir através da integração com outras esferas sociais, como a política. As fronteiras entre profissões e outras atividades não são fixas, mas sim negociadas continuamente, permitindo que indivíduos moldem as normas de suas práticas. Portanto, Zuzu, nesse sentido, redefine os limites da profissão de designer, ao integrar engajamento social e ativismo em um campo historicamente desvinculado dessas temáticas.

As criações de Zuzu Angel nesse período caracterizaram-se por uma estética profundamente simbólica, que integrava elementos como anjos, gaiolas, flores e manchas de sangue, remetendo ao sofrimento das famílias dos desaparecidos políticos. Tais símbolos, inseridos cuidadosamente em suas peças, transcenderam a função decorativa e passaram a carregar significados políticos explícitos, denunciando as violações de direitos humanos perpetradas pelo regime autoritário. Nesse sentido, as roupas projetadas por Zuzu tornaram-se

veículos de contestação, desafiando o silêncio e a passividade em relação às violências do período. Seus desfiles, tradicionalmente espaços destinados à celebração estética e comercial, foram transformados em atos de resistência, nos quais a moda era ressignificada como uma linguagem de luta.

Um dos momentos mais emblemáticos dessa trajetória foi a apresentação de sua coleção nos Estados Unidos, em 1971. Nesse desfile, Zuzu Angel utilizou a visibilidade internacional da moda como estratégia para chamar atenção às atrocidades cometidas pelo governo brasileiro. Com peças carregadas de simbolismos universais, como os anjos, que representavam inocência e perda, ela conseguiu conectar sua mensagem a uma audiência global, destacando a repressão estatal no Brasil. Esse ato pioneiro demonstrou a capacidade da moda de transcender fronteiras culturais e políticas, mobilizando a atenção do público internacional para questões sociais e humanitárias. Mais do que um evento de moda, o desfile de Zuzu nos Estados Unidos foi um manifesto político que consolidou seu papel como uma ativista que utilizou sua arte para lutar contra as injustiças.

Depois do desfile na casa do cônsul do Brasil, em Nova York, em 1971, a esquerda, que coincidia com a classe intelectual descobriu o trabalho de Zuzu. A designer parecia ter uma postura contraditória. Ela circulava na alta-sociedade e tinha como clientes estrelas de Hollywood, como Joan Crawford, que ainda por cima era presidente da Pepsi, representando o odiado imperialismo americano. Entretanto, nas roupas de protesto fica explícito o engajamento ideológico de Zuzu, sua postura crítica em relação ao momento vivido. Mas esse posicionamento já se demonstrava desde as coleções anteriores, quando buscava caracterizar a identidade brasileira e se manifestava a favor dos movimentos feministas (Andrade, 2006, p. 6).

Além de sua dimensão política, Zuzu Angel também desempenhou um papel crucial na afirmação de uma identidade cultural brasileira no campo da moda. Durante um período em que o Brasil enfrentava um processo de dependência cultural em relação à Europa, Zuzu adotou uma postura contrária, buscando inspiração na cultura local e nas tradições regionais. Segundo Braga e Prado (2011), Zuzu foi a primeira designer de moda a utilizar pedras brasileiras em suas produções e a fazer coleções com ênfase em componentes da nossa cultura, como a coleção *Dateline I*, que abordava as visualidades do cangaço e materiais nacionais como as rendas brasileiras e a chita.

Além disso, estampas tropicais e elementos do folclore brasileiro eram frequentemente incorporados em suas coleções, destacando-se como ferramentas de valorização das especificidades culturais do país. Ao promover essa estética nacional, Zuzu não apenas

desafiava o colonialismo cultural, mas também afirmava a capacidade da moda brasileira de construir uma linguagem própria, conectada às realidades e narrativas locais.

A trajetória de Zuzu Angel revela, portanto, como a moda pode transcender seu papel tradicional de produto comercial para se tornar um espaço de contestação e resistência. Ao utilizar sua posição como designer para confrontar estruturas de poder e promover justiça social, Zuzu redefiniu os limites do campo do design de moda, conferindo-lhe uma dimensão política raramente associada à prática. Suas criações demonstram que a moda pode ser mobilizada como uma ferramenta de enfrentamento às opressões e de valorização das identidades culturais. Nesse sentido, Zuzu Angel transformou-se em um símbolo de resistência, cujas ações ecoam não apenas no campo da moda, mas também na história cultural e política do Brasil.

O impacto de Zuzu Angel transcende seu tempo e continua relevante no contexto contemporâneo. Em um mundo marcado por crises sociais, culturais e ambientais, sua obra oferece uma perspectiva valiosa sobre o potencial do design de moda como instrumento de transformação e conscientização. Designers contemporâneos que utilizam suas plataformas para promover inclusão, justiça social e sustentabilidade encontram em Zuzu uma inspiração para integrar ética e engajamento às suas práticas.

Assim, Zuzu Angel permanece uma figura central na história da moda brasileira, cuja influência extrapola os limites do design e alcança esferas mais amplas da cultura e da política. Sua trajetória não apenas ampliou as possibilidades do design de moda como campo interdisciplinar, mas também consolidou seu legado como uma das principais referências na luta por justiça social e valorização cultural. Ao conectar sua dor pessoal a um discurso político e transformar a moda em uma linguagem de resistência, Zuzu Angel deixou um impacto na moda. Sua narrativa é um lembrete de que a moda, frequentemente subestimada como um campo superficial, pode ser mobilizada para desafiar normas e questionar desigualdades.

2.2 Moda, Dinâmicas de Poder e Impactos Contemporâneos

A moda, enquanto fenômeno cultural, social e econômico, desempenha um papel central na configuração das dinâmicas de poder em sociedades contemporâneas. Longe de ser uma simples expressão estética, a moda atua como um campo simbólico onde identidades, valores e estruturas de dominação são negociados, reforçados ou contestados. Desde a consolidação de normas de vestuário nas cortes europeias até os movimentos de democratização do consumo e os debates sobre sustentabilidade na contemporaneidade, a moda se revelou um espaço de disputas complexas que refletem e transformam as hierarquias sociais.

No contexto histórico, a moda desempenhou um papel fundamental na legitimação das hierarquias sociais, especialmente por meio do controle simbólico do vestuário. As leis suntuárias, nas cortes europeias, definiam os materiais, cores e estilos que poderiam ser usados por diferentes classes, consolidando a posição das elites. Esse controle, evidenciava a exclusividade do luxo e do prestígio.

Mudando a seu bel-prazer, o vestuário revela claramente, em toda parte, os conflitos sociais. Por isso as leis suntuárias derivam da sabedoria dos governos, mas também do mau humor das classes mais elevadas da sociedade quando se veem imitadas pelos novos-ricos. Henrique IV não podia consentir que mulheres e crianças da burguesia parisiense vestissem seda; e muito menos podia consenti-lo a sua nobreza. Mas nada, jamais, se pode opor à paixão de ascender ou ao desejo de vestir roupas que, no Ocidente, são o símbolo de toda ascensão social, ainda que mínima. Nem os governos puderam alguma vez impedir os excessos de luxo dos grandes senhores, os extraordinários desfiles das púerperas venezianas, ou a ostentação que tinha lugar nos funerais em Nápoles" (Braudel, *apud* Calanca, 2011, p.282).

Entretanto, o advento da Revolução Industrial trouxe uma democratização parcial da moda, com a mecanização da produção e o acesso ampliado ao vestuário. Esse movimento, embora tenha permitido que segmentos mais amplos da população participassem das tendências estéticas, não eliminou as dinâmicas de exclusão, mas as transformou. A alta-costura surgiu como uma reafirmação do prestígio das elites, enquanto a produção em massa estabelecia novas hierarquias. A partir desse contexto, Petrarca (2015) analisa que a institucionalização de profissões reflete lutas contínuas por poder e prestígio e afirma que, mesmo em contextos de ampliação do acesso, essas dinâmicas não desaparecem, mas se transformam, criando novas formas de exclusão e hierarquização.

Além disso, o controle sobre o vestuário feminino e a imposição de padrões estéticos que reforçavam papéis tradicionais de gênero ilustram como a moda tem sido historicamente usada para limitar a liberdade e a autonomia das mulheres. Ao mesmo tempo, designers como Coco Chanel desafiaram essas normas ao introduzir elementos do vestuário masculino no guarda-roupa feminino, ampliando as possibilidades de expressão e contestação. Petrarca (2015) enfatiza que profissões frequentemente refletem as dinâmicas de poder de gênero, com barreiras históricas impostas às mulheres em campos dominados por homens. Tanto na moda quanto em outras profissões, a luta pela igualdade exige a subversão de normas estruturais e a redefinição dos papéis tradicionais.

Petrarca (2015) destaca como a sociologia das profissões pode revelar dinâmicas de poder nas trajetórias individuais e na consolidação de grupos profissionais. A moda, como profissão, dialoga diretamente com essas questões. Designers mobilizam capital cultural,

técnico e social para legitimar suas práticas e posicionar-se em um mercado altamente competitivo. Exemplos como Zuzu Angel demonstram como as fronteiras da profissão podem ser expandidas para integrar engajamento social e político, utilizando a moda como linguagem de resistência. Zuzu, ao incorporar símbolos de denúncia em suas criações durante a ditadura militar brasileira, exemplifica como as profissões podem atuar como espaços de contestação e transformação.

Logo, torna-se evidente que as dinâmicas de poder operam tanto na estruturação de profissões quanto na consolidação da moda como campo de influência social e política. A moda, enquanto fenômeno cultural e profissão, não apenas reflete as hierarquias existentes, mas também participa ativamente de sua configuração, contestação e transformação. Logo, é possível compreender as interseções entre criatividade, mercado e poder, reafirmando a moda como um espaço central para a articulação de identidades e a negociação de mudanças estruturais. Tal perspectiva permite aprofundar o entendimento das implicações culturais, políticas e econômicas da moda, posicionando-a como uma ferramenta poderosa para desafiá-las e transformá-las.

2.3 Profissionalização da Moda

A sociologia das profissões oferece um arcabouço teórico relevante para compreender a trajetória de Zuzu Angel, sobretudo no que diz respeito à sua contribuição para a consolidação da moda como um campo profissional legítimo no Brasil. Conforme discutido por Petrarca (2015), a profissionalização não é apenas um processo técnico, mas envolve a construção de legitimidade cultural e social, a mobilização de capital simbólico e a negociação constante com as dinâmicas de poder que moldam os campos profissionais.

A autora ressalta que o processo de profissionalização de um grupo profissional se estabelece a partir da articulação de saberes técnicos especializados com valores sociais reconhecidos. No caso de Zuzu Angel, sua atuação ajudou a redefinir o papel do designer de moda no Brasil, em um momento em que o campo ainda buscava consolidar-se como prática autônoma e autoral. Zuzu desempenhou um papel pioneiro ao transcender a visão tradicional da moda como um ofício restrito à reprodução de padrões eurocêtricos e ao posicionar-se como uma criadora que integrava estética, identidade cultural e política em suas obras. Sua produção, fortemente inspirada por elementos brasileiros desafiou o colonialismo cultural que permeava o campo da moda no Brasil, criando um espaço para a afirmação da identidade nacional dentro do setor.

De acordo com Petrarca (2015), a profissionalização também está associada à mobilização de capital cultural e simbólico, que são recursos essenciais para que os profissionais se afirmem dentro de um campo. Nessa perspectiva, Zuzu acumulou capital cultural ao dominar as técnicas de design e ao criar uma linguagem visual que conectava o local ao global. Esse capital foi transformado em capital simbólico à medida que suas peças passaram a carregar significados políticos e culturais profundos. O uso de símbolos como anjos, gaiolas e manchas de sangue em suas criações denunciava as atrocidades do regime militar e posicionava Zuzu como uma voz dissidente dentro e fora do campo da moda. Essa capacidade de articular narrativas visuais e políticas é um exemplo claro do que Petrarca (2015) descreve como a capacidade dos profissionais de mobilizar sua prática em resposta às demandas sociais e culturais de seu tempo.

Outro aspecto central na perspectiva da sociologia das profissões é a mobilização de redes sociais e culturais, que facilitam a expansão da influência e legitimidade de um profissional. Petrarca (2015) argumenta que as redes de relações não se limitam aos espaços formais de trabalho, mas incluem também interações em contextos familiares, sociais e políticos. Zuzu Angel demonstrou habilidade singular ao construir conexões estratégicas tanto no Brasil quanto no exterior, utilizando essas redes para amplificar sua mensagem de resistência política. O desfile realizado nos Estados Unidos em 1971 ilustra como Zuzu articulou seu papel como designer com sua militância, mobilizando redes internacionais para denunciar as violações de direitos humanos no Brasil. Como observado por Petrarca (2015), a capacidade de conectar diferentes esferas de poder é fundamental para que os profissionais consolidem sua posição e ampliem o impacto de sua prática.

Além disso, Petrarca (2015) destaca a dimensão ética das profissões, que muitas vezes emergem como agentes de transformação em contextos de crise. Já Hughes (1994) descreve as carreiras como trajetórias moldadas por eventos significativos, que podem ser tanto planejados quanto fruto de circunstâncias inesperadas. Esses eventos, conhecidos como *"turn points"*, frequentemente redefinem o rumo da carreira e criam novas possibilidades para os profissionais.

Assim, Zuzu Angel exemplifica essa perspectiva ao utilizar sua prática criativa para confrontar as injustiças do regime militar, transformando seu saber técnico em uma ferramenta de militância pública. Suas coleções de moda política não apenas desafiavam o autoritarismo, mas também ressignificavam o papel do designer de moda, demonstrando que essa profissão poderia transcender as barreiras comerciais e estéticas para se tornar um campo de resistência e contestação.

A trajetória de Zuzu Angel também reflete as tensões inerentes ao processo de profissionalização. O campo da moda, por sua natureza, opera na interseção entre criatividade, mercado e poder, e Zuzu enfrentou essas tensões ao navegar entre seu trabalho como designer de alta-costura e seu papel como ativista política. Embora seus clientes

incluíssem membros da elite e estrelas internacionais, como Joan Crawford, suas coleções desafiavam diretamente as normas estéticas e políticas vigentes, evidenciando sua capacidade de negociar os dilemas do campo profissional enquanto reafirmava sua autonomia criativa.

Assim, a narrativa de Zuzu Angel demonstra como uma trajetória profissional pode ser transformada em uma narrativa coletiva de impacto social, ampliando as funções e responsabilidades de uma profissão. Assim como Petrarca (2015) discute a influência da socialização e do engajamento político na constituição de identidades profissionais, Zuzu ilustra como designers de moda podem se posicionar como agentes de mudança social. Sua atuação confirma que a carreira profissional não é apenas um caminho técnico, mas também um processo biográfico e identitário que pode se conectar a lutas mais amplas.

Logo, à luz da sociologia das profissões, Zuzu Angel emerge como uma figura que não apenas contribuiu para a consolidação do design de moda como uma profissão legítima no Brasil, mas também demonstrou como as profissões podem ser mobilizadas para responder aos desafios sociais e políticos de seu tempo. Sua trajetória revela a complexidade do processo de profissionalização e a capacidade dos agentes profissionais de redefinir os limites de sua prática, transformando-a em um espaço de resistência, transformação e valorização cultural. Nesse sentido, o legado de Zuzu Angel continua a inspirar designers e pesquisadores, reafirmando a relevância da moda como um campo dinâmico e profundamente conectado às dinâmicas sociais e políticas.

3 CONCLUSÃO

A trajetória de Zuzu Angel transcende os limites convencionais do design de moda, configurando-se como um exemplo paradigmático de como a prática criativa pode ser mobilizada como linguagem de resistência política, cultural e social. Suas criações, enraizadas na valorização da identidade cultural brasileira, transformaram a moda em um espaço de contestação e denúncia, revelando o potencial transformador dessa profissão em contextos de opressão e desigualdade. Ao ressignificar o papel do designer de moda, Zuzu Angel demonstrou

como a criatividade, aliada ao engajamento político, pode subverter as dinâmicas tradicionais de poder e promover mudanças estruturais significativas.

Zuzu Angel não apenas desafiou os padrões estéticos eurocêntricos que dominavam a moda brasileira, mas também utilizou sua arte como uma plataforma para expor e confrontar as atrocidades da ditadura militar. Sua produção foi além da estética, a fim de incorporar narrativas de resistência que sensibilizaram públicos locais e internacionais. Dessa forma, sua prática contribuiu não apenas para a legitimação da moda como um campo cultural e político, mas também para a expansão das fronteiras profissionais do design de moda no Brasil.

A partir da perspectiva da sociologia das profissões, a atuação de Zuzu Angel exemplifica o processo de construção de legitimidade em um campo marcado por disputas de poder, capital cultural e redes sociais. Sua capacidade de mobilizar recursos técnicos, simbólicos e sociais para ampliar o escopo do design de moda demonstra como os profissionais podem reconfigurar os limites de suas práticas, respondendo às demandas éticas e políticas de seu tempo. Ao integrar valores como justiça social, identidade cultural e engajamento político em sua prática, Zuzu redefiniu o papel do designer de moda, transformando-o em um agente ativo de transformação social.

Além disso, a história de Zuzu Angel reflete as tensões inerentes ao processo de profissionalização no campo da moda. Ao mesmo tempo em que navegava entre as expectativas comerciais e a necessidade de afirmação criativa, Zuzu desafiava normas estabelecidas, criando uma estética única que dialogava com as dinâmicas de poder e resistência de sua época. Sua capacidade de negociar esses dilemas evidencia a complexidade do design de moda enquanto prática interdisciplinar, que opera na interseção entre criatividade, mercado e política.

A relevância das obras de Zuzu Angel se estende para além do contexto histórico em que ela atuou, oferecendo epifanias para o design de moda no século XXI. Em um mundo marcado por crises globais, desigualdades estruturais e desafios éticos, sua trajetória serve como inspiração para designers que buscam alinhar estética e ética em suas práticas. Zuzu nos lembra que a moda não é apenas um reflexo das dinâmicas sociais, mas pode ser mobilizada como uma ferramenta ativa para questionar e transformar essas dinâmicas. Sua abordagem, que uniu inovação estética, engajamento político e valorização cultural, é um modelo de como a criatividade pode ser utilizada para promover mudanças estruturais.

No contexto contemporâneo, marcado pela globalização e digitalização, os desafios enfrentados por Zuzu Angel continuam a ressoar. A luta pela sustentabilidade, pela inclusão e pela justiça social exige que os designers repensem suas práticas e considerem o impacto cultural, ambiental e político de suas criações. Zuzu, com sua habilidade única de conectar

questões locais a debates globais, oferece um exemplo claro de como a moda pode ser utilizada para mobilizar transformações significativas. Suas obras demonstram que o design de moda pode e deve transcender a superficialidade atribuída a ele, posicionando-se como um campo dinâmico e profundamente conectado às questões sociais mais urgentes.

Por fim, a análise da trajetória de Zuzu Angel reafirma a moda como uma linguagem poderosa, capaz de articular valores, identidades e narrativas de resistência. Sua vida e obras são um lembrete constante de que a criatividade, quando aliada ao compromisso ético, pode ser um agente de transformação cultural e social. Designers contemporâneos que buscam promover justiça social, sustentabilidade e inclusão encontram em Zuzu uma inspiração inestimável, cuja relevância transcende as barreiras do tempo e do espaço. Ao reafirmar a moda como um campo interdisciplinar e transformador, a trajetória de Zuzu Angel continua a iluminar os caminhos para uma prática criativa mais ética, inclusiva e significativa. Seu legado é, acima de tudo, um convite para repensar o design de moda como uma prática que vai além do consumo e da estética, posicionando se como uma força vital para o progresso social e cultural.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, P. Zuzu Angel: o poder da moda contra a opressão. In: COLÓQUIO NACIONAL DE MODA, 2., 2006, Salvador. Anais eletrônicos [...]. Salvador : ABEPEN , 2006. Disponível em: <http://coloquiomoda.com.br/anais/Coloquio%20de%20Moda%20-%202006/artigos/94.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- BRAGA, João; PRADO, Luís Andre do Prado. **História da moda no Brasil: Das influências às autorreferências**. São Paulo: Pyxis Editorial, 2011.
- BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1998.
- CALANCA, Daniela. **História social da moda**. São Paulo: Editora Senac, 2011.
- CARR-SAUNDERS, A. M.; WILSON, P. A. **The professions**. Oxford: Clarendon Press, 1933.
- CRUZ, Karina Garcia Santos. **Carreira De Modelo: Formatos De Imersão, Habilidades Profissionais E Recursos De Ascensão**. 2020.
- DEBOM, P. Moda: nascimento, conceito e história. **Revista Veredas da História**, v. 11, n. 2, 28 dez. 2018.

_____. Charles Frederick Worth: fragmentos de uma trajetória. **dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda**, [S. l.], v. 11, n. 24, p. 146– 166, 2018. DOI: 10.26563/dobras.v11i24.778. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/778>. Acesso em: 22 nov. 2024

FREIDSON, Eliot. **Renascimento do profissionalismo**. São Paulo: EDUSP, 1998 HUGHES, E. **On Work, Race and the Sociological Imagination**. Chicago: University of Chicago Press, 1994.

LACERDA, C. C. D. **MODA COMO FORMA DE PROTESTO EM DESFILE DE ZUZU ANGEL: Nova York, setembro de 1971**. Juiz de Fora, f. 51, 2011 Monografia (ESPECIALIZAÇÃO EM MODA, CULTURA DE MODA E ARTE) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA, Juiz de Fora, 2011.

NEIRA, L. G. A invenção da moda brasileira. **Caligrama (São Paulo. Online)**, [S. l.], v. 4, n. 1, 2008. DOI: 10.11606/issn.1808-0820.cali.2008.68123. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/68123>.. Acesso em: 21 nov. 2024

PEREIRA, Helen Moraes. **Moda como manifestação política: Zuzu Angel**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social: Habilitação em Relações Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/240246>. Acesso em: 22 nov. 2024.

PETRARCA, F. R. **Pesquisando Grupos Profissionais: Dilemas Clássicos e Contribuições Recentes**. In : Adriano Codato ; Renato M. Perissonoto. (Org). Como Estudar Elites. 1ed.Curitiba: UFPR, v. 303, p. 151-184. 2015.

PIRES, Dorotéia Baduy (org). **Design de moda: olhares diversos**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2008.

SIMILI, Ivana Guilherme; MORGADO, Débora Pinguello. Tecidos, linhas e agulhas: uma narrativa para Zuzu Angel. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 15, p. 177– 201, 2015. DOI: 10.5965/2175180307152015177. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307152015177>. Acesso em: 12 nov. 2024.

PURPURINA NAS URNAS:

Movimento LGBT+, Partidos Políticos e Eleições no Brasil

Leonardo Almeida de Jesus (UFS)⁸⁰

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar as candidaturas LGBT+ entre os anos de 2002-2016, compreendendo sociologicamente a relação entre movimentos sociais e partidos políticos a partir do engajamento desse movimento dentro do universo político partidário-eleitoral. Neste aspecto, o presente trabalho buscará elucidar breves considerações para compreender quais são as condições sociais de entrada e ascensão dessas candidaturas nas arenas deliberativas e institucionais do poder. Para tal, o presente trabalho pautar-se-á em técnicas e métodos quali-quantis para a compreensão dessas dimensões analíticas, utilizando-se tanto de técnicas estatísticas-descritivas quanto de análises teóricas para a explicação deste fenômeno.

Palavras-chave: Movimento LGBT+; partidos políticos; eleições.

Abstract: The objective of this study is to examine the phenomenon of LGBT+ candidacies between 2002 and 2016 from a sociological perspective. In particular, it seeks to elucidate the relationship between social movements and political parties, with a focus on the engagement of the LGBT+ movement within the broader political-party-electoral universe. In this regard, this paper will endeavor to elucidate pertinent considerations in order to comprehend the social conditions that facilitate the entry and ascendance of these candidates within the deliberative and institutional spheres of power. To this end, this paper will employ a combination of qualitative and quantitative techniques and methods to gain insight into these analytical dimensions, utilizing both descriptive and statistical techniques, as well as theoretical analyses, to elucidate this phenomenon.

Keywords: The LGBT+ movement;; political parties; elections.

⁸⁰ Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Sergipe (PPGS/UFS).

1 INTRODUÇÃO

No que tange a literatura acerca sobre movimentos sociais, a sociologia desta área muito se debruça acerca da relação entre movimentos sociais e partidos políticos, ou seja, sendo uma das questões cara para a sociologia dos movimentos sociais, o engajamento desses movimentos nas arenas deliberativas e institucionais do poder, seja com os partidos políticos, seja como o próprio Estado, torna-se objeto de estudo e análise buscando compreender as principais gramáticas de ação, práticas militantes e agenda desses atores

que deram as condições necessárias para que tal relação acontecesse e, não apenas isso, de que forma tal relação acontece, assim como também seus principais desdobramentos. Contudo, embora seja um tema de bastante interesse para as análises sociológicas, a relação entre movimento LGBTQ+ e partidos políticos aponta um *gap* na literatura, isso devido a pouca quantidade de trabalhos que debruçam sobre tal relação e construam luz acerca deste fenômeno. Neste aspecto, o que podemos traçar é que tal campo possui uma extensa área de exploração com os mais diversos indicadores e dimensões de análise. Neste pretexto, ater-me-ei as performances eleitorais dessas candidaturas e o que elas revelam acerca não apenas desta relação, mas também do próprio funcionamento do sistema político brasileiro.

Destarte, as contribuições já existentes percorrem caminhos que apontam algumas alternativas de análises teóricas dessa relação. Segundo De La Dehesa (2010) o ponto de partida para a entrada do movimento na política remonta à década de 60 e as primeiras associações do embrião do Movimento Homossexual Brasileiro com experiências políticas a partir dos movimentos estudantis, sindicais e demais organizações que resistiam a ditadura militar, Para Regina Facchini e Júlio Assis Simões (2009) o movimento adentra na esfera política ao traçar seus caminhos a partir da década de 70, quando surgem os primeiros grupos homossexuais voltados à militância política, onde possuíam uma agenda de ação voltada para a reivindicação de suas subjetividades e desmistificação da homossexualidade como pecaminosa, sodomita e degradadora da juventude, sexualidades e corpos, como sujeitos de direitos e deveres.

Diante deste contexto de luta e reivindicações durante o período da ditadura “hétero-militar” (Quinalha, 2018) o movimento fortifica sua luta, tornando-se um dos principais atores políticos para a derrocada do regime ditatorial e pela redemocratização brasileira. Tais fatos podem apontar, a priori, o porquê da ligação mais estreita entre o movimento LGBTQ+ e os partidos políticos de esquerda. Contudo, tal fato não se deu de forma unânime dentro do seio do movimento, os embates internos a partir dos encontros

nacionais dos ativistas homossexuais não apenas apontavam aversão aos partidos políticos e ao Estado, mas também sua independência aos “esquemas prontos da esquerda tradicional” como um vício incurável da esquerda (Jesus, 2024; MacRae, 2018; Quinalha, 2017a, 2022b;)

Ressalta-se, mediante ao exposto, que a compreensão da política pelos militantes homossexuais da época pautava-se no individual, esta, por sua vez, era tida apenas como mecanismo de autoafirmação de suas sexualidades e transgeneridades⁸¹, possuindo um sentido menos pragmático mais voltado as experiências individuais. Era nesse quesito de compreender a própria ideia de sexualidade e como essa, por sua vez, era um ato político subversivo à norma que os assolava que os grupos homossexuais emergentes tinham como característica e era visto por seus participantes como espaços de acolhimento coletivo. Mas o contexto político-social no qual passava o país exigiam respostas que extrapolassem a linha do individual.

É a partir de 1980, em um contexto de maior abertura e retomada de algumas liberdades até então restringidas, que o MHB fortifica sua luta a partir do ativismo político, demandando pautas já elencadas como: a crítica ao autoritarismo e ao conservadorismo moral, à violência homofóbica, a violência policial, defendendo a liberdade de expressão e organização, mudando seus ideais político até mesmo sobre a aproximação com os partidos políticos a partir do engajamento na disputa eleitoral de 1982.

É importante ressaltar as condições sócio-políticas que deram oportunidades para que o movimento adentrasse e engajassem-se na disputa eleitoral. O surgimento da epidemia do HIV/AIDS assolou o movimento homossexual e seus ativistas, redirecionando-os a novas estratégias de ação e repertórios militantes, ou seja, se durante seu surgimento o movimento encontrava-se em uma fase mais “autônoma” em sua ideia de política, tal situação muda com esse contexto, dado que o movimento não apenas reforçou seus laços com outros movimentos sociais (feminista, sindical, estudantil, negro) mas também com outros agentes da sociedade civil (médicos sanitaristas, representantes do Estado e de partidos político) para juntos elaborarem uma resposta coletiva à epidemia.

Tal contexto faz com que o movimento enverede para uma compreensão de política mais pragmática e institucional, vendo-a, agora, como alternativa para a garantia dos direitos civis e

⁸¹ O termo “transgeneridades” era usado à época para categorizar os corpos que hoje são compreendidos como transexuais/travestis/não-binários. Nesse aspecto, para que não ocorra anacronismo, ressalta-se também que o que hoje designamos de movimento LGBTQ+ era chamado, em sua origem, de Movimento Homossexual Brasileiro, esse, por sua vez, abarcava toda a diversidade sexual. Portanto, quanto for necessário, para me ater ao período histórico, usarei os termos usados à época.

sexuais desse segmento da população (Jesus, 2024). Outro contexto que merece destaque para a compreensão das condições de emergência de candidaturas LGBTQ+ assim como também da pauta homossexual no centro do debate eleitoral foram: A Reforma Eleitoral de 1979; a Fundação do PT – a partir da atuação do engajamento homossexual na fundação do partido – enquanto partido de oposição ao governo, assim como também a instauração de um sistema multipartidária (PMDB, PSD, PDS e et.); assim como também a volta dos exilados políticos do regime militar a partir da promulgação da Lei de Anistia. Esses fatores foram essências não apenas no processo de abertura de um sistema democrático no país, mas também das oportunidades políticas para os movimentos libertário – como o Movimento Homossexual Brasileiro.

A respeito disso, tomemos como exemplo a campanha realizada pelo Grupo Gay da Bahia ainda em 1981 para a retirada da homossexualidade do Código de Classificação de Doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAPS), tendo a mudança ocorrido apenas no ano de 1985, tal campanha tinha como objetivo desmistificar não apenas a homossexualidade, mas a sua associação com o HIV/AIDS, tida como “peste gay”. Não obstante, João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, ambos ativistas homossexuais à época, possuíam uma estreita relação com o Estado na luta pela garantia dos direitos desse segmento da população (Jesus, 2024; Simões, Facchini, 2009). Nesse aspecto, a campanha supracitada e seus autores ligados aos espaços institucionais do poder deram margem para a construção das pautas elencadas pelo movimento na agenda pública do Estado, a campanha pela retirada da homossexualidade do Código de Classificação de doenças do INAPS foi um passo primordial para a construção dessa causa.

Tendo isso em vista, o engajamento eleitoral dos militantes torna-se, nesse aspecto, imprescindível para a garantia dos direitos desse segmento da população. Luiz Mott, João Antonio Mascarenhas, Hebert Daniel dentre outros, foram importantes ativistas homossexuais que estiveram à frente das eleições de 82, buscando engajar ativistas homossexuais na política eleitoral. Nesse sentido, durante a campanha eleitoral, Mascarenhas desenvolveu um questionário enviado aos partidos políticos (já que esses cada vez mais se aproximavam do movimento homossexual) para que se posicionassem sobre a luta homossexual (De La Dehesa, 2010; Jesus, 2024).

A primeira eleição direta pós ditadura militar no Brasil já alçava grande visibilidade no que tange às pautas da livre diversidade sexual. Embora não se pudesse falar de grande em sentido quantitativo muito menos em boa performance eleitoral, podemos falar de grande no sentido de ponto de partida do engajamento militante de ativistas homossexuais num pleito

eleitoral. Acerca disso, tomemos como exemplo a campanha de Edson Nunes pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que já apontava em seu slogan “viva o amor” e seus panfletos eram distribuídos com a seguinte frase: “Che “GUEI”! O primeiro candidato das minorias absolutas”. Não Obstante, é preciso ressaltar que essa respectiva eleição e os quadros militantes lançados para o engajamento eleitoral firmaram as condições e os repertórios de ação do movimento

Entre purpurinas e realidade, o movimento LGBTQ+ travou, e continua a travar, diversas lutas no seio da sociedade civil para a garantia dos seus direitos, seja na elaboração de políticas públicas e afirmativas voltadas para esse segmento da população, seja na luta desde o seu surgimento até o período recente. Contudo, tomemos como marco temporal os governos Petistas (Governo Lula 1 e 2, Governos Dilma 1 e 2) isso porque, dado ao fortalecimento das demandas elencadas pelo movimento durante os primeiros anos deram condições para a constituição de políticas mais efetivas de reconhecimento da população LGBTQ+ Nesse sentido, durante os governos Lula, os temas voltados à sexualidades já não mais eram vistos como “vinculados necessariamente a considerações relativas à saúde” (Carrara, 2010, p. 135), assim como também, em 2008, foi realizado na capital brasileira a primeira conferência nacional GLBT, contando com a participação do então presidente Lula, ministros e representantes de movimentos sociais (Jesus, 2024). É diante disso que o Brasil se torna o primeiro país da América Latina a realizar um evento desta natureza, demonstrando, nesse sentido, a proximidade do Estado com o movimento LGBTQ+ e o compromisso com as demandas elencadas pelo movimento entre seus direitos civis e sexuais. (Facchini, 2009; Jesus, 2004).

Esse contexto de proximidade e visibilidade dada pelo Estado à luta dos direitos do movimento, pode ajudar a compreender o aumento das candidaturas LGBTQ+ durante este período, principalmente quando analisado a filiação partidária destas candidaturas, estando majoritariamente alocadas no PT, tais condições deram margem para que cada vez mais o movimento aloca-se nas estruturas partidárias e no universo eleitoral. Contudo, a situação entre governo federal e movimento LGBTQ+ torna-se conflituosa, em primeiro lugar, dado a baixa efetividade das políticas voltada a esse segmento da população, não tornando-se políticas públicas institucionalizadas; em segundo lugar, durante o governo Dilma, a então presidenta vetou o Kit Anti-Homofobia, afirmando publicamente que seu governo não faria propaganda de opção sexual.

Tal fenômeno, pode, em um primeiro momento, dar luz aos conflitos políticos que surgem mediante esse contexto somado a uma conjuntura política instável a partir da crise da democracia liberal, com as jornadas de Junho de 2013 e subsequentemente o crescente antipetismo e conservadorismo que se assola pelo país, dificultando não apenas a aproximação

do movimento com o executivo, mas também o seu engajamento eleitoral e, consequentemente, as condições de sucesso e entrada nos espaços deliberativos e institucionais.

O fato é que este trabalho buscará, a partir de breves considerações, dar luz e interpretações sociológicas acerca dessa relação, assim como também fomentar uma sociologia do movimento LGBTQ+ a partir da análise dessas candidaturas durante o período citado. Tais argumentações darão arcabouço para que se analise- a partir de uma estatística descritiva – as performances eleitorais dessas candidaturas sejam elas baixas ou altas.

2 DOS GUETOS ÀS URNAS: AS PRIMEIRAS CANDIDATURAS LGBTQ+

Em breves considerações, apontarei pontos paradigmáticos que dera as estruturas de oportunidades políticas para o engajamento eleitoral de militantes homossexuais, seja na estrutura partidária e suas agremiações a partir das plataformas eleitorais, seja nas candidaturas de homossexuais e aliados que colocaram no centro da arena política-eleitoral a bandeira da causa homossexual. Nesse sentido, para que o Movimento Homossexual Brasileiro saísse dos guetos e fosse para às urnas, uma série de fatores históricos se deram nesse caminho.

O primeiro ponto a ser destacado é o surgimento do movimento enquanto atores políticos, militantes da causa. Isso porque, ainda que com o surgimento dos primeiros associativismos homossexuais como o *Jornal Snob* (1963-1969) e a *Associação Brasileira de Imprensa Gay* (1967-1968), o contexto político brasileiro era marcado pela repressão, tortura, perseguição e censura devido o golpe militar e a instauração da ditadura no país, que restringia a expressão da subjetividade homoafetiva, os encontros de homossexuais aconteciam nos guetos e periferias da sociabilidade e da socialização, alocados à margem da sociedade.

Nesse aspecto, jogados à margem da sociedade, emergiam uma subcultura como uma forma de política subversiva e contracultural, tendo como repertórios de ação a autoafirmação das sexualidades e espaços de lazer para esse segmento da população, ou seja, “os homossexuais frequentavam bares, pontos públicos de pegação e dentre outros lugares, o que tornava essa individualidade e essa autoafirmação uma rebeldia política, uma subversão a normatividade sexual.” (Jesus, 2024, p. 41). As associações homossexuais acima citadas nascem mediante as movimentações homossexuais, tendo como repertório de ação a união e o associativismo que elencava reuniões de acolhimento e redes de afeto (Facchini, 2003; Green, 2000; Jesus, 2024; MacRae, 1985; Quinalha, 2022.).

O Movimento Homossexual Brasileiro⁸² surge enquanto militância política a partir da década de 1970 com o emergir do grupo SOMOS- Grupo de Afirmação Homossexual e o Jornal Lâmpião da Esquina. Esses, por sua vez, são considerados históricos e paradigmáticos no que tange o movimento homossexual no país por traçarem uma política de luta e reivindicações pelo reconhecimento de seus corpos e sexualidades, pelo reconhecimento desse segmento da população enquanto cidadãos dignos de direitos civis e sexuais. O SOMOS, à exemplo disso, torna-se histórico por dar visibilidade e notoriedade a luta pela livre diversidade sexual no país (Jesus, 2024), acerca disso o primeiro ato público do grupo foi o envio de uma carta-protesto para o Sindicato de Jornalistas de São Paulo acerca da forma como a homossexualidade era tratada pela imprensa (Simões, Facchini, 2009).

Os integrantes do SOMOS aprendiam a ser “militantes homossexuais”, fortificando não apenas a luta do movimento, mas também contra a ditadura “hétero militar” (Quinalha, 2018). No que tange o Jornal Lâmpião da esquina é possível classificá-lo como um jornal alternativo, sendo esse o mais paradigmático mecanismo de imprensa LGBT+ no Brasil, dado que:

[...]o Lâmpião da Esquina rompeu as barreiras físicas do seu eixo editorial e se espalhou por todo o país, tratando de temas como aborto, sexualidade, travestilidade (termo à época era transgeneridade), movimento feminista, movimento negro, sadomasoquismo, populações indígenas, trabalho sexual e, não apenas isso, traçavam os devires que o movimento homossexual deveria enveredar sua luta, ou seja, traçando os repertórios de ação do movimento ao se propor a sair do “gueto”. Não se pode, portanto, negar o papel central do ativismo homossexual na luta contra a ditadura militar e em defesa da homossexualidade no Brasil. (Jesus, 2024, p. 43).

O fato é que esses primeiro grupos militantes da causa homossexual fertilizaram o terreno para o movimento no país, seus encontros, reuniões, debates e estratégia acerca da luta pela livre diversidade sexual, bem como jornais contraculturais alternativos deram margem para que outros grupos homossexuais surgissem no país, cita-se: o Grupo Gay da Bahia (GGB), Dialogay, Triângulo Rosa, Facção Homossexual (ligada a Convergência Socialista) que também demandavam a pauta da livre diversidade sexual e pelo reconhecimento desse segmento da

⁸² Faz-se necessário ressaltar que a utilização do termo homossexuais e/ou homossexualidades no decorrer deste texto deriva do fato do termo ser utilizado nos anos 1990 para se referir a diversidade sexual e identidades de gênero existente. Logo, como aponta Quinalha, 2018, no momento da ditadura a travestilidade e “transgeneridade” eram compreendidas dentro dessa designação de “homossexualidades”, por isso o uso do termo para abarcar a diversidade. Nesse aspecto, para não dar espaços a anacronismos, ao longo do texto poderá ser utilizada a sigla LGBTI+ que comporta os avanços e formulações do movimento no que tange o abarcar das diversidades sexuais e de identidades. Não obstante, acerca do Movimento Homossexual Brasileiro (termo usado até 1993), é caracterizado por Regina Facchini (2003, p. 84) como: conjunto de associações e entidades mais o menos institucionalizadas, constituídas com o objetivo de defender e garantir direitos relacionados a livre orientação sexual e/ou reunir com finalidades não exclusivamente, mas necessariamente políticas [...].

população como sujeitos de direitos (Ferreira, Sacramento, 2019; Ferreira, 2017; Facchini, 2005; Jesus, 2024).

Não raro, a concepção de política para o movimento neste período era pautada na autoafirmação de suas sexualidades e das transgressões dos papéis sociais definidos sobre os corpos, Edward MacRae (1985, p. 257) aponta que para o MHB “o prazer era visto como bem supremo e o autoritarismo deveria ser combatido em todas as suas manifestações, tanto fora, quanto dentro do grupo”. Assim sendo, a política para o movimento pautava-se no privado, ou seja, pautava-se nas subjetividades desses sujeito enquanto ação política subversiva dado que “[...] eles procuram valorizar o “privado”, para acentuar sua importância como um tema “político” [...] tudo isso constitui muito mais um “estado de espírito” e tendências do que uma prática real. No entanto, seus efeitos sobre a prática organizacional são bastante evidentes.”, além do mais, acerca da posição do movimento sobre o institucional, é válido salientar que “[...] 45 esses movimentos rejeitam qualquer tipo de estrutura grandiosa, anônima e burocrática, como o Estado, por exemplo.” (Evers, 1983 apud MacRae, 2018, p. 52), visto que rejeitavam o que os militantes concebiam como “esquemas prontos da esquerda tradicional”, pois era um sinônimo da organização burocrática e um vício incurável das esquerdas (Jesus, 2024; MacRae, 2018; Quinalha, 2017a, 2022b).

Tal concepção de política muda quando o movimento passa por um momento emblemático de seus itinerários no país. Além do racha do grupo Somos e o fim do Jornal Lâmpião da esquina, nos primeiros anos da década de 1980 o movimento começa a enfrentar a epidemia do HIV/AIDS, popularmente conhecida como a “peste gay” dado que as grandes mídias relacionavam a doença com esse segmento da sociedade. Se de um lado Júlio Assis e Regina Facchini (2009) apontam um enfraquecimento dos grupos homossexuais politizados, de outro, Rodrigo Cruz aponta que, na verdade, o movimento não estava desarticulado, e sim focado em outra agenda de ação: a política institucional.

O surgimento do HIV/AIDS de um lado, pode ser compreendido de forma negativa, de outro, pode ser percebido como uma fortificação do movimento, que se intersecciona com outros agentes da sociedade civil e movimentos sociais com o objetivo de elaborar uma resposta coletiva contra a epidemia, dado que, segundo João Silvério Trevisan (2018, p.452-453).

Há que lembrar também um extraordinário efeito colateral dessa epidemia sexualizada. Ela ofereceu de presente às sociedades modernas elementos inestimáveis para a educação da sexualidade e, eu acrescentaria, da sensibilidade, para não dizer: do desejo. Graças a ela, as escolas, as famílias, a mídia, os políticos e, pasmem!, até as igrejas mais reticentes foram obrigados a se engajar, com maior ou menor energia, numa generalizada (porque compulsória, sem escolha) campanha em

busca dos meandros da sexualidade, essa esfinge que insolentemente exigia: “Deciframe, ou te devorarei”. A sociedade passou a debater amplamente argumentos a favor e contra sexo anal, sexo oral, perversões, quantidade de parceiros/as, uso da camisinha, sexo seguro e doenças venéreas, métodos anticoncepcionais, casamento entre pessoas do mesmo sexo, conveniência ou não da adoção de crianças em famílias não padronizadas etc. [...]Deflagrou-se uma epidemia de informação que deixou marcas nas gerações seguintes. Reafirmo que nunca se discutiu tanto a realidade homossexual como nos tempos de aids.

Logo, compreende-se que a causa homossexuais torna-se uma causa pública, não apenas nas esferas institucionais pressionadas pelos movimentos para uma resposta e os cuidados com os infectados pelos vírus, mas no seio da sociedade civil, ou seja, nas articulações entre associações e movimentos com o Estado, ganhando projeção e tornam-se capazes de intervir no processo de gestão pública (Petrarca, 2015). A pauta homossexual, ainda que nessas barreiras dos estigmas da epidemia se torna uma causa pública, os olhos do Estado e da sociedade voltam-se para esse segmento da população. Assim como também o movimento volta seus olhos para o Estado e suas instituições para garantir que o olhar não seja apenas voltado para políticas públicas de saúde, mas na garantir de que esse olhar seja de visibilidade para esse segmento como cidadãos detentores de direitos civis e sexuais.

Não raro, ainda é válido ressaltar, que essa nova roupagem do movimento, menos refratária e autônoma e mais voltada ao âmbito institucional como forma de garantir os seus direitos. A nova concepção de política é salientada a partir de uma outra forma, possuindo:

[...] um sentido mais pragmático e menos ancorados nas experiências e vivências pessoais dos próprios militantes. A política é referida principalmente por meio da atuação institucional segundo objetivos bem definidos. Para diminuir a discriminação contra os homossexuais, o caminho privilegiado passou a ser a ação junto ao Legislativo e ao Judiciário, perseguindo a mudança dos códigos e das leis (Simões, Facchini, 2009, p. 125).

Não obstante, lideranças de grupos homossexuais começam a endossar essa nova concepção de política a partir da ocupação dos espaços deliberativos e institucionais, acerca disso, o Triângulo Rosa, em meio ao processo de abertura democrática do país, vai à Câmara de Deputados após ter iniciado uma campanha com o apoio de parlamentares para a retira da homossexualidade da lista de doenças mentais, para despatologizar a homossexualidade, assim como também a inclusão da proibição por discriminação sexual na constituição que estava sendo feita (Na Assembleia Nacional Constituinte que promulgou a Constituição de 1988). O relato de João Antônio Mascarenhas relata acerca dessa luta do movimento:

Em 1987 o Triângulo Rosa conseguiu ir à Câmara Federal, ao Congresso Nacional Constituinte. Lá, fiz exposição a duas subcomissões. O assunto foi levado a plenário e fomos derrotados... A última votação na Assembleia Nacional Constituinte foi em fevereiro de 1988. Fui à Brasília. Nunca um ativista gay tinha entrado no Congresso Nacional como tal. Muito menos para fazer uma exposição e ser sabatinado pelos parlamentares. Isso foi um escândalo! Houve a votação no início de 1988. Fomos derrotados. Nos fins de fevereiro e princípios de março de 1988, saiu o primeiro projeto da Constituição Federal. Por essa época, eu me afastei do grupo Triângulo Rosa. Depois retomei quando se aproximava a Revisão Constitucional. Porém, dizia que voltaria até terminar a revisão, qualquer que fosse o resultado. Na revisão, também fomos derrotados. Desta vez não houve esse sucesso de escândalo. Com esse nosso trabalho, não conseguimos ser contemplados na Constituição Federal, mas conseguimos em duas Constituições estaduais: a de Sergipe e a de Mato Grosso; e em 27 leis orgânicas municipais, inclusive do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador. (Ibidem, 2009, p. 123).

Acerca do engajamento homossexual na arena eleitoral, alguns fatores podem ser elencados: A reforma Eleitoral de 1979; a renovação da esquerda mediante a volta de militantes e ativistas exiliados durante o regime com a promulgação da Lei de Anistia em agosto do mesmo ano; a fundação de um partido de oposição ao governo – contando com o engajamento de militantes homossexuais para a legalização do partido, dado que acolheu em suas plataformas eleitorais a bandeira do movimento homossexual – assim como também as primeiras eleições diretas em um regime multipartidário em 1982, foram as condições necessárias para elencar candidaturas de ativistas homossexuais – entre os declaradamente gays e os aliados da causa – que colocaram no centro da arena eleitoral a pauta da livre diversidade sexual. (Cruz, 2015; Jesus, 2024).

Acerca desse engajamento, alguns atores políticos merecem serem destacados, ainda que não tenham participado do pleito, mas destacaram-se no que tange o ativismo homossexual nas estruturas partidárias e na arena eleitora, cita-se : Luiz Mott, João Antônio Mascarenhas e Herbert Daniel, a respeito disso, Mascarenhas desenvolve um questionário durante a campanha eleitoral que foi enviado aos partidos políticos para que se posicionassem acerca da bandeira do movimento, não obstante, também desenvolveu um *circuito gay nacional de ativismo* que objetivava repassar importantes informações de um grupo para outro, enviando também cópias de mensagens direcionadas a um grupo específico para todos os outros simultaneamente (De La Dehesa, 2010; Cruz, 2015; Jesus, 2024). De fato uma nova concepção de política é formulada no seio do movimento, essa, por sua vez é vista pela literatura do MHB apenas como uma:

[...] mudança no perfil do ativismo homossexual ao longo dos anos 1980 ao surgimento de um “terceiro tipo” de ativista e de grupo. Essa nova geração, da qual fariam parte João Antônio Mascarenhas e Luiz Mott, teria uma visão mais instrumental que ideológica dos partidos políticos, segundo a qual todas as agremiações poderiam ser aliadas, desde que demonstrassem compromisso com a causa. Ao mesmo tempo, as demandas do movimento deveriam ser direcionadas ao

Estado por meio da formulação de campanhas, cujo objetivo seria angariar aliados entre as elites políticas. (Cruz, 2015, p. 140).

Acerca das eleições de 1982, como um marco paradigmático por colocar como um dos debates centrais na arena eleitoral as pautas elencadas pelo movimento homossexual, torna-se também histórica, visto que é a primeira vez que homossexual declaradamente assumidos, e militantes assíduos da causa (ainda que não sejam LGBT+) concorrem a um pleito eleitoral. Como demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 1 - CANDIDATOS AUTODECLARADOS HOMOSSEXUAIS OU ALIADOS A CAUSA NAS ELEIÇÕES DE 1982,

Candidatos	Slogans	Mensagem Geral	Definição de conflito	Definição dos Opositores	Partido Político
Edson Nunes	"Viva o Amor"	O amor é maior que o preconceito, que deve ser combatido	O conflito estava tanto na sociedade moralista quanto na arena política, de onde vinham ameaças às liberdades individuais	Apesar do forte apelo contra o preconceito societário, o regime militar aparece como principal opositor	Partido dos Trabalhadores-PT
José Carlo Dias de Oliveira-Zezinho e Caterina Koltai	"Desobedeça"	Posicionar-se contra todo o tipo de injustiça; lutar pela transformação da sociedade.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que restringia as liberdades individuais	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Zezinho e Caterina Koltai ambos do Partido dos Trabalhadores-PT
Liszt Vieira	"Por uma vida alternativa"	Lutar por uma sociedade radicalmente diferente, que beneficie a vida e o bem-estar das pessoas.	O conflito estava na sociedade moralista e no Estado, que impunha uma vida baseada no modo de produção e nos valores capitalistas	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade.	Partido dos Trabalhadores-PT
João Baptista Breda	"Prazer para Todos"	Defesa de uma sociedade mais justa e prazerosa para todos, sem restrição.	O conflito estava generalizado, e mesmo a esquerda é apontado como moralista e proibicionista	O principal opositor é o regime militar e os valores moralistas e produtivistas da sociedade	Partido dos Trabalhadores-PT

Fonte: Quadro de candidaturas homossexuais ou aliadas. Adaptado de: Cruz, Rodrigues (2015).

Não obstante, acerca desse quadro, algumas análises precisam ser salientadas. Em primeiro lugar, dos candidatos apontados, apenas Edson Nunes, José Carlos Dias de Oliveira, popularmente conhecido como Zezinho, e João Baptista Breda eram declaradamente homossexuais, Liszt Vieira e Caterina Koltai, embora não fizessem parte das "homossexualidades" tinham em sua agenda de campanha o forte discurso pela livre diversidade sexual e pelos direitos desse segmento da população. Não obstante, do quadro acima elencado,

apenas Liszt Vieira obteve uma boa performance eleitoral conseguindo alçar o cargo de deputado estadual do Rio de Janeiro. Zezinho foi o terceiro mais votado entre os candidatos a vereador pelo PT de Porto Alegre, quase garantindo a suplência. Edson Nunes (candidato a deputado federal) Breda (reeleição para a Assembleia Legislativa de São Paulo) e Caterina Koltai (candidata a vereadora por São Paulo) não conseguiram se eleger. Acerca disso, a literatura aponta algumas hipóteses para explicar a performance eleitoral dessas candidaturas.

Em primeiro lugar, incluir a bandeira do Movimento Homossexual Brasileiro dentro da agenda de campanha e até mesmo ser abertamente gay, não eram sinônimos de mecanismo de elegibilidade, pois, caso assim fosse, “os candidatos homossexuais assumidos seriam seus beneficiários diretos” (Lima, 1983, p. 184). Outro ponto a ser destacado é que o movimento enxergava tais candidaturas como “fortes” devido ao comportamento do Colégio Eleitoral que o movimento suponha existir 10% de homossexuais em sua composição (Cruz, 2015).

Por fim, Parcker (2002) aponta que embora existissem oportunidades o políticas, o maior peso estava nas restrições, ou seja, o contexto da época marcado pelo medo dos ativistas homossexuais da repressão política, a recessão econômica que restringia o quantitativo de financiamento dessas candidaturas, assim também como os grandes meios de comunicação como o Jornal Bandeirantes, Globo, Folha de São Paulo atuavam intensamente como auxiliares – e até mesmo apoiadores do regime – boicotando, desqualificando e desinformando a população acerca dessas candidaturas (e das demais petistas) mediante o auxílio da Lei Falcão e, por fim, há de se lembrar que o contexto político da época era um processo transicional, logo, existia o voto vinculado pelos pacotes eleitorais que elencavam um maior acirramento do pleito, onde os candidatos petistas disputavam votos entre si mesmos.

Dado o exposto, no próximo tópico farei uma análise a partir de uma estatística descritiva das candidaturas LGBT+ no Brasil durante 2002-2016, a fim de não apenas elucidar como e onde alocam-se essas candidaturas, seja em partido, cargo, mas também de demonstrar a performance eleitoral desses candidatos já em um sistema democrático e em governos alinhados à esquerda do espectro político ideológico o que, hipoteticamente, haveriam menores restrições acerca dessas candidaturas, podendo desencadear uma melhor performance eleitoral.

3 CANDIDATURAS LGBT+ ENTRE 2002-2016: BREVES CONSIDERAÇÕES

No presente tópico farei análises a partir do uso da técnica de estatística descritiva acerca dos dados empíricos sobre essas candidaturas, apontando quadros que demonstram o quantitativo, a região, a performance, o partido que mais aloca tais candidaturas assim como

também a performance eleitoral dessas candidaturas. Nesse sentido, é importante ressaltar que o presente tópico não trará considerações teóricas e explicativas sobre o fenômeno, mas o apontamento de algumas hipóteses para compreender o que neste tópico for dissertado, que nesse quesito trarão reflexões acerca das oportunidades e das restrições que essas candidaturas encontram para não apenas ascender enquanto político, mas também eleger-se para o cargo alçado, buscando refletir acerca da política sexual dentro da arena eleitoral e também da política brasileira.

A priori, é importante destacar que mesmo com a chegada de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República em 2003, tendo realizado diversos feitos no que tange as pautas do movimento LGBTQ+ gerando um maior campo de diálogo para os movimentos sociais (Jesus, 2024), onde pela primeira vez antigos líderes sindicais participaram intensamente de altos cargos do governo, não obstante, os ministros mantiveram relações mais próximas aos movimentos sociais, sendo 43% na primeira gestão e 45% na segunda gestão (D'araujo, 2009).; não obstante, os temas voltados à sexualidade já não eram vistos única e exclusivamente como “vinculados necessariamente a considerações relativas à saúde” (Carrara, 2010, p. 135). Ainda é válido ressaltar outras iniciativas importantes para o movimento no legislativo brasileiro, como a criação de bancas e frentes parlamentares, citam-se: a Frente Parlamentar pela Livre expressão Sexual (2003-2007) e a Frente Parlamentar pela Cidadania GLBT (2007-2011). (Jesus, 2024).

Destarte, é importante salientar que essa visibilidade elencada durante os governos petistas também atraiu outros partidos políticos a declararam apoio a causa mediante a criação de setoriais LGBTQ+ em suas estruturas partidárias, contudo, é válido lembrar que ainda em 1982, os militantes homossexuais buscavam apoio para as pautas do movimentos com os partidos políticos independente do espectro ideológico, à época era apontado como estratégia de reafirmar a independência dos movimentos em relação aos partidos políticos. Ainda que o PT, historicamente, seja marcado como o partido de vanguarda no que tange a adoção em sua estrutura partidária da bandeira do movimento, isso não significa que automaticamente todas as candidaturas enveredariam para partidos de esquerda, levando a um essencialismo e uma homogeneidade do movimento, que nos próximos capítulos apontará candidaturas LGBTQ+ em partidos de direita/centro do espectro político ideológico. Acerca da criação dos setoriais, o quadro abaixo evidencia alguns aspectos, desde a criação até mesmo o partido.

QUADRO 2 - PARTIDOS COM SETORIAIS E GRUPOS LGBTQ+

Partido	Possui grupo?	Data de criação
PT	SIM, atualmente possui o Setorial Nacional LGBTQIA+ criado em 2010	O primeiro partido a criar, data de 1992
PSTU	SIM- Secretaria Nacional de Gays e Lésbicas	Criado em 1994
PSB	SIM- Executiva Nacional LGBT socialista	Criado em meados de dezembro de 2012- início de 2013
PSOL	SIM	Em 2011 foi criado o setorial LGBT vinculado ao partido paulista
PCdoB	SIM	Criação de um coletivo LGBT em 2011, vinculado ao diretório paulista do partido
PDT	SIM- PDT DIVERSIDADE	-
REDE	SIM	-
CIDADANIA	SIM	-
PV-PARTIDO VERDE	SIM- PV DIVERSIDADE	2013 vinculado ao diretório do estado de SP
PSDB	SIM- diversidade Tucana	Criado oficialmente em 2006, vinculado ao diretório paulista do PSDB
PTB	SIM- Diversidade PTB	Criado em maio de 2010
PMDB	SIM- MOVIMENTO DIVERSIDADE PMDB	Criado em 2009, vinculado ao diretório estadual do

		PMDB

Fonte: Elaboração do próprio autor com dados coletados a partir do trabalho de Santos (2016) e pesquisas na internet a partir dos sites de cada partido indicado no quadro. (Jesus, 2024)

OBS: as lacunas não preenchidas são indicativos dos percalços da pesquisa, pois não foram encontrados todos os dados para preenchimento do quadro

Não obstante, a literatura aponta um fortalecimento das demandas elencadas pelo movimento nos primeiros anos (Carrara, 2010; Facchini, 2009; Ramos e Carrara, 2006; Pereira, 2018). A respeito disso realizou-se em Brasília no ano de 2008 a primeira Conferência Nacional GLBT, onde o então presidente Lula assim como também os ministros e representantes dos movimentos sociais marcaram participação. O Brasil torna-se, nesse aspecto, o primeiro país da América Latina a realizar um evento desta natureza, mostrando certo compromisso do Estado brasileiro com as bandeiras do movimento LGBTQ+ (Facchini, 2009; Jesus, 2024). Contudo, mesmo nesse cenário de oportunidades, no desenrolar dos governos, as políticas públicas tornaram-se cada vez menores ou efetivas, tornando-se, na verdade, políticas públicas não institucionalizadas (Froemming, Irineu e Navas, 2010; Irineu, 2014; Mello, Avelar e Maroja, 2012; Pereira, 2018).

Nesse aspecto e a respeito disso: “tomemos como o exemplo um dos atos de governo da petista e ex-presidente Dilma Rousseff, onde a então presidenta vetou o Kit Anti-homofobia desenvolvido pelo Ministério da Educação em parceria com ONGs, onde a mesma declara que seu governo não faria “propaganda de opção sexual” “(Aguião, Vianna e Gutterres, 2014; Machado e Rodrigues, 2015; Pereira, 2018; Jeuss, 2024).

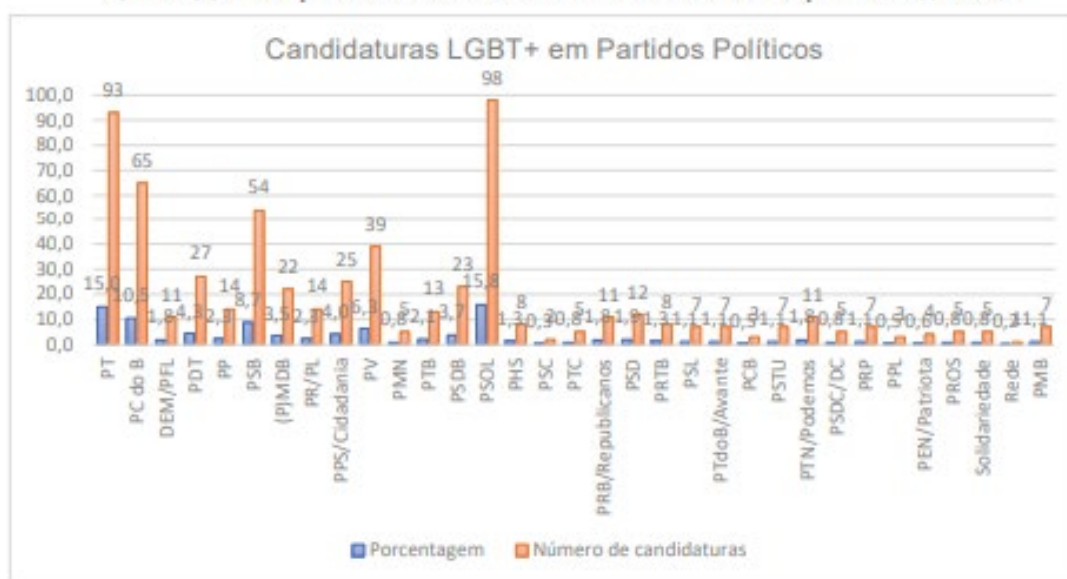
Partindo para os dados estatístico acerca das candidaturas feita uma breve exposição acerca do contexto político da época, partamos para a análise das candidaturas a partir da técnica de estatística descritiva. Válido salientar que os dados usados nessa pesquisa, não apenas decorrem do meu Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais, mas também do bando de dados estáticos no programa SPSS criado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa em parceria com discentes da graduação e pós graduação da Universidade Federal de Pernambuco. Ademais, os dados presentes no banco constam as eleições e seus respectivos candidatos de: 2002, 2004, 2006, 2010, 2012, 2014 e 2016, não havendo dados das eleições de 2008 dado a dificuldades de campo.

GRÁFICO 1- FILIAÇÃO PARTIDÁRIA DE CANDIDATURAS LGBT+ DURANTE AS ELEIÇÕES ENTRE 2002-2016 CANDIDATURAS LGBT+ EM PARTIDOS POLÍTICOS

Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado

O gráfico acima já aponta algumas características a serem analisadas. A primeira é a hegemonia da esquerda no que tange às filiações partidárias dessas candidaturas, com o PT e o PSOL liderando o número de filiações nesses anos. Das 621 candidaturas de pessoas

GRÁFICO 1- Filiação Partidária de candidaturas LGBT+ durante as eleições entre 2002-2016

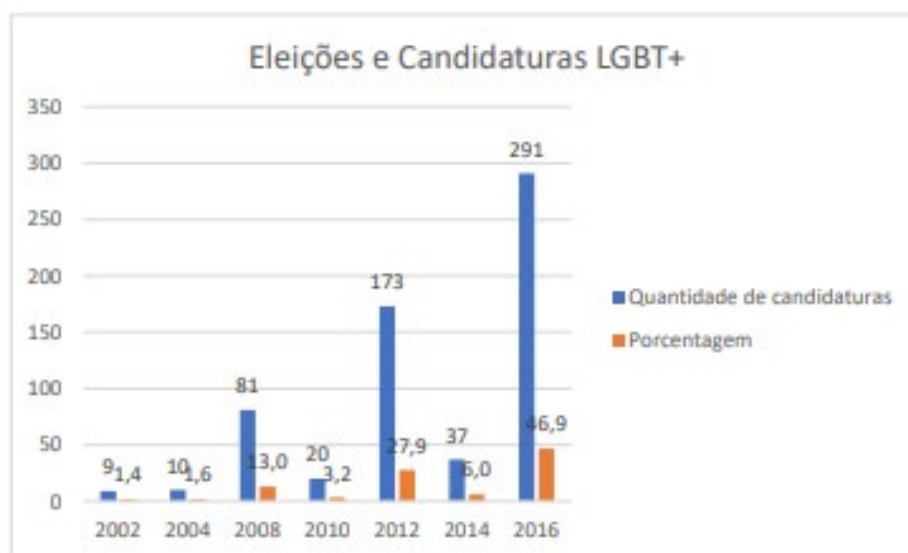


autodeclaradas LGBT+, 15% encontra-se no PT e 15,8% no PSOL, mas também há de se observar as candidaturas em outros partidos, como os de espectro ideológico de centro e direita. Tal condição pode ser explicada a partir do quadro elencado anteriormente, a partir de tal, Leonardo Almeida (2024, p. 88) afirma que embora:

O PT e o PSTU permanecem na “vanguarda” de aproximação e atuação junto às causas elencadas pelo movimento LGBT. Esse cenário só vai mudar a partir de 2006, com o surgimento de novos setoriais LGBTs em diversos partidos políticos. Dentre esses partidos demonstrados no Quadro 3 posto acima, temos o setorial do Partido Socialista Brasileiro, denominado de LGBT socialista; logo podemos notar o surgimento do Setorial LGBT+ do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), criado em 2011, o partido possui importante papel no que diz respeito à adoção das lutas do movimento em seu repertório de ação, à exemplo disso, nas eleições de 2010, o partido surpreende o eleitorado paulista ao mostrar um beijo entre dois rapazes em seu horário eleitoral. Os partidos supracitados encontram-se localizados à esquerda do espectro ideológico partidário, esse por sua vez se manteve por muito tempo hegemônico no que tange à adoção das demandas elencadas pelo movimento LGBT, contudo, o cenário muda a partir da criação, em 2006, do setorial LGBT do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), chamado de Diversidade Tucana (DT). Não obstante, outro setorial, dessa vez o grupo Diversidade PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), fundando em maio de 2010 e tendo como presidente Léo Áquila, que foi candidata à deputada estadual em 2006 e vereadora em 2008 pelo Partido da República (PR) e mais tarde, em 2010, pleiteia o cargo de deputada estadual em 2014 pelo Partido

Social Liberal (PSL). Não raro, ainda é possível ressaltar a existência do grupo “Movimento Diversidade PMDB”, criado em 2009 e vinculado à diretoria do antigo PMDB, hoje intitulado de Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

GRÁFICO 2 - DEMONSTRATIVO EM NÚMEROS E PORCENTAGEM DE CANDIDATURAS LGBT+ ENTRE 2002-2016



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

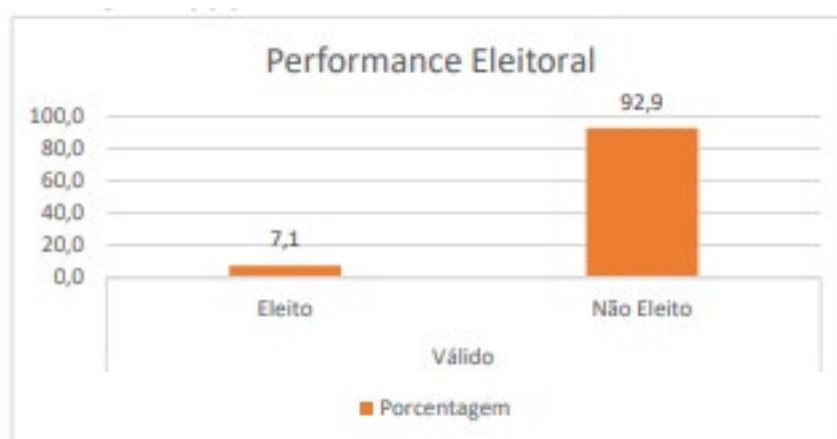
No tange o gráfico acima citado, pode-se analisar que entre 2002 e 2010 que diz respeito às eleições gerais, ou seja, Presidente, Governador, Deputado Federal ou Estadual acontece um aumento de 122+ de candidaturas LGBT+, do outro lado, para as eleições locais, ou seja, prefeito e vereador, o percentual de candidaturas aumenta em 123%. Entre 2002-2012 soma-se 293 candidaturas, essas com uma grande diversidade em relação às sexualidades e gêneros, havendo 159 candidaturas de pessoas gays; 76 candidaturas de travestis/transsexuais; 51 candidatas lésbicas e 7 candidatos bissexuais, tais indicadores aumentam entre os anos de 2014-2016, totalizando 621 candidaturas.

No que diz respeito os cargos pleiteados por pessoas autodeclaradas LGBT+, pode-se nota que as candidaturas desse segmento da população ainda encontram-se nas periferias da arena eleitoral e dos cargos políticos, além do mais, a primeira pessoa LGBT+ a ocupar um cargo nas arenas deliberativas e institucionais do poder foi a vereador Kátia Tapety, sendo eleita pela primeira vez em 1992, tendo sido reeleita por três pleitos no município de Colônia do Piauí, chegando a tornar-se vice-prefeita no ano de 2004 (Santos, 2016). Não obstante, toma-se como hipótese de aumento das candidaturas advém da maior visibilidade que o movimento dentro dos partidos político e do governo. Para Gustavo da Costa (2016) tais dados poder ser

explicados a partir da falta de grupos e associações LGBT+ organizadas em pequenas e médias cidades onde estão concentradas a maior parte das candidaturas

Para a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transsexuais e Intersexos -ABGLT, o “Tripé da Cidadania elencados por uma série de políticas públicas: a realização da Conferência Nacional GLBT, a elaboração de um plano de políticas públicas e a criação de um conselho (na sequência de anos 2008, 2009, 2010). Assim como também o aumento pode ser elucidado a partir do aumento de investimentos para esse segmento da população por meio das ações realizadas pela Secretaria de Direitos Humanos (SDH) e do Ministério da Saúde (MS).

GRÁFICO 3 - PERFORMANCE ELEITORAL DAS CANDIDATURAS LGBT+



Fonte: Elaborado pelo próprio autor a partir dos dados do Banco de dados “LGBT e eleições no Brasil” elaborado pelo Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE) em parceria com discentes da graduação, mestrado e doutorado.

Mesmo com todos os pontos supracitados, seja de ações governamentais para esse segmento da população, seja do aumento de setoriais LGBT+ nos partidos políticos, a performance eleitoral dessas candidaturas é drasticamente baixa, dado que das 621 candidaturas, apenas 44 foram eleitas, ou seja, 7,1%. Algumas hipóteses chamam atenção, a dificuldade de articulação do movimento com os partidos dado a história conflituosa no que tange elencar as pautas da livre diversidade sexual nos partidos políticos que, mesmo de esquerda, possui filiados e lideranças que mantêm o conservadorismo moral e sexual; a ausência de recursos partidários para aumentar a visibilidade dessas candidaturas na sociedade, como o investimentos em propagandas, financiamento, concessão de tempo no horário político (Santos, 2016) assim como também, é valido ressaltar que agrupamentos de base familiar e coalizões são um dos principais mecanismos da mobilização política, assim como também o capital político da candidatura pode influenciar sua performance eleitoral, assim como em 1982,

apenas se autodeclarar LGBT+ não é o maior mecanismo de elegibilidade para as candidaturas desse segmento da população. Não obstante, uma somatória desses fatores poderia impulsionar determinada candidatura para a ocupação de um cargo público, contudo, apenas uma análise mais minuciosa a partir de análise trajetória/carreiras poderia dar concretude a essas hipóteses. Acerca disso, é importante salientar que:

Os dados obtidos demonstram entrelaçamento e interlocução crescente entre os partidos e o Movimento LGBT. Não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual (Silva, 2008, p. 108).

Ainda é preciso ressaltar que mesmo com investimentos governamentais, o movimento LGBT+ ainda é colocado não apenas à margem da sociedade, mas também à margem da política, vistos como corpos que não devem/merecem ocupar os espaços deliberativo e institucionais do poder, a exemplo disso, se olhar o trabalho de Gustavo Gomes da Costa acerca do movimento LGBT e partidos políticos no Brasil, pode-se salientar que o movimento enfrenta:

A oposição de setores conservadores adentro do Congresso Nacional tem sido importante para a rejeição de propostas de leis favoráveis às chamadas “minorias sexuais”, a exemplo das votações da inclusão do termo “orientação sexual” na cláusula antidiscriminatória da Constituição na ANC (1987 e 1988) e na Revisão Constitucional (1994). Mesmo nos casos em que se conseguiu a aprovação de projetos de lei favoráveis à população LGBT (como no caso da PCR em 1996 e da criminalização da homofobia em 2005), a ação de setores religiosos foi decisiva para a obstrução do trâmite destas propostas (Costa, 2016, p. 29).

Não raro, também faz-se importante salientar é que nem todos os candidatos que se autodeclararam LGBT+ assumem o compromisso com a bandeira do movimento LGBT+ e sua agenda de lutas e reivindicações, como o ex- deputado federal Clodovil Hernandez (PTC-SP) tendo seu mandato entre 2007 – 2009 e do vereador de Caruaru (PE) Jailton Oliveira Batista, popularmente conhecido como Jajá (PSDC-PE) que teve seu mandato entre os anos de 2013-2017. Outrossim, existe uma nítida separação entre movimento LGBT+ nos partidos políticos e a mera presença de pessoas LGBT+, visto que:

[...]o Movimento LGBT é composto por pessoas que construíram suas identidades a partir de suas trajetórias individuais no âmbito do ativismo e organizam sua vida partidária em torno das lutas pela promoção da equidade de gênero e do reconhecimento da diversidade sexual. Esse recorte é necessário por entender que as identidades políticas LGBT se sobressaem às meras orientações sexuais e identidades de gênero, que, mesmo rompendo com a heterossexualidade dominante, não significam a politização explícita da sexualidade e do corpo. Para ilustrar essa distinção, lembro a figura do Deputado Federal Jean Wyllys (eleito pelo PSOL/RJ), publicamente reconhecido pelo seu ativismo parlamentar em torno das agendas de

direitos humanos e cidadania LGBT, e do estilista e apresentador Clodovil Hernandes, 4 eleito para a Câmara Federal pelo Partido Trabalhista Cristão de São Paulo (PTC/SP) que se opunha às reivindicações clássicas do Movimento LGBT brasileiro. (Pereira, 2017, p. 124-125).

As colocações postas neste trabalho não são o conluo de uma pesquisa, mas abertura de categorias de análise acerca de um tema pouco debatido dentro da sociologia dos movimentos sociais, ainda que a mesma muito se debruce sobre a relação entre movimentos sociais e partidos políticos, o foco no movimento LGBT+ ainda permanece na margem da academia, tendo diversos pontos, relações de poder, formas, recursos condições de acesso que permeiam essas candidaturas no país, não apenas isso, mas o contexto que cada candidatura carrega em sua agenda de campanha, seja aqueles mais ligados ao movimento (já demonstrado que a auto afirmação assim como a bandeira do movimento não é a força motriz para vencer um pleito eleitoral) seja aqueles que não reivindicam a agenda de lutas do movimento, ou seja, um vasto campo a ser explorado pelos pesquisadores da área.

4 CONCLUSÃO

Em conluo, o presente trabalho teve como objetivo trazer dados empíricos acerca do engajamento homossexual/LGBT+ no universo político-partidário-eleitoral, traçando as condições de emergência de candidaturas LGBT+ no país, é fato ressaltar que mesmo que o crescimento exponencial dessas candidaturas, assim como também dos incentivos governamentais durante os períodos dos governos petistas pode-se afirmar a diminuição de restrições acerca dessas candidaturas e o afunilamento da relação entre movimento LGBT+ e partidos políticos, ou seja, há de fato um aumento da visibilidade acerca das sexualidades e identidades de gênero no que tange as esferas da política institucional.

Outro fato a ser mencionado é que não se pode, no entanto, cair no essencialismo e naturalizar o crescimento das candidaturas como algo totalmente positivo, como já apontado, nem todo auto declarado LGBT+ carrega a militância política do movimento. Além desse fator, é importante ressaltar que a inclusão dos temas voltados às sexualidades ainda sofrem rechaço dentro das estruturas partidárias, além do mais, tais candidaturas, como aponta Gustavo Costa, precisam superar desafios, entre eles, construir apoio para se tornarem indivíduos engajados no ativismo, acrescento que, para além disso, é preciso levar em consideração o desenho da política institucional brasileira, para além das redes de base familiar e agrupamentos em torno de alavancar determinada candidatura, onde muitas das vezes a ideologia partidária torna-se

coadjuvante se pensarmos em contextos locais, visto que é a rede de alianças e as coalizões de grupos partidários que são uma das peças fundamentais do jogo político, ou seja, os recursos em torno de uma candidatura podem se tornar um fator primordial para a elegibilidade de determinado candidato.

Entretanto, não há como negar, e partir da história do movimento no país, que esse segmento da população ainda se encontra à margem da sociedade civil e também das arenas deliberativas e institucionais do poder e pleiteiam os cargos mais baixos da hierarquia partidária. Não obstante, como já apontado, a autodeclaração da orientação sexual e/ou identidade de gênero não são tão relevantes como imagina-se no senso comum para a elegibilidade de determinada candidatura, ou seja, não “é um recurso motriz de capital político para um pleito eleitoral, se assim fosse, como apontado, a performance eleitoral mostrar-nos-ia outros dados.

REFERÊNCIAS

AGUIÃO, Silvia. Fazer-se no “Estado”: Uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direito no Brasil contemporâneo.

CARRARA, Sérgio. Políticas e direitos sexuais no Brasil contemporâneo. Bagoas, n. 5, pp. 131-147. 2010

CRUZ, Rodrigo. Do protesto às urnas: O movimento homossexual brasileiro na transição política (1978/1982). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2015.

D’ARAÚJO, Maria Celina. A Elite Dirigente do Governo Lula. Rio de Janeiro, CPDoc/FGV. 2009

DE LA DEHESA, Rafael. El sexo y la revolución: la liberación lésbico-gay y la izquierda partidaria en Brasil. Revista de Estudios Sociales, n. 28, 2007

DE LA DEHESA, Rafael. Queering the Public Sphere in Mexico and Brazil: Sexual rights movements in emergence democracies. NC: Duke University Press, 2010.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro. Bagoas, n. 4, pp. 131- 158. 2009

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual e construção de identidades coletivas em tempos de AIDS. In: UZIEL, Anna. et al. Construções de sexualidades: gênero, identidade comportamento em tempos de AIDS. Rio de Janeiro: PALLAS, 2004, p. 151-168

FACCHINI, Regina. Movimento homossexual no Brasil: Reconstruindo um histórico. Cadernos AEL, Campinas, v. 10, n. 18/19, p. 82-123, 2003.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005

FROEMMING, Cecilia Nunes; IRINEU, Bruna Andrade; NAVAS, Kleber. Gênero e sexualidade na pauta das políticas públicas no Brasil. Revista de Políticas Públicas, número especial, pp. 161-172. 2010

GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: A construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. Cadernos pagu, Campinas, n. 15, p. 271-295, 2015.

GREEN, James Naylor. Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do Século XX. São Paulo: UNESP, 2000.

GREEN, James Naylor. More love and more desire: the building of a brazilian movement. In: ADAM, B. D.; DUYVENDAK, J. W.; KROUWEL, A. The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement. Philadelphia: Temple University Press, p. 91- -109. 1998.

GREEN, James; QUINALHA, Renan (orgs.). Ditadura e Homossexualidades: Repressão, resistência e a busca da verdade. São Paulo: EDUFSCAR, 2014

IRINEU, Bruna Andrade. 10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas. Temporais, v. 14, n. 28, p. 193-220, 2014.

JESUS, Leonardo. O Arco-íris da Realidade: Movimento LGBTQ+, Partidos Políticos e Oportunidades Políticas. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

MACRAE, E. O Militante Homossexual no Brasil da Abertura. 1985. 218 f. Tese (Doutorado em antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MACRAE, Edward. A construção da igualdade-política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”. Salvador: EDUFBA, 2018.

MACRAE, Edward. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “Abertura”. In: GREEN, James N. *et al.* (org.). História do Movimento LGBTQ no Brasil. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

MACHADO, Frederico Viana; RODRIGUES, Cristiano Santos. Movimentos negro e LGBTQ no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada. In: MACHADO, Frederico Viana;

MASSOLA, Gustavo Martineli; RIBEIRO, Maria Auxiliadora Teixeira (orgs.) Estado, ambiente e movimentos sociais. Florianópolis: Edições do Bosque, 2015. p. 22-45.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a População LGBT no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 27, n. 2, p. 289-312, 2012.

PARKER, Richard. Abaixo do Equador: Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PARKER, Richard. Masculinity, Femininity and Homosexuality: on the anthropological interpretation of sexual meanings in Brazil. *Journal Of Homosexuality*, v. 11, n.3/4, p. 155-163, 1985.

PEREIRA, C. F. Movimento LGBT e Partidos Políticos: construindo uma agenda de pesquisas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 121–132, 2017.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. Oportunidades políticas em um presidencialismo de coalizão. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*. São Paulo, p. (217-252), dez, 2018.

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: A ditadura e a repressão à comunidade LGBT. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988). Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 329. 2017.

QUINALHA, Renan. Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: Notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. et al. (org.). *História do*

RAMOS, Sílvia; CARRARA, Sérgio. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. *Physis*, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

GREEN, James N. et al. *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N. *et al.* (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda Editorial, 2018

RIOS PETRARCA, F. A luta contra a Aids: Uma causa, múltiplos saberes. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 12, n. 23, p. 91–114, 2015.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Ciência Política*. São Paulo, n.21, set-dez. 2016, pp. 147-186.

SIMÕES, Júlio; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. Devassos no Paraíso- A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4º ed. São Paulo: Editora Objetiva, 2018.

A LUTA POLÍTICA PELO DIREITO DE JOGAR FUTEBOL: o futebol de mulheres da proibição à transição democrática

Sandrielly Lavínia Andrade Santos (UFS)

Resumo: O futebol de mulheres foi proibido no Brasil por Vargas em 1941, com a justificativa de incompatibilidade com a “natureza feminina”. O ideário da época entendia que certas práticas esportivas prejudicavam o corpo feminino, impedindo-as de serem mães, função social da mulher e que o Estado deveria proteger. Apesar de somente em 1979 a modalidade tornar a ser permitida, o futebol de mulheres continuou vivo sob a clandestinidade. Durante o processo de transição democrática, a luta das atletas se uniu à luta pela democracia, com papel importante de personalidades políticas em pressionar a estrutura estatal, visando garantir a queda da proibição e da Ditadura, além da criação de bases para a profissionalização. Este *paper* utilizou pesquisa bibliográfica e documental enquanto métodos para o encontro de informações sobre o tema, tecendo a conjuntura sócio-histórica desse que buscava se tornar um grupo profissional.

Palavras-chave: futebol de mulheres; luta; resistência; Transição Democrática.

Abstract: Women's football was banned in Brazil by Vargas in 1941, on the grounds that it was incompatible with “female nature”. The ideology of the time was that certain sporting practices harmed women's bodies, preventing them from being mothers, a social function of women that the state should protect. Although it wasn't until 1979 that the sport was allowed again, women's soccer remained underground. During the process of democratic transition, the athletes' struggle joined the fight for democracy, with political personalities playing an important role in putting pressure on the state structure, with the aim of ensuring the fall of the ban and the dictatorship, as well as creating the basis for professionalization. This *paper* used bibliographical and documentary research as methods for finding information on the subject, weaving together the socio-historical context of this group that sought to become a professional organization.

Keywords: women's football; fight; resistance; Democratic Transition.

1 INTRODUÇÃO

O futebol de mulheres foi proibido no Brasil por quase quatro décadas (1941- 1979) com a justificativa de incompatibilidade com a “natureza feminina”. Na época, acreditava-se que, ao praticar atividades como o futebol ou lutas, o corpo feminino sofreria intervenção a ponto de impedi-las de serem mães. Contudo, o futebol não sumiu dos pés das brasileiras, que recorriam à clandestinidade para praticá-lo, transformando o jogo em ato de resistência inicialmente à Ditadura de Vargas e depois à Ditadura Militar.

Nesses períodos, muitas mulheres eram denunciadas para as autoridades, que as prendiam e muitas vezes esperavam a família ir buscar, a principal responsável por manter mulheres fora dos gramados. Em especial, no período da transição democrática, a

luta dessas mulheres se uniu à luta pela democracia, com papel importante de personalidades políticas em pressionar a estrutura institucional do Estado, visando garantir a queda da proibição e criar as bases da profissionalização no futebol de mulheres. Para este *paper*, utilizo os termos “futebol de mulheres” e “futebol praticado por mulheres” como uma escolha proposital e teórica, visando afastar essa modalidade da associação a um padrão específico de feminilidade, cujo propósito não se vincula a presente abordagem (Goellner; Kessler, 2018; Delarmelina, 2023).

Para abordar a temática do presente trabalho, o método aplicado foi a pesquisa bibliográfica⁸³, com base em livros, teses, dissertações e artigos que remontam à época da proibição do futebol de mulheres, dando ênfase ao período até a transição democrática. A pesquisa bibliográfica é importante, pois permite encontrar uma gama de informações sobre o tema (Gil, 2002), sendo indispensável para estudos associados aos aspectos sociais e históricos. Para complementar, a pesquisa documental no Diário Oficial da União, no Arquivo Nacional, especificamente em Memórias Reveladas e no Acervo Virtual do Museu do Futebol, foi utilizada como forma de encontrar informações acerca do futebol de mulheres a partir de documentos da época. Assim, foi possível identificar elementos importantes para a construção sócio-histórica do futebol de mulheres brasileiro.

⁸³ Este trabalho é parte do referencial teórico de pesquisa em andamento, a qual integra a Dissertação de Mestrado intitulada “Entre sonhos e desafios: a profissionalização das jogadoras de futebol em Sergipe”, desenvolvida com bolsa Fapitec/SE.

2 DO PRIMEIRO JOGO À PROIBIÇÃO

A chegada do futebol ao Brasil é popularmente creditada a Charles Miller, brasileiro descendente de britânicos, que no final do século XIX teria trazido da Inglaterra o que se tornou a principal prática esportiva do país sul-americano. Outros nomes como Thomas Donohue e Oscar Cox também são citados como os “pais do futebol brasileiro”, muito por conta dos seus nomes constarem em documentos (Bonfim, 2019). Essa necessidade em se fazer presente nos registros é uma das dificuldades em traçar a história, em especial do futebol, pois implica o apagamento daqueles que não foram registrados.

Por conta disso, a história do futebol de mulheres no Brasil é permeada por muitas disputas históricas, mas também existem consensos. Um exemplo de consenso é a importância das transformações nos espaços urbanos, pois foram responsáveis pelo ambiente propício a criação dos primeiros clubes esportivos no Brasil que, junto à evolução de meios de transporte, possibilitou mudanças na socialização da população, dando destaque à elite social e econômica.

O incentivo a presença feminina nesses espaços revelava o desejo de conferir ao ambiente a “leveza, a ternura e a beleza”, pretensamente expressadas por elas, além do interesse pela apreciação de suas práticas. Já para as mulheres era uma chance de desfrutarem das benesses da vida moderna, de ocuparem locais pensados para o mundo masculino, uma conquista de direitos (Almeida, 2017, p. 25).

Nas duas primeiras décadas do século XX, as mulheres frequentadoras passaram a ser instigadas a participar de eventos lúdicos e esportivos, muitas vezes organizados aos finais de semana, que incluíam competições e atividades recreativas como corridas, objetivando a saúde física, mas principalmente a ficar mais bonitas (Bonfim, 2019). Esse critério se dava pelo entendimento e interesse dos homens.

De modo geral, em todo o país, as festas esportivas parecem ter sido para as mulheres no início do século XX a oportunidade de contato com os esportes, primeiro a partir das arquibancadas e, posteriormente, em suas primeiras experiências praticando-os (Bonfim, 2019; Almeida, 2017). Como um ambiente de elite, os primeiros a ter contato com o futebol, a tentativa de restrição à camada mais abastada da sociedade esteve bastante presente nesse início, porém foi entre os mais pobres que o esporte realmente se difundiu, como por exemplo no subúrbio carioca.

As primeiras referências de partidas de futebol disputadas por mulheres surgiram em 1919, ano em que há referência de uma partida realizada pelo Clube de Regatas do Flamengo entre uma equipe feminina e o quadro infantil masculino (Bonfim, 2019), porém, se forem

consideradas apenas jogos entre dois times femininos os registros indicam os anos 1920 como o marco temporal. O time responsável por esse registro foi o Hélios Athletic Club, que precedeu o jogo paulista entre Tremembeenses e Cantareirenses, em 1921, normalmente considerado o principal jogo de futebol de mulheres no Brasil.

Entre os anos 1920 e 1930, o futebol de mulheres mudou de ambiente para um espaço diferente: o circo. Nessa nova configuração, o jogo era uma exibição, encenado e jogado por atrizes nesse famoso espaço de sociabilidade pública, principalmente em companhias como Irmãos Queirolo, Nerino e Irmãos Garcia (Bonfim, 2019). Apesar de demonstrar que essa modalidade estava crescendo por meio do alcance do circo, autores como Silva e Capraro (2022, p. 6) entendem, por outro lado, como um reforço à “ideia de impossibilidade de o futebol – esporte – ser praticado por elas”.

A crescente visibilidade do futebol de mulheres durante o governo de Vargas acendeu o discurso sobre determinados esportes não serem de natureza feminina. No entanto, o momento-chave para direcionar a opinião pública e política contra o futebol de mulheres ocorreu em 1940, às vésperas de um jogo entre Clube de Regatas do Flamengo e São Paulo Futebol Clube, no Pacaembu, no qual um time de mulheres carioca e um paulista se enfrentariam em um jogo preliminar ao de homens (Franzini, 2005). Por conta desse jogo, muitas reações negativas foram ganhando espaço na mídia e cobravam das autoridades uma solução. Como principal representante entre esses posicionamentos, a carta de José Fuzeira, até então um cidadão desconhecido, endereçada a Getúlio Vargas, foi o ponto-chave para a promulgação do Decreto 3.199 de 1941 proibindo a prática de certas atividades esportivas, como o futebol.

[Venho] Solicitar a clarividente atenção de V. Ex. para que seja conjurada uma calamidade que está prestes a desabar em cima da juventude feminina do Brasil. Refiro-me, Snr. Presidente, ao movimento entusiasta que está empolgando centenas de moças, atraindo-as para se transformarem em jogadoras de futebol sem se levar em conta que a mulher não poderá praticar esse esporte violento, sem afetar, seriamente, o equilíbrio fisiológico das suas funções orgânicas, devido à natureza que dispôs a ser mãe... Ao que dizem os jornais, no Rio, já estão formados, nada menos de dez quadros femininos. Em S. Paulo e Belo Horizonte também já estão constituindo-se outros. E, neste crescendo, dentro de um ano, é provável que, em todo o Brasil, estejam organizados uns 200 clubes femininos de futebol, ou seja: 200 núcleos destroçadores da saúde de 2.200 futuras mães que, além do mais, ficarão presas de uma mentalidade depressiva e propensa aos exibicionismos rudes e extravagantes (Museu do Futebol, 2015).

Reações como essa são entendidas pela literatura acerca do futebol de mulheres como uma crise masculina por estarem vivenciando “a apropriação do espaço público, tido como de domínio dos homens, e a decisão sobre os usos de seus corpos, entendida como uma ameaça à

condução de uma maternidade sadia, desestabilizavam representações de gênero e, em última instância, relações de poder” (Goellner, 2021, p. 2).

FIGURA 1 - CAPA DA PUBLICAÇÃO DA CARTA NO DIÁRIO DA NOITE



Fonte: Memórias Reveladas no Arquivo Nacional (Barros, 2023).

Autores como Elias e Dunning (1992) são uns dos principais nomes que versam sobre o esporte enquanto fenômeno sociológico, pois tinham “a profunda consciência de que a compreensão do desporto contribuía para o conhecimento da sociedade” (Elias; Dunning, 1992, p. 39). Nesse sentido, a sociedade, naquele momento, refletia a priorização da mulher enquanto responsável pelo lar e pelos filhos, mas principalmente, refletia o interesse do Estado e dos homens de exercerem controle sobre as mulheres.

A legislação de proibição – Decreto Lei nº 3.199 – imposta em 1941, decretava que: “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país” (Brasil, 1941, cap. IX, art. 54). Desse modo, ficou o futebol de mulheres impedido de existir até meados de 1979. Diante disso, muitas mulheres recorreram à clandestinidade para conseguirem jogar e manter vivo o esporte no coração e no pé das brasileiras.

Sob o argumento de “desportos incompatíveis com as condições de sua natureza”, o Conselho Nacional de Desporto construiu o decreto e determinou as modalidades

nominalmente permitidas e proibidas às mulheres. Ribeiro (2023) aponta que um dos integrantes do CND, Newton Cavalcanti, tomou a responsabilidade para si, devido à experiência no âmbito da educação física militar. Em seu parecer, presente na ata da quarta sessão ordinária do Conselho Nacional de Desportos, em 1941, explicitou:

[...] Estabelece o projeto, nas suas conclusões, as seguintes regras para os desportos femininos: Marchas – com finalidade exclusivamente higiênica, são úteis ao desenvolvimento e à saúde da mulher; corridas – as de velocidade até 200 metros, revezamento até 400 metros (4 x 100) e as barreiras com o percurso diminuído e as barreiras de menor altura, sendo, no entanto, proibidas as de meio fundo, fundo e “cross country”; saltos – permitir unicamente os em largura e altura. Não permitir a prática de saltos com vara, em profundidade e tríplices; lançamentos – deverão apenas ser executados os de peso, disco e dardo, sendo que o peso de todos eles deve ser inferior ao dos usados pelos homens. Interditar o lançamento do martelo; pentathlon, decathlon – lutas e box – são desportos que não devem ser permitidos para uso do sexo feminino; esgrima – é um excelente exercício para regular o sistema nervoso, principalmente quando praticado por ambos os braços; remo – natação – saltos ornamentais – hockey – golf – patinagem – equitação e tiro de pistolet – são desportos individuais que devem ser praticados pelo sexo feminino. O remo, porém, não deve ser praticado em competições e só será utilizado como meio de corrigir certas deficiências orgânicas. Desportos coletivos. *Os mais aconselhados para a prática do sexo feminino são os de peteca, péla, tenis, voley e basket-ball*, sendo que este último deve ter os seus campos e tempos de duração reduzidos. *Neste gênero deve ser terminantemente proibida a prática do futebol, rugby, polo e water polo, por constituírem desportos violentos e não adaptáveis ao organismo feminino*. Por proposta do conselheiro general Newton Cavalcanti, resolveu o Conselho que seus atos, publicados no Diário Oficial, entrem em vigor, nas diversas circunscrições do território nacional, nos prazos estabelecidos na lei [...] (Diário Oficial, 1941 *apud* Ribeiro, 2023, p. 97, grifo próprio).

Nota-se que as considerações além de proibir algumas práticas esportivas, criavam adaptações para os permitidos, levando à tona os ideais da época de feminilidade e docilização a qual as mulheres deveriam seguir. Assim, por um lado, os esportes proibidos eram considerados “esportes masculinos” e não deveriam permitir mulheres, pois isso afetaria a anatomia feminina a ponto de interferir na imagem de feminilidade e na esfera reprodutiva, deixando mulheres “grosseiras, sem classe e malcheirosas” (Sá, 2021). Por outro, “carregava, em seu cerne, distinções de classe, dada a valorização de esportes mais comumente praticados em clubes das classes altas e médias, como o vôlei e o basquete, em detrimento do futebol que se popularizava no subúrbio carioca” (Ribeiro, 2023, p. 98).

3 A DÉCADA DE 50 E O FUTEBOL DE SALÃO

A criação do futebol de salão não tem uma data nem origem oficial de início, pois existem duas versões históricas para explicar seu surgimento. No entanto, quando se trata das

entidades oficiais no Brasil, a primeira instituída foi a Federação Metropolitana de Futebol de Salão, no Rio de Janeiro, seguida da Federação Mineira de Futebol de Salão, ambas em 1954. No ano seguinte, 1955, surgiu a Federação Paulista de Futebol de Salão, principal entidade a ser abordada nesta seção.

O futebol de salão nesse momento estava em seu início, como uma nova configuração esportiva (Ribeiro, 2023), e, portanto, crescia através das instituições educacionais. Chama atenção a Escola Técnica de Comércio São Paulo, cujo responsável pela atividade esportiva começou a criar campeonatos entre escolas e turmas, a ponto de repercutir no periódico *A Gazeta Esportiva*.

Em uma de suas publicações, o periódico acabou por divulgar que a professora Adelia Luongo estaria treinando uma equipe de mulheres para participar dos campeonatos dessa nova configuração esportiva. Essa iniciativa fez propagar a criação de diversas equipes femininas pelo estado de São Paulo e fora dele.

Na indicação de telefones para mais informações sobre as atividades das equipes, era citada uma senhorita Laura, além do capitão Faustino. Este era apontando como entusiasta da iniciativa, sendo comentada sua atuação no sentido de organizar um torneio feminino de futebol de salão, juntamente com as divisões juvenil e infantil. A boa receptividade também era observada na Federação Paulista de Futebol de Salão (FPFS), que escalou os times femininos da Escola Técnica de Comércio São Paulo e da Escola Técnica de Comércio Tiradentes para realizar a partida preliminar do festival interestadual, o qual colocou em confronto equipes masculinas do Rio de Janeiro e de São Paulo nos jogos de fundo (Ribeiro, 2023, p. 99).

Nesse contexto, *A Gazeta Esportiva*, que apoiou o Decreto 3.199 de 1941 contra o futebol de mulheres (Franzini, 2005), começou a elogiar e visibilizar a prática de mulheres no futebol de salão (Ribeiro, 2023). No entanto, crescido o alcance da nova modalidade, chamou a atenção do Conselho Nacional de Desportos que passou a analisar o caso para decidir se estava inclusa na proibição, ainda que não tenha sido citada no rol taxativo da lei.

Em meio a falta de decisão, a Federação Paulista de Futebol de Salão (FPFS) organizou o Torneio Início do Campeonato Paulista Feminino de Futebol de Salão em 1957. Torneios de início “eram uma disputa de curta duração, toda concentrada em um dia, com partidas em tempo reduzido que apresentavam ao público as equipes que se dedicariam ao campeonato” (Ribeiro, 2023, p. 102). Nesse caso, seriam 6 equipes com 7 rodadas de duração. Um mês depois de divulgada a tabela desse Torneio, em maio de 1957, o Conselho Nacional de Desportos emitiu uma nota deixando explícita a proibição ao futebol de salão praticado por mulheres.

Apesar desse espaço temporal que permitiu às mulheres a prática do futebol de salão ter sido curto, demonstra que elas estavam prontas para aproveitar as oportunidades de jogar bola.

Ao mesmo tempo, a extensão da proibição reforça que a restrição da autonomia feminina sobre seus corpos permanecia sendo força motriz estatal da época.

4 O CAMINHO E O FIM DA PROIBIÇÃO DE JOGAR

No Paraná, entre os anos de 1950 e 1951, o CND respondeu solicitações negando permissão para jogos de futebol de mulheres, porém, os times não deixaram de realizá los. Em publicação no jornal de grande circulação do estado na época, foi dito que “as moças demonstraram que, apesar do estado quase impraticável do gramado, que sabem jogar futebol, Um futebol bonito e com muita graça [...]” (Diário da Tarde, 1951, p. 3 *apud* Silva; Capraro, 2022, p. 14). Além dessa fala, o jornal declarou arrecadação de 105.312,00 cruzeiros, o que comprova a existência do jogo e, principalmente, mostra que havia um público interessado em assistir mulheres jogarem.

No contexto de final da década de 1950 e início da década de 1960, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) comunicou as federações nacionais para serem cautelosos quanto à prática do futebol por mulheres, o que provocou uma reiteração do Decreto de proibição com a Deliberação n.7 de 1965 do Conselho Nacional de Desportos, deixando explícito a proibição a: “lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, rugby, halterofilismo e beisebol” (Sá, 2021).

A proibição foi reforçada já na Ditadura Militar, de caráter conservador e reacionário, porém não surtiu tanto efeito. À medida que as autoridades reforçavam a repressão às mulheres que jogavam e eram denunciadas, algumas mulheres continuaram a praticar o futebol. Referências a esse ato de resistência foram publicadas pelo jornal O Fluminense, de Niterói, capital do estado do Rio de Janeiro na época.

[...] o jornal publicou que: “Nada menos do que dez “esquadrões” integrado por mulheres estão atuando em Niterói e São Gonçalo, depois que as equipes do Guarani e do Onze Unidos, do bairro Engenhoca, mediram força...”. Na mesma notícia, o jornal informou sobre as preparações das equipes do Guarani, de Niterói e do Esperança, de São Gonçalo, as quais tinham um amistoso programado para ser disputado (Batista, 2024, p. 104).

Essas notícias, segundo o próprio jornal, chegaram ao Chefe do Serviço de Censura e Diversões Públicas, órgão responsável pela fiscalização e repressão de atividades recreativas proibidas na época. Acerca da interrupção das partidas, o Chefe de Censura afirmou que precisaria ser um pedido da Federação Fluminense de Desportos (FFD), cujo diretor não era

contra a prática feminina. Apesar de, na verdade, o interesse maior do diretor da FFD ser a sexualização das jogadoras, demonstra uma fragilidade na articulação entre instituições que seriam responsáveis por fazer valer a proibição (Batista, 2024). Assim, as mulheres, que não tinham nada a ver com a falta de consenso, seguiam marcando jogos e jogando-os.

A situação em Minas Gerais não estava diferente. O time do Vespasiano e do Oficina continuavam ativos sob proibição federal.

[...] as garotas conseguiram fazer sua primeira partida como preliminar de um jogo amistoso comum que seria realizado pelo time do Independente. Era o tipo de evento para o qual não se cobravam entradas, dada a pouca atratividade da disputa. Mas, a novidade do jogo de meninas fez com que houvesse maior interesse pelo certame, cuja arrecadação da portaria foi toda destinada às obras do muro do Grupo Escolar Padre José Senabre (Ribeiro, 2018, p. 61).

Como em outros casos ao longo do período de proibição, muitas mulheres realizavam jogos com a justificativa beneficente, a fim de não serem repreendidas ou impedidas de jogar. Todavia, após esse acontecimento, outros jogos foram marcados passando o interesse das meninas praticarem o futebol à frente da arrecadação (Ribeiro, 2018). A prática esportiva em Vespasiano e região era em sua maioria lúdica e amadora, com exceção de alguns homens jogadores que se profissionalizaram em outras cidades, por conta disso, as disputas Vespasiano e Oficina não foram muitas e apenas algumas praticantes continuaram jogando nos campinhos. A fase adulta foi o fim da participação dessas meninas no futebol, ainda que como brincadeira.

Os anos 1970 e 1980 ficaram conhecidos pela “Década das Mulheres” (1975- 1985) da Organização das Nações Unidas (ONU). Nesse momento, o movimento feminista lutava pelo direito das mulheres em relação a inserção no mercado de trabalho, defendendo condições sistêmicas de igualdade (Gimenes, 2024). Além disso, as conferências internacionais no âmbito da ONU foram criadas para discutir o tema mulheres, nelas e nos documentos oficiais discutia-se sobre:

[...] o direito ao desenvolvimento e, no caso das pautas da Década, do direito das mulheres em se desenvolverem, seja econômica, social ou profissionalmente. No entanto, a nível nacional, essas metas estabelecidas pela ONU como essenciais ao avanço das mulheres nem sempre eram cumpridas. Muitos governos ignoravam a importância de inserir as mulheres nesses processos, de modo que as condições de vida precária de milhares de mulheres eram perpetuadas (Gimenes, 2024, p. 12).

Ainda que se enquadre em um contexto de luta feminista, relatos utilizados por autores para tratar sobre a proibição indicam que muitas participantes da luta não se identificavam com

o movimento, mesmo defendendo a autonomia para decidir sobre seus corpos, em especial quanto à prática esportiva (Haag, 2023a).

O contexto histórico da transição democrática é um momento importante de luta em prol da permissão e regulamentação do futebol de mulheres. Ainda sob proibição, a Haag (2023a) destaca casos de participação feminina em jogos, evidentemente clandestinos, para manter vivo o futebol no pé das brasileiras. Ao mesmo tempo que as mulheres ganhavam destaque nas lutas sociais do momento, evidenciadas pela atenção da ONU, o engajamento contra a restrição da autonomia das mulheres sobre seus corpos também ajudou a destravar a modalidade. Esse momento propício à luta feminista também teve impacto no futebol de mulheres, que se apropriaram do espírito de rebeldia e da busca pela libertação feminina ao redor do mundo (Costa, 2017).

Por um lado, os movimentos feministas ganhavam espaço, por outro, havia mulheres que defendiam a autonomia, mas criticavam feministas e não se consideravam como tal. Mesmo sem permissão para mulheres jogarem futebol, um dos casos emblemáticos desse período é o de Jacy, jogadora que ganhou um emprego como auxiliar de escritório no clube para poder receber um salário-mínimo enquanto jogava, pois era uma forma de driblar a não-profissionalização de jogadoras. Na década de 1970, o futebol de areia ganhou adeptas, especialmente cariocas; nessa época passou também a ser noticiado o “futebol depois da louça lavada”, pois empregadas domésticas iam praticar o esporte depois do trabalho (Costa, 2017).

No âmbito da política, em 1977 foi instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (1977), formada por senadores e deputados, que questionava a proibição. Nessa CPI, nenhuma jogadora foi ouvida, mas convidaram uma nadadora profissional para falar a respeito. Maria Lenk foi a primeira mulher sul-americana a participar dos Jogos Olímpicos e, recebendo espaço para falar na CPI, defendeu o fim da proibição partindo do número de atletas mulheres registradas nas federações ao redor do país à época (6%).

É uma quantidade irrelevante. Atribuo isso ao futebol, porque é o nosso esporte nacional. Através do esporte se revelam, se projetam os campeões, os ídolos do povo que merecem imitação. Veem-se terrenos baldios transformados espontaneamente em campos, e eles são ocupados por quem? Por garotos, meninos. A pelada de adultos, também por homens. O clube de futebol, que em qualquer povoado não falta, é sempre só dos homens. A restrição [ao futebol] se reflete no ingresso da mulher no esporte [em geral], porque ela não tem a quem imitar (Westin, 2023).

Essa CPI auxiliou a dar base política para a Deliberação nº 10/79, responsável por revogar a proibição da prática do futebol de mulheres. Com isso, já no início dos anos 1980,

começam a ser criados times femininos possibilitados de jogar campeonatos sem que corram risco de serem impedidas.

Almeida (2018) chama o fim dessa proibição de “Anistia ao Futebol Feminino”, pois a modalidade precisou se “exilar” durante o período da ditadura. Além disso, a permissão não significou imediato imbricamento com as regulamentações do futebol de homens, as mulheres permaneciam impedidas de jogar em estádios oficiais e profissionais pela própria Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que deveria assumir a postura de entidade fundamental para melhoria das condições trabalhistas de atletas desse esporte. Nesse caso, o objetivo aparentava ser reservar o futebol aos homens, pois “as jogadoras de futebol eram enquadradas na ideia de que jogavam por “amor”, atributo valorizado pelo futebol amador, porém não eram vistas como futuras craques de bola profissionais” (Silva, 2015, p. 78). A necessidade da justificativa beneficente para não serem impedidas de jogarem futebol, ainda que em contexto de não proibição, demonstra que os homens e o Estado queriam evitar, na verdade, a profissionalização de jogadoras de futebol.

O contexto da Ditadura Militar envolvendo o futebol é bem amplo, pois Costa e Silva via no futebol uma ferramenta para acalmar os ânimos da população, sendo seu maior desejo a vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970, ou seja, durante o seu governo. Infelizmente para Costa e Silva, Médici assumiu antes mesmo da Copa acontecer, mas seu sucessor continuou com a ideia de vínculo do futebol ao governo e se tornou ativo em eventos esportivos, palpitando em todos os jogos. Segundo França (2014), a junção da vitória na Copa com o momento de “milagre econômico” trazia ao Brasil uma fama de país “pra frente”, “imbatíveis” e de uma potência reconhecida.

Ainda que esse momento histórico de Médici pareça positivo no âmbito do futebol, é importante ressaltar que a imagem ufanista foi potencializada com base na popularização da figura dele com a de jogadores vitoriosos, demonstrando apoio ao que “unificaria o povo” enquanto perseguia e condenava todos aqueles que se opunham ao regime militar à repressão, tortura e morte. A destituição de João Saldanha, conhecido também como João-sem-medo, como técnico da Seleção Brasileira é prova da interferência de Médici em todos os setores que possuía interesse, nesse caso, já que o treinador não queria o presidente dando palpite na escalação, o treinador foi substituído. Essa saída de João Saldanha não foi apenas técnica, mas política, devido a sua filiação ao Partido Comunista do Brasil, grande opositor da Ditadura Militar. Esses fatos conversam a respeito da política misturando-se ao futebol, no entanto, é preciso ver também o outro lado: o futebol misturando-se à política.

Um grande exemplo de participação do futebol na política é a Democracia Corinthiana. O Sport Clube Corinthians Paulista, em plena ditadura, precisou trocar o presidente devido ao envolvimento com militares, o que desagradava a torcida. Como substituto, assume Adilson Monteiro Alves, um sociólogo e militante contra a ditadura que reconhecia a importância do posicionamento de jogadores de futebol pelo alcance que detêm e pela voz que representam, que se tratando de Corinthians seria a voz do povo (Democracia..., 2014).

Nomes como Sócrates, Casagrande, Vladimir, Zenon foram extremamente importantes nesse contexto, pois foram às ruas, às manifestações e sempre que podiam reforçavam sua participação na sociedade e seu papel como cidadãos (Democracia..., 2014). Um outro exemplo de atores sociais vinculados ao futebol, mas envolvidos na luta pela democracia foi a união entre Gaviões da Fiel, Torcida Jovem, Leões da Fabulosa, a TUP, a Mancha Verde e a Independente, conhecidas por sua intensa rivalidade em São Paulo, em prol da luta pelas Diretas Já e o fim da Ditadura Militar brasileira nas décadas de 1970 e 1980 (Wilkson; Lisboa, 2021). A importância do futebol como elemento de engajamento das massas contra a ditadura é um ponto que une tanto homens quanto mulheres que lutavam nesse contexto.

Um dos momentos marcantes na luta pela regulamentação do futebol para mulheres é o I Festival Nacional de Mulheres nas Artes, de 1982, organizado por Ruth Escobar, atriz e produtora cultural. Nesse Festival, dois times femininos fizeram uma importante partida como preliminar do confronto entre Sport Club Corinthians Paulista e São Paulo Futebol Clube, no Morumbi, e contou com transmissão da TV Globo. Em meio à tentativa da CBF de barrar o jogo de mulheres, o jogador corinthiano, Sócrates, afirmou em defesa do jogo das mulheres: "O público está aqui para ver o futebol feminino. Não está para ver Corinthians e São Paulo não. Então se elas não entrarem, nós também não vamos entrar!" (Museu do Futebol, 2015). Essa fala, assim como de outros jogadores presentes como Casagrande, demonstram que não só as jogadoras lutavam para jogar em campos oficiais, pois a luta se tornou algo maior e que unia outros adeptos e apoiadores.

5 A LUTA PELA REGULAMENTAÇÃO

A luta, nesse momento, passou a ter como objetivo a regulamentação do futebol de mulheres, que continuava sendo impedido de ser profissional. A visibilidade de outros atores foi primordial para regulamentação, em especial Rose do Rio (jogadora, bacharel em Direito e Artes Dramáticas, fundadora e presidenta da Associação de Futebol Feminino do Rio de Janeiro), Esther de Figueiredo Ferraz (Ministra da Educação), Heloneida Studart (Deputada),

Bete Mendes (atriz e deputada). Cada uma delas utilizou o seu alcance e poder para instigar a regulamentação e o profissionalismo para o futebol de mulheres.

O apontamento sobre o profissionalismo é bastante pertinente, pois Studart assinalava não somente a necessidade de regulamentar a prática, mas torná-la uma profissão possível às interessadas. Inseriu a proibição no conjunto de opressões que as brasileiras sofriam e que “interferiam na nossa individualidade”. Também enunciou uma crítica feroz aos homens e os poderes que exerciam sobre as mulheres, seja nos bens, nos domicílios ou nos palanques (Haag, 2023b, p. 85).

Como resultado dessa luta, a Deliberação de 1983, por um lado, aboliu de vez a proibição do futebol de mulheres no Brasil. No entanto, por outro, criou empecilhos para a profissionalização das jogadoras, deixando explícita no artigo 39 que dizia: “é vedada, no futebol feminino, a prática do profissionalismo, até que a mesma seja regulamentada por lei” (Brasil, 1983). Para Haag (2023a), essa conjuntura é, na verdade, a evidência da falta de vontade política em relação à estruturação do mercado de trabalho do esporte de modo a abarcar as mulheres praticantes. Essa decisão também esteve a cargo dos militares, por considerarem o esporte uma ferramenta de desenvolvimento estatal e, com essa justificativa, tomaram para si a responsabilidade de regê-lo, mantendo o desenvolvimento do futebol de mulheres sob sua discricionariedade. A regulamentação veio nesse mesmo ano, com os dizeres de “o futebol feminino poderá ser praticado nos estados, nos municípios e nos territórios” (Westin, 2023), ficando subordinada à CBF.

A FIFA, especialmente na figura do brasileiro João Havelange, à época presidente da instituição, defendeu a importância de regulamentar o futebol de mulheres em 1982, após anos desaconselhando a modalidade enquanto entidade mais importante do futebol mundial.

Tal posicionamento se transforma a partir da realização dos Campeonatos Mundiais de Futebol ocorridos em 1970, na Itália, com apoio da Federação Internacional do Futebol Europeu Feminino (FIEFF), e em 1971, no México, aproveitando a estrutura da Copa do Mundo dos homens do ano anterior e organizada pela Associação Mexicana de Futebol Feminino. Ambos não tiveram a chancela da FIFA, o que deixou os dirigentes da entidade receosos com a possível força política e econômica das mulheres em se organizar paralelamente. A partir de então há uma mobilização para trazer o futebol de mulheres para dentro da organização, é muito mais uma preocupação em manter o seu monopólio e menos com o desenvolvimento da prática pelas mulheres (Haag, 2023b, p. 78).

A primeira competição de futebol de mulheres ocorreu em 1983, logo após a regulamentação oficial da modalidade. A Taça Brasil de Futebol Feminino contou com a participação de quatro equipes (Goellner, 2021, p. 5), nessa época, o principal time do Brasil

era o carioca Esporte Clube Radar, um dos primeiros a disponibilizar moradia, transporte e salário para as jogadoras – ainda que abaixo do salário-mínimo da época (Almeida; Pisani, 2015). Esse investimento do clube deu a muitas mulheres uma esperança em se profissionalizar por meio do futebol, fazendo com que migrassem de outras cidades e regiões para o Rio de Janeiro.

Na época, as mulheres que queriam se tornar jogadoras de futebol não tinham empresários, então o convite para participar do time era feito pelos próprios dirigentes (Almeida; Pisani, 2015). Também era função desses dirigentes a organização das competições como campeonatos estaduais e a Taça Brasil, esse último passou a receber oito clubes e funcionava em estilo mata-mata⁸⁴. Informações sobre esses campeonatos são bastante escassas, representando a “falta de interesse em conservar a memória dos campeonatos mais importantes disputados no período” (Almeida; Pisani, 2015, p. 7).

As jogadoras do Esporte Clube Radar, por ganharem todas as competições, sentiam-se representantes das mulheres que queriam se profissionalizar no futebol. Assim, criaram uma postura e um papel político para chamar a atenção de empresas que poderiam se tornar patrocinadoras do time e do futebol de mulheres como um todo (Almeida; Pisani, 2015).

Outra perspectiva relevante para as jogadoras estava – e pode-se dizer que até hoje está – presente no dilema: as entidades inferiorizam o investimento e as condições para realizar a profissão de atleta, ao mesmo tempo que colocam uma cobrança equivalente à modalidades cujas condições favorecem o desempenho desde a existência de times de base à remuneração (Nicolino; Oliveira; Rosa, 2024). Esse aspecto influenciava intensamente a opinião pública, que girava em torno de a Seleção Masculina de Futebol ser tricampeã, à época, e seria natural, “seguindo essa linha reflexiva, que as mulheres obtivessem resultados semelhantes” (Almeida; Pisani, 2015, p. 9). A incoerência dessa e de outras cobranças que rodeavam as jogadoras, como habilidade técnica sem treinamento adequado, demonstra um sistema de pesos desproporcionais ao investimento permitido.

O desenvolvimento tardio do futebol de mulheres foi responsável pela primeira participação da Seleção Brasileira Feminina de futebol disputando uma partida apenas em 1986, cinco anos antes da primeira Copa do Mundo Feminina ser realizada, em 1991. Essa data simboliza “[...] um hiato de 61 anos entre a estreia da Copa do Mundo de futebol praticada por homens para a estreia das mulheres na competição” (Januário; Lima; Leal, 2020, p. 43). Além disso, o início dos 1990 se enquadrava em um contexto marcado pela erotização dos corpos

⁸⁴ Confrontos diretos, quem perde é eliminado.

femininos que praticavam esportes, especialmente sob o argumento que valorizavam “a beleza das jogadoras e os atributos considerados femininos em detrimento às habilidades técnicas” (Fernandes, Gois Junior, Quitzau, 1997, p. 108).

Ao passo que o futebol de mulheres foi ganhando mais espaço na mídia, as publicações eram voltadas ao público masculino, de modo que hora sexualizava o corpo das jogadoras, hora descredibilizava a prática do esporte por ser algo masculino. A necessidade de manutenção do homem enquanto hegemônico e centro da prática do futebol era algo recorrente nas notícias dos principais veículos jornalísticos na época.

As narrativas construídas pelos jornais sobre as mulheres no futebol permeavam um campo no mínimo inusitado, entre afirmações e interrogações do que a mulher podia ou não podia fazer, e do que ela era capaz ou não. Em uma perspectiva pendular, parte da mídia impressa oscilava entre as tentativas de apontar certas habilidades técnicas na prática esportiva, desconstruindo muitas vezes o pensamento recorrente de que as mulheres não tinham condição de se desenvolver nesse esporte e, contrariamente, ainda reproduziam um discurso atrelado aos atributos de beleza e sensualidade de algumas mulheres esportistas (Fernandes, Gois Junior, Quitzau, 1997, p. 109).

Além disso, muitas jogadoras reclamavam dos reflexos dessa sexualização dentro dos clubes, uma vez que a comissão técnica era formada por homens que forçavam uma tensão sexual inexistente, assediando e molestando as atletas (Almeida, 2014).

Qualquer desvio em relação ao considerado “aceito pela sociedade brasileira” era descreditado nos jornais e provocava uma repercussão negativa. Um exemplo disso foi o forte uso de “sapatão” como termo pejorativo em relação a mulheres que não tinham o interesse em apresentar um estereótipo de feminilidade enquanto jogadora de futebol. É nesse sentido que a utilização do termo “futebol de mulheres” ao invés de “futebol feminino” é fundamental, pois vem de uma linha de pensamento que tenta romper com essa feminilidade imputada no termo, especialmente no campo teórico. O rompimento com esse sistema é entendido negativamente por aqueles que não querem mulheres em espaços de poder, influência e idolatria, por exemplo. No entanto, o futebol não é sobre gênero, é sobre o esporte, e todo mundo deve poder praticá-lo e profissionalizar-se nele.

6 CONCLUSÃO

Com o ganho de valor social aumentando no ramo de esportes que eram proibidos às mulheres entre 1941 e 1979, em especial o futebol, a profissionalização e o *status* de

profissional alcançaram os homens mais cedo. Essa situação está atrelada a um pensamento de reservar o futebol aos homens, pois as mulheres não eram vistas como possíveis jogadoras desse esporte, nem como atividade de lazer nem como profissão. A ideia de que os corpos das mulheres não seriam compatíveis com certas práticas esportivas é fruto dos ideais de controle sobre os corpos de minorias sociais, que regiam a mentalidade daqueles que estavam no poder.

A resistência do futebol de mulheres é um dos motivos para, logo que a lei foi revogada, emergirem times prontos para jogar. A busca posterior pela profissionalização mostra que a legislação vigente sobre atletas do futebol não era suficiente para a imediata absorção do gênero feminino. Assim, essa discussão produziu uma necessidade de analisar como uma mulher se torna jogadora de futebol profissional. É nesse contexto que o presente *paper* se vincula à pesquisa de mestrado que, por sua vez, estabelece um recorte para o estado de Sergipe.

Sob outro aspecto, uma conclusão encontrada foi de que, mesmo com o contexto favorável, considerando a “Década das mulheres” (1975-1985) na ONU, a luta do futebol de mulheres não está necessariamente vinculada ao movimento feminista. Existiam, inclusive, muitas mulheres defensoras do futebol e do controle sobre os próprios corpos que tentavam ao máximo não serem associadas ao movimento.

Diante da construção sócio-histórica do futebol de mulheres entre a proibição e a transição democrática, a luta política pelo direito de jogar bola sem ser considerado crime é marcante para o entendimento do que é o futebol de mulheres no século XXI. O tardio desenvolvimento dessa modalidade ainda possui reflexos na prática esportiva, seja na qualidade dos campos cedidos às jogadoras, na quantidade de campeonatos durante o ano, no suporte em competições internacionais e nacionais ou até mesmo na recente assinatura da Carteira de Trabalho dessas profissionais. O futebol de mulheres é uma realidade, é preciso fornecer condições trabalhistas decentes e impedir que violências atravessem sua profissionalização.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marlaine Lopes de. *O Club Sportivo Feminino e as formas de sociabilidade para as mulheres da elite em Aracaju (1919 – 1926)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia, UFBA, Salvador, 2017.

ALMEIDA, Caroline Soares de. “Elas namoram, estudam e ainda jogam futebol”: carreiras e trajetórias de jogadoras do futebol no Esporte Clube Radar. *II Simpósio Internacional de Estudos sobre futebol*. São Paulo, 2014.

ALMEIDA, Caroline Soares de. *Do sonho ao possível: projeto e campo de possibilidades nas carreiras profissionais de futebolistas brasileiras*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, 2018.

ALMEIDA, Caroline Soares de; PISANI, Mariane. Carreiras e profissionalismo de futebolistas brasileiras após a regulamentação do Futebol Feminino no Brasil. *labrys, études féministes/ estudos feministas*. jul/dez. 2015.

BARROS, Luana. *Bau da Política: o futebol feminino já foi proibido no Brasil e a política tem tudo a ver com isso*. Arquivo Nacional, Memórias Reveladas. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/noticias/bau-da-politica-o-futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-a-politica-tem-tudo-a-ver-com-isso>. Acesso em: 01 out. 2024.

BATISTA, Victor Hugo Gonçalves. O futebol de mulheres em Niterói durante a proibição. *Caminhos da História*. v. 29, n.1, jan./jun. 2024.

BONFIM, Aira Fernandes. *Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)*. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC, Rio de Janeiro, 2019.

BRASIL. *Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/de13199.htm#:~:text=exclusivamente%20de%20amadores.-,Art.,%C3%A0s%20entidades%20desportivas%20do%20pa%C3%ADs. Acesso em: 14 out. 2023.

BRASIL. *Decreto nº 11.458, de 30 de março de 2023*. Institui a Estratégia Nacional para o Futebol Feminino. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11458.htm, Acesso em: 23 out. 2023.

CENTRO DE REFERÊNCIA DO FUTEBOL BRASILEIRO. *As pioneiras do Pacaembu: 80 anos da estreia do futebol feminino no Estádio Municipal*. Museu do Futebol. Medium. 15 maio 2020. Disponível em: <https://medium.com/museu-do-futebol/as-pioneiras-do-pacaembu-80-anos-da-estrela-do-futebol-feminino-no-est%C3%A1dio-municipal-a61f6b9351b2>. Acesso em: 19 set. 2024.

COSTA, Leda Maria da. O Futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n.13, 2017, p. 493-507.

DELARMELINA, Gabriela Borel. *A profissionalização da carreira esportiva no futebol de mulheres no Brasil: trajetórias das atletas de elite*. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

DEMOCRACIA em preto e Branco. Direção: Pedro Asbeg. *FIFA*, Brasil: FIFAPLUS, 2014. Disponível em: <https://www.fifa.com/fifaplus/pt/watch/movie/7faXLOsSfgzrcevyNqIcIA>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *A Busca da excitação: desporto e lazer no processo civilizacional*. Lisboa: Difel, 1992.

FERNANDES, Bruna Rafaella Esporta; GOIS JUNIOR, E Edivaldo; QUITZAU, Evelise Amgarten. O Futebol de Mulheres na Imprensa Brasileira na Década de 1990. *Materiales para la Historia del Deporte*, n.º 24, 2023, p. 103-117.

FERREIRA, Marcelo. O Brasil descobriu o futebol feminino. E ele é precário. *Brasil de Fato*, Porto Alegre, 2019.

FRANÇA, Breno. *Futebol foi instrumento político durante a ditadura militar*. 2014. Disponível em: <http://www.usp.br/aun/exibir.php?id=5933>. Acesso em: 21 set. 2022.

FRANZINI, Fábio. Futebol é “coisa para macho”? Pequeno esboço para uma história das mulheres no país do futebol. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 25, nº 50, p. 315-328 – 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Mulheres e futebol no Brasil: descontinuidades, resistências e resiliências. *Movimento*, Porto Alegre, v. 27, e27001, 2021.

GOELLNER, Silvana Vilodre; KESSLER, Cláudia Samuel. A sub-representação do futebol praticado por mulheres no Brasil: ressaltar o protagonismo para visibilizar a modalidade. *Revista USP*, n. 117, p. 31-38, 2018.

HAAG, Fernanda. “O futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”: as mobilizações do futebol de mulheres durante a transição democrática brasileira (1977- 1983). *FuLiA/UFMG*, v. 8, n. 2, maio-ago., 2023a.

HAAG, Fernanda. “O futebol feminino era uma das coisas que estava acontecendo”: o futebol como trabalho para as mulheres no Brasil (1983-2023). Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, USP, 2023b.

JANUÁRIO, Soraya Barreto; LIMA, Cecília Almeida Rodrigues; LEAL, Daniel. Futebol de mulheres na agenda da mídia: uma análise temática da cobertura da Copa do Mundo de 2019 em sites jornalísticos brasileiros. *Observatorio (OBS*) Journal*, vol. 14, n. 4, 042-062. 2020.

JORGE, Thaís. *CBF quer obrigatoriedade de time feminino em clubes das quatro séries do futebol brasileiro*. GE GLOBO, 08 fev. 2023. Disponível em: <https://ge.globo.com/ce/futebol/futebol-feminino/noticia/2023/02/08/presidente-da-cbf-quer-times-femininos-para-clubes-das-serie-b-c-e-d-do-brasileiro-ate-2027.ghtml>. Acesso em: 23 out. 2023.

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Bruna Saurin; SOUZA, Ana Claudia Ferreira de. Dupla carreira e mobilidade social no futsal brasileiro: diferenças entre homens e mulheres. *J. Phys. Educ.* v. 32, e3249, 2021.

MEDRADO, Thomas Hudson. *O voo do dragão: futebol profissional, elites sergipanas e a Associação Desportiva Confiança*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, UFS, São Cristóvão, 2020.

MUSEU DO FUTEBOL. Exposição Visibilidade para o futebol feminino. *Google Arts & Culture*, 2015. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/7wWxL29yfLwzIQ?hl=pt-BR>. Acesso em: 06 set. 2024.

NICOLINO, Aline da Silva; OLIVEIRA, Valléria Araújo de; ROSA, Milena Louise Rodrigues. Futebol de mulheres! É preciso entrar em campo, driblar as desigualdades e golear opressões. *Revista Corpoconsciência*, Cuiabá-MT, v. 28, e17246, p. 1-16, 2024.

RAILEANU, Nathan. Um quarto das jogadoras de futebol feminino ainda mantém um segundo trabalho além do esporte, afirma estudo da FIFPro. *Surto Olímpico*, 18 jun. 2024. Disponível em: <https://www.surtoolimpico.com.br/2024/06/um-quarto-das-jogadoras-de-futebol.html>. Acesso em: 19 jun. 2024.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Futebol de Mulheres em tempos de proibição: o caso das partidas Vespasiano x Oficina (1968). *Mosaico*, v.9, n.14, 2018.

RIBEIRO, Raphael Rajão. Da proibição do futebol de mulheres: a atuação do Conselho Nacional de Desportos e a interdição esportiva feminina no Brasil (1941-1957). *Tempo*, Niterói, vol. 29 n. 2 maio/ago. 2023.

SÁ, Juliana. *Decreto-lei que proibiu a prática do futebol feminino completa 80 anos*. GE GLOBO, 14 abr. 2021. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/decreto-lei-de-proibicao-da-pratica-do-futebol-por-mulheres-completa-80-anos.ghtml>. Acesso em: 03 jul. 2024.

SANTOS, Anderson. *O “eixo Rio-São Paulo” e a desigualdade do futebol brasileiro*. Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte, 2023. Disponível em: <https://www.leme.uerj.br/o-eixo-rio-sao-paulo-e-a-desigualdade-do-futebol-brasileiro-2/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SERGIPE. *Esporte será fortalecido e planejado como política pública transversal para melhoria da qualidade de vida dos sergipanos*. 02 fev. 2023. Disponível em: https://www.se.gov.br/seel/noticia/esporte_sera_fortalecido_e_planejado_como_politica_publica_transversal_para_melhoria_da_qualidade_de_vida_dos_sergipanos. Acesso em: 22 out. 2023.

SILVA, Giovana Capucim e. *Narrativas sobre o futebol feminino na imprensa paulista: entre a proibição e a regulamentação (1965-1983)*. Dissertação (Mestrado em História Social), Programa de Pós-Graduação em História Social, USP, São Paulo, 2015.

SILVA, Joana Caroline Corrêa da; CAPRARO, André Mendes. O desporto inadequado à natureza feminina: prelúdios do futebol feminino no Paraná (1934–1951). *Movimento*, v. 28, e28007, 2022.

SOUZA, Glauco José Costa. *A importância da História Regional para os estudos sobre esportes no Brasil*. Laboratório de Estudos em Mídia e Esporte, 2024. Disponível em: <https://www.leme.uerj.br/a-importancia-da-historia-regional-para-os-estudos-sobre-esportes-no-brasil/>. Acesso em 08 jul. 2024.

WESTIN, Ricardo. *Futebol feminino já foi proibido no Brasil*, e CPI pediu legalização. Agência Senado, ed. 103, 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/futebol-feminino-ja-foi-proibido-no-brasil-e-cpi-pediu-legalizacao>. Acesso em: 20 out. 2024.

WILKSON, Adriano; LISBOA, Daniel. Há 37 anos, torcidas rivais marchavam juntas contra ditadura e por diretas. *UOL*. São Paulo, 06 dez. 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/esporte/futebol/ultimas-noticias/2021/12/06/torcidas-organizadas-estiveram-no-diretas-ja-com-batuque-faixa-e-camiseta.htm>. Acesso em: 20 jul. 2024.

GT 6 - Processos de identificação e desigualdades nas relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero

Desde o ano de 2016, com as mudanças políticas em vários países e a ascensão de movimentos conservadores extremistas, vivemos uma série de tensões e retrocessos no que se refere às políticas, às práticas sociais e aos discursos promotores da igualdade, do respeito à diferença e dos direitos humanos, que afeta diferentes segmentos sociais, bem como o reconhecimento de suas existências e as diferentes formas de identificação social e de grupos étnico-raciais, de gênero e de idade, por exemplo. Ao mesmo tempo, emergem discursos e práticas identitárias com ênfases nacionalistas, que rotulam e desqualificam a pluralidade das identidades sociais, sua luta por reconhecimento, por participação social e por redistribuição. Nesse sentido, atualmente, segmentos sociais e certos governos têm contribuído para o fenômeno de disputas em torno das perspectivas de identificação, buscando o esvaziamento e a aniquilação dos sentidos políticos, das solidariedades coletivas e dos simbolismos socialmente constituídos, a partir das relações de poder que provocam preconceitos, hierarquização, exclusão e desigualdades sociais. Pensando nessa reconfiguração das tensões identitárias nos últimos anos, pretendemos acolher neste GT trabalhos com diferentes recortes empíricos e propostas metodológicas que investiguem o tema dos processos identitários, especialmente aqueles que busquem avançar nas análises de compreensão desse fenômeno a partir do modo como são afetadas as relações étnico-raciais, intergeracionais e de gênero, incluindo aí suas interseccionalidades, e reflitam sobre como se aprofundam as desigualdades e as exclusões sociais nos últimos anos, como também trabalhos que visibilizem alternativas e experiências que se tencionam contra esse fenômeno excludente.

Coordenação: Prof. Dr. Frank Marcon (PPGS/GERTS/UFS), Dra. Danielle Parfentieff de Noronha (DCOS/UFS) e Profa. Dra. Erna Barros (DCOS/GERTS/UFS).

VOZES SILENCIADAS, CORPOS EM LUTA: Interseccionalidade, Dispositivos de Racialidade e a Luta das Mulheres Negras: Críticas ao “Identitarismo” no Brasil Contemporâneo

Josilda Carmo Santos (UFBA)

Resumo: O presente artigo busca analisar a compreensão dos dispositivos de racialidade, propostos por Sueli Carneiro, com a interseccionalidade, conforme Kimberlé Crenshaw, a fim de identificar como as múltiplas opressões ainda hoje afetam as mulheres negras no Brasil. Ao examinar o contexto de retrocessos políticos e avanços significativos da extrema direita e todo o seu conservadorismo surgem grandes desafios para às lutas históricas por equidade racial e de gênero. O estudo busca interpretar como raça, gênero e classe se entrelaçam na experiência das mulheres negras e as coloca em condição de marginalização, conforme Lélia Gonzalez. A pesquisa se utiliza de revisão de literatura ancorada em reflexões teóricas de autores como Sansone, Colling e Vargas, a fim de examinar as tensões que impactam os movimentos organizados, bem como agência e estratégias de resistência elaboradas pelas mulheres negras. Explorar a relevância da interseccionalidade como ferramenta analítica, discutir o apagamento promovido pelos dispositivos de racialidade e destacar a sub-representatividade político partidária de mulheres negras serão o meio de demonstrar o uso pejorativo do termo “identitarismo” pelos discursos conservadores, que buscam deslegitimar as lutas sociais e reforçar hierarquias estruturais. A luta das mulheres negras se apresenta como um projeto político emancipatório e de superação das desigualdades. Conclui-se que o fortalecimento das lutas identitárias e a utilização da interseccionalidade como ferramenta analítica são essenciais para enfrentar opressões históricas com foco na construção de políticas públicas que promovam justiça social e bem viver para todas as pessoas.

Palavras-chave: Mulheres Negras; Interseccionalidade; Dispositivos de Racialidade; Identitarismo, Lutas Identitárias.

Abstract: This article seeks to analyze the understanding of the devices of raciality, proposed by Sueli Carneiro, with intersectionality, according to Kimberlé Crenshaw, in order to identify how multiple oppressions still affect black women in Brazil today. By examining the context of political setbacks and significant advances by the extreme right and all its conservatism, major challenges arise for the historical struggles for racial and gender equality. The study seeks to interpret how race, gender and class intertwine in the experience of black women and place them in a condition of marginalization, according to Lélia Gonzalez. The research uses a literature review anchored in theoretical reflections by authors such as Sansone, Colling and Vargas, in order to examine the tensions that impact organized movements, as well as the agency and resistance strategies developed by black women. Exploring the relevance of intersectionality as an analytical tool, discussing the erasure promoted by devices of raciality and highlighting the political party under-representation of black women will be the means of demonstrating the pejorative use of the term “identitarianism” by conservative discourses,

which seek to delegitimize social struggles and reinforce structural hierarchies. The struggle of black women is presented as an emancipatory political project to overcome inequalities. The conclusion is that strengthening Identity struggles and using intersectionality as an analytical tool are essential for confronting historical oppressions with a focus on building public policies that promote social justice and good living for all people.

Keywords: Black Women; Intersectionality; Raciality Devices; Identitarianism, Identity Struggles.

1 INTRODUÇÃO

O estudo explora transformações sociais e políticas no Brasil contemporâneo em perspectiva com os dispositivos de racialidade e a interseccionalidade, com vistas a refutar os argumentos pautados pelo identitarismo⁸⁵ no contexto dos retrocessos políticos e da exclusão das mulheres negras no Brasil. O avanço dos discursos conservadores desafia as lutas identitárias e ressalta a necessidade de fortalecer o diálogo entre movimentos sociais que incluam perspectivas críticas e visibilidade das mulheres negras como protagonistas de uma luta histórica e legítima por cidadania plena, pelo bem viver para todas as pessoas, pela autonomia dos seus corpos e dentre tantas lutas o direito a própria vida.

Compreender a interação entre gênero, raça, e classe é fundamental para abordar as tensões identitárias contemporâneas e os desafios políticos enfrentados pelos grupos marginalizados no Brasil. debater interseccionalidade e dispositivos de racialidade é fundamental para compreender as tensões oriundas do debate sobre identitarismo no cenário de retrocessos políticos que tem tido avanços significativos em detrimento de conquistas históricas para as populações vulnerabilizadas, a exemplo das grandes. A compreensão destas teorias permite reconhecer a complexidade das identidades sociais, onde raça, gênero e classe caminham ladeadas com experiências de opressão e resistência, como é o caso das mulheres negras.

Estudos anteriores de Beatriz Nascimento (1976), Lélia Gonzalez (1984), Kimberle Crenshaw (2002), Carla Akotirene (2019) e Sueli Carneiro (2023) lançaram as bases para o debate da interseccionalidade e dos dispositivos de racialidade, destacando a natureza complexa das identidades sociais. Em vista das interações produzidas pelas categorias gênero, raça e classe, como já previam as intelectuais negras citadas, não poderiam ser analisadas de forma separada, por constituírem experiências únicas de marginalização, sobretudo, para as mulheres negras, sujeitas expostas de forma mais veemente aos efeitos da tirania colonial e da herança escravagista.

Abordar a literatura existente a fim de construir uma análise abrangente sobre como os discursos conservadores minam as lutas identitárias e as implicações para as experiências sociais das mulheres negras. Refutar acusações de identitarismo ganha relevância ao investigar

⁸⁵ O identitarismo é um conceito que se refere a uma abordagem política e social que enfatiza a importância das identidades sociais, como raça, gênero, orientação sexual, etnia e outras características, na formação de grupos e na luta por direitos e reconhecimento. Essa abordagem pode ser vista de diferentes maneiras, dependendo do contexto e da perspectiva adotada, uma nomenclatura que tem sido utilizada por grupos conservadores de forma pejorativa para criticar as lutas identitárias.

as formas como raça, gênero e classe se moldam historicamente e se rearticulam em contextos políticos de retrocessos, com destaque para a urgência de construir epistemologias e práticas sociais que enfrentem essas opressões históricas.

Esta investigação pretende analisar e tecer críticas ao identitarismo além da necessidade de fomentar a solidariedade e as políticas públicas interseccionais para resistir aos retrocessos conservadores, debater os avanços do conservadorismo da extrema direita em detrimento do combate às desigualdades e a importância de analisar identidades sociais, neste caso as mulheres negras, historicamente impactadas por forças políticas e estruturas de poder. Entender como a interseccionalidade e os dispositivos de racialidade fazem a crítica ao identitarismo e apontam para questões estruturais que perpetuam a exclusão política e social das mulheres negras no Brasil contemporâneo.

O objetivo deste estudo é analisar as perspectivas críticas sobre o identitarismo e suas implicações para o reconhecimento e a participação social das mulheres negras. A hipótese é que uma compreensão mais profunda da interseccionalidade e dos dispositivos de racialidade revelará muito além das complexidades, a necessidade de organização e resistência das lutas identitárias e ressaltará a importância de políticas públicas inclusivas e interseccionais, voltadas para a desconstrução de estigmas, estereótipos e marginalização de determinados corpos.

Este estudo emprega a revisão de literatura para explorar a interseccionalidade e os dispositivos de racialidade que afetam as mulheres negras no Brasil contemporâneo. O método de pesquisa envolve ainda análise temática para reunir dados relevantes sobre tensões indenitárias, retrocessos políticos e a sub-representatividade das mulheres negras a fim de apresentar argumentos relevantes para a existência das lutas identitárias.

Foi realizada uma revisão abrangente da literatura, com foco nos trabalhos de Gonzalez (1984), Davis (2016), Crenshaw (2020), Nascimento (2021), Carneiro (2023), Sansone (2020), Colling (2022), Sousa e Alkmin (2021), Pereira (1991), Biroli & Miguel (2017), Campos & Machado (2020), para fornecer uma base teórica para o estudo.

2 A LUTA DAS MULHERES NEGRAS

2.1 Contextualização Histórica e Teórica

Difícilmente haverá caminhos para a superação do racismo e de todas as iniquidades sofridas pela população negra sem admitir que se tratam de fenômenos de alta complexidade entrelaçados ao passado escravagista deste Estado e suas consequências duradouras promovidas

pelo capitalismo⁸⁶ e pelo patriarcado⁸⁷. A marginalização das mulheres negras foi pautada por intelectuais negras que ainda na década de 70 já faziam o debate sobre a sobreposição de opressões histórica, enfrentada por essas mulheres.

Em suas pesquisas já demonstravam que o racismo molda as relações sociais e políticas, afetando diretamente as mulheres negras. Ao considerar o legado da escravidão Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016), destacam em suas produções o processo de desumanização sofrido pelas mulheres negras, tratadas como propriedade e submetidas a abusos e exploração sexuais constantes. Um legado que perpassa os limites do tempo e espaço e se perpetua em sociedades pós-escravocratas, onde as mulheres negras continuam a ser subjugadas e suas contribuições intelectuais e saberes seguem sistematicamente sendo ignorados.

Seus estudos seguem em consonância ao evidenciar que após a abolição, não houve integração dos corpos negros a sociedade. Ao enfatizar as mulheres negras, há que se observar ainda a falta de oportunidades econômicas, educacionais, o que por muitas vezes as limita a trabalhos informais ou como empregadas domésticas⁸⁸ como única forma de garantir o próprio sustento, o que reforçou sua posição de vulnerabilidade socioeconômica e consequentemente a exploração.

Os pensamentos de Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984) e Angela Davis (2016) convergem ainda que é fundamental compreender a forma como a sobreposição das opressões de raça, classe e gênero se entrelaçam e atingem as mulheres negras, o que as coloca na condição de grupo mais afetado pelas assimetrias sociais, enfrentam uma combinação de discriminação racial e de gênero que as coloca sob um prisma de múltiplas camadas de vulnerabilidade. Neste sentido corroboramos de forma irrestrita com o pensamento de Lélia Gonzalez no que tange as mulheres negras, suas identidades e as estruturas sociais que perpetuam a exclusão.

⁸⁶ DAVIS, A (2016). As sequelas do capitalismo podem ser entendidas como as consequências negativas e duradouras que esse sistema econômico e social impõe, especialmente sobre grupos marginalizados, como as mulheres negras, a exemplo das desigualdades social, exploração econômica, impactos na vida familiar dentre outros.

⁸⁷ DAVIS, A (2016). Relativo às consequências negativas e duradouras que a estrutura patriarcal impõe sobre as mulheres, especialmente as mulheres negras, como desigualdade e violência de gênero, desvalorização do trabalho feminino, pressão para o cumprimento de papéis tradicionais, dentre outras formas de opressões.

⁸⁸ As mulheres representam 92% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico no Brasil, das quais 65% são negras. Além disso, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda média inferior a um salário mínimo. Este é o perfil básico dessas trabalhadoras, divulgado pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas (Dieese 2022)

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. ⁸⁹Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (2021, p. 02).

Segundo Beatriz Nascimento (2021), a frequente exclusão das narrativas históricas e políticas que moldaram a sociedade brasileira são agentes perpetradores de subordinação dos corpos negros. Mecanismos que limitam o espaço permitido aos negros dentro da estrutura social do país onde houve a incorporação da cultura negra, a exemplo do futebol e do carnaval, frequentemente lembrados quando há questionamentos sobre a falta de pessoas negras em posições de destaque, em espaços que decidem vidas. A exemplo dos cargos político partidários, como veremos mais a diante. Logo personalidades como Pelé ou alguns sambistas que conseguiram ascender socialmente e isso deve bastar para explicar que a grande maioria da população negra é marginalizada por questões econômicas ou de classe é a maneira mais fácil de ignorar o passado escravagista e o total abandono dos recém-libertos.

A construção de identidades estereotipadas também desempenha papel fundamental na marginalização das mulheres negras. De acordo com Beatriz Nascimento (2021), Lélia Gonzalez (1984), o capitalismo ampliou as desigualdades existentes, reforçou padrões raciais e de gênero⁹⁰ e a sociedade impôs estigmas que limitaram e limitam as oportunidades de mobilidade social e reforçam a discriminação. São enfáticas ao afirmar que esses estereótipos são retroalimentados por uma história de opressão e apagamento e como eles influenciam na autoimagem, sonhos e aspirações das mulheres negras.

As autoras reforçam que apesar da marginalização, as mulheres negras desempenharam um papel fundamental na organização da luta por direitos e na resistência contra as iniquidades e assimetrias sociais. Segundo Angela Davis (2016) A luta das mulheres negras deve ser central na discussão sobre feminismo e justiça social, pois elas não apenas enfrentaram a opressão

⁸⁹ Conforme discutido por Lélia Gonzalez, refere-se a um estado de disfunção social e psicológica que resulta da intersecção de diversas formas de opressão, incluindo racismo, sexismo e classismo. Essa neurose é caracterizada por uma série de mecanismos de defesa que a sociedade brasileira utiliza para ocultar e negar as realidades da desigualdade e da injustiça social.

⁹⁰ Segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), de 2022, 98% dos trabalhadores domésticos são mulheres e 75% das trabalhadoras domésticas estão na informalidade no Brasil. Essa mesma pesquisa ainda aponta que 67,3% das trabalhadoras domésticas são negras e que 40% vivem em situação de pobreza, ou seja, com meio salário mínimo.

racial, mas também lutaram contra o sexismo, contribuindo significativamente para grandes conquistas nas lutas sociais e políticas, afirma ainda que:⁹¹

As organizações de esquerda têm argumentado dentro de uma visão marxista e ortodoxa que a classe é a coisa mais importante. Claro que classe é importante. É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida. A gente precisa refletir bastante para perceber as intersecções entre raça, classe e gênero, de forma a perceber que entre essas categorias existem relações que são mútuas e outras que são cruzadas. Ninguém pode assumir a primazia de uma categoria sobre as outras (2016, p. 21).

Segundo Beatriz Nascimento (2021) e Lélia Gonzalez (1984) a resistência das mulheres negras é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, é preciso que suas vozes e experiências sejam reconhecidas e valorizadas. Para ambas é preciso haver a conscientização coletiva sobre as desigualdades. Superar o racismo requer compromisso tanto de negros quanto de brancos. Faz-se necessário o despertar de uma consciência crítica, educação e formação de uma consciência racial e de gênero para ambas são ferramentas essenciais para a superação do racismo e sexismo. A organização coletiva e a solidariedade entre mulheres negras já eram vistas por estas intelectuais como essenciais para desafiar as estruturas de opressão.

Analisar o panorama histórico que origina a marginalização dos corpos negros, sobretudo, das mulheres negras enfatiza a relevância do esforço de analisar em conjunto identidades que se sobrepõem. Neste contexto raça, classe e gênero são marcadores de sobreposição de opressões, o processo de desumanização e exploração históricas consagradas pela escravização em nosso país, construiu cicatrizes profundas e severas em nossa sociedade, promovidas pela exclusão social e econômica, construção de estereótipos. Porém ainda assim a potência e resistência das lutas coletivas por emancipação, vida digna e cidadania plena são elementos que se entrelaçam e constituem a experiência da população negra.

2.2 Dispositivo de racialidade: sobre como o “outro” é construído como não-ser

Dispositivos de racialidade, segundo Sueli Caneiro (2023) é abordado como teoria para compreender como o poder e o conhecimento estruturam as relações raciais em nossa

⁹¹ Artigo publicado no portal Geledés – Instituto da Mulher Negra. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>

sociedade. A partir do pensamento de Michel Foucault⁹², a autora os define como conjunto de práticas, discursos e instituições que operam para produzir e reproduzir a racialidade em uma perspectiva ontológica. Nesse sentido, o racismo transcende questões de identidade, torna-se a régua que decide quem é considerado humano e quem é classificado como “não”, ou seja o “outro”.

Sueli Carneiro (2023) destaca que a criação do “outro”, os negros neste contexto, como não-ser, a figura animalizada é condição necessária para afirmar a condição do ser branco. Essa construção se dá por meio de muitas situações que desumanizam as pessoas negras, reduzindo-as a situações de negação de seus problemas, direitos e as coloca em um lugar de estigmatizados e estereotipados. Corroboramos com a autora que aponta que tais estratégias reforçam questões estruturais que limitam a mobilidade da população negra. A marginalização de populações historicamente marginalizadas além de promover práticas discriminatórias permeiam todas as esferas sociais e acabam por restringir o acesso das mulheres negras, por exemplo, a espaços de poder que poderiam garantir as transformações sociais necessárias para a equidade de raça e gênero, como é o caso dos espaços parlamentares que decidem vidas, de forma brilhante Sueli Carneiro aponta que:

O racismo, enquanto pseudociência, busca legitimar a produção de privilégios simbólicos e materiais para a supremacia branca que o engendrou. São esses privilégios que determinam a permanência e a reprodução do racismo enquanto instrumento de dominação, exploração e, mais contemporaneamente, de exclusão social em detrimento de toda evidência científica que invalida qualquer sustentação para o conceito de raça. (2023 p. 20).

Ainda ao considerar Sueli Carneiro (2023) à sub-representação política das mulheres negras, está diretamente relacionada a esta construção do “outro”, o desumanizado, portanto, responsável direto pelos dispositivos que impedem essa mobilidade e acesso ao exercício dos cargos eletivos, sejam eles parlamentares ou executivos. Espaços constituídos e orquestrados para que suas vozes e experiências sejam sistematicamente silenciadas. Estas deficiências não são um acidente, resultam de um sistema elaborado de forma sofisticada para perpetuar a ideia de que a experiência negra é inferior ou sem sentido.

Sueli Carneiro (2023) afirma ainda que a construção da pessoa negra como um não-humano resulta em políticas públicas que não levam em conta as especificidades das mulheres negras e mais uma vez podemos registrar de forma veemente que tais estratégias resultas na

⁹² Dispositivo é um conjunto de mecanismos institucionais, físicos, administrativos e estruturas de conhecimento que mantêm e potencializam o exercício do poder.

perpetuação de ciclos de desigualdade e exclusão. A luta por identidade, construções coletivas e representação política tornou-se lugar de insurgência e desafio sistemático de um aparato estruturado para promover a marginalização e de silenciamento das mulheres negras.

3 INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA ANALÍTICA

A ideia não é realizar um estado da arte, mas construir um panorama cronológico das análises de algumas intelectuais negras brasileiras sobre as múltiplas opressões que afetam os corpos das mulheres negras e a utilização da interseccionalidade proposta como ferramenta analítica a fim de explorar seus aspectos sobre a vida das mulheres negras.

Década de 1980: Início da Teoria Feminista Negra no Brasil: Lélia Gonzalez (1984) se destaca como uma das principais vozes ao reivindicar a sobreposição entre o racismo e o sexismo na cultura brasileira. E tece críticas a invisibilidade das mulheres negras nas narrativas feministas que ignoram suas especificidades;

Anos 1990: Consolidação do Pensamento Feminista Negro: Autoras como Angela Davis, embora americana, influenciam o pensamento feminista negro no Brasil.

As décadas de 1970 e 1980 foram extremamente produtivas para as feministas negras norte-americanas no que diz respeito à produção acadêmica e desenvolvimento das teorias feministas negras. A entrada das mulheres negras em maior número no meio acadêmico foi um importante fator para expansão o feminismo negro enquanto corrente teórica e tornou possível o acesso ao pensamento de mulheres negras que já faziam essas discussões nos ativismos. [...] mulheres negras responsáveis por teorizar a crítica das mulheres negras aos feminismos hegemônicos, como Sojourner Truth e Ida B. Wells-Barnett² até as autoras hoje internacionalmente conhecidas, como Angela Davis, Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde (2019, p. 11).

2002 - Expansão das Discussões sobre Interseccionalidade: O conceito de interseccionalidade começa a ser mais amplamente discutido por intelectuais brasileiras Kimberlé Crenshaw (2002), destaca a interseccionalidade como uma ferramenta fundamental para entender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e interagem na vida das mulheres negras e alega que experiências de discriminação não podem ser compreendidas isoladamente, mas sim como uma intersecção de múltiplas identidades, incluindo raça, gênero e classe. Essa abordagem permite uma análise mais profunda das desigualdades sociais, pois reconhece que as mulheres negras, por exemplo, enfrentam uma combinação única de discriminação que não pode ser totalmente capturada por uma análise que considere apenas raça ou gênero separadamente.

2019 - Críticas ao Feminismo Hegemônico: Carla Akotirene e outras autoras começam a criticar o feminismo hegemônico por sua exclusão das experiências das mulheres negras. Akotirene argumenta que as narrativas feministas não devem ser monopolizadas por feministas negras, mas sim incluir uma diversidade de vozes e experiências o que inclui a utilização considerada inadequada da teoria da interseccionalidade por feminismo interseccional. “A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas” (Akotirene, 2019, p. 48).

A interseccionalidade, segundo Kimberle Crenshaw (2002), demonstra a falha das estruturas sociais e políticas ao construir abordagens que ignoram especificidades de grupos marginalizados. E acabam por resultar em invisibilidade, ao enfatizar a relevância de considerar a intersecção de diferentes identidades, a autora evidencia a fragilidade de políticas públicas e as práticas sociais e aponta para a necessidade de serem reformuladas para atender as reais demandas das mulheres negras.

Em suma, a interseccionalidade, conforme fundamentada por Kimberlé Crenshaw (2002) torna-se uma chave essencial para compreender às interações entre diferentes sistemas de opressão, a complexidade das opressões que se sobrepõem como racismo, patriarcado, opressões de gênero e classe. Para desenvolver estratégias eficazes de resistência e transformação social essa abordagem não apenas enriquece a análise acadêmica, mas também orienta a prática política em direção a uma maior inclusão e justiça social ao expor como as políticas e ações específicas podem perpetuar ou desafiar essas desigualdades.

4 A SUB-REPRESENTAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS ESPAÇOS POLÍTICO PARTIDÁRIOS

A participação de mulheres negras em cargos eletivos nos espaços políticos partidários é historicamente baixa e reflete a exclusão racial e de gênero⁹³. Dados de eleições 2024 mostram que, apesar de um aumento significativo nas candidaturas, a representatividade nas cadeiras de fato ainda é insuficiente em comparação com a população negra. Mesmo em Salvador⁹⁴, uma

⁹³ No Brasil, a entidade comemora o fato de que um número recorde de mulheres negras se apresentou para as eleições de 2022, 4,8 mil entre 26 mil candidatas. Uma tendência parecida foi identificada nos EUA, Colômbia ou França. Mas os avanços no Brasil são insuficientes e o país continua bem abaixo da média mundial. De acordo com os dados, a participação de mulheres na Câmara de Deputados é de 17,7%, contra apenas 16% no Senado. (dados UIP União Inter Parlamentar).

⁹⁴ Com 2.417.678 habitantes, Salvador, se tornou o 5o município mais populoso do país. O Censo Demográfico 2022 ajuda a revelar que é também a capital mais feminina e o 2o município brasileiro com maior proporção de

referência no país em concentração de pessoas negras, se faz necessário pontuar ainda que é muito recente no país a coleta de dados referentes a auto declaração racial, implementada pelo TSE, apenas a partir de 2014.

A literatura aponta que a sub-representação feminina e racial na política é resultado de uma construção histórica que perpetua desigualdades. Entender as barreiras sócio, econômicas e culturais que inibem o protagonismo político das mulheres sobretudo, das mulheres negras, enfatizam a necessidade de um diagnóstico mais profundo sobre as causas dessa marginalização⁹⁵. Segundo Campos & Machado (2020) é justamente o reconhecimento de um perfil social hegemônico nas representações políticas, que coloca a democracia representativa em questão.

A eficácia das políticas de cotas e financiamento eleitoral são temas recorrentes, ainda que as cotas para mulheres existam, a sub-representação racial tem carecido de muita atenção⁹⁶. Há necessidade de fiscalização rigorosa para garantir que as políticas afirmativas realmente promovam a inclusão de mulheres, especialmente negras. Em acordo com a colocação de Campos & Machado (2020) mesmo em países nórdicos e em nações com admiráveis contingentes de igualdade de gênero em muitos campos, na participação política a presença de mulheres precisou ser garantida via cotas e políticas públicas muito específicas. Ainda ao considerar todos os atravessamentos que afetam a vida das mulheres negras é preciso refletir sobre a provocação feita por Campos & Machado:

A politização da desigualdade racial é bem mais recente que a politização da desigualdade de gênero, incorrendo na falta de dados sobre a raça/cor dos candidatos. Já há algum tempo, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibiliza informações dos candidatos registrados, como profissão, patrimônio, gastos de campanha,

mulheres na população, de 54,4%. Além disso é a capital brasileira com as maiores proporções de população preta (34,1%) e preta e parda (83,2%), e as menores proporções de pessoas brancas (16,5%) e amarelas (0,1%).

⁹⁵ O debate sobre as convergências entre gênero, raça e classe tem como ponto de partida o questionamento da possibilidade de compreender as desigualdades presentes nas sociedades contemporâneas levando em conta apenas uma dessas variáveis, de forma isolada. Põe em xeque, assim, modelos tanto do marxismo tradicional quanto de algumas vertentes do feminismo da chamada “segunda onda”, que julgavam que um determinado eixo de opressão era a raiz de todos os outros. E, mais ainda do que isso, identifica não uma simples sobreposição entre padrões de dominação independentes, mas um entrelaçamento complexo, o que faz com que qualquer interpretação aprofundada do mundo social e qualquer projeto emancipatório consequente precise incorporar simultaneamente os três eixos (Flávia Biroli, Luiz Miguel, 2015, p. 28).

⁹⁶ Nas eleições municipais de 2024, cerca de 42 mil candidatos alteraram a declaração de cor e raça em relação ao pleito de 2020, conforme apontou levantamento realizado pelo jornal Folha de S. Paulo. O número representa 24% dos candidatos que concorreram nas últimas eleições municipais, de 2020, e que estão novamente na disputa. Esses candidatos com novas autodeclarações representam 9,3% do total de 454 mil candidaturas registradas no sistema do TSE. A maior parte das alterações foi de candidatos que anteriormente se declararam brancos e agora se identificam como pardos, totalizando 40,4% das mudanças, o que corresponde a 16,9 mil candidatos. Essa mudança de autodeclaração permite que esses candidatos se beneficiem das cotas eleitorais destinadas a negros.

escolaridade, gênero etc. No entanto, somente nas últimas eleições de 2014 a variável raça/cor foi adicionada aos registros do TSE. (2015, p. 122).

As estruturas inflexíveis e os processos decisórios são aspectos que também precisam ser considerados para a atuação das mulheres especialmente das mulheres negras na política. O exemplo da violência de gênero no exercício do mandato, apesar de denúncias e da luta política feita em torno do tema, seus efeitos ainda não irrisórios⁹⁷.

Portanto é preciso considerar estudos feitos por Campos & Machado (2020) ao discorrerem sobre como tanto negros quanto mulheres enfrentam barreiras estruturais e dispositivos que impedem sua ascensão a posições de poder. Ainda dentro das perspectivas de apresentar elementos que corroboram para estes impedimentos apontam como a literatura sobre a sub-representação feminina é muito mais extensa e desenvolvida, oferecendo uma compreensão mais profunda dos mecanismos que levam à exclusão das mulheres. O que contrasta com a marginalização política dos corpos negros, menos estudada o que por fim compromete estabelecer estratégias eficazes para sua inclusão. Em consequência não podemos deixar de citar as experiências das mulheres negras e a perspectiva de interseccionalidade necessária para que a superação das assimetrias neste campo sejam superadas e finalmente não podemos deixar de refletir sobre o como a construção, afirmação e atravessamentos destas identidades e marcadores múltiplos precisam são relevantes para o êxito das suas reivindicações.

5 CRÍTICAS AO IDENTITARISMO E AO AVANÇO CONSERVADOR

Para aprofundar a discussão, examinaremos o identitarismo, ao destacar suas implicações práticas a partir das lutas identitárias dentro do contexto da interseccionalidade. Como visto anteriormente a interseccionalidade, como conceito e prática emergem como uma ferramenta teórica e política fundamental para compreender e combater às opressões. Neste texto, exploraremos as críticas ao identitarismo, a importância da solidariedade interseccional e a necessidade de políticas públicas que reconheçam a complexidade das identidades, fundamentando-nos nas contribuições de Livio Sansone (2020) Leandro Colling (2022), Adélia Ribeiro e Simonte Brito (2023).

⁹⁷ Lei que tornou crime a violência política de gênero (Lei 14.192/21), o Brasil teve apenas duas sentenças de condenação pelo crime, nenhuma delas transitada em julgado, ou seja, sem possibilidade de recurso (dados de 2021 a 2023). Além disso, uma em cada quatro representações de violência política de gênero entre 2021 e 2023 foi arquivada ou encerrada. Fonte: Agência Câmara de Notícias

A crítica às lutas identitárias frequentemente se baseia na premissa de que a ênfase em identidades sociais específicas fragmenta a luta social, dificultando a construção de uma frente unificada contra as opressões. Essa visão, no entanto, é contestada por defensores das interseccionalidades, como Leandro Colling (2022), que apontam que tal crítica ignora a importância de reconhecer e abordar as intersecções das identidades. Ao defender que, ao invés de fragmentar a luta, a interseccionalidade pode enriquecer a compreensão das opressões e promover uma luta mais inclusiva e eficaz contra as assimetrias sociais.

Analisar essa crítica é fundamental, pois revela como as narrativas conservadoras tentam desviar a atenção das questões estruturais que afetam as ditas minorias. Tais como: representatividade proporcional em cargos políticos partidários, acesso a fruição de bens, educação de qualidade, moradia, segurança alimentar etc. Colling (2022) complementa ainda que ao destacar que as narrativas conservadoras frequentemente utilizam a ideia de fragmentação para deslegitimar as reivindicações identitárias, no entanto, observa que:

[...] as perspectivas interseccionais, além de terem colaborado para abrir o fluxo identitário em nosso país, amplificaram os debates identitários nos últimos anos e isso gerou uma série de importantes reflexões, mas também ataques que se constituem em tentativas de desqualificar as discussões (Colling, 2022, p. 02).

Reconhecer o potencial dos movimentos identitários em articular diferentes lutas e promover solidariedade são essenciais para enfrentar as ameaças do conservadorismo. Essa articulação é fundamental, *pari passu*, permite que as lutas por justiça social se conectem e promovam um espaço mais inclusivo e resistente às tentativas de silenciamento das vozes marginalizadas, afirma Colling (2022).

A crítica ao identitarismo e a defesa da solidariedade interseccional são essenciais para enfrentar o avanço conservador e os retrocessos sociais. Em acordo com o pensamento de Sansone (2023) corroboramos com a extensa, porém essencial análise do autor, feita de forma cirúrgica:

A questão é como tudo isso afeta o panorama das identidades e de sua construção no Brasil e o que acontecerá com o rápido declínio da, assim dita, “onda identitária”, ou seja, o período de revivescência das identidades setoriais baseadas no gênero, na etnicidade e na geração durante o qual o termo “diversidade” deixou de ser um ônus associado às desigualdades para se tornar um termo associado com medidas igualitárias e redistributivas. Essa onda começou se delinear em torno de 2002, para se fortalecer no mais excitante estágio do primeiro governo Lula, mas entrou em crise a partir da consolidação do governo Temer. Como em todos os processos radicais, houve uma contrarreação conservadora e o país passou rapidamente de uma postura de busca de novos conteúdos até na representação da nação (penso na mudança que significa passarmos do lema “Brasil, um país de todos” para o lema “Brasil acima de

tudo, Deus acima de todos”) e de uma ênfase na positividade das (novas) identidades dos grupos subalternos para sua negação. O coágulo mais extremo dessa atitude reacionária se encontra na postura anti-identitária aglutinada pelo superconservador candidato à presidência – e logo presidente Bolsonaro – e no clima de ódio com relação aos direitos das minorias alimentado por fake news circuladas por numerosos sítios [...] (p. 17).

Trazer à baila Vargas (2017) e seu pensamento sobre a antinegritude⁹⁸ como uma construção social que define a humanidade como composta por todos aqueles que não são negros. Em total consonância com o pensamento já posto por Sueli Carneiro (2023). Retomar esta reflexão implica que o estado-império é fundamentalmente antinegro, sustentando uma estrutura que marginaliza e desumaniza a população negra.

Não é de se estranhar a posição radical de certos defensores do identitarismo, após refletir sobre todas as mazelas que afligem os corpos negros, animalizados e despidos de qualquer traço de humanidade Wilson Gomes afirma que:

[...] “a política identitária sataniza a maioria, ao responsabilizar sujeitos por supostos privilégios e multiplicar conflitos que fazem a maioria das pessoas ser encarada como adversária, e não como aliada. (Apud Alves & Akckimim 2021, p. 25).

Vislumbrar que identidades não fragmentam a luta social, mas a enriquecem, em acordo com Sansone (2023) a mobilização das organizações da sociedade civil em torno das questões de identidade, raça e gênero já mostraram de fato que esta união é fundamental para pressionar por mudanças e visibilidade, contribuir para a construção de uma narrativa em torno da diversidade e da inclusão, o que põe em perigo a manutenção histórica de privilégios, portanto totalmente desfavorável as elites dominantes.

Fica evidenciado que a construção de políticas públicas interseccionais e a desconstrução de narrativas conservadoras são passos fundamentais para garantir que as lutas identitárias sejam reconhecidas como parte integrante da busca por justiça e igualdade ao retomar o pensamento de Sansone (2023) fica óbvio que a promoção de uma agenda multicultural, com ênfase na diversidade étnica e cultural do Brasil, fortaleceu identidades subalternizadas.

⁹⁸ Segundo Vargas (2017) antinegritude pode ser definida como uma matriz ideológica e prática que nega a negritude e perpetua a marginalização e a desumanização das pessoas negras. É um conceito que abrange a estrutura social e política que opera em favor da branquitude, resultando em uma sociabilidade que exclui e oprime a população negra. A antinegritude é vista como fundamental, ubíqua e transhistórica, refletindo uma continuidade de opressão que se manifesta em diferentes contextos e épocas, e que é essencial para entender a violência e a morte de indivíduos negros, tanto por parte de indivíduos quanto do estado.

Autores como Wilson Gomes e Richard Miskolci, mencionados no texto de Alves & Akckimim (2021) e corroborados pelos autores, acabam por deslegitimar as lutas que envolvem múltiplos marcadores sociais de opressão. É de grande relevância compreender que a desqualificação das lutas identitárias pode ser uma forma de silenciar vozes marginalizadas.

A interseccionalidade, como proposta por Kimberle Crenshaw (2002), não é apenas uma teoria, mas uma prática política que deve ser adotada por ativistas, formuladores de políticas e acadêmicos. É possível criar um movimento mais coeso e eficaz na luta contra as opressões que permeiam nossa sociedade.

As lutas identitárias são importantes por desafiar a naturalização das divisões raciais e promover críticas ao que está posto, contribuindo para a superação do racismo, retomamos Colling (2022) para enfatizar a importância da interseccionalidade e criticar o uso pejorativo do identitarismo. A interseção de raça, gênero, classe e outras identidades precisam ser eixos fundamentais para unir essas discussões. Por fim salientamos a necessidade histórica de superação do racismo e do patriarcado para uma abordagem mais inclusiva nas lutas por justiça social.

6 CONCLUSÃO

Este estudo aponta como as teorias fundamentadas por Sueli Carneiro e Kimberlé Crenshaw fornecem as ferramentas analíticas necessárias para compreender a complexidade da experiência de ser mulher negra em nossa sociedade, cheia de vícios e resquícios do período escravagista fortalecidos pelo patriarcado que promovem diversos atravessamentos em seus corpos. Segundo Lélia Gonzalez, ao entrelaçar as dimensões de raça, gênero, podemos compreender como estas estruturas funcionam de forma intercambiável e estratégica para manter de forma sistêmica a marginalização da população negra, sobretudo as mulheres negras marcadas por estereótipos e fatores limitantes que acabam por comprometer a saúde mental e dentre outras demandas são diretamente responsáveis pela perpetuação das iniquidades que assolam suas existências.

O contexto atual, caracterizado marcado por uma agenda significativa de retrocessos, marcados pelo conservadorismo, ascensão de grupos da extrema direita e do discurso de ódio, apresenta outros desafios na história da luta das mulheres negras na luta por equidade e pelo bem viver. O chamado “identitarismo” surge como forma de deslegitimar reivindicações sociais, reforçar hierarquias estruturais e a manutenção de privilégios das elites dominantes. Autores como Sansone, Colling e Vargas ajudam a compreender os problemas previstos por

esses grupos com a promoção da agenda e lutas identitárias envolvidas nos movimentos organizados. Imbuídos do desejo de neutralizar estratégias de resistência das ditas minorias.

Portanto, ressaltamos como aspectos práticos e teóricos a necessidade de fortalecimento de políticas públicas elaboradas em acordo com as especificidades das mulheres negras, relegadas a margem da sociedade, é um grupo altamente vulnerabilizado que precisa: da implementação de políticas públicas interseccionais, focadas na superação das desigualdades enfrentadas por mulheres negras; Aprimoramento de programas de inclusão e representatividade política e são extremamente relevante para o combate às narrativas conservadoras que deslegitimam lutas identitárias, reforçando a importância da educação antirracista. Este estudo contribui para a ampliação do campo teórico ao fornecer novas perspectivas para a análise de dispositivos de racialidade e seus aspectos na sub-representatividade política das mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ABENEL, Gabriela Ortiz; PRÁ, Jussara Reis. A sub-representação política das mulheres brasileiras no Legislativo Federal (2014-2022).

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Antonio S.; ALKMIN, Gabriela C. A Política Identitária em Questão: Reflexões a Partir de Judith Butler e Achille Mbembe. Dossiê Temático “Igualdade e Diferença: Dilemas e Desafios do Uso de Categorias Identitárias para a Promoção dos Direitos Fundamentais de Minorias Políticas. Brasília, V. 18, n. 97, 632-659, jan./mar. 2021, DO I0.11117: Disponível em: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i97.5049> . Acesso em: 16 set. 2024.

ASSIS, Dayane N. (Nzinga Mbandi), Gênero, Sexualidade e Educação, Interseccionalidades: Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, E book, 2019, Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/554207/2/eBook%20-%20Interseccionalidades.pdf> Acesso em: 16 set. 2024.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, L. F. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2015v20n2p27> Acesso em: 16 set. 2024.

CAMPOS, L. A.; MACHADO, C.. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 121–151, jan. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220151606>. Acesso em: 16 set. 2024.

CAMPOS, Luiz A.; MACHADO, Carlos. *Raça e Eleições no Brasil*. 1. ed., Porto Alegre: ZOUK, 2020.

CARNEIRO, Sueli. O saber e o outro, Poder, saber e subjetivação. In: CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Emancipação para todos, 1. ed., São Paulo: Zahar, 2023. p. 08-41.

COLLING, L. (2022). Ataques recentes às perspectivas das interseccionalidades. *Revista Periódicus*, 2(17), 51–62. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/peri.v2i17.50166> Acesso em: 16 set. 2024.

CRESHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>), p. 171-188. Acesso em: 16 set. 2024.

DAVIS, Angela. O legado da escravidão: parâmetros para uma nova condição da mulher; O significado de emancipação para as mulheres negras. In: DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Boitempo, São Paulo, 2016. p.15- 45; 95-106.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, 1984. p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf . Acesso em: 16 set. 2024.

INSTITUTO ALZIRAS; OXFAM BRASIL. Relatório sobre desigualdade de gênero e raça na política brasileira. Brasília: Instituto Alzirias, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-racial-e-de-genero/participacao-politica/desigualdade-de-raca-e-genero-na-politica-brasileira/> Acesso em: 16 set. 2024.

KYRILLOS, G. M.. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509> v. 28, n. 1, p. e56509, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Nossa democracia racial; A mulher negra e o mercado de trabalho. In: *Uma história feita por mãos negras*. Or. organizado por Alex Ratts, Zahar, Rio de Janeiro, 2021. p. 55-61; p. 62-67.

OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. O negro e o poder: os negros candidatos a vereador em Salvador, em 1988. *Caderno CRH, Suplemento*, p. 94-116, 1991.

PEREIRA, Alan da Silva; SOUZA, Carlos Augusto da Silva; OLIVEIRA, Cloves Luiz Pereira. A sub-representação feminina nas eleições municipais: uma análise das eleições de 2012 e 2016. *Resenha Eleitoral*, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2021. DOI:

SANSONE Livio. O sucesso e a crise da onda identitária no Brasil. *Rev Antropol*. São Paulo, v. 63 n. 3:63(3) doi.org/10.11606. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1678-9857.ra.2020.178846> 2020 . Acesso em: 16 set. 2024

VARGAS, João Costa. Por uma mudança de paradigma: antinegitude e antagonismo estrutural. 2017. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez.,

WEISS, Raquel; BUENO, Winnie de Campos. Pensar o mundo na encruzilhada: mulheres negras e a teoria social. Civitas: revista de Ciências Sociais, [S. l.], v. 24, n. 1, p. e45093, 2024. DOI: 10.15448/1984-7289.2024.1.45093. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/45093> . Acesso em: 16 set. 2024.

DONA ARLINDA:

Entre o dom e a tradição

Andrea Santos Lima (UFS)

Resumo: Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou investigar a sabedoria ancestral das benzedeiras, com um foco específico nas práticas e nos significados culturais e espirituais da benzedeira Dona Arlinda, residente da área campesina do município de Canindé de São Francisco – Sergipe, mais precisamente na comunidade Santa Terezinha que se encontra próxima à divisa entre Canindé e o município de Poço Redondo, e reconhecida em sua comunidade e adjacências por suas habilidades de cura e expressão mediúnica de incorporação de entidades. A pesquisa tem como objetivo principal compreender como a prática de espiritualidade de Dona Arlinda contribui para a coesão comunitária e a preservação das tradições culturais. Para tal, analiso como a genealogia e oralidade estão relacionadas com a sustentação da memória coletiva, da formação de identidade e da perpetuação das tradições religiosas de origem afro e ameríndia. Realizo uma análise teórica socioantropológica de como a sua visão de mundo, sociabilidade e as suas práticas combinadas com o tecido social podem garantir a sobrevivência de saberes seculares que foram transmitidos de geração em geração, e de quais maneiras isso ocorre. Sendo assim, a influência social de Dona Arlinda ultrapassa a cura física/espiritual, visto o repasse de conhecimentos invisibilizados que são basilares para a compreensão do processo de formação da identidade coletiva e continuidade cultural da região.

Palavras-chave: benzedeira; identidade; memória; tradição; genealogia.

Abstract: This Course Completion Work (TCC) sought to investigate the ancestral wisdom of faith healers, with a specific focus on the practices and cultural and spiritual meanings of the faith healer Dona Arlinda, a resident of the rural area of the municipality of Canindé de São Francisco – Sergipe, more precisely in the Santa Terezinha community, which is located close to the border between Canindé and the municipality of Poço Redondo, and recognized in its community and surrounding areas for its healing abilities and mediumistic expression of incorporation of entities. The main objective of the research is to understand how Dona Arlinda's practice of spirituality contributes to community cohesion and the preservation of cultural traditions. To this end, I analyze how genealogy and orality are related to the support of collective memory, the formation of identity and the perpetuation of religious traditions of black and Amerindian origin. I carry out a socio-anthropological theoretical analysis of how their worldview, sociability and practices combined with the social fabric can guarantee the survival of secular knowledge that has been transmitted from generation to generation, and in what ways this occurs. Therefore, Dona Arlinda's social influence goes beyond physical/spiritual healing, given the transfer of invisible knowledge that is fundamental to understanding the process of formation of collective identity and cultural continuity in the region.

Keywords: faith healer; identity; memory; tradition; genealogy.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa é resultado do meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais e busca analisar a forma de manifestação e desenvolvimento de métodos de cura de enfermidades e problemas cotidianos relacionados à espiritualidade praticados pela benzedeira Maria da Conceição, conhecida popularmente como “Dona Arlinda”, residente da área campesina do município de Canindé de São Francisco – Sergipe. Ela conduz o que chama de “dom” de uma forma singular ao mesclar a tradição da reza utilizando ramos de folhas com as sessões de passe de cura com entidades de religiões de matrizes africanas e indígenas, e outras não comumente identificadas em outros dogmas. Aqui realizo uma síntese dos principais pontos da pesquisa.

Nesse sentido, a compreensão das práticas religiosas e crenças no Brasil podem facilitar o diálogo e o respeito mútuo entre diferentes grupos religiosos e culturais, tendo em vista que as religiões herdadas de populações negras têm uma história complexa, ligada ao processo de escravização, exploração e negação de direitos e vida digna para o povo negro e indígena, associadas à constante resistência e tentativas de sobrevivência cultural. Pesquisar essas religiões possibilita compreender o contexto histórico e social em que surgiram e se desenvolveram em contextos regionais distantes de controles religiosos institucionais, emergindo uma religiosidade popular com influência de múltiplas matrizes, e contribuindo para uma visão mais abrangente e crítica da história das diásporas africanas e a relação com os povos originários do continente Sul-americano.

É fundamental estudar a prática religiosa de Dona Arlinda analisando como a crença (fé) é responsável por moldar o sujeito que a pratica, sendo ao mesmo tempo resultado do contexto sociocultural no qual ele está inserido, ou seja, o indivíduo tem traços marcantes da personalidade, linguagem e costumes derivados das práticas religiosas que o rodeia e que o mesmo cultua, além de moldar em certa medida essas crenças de acordo com os próprios valores herdados por parentesco, por exemplo. Logo, as religiões de matrizes africanas desempenham um papel importante na formação das identidades de seus seguidores, desenvolvendo de forma coletiva, como é o caso, mesmo não sendo um fator exclusivo. Através desta pesquisa busquei diagnosticar por meio da metodologia proposta, as experiências, práticas culturais e a cosmovisão das pessoas que as adotam, tendo como objeto de estudo a trajetória da benzedeira Dona Arlinda, visando contribuir para o reconhecimento da diversidade cultural e religiosa no interior do Estado de Sergipe.

Visando identificar como a trajetória de vida e a genealogia da benzedeira permitem analisar e aprofundar questões relativas aos aspectos históricos, sociológicos e antropológicos

imbricados nesse percurso de manifestações, aprendizados e práticas religiosas, busquei na técnica da entrevista da história de vida, uma forma de acessar a forma de se pensar e de se entender como benzedeira, como foi construída pela minha entrevistada. Essa técnica sugere uma maior aproximação com a realidade em que o sujeito está inserido, utilizando uma pesquisa mais direcionada por meio de interrogatórios, diálogos e conversas formais e informais que vão estruturando uma lógica de sucessão de acontecimentos a partir da percepção do interlocutor, concentrado no tema em questão. Segundo Aline Silva (2007), A História de vida é uma técnica que tem como principal característica, justamente, a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito. No meu caso, para além de pesquisadora, possuo uma relação de intimidade com a entrevistada, através do parentesco (sendo sua neta).

As visitas que fiz ao campo de estudo proposto aconteceram em períodos distintos, começando a partir de 24 de março de 2023 e seguindo até 15 de fevereiro de 2024. Tendo em vista a ligação de parentesco que possuo com Dona Arlinda, minha avó, e residente no alto sertão sergipano, onde também mora minha família, é possível afirmar que meu diário de campo foi construído através de observação participante, entrevistas semiestruturadas e elaboração da sua árvore genealógica, para coligar com a cronologia aproximada dos fatos narrados, que se guiaram também como conversas em momentos aleatórios dos dias, entre um café e outro feito por ela, e um cigarro e outro, que fazem parte de sua rotina.

Para atingir os objetivos propostos por esta monografia, estruturei este texto em três capítulos. O primeiro intitulado como “Benzedeiras: guardiãs da memória e da espiritualidade popular”, no qual me amparo em autores como Quintana (1999), Silva (2009), Câmara Cascudo (2001), Ecléa Bosi (1993), Francimário Santos (2009), Lévi-

Strauss (1996;1949), Helena Theodoro (2008), Oliveira (1985), Agamenon Guimarães de Oliveira (1978), Hampâté Bâ (2010), Laura de Mello e Souza (2009), Yérsia Assis (2021, 2023) e outros, visando elaborar uma revisão bibliográfica que explorasse as teorias sobre religiosidade popular e práticas de cura, centrando-me nos conceitos de memória, tradição, oralidade, religiosidades afro-brasileiras e indígenas e heranças culturais aliadas a crenças populares..

No segundo capítulo “Biografia e trajetória até o ofício de benzedeira”, me proponho a fazer algo que percebi ser imprescindível para pesquisas sobre a temática deste trabalho final, que é a descrição e análise da história de vida de Dona Arlinda e os processos de manifestação da sua espiritualidade/mediunidade, pois compreendo que o ofício da benzedeira, principalmente neste caso específico, que mescla várias crenças e origens culturais em uma só prática e faz incorporações, exige a investigação sobre a constituição desses aspectos e seus

processos sociais, históricos e antropológicos. Para tal, tomei como base bibliográfica: Paulo Sérgio da Costa Neves e Hippolyte Brice Sogbossi (2009); Frank Marcon e Welington Bomfim (2016), Frank Marcon (2022) e Nascimento (2023).

No terceiro e último capítulo do presente trabalho, “A execução do dom: Sabedoria, práticas e rituais de cura”, procuro alicerçar a investigação teórica a partir das obras de Yérsia Assis (2021), Silva (2011), Juana Santos (1986) e Miguel Angelo Borges (2017), utilizando-as como auxílio para pensar nos significados simbólicos e contextuais dos rituais feitos por Dona Arlinda, além do fluxo de demanda para os serviços gratuitos e considerados sagrados prestados por ela, aliado com a descrição também dos processos de transmissões de saberes na sua casa de reza com os seus chamados “filhos de fé”. E, por último, pensar nos desafios e perspectivas para a continuidade cultural dessa prática.

Para desenvolver a temática proposta o primeiro capítulo, busco no primeiro subcapítulo intitulado “O ofício da benzedeira: teorias sobre religiosidade popular e práticas de cura”, analisar como a prática das benzedadeiras é apresentada como uma expressão significativa da religiosidade popular brasileira, refletindo a sincronicidade e a

pluralidade de crenças, bem como a resistência cultural diante da modernidade. Objetivei também abordar a memória social como um componente crucial para a compreensão das práticas culturais, a identidade coletiva e a história das comunidades, ressaltando o papel central das mulheres negras na preservação e transmissão dessas tradições. Em suma, tento compreender como o estudo sobre benzedadeiras revela a complexidade e a relevância dessas práticas.

No segundo tópico, tenho como objetivo apresentar uma análise detalhada das experiências e vivências de Dona Arlinda, enquanto mulher negra, que por muito tempo esteve em situação de vulnerabilidade social, que ao ser residente de comunidades rurais, permite a contextualização dessas experiências no campo pensando o processo histórico de escravização, racismo e desigualdade social no Brasil. Busco destacar a significativa presença de pessoas negras na região estudada, no sertão de Sergipe, conforme dados do Censo Demográfico de 2022, e explorar a profunda conexão dessas comunidades com a terra e tradições ancestrais, reforçando a identidade e resistência cultural. Além disso, abordo os desafios enfrentados, como a falta de acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas, descrevendo as características geográficas e sociais dos assentamentos Nova Canadá e Santa Terezinha, evidenciando a luta pela terra e a importância da memória e identidade formada coletivamente.

Os dois subtópicos se articulam ao abordarem a literatura da prática de benzimento e crenças oriundas de matrizes africanas e indígenas, fortemente relacionadas com a vida no

campo, por meio da noção de coletividade e comunidade que os Quilombos, por exemplo, apresentam. Essa interconexão é crucial para se estudar a vivência de Dona Arlinda, partindo do local onde ela compartilha suas experiências e saberes ancestrais através da oralidade. Dessa forma, a vivência de Dona Arlinda é situada espacialmente e não apenas como uma prática individual, mas como parte integrante de um tecido social mais amplo, consolidando uma identidade profundamente enraizada no passado de tradições afro-ameríndias.

2 MEMÓRIA, BIOGRAFIA, GENEALOGIA E PRÁTICA DOS SABERES E FAZERES

De acordo com Quintana (1999), a benzedura pode ser caracterizada como uma atividade principalmente terapêutica, a qual se realiza através de uma relação dual – cliente e benzedor. Nessa relação, a benzedeira ou benzedor exerce um papel de intermediação com o sagrado pela qual se tenta obter a cura, e essa terapêutica tem como processo principal, embora não exclusivo, o uso de algum tipo de prece. O conceito de “benzedeira” no Brasil remonta a uma tradição ancestral enraizada na cultura popular, onde mulheres assumem papéis centrais na prática da fé e da cura. Sendo assim, Silva alerta: “Pelo papel que desempenham junto às camadas populares das suas comunidades, vemos essas mulheres como legítimas guardiãs das memórias de uma população, que corre o risco de perder o seu referencial cultural, oprimida especialmente pela a realidade moderna.” (Silva, 2009)

No artigo “A pesquisa em memória social” de Ecléa Bosi (1993), a autora aborda a complexidade da memória social e sua relevância para a compreensão da identidade coletiva e da construção histórica. Bosi (1993) explora como a memória social é influenciada por diversos fatores, incluindo experiências individuais e coletivas, narrativas culturais e políticas de memória. Bosi (1993) também discute a metodologia da pesquisa em memória social, destacando a necessidade de abordagens interdisciplinares e sensíveis ao contexto cultural. Ela ressalta a importância de técnicas qualitativas, como entrevistas e análise de narrativas, para explorar as complexidades da memória social e capturar as vozes e perspectivas das comunidades. Além disso, Bosi (1993) enfatiza a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva ao estudar a memória social, reconhecendo o papel das relações de poder, ideologias dominantes e processos de exclusão na construção e seleção das lembranças coletivas.

Nesse sentido, trago as reflexões de Bosi (1993) para analisar o ofício de benzedeira, pensando em como este é embasado e desenvolvido com a utilização da memória aliada a oralidade. A análise do ofício de reza praticado por Dona Arlinda, enquanto mulher negra,

sertaneja, benzedeira e católica (de uma forma particular, na qual a pertença a essa religião não impede a intersecção com outras), é exemplo da pluralidade das religiões de matrizes africanas e de como tais referências adquiriram características

específicas a depender do local em que surgiram e começaram a ser praticadas e lembradas. Além da bagagem cultural e história de vida que acompanham o sujeito que possui o chamado “dom”, como é o caso da benzedeira aqui estudada.

Dona Arlinda morou a maior parte da vida em comunidade rural, com exceção do curto período de tempo que morou no bairro Olaria (periferia) em Canindé de São Francisco - SE. A sua experiência enquanto mulher negra e com baixa renda morando em comunidades rurais é semelhante a da maior parte da população com essas características e residentes da região, vide os processos históricos de ocupação do interior no Brasil, que foram profundamente marcados pela escravização, racismo e desigualdade social. Desse modo, a vivência em comunidades rurais pode ter um profundo impacto na trajetória de vida de uma pessoa, especialmente quando consideramos a interseção com a negritude.

No que se refere às características geográficas das comunidades rurais assentamento Nova Canadá (Jacaré Curituba 05) e Santa Terezinha, locais onde Dona Arlinda possui moradias, elas estão localizadas no território do Alto Sertão Sergipano, que segundo o Plano de desenvolvimento do território do Alto Sertão sergipano (2008)⁹⁹, apresenta a 5ª maior população do Estado – 137.926 habitantes e a menor densidade populacional – 28 hab/Km², revelando grandes vazios territoriais. O Alto Sertão Sergipano, de acordo com esse estudo, representa 23% da superfície territorial do estado, com uma densidade demográfica de 28 hab/km².

Ambas as comunidades ficam próximas uma da outra, se encontram na divisa entre Canindé e Poço Redondo e estão representadas com um círculo preto no mapa abaixo, onde aproximadamente ficam localizadas. Santa Terezinha é reconhecida legalmente como sendo parte do município de Canindé de São Francisco – SE, assim como Jacaré Curituba 05 (Assentamento Nova Canadá), porém esta região segue sendo disputada (entre os dois municípios citados) acerca do seu pertencimento territorial, se permanece como parte de Canindé ou de Poço Redondo.

⁹⁹ Secretaria de Estado do planejamento. **Plano de desenvolvimento do território do alto sertão sergipano**. 2008. Disponível em: <https://www.se.gov.br/anexos/uploads/download/filename_novo/1279/efcbeb02fbdf5e7ea6a55c6a1cdd989a.pdf>. Acesso em: 04 de março, 2024.

Maurice Halbwachs (2010), um dos principais autores sobre o tema da memória social, explora a relação entre a memória individual e os contextos sociais nos quais ela está inserida. Ele argumenta que a memória não é um fenômeno isolado, mas sim moldada e influenciada pelos grupos sociais aos quais pertencemos e pelas estruturas sociais nas quais vivemos. Halbwachs (2010) introduz ainda o conceito de “quadros sociais da memória”, que se referem aos grupos sociais, instituições e práticas culturais que fornecem os quadros de referência nos quais as lembranças individuais são construídas e compartilhadas.

Entendendo que a memória depende da forma que se constrói a identidade de cada indivíduo pertencente a um grupo social específico, faz-se necessário pensar o termo identidade enquanto conceito sociológico, sendo possível afirmar, segundo a análise reflexiva do antropólogo Frank Marcon (2022), que “As identidades nacionais são inventadas, imaginadas e disputadas no âmbito da comunidade nacional, por funcionarem também como mobilizadoras ou não de direitos, como conformismo sobre as desigualdades ou como instrumentos de luta contra elas.” (Marcon, p.132, 2022). Em outro artigo, Ennes e Marcon (2014) consideram que o fenômeno das identidades deve ser estudado pelo modo com o qual os atores sociais se identificam socialmente com grupos, causas, histórias e saberes. Para os autores, as identidades podem ser estudadas ao observarmos um determinado processo social, considerando a evidência de quatro componentes inter-relacionados: os atores sociais, as disputas, as normas e os contextos.

No segundo capítulo ressalto que realizei uma etnografia utilizando a metodologia de estruturar a história de vida de Dona Arlinda, pois permite uma compreensão profunda e nuançada das intersecções entre oralidade, práticas de reza e a expressão da memória coletiva. No primeiro subcapítulo, através do relato de vida de Dona Arlinda, tenho como objetivo captar a riqueza das experiências individuais e comunitárias, revelando como as práticas de cura e reza, transmitidas oralmente, funcionam como importantes vetores de identidade e resistência cultural.

Esse enfoque metodológico ilumina não apenas a trajetória pessoal de Dona Arlinda, mas também os modos de existência e sobrevivência das tradições afro brasileiras em contextos rurais marcados por um histórico de escravização, racismo e desigualdade social. A história de vida, aliada à análise da oralidade e tradição, proporciona uma perspectiva viva e dinâmica da memória social, evidenciando como essas práticas foram continuamente recriadas e mantidas pelas comunidades, reforçando seu valor cultural e espiritual na contemporaneidade.

No segundo subcapítulo, busco analisar como se deram os processos de manifestação da espiritualidade/mediunidade na vida de Dona Arlinda, destacando as percepções e

interpretações dela sobre os significados profundos e a importância de cada etapa vivida ao longo de sua trajetória biográfica. Esse exame abrange desde os primeiros sinais de sua mediunidade até os momentos de plena aceitação e exercício do que ela chama de “dom”, enfatizando a conexão entre suas experiências pessoais, os desafios enfrentados e a evolução de seu desenvolvimento espiritual. A análise inclui as dificuldades encontradas, as resistências superadas e as transformações internas que a conduziram ao reconhecimento e à integração de suas capacidades espirituais em sua vida cotidiana e em sua atuação como benzedeira. Ao fazer isso, tento proporcionar uma compreensão mais ampla e profunda de como essas manifestações espirituais se entrelaçam com sua vida pessoal, social e cultural, bem como com a manutenção e transmissão das tradições afro-brasileiras.

No subcapítulo intitulado “Genealogia – origem e saberes geracionais”, viso mapear a genealogia dos antepassados de Dona Arlinda que já praticavam os rituais sagrados da forma que ela realiza, buscando compreender em quais medidas essa herança cultural se apresenta e de quais formas estão imbricadas na formação das gerações anteriores e nas futuras. Para isso, examino a utilização da oralidade como um meio crucial para a manutenção e transmissão dessas tradições familiares, que possuem fortes características e origens afro-ameríndias, datada em um contexto de escassez e desigualdades sociais no alto sertão sergipano, evidenciando a importância da tradição oral como um veículo de continuidade e resistência cultural. Este estudo genealógico visa evidenciar como os saberes e as práticas apontadas como herdadas de

seus antepassados moldaram não apenas a espiritualidade de Dona Arlinda, mas também a sua forma de identificar-se como benzedeira.

Em síntese, o objetivo do capítulo é demonstrar a eficácia de se investigar as práticas culturais que foram transmitidas de forma geracional para desvendar os significados atribuídos a elas por meio da memória. O foco é a noção de “tornar-se benzedeira”, não apenas no sentido de aprender rezas e gestos, mas também como um processo de manutenção e construção de identidades coletivas e de resistência. Através dessa investigação, busco mostrar como as práticas das benzedadeiras estão profundamente enraizadas na herança cultural e como elas desempenham um papel crucial na preservação das tradições, valores e crenças de suas comunidades. A análise se estende para além dos aspectos técnicos do ofício, explorando as dimensões sociais, espirituais e políticas que conferem às benzedadeiras um papel central na luta pela valorização e reconhecimento das culturas afro-brasileiras. Dessa forma, o capítulo pretende evidenciar a importância dessas práticas como formas de resistência e afirmação cultural a partir da biografia de Dona Arlinda, destacando como histórias como a dela

contribuem para a construção de uma identidade coletiva que se opõe às forças da modernidade e da homogeneização cultural.

Maria da Conceição Jesus dos Santos, conhecida popularmente como Dona Arlinda, e a quem cotidianamente chamo de avó, mas que no decorrer deste texto chamarei pelo seu nome de batismo, nasceu em uma fazenda onde seus pais trabalhavam, em Feira Nova, comunidade localizada no município de Ribeirópolis - SE, no dia 08 de novembro de 1954. Filha de Maria Francisca de Jesus e José Teobaldo Bispo, foi batizada na igreja católica aos 3 anos de idade, no município de seu nascimento. Logo após o batismo, os pais regressaram para o lugar de origem deles, o município de Poço Redondo – SE, para trabalharem na fazenda “Pedra Nova”, localizada próximo ao Quilombo Serra da Guia.

Quando completou a maioridade brasileira - 18 anos - , Dona Arlinda relata que se casou e parou de trabalhar com os pais, passando a morar em uma casa de palha no quilombo Serra da Guia (Poço Redondo – SE) com o marido, Antônio Celestino dos Santos, negro, quilombola e filho de Maria Rosalina e Francisco Celestino. Este foi o

único casamento de Dona Arlinda, tendo com ele 18 filhos no total, com o falecimento muito precoce de 4 deles, restando assim, 7 filhos do sexo masculino e 7 do sexo feminino.

O quilombo da Serra da Guia, local onde Dona Arlinda morou naquele período, é chamado por ela de “Guia” ou “Serra Negra”, e já foi objeto de estudo dos cientistas sociais Paulo Sérgio da Costa Neves e Hippolyte Brice Sogbossi (2009), para o relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território dessa comunidade quilombola. Na pesquisa, os autores trazem a ideia de que a etnicidade superioriza-se sobre o conceito de raça porque destaca a natureza social da identidade étnica em comparação com a base biológica da raça. Dizem eles que enquanto a raça historicamente tem sido usada para categorizar e classificar as pessoas com base em características físicas, a etnicidade enfatiza as características culturais, históricas e sociais que formam as identidades dos grupos, como no caso do quilombo Serra da Guia. E é da lógica do autorreconhecimento como comunidade que ocorre a partir das experiências e modos de vida compartilhados que pode emergir a construção coletiva de uma identidade quilombola, somadas ao sentimento de pertencimento a um mesmo povo afrodescendente e território. Na Serra da Guia reside a parteira e benzedeira Dona Zefa da Guia, também referência de liderança dessa comunidade quilombola e com quem Dona Arlinda teve contato.

No início da década de 1990, Dona Arlinda mudou-se para Canindé em busca de terra, mas só conseguiu a priori uma barraca no bairro Olaria, na rua Getúlio Vargas, moradia na qual ficou em média por um ano, pois depois acampou com o MST, com o qual ficou durante cerca

de cinco anos com seu esposo e os quinze filhos (um faleceu aos oito meses de idade) e dois netos (filhos da primogênita, Noélia) até conseguir a terra.

A relação de Dona Arlinda com o MST começou quando ela os conheceu acampados às margens do Rio São Francisco em Canindé. Contudo, não havia a possibilidade dela compor aquela ocupação porque, segundo ela, não havia mais espaço. Alguns meses depois, entrou em contato com Dona Isabel, a qual chama de “comadre”, e essa senhora sugeriu aos líderes do movimento o nome de Dona Arlinda como possível acampada para a próxima ocupação. A partir daí ela acampou no povoado Alto Bonito,

em Poço Redondo. Conta que surgia muita polícia, ao passo que ela sugeria aos filhos que, em caso de combate, corressem para dentro da água de um riacho próximo ao acampamento para que não fossem atingidos por disparos de armas.

Em 1996, Dona Arlinda finalmente conseguiu assentar com a luta por meio do MST, acampada na fazenda de Miguel de Ernesto, em Jacaré Curitiba 05, também conhecido como Nova Canadá, no interior na divisa entre Canindé de São Francisco - SE e Poço Redondo – SE. Construiu a primeira casa nesse assentamento, juntamente com os outros militantes. Porém esse lote era o que os camponeses chamam de “lote cerqueiro”, que é quando não tem como praticar agricultura, já que não há possibilidade de irrigação, ou seja de ter a aplicação da técnica de complementar a água fornecida às plantas durante a falta de chuvas, e o motivo do empecilho era o objetivo de preservar a reserva de caatinga na região.

Então, alguns anos depois, Dona Arlinda recebeu como forma de correção, uma terra, desta vez irrigada, próximo ao primeiro terreno (em média 6 km), local onde construiu a casa no lote que nomeou de “Vale Encantado”, localizado na comunidade rural Santa Terezinha, também conquista da luta do MST.

O título de Vale Encantado foi dado pela própria Dona Arlinda, por considerar o local sagrado e ali ter construído um “salão de reza/casa de oração”, na qual recebe as pessoas para serem rezadas ou para entrevistas sobre o seu ofício. O vale é também onde ela mora atualmente, com apenas um filho, porém sempre visitada e auxiliada pelos demais que moram em casas próximas, como na comunidade Alto Bonito e assentamento Nova Canadá, onde foram construindo outras casas no mesmo terreno.

Segundo Dona Arlinda, ela sempre exerceu sua fé através da intuição, optando por não se utilizar de rezas e pontos de oração já prontos, prezando pela autenticidade e fazendo jus ao que determina como “missão divina”. Como a maior parte das benzedadeiras, ela nunca cobrou por suas orações, nem mesmo pelas ervas curativas que servem tanto para enfermidades da matéria quanto do espírito. Seu modo de exercer o ofício de reza se torna peculiar na perspectiva

de que recebe entidades de diversas origens/nacionalidades e etnias distintas (africanos, indígenas, ciganos etc.) e anjos, esses

também chamados de “espíritos de luz”, que rezam (benzimento), dialogam, aconselham, cantam seus pontos com frases rimadas, jogam búzios e, segundo Dona Arlinda, promovem a melhora de seus “filhos de fé”, como ela denomina aquelas pessoas que confiam, frequentam e praticam a fé juntamente com os rituais e tradição conduzidos por dela.

Aos 20 anos de idade, ela conta que começou a sentir a manifestação do que chama de “corrente”, que seriam os sentimentos sobre a expressão das entidades (divinas/sobrenaturais), por meio de sua mediunidade. Segundo ela, as entidades se manifestavam buscando se apresentarem e serem trabalhadas espiritualmente, então a partir dessa idade ela ficava doente com frequência, até chegar ao ponto de só caminhar com o auxílio de uma “muleta”, improvisada com um pedaço de madeira, pois já não conseguia melhorar a fraqueza constante.

Oliveira (1983) compara as benzedadeiras mediúnicas, assim como Dona Arlinda, às categorias xamânicas discutidas por Mauss (1974; 1979) e Lévi-Strauss (1975). Ela destaca que, assim como os xamãs, essas benzedadeiras passam por uma crise ou doença grave que serve como um ritual de passagem para um novo estado. Esse processo envolve uma relação direta com os espíritos, que auxiliam no processo de cura. Segundo a autora, nas sociedades tribais, o xamã, ou pajé, é visto como uma figura complexa que combina as funções de sacerdote, feiticeiro, adivinho e curador, possuindo poderes místicos que lhe conferem uma posição de privilégio e autoridade, o que estaria relacionado também à vidência, que também é demonstrada por D. Arlinda no contexto da sabedoria advinda do “dom” para adivinhar o que precisa ser dito em uma oração, qual erva se utilizar para determinada doença ou sonhos e pressentimentos sobre futuros acontecimentos. Essa conexão com o sobrenatural faz com que o xamã seja temido e respeitado na comunidade.

Durante todo esse período, segundo ela, de sofrimento físico e psicológico, passaram-se em média 15 anos, Noélia, a filha mais velha, foi quem mais cuidou e a acompanhou nessa fase. Ainda durante esse período buscando por melhora em sua saúde,

D. Arlinda visita um senhor romeiro² para que ele a benzesse e a aconselhasse, conta: “Um romeiro de Santa Brígida que caminhei muito por lá. Ele rezava em Irene e rezava em mim também se eu precisasse. Ele dizia que a corrente dela ia chegar logo, mas a minha ia demorar porque eu tinha quem empatasse.” (Dona Arlinda, 2024)

Segundo Dona Arlinda, este foi o motivo da demora para começar a trabalhar a sua mediunidade, pois o rezador que ela frequentava, conhecido como “Santo”, pai de santo de um terreiro de candomblé, que Dona Arlinda chama de Toré, localizado na Aroeira, comunidade

rural do interior de Santa Brígida - Bahia, afirmava que para ela começar a baixar (incorporar) era preciso que o marido aceitasse e dissesse “sim” na frente da alguma entidade que esse rezador incorporasse em um ritual. Sendo assim, durante os diálogos Dona Arlinda afirma: “Uma corrente ‘bebedeira’ chamou e ele foi, tacaram cachaça nele até ele dar o sim. A corrente perguntou se ele queria minha vida ou a minha morte. Aí ele aceitou.” (Dona Arlinda, 2023).

A partir desse dia, depois de seu Antônio aceitar a vocação de sua esposa perante essa entidade, Dona Arlinda afirma que só retornou a esse terreiro mais uma vez, em um sábado, no qual o pai de santo passou as orientações espirituais para ela seguir, dizendo para ela que os dias de acender vela e rezar, ou seja, firmar o ponto dos caboclos, era aos sábados, terças e quintas-feiras. Nesse dia ela precisou dormir no barracão do terreiro, pois já era tarde e morava a muitos quilômetros do local. Dona Arlinda relata que o fato de ter dormido fora de casa nesse dia se tornou motivo para que seu esposo ficasse com ciúmes e não a deixasse entrar em casa, nem para trocar de roupa para ir a roça trabalhar. No entanto, ela relata que foi nessa circunstância, acompanhada de Noélia para realizar um serviço chamado Coivara¹⁰⁰ nas plantações de terceiros.

Naquele dia, conta, foi a primeira vez que a corrente incorporou nela, aos 35 anos, em um domingo, às 12h. Segue seu relato: “Eu comecei a chorar embaixo do pé de umbuzeiro e Noélia viu e começou a chorar também. Quem tava em mim falou ‘chore não, que quem tá chorando aqui não é ela, sou eu’, e Noélia disse “mas quem tá chorando tem outro aqui, você quer?” E ela disse que não, porque tava muito nova ainda, aí ele disse ‘mas quando quiser ele vai pra você, porque não é querer, você tem’”. (Dona Arlinda, 2023)

Segundo Dona Arlinda, o anjo Ministro pediu para às terças-feiras ela acender duas velas, uma para as entidades de direita e outra para as de esquerda e pediu para colocar no centro da casa com uma cruz, já que ela não possuía mesa. Assim, mandou também firmar o pensamento nele, que ele “chegaria”. Na primeira vez que Dona Arlinda incorporou, conta que foram quatro caboclos: o Anjo Ministro (chefe da “Pedra”); Caboclo Mata Verde; Caboclo Margulhão e Zumbiê (caboclo de esquerda). Segundo ela, todos que chegaram cantaram seus pontos e afirma que depois de três meses vivenciando a sua mediunidade baixando os caboclos, as pessoas da comunidade começaram a levar as crianças para que ela benzesse. Dona Arlinda relata que durante o período da Quaresma da Igreja Católica, os caboclos não baixam, dizendo: “Suspendem e só chegam no Sábado de Aleluia, deixaram esses dias para eu rezar o terço.” (Dona Arlinda, 2023)

¹⁰⁰ Pessoa que realiza peregrinação e culto à imagem do Padre Cícero Romão Batista no Juazeiro (Ceará), é uma atividade da igreja católica também apreciada por D.Arlinda, que afirma ser romeira também.

Dona Arlinda benze para resolver variadas enfermidades, as quais são diagnosticadas por ela própria. Por exemplo, para a que nomeia de “tirar sol/sereno”, conta que reza para curar essa enfermidade com uma garrafa de vidro transparente com água e um pano branco que são colocados sobre a cabeça do necessitado enquanto ela profere alguns dizeres de forma inaudível, normalmente essa forma de rezar é para quando há dor de cabeça. Fala também sobre a reza para eliminar “peito aberto” e “espinhela caída”¹⁰¹, utilizando um cordão branco que é usado para medir o tórax (chamado por ela de “titela”) da pessoa rezada e verificar se está com saúde ou não, dependendo do resultado da medição (reza dessa maneira quando há queixa sobre dor na coluna ou corpo em geral). Segundo Dona Arlinda, ela aprendeu esses dois métodos de cura citados acima com a sua mãe e o seu pai, respectivamente, mas conta que não ensinavam as rezas por a considerarem muito nova, porém explicavam o modo de fazer.

Para a cura das doenças, a depender da necessidade, ela utiliza remédios feitos por ela própria, com as ervas medicinais, mel etc., além de reza com ramo e passe dos caboclos, boiadeiros, pretos velhos e demais entidades. Diz que: “A gente tem o dom da palavra pra tirar aquela doença, eu via fazendo, mas ninguém me ensinou nada. Eu sinto qual é a erva que é para usar naquela hora, para curar aquilo que precisa. Não posso dizer tudo não, o povo vai descobrir minhas coisas. (risadas)” (Dona Arlinda, 2024) Dona Arlinda relata que não cobra por reza/benzimento ou remédios naturais que produz, como por exemplo, as garrafadas e lambedores (xaropes), feitos com plantas do próprio quintal.

Anos depois, quando Dona Arlinda já estava com sua terra conquistada, ela seguiu praticando sua religiosidade/espiritualidade e manteve sua parceria ativa com os movimentos sociais do campo. Em 2021, durante o Seminário Estadual de Cultura Popular, foram distribuídos instrumentos musicais para 30 grupos culturais, incluindo Dona Arlinda, que recebeu dois atabaques para sua Casa de Oração Vale Encantado. Essa iniciativa visou valorizar e fortalecer os grupos culturais de diversas áreas, sendo o objetivo principal da emenda parlamentar do deputado federal João Daniel (PT), por meio do “Projeto Veredas e Sons Sergipanos - Seguindo a Canção”, promovido pela Associação Cultural Raízes Nordestinas (Acrane). A entrega ocorreu no Teatro Raízes Nordestinas, localizado em Poço Redondo, e contou com a presença de representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do vice-prefeito de Monte Alegre, Bibia do Couro, e da diretora de Cultura em exercício da Funcap, Daiane Santana.

¹⁰¹ A espinhela caída é uma doença adquirida por esforço físico excessivo, tanto a forma de contraí-la quanto os sintomas estão relacionadas com o corpo, como dores e ardência na região do peito e indisposição (Santos, 2007, p.84).

O objetivo do subcapítulo Genealogia e a perpetuação das tradições e dos saberes é compreender e mapear a existência de antepassados de Dona Arlinda que já praticavam a crença da forma que ela realiza, entender em quais medidas esta tradição se apresenta. E para tal, me baseio, além das entrevistas com Dona Arlinda, principalmente no estudo dos cientistas sociais Paulo Sérgio da Costa Neves e Hippolyte Brice Sogbossi (2009), no relatório antropológico do território da comunidade quilombola Serra da Guia, como já citado, tendo em vista que possui entrevistas e registros de ligação parental entre Dona Arlinda e membros dessa comunidade no relatório.

O pai de Dona Arlinda, José Teobaldo Bispo, foi descrito por ela como negro retinto, cabelo ondulado, incorporava os caboclos em casa, mas só para a família. Quando sentia que precisava “descarregar o corpo” ou “limpar a casa”, abria a mesa dele em casa. Rezava com ramo nas pessoas da comunidade, frequentava o “toré”, que na região é uma nomenclatura utilizada para se referir ao candomblé, assim como se referiam aos “orixás” baixados/incorporados nesses locais como “caboclos”. Faleceu jovem, com menos de 40 anos, caiu de um caminhão que saía da comunidade rural Santa Rosa do Ermírio em Poço Redondo - SE e, após isso, ficou muito fraco e doente, falecendo poucos anos depois.

A mãe, Maria Francisca, conhecida como “Dona”, foi narrada como uma mulher branca, com olhos azuis, cabelo liso, possuía o hábito de fumar cachimbo, assim como seu esposo, também rezava de ramo, tirava “sol”, “sereno”, “mau olhado”, dor de barriga, “bicheira”, baixava (incorporava) caboclo e frequentava nos dias de quarta e sexta-feira um terreiro de candomblé, liderado pelo já falecido “Mané Braúna”. Dona Arlinda relata que sua mãe tinha medo que descobrissem que ela tinha esse dom e incorporava, pois tinha receio do preconceito que poderia sofrer. Usava saias e dançava, cantava o ponto das entidades dela, e já queria “cuidar” da mediunidade de Dona Arlinda, ou seja, desejava que ela começasse os ritos necessários para a evolução da espiritualidade.

Dona Arlinda relata que naquela época dos seus pais, era comum na região do sertão sergipano e baiano os combates entre a volante (polícia militar) e os cangaceiros. Seu Antônio afirma que dois dos tios por parte do seu pai, irmãos de Francisco Celestino, foram convidados por Virgulino Lampião em uma novena – enquanto tocavam “pife” (pífano) - para integrarem o cangaço. Conforme detalhado por Alcino Alves Costa (2011) em sua obra “Lampião Além da Versão - Mentiras e Mistérios de Angico”, o cangaceiro conhecido como Ponto Fino tinha o nome civil de José Celestino, sendo também chamado de José da Guia. Originário da cidade de Poço Redondo, no estado de Sergipe, José era filho de Pedro da Guia. Seu irmão, por sua vez, era conhecido como Jonas Celestino, mas adotou o apelido Quina-Quina ao integrar o cangaço.

Eles foram inseridos em um subgrupo do movimento, liderado por Balão e depois pelo grupo liderado por Sereno, sendo esse um dos motivos de possuir, não somente Dona Arlinda, como também sua mãe e seu pai, proteção dos cangaceiros. Relata ainda que o próprio Lampião falou ao pai dela que com eles ninguém mexeria porque eles os conheciam.

De acordo com o relatório antropológico da Serra da Guia (Neves, Sogbossi, 2009), os primeiros membros das famílias que hoje estão na Serra teriam vindo de Pernambuco em algum momento da segunda metade do século XIX, fugindo do cativeiro. A partir da leitura desse texto, pude identificar parentes de Dona Arlinda (confirmado por ela) e realizar o aprofundamento sobre a sua origem. Um dos mais antigos da comunidade, o senhor Chico Grilo, na época com 79 anos de idade, atualmente com 94, é primo de segundo grau de Dona Arlinda (por parte de mãe) - o qual ela chama de tio e pede “bença”, pois afirma que sua mãe a ensinou que os primos dela eram tios de Dona Arlinda e de seus demais irmãos. Ele concedeu diversas entrevistas para os autores, e em uma delas afirma que seus avôs eram “caboclos cativos” e que teriam vindo fugidos de Pernambuco. Segundo o relato do Seu Chico Grilo, seu avô era conhecido como Pedro e teria vindo primeiro e, logo em seguida, teria feito vir seu primo, o caboclo Mané Vicente, o avô de Seu Alexandre Bispo, em algum momento da segunda metade do século XIX¹⁰². (Neves, Sogbossi, 2009).

Segundo Dona Arlinda, ela se recorda dessas figuras acima citadas, afirmando que reconhece a relação de parentesco com Chico Grilo e Mané Vicente, e segundo Dona Zefa da Guia, a mãe de Chico Grilo também benzia, fazia garrafadas de remédios naturais e incorporações de caboclos, ela usa a mesma expressão que Dona Arlinda para se referir a pessoas de religiões afro-ameríndias “A mãe de Chico grilo também era de ‘Xangô’” (Dona Zefa da Guia, 2009). Desse modo, significa dizer que a tia-bisavó de Dona Arlinda já rezava do mesmo modo que ela e com rituais semelhantes, senão iguais, há quase 200 anos. Noto na minha pesquisa de campo que o termo “xangô” e “toré” são frequentemente utilizados como sinônimos para “candomblé” pelas pessoas da região do alto sertão sergipano, por exemplo, para se referirem a alguém que é candomblecista, utilizam o termo “xangozeiro”, compreendo que as definições sociológicas para essas três categorias são distintas, sendo xangô um orixá que faz parte das religiões de matriz africana no Brasil e Toré uma religião ameríndia que se apresenta

¹⁰² O sr. Alexandre relata que seu avô teria vindo para a Serra fugido, era um caboclo cativo, segundo suas palavras. Se considerarmos que Seu Alexandre tinha cerca de 75 anos em 2008, ano da entrevista em que ele fez a afirmação, e que, segundo seu relato, o avô morreu com mais de 80 anos quando ele era ainda criança, podemos estimar que o avô em questão deve ter nascido por volta da década de 1860, em plena vigência pois da escravidão no país. Assim, o relato de que a comunidade teria sido criada por negros fugindo da escravidão ou recém saídos dela aparece como plausível (NEVES, SOGBOSSI, 2009, p. 29).

com as suas particularidades de rituais e crenças, contudo, na linguagem regional se faz essa utilização dos termos como sinônimos para designar candomblé e umbanda.

Dessa forma, entendendo que Dona Arlinda afirma “Eu sou católica, beata, médium espírita e benzedeira” (Dona Arlinda, 2024), cabe aqui na trajetória dela a aplicação da análise que Neves e Sogbossi (2009) fizeram dessa realidade de múltiplas crenças, de várias origens, em formas singulares de manifestação no sertão sergipano, ao afirmarem que o desejo maior dessa versão local do espiritismo seria a proteção, segundo os entrevistados no relatório e Dona Arlinda, ou seja, seria como querer justificar as práticas dos antigos, preservando, contudo, os valores atuais do cristianismo popular, afim de também buscar evitar a discriminação, o que não deixa de ser uma das violências do processo histórico de silenciamento do que é ser negro ou afro-ameríndio no Brasil. O que, para os autores, explica que, com efeito, nos relatos dos mais antigos, muitos digam serem rezadores e espíritas, herança tradicional de pais e avôs que eram também rezadores e espíritas. (Neves, Sogbossi, 2009, p. 49).

Do ponto de vista socioantropológico, acredito que a análise da história de vida de uma benzedeira, junto com a genealogia e os processos de manifestação da espiritualidade dela, proporcionam uma compreensão das dinâmicas culturais, sociais e religiosas de uma comunidade. Esses elementos são fundamentais para entender como as tradições religiosas são preservadas e adaptadas às mudanças sociais e culturais dos processos históricos no Brasil.

As práticas de D. Arlinda refletem modos de interação com a dimensão do “sagrado”, mas também com a natureza e a comunidade, além de como as pessoas buscam cura, proteção e orientação espiritual, a reconhecendo como alguém capaz de proporcionar essas coisas. Portanto, a crença religiosa/espiritual possui um impacto na vida cotidiana e na organização social.

Realizei a análise genealógica visando mapear como se dava a transmissão de conhecimentos e práticas espirituais, mostrando como essas tradições são sustentadas e fortalecidas ao longo do tempo, o que foi fundamental para entender que a construção de identidades coletivas está diretamente relacionada com a manutenção da coesão social.

A partir das descrições e análises deste capítulo, é possível afirmar que a identificação de D. Arlinda como benzedeira se deu, além da sua “mediunidade”, a partir da compreensão que ela já possuía a respeito daquela prática, por ter vivenciado em sua própria casa semelhantes crenças e o contato com pessoas de religião de matriz africana, que a orientaram e de certo modo, mesmo antes da troca oral, já havia uma troca visual de saberes, no que diz respeito a gestual, ritualística e a própria noção do “sagrado” nesse contexto da presença de entidades incorporando em determinados sujeitos. Construindo assim, a sua identidade, ou seja,

identificação com a categoria coletiva de benzedeira, apreendendo ou verificando seus códigos e significados e como se relaciona e se entende perante eles.

O primeiro subtópico do capítulo intitulado “Descrição e significados simbólicos e contextuais das rezas e rituais realizados por Dona Arlinda”, tem como objetivo relatar detalhadamente as descrições fornecidas por Dona Arlinda no que se refere aos seus modos de manifestações espirituais, seus métodos e rituais. Este subtópico também busca proporcionar uma análise aprofundada dos significados simbólicos e contextuais dessas práticas. A intenção é explorar não apenas os aspectos técnicos e operacionais dos rituais, mas também entender as camadas de significados culturais, espirituais e sociais que estão imbricadas nas práticas de Dona Arlinda. Essa análise inclui a interpretação dos símbolos utilizados, os contextos em que as rezas são realizadas, e como esses elementos refletem e reforçam a cosmovisão e as tradições através de gerações. Dessa forma, o subtópico oferece uma visão compreensiva das práticas de Dona Arlinda, evidenciando a complexidade de sua espiritualidade e de seu papel como guardiã de saberes coletivos ancestrais.

No segundo subcapítulo, pretendo delinear a relação entre as rezas e as crenças populares na comunidade, especialmente no que se refere às atitudes e motivações das pessoas na busca por alguma modalidade de cura com a benzedeira Dona Arlinda. Procuro mapear, através de entrevistas e diálogos com ela, qual a frequência das visitas à sua casa de reza e a demanda por seus serviços, considerando-a uma referência de sabedoria popular e de cura por meio de tratamentos ancestrais. Este subcapítulo também visa entender como essas práticas são percebidas e valorizadas pela comunidade, explorando a confiança depositada em Dona Arlinda e a eficácia atribuída às suas rezas e

rituais.

O último subcapítulo refere-se à Transmissão de saberes (Filhos de fé) e aos desafios para a continuidade cultural da prática de benzimento associada a outras manifestações de religiões de matrizes afro-religiosas. Neste momento, busco analisar, a partir dos dados obtidos, como ocorre o processo ritualístico para se tornar um “filho de fé” iniciado na crença espiritual de Dona Arlinda. Este subcapítulo detalha os passos e cerimônias envolvidas na iniciação. Além disso, examino as dificuldades enfrentadas no contexto das benzedadeiras em manter essas práticas vivas, considerando os desafios sociais, econômicos e culturais que podem ameaçar a continuidade dessas tradições. Também discuto as perspectivas futuras para a prática de benzimento e outras expressões de religiosidade afro-brasileira, identificando oportunidades para fortalecer e revitalizar essas tradições em um contexto contemporâneo.

Sendo assim, o foco do capítulo é compreender analiticamente como a sabedoria, as práticas e os rituais de cura das benzedeiras constituem uma parte fundamental do patrimônio cultural do Brasil. Suas práticas de cura combinam conhecimentos da medicina popular, ervas medicinais e rituais religiosos, transmitidos oralmente de geração em geração. Além de suas práticas de cura, as benzedeiras também desempenham um papel importante como conselheiras e confidentes, oferecendo orientação e apoio emocional às pessoas de suas comunidades e diversas outras regiões, no caso de Dona Arlinda. No entanto, essas práticas enfrentam desafios no mundo moderno, com a crescente medicalização da saúde e o declínio do interesse nas tradições populares. Ainda assim, a continuidade das benzedeiras é vital para preservar a diversidade cultural e Dona Arlinda é um exemplo da execução e efetividade dessa tradição.

As rezas e rituais realizados pelas benzedeiras, especificamente por Dona Arlinda, transcendem sua função aparente de curar, adentrando em um universo de significados simbólicos e contextuais que permeiam as tradições populares brasileiras. Essas práticas são profundamente enraizadas na cultura e na espiritualidade das comunidades onde atuam, refletindo crenças, valores e conexões ancestrais. Ao invocar palavras sagradas, gestos e símbolos específicos, as benzedeiras entendem estabelecer

uma ponte entre o plano terreno e o espiritual, buscando harmonia e equilíbrio para aqueles que buscam ajuda. Neste contexto, cada reza e ritual carrega consigo uma carga simbólica que vai além de suas palavras ou ações, comunicando-se com os aspectos mais profundos da vida humana. Há um conhecimento enraizado sobre as propriedades das plantas, os rituais de preparo e os procedimentos considerados mágicos associados à cura de enfermidades, práticas de benção e simpatias.

O tratamento de cada indivíduo pode variar, utilizando-se de chás, garrafadas, emplastros, xaropes, banhos com ervas, entre outros métodos, além do emprego de uma variedade de plantas, ervas e cascas de árvores em sua confecção e aplicação. O corpo, no contexto da reza, pode ser identificado como a matéria que dará suporte à incorporação das entidades do plano espiritual, e a essa função e utilidade Dona Arlinda nomeia de “aparelho”, ou seja, o corpo disposto a trocar energia com entidades como os caboclos, anjos, etc. A incorporação é entendida como o instrumento, mecanismo ou dispositivo que viabiliza o ritual, ou seja, Dona Arlinda se identifica como o aparelho, e aqueles que a buscam e confiam nela e no processo também entendem desta forma, pois todos justificam que através do seu dom de mediunidade ela é capaz de exercer esse ofício.

Segundo Dona Arlinda, o processo de incorporação exige do médium a concentração e a entrega para se permitir sentir o que está sendo dito para firmar a comunicação e troca entre

o plano material e o espiritual. Durante a pesquisa, participei de diversos dias de reza em sua casa de oração e é possível afirmar, através da observação e das entrevistas, que existe um roteiro mental e de ações a ser seguido, ou seja, um ritual reproduzido sempre que o processo de preparação ou de mediunidade ocorre, ou seja, há um controle.

Em primeiro lugar, às terças-feiras, quintas-feiras e sábados, Dona Arlinda toma seu banho de alfazema antes do anoitecer, e quando anoitece, por volta das 18h, ela troca de roupa, vestindo sempre o mesmo vestido branco e touca/chapéu branco com o detalhe de uma flor branca costurado. Feito isso, entra no salão de reza (chamado também de “Pedra” por ela”) e “firma seu ponto” com a utilização de três velas, rezas católicas e cânticos em forma de rimas para abrir a mesa e cantar em versos a “intenção do dia”. Por

exemplo, optar se abre (manifesta) ou não as entidades denominadas de Esquerda, que geralmente não incorporam, pois Dona Arlinda relata que só recebe as entidades desse lado quando está com pessoas da família presentes ou de muita confiança, e para casos mais específicos e necessários, como resolução de problemas advindos de outrem. Em vários dias de reza que participei, o caboclo Anjo Ministro, o primeiro a incorporar nela, segundo relatou, me rezou e assim como outros caboclos, abençoou a presente pesquisa, além de se colocarem à disposição para contarem a trajetória de fé de Dona Arlinda. Porém, ela mesma, o “aparelho”, já havia me esclarecido acerca de todo o processo.

Em um segundo momento, já feita a incorporação e com a comunidade que frequenta a casa, já presente no salão e distribuídos em cadeiras e bancos, o caboclo incorporado chacoalha com as mãos búzios (conchas do mar), que ficam sobre uma mesa coberta com um pano branco e com outros objetos, como imagens esculpidas e retratos de santos católicos, anjos e caboclos. Isto com o fim de que com o resultado dessa ação se obtenha uma resposta a respeito da saúde de seus familiares, dos indivíduos presentes e pessoas que pedem para verificar se determinadas situações vão se resolver/encaminhar ou não. Então, joga os búzios várias vezes com intenção individual para cada interessado e a depender de como os búzios caem sobre a mesa (empilhados ou não) a resposta considerada divina é compreendida e repassada/explicada pela entidade. Além disso, há dois copos com água na mesa de oração, nos quais o primeiro caboclo que incorpora bate neles levemente com uma vela e “enxerga/prevê” determinadas situações cotidianas da família de Dona Arlinda e dos filhos de fé e que se são reveladas por meio da mediunidade, porém nem as entidades nem ela externam o que percebem/descobrem nesse ato se não houver a real necessidade para aquela pessoa, como por exemplo, a de aconselhar.

Contudo, há uma entidade fixa que sempre chega por último para fechar a mesa, que é o caboclo “Zumbiê”, o chefe do trabalho (cerimônia), o mais antigo entre todas entidades, e

consequentemente, o que determina a função dos outros para cuidado dos filhos de fé, por exemplo quando algum filho de fé pede para Dona Arlinda que reze por ele e o acompanhe em sua viagem, ela pede em oração para que Zumbiê envie alguma entidade que possua relação com o espiritual/personalidade da pessoa, ou seja, define se é alguém da Esquerda ou da Direita que vai proteger esse indivíduo. Zumbiê benze um

caderno que se mantém sobre a mesa de oração e que contém o nome e localização das pessoas que conversam com Dona Arlinda durante o dia pedindo por oração, assim como as que frequentam a casa e indicam o nome de alguém para ser anotado no caderno. Zumbiê, assim como outros caboclos, aconselha e conversa com cada pessoa rezada individualmente. Ao final do trabalho ele benze a mesa com um sinal da cruz com as mãos, faz uma oração e se despede, voltando para sua aldeia e trazendo de volta o aparelho, Dona Arlinda.

Por ter a oportunidade de conviver com Dona Arlinda, como sua neta, sempre observei com curiosidade que durante as festividades de São João, ela faz um ritual que é sempre o mesmo e que nunca deixou de ser realizado. Durante o período de ida a campo, viajei para Canindé no dia 24 de junho de 2023 para acompanhar de perto e tomar notas, aproveitei também para questionar sobre essa prática tão específica e única, e ela me respondeu que como via sua mãe “Dona” fazendo, mantém a tradição dela.

O ritual se inicia acendendo a fogueira de São João no quintal da casa; quando anoitece, com toda a família em volta da fogueira, atentos. Dona Arlinda segura com as mãos uma bacia com água e faz uma oração pedindo coragem, saúde dela e de sua família e por mais anos de vida para ela realizar esse ritual, trecho repetido diversas vezes enquanto começa a dar a volta ao redor da fogueira dizendo “neste ano e no outro, e no outro, e no outro, e no outro...”. Quando termina essa etapa, é a hora da tradição de tentar enxergar os olhos na bacia de água utilizada no ritual e, segundo Dona Arlinda, quem não conseguir enxergar os dois olhos é sinal de que não chega com vida até o próximo São João.

Ela afirma que no ano em que sua mãe não se enxergou, realmente faleceu antes de chegar ao próximo São João. Em consonância com esse ritual dos olhos, está o de mergulhar na bacia as brasas retiradas da fogueira, mentalizando que cada brasa é uma pessoa de algum casal/pessoa amada e a crença se baseia em observar se as brasas vão ficar grudadas ou se vão se apartar, além da possibilidade de perceber quem afunda primeiro, indicando assim o que terá menor tempo de vida.

3 CONCLUSÃO

Essas práticas tradicionais reproduzidas de geração para geração, como as do São João, podem ser compreendidas como rituais de adivinhação, algo bastante presente nas religiões de matrizes africanas e afro-ameríndias, a exemplo do que foi apresentado na pesquisa de Juana Santos (1986), na qual identifica-se que os rituais de adivinhação desempenham um papel fundamental nessas religiões. Por exemplo, a consulta aos oráculos, como o jogo de Ifá, na tradição Iorubá do Candomblé, é uma prática comum para obter orientação espiritual e respostas para questões importantes da vida. Segundo Santos (1986), os sacerdotes de Ifá, conhecidos como babalawos, interpretam os versos sagrados de Ifá, que são transmitidos oralmente ao longo das gerações, para fornecer conselhos e orientações aos fiéis. No contexto de Dona Arlinda, esses rituais de adivinhação são realizados apenas uma vez por ano, no dia de São João, porém estão diretamente relacionados com a sua prática espiritual e com a oralidade que a fez apreender esses rituais com sua mãe.

Essa fusão de crenças e rituais reflete não apenas a diversidade religiosa da crença praticada por ela, mas também a capacidade das comunidades de adaptarem as suas práticas espirituais às necessidades demandadas pelas mudanças históricas e sociais, demonstrando marcante resistência no que se refere à transmissão oral de conhecimentos ancestrais.

Estudar este tema permite investigar e compreender a eficácia e os impactos dessas práticas no contexto da saúde e do bem-estar, fornecendo informações relevantes para profissionais da área da saúde e para a comunidade em geral, podendo ainda serem realizadas novas pesquisas a respeito da temática com relação à dinâmica de gênero, visando investigar as percepções de gênero dentro das comunidades onde as benzedeiras operam, incluindo o papel das mulheres na liderança espiritual, as expectativas de gênero relacionadas às práticas de cura e as maneiras como as benzedeiras enfrentam desafios relacionados a isso.

Em suma, é possível concluir que a partir do exposto a benzedeira Dona Arlinda acaba por exercer o papel de guardiã dos saberes tradicionais e das oralidades que fazem

circular a memória dos seus antepassados da região do alto sertão sergipano, portadora e tradutora de possibilidades, exercendo aquilo que mais do que chamar de dom ou tradição, ela se refere como “arte” e complementa dizendo “Eu benzo, quem cura é Deus e Jesus ensina.” (Dona Arlinda, 2024). Dessa maneira, retomo a historiadora Beatriz Nascimento (2021), nos seus estudos sobre Quilombos, no qual compreende o território quilombola como algo além do espaço geográfico em si, mas principalmente como simbologia, e assim como ela, compreendo o próprio corpo negro como quilombo, pois são estes os corpos que carregam essa memória ancestral a respeito dos saberes e fazeres de grupos historicamente invisibilizados, logo, a prática de Dona Arlinda não é apenas um reflexo desse processo, mas também um agente ativo

na manutenção dessas crenças e sabedorias seculares que atravessam gerações por meio da oralidade e moldam novas perspectivas e ações de preservação dessas identidades.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Yérsia Souza de, “**O samba de aboio é de Santa Bárbara**”: celebração, fé e resistência cultural numa comunidade negra sergipana. *Revista Nordestina de História do Brasil*, São Paulo, v. 4, n. 7, jul./dez. 2021.

ASSIS, Yérsia Souza de, SILVA, Laise Maria da, MARCON, Frank. **Relações étnico raciais em Sergipe : escritas negras** - São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2023. 239 p.

ARRUTI, José Maurício P. Andion. **Etnografia e história no Mocambo: notas sobre uma “situação de perícia”**. *Laudos periciais antropológicos em debate*. Florianópolis: Nuer, 2005.

BÂ, Amadou Hampâté et al. A tradição viva. **História geral da África**, v. 1, p. 167-212, 2010.

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações*. 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1971.

BOSI, Ecléa. A pesquisa em memória social. **Psicologia USP**, v. 4, n. 1-2, p. 277-284, 1993.

BORGES, Miguel Angelo Velanes. Saberes e práticas de rezadeiras e benzedeiras em comunidades de Camaçari: diálogos entre saberes populares e educação formal. **V Encontro Estadual de Ensino de História ANPUH**, 2019.

CRUZ, Cassius Marcelus. **Entre giros e capovas: política do movimento e território no quilombo João Surá**. Tese de Doutorado. [sn], 2019.

COSTA, Rangel Alves da, **Poço Redondo do cangaço**, In: _____ Blog recantodasletras.com, 2011

COSTA, Alcino Alves, **Lampião além da versão: mentiras e mistérios de Angico**. Ed. 3 .Editora Real, 2011.

CASCUDO, Luis da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.

DO CARMO SOUZA, Robério Américo. *O hibridismo na construção da religiosidade: repensando a contribuição de Gilberto Freyre para o debate*. *Revista Angelus Novus*, p. 291-309, 2012.

FERRETTI, Sérgio F. **Notas sobre o sincretismo religioso no Brasil-modelos, limitações e possibilidades**. *Tempo*, v. 6, n. 11, p. 13-26, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GALVÃO, Eduardo. **Vida religiosa do caboclo da Amazônia**. *Boletim do Museu Nacional*. Nova Série: Antropologia, n. 15, 1953.

HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Walter de Gruyter, 2010.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. *Comunicação & Cultura*, n. 1, p. 21-35, 2006.

HUBERT, Stefan. Manjar dos deuses: as oferendas nas religiões afro brasileiras. **Primeiros Estudos**, n. 1, p. 81-104, 2011.

JESUS, Maria dos Santos de. **Diálogo de Saberes**. Trabalho apresentado na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, 2017.

KI-ZERBO, Joseph; CARVALHO, Américo de. **História da África negra**. (No Title), 1972.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural I** (1949), Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

_____. A eficácia simbólica. In: **Antropologia estrutural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. p. 197-217.

MARCON, Frank, BOMFIM, Welington, **Processos identitários e a comunidade Quilombola Luziense**. *Revista Ambivalências* - V.4, N.7 , p. 134–154, 2016.

MARCON, Frank. ENNES, Marcelo. **Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder**. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

MARCON, Frank. **Visibilidade e resistência negra em Lages**. *Letras Contemporâneas*, 2010.

NORONHA, Danielle Parfentieff, MARCON, Frank, SOUZA, Marco Aurélio Dias. Identidades nacionais e a ideia de mestiçagem no Brasil. In: _____ **Processos identitários: sentidos de nação e democracia** [recurso eletrônico] - São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2022. P.117-133.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz Companhia das Letras, 2021.

NASCIMENTO, J. Ítalo dos S. (2023). PEGA A DENTE DE CACHORRO: MULHERES INDÍGENAS NO CEARÁ COLONIAL, INÍCIO DO SÉCULO XVIII. *Revista Em Favor De Igualdade Racial*, 6(2), 120–130.

NEVES, Paulo Sérgio da Costa, SOGBOSSI, Hippolyte Brice. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade quilombola da Serra da Guia (Poço Redondo – SE)**. UFS - São Cristóvão – SE, 2009.

OLIVEIRA, Agamenon Guimarães de. *Candomblé sergipano: o sincretismo santológico em Sergipe*. Aracaju, SEC/Se/SDFB, 1978.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **O que é benzeção**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. Dissertação de mestrado apresentada na Universidade Estadual de Campinas, 1983.

QUINTANA, Alberto M. **A Ciência da benzedura: mau olhar, simpatias e uma pitada de Psicanálise**. São Paulo: EDUSC, 1999.

SANTOS, Francimário Vito dos. **O ofício das benzedadeiras: um estudo antropológico sobre as práticas terapêuticas e a comunhão de crenças em Cruzeta-RN**. RN- 2007.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nagô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o Culto Égun na Bahia**. Editora Corrupio, 1986.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, identitário e político do Movimento Quilombola Brasileiro**. 2008.

SILVA, Claudia Santos da, **BENZEDEIRAS: GUARDIÃS DA MEMÓRIA**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura 27 a 29 de maio, 2009.

SILVA, Vagner Gonçalves da, A questão do segredo no candomblé - In: _____ **Revista de História**, departamento de Antropologia, USP, 2011.

SOGBOSI, Hippolyte Brice ; COSTA, M.S . **Religiões Brasileiras de Presença Africana e Políticas Públicas no Brasil: algumas considerações**. Debates do NER (UFRGS. Impresso) , v. 13, p. 131-144, 2008.

THEODORO, Helena. **Mito e Espiritualidade: mulheres negras**. Rio de Janeiro: Pallas, 1996.

THEODORO, Helena. Mulher, cultura e identidade afro-brasileira. In: Elisa Larkin Nascimento. (Org.). **Sankofa - Resgate da cultura afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Secretaria Extraordinária de Defesa e Promoção das Populações Afro brasileiras/Governo do Estado, 2008.

VALENTE, Waldemar. Sincretismo religioso afro-brasileiro. **Brasiliiana**, 1955.

VANSINA, Jan et al. **A tradição oral e sua metodologia**. História geral da África, v. 1, p. 157-179, 2010.

VERGOLINO, Anaíza. **O Tambor Das Flores: Uma análise da Federação Espirita Umbandista e dos cultos afro-brasileiros do Pará; 1965-1975**. 4 ed. – Belém, Paka Tatu, 2014.

A EXPERIÊNCIA CORPORAL FEMININA E O DIREITO À CIDADE PARA JOVENS SKATISTAS EM ARACAJU

Letícia Oliveira Feijão Galvão (UFS)

Resumo: Este trabalho busca investigar como se dão os processos de reivindicação do direito à cidade (Lefebvre, 2011) para jovens mulheres skatistas da cidade de Aracaju. A prática do skateboarding estabelece usos - ou contra-usos (Leite, 2007) - dos espaços e equipamentos urbanos, assim como mescla recursos físicos e simbólicos através de códigos de conduta e estilos de vida estabelecidos dentro dessa cultura urbana. Apesar da diversidade estética e performática presente nesse contexto, os circuitos de skatistas são majoritariamente ocupados por homens, o que condiciona as mulheres interessadas pela prática a recorrer a um duplo processo de afirmação enquanto sujeitos - primeiro, enquanto skatistas na cidade, e, em seguida, enquanto mulheres no universo do skate, o que sustenta a principal hipótese da minha proposta de pesquisa. Os métodos e técnicas utilizados para cumprir com os objetivos estabelecidos consistiram em uma descrição dos locais, práticas e rituais comuns aos skatistas aracajuano, na realização de entrevistas semiestruturadas com jovens skatistas mulheres e na utilização da participação observante conforme conceituada por Wacquant (2006), que inverte o conceito de observação participante tradicionalmente utilizado na Antropologia e busca pensar o fazer etnográfico a partir, também, do corpo do pesquisador, que se torna “ferramenta de investigação e vetor de conhecimento”. (Wacquant, 2006, p. viii). Foi possível estabelecer algumas conclusões preliminares acerca das relações de gênero no contexto do skate aracajuano. A primeira delas é de que a desigualdade entre homens e mulheres nesse esporte obedece a mecanismos estruturais de exclusão das mulheres das atividades esportivas e do espaço urbano, conforme estudado por Barros (2020), Berth (2023), Figueira e Goellner (2013). Nesse sentido, a ação coletiva se torna um recurso fundamental para a reivindicação da presença das mulheres no skate, como pude verificar nas entrevistas e ao participar de eventos produzidos por skatistas locais, onde a parceria entre mulheres muitas vezes poderia ser uma condição *sine qua non* para a sua permanência no esporte. A criação de páginas online e grupos em redes sociais para que meninas e mulheres possam praticar o esporte em conjunto também foi um ponto importante a ser observado durante a pesquisa, visto que essas redes configuram outras dinâmicas de ser e estar no espaço público. Por fim, pensando na relação entre juventude, skate e cidade, foi possível evidenciar a necessidade de políticas públicas voltadas não só à consolidação do skate enquanto esporte, mas da presença feminina nesse contexto.

Palavras-chave: Corpo; Gênero; Skate; Direito à cidade.

Abstract: This paper aims to investigate how the processes of claiming the right to the city (Lefebvre, 2011) occur for young female skateboarders in the city of Aracaju. The practice of skateboarding establishes uses - or counter-uses (Leite, 2007) - of urban spaces and equipment, as well as mixing physical and symbolic resources through codes of conduct and lifestyles established within this urban culture. Despite the aesthetic and performative diversity present in this context, the skateboarding circuits are mostly occupied by men, which forces women interested in the practice to resort to a double process of affirmation as subjects - first, as

skateboarders in the city, and, second, as women in the skateboarding universe, which supports the main hypothesis of my research proposal. The methods and techniques used to achieve the established objectives consisted of a description of the places, practices, and rituals common to skateboarders from Aracaju, conducting semi-structured interviews with young female skateboarders, and using observant participation as conceptualized by Wacquant (2006), which inverts the concept of participant observation traditionally used in Anthropology and seeks to think about ethnographic work also based on the researcher's body, which becomes a “research tool and vector of knowledge” (Wacquant, 2006, p. viii). It was possible to establish some preliminary conclusions about gender relations in the context of skateboarding in Aracaju. The first of these is that the inequality between men and women in this sport obeys structural mechanisms of exclusion of women from sports activities and urban spaces, as studied by Barros (2020), Berth (2023), Figueira and Goellner (2013). In this sense, collective action becomes a fundamental resource for demanding women's presence in skateboarding, as I was able to verify in the interviews and by participating in events organized by local skateboarders, where partnerships between women could often be a *sine qua non* condition for their continued presence in the sport. The creation of online pages and groups on social networks so that girls and women could practice the sport together was also an important point to be observed during the research, since these networks configure other dynamics of being and existing in the public space. Finally, thinking about the relationship between youth, skateboarding and the city, it was possible to highlight the need for public policies aimed not only at consolidating skateboarding as a sport, but also at the female presence in this context.

Keywords: Body; Gender; Right to the city.

1 INTRODUÇÃO

“Dominava seus sentidos/ seu corpo/ seus desejos”. Os três versos que compõem o poema *Cautela*, da escritora potiguar Juliana Dias (2022, p. 16), descrevem um processo comum à vida social feminina em diferentes sociedades: o ato de aprender a conter-se e praticar uma educação corporal constante diante de olhares, comentários e outros tipos de abordagens que reiteram posições de sujeito e papéis sociais a serem seguidos. Esse processo se estende, como já identificado por diversas intelectuais¹⁰³, até âmbitos como a vida privada, o trabalho e o lazer.

Alguns estudos da Sociologia, da Antropologia e também do Urbanismo mostram como a experiência feminina nas cidades é atravessada por medos e angústias: Gill Valentine (1989) ressalta que esse medo é geograficamente localizado; Joice Berth (2023, p. 51) evidencia que a construção socioespacial das cidades comporta “toda uma simbologia que se estabelece em conjunto com essa prática urbana que consolida a mensagem oculta: ‘esse lugar não é para você’”. São espaços, portanto, historicamente pensados para um corpo masculino, branco e cisgênero - projeção esta incompatível com a realidade de muitos e muitas que transitam diariamente pelas cidades.

Se esses espaços são majoritariamente excludentes, a auto-observação e a hipervigilância que acompanham os corpos que destoam desse ideal se tornam quase automáticas, compondo mecanismos de defesa que passam a fazer parte das suas vivências pelo espaço público. Entretanto, há culturas urbanas que, a partir da estética e da performance, trazem outros enunciados para a vida social urbana, como o *skateboarding*. Antes de ser formalmente classificado como um esporte olímpico, o skate foi, por décadas, estigmatizado enquanto prática associada a comportamentos desviantes¹⁰⁴ nos espaços de diversas cidades brasileiras. Mas isso não impediu os skatistas de estabelecerem suas próprias redes de troca, comunicação, comércio e afetividades.

Entretanto, ainda que esse reconhecimento tenha atingido parâmetros relevantes, a desigualdade de gênero é um fenômeno que atinge o skate em larga escala e pode ser visto na

¹⁰³ Podemos recorrer a abordagens tanto clássicas (Beauvoir, 1949) quanto contemporâneas (Lauretis, 2019) para interpretar as dinâmicas (ou, como posto por Teresa de Lauretis, as tecnologias) de gênero que reforçam ideais e comportamentos a serem assumidos por mulheres durante a sua socialização.

¹⁰⁴ Há diversos registros históricos sobre a estigmatização do skate. Um dos mais repercutidos foi a proibição, por parte do prefeito Jânio Quadros, da prática do skate pela cidade de São Paulo. Ainda que haja uma maior aceitação no presente, essa repressão ainda existe por parte de policiais - inclusive na cidade de Aracaju, conforme relatado por alguns interlocutores durante as entrevistas.

maioria dos espaços públicos e privados voltados a essa prática. Giancarlo Machado (2018), em sua tese sobre o skate e os desafios da cidadinidade, reitera que, de acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha e encomendada pela Confederação Brasileira de Skate (CBSK) em 2016, 81% dos praticantes de skate no Brasil eram homens.

Essa realidade se refletiu no meu trabalho de campo: ao frequentar espaços voltados ao skate em Aracaju (pistas, praças e também pela observação direta do trânsito de skatistas nas ruas), me deparei com a seguinte questão: onde estão as mulheres? Como as relações de gênero afetam as suas vivências enquanto skatistas? São dinâmicas de poder como essa que busco investigar neste texto, que buscará se debruçar sobre a experiência corporal feminina na prática do skate em Aracaju.

Para coletar os dados necessários para esse debate, utilizei alguns métodos, sendo o principal deles uma etnografia das pistas de skate em Aracaju (em especial das pistas Cara de Sapo, Mosquito Skatepark e B.I. Skatepark, nas zonas norte e sul da cidade). Essa etnografia consistiu na observação direta de eventos, sociabilidades e performances nos espaços de skate, seguida pela transcrição das experiências em campo para um diário. Além disso, um recurso essencial para a minha pesquisa etnográfica foi a prática do que Loic Wacquant (2006) definiu como participação observante: a utilização do corpo do pesquisador como fonte primária de dados empíricos, como um corpo que faz parte do campo.

Ao inverter o termo “observação participante” tradicionalmente utilizado na pesquisa antropológica, Wacquant (2006) traz outros sentidos para o “estar lá” (Geertz, 2002) enquanto fundamento etnográfico. Nesse contexto, participar ocorre antes de observar; e, assim, a particularidade da experiência física em práticas corporais pode ser transcrita e utilizada como recurso adicional de pesquisa. Dessa forma, trouxe para o corpo (literal e figurativamente) da pesquisa os significados da adrenalina, da dor, e da velocidade e também das emoções que definem a prática do skate feminino a partir dos diários de campo.

Nos estudos sobre corpo e gênero, é conhecido o trabalho de Bandeira e Rubio (2011) sobre corpo e natureza, medo e gênero no surfe universitário paulistano. No seu processo de pesquisa, as autoras também utilizaram a participação observante - ou seja,

experienciaram o surfe como esporte e estilo de vida e fizeram registros para futuras reflexões etnográficas em torno do tema. Mais precisamente, “entendeu-se durante o trajeto investigativo que a experiência corporal da própria pesquisadora seria importante para a apreensão dos significados da prática do surfe” (Bandeira e Rubio, 2011, p. 98).

Também foram utilizados outros recursos como parte da pesquisa empírica. A condução de entrevistas semiestruturadas com skatistas foi essencial para que as vozes dos e das

interlocutoras fizessem parte do trabalho etnográfico. Nessas entrevistas, pude entender melhor as relações das skatistas com a cidade, com o medo, com opressões que em muitos momentos atravessam categorias de classe e étnico-raciais, e também com a reivindicação da cidadania e da justiça social.

Além disso, ao considerar que o skate se configura enquanto uma cultura urbana e juvenil e que tal cultura apresenta seu próprio repertório estético-performático, considere o uso da fotografia como um recurso narrativo adicional no meu processo de pesquisa. Afinal, o *skateboarding* comporta formas de se vestir, de executar manobras, de transitar pelos espaços que são fundamentalmente visuais - um constante jogo do ver e ser visto que constrói teias de significados (Geertz, 1989) a partir dessas visualidades.

Este texto está estruturado em quatro tópicos: no primeiro, *Desigualdades de gênero na história do skateboarding*, discutirei o processo histórico de exclusão das mulheres não apenas do skate, como dos esportes em geral. Posteriormente, em *O corpo, o risco e os seus atravessamentos no skate feminino*, falarei sobre como a experiência corporal feminina no skate é atravessada por relações de gênero, além das vivências comuns ao universo do skate. Em *Habitus, hexis e performance* buscarei pensar a experiência corporal no skate a partir dos conceitos citados acima - como se forma um *habitus* skatista, e além disso, como a performance se torna um recurso fundamental para a consolidação desse *habitus*. Já no tópico *Violências físicas, simbólicas e discursivas nos espaços do skate em Aracaju*, discutirei essas violências a partir de uma perspectiva sociológica.

2 DESIGUALDADES DE GÊNERO NA HISTÓRIA DO SKATEBOARDING

O processo de difusão do skate enquanto prática esportiva e estilo de vida não se deu sem conflitos sociais. A popularização do skate por meio da adesão de jovens à prática nas ruas das cidades e também através da mídia presente nas revistas que

entraram em circulação a partir dos anos 1970 e 1980 foi protagonizada sobretudo por homens, como posto acima. Essa hegemonia masculina no esporte, por sua vez, era responsável por propagar algumas posturas de exclusão das mulheres diante do skate - como a não existência de categorias femininas em competições de grande porte. Machado (2018) sintetiza:

No contexto histórico em que está fundamentado, a masculinidade sempre foi tida como referência, com os homens representados na condição de sujeitos. Isso pode ser comprovado por meio das representações e dos discursos que foram e estão sendo construídos desigualmente. As revistas especializadas em skate são bons exemplos. No Brasil, entre diversas edições publicadas ao longo dos anos pelos diferentes títulos,

em apenas poucas ocasiões as mulheres apareceram na capa, sendo que em algumas delas o que era valorizado não era a prática do skate em si, mas a sensualidade e os atributos físicos. Além do mais, nas duas principais revistas em circulação 358, são reservados poucos espaços ao skate feminino. Fora desses espaços, que representam pouquíssimas páginas em uma publicação com mais de uma centena, nem sempre há fotos das mulheres em ação. (Machado, 2011, p. 254).

Durante os anos 2000, a skatista paulista Karen Jonz (Figura 1) foi considerada uma pioneira em prol da inclusão das mulheres no skate, ativismo esse sintetizado na frase: “quando você é excluída, você faz o seu”.

Figura 1 - Karen Jonz



Fonte: R7 Esportes. Disponível em:
<https://esportes.r7.com/olimpiadas/inspirada-pela-filha-skatista-karen-jonz-busca-vaga-em-toquio-2020-23-08-2021/> Acesso em: 07/10/24.

Jonz foi a primeira brasileira a trazer o título de campeã mundial, em 2006, e de campeã brasileira em 2012. Também conquistou o primeiro ouro brasileiro feminino nos X Games, competição internacional no âmbito dos esportes radicais. Os relatos da skatista sobre sua experiência nesse meio são marcados pela consciência de que estava em um ambiente desigual. Como posto por Figueira e Goellner, (2013),

é notória a posição de centro ocupada pelos homens, considerados como os referentes. As mulheres são as outras, estão à margem e, por assim ser, disputam posições e poderes, pois, como qualquer produto da cultura, o skate é um território pleno de embates, inclusive de gênero. Um espaço que demanda disputas por significação, visibilidade e, até mesmo, existência. (Figueira e Goellner, 2013, p. 245).

Figueira e Goellner (2013) também abordam o processo de profissionalização do skate no Brasil, que, assim como a popularização do estilo de vida relacionado ao esporte, se deu de

forma majoritariamente masculina - o que mudou ao longo do tempo a partir de diversas iniciativas de inclusão femininas no esporte, desde a criação de blogs até a formação de associações como a Associação Brasileira de Skate Feminino (ABSFE) (Figueira; Goellner, 2013).

Posteriormente, os Jogos Olímpicos de 2020 foram um marco importante para a difusão da prática do skate no Brasil - afinal, foi a primeira edição do evento que contou com ambas enquanto categorias esportivas, nas quais o Brasil conquistou medalhas de ouro e prata, respectivamente. No skate, em específico, cabe mencionar uma figura que se tornou um ícone para jovens skatistas: a adolescente de 13 anos de idade Rayssa Leal, que conquistou a medalha de prata na modalidade *street*¹⁰⁵ (Figura 2) e se tornou uma das maiores referências para o skate feminino contemporâneo no país.

Figura 2 - Rayssa Leal nos Jogos Olímpicos de Tóquio (2021)



Fonte: CNN. Disponível em:

<https://www.cnnbrasil.com.br/esportes/outros-esportes/com-medalha-em-toquio-rayssa-leal-multiplica-seguidores-em-rede-social/>

¹⁰⁵ A modalidade *street* - que também se constitui como categoria em grandes competições - consiste em transitar e elaborar manobras a partir de recursos preexistentes no espaço urbano, como bancos, batentes, corrimões e o próprio asfalto. É uma das modalidades mais praticadas no âmbito do skate, já que não é preciso estar em uma rampa específica, *bowl* ou *skatepark*; a cidade se torna, por excelência, o espaço de prática do *street skateboarding*.

Nesta edição, o Brasil também conquistou a medalha de prata na modalidade *park* masculina, com Pedro Barros. Em 2024, aos 16 anos, Rayssa Leal conquistou novamente uma medalha olímpica (Figura 3), desta vez ocupando o terceiro lugar do pódio com o bronze e reforçando a sua popularidade enquanto representante do skate feminino no país. O Brasil também obteve a medalha de bronze no *park* masculino com Augusto Akio. É importante falar de figuras como Rayssa, Karen e outras skatistas que também ocupam lugares de grande destaque, como Letícia Bufoni, Pâmela Rosa, Yndiara Asp, Dora Varella, Raicca Ventura e Isadora Pacheco, que disputaram as categorias *street* e *park* nas Olimpíadas de 2020 e 2024.

Figura 3 - Rayssa Leal nos Jogos Olímpicos de Paris (2024)



Fonte: ISTOÉ Independente. Disponível em: <https://istoe.com.br/esportes/noticia/rayssa-leal-descubra-o-primeiro-nome-da-medalhista-de-bronze-nas-olimpiadas/>. Acesso em: 25/08/2024.

No contexto do skate sergipano as figuras trazidas no Capítulo II documentam as várias décadas de existência do skate sergipano, como já observado. Especialmente nas imagens que retratam cenas dos anos 1980 aos 2000, é possível ver a predominância de meninos e homens em confraternizações, campeonatos e outros tipos de eventos associados ao skate. Isso obedece, logicamente, às dinâmicas históricas de construção dos papéis de gênero nos esportes - como posto por Figueira e Goellner (2013), às mulheres eram indicadas atividades físicas que estimulassem a graça e a leveza dos movimentos, enquanto aos homens, a força e a resistência. É importante mencionar que, em 1941, o então presidente Getúlio Vargas aprovou o Decreto-

Lei nº 3.199, responsável por estabelecer as bases da organização dos esportes no país. O artigo 54 deste decreto proibia as mulheres de praticar esportes que fossem contra a sua “natureza”, como posto explicitamente abaixo:

Art. 54. Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país. (Brasil, 1941, n.p.).¹⁰⁶

A relação histórica entre as mulheres e atividades consideradas “femininas” em contextos de trabalho e lazer mostra que, durante séculos, foram estabelecidos ideais de feminilidade baseados na passividade e na fragilidade que podem se refletir em todos os âmbitos da vida de uma mulher, visto que é a partir daí que a sua identidade é construída e validada. A antropóloga Sherry Ortner (2007) utiliza os contos de fadas para investigar como ocorre a construção textual da agência, e observa que, nesses contos, as figuras femininas que possuíam agência eram postas no lugar de vilãs - o que evidencia as narrativas discursivas que direcionam a mulher “virtuosa” a uma posição de sujeito específica. Podemos pensar esse processo como associado também à produção de corpos dóceis descrita por Foucault (1999). Em *Vigiar e punir*, o filósofo pontua: “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de poderes muito apertados, que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações” (Foucault, 1999, n. p.).

O entendimento do *skateboarding* como uma prática “masculina”, ou masculinizada (como um marcador de gênero oposto aos que são esperados de meninas e mulheres) contribui para a disparidade de gênero no esporte, que por sua vez apresenta consequências que podem ser vistas nos espaços físicos e simbólicos delimitados a partir disso, bem como nas perspectivas individuais de meninas e mulheres que não se interessam em praticá-lo por não o considerarem visualmente “feminino”.

Quando pensamos, além disso, que o skate é um esporte que interage diretamente com o espaço público, é possível notar outros fatores que explicam a menor incidência de mulheres no skate. É imprescindível reiterar que o corpo feminino foi historicamente condicionado para “pertencer” ao âmbito privado e a sua independência material, legal e simbólica é uma conquista recente⁴. Dessa forma, não é de se surpreender que o seu livre trânsito pelo espaço público ainda seja recebido com ressalvas, quando não violências, conforme relatam skatistas

¹⁰⁶ No Brasil, o código civil de 1916 impedia mulheres casadas de abrirem contas bancárias ou viajarem sem autorização do marido. O voto feminino foi reconhecido em 1932. Apenas em 1962 as mulheres brasileiras passaram a ter o direito de trabalhar fora de casa sem essa mesma autorização. Conquistas tão tardias - que, para os homens, sempre foram diretos - refletem na construção histórica da figura da mulher, na sua legitimidade social e reconhecimento profissional.

de várias partes do país. Há, para as skatistas, um duplo processo de busca por reconhecimento: enquanto skatistas em uma cidade carrocêntrica (Berth, 2023), na qual o skate ainda não encontra respaldo enquanto meio de transporte por parte do poder público, e enquanto mulher no skate.

Na capital sergipana, a disparidade de gênero é evidente ao passar por uma pista de skate. Espaços movimentados como a pista de skate Cara de Sapo, localizada na zona sul da cidade, e a B.I. Skatepark, na zona norte, são majoritariamente frequentadas por homens se comparados às mulheres e meninas; há uma clara divisão social do espaço. Durante a realização das entrevistas, alguns dos relatos que mais recebi das interlocutoras se referiam à dificuldade de transitar por espaços públicos sozinhas - no caso do skate, as pistas e sobretudo as ruas.

Diversas interdições me foram mencionadas nesse sentido, como o cuidado com os horários em que se transitava por esses lugares e uma preocupação constante com estarem sozinhas em determinadas pistas ou praças. Estar sozinha, nesse sentido, acabaria por acentuar uma situação de vulnerabilidade na cidade, como é conhecido pela maior parte das mulheres que transitam por espaços urbanos no país.

Esses percalços podem ultrapassar a esfera do lazer e se refletir em situações profissionais vinculadas ao skate. Em entrevista concedida para esta tese, a advogada e skatista profissional Vitória Fortes compartilhou a sua experiência e apontou algumas situações de exclusão vividas enquanto mulher e skatista nesse contexto:

Ao mesmo tempo em que eu me sentia feliz por estar representando o meu estado, por ser a única menina, por estar representando em vários locais que eu participei de evento, em São Paulo, em Minas Gerais, em Salvador, em Recife, Maceió, no interior de Alagoas, em vários interiores que eu fui aqui [em Sergipe], era muito bom ter essa sensação de que eu estava carregando o meu estado pra fora, pra outros lugares, eu conheci várias pessoas, do país inteiro, e ao mesmo tempo era muito triste porque apesar de ser a única menina representando, ninguém me dava visibilidade. Tipo assim, tinham meninos que tinham apoio e tudo mais, tinha até um evento que era um circuito aqui, que se você ficasse no ranking (acho que era até quinto) você ganhava uma passagem pra ir competir o brasileiro em São Paulo. E quando chegou na minha vez de ganhar, basicamente teve um “problema de verba” e não sei o que lá, e que não levou ninguém. Então tipo assim, algumas coisas em vão, e todo esse trabalho que eu fiz basicamente não foi valorizado por que as marcas daqui de fato nunca me olharam - marcas que existem há mais de quinze anos, eu acho. (Entrevista com Vitória Fortes, 2023).

Vitória foi a primeira e única mulher a aparecer num cartaz de um campeonato de skate em Sergipe (Figura 4) até o momento da escrita deste texto. É possível perceber que a sua experiência foi marcada por uma constante reivindicação da sua posição nesses espaços enquanto jovem, enquanto mulher e, também, enquanto mulher negra, como frisado em outro

momento durante a entrevista. O corpo é, portanto, o principal canal por onde passam as vivências no skate enquanto prática esportiva e estilo de vida, sobretudo quando atravessado por marcadores de gênero e raça/etnia.

Figura 4 - Cartaz do Campeonato de Skate em Laranjeiras (2021)



Fonte: Memorial do Skate Sergipano (Arquivo). 2024.

Para contribuir com essa reflexão, trago, abaixo, um trecho de um dos diários de campo que escrevi sobre a minha experiência física enquanto pesquisadora e skatista, simultaneamente.

Eram oito horas da noite e eu era a única mulher entre mais de quinze homens. Acho que já me acostumei com esse tipo de situação. Percebi que nos horários em que a pista está cheia, minha presença parece ser mais facilmente percebida com olhares incomodados do que as de outros rapazes iniciantes. Há diferentes tipos de reação à minha presença na pista: há olhares de incômodo, de indiferença. Há quem resolva me "apadrinhar", quando percebem estou começando no esporte, e comece a me ensinar movimentos que já sei mesmo sem me conhecer.

3 O CORPO, O RISCO E OS SEUS ATRAVESSAMENTOS NO SKATE FEMININO

A prática do skate é uma experiência marcada pelo concreto, pela velocidade, pelo suor e, às vezes, pelo sangue. Assim como se aprende a andar, também se aprende a cair - a queda e a dor são inevitáveis no processo de evolução no esporte. Na cultura do skate, essa experiência

compartilhada com a dor faz parte do cotidiano dos skatistas, que eventualmente podem conviver com cicatrizes e lesões; é comum ouvir histórias dos

mais variados danos físicos sendo contadas nas pistas. Mas por que permanecer em uma prática esportiva que expõe o sujeito à possibilidade de se machucar? Talvez a resposta esteja na experiência com a adrenalina e na felicidade coletiva que surge ao se acertar uma manobra. Ao ver que um colega acertou um movimento considerado avançado (como *kick-flips*, manobras aéreas, em corrimões e em grandes rampas) grupos batem palmas, celebram o feito em conjunto e, com isso, reiteram o caráter coletivo do *skateboarding*.

Dessa maneira, o corpo e as emoções ocupam um papel central na experiência sensível com o esporte. Na literatura socioantropológica, as contribuições de Le Breton (2009) e La Mendola (2005) são importantes para entender a relação entre corpo, sociedade e a adesão voluntária a condutas de risco, que são tão frequentes na prática do skate. David Le Breton (2009), em *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver* traz uma série de reflexões para pensarmos essa adesão. Segundo o autor, as “paixões físicas e esportivas radicais” trazem consigo uma espécie de jogo simbólico com a morte. Mais precisamente,

As sensações assim experimentadas são tão mais procuradas quanto mais o resto da vida for pacífico, tranquilo, protegido de todo o imprevisível, a existência familiar e profissional protegida de todo tipo de temor. O discurso leigo sobre as atividades físicas e esportivas de risco insiste na falta de estímulo que pesa sobre existências superprotegidas pelos regulamentos sociais e pelo conforto técnico de nossas sociedades. (Le Breton, 2009, p. 94).

Além de toda a experiência com o risco, é importante ressaltar, também, como uma experiência vivida a partir de um só corpo (não à toa o skate é categorizados como um esporte individual) se torna uma experiência coletiva a partir das emoções, de uma estética e de um vocabulário compartilhado por praticantes desses esportes - o que nos permite classificá-los como culturas juvenis, termo estudado por autores como Pais (2003), Feixa (1998), Diógenes (2019) e outros.

A experiência corporal feminina no skate difere em muitas circunstâncias da masculina. Não porque haja algum fator biológico que impeça a sua prática; mas devido aos discursos e sentidos atribuídos à figura de uma mulher em um skate. Como posto acima, andar em uma pista é ser visto; mas esse olhar possui um peso muito diferente para identidades de gênero minoritárias. Durante várias conversas informais, e também durante entrevistas, a questão da sexualização foi ressaltada por skatistas e patinadoras como sendo um dos fatores de maior constrangimento no espaço de uma pista. Observar as dinâmicas sociais nas pistas de skate em

Aracaju também me permitiu refletir sobre o processo de disputa enfrentado pelas skatistas nos espaços em que transitam, enquanto mulheres na rua e no skate.

Como posto acima, há formas de se entrar e sair das pistas, assim como há comportamentos nesses espaços que reproduzem dinâmicas socialmente construídas fora dos territórios do *skateboarding* que estabelecem posições de sujeito específicas para as mulheres que ali se inserem. Elas nem sempre são prioridades nas filas das rampas; são observadas com mais atenção, principalmente quando destoam da maioria masculina nas pistas. E, a partir de atos mais ou menos explícitos, aprendem que ali ocupam a posição de um Outro¹⁰⁷ (Beauvoir, 2008) longe dos holofotes da prática esportiva. Nesse contexto, o corpo passa a ser o principal veículo de internalização de dinâmicas de opressão, bem como de estratégias e táticas (Certeau, 1998) que respondam a essas opressões.

Os corpos masculinos parecem fazer parte da paisagem urbana que ali se compõe, enquanto os femininos são constantemente observados com maior atenção e curiosidade. Ao observar a prática de algumas meninas e mulheres que se dirigiam sobretudo à pista Cara de Sapo, mais frequentada na cidade, pude notar vários tipos de olhares direcionados a elas enquanto percorriam o espaço de concreto. Olhares atentos, bem como olhares que julgavam e também que sexualizavam os seus corpos, quando não comentários entre grupos de rapazes que opinavam sobre cada performance. Durante a minha prática também identifiquei olhares desse tipo, bem como ouvi relatos similares em conversas informais com frequentadoras da pista. A influência desses olhares contribui para a construção de um *habitus* particular entre as mulheres que praticam o skate, como discutirei a seguir.

4 *HABITUS, HEXIS E PERFORMANCE*

As reflexões trazidas acima, que são oriundas de relatos recolhidos nas entrevistas, conversas informais e também da minha experiência individual como pesquisadora-praticante, possibilitam pensar a construção de um *habitus* skatista/ - algo similar ao que Wacquant (2006) propõe ao conceituar o *habitus* pugilista; uma série de condutas compartilhadas por indivíduos adeptos de determinada prática ou estilo de vida.

O conceito de *habitus* foi inicialmente proposto por Pierre Bourdieu e diz respeito às disposições físicas e simbólicas incorporadas pelos sujeitos em determinadas configurações

¹⁰⁷ No clássico dos estudos feministas *O Segundo Sexo: fatos e mitos*, Simone de Beauvoir (2008) propôs uma discussão, no campo da filosofia, sobre como as sociedades ocidentais construíram a imagem da mulher como um sujeito à parte da figura masculina ontologicamente classificada como o sujeito “neutro”.

sociais. Segundo Montagner (2005, p. 517) “Esse *habitus*, em nossa análise, guarda implicações que caracterizam uma segunda natureza, pressupostos básicos sem os quais ele não mantém sua coerência e operacionalidade”. Já de acordo com Costa e Murphy (2015),

Com o *habitus*, Bourdieu tentou acessar comportamentos, percepções e crenças internalizadas que os indivíduos carregam consigo e que, em parte, são traduzidos nas práticas que transferem de e para os espaços sociais em que interagem. O *habitus* é, assim, mais do que experiência acumulada; é um processo social complexo em quais disposições individuais e coletivas sempre estruturantes se desenvolvem na prática para justificar as perspectivas, valores, ações e posições sociais dos indivíduos. Tão importante quanto isso, o *habitus* pode ser visto tanto como um agente de continuidade e tradição quanto como uma força de mudança. (Costa; Murphy, 2015, p. 4, tradução da autora).

Ancorado ao conceito de *habitus* se encontra a noção de *hexis*, que seria a dimensão corporificada do *habitus*. De acordo com Montagner (2005),

Essa *hexis* é composta de um capital físico ou corporal, correspondente a uma disposição e a uma trajetória individual, mas também de uma dimensão coletivizada, de grupo. Esse poder de retenção é um poder basicamente corporal, ainda que não se conheçam os mecanismos dessa capacidade de memorização física. (Montagner, 2005, p. 517).

É importante situar que, para Bourdieu, o *habitus* está circunscrito a um campo: um espaço social relativamente autônomo, um microcosmos dotado de leis próprias (Bourdieu, 2004). Há um ponto importante a ser frisado: o campo é um lugar de disputa. Mais precisamente, “qualquer que seja o campo, ele é objeto de luta tanto em sua representação quanto em sua realidade” (Bourdieu, 2004, p. 29). A cultura *skateboarder* de Aracaju pode ser interpretada sociologicamente como um campo; afinal, possui regras e jogos sociais próprios que delimitam relações de poder. A integração efetiva de um indivíduo a esse campo depende, portanto, da incorporação do *habitus* skatista.

Como podemos, então, pensar um *habitus* skatista na cidade de Aracaju? Acredito que, assim como o *habitus* pugilista estudado por Wacquant, o *habitus* skatista se baseia em um processo de incorporação de signos socialmente construídos no contexto dessas práticas esportivas. Esse processo envolve desde as técnicas aprendidas nas pistas, que se adequariam ao conceito de *hexis* - como ficar de pé e manter o equilíbrio no *shape*, realizar manobras - quanto recursos simbólicos, como a utilização de um vocabulário específico da cultura *skateboarder*, a adoção de um vestuário comum a tais estilos de vida e, também, toda uma percepção da prática do skate enquanto performance. Essa performance implica em uma

reprodução de formas de se chegar e sair das pistas que geralmente são apreendidas a partir do convívio com skatistas mais experientes, que dominam os signos ali estabelecidos.

Esse *habitus*, entretanto, é apreendido de formas diferentes para homens e mulheres que praticam o skateboarding. Além da conduta padrão para se manusear um skate, as mulheres inseridas nesse campo também precisam desenvolver suas próprias formas de transitar pelo espaço estando em desvantagem - o que exerce um efeito direto na sua autoconfiança. Gill Valentine (1989) observa que

Ao contrário dos homens, as mulheres descobrem que, quando estão em espaços públicos, seu espaço pessoal é frequentemente invadido por assobios, comentários ou agressões físicas reais de homens estranhos. Essa incapacidade das mulheres de escolher com quem elas interagem e se comunicam afeta profundamente seu senso de segurança em público. (Valentine, 1989, p. 386, tradução nossa).

A dimensão performática do *habitus* skatista também sofre influência dos marcadores de gênero. Ser vista e ouvida, para uma mulher que se encontra nesses espaços, significa se sentir exposta em muitos momentos. Entretanto, quando se é tomada consciência dessa exposição e ela é utilizada como uma ferramenta para se impor no espaço da pista, ela pode se tornar empoderadora:

Eu comecei a pensar que, ainda que eu fosse olhada, eu podia tornar essa tensão alguma coisa, então, já que eu ia chamar atenção de qualquer jeito, quando eu tava ali andando, eu tava me mostrando e tava sendo um objeto em movimento que também não podia ser ignorado, entende? (Entrevista com Nicole Santa Rosa, 2024).

O skate se torna, nesse sentido, um ato performático de resistência veiculado a partir do corpo, o que é percebido pela interlocutora citada acima: “é, eu acho que eu tinha muita vontade de fazer eles terem que engolir, tipo: eu estou aqui, vai ter que desviar de mim. Sabe? Me botar à prova... totalmente arte do corpo, sabe?” (Entrevista com Nicole Santa Rosa, 2024).

5 VIOLÊNCIAS FÍSICAS, SIMBÓLICAS E DISCURSIVAS NOS ESPAÇOS DO SKATE EM ARACAJU

A experiência andando de skate enquanto mulher parece ser hostil na maioria das circunstâncias. Áreas públicas que teoricamente foram feitas para a atividade de esportes e lazer, como o calçadão Praia Formosa, nas redondezas dos bairros São José e Treze de Julho, não são vivenciadas da mesma forma para todos que frequentam esses espaços. Na minha experiência individual em campo, sozinha, recebi olhares muito específicos: olhares de

estranheza, especialmente vindo de adultos que seguiam à risca os padrões estéticos e comportamentais de gênero. Isso fica ainda mais visível quando é contraposto ao ideal de lazer que é praticado nesses espaços - caminhadas, corridas, atividades funcionais e, às vezes, algumas atividades de luta. Então, essa experiência de ser um corpo estranho e estranhado - como pessoa e, especialmente, como mulher andando de skate - me fez optar por me deslocar, gastar mais dinheiro e recursos para frequentar a pista Cara de Sapo, um espaço designado para a prática do skateboarding.

Mas isso não significa que a experiência nesse espaço, por sua vez, passa a ser inócua. Afinal, ao invés de receber olhares repressivos e conservadores por estar fazendo algo que "meninas não deveriam fazer", passei a ser olhada de outra forma: com julgamentos técnicos, olhares de paquera, ainda assim permeados pela curiosidade de quem vê um corpo estranho ali. Independentemente dos espaços a serem frequentados, o corpo feminino em nenhuma hipótese é um corpo neutro. Ele é um corpo a ser atravessado pelo controle do olhar, pelo que vemos e pelo que nos olha, algo próximo ao que Didi-Hubermann (1998) define como “a inelutável cisão do ver”.

É a partir desse entendimento por parte das skatistas de que o seu corpo não é neutro que ocorre uma experiência muito particular com o medo, a coragem e a liberdade. Há um medo, comum a todos os skatistas, de se machucar severamente ao

errar uma manobra. Mas há, também, o medo de ser abordada, sexualizada ou julgada por outros skatistas. O medo é uma constante na relação das mulheres com o espaço público, como posto por Barros (2020):

O caminho que percorrem para o trabalho, a escola, a academia, a creche, a padaria, etc. todos eles são determinados pela experiência vivida em relação às intimidações de cunho sexual que experimentaram durante a vida e que limitam sua mobilidade no espaço urbano. O medo que toma de sobressalto uma mulher no espaço público, é um medo transpassado pela sua condição de mulher, e é ainda, a principal emoção que gerencia a forma como os trajetos no espaço urbano das ruas são estabelecidos. (Barros, 2020, p. 220).

Cabe reiterar que, como coloca Gill Valentine (1989), o medo das mulheres é espacializado. No artigo *The geography of women's fear* (a geografia do medo das mulheres, em português) a autora sintetiza os perigos em torno de ser uma mulher em espaços públicos:

[...] a maioria das mulheres, especialmente à noite, tem uma consciência elevada das micro características de design de seu ambiente e ajusta seu ritmo e caminho de acordo: correndo ou atravessando a rua para evitar becos, portas recuadas, arbustos crescidos e outras áreas percebidas como sombrias (Valentine, 1989, p. 287, tradução nossa).

O relato trazido abaixo evidencia as dimensões do constrangimento que skatistas meninas e mulheres sentem apenas por estarem em certos espaços:

Como era ir para a pista?

Como eu ia com a minha amiga, era sempre um “momento”. A gente sempre comia uma comida antes ou depois e ia andar juntas. Mas tinham outras coisas ao redor que, sei lá, pareciam uma parte assustadora do cenário, era muito... muitos olhos em cima de nós duas.

E que olhos eram esses?

Olhos que querem alguma coisa.

E quem olhava dessa forma?

Rapazes obviamente muito mais velhos. Visivelmente muito mais velhos.

E como isso te fazia sentir? Bem, mal, neutra?

Que eu tinha que tomar cuidado sempre. Mesmo estando ali com a minha amiga - que talvez eu tinha que tomar cuidado inclusive por mim e por ela.

Então isso também fazia parte das coisas que você sentia no seu corpo estando ali... medo?

Medo, não. Vigilância. Porque se tiver medo vai ser pior, tem que ser destemida. (Entrevista com Nicole Santa Rosa, 2024)

A interlocutora andava de skate por lazer na companhia de uma amiga durante a adolescência; contudo, ao separar-se da amiga em virtude de uma mudança de estado, deixa de frequentar a pista Cara de Sapo, e retorna somente dez anos depois, ao encontrar outras amigas que também praticam o esporte.

Se o medo é uma emoção predominante ao estar na pista enquanto mulher, a coragem se posiciona como uma tática de resistência aos mecanismos de dominação ali presentes. Essa relação com a coragem se torna evidente antes da execução de manobras (Figura 5) mas também no simples ato de estar em um espaço onde se é, simultaneamente, minoria e objeto.

FIGURA 5 - SKATISTA LARISSA SE PREPARA PARA UM *DROP*



Fonte: Foto da autora (2024).

A liberdade aparece, então, como consequência da elaboração do medo a partir da coragem. Ela surge como consequência de um empoderamento individual e coletivo, e também a partir da ressignificação da experiência com o esporte e o espaço público. Após ouvir o relato citado acima, pautado em experiências de assédio e hipervigilância, perguntei à interlocutora: “não havia nenhuma forma de sentir liberdade ali?”, que prontamente responde: “Sim! Em cima do skate.” (Entrevista com Nicole Santa Rosa, 2024). E, nessa mesma perspectiva, outra interlocutora frisou: “a rua liberta” (Entrevista com Vitória Fortes, 2023)

É interessante realizar, também, um recorte de gênero ao pensarmos a experiência feminina do skate; podemos associá-la às “existências superprotegidas pelos regulamentos sociais” citadas por Le Breton (2009). Conforme já discutido por outros autores, como Barros (2020), as mulheres foram (e ainda são, em determinados recortes sociais) limitadas aos ambientes privados e domésticos. Nesse sentido, a possibilidade de inserção em circuitos de esportes radicais ou estilos de vida contra-hegemônicos como o skate pode significar uma ruptura com tais regulamentos sociais. O corpo passa a ser o principal canal dessa ruptura; a partir de novos sentidos aplicados às práticas corporais femininas, as skatistas tensionam noções pré-estabelecidas sobre condutas de gênero.

Podemos entender mais profundamente tais dinâmicas de exclusão dos corpos femininos no esporte a partir do conceito de tecnologia de gênero pensado por Teresa de Lauretis (2019). A autora elaborou esse conceito a partir da noção de tecnologia sexual proposta por Michel Foucault; ao entender o gênero como parte dessa sistemática, de Lauretis (2019) entende as tecnologias de gênero como técnicas e estratégias discursivas pelas quais o gênero é construído. Ou seja, essas tecnologias são papéis sociais instituídos historicamente.

Como posto por de Lauretis (2019, p. 126), o sistema sexo-gênero é “tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico”. Dessa forma, os papéis socialmente impostos às mulheres e as posições ocupadas pelas mesmas no tecido social são reforçadas por recursos simbólicos instituídos em espaços públicos e privados. Nesse sentido, é possível elaborar uma série de discussões sobre as relações não apenas entre corpo e esporte, mas também entre corpo e gênero no contexto das reivindicações políticas femininas no espaço público, como discutido por Sorj e Gomes (2014), quando pontuam que

Para as gerações contemporâneas, o corpo assume um significado mais amplo. Ter autonomia sobre o corpo extrapola o tema do controle da reprodução e da saúde e a articulação de políticas públicas correspondentes, e passa a se referir principalmente a um modo de experimentação do corpo que, embora não prescindia de transformações na política, na cultura e nas relações interpessoais, é vivenciado como subjetivo (Sorj; Gomes, 2014, p. 438).

É interessante salientar que, a partir das experiências recolhidas em campo e apresentadas nesta tese, pode-se ver que o skate transcende a categoria de simples atividades esportivas e se tornam parte das identidades das mulheres que os praticam. As identidades, como posto por autores como Hall (2003), Woodward (2014), Ennes e Marcon (2014), são processos relacionais, baseados nas experiências de reconhecimento dos sujeitos sociais enquanto parte de determinadas categorias também determinadas socialmente. Considerando essas reflexões e também as contribuições de Hebdige (1979) para pensar os estilos de vida como práticas de significação coletivas, podemos pensar no skate como um estilo de vida que define, ainda que parcialmente, as formas das interlocutoras deste trabalho se posicionarem nas suas respectivas realidades sociais.

É possível, então, discutir como a ação coletiva desempenha um papel importante nesta dinâmica. O conceito de ação coletiva foi pensado pela primeira vez, a nível sociológico, por Charles Tilly (1985) como uma série de interações estratégicas e dinâmicas dentro e entre grupos. Os movimentos sociais são exemplos claros de como a ação coletiva ocorre na sociedade contemporânea. Além disso, como afirma Goulart (2023, p. 69, tradução do autor),

“é pela ação coletiva que os movimentos sociais entram na política, divulgando suas reivindicações e representando publicamente sua causa”. Pude identificar esse tipo de movimentação coletiva durante o primeiro ato da Associação Esportiva de Skate e Patins de Sergipe (AESPS) (Figura 6). Nele, discutimos a possibilidade de realizar uma roda de conversa sobre experiências femininas no skate e nos patins, que ocorreu na pista do Parque dos Cajueiros, também conhecida como Mosquito Skatepark (Figura 7).

FIGURA 6 - SKATISTAS NO PRIMEIRO ATO DA AESPS



Fonte: Foto da autora, 2024.

FIGURA 7 - FLYER DA RODA DE CONVERSA



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Andar de skate, como visto no presente trabalho, transcende a categoria de performance esportiva: é uma performance estética que reafirma as possibilidades de trânsito pelas ruas e de uso dos equipamentos públicos, assim como uma performance política na medida em que sujeitos atravessados por opressões de gênero, raça e classe reivindicam, através do corpo e do movimento, a sua presença nos espaços urbanos - o que reitera interpretações sociológicas anteriores sobre a cidade como um *locus* de ação política e disputa de sentidos sobre o espaço público (Marcon e Galvão, 2023).

Neste trabalho, debati como as relações de gênero atravessam as experiências de meninas e mulheres skatistas, e como essas relações interferem material e subjetivamente nas suas trajetórias nesse estilo de vida. Discuti as sensações físicas e emoções vividas pelos corpos femininos ao transitar pelas pistas de skate, e as respostas dessas jovens a contextos de desigualdade e/ou repressão; a ambiguidade do medo e da liberdade que demarcam a experiência feminina no skate.

A ação coletiva se tornou um elemento fundamental para a permanência de meninas e mulheres no skate, assim como para o reconhecimento do skate feminino enquanto um segmento esportivo e cultural que possui demandas próprias. Ao agir coletivamente, as skatistas elaboram as suas próprias “táticas” de ocupação do espaço público. Para Michel de Certeau (1998), a tática é a “arte do fraco”; ela é determinada pela ausência de poder, pelo lugar ocupado pelo Outro. Se pensarmos no skate como “arte do corpo”, como posto anteriormente por uma das interlocutoras, podemos interpretar a ocupação coletiva de espaços hegemonicamente masculinos e a realização de discussões sobre a desigualdade de gênero no skate não apenas como táticas, mas também como o que Glória Diógenes (2019) entende por artes e astúcias de reinvenção da cidade.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Marília; RUBIO, Kátia. “Do outside”: corpo e natureza, medo e gênero no universitário paulistano. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paul v.25, n.1, p. 97-110, jan./mar. 2011.
- BARROS, Erna. “Uma cidade muda não muda”. *Mulheres, graffiti e espaços urbanos hostis*. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

BARROS JÚNIOR, Bartolomeu Lins De; MORAES, Danielle Batista De. A sociologia do corpo de Le Breton e sua relação com a agenda pós-moderna. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 45, p. e20230066, 2023.

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941*. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Presidência da República, Casa Civil, 1941.

CAMPOS, Ricardo. Juventude e visualidade no mundo contemporâneo. In: *Sociologia, problemas e práticas*. n. 63, 2010, pp. 113-137.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

COSTA, Cristina; MURPHY, Mark. Bourdieu and the Application of Habitus across the Social Sciences. In: *Bourdieu, Habitus and Social Research*, 2015.

DIAS, Juliana. *Antes de mais nada*. 1. ed. Editora Urutau, 2022.

DIDI-HUBERMANN, G. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34, 1998.

DIÓGENES, Glória. Diagramas da Juventude Contemporânea: Artes e Astúcias de Reinvenção na Cidade. In: BITTENCOURT, João (org). *Juventudes Contemporâneas: Desafios e Expectativas em transformação*. Rio de Janeiro: Telha, 2020.

ENNES, Marcelo Alario.; MARCON, Frank Nilton. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 16, n. 35, jan/abr 2014, p. 274-305.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GALVÃO, L. Corpo, gênero e agência: uma análise a partir do skate e do femininos em Aracaju. *Diversidade e Educação*. v. 11, p. 352, 2024.

_____. *Juventudes e políticas públicas na Grande Aracaju: os coletivos MUDE e Socorreria Arte Urbana*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2020.

_____.; MARCON, Frank Nilton. Práticas culturais juvenis e a cidade como *locus* de ação política e disputa de sentidos sobre o espaço público. *Ponto Urbe*, n. 31, 2023.

_____; _____. Juventudes, Coletivos e Políticas Públicas em Sergipe. *Revista Mundaú*, n. 10, p. 92–116, 2021.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. In: GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, p.11-40, 2002.

_____. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GOELLNER, Silvana Vilodre. Imagens da mulher no esporte. In: DEL PRIORE, Mary; MELO, Victor Andrade (orgs). *História do Esporte no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____; FIGUEIRA, Márcia. “Quando você é excluída, você faz o seu”: mulheres e skate no Brasil. *Cadernos Pagu*. n. 41, jul/dez 2013. pp. 239-264.

_____; _____. Skate e mulheres no Brasil: fragmentos de um esporte em construção. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 30, n. 3, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. EdUFMG, 2003.

HEBDIGE, Dick. *Subculture: the meaning of style*. London & New York: Routledge, 1979.

LA MENDOLA, Salvatore. O sentido do risco. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, nov. 2005.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2019.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 6. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

_____. *Condutas de risco: dos jogos de morte ao jogo de viver*. Editores Associados, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. 5. ed. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17, n. 49, jun. 2002.

_____. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp; Aracaju, SE: Editora UFS, 2007.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 11, n. 2, p. 515–526, 2006.

ORTNER, Sherry. Power and Projects: Reflections on Agency. In: *Anthropology and Social Theory: culture, power, and the acting subject*. London: Duke University Press, 2006.

SORJ, B. GOMES, C. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. v. 29 n. 2, mai/ago. 2014.

TILLY, Charles. Models and Realities of Popular Collective Action. *Social Research*, v. 52, n. 4, p. 717–747, 1985.

WACQUANT, Loic. *Body & soul: notebooks of an apprentice boxer*. 1. ed. New York: Oxford University Press, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, T. (org). *Identidade e Diferença*. Vozes, 2011.

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO INFANTOJUVENIL DA CIDADE DE SÃO CRISTÓVÃO/SE

Kely do Nascimento Souza¹⁰⁸
Camila Gama de Mello¹⁰⁹
Andrei Henrico Alves Santos¹¹⁰

Resumo: O presente diagnóstico busca explorar a situação infantojuvenil no município de São Cristóvão, Sergipe, com o objetivo de analisar a garantia dos direitos previstos, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nas áreas de saúde, educação, assistência social e proteção contra a violência. A pesquisa, realizada por meio de análises documentais, visitas institucionais e grupos focais, destaca desafios como o trabalho infantil, a deficiência de acessibilidade para crianças com necessidades especiais, e a alta exposição de jovens à violência. Os dados coletados apontam para a necessidade urgente de aprimoramento das políticas públicas voltadas à infância e adolescência, especialmente em aspectos de inclusão social e proteção integral. O diagnóstico conclui que, para a efetiva realização dos direitos infantojuvenis, é necessário fortalecer a intersetorialidade entre as políticas sociais e ampliar os investimentos em infraestrutura, formação de profissionais e programas de prevenção à violência.

Palavras-chave: Assistência social; Crianças e adolescentes; Diagnóstico infantojuvenil.

Abstract: This diagnosis seeks to explore the situation of children and adolescents in the municipality of São Cristóvão, Sergipe, with the aim of analyzing the guarantee of rights as established by the principles outlined in the Statute of the Child and Adolescent (ECA), in the areas of health, education, social assistance, and protection against violence. The research, conducted through document analyses, institutional visits, and focus groups, highlights challenges such as child labor, the lack of accessibility for children with special needs, and the high exposure of youth to violence. The collected data indicate an urgent need to improve public policies aimed at children and adolescents, especially regarding aspects of social inclusion and comprehensive protection. The diagnosis concludes that, for the effective realization of the rights of children and adolescents, it is necessary to strengthen intersectoral collaboration among social policies and to increase investments in infrastructure, professional training, and violence prevention programs.

Keywords: Social assistance; Children and adolescents; Child and adolescent diagnosis.

¹⁰⁸ Graduanda em Serviço Social pela UFS (2021). Pesquisadora no Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde - PET-Saúde Equidade, eixo III; Contato: kelysouzz@gmail.com

¹⁰⁹ Graduanda em Serviço Social pela UFS (2021). Integrou o Ciclo de Estudos “Estado: Decifra-me ou te devoro”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Marxistas (2023). Contato: camilagamademello@hotmail.com

¹¹⁰ Graduando em psicologia pela UFS (2020). Pesquisador iniciante vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Exclusão, Cidadania e Direitos Humanos - GEPEC. Contato: andreihenrico@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A cidade de São Cristóvão - Sergipe, destaca-se não apenas por sua relevância histórica como a quarta cidade mais antiga do Brasil, mas também por suas expressões da Questão Social¹¹¹. Entre essas questões, a situação de vulnerabilidade de crianças e adolescentes é uma que exige ações concretas do poder público. Logo, ao reconhecer essa realidade, o município, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), promoveu a elaboração do Diagnóstico da Situação Infantojuvenil da Cidade de São Cristóvão, com início em novembro de 2023. O documento foi desenvolvido em parceria com a Fundação de Apoio à Pesquisa e Extensão de Sergipe (FAPES) ¹¹², financiado pelo Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, publicado como livro através da Editora Atena em 2024.

A motivação para a realização desse diagnóstico reside na necessidade de compreender, de maneira profunda, as condições de vida e as principais violações de direitos enfrentadas por crianças e adolescentes no município. São Cristóvão apresenta indicadores crescentes em áreas essenciais como saúde, educação e proteção social, exigindo uma atuação integrada e eficaz das políticas públicas. Nesse contexto, o diagnóstico buscou mapear esses desafios e propor diretrizes para o aprimoramento das políticas locais, em conformidade com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que estabelece a proteção integral e a prioridade absoluta dos direitos da infância e juventude.

A metodologia utilizada na elaboração do diagnóstico incluiu uma combinação de técnicas, como os grupos focais, que foram realizados com crianças, adolescentes e suas famílias, permitindo a escuta direta das demandas e vivências dessa população. Além disso, foram feitas visitas *in loco* aos equipamentos e instituições sociais, como escolas municipais, Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ONG's e equipamentos da rede de saúde, como as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS). Outro método foram os questionários aplicados junto aos profissionais que atuam na rede de assistência social, a fim

¹¹¹ Iamamoto (2016, p. 16) explica que as expressões da Questão Social “[...] condensam múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização”.

¹¹² A equipe contratada pela FAPES para realizar o diagnóstico é composta pelos Professores Doutores: Vera Núbia Santos; Vânia Carvalho Santos; Marcelo de Almeida Ferreri; Liliana de Aragão Araújo; e pelos discentes de graduação: Kely do Nascimento Souza; Camila Gama de Mello e Andrei Henrico Alves Santos.

de capturar uma visão mais abrangente sobre os desafios enfrentados na implementação das políticas públicas. Também foi aplicada uma análise documental, com base em relatórios de gestão fornecidos pelas secretarias municipais, e dados obtidos por meio de sistemas oficiais, como o IBGE e o DataSUS.

O diagnóstico organiza-se em torno de cinco eixos centrais de direitos estabelecidos pelo ECA: o direito à vida e à saúde, à liberdade, respeito e dignidade, à convivência familiar e comunitária, à educação, cultura, esporte e lazer, e à profissionalização e proteção no trabalho. A partir desses eixos, o trabalho buscou examinar as condições de vida das crianças e adolescentes de São Cristóvão, identificando as principais violações de direitos e propondo recomendações para superá-las. Reforça a importância da intersetorialidade na formulação de políticas públicas, destacando que a atuação isolada de setores como saúde, educação e assistência social não é suficiente para atender às demandas complexas da população infantojuvenil.

Além de revelar dados sobre morbidade, mortalidade, trabalho infantil e exclusão escolar, a análise da violência sofrida por crianças e adolescentes, incluindo abusos físicos, psicológicos e sexuais também são aprofundadas. Tais questões, associadas às desigualdades socioeconômicas e ao acesso desigual aos serviços públicos, são fatores que agravam a vulnerabilidade dessa população. O diagnóstico, portanto, propõe uma atuação mais incisiva do poder público na promoção dos direitos previstos no ECA, com ênfase em políticas que assegurem o desenvolvimento pleno e saudável das crianças e adolescentes de São Cristóvão/SE.

Diante desse cenário, o presente trabalho busca resumir e discutir os principais achados do diagnóstico, oferecendo uma análise crítica das políticas públicas locais e das lacunas que ainda precisam ser preenchidas. Ao longo deste trabalho, serão abordadas questões fundamentais sobre o acesso à saúde, educação e assistência social, bem como os desafios enfrentados na proteção contra a violência e na garantia dos direitos infantojuvenis, a partir dos eixos já supracitados. Por fim, serão apresentadas recomendações para a melhoria das políticas públicas, com o objetivo de promover uma São Cristóvão mais inclusiva, equitativa e segura para as futuras gerações.

2 O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E O “DIREITO À VIDA E À SAÚDE” DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DIAGNÓSTICO

A saúde é um dos direitos fundamentais garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em seu artigo 7º, o documento estabelece que “a criança e o adolescente têm direito à proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (Brasil, 1990). O diagnóstico da situação infantojuvenil de São Cristóvão/SE (Santos *et al.*, 2024) revela importantes desafios nesse campo. O direito à saúde para crianças e adolescentes inclui o acesso a serviços de prevenção e tratamento, assegurando condições adequadas de desenvolvimento físico e mental. No entanto, o trabalho identificou lacunas e precariedades nos serviços de saúde voltados a esse público no município, destacando problemas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar das crianças e adolescentes.

À exemplo disso há os dados analisados, que mostraram que a morbidade (incidência de doenças) e a mortalidade infantil ainda são desafios expressivos em São Cristóvão. De acordo com o levantamento feito a partir de bases de dados, como o DATASUS, as causas mais frequentes de morbidade infantil incluem doenças respiratórias, doenças diarreicas e infecções virais. Esses problemas de saúde têm uma relação direta com as condições de saneamento básico, habitação e acesso a cuidados preventivos. No contexto da mortalidade, as principais causas estão associadas a complicações durante o parto e o período neonatal, refletindo a dificuldade na obtenção de serviços adequados de pré-natal e acompanhamento gestacional.

É relevante destacar a importância da atenção primária à saúde no combate a esses problemas, mas que apesar disso, as Unidades Básicas de Saúde (UBS) do município enfrentam limitações em termos de estrutura e recursos humanos. A cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que é essencial para o atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, é insuficiente, o que dificulta o acesso regular a serviços e tratamentos de saúde, bem como a detecção precoce de doenças.

Outro ponto importante levantado no diagnóstico foi a crescente demanda por serviços de saúde mental voltados para crianças e adolescentes. O aumento de casos de depressão, ansiedade e transtornos psicológicos, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi identificado como uma preocupação emergente no município. A insegurança alimentar e as condições de pobreza extrema são fatores que agravam os problemas de saúde mental, contribuindo para um cenário em que os jovens têm poucas oportunidades de acesso a acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

No entanto, o diagnóstico revelou que o município não possui uma rede estruturada de atendimento especializado em saúde mental para essa faixa etária. O atendimento existente é

limitado, e há carência de profissionais como psicólogos e psiquiatras para atender à demanda. O único Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) voltado para a população infantojuvenil não é suficiente para suprir as necessidades locais, o que resulta em filas de espera prolongadas e falta de suporte contínuo para os casos mais graves.

A saúde reprodutiva de adolescentes também é uma área de grande preocupação. O trabalho apontou que a gravidez na adolescência continua sendo uma realidade frequente em São Cristóvão/SE, com consequências diretas para a saúde das jovens mães e de seus filhos. Muitas adolescentes não recebem acompanhamento pré-natal adequado, o que contribui para o aumento de riscos obstétricos e complicações durante o parto. A precariedade no atendimento pré-natal se reflete, ainda, nas condições de nascimento dos bebês, pois muitos recém-nascidos sofrem complicações decorrentes da falta de cuidados adequados durante a gestação e o parto. O diagnóstico sugeriu a necessidade urgente de ampliar os programas de acompanhamento pré-natal para adolescentes e reforçar as campanhas de conscientização sobre planejamento familiar e saúde sexual e reprodutiva.

Também destacou a importância de adicionar e ampliar programas de saúde preventiva voltados especificamente para crianças e adolescentes. Um dos principais programas citados foi o Programa Saúde na Escola (PSE), que tem como objetivo integrar a saúde e a educação para promover ações preventivas nas escolas do município. Além disso, foi observado que campanhas de vacinação são essenciais para a prevenção de doenças, mas não vem atingindo de forma satisfatória a população jovem de São Cristóvão.

Outro ponto é a insegurança alimentar, que é um fator que impacta diretamente a saúde das crianças e adolescentes de São Cristóvão. Evidenciou-se que muitas famílias vivem em situação de extrema pobreza, sem acesso regular à alimentação adequada. A desnutrição infantil e a obesidade são problemas que coexistem no município, revelando que a falta de alimentação balanceada e o consumo de alimentos de baixo valor nutritivo afetam a saúde física e o desenvolvimento das crianças.

O impacto da insegurança alimentar vai além da saúde física, afetando também a saúde mental e o desempenho escolar. Crianças que vivem em condições de insegurança alimentar têm maior probabilidade de desenvolver transtornos de ansiedade e comportamentos de risco, como o uso de substâncias prejudiciais à saúde. A integração de políticas públicas que articulem ações de segurança alimentar com a assistência social e a saúde é uma recomendação central do diagnóstico para mitigar esses impactos.

Portanto, com base nos resultados do diagnóstico, algumas recomendações emergem como prioritárias para melhorar a saúde infantojuvenil em São Cristóvão. Dentre elas, está o

fortalecimento da atenção primária à saúde, com o aumento da cobertura da ESF e a ampliação da rede de UBS para garantir o acesso universal aos serviços de saúde. Também é necessário investir na capacitação de profissionais de saúde para atender a crescente demanda por serviços de saúde mental e garantir que os jovens tenham acesso a um acompanhamento adequado e contínuo.

No campo da saúde reprodutiva, é fundamental intensificar as campanhas de conscientização sobre gravidez na adolescência e ampliar o acesso ao pré-natal, especialmente para adolescentes em situação de vulnerabilidade. Além disso, é essencial reforçar os programas de saúde preventiva nas escolas e aumentar a cobertura vacinal, garantindo que todas as crianças e adolescentes recebam as vacinas necessárias.

Por fim, o diagnóstico sugeriu que a melhoria da saúde infantojuvenil em São Cristóvão depende de uma atuação mais articulada entre as secretarias de saúde, educação e assistência social, promovendo uma abordagem intersetorial que integre políticas públicas de segurança alimentar, educação em saúde e assistência à família. Somente dessa forma será possível garantir o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes e assegurar que seus direitos, conforme estabelecidos no ECA, sejam devidamente respeitados.

3 O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E O “DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE” DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DIAGNÓSTICO

O direito à liberdade, ao respeito e à dignidade é essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, conforme estabelecido no ECA. Esse princípio, que trata sobre os direitos humanos, garante que todas as crianças e jovens tenham seus direitos fundamentais assegurados e protegidos contra qualquer forma de violência, discriminação e exploração. Segundo Dias (1996, *apud* Santos *et al.*, 2024, p. 58):

[...] o Artigo 227 da Constituição Federal trata justamente dos valores que constam, de modo quase redundante, nessa parte do texto do Estatuto. Desse modo, fica estabelecido o caráter de base constitucional do que trata o eixo, assim como o sentido de fundamentação constitucional de toda ação dirigida para criança e adolescente, que vise afirmar os valores dos direitos humanos como seus preceitos. Uma vez assegurada a liberdade, o respeito e a dignidade para crianças e adolescentes por qualquer ação do Estado, da família ou da sociedade, o respeito à Constituição Federal de 1988 está também afirmado. Esse eixo, portanto, permite ao diagnóstico apreciar o caráter constitucional das ações da gestão municipal, na atenção aos cidadãos infantojuvenis de São Cristóvão.

No município, o diagnóstico realizado revelou vários desafios para a promoção desses direitos, especialmente em relação à exposição de crianças e adolescentes a situações de risco e à falta de mecanismos de proteção eficazes. As violências - física, psicológica, moral e sexual - representam uma das maiores ameaças ao direito à dignidade de crianças e adolescentes.

A relação entre violência e liberdade emergiu como um tema central nos grupos de discussão realizados. A liberdade foi apresentada como um contraponto vital à experiência de violência, sendo fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. Essa liberdade, em sua forma mais imediata, traduz-se na simples possibilidade de brincar na rua, praticar esportes e interagir com outras crianças. Quando uma criança declara que “gosta de brincar de polícia e ladrão”, revela não apenas uma preferência lúdica, mas também uma necessidade inata de explorar e vivenciar a vida por meio do brincar.

A situação de violência no município reflete uma falha na estrutura de proteção e na sensibilização da sociedade para a garantia do direito ao respeito e à integridade física e emocional das crianças e adolescentes. Essa realidade exige uma resposta imediata e coordenada entre os setores da saúde, educação e assistência social, visando oferecer apoio integral às vítimas de violência e promover campanhas de conscientização que estimulem a denúncia e protejam os direitos infantojuvenis.

Outro aspecto importante do diagnóstico diz respeito à violência institucional, caracterizada pela discriminação e exclusão de crianças e adolescentes em espaços públicos e serviços essenciais. O diagnóstico destacou que adolescentes de famílias de baixa renda e crianças negras são os mais impactados pela exclusão e pela falta de oportunidades, enfrentando barreiras adicionais para se integrar aos sistemas de educação e saúde. Essa violência, que ocorre em instituições públicas, compromete o desenvolvimento pleno dos jovens e mina sua confiança nas políticas e estruturas que deveriam protegê-los.

Além disso, a discriminação contribui para o aumento da evasão escolar, do envolvimento em atividades de risco e da marginalização desses jovens. Para enfrentar esse problema, o diagnóstico recomendou políticas intersetoriais que busquem promover um ambiente educacional acolhedor e que implementem capacitações para profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social. As políticas devem ser desenvolvidas com base em uma escuta ativa das comunidades e um entendimento profundo das dinâmicas sociais locais. A violência, enquanto experiência coletiva, demanda uma resposta que vá além de medidas paliativas, buscando transformar as estruturas sociais que perpetuam essa violência. A construção de espaços seguros e acessíveis, onde crianças e adolescentes possam brincar e se

desenvolver plenamente, é um passo essencial para garantir a proteção integral proposta pelo ECA.

O trabalho infantil é outro fator que compromete o direito à liberdade e à dignidade das crianças e adolescentes. Em São Cristóvão, o trabalho infantil é comum em famílias que enfrentam graves dificuldades financeiras, levando muitos jovens a contribuírem para a renda familiar. Esses adolescentes, geralmente entre 12 e 17 anos, são expostos a trabalhos informais e extenuantes, que vão desde atividades agrícolas em áreas rurais até pequenos trabalhos no comércio local, sem qualquer proteção legal ou apoio institucional.

O direito à liberdade também inclui a capacidade de expressão e autonomia dos adolescentes em ambientes educacionais e sociais. Por isso, a falta de espaço para a participação juvenil prejudica o exercício da cidadania e limita a capacidade desses jovens de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Para promover a autonomia e o protagonismo juvenil, a equipe do diagnóstico recomendou a criação de espaços e programas que incentivem a participação ativa dos adolescentes em fóruns e conselhos comunitários. A inclusão dos jovens nesses espaços fortalece o sentido de pertencimento e permite que suas vozes sejam ouvidas na formulação de políticas públicas que atendam às suas necessidades e expectativas.

Por fim, algumas recomendações são essenciais para promover o respeito e a dignidade de crianças e adolescentes em São Cristóvão. A primeira delas é o fortalecimento dos serviços de proteção social, garantindo que o Conselho Tutelar e o CREAS disponham de recursos suficientes para responder prontamente aos casos de violência e abuso. É fundamental que haja uma articulação intersetorial para oferecer suporte integral às vítimas e prevenir novas violações de direitos.

A implementação de programas de conscientização voltados para famílias, comunidades e escolas também é indispensável. Campanhas educativas que abordem os efeitos negativos da violência e da exploração infantil, além de promoverem o valor da dignidade humana e do respeito aos jovens, são estratégias que podem auxiliar na mudança de mentalidades e na redução das ocorrências de abuso.

Além de promover a capacitação de profissionais das áreas de educação, saúde e assistência social, a fim de que eles possam identificar sinais de abuso e oferecer o atendimento adequado às vítimas. Essa formação deve incluir conhecimentos sobre os direitos infantojuvenis, a importância da escuta qualificada e a necessidade de preservar a dignidade dos jovens em todos os ambientes institucionais. A criação de mecanismos de monitoramento e a ampliação de políticas preventivas são indispensáveis para assegurar que as crianças e

adolescentes de São Cristóvão tenham seus direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade efetivamente garantidos.

4 O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E O “DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA” DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DIAGNÓSTICO

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta, de forma aprofundada, no Livro I, Título II – Dos Direitos Fundamentais, Capítulo III, a legislação que estabelece o direito à Convivência Familiar e Comunitária de crianças e adolescentes no Brasil. Portanto, do artigo 19 ao artigo 52, o ECA estabelece os princípios legais desse direito.

O art. 19 é profundamente claro ao afirmar que “é direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral”. Essa passagem é esclarecedora para compreender a matricialidade familiar da política social, e assim priorizar a educação de crianças e adolescentes em suas famílias naturais, sendo a família substituta, bem como a institucionalização, uma excepcionalidade.

Dentre as várias nuances apresentadas, o Capítulo III irá transcorrer sobre as responsabilidades da família natural e da família substituta. Para a legislação, a família enfatiza a filiação legal, seja ela natural ou adotiva, independentemente do arranjo familiar, se monoparental, nuclear, reconstruída. Dito de outra forma, a família não deve ser compreendida como um “modelo ideal”, “estruturada”, mas de um núcleo familiar que exerça “a função de proteção e socialização de suas crianças e adolescentes” (Brasil, 2006).

É através da Política de Assistência Social, mediante os seus programas, projetos, serviços e benefícios, que a política social busca estabelecer a proteção a este público. Para garantir o cumprimento do estabelecido no ECA, tal política possui diversos equipamentos públicos e de organizações não governamentais que possibilitam o cumprimento dessas garantias legais.

Segundo a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, Resolução Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS nº 109/2009, os serviços dessa política podem ocorrer na Proteção Social Básica - PSB, através dos serviços que são executados prioritariamente pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS: a) Serviço de Proteção e Atendimento

Integral à Família - PAIF; b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Mas também, aqueles desenvolvidos pela Proteção Social Especial - PSE de Média Complexidade, através dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS, Centro POP, Centro-Dia, os quais desenvolvem os seguintes serviços: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Ou ainda aqueles da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, no i) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. No ii) Serviço de Acolhimento em República; ou iii) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Além das instituições públicas, as Organizações da Sociedade Civil (OSC) também podem desenvolver alguns destes serviços, desde que estejam devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS. E, no caso das crianças e dos adolescentes, também no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Atualmente, a Prefeitura de São Cristóvão mantém parcerias com 11 instituições não governamentais, inscritas no Conselho de São Cristóvão.

No período de coleta de dados, foram realizadas visitas pela equipe do diagnóstico em todos os equipamentos públicos. Uma das questões que envolve a cidade de São Cristóvão é ter dois grandes pólos habitacionais, um localizado na região que compreende os bairros Rosa Elze, Tijuquinha, Rosa Maria, Madre Paulina e Eduardo Gomes - onde nos últimos anos observou-se um avanço habitacional considerável - e outro polo na cidade histórica.

Os desafios encontrados nas políticas públicas, sobretudo na política da criança e do adolescente, se mostram diferentes quando comparados esses dois locais. Na região da grande Rosa Elze observaram-se questões ligadas ao avanço da cidade: violência, precário tratamento sanitário, tráfico de drogas, dentre outros. Já na região do centro histórico foram relatadas questões que envolvem, sobretudo, o transporte público. No tocante aos serviços socioassistenciais, observou-se que eles se concentram em algumas áreas geográficas específicas, deixando descobertas outras, principalmente a zona rural.

Além dos equipamentos públicos, também foram realizadas visitas em alguns equipamentos não governamentais, a saber: IDESA Brasil, Casa de Atendimento Fraternal

Samaritanos, Lar Esmeralda e IPAVI, os quais, no ato da visita, além de conhecer as atividades desenvolvidas pela instituição, também foram realizados grupos focais com as crianças e adolescentes e/ou suas famílias (exceto no IPAVI, que não houve condições de realização de grupo focal).

Nas visitas realizadas às OSCs, constatou-se que essas instituições dispõem de uma boa estrutura física para as atividades, com salas espaçosas, bem ventiladas e um forte vínculo de pertencimento com suas/seus usuárias/os. No entanto, enfrentam dificuldades em relação aos recursos humanos, conforme os critérios estabelecidos na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB/RH/SUAS).

Apesar das constantes afirmações tanto dos profissionais como dos usuários da política, ao longo do período de efetivação do levantamento *in loco* realizado pela equipe do diagnóstico, observou-se a fragilidade quanto à estrutura dos equipamentos públicos. Foram constatadas infiltrações em alguns equipamentos e espaços inadequados, com pouca ventilação, o que dificulta a participação do público-alvo por não visualizar atrativos nas instituições. Ademais, observou-se a necessidade de adequação dos espaços físicos aos serviços desenvolvidos, pois alguns prédios não conseguem promover um ambiente seguro para a realização das escutas.

A Unidade de Acolhimento Nossa Senhora da Vitória, por exemplo, possui severas deficiências quanto ao atendimento às crianças e adolescentes pela equipe técnica (assistente social e psicóloga) e coordenação, as quais, dividem uma sala extremamente apertada, e amontoadas com equipamentos e materiais de trabalho, o que dificulta o processo de trabalho de cada área de atuação, além do atendimento humanizado e do processo de escuta sigilosa não apenas das crianças e adolescentes acolhidos, mas também de suas famílias. Outro dado relevante é o acúmulo de função desempenhadas pelas/os cuidadoras/es do equipamento, elas/es são os responsáveis pela limpeza do imóvel, cozinhar, lavar as roupas, administrar medicação, cuidados gerais, acompanhamento de afazeres escolares, lazer e outros cuidados que as crianças e adolescentes necessitam.

Em diversas ocasiões observou-se a grande demanda para os serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade no SUAS, que tem seus serviços executados através dos CREAS. São Cristóvão possui, atualmente, apenas um CREAS, localizado na sede, o que dificulta o acesso das pessoas que necessitam do atendimento deste serviço e que residem na região do Conjunto Eduardo Gomes/Tijuquinha/Rosa Elze. Em razão desta demanda, há um estudo para a implantação de outro CREAS, sendo este nesta região do Grande Rosa Elze, o que possibilitará um melhor atendimento às/aos usuárias/os deste serviço, visto que nos últimos

anos houve um avanço populacional desta região, o que demanda mais serviços públicos, não apenas da política de assistência social, mas das demais políticas públicas.

Além das questões estruturais dos prédios onde funcionam os Conselhos Tutelares (CTs), foram destacadas dificuldades relacionadas à compreensão do papel do CT, que muitas vezes é visto como um órgão repressivo e coercitivo. Em relação à demanda, observou-se que as violações de direitos de crianças e adolescentes, especialmente os casos de abuso sexual, aumentam durante o período das férias escolares. Embora a comunidade frequentemente atue na defesa de crianças e adolescentes, em algumas situações, ela silencia.

Contudo, algumas das questões centrais estão na articulação em rede, na busca de agilização dos processos que envolvem crianças e adolescentes em todo o sistema de garantia de direitos, mas também nas variadas políticas públicas, sobretudo nas políticas sociais centrais, à exemplo da Assistência Social, Saúde e Educação, uma vez que o público-alvo dessas políticas, não raras as vezes, é o mesmo.

Sobre os grupos focais, foram realizados em escolas, CRAS e instituições governamentais inscritas no CMDCA para possibilitar a escuta das crianças e adolescentes e suas famílias sobre as questões que dizem respeito ao seu dia a dia. Ouvi-los possibilitou não apenas dar voz ao público-alvo do diagnóstico, mas também aproximar as/os pesquisadoras/es da realidade vivenciada por elas/es. Os 12 grupos focais realizados, apesar de terem várias similaridades, estabeleceram relações e dinâmicas diferentes, pois vivenciam situações díspares.

Quando questionados sobre o sentimento de proteção na cidade, em muitos dos grupos focais a resposta estava ligada à violência, tanto doméstica quanto urbana e policial. Apesar dos relatos de violência, eles/elas afirmaram sentir-se protegidos dentro da própria comunidade. No entanto, relataram que, durante as rondas, a polícia não distingue quem está envolvido em delitos, tratando todos de forma igual, inclusive crianças e adolescentes, o que, em certos momentos, caracteriza violência institucional. Essas questões causam preocupação na medida que a mesma relação de pertencimento não é observada com as instituições públicas.

Nos grupos focais realizados em escolas/CRAS, os relatos destacaram o alto índice de violência e a sensação de desproteção sentida, inclusive dentro das escolas. Já nos grupos focais realizados em instituições não governamentais, as/os participantes mencionaram que, apesar da violência que por vezes ocorre na região, sentem que a instituição é segura e que os índices de violência diminuíram após a atuação da mesma. Eles também relataram bons sentimentos em relação aos CRAS, valorizando o fortalecimento de vínculos com outras crianças e adolescentes e o acesso à alimentação.

Ao serem questionados sobre a família, as crianças e adolescentes mencionaram como integrantes do núcleo familiar a mãe, o pai, irmãos/irmãs, padrasto/madrasta e avó. No entanto, ao serem questionados sobre quem cuidava delas/os quando estavam doentes, a resposta era quase sempre uma figura feminina, predominantemente a mãe ou a avó. Algumas meninas relataram que eram responsáveis por cuidar de seus/suas irmãos/irmãs mais novos/as ou até mesmo dos/as filhos/as de vizinhos, configurando uma forma de trabalho infantil. Essa situação foi evidenciada em um dos grupos focais, quando uma participante trouxe outra criança, e, ao ser questionada sobre o grau de parentesco entre elas, a adolescente respondeu que não eram parentes, apenas “cuidava” daquela criança.

Um dado importante trazido por alguns grupos focais foi a falta de tempo que as crianças e adolescentes tinham com sua mãe em função das jornadas de trabalho, razão pela qual muitas/os eram cuidadas/os pelas suas avós ou irmãs mais velhas. Quanto às atividades que a família realiza junto, as crianças e adolescentes responderam às atividades lúdicas, como assistir, passear, dentre outras; já a família relatou atividades ligadas ao cuidado doméstico. Esse relato não apenas chama atenção para o tempo que pais e mães dedicam às/aos suas/seus filhas/os, mas também o que eles/elas observam como atividades a serem realizadas juntos.

Já os questionários realizados com os trabalhadores da SEMAS revelaram uma percepção mista sobre a proteção de crianças e adolescentes no município. Na avaliação, apenas 2,5% dos respondentes consideraram que não há proteção alguma, enquanto 6,2% observaram alguma proteção. A maioria, 48,7%, optou pela avaliação intermediária, com 30% apontando uma proteção boa e 12,5% afirmando que a proteção é muito boa. Embora haja um reconhecimento da presença de órgãos que atuam na proteção, os trabalhadores identificaram “lacunas” e desafios na cobertura e articulação dos serviços. Questões como a vulnerabilidade das crianças e adolescentes LGBTQIAPN+, a desproteção social e as dificuldades enfrentadas por famílias em situações de risco foram destacadas.

Os profissionais também enfatizaram a necessidade de fortalecer a rede de proteção e a importância da atuação de ONGs, especialmente em áreas rurais onde os atendimentos são escassos. Os desafios citados incluíram a sobrecarga de trabalho, a falta de compreensão sobre o acolhimento institucional e a dificuldade de acesso aos serviços devido à configuração territorial do município. Além disso, a garantia de renda para as famílias e a alocação de orçamento público para os serviços foram considerados fundamentais para melhorar a situação. Os trabalhadores ressaltaram que a convivência familiar e comunitária deve ser constantemente avaliada e que o trabalho em rede deve ser fortalecido para garantir a proteção eficaz desse público.

5 O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E O “DIREITO À EDUCAÇÃO, À CULTURA, AO ESPORTE E AO LAZER” DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM DIAGNÓSTICO

No título II do seu primeiro livro, o ECA apresenta os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, sendo o Capítulo IV responsável por detalhar a legislação que regulamenta o direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, discorrendo sobre estes do artigo 53 até o 59. Tal legislação assegura garantias em relação ao acesso das crianças e adolescentes às instituições educacionais, aos insumos e condições para a permanência dos estudantes na escola, e aos dispositivos para a concretização desses direitos. A educação escolar é considerada uma dimensão primordial para a formação da cidadania, sendo um princípio essencial para a participação de todos nos espaços sociais e políticos, além de promover uma inserção qualificada no mercado de trabalho.

Nesse contexto, o artigo 53 da legislação assegura igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, garante o respeito aos alunos nas instituições de ensino e possibilita a participação de crianças e adolescentes na construção do processo pedagógico. Ao assegurar tais direitos, o Estatuto inscreve como dever da Família, da Sociedade e do Estado a garantia da inserção de crianças e adolescentes no sistema educacional, bem como o acompanhamento e desenvolvimento deste, preservando a integralidade como fonte inspiradora e sustentando um posicionamento respeitoso às opiniões e expressões das crianças e dos adolescentes nos seus movimentos participativos no processo estudantil.

Para além da garantia do direito à Educação, mas estando ainda em conformidade com ela, o Estatuto afirma a importância da cultura, da arte, do esporte e do lazer para o pleno desenvolvimento do processo educacional das crianças e adolescentes. Portanto, as habilidades potenciais dos alunos devem ser contempladas pelo sistema educacional. Neste sentido, o artigo 59 alerta sobre a necessidade de mobilização municipal, com apoio do Estado e da União, na destinação de recursos e espaços para o desenvolvimento de atividades e programações culturais, esportivas e de lazer dirigidas à infância e à juventude.

Tendo em vista a garantia destes direitos apresentados e as especificidades de suas reivindicações, a este eixo do diagnóstico coube a tarefa de detalhar, a partir de materiais coletados por veículos de informações da internet, por documentos encaminhados pela Secretaria Municipal de São Cristóvão e pela coleta de dados primários em campo, a situação atual dos estabelecimentos e projetos públicos referentes às políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer do município.

A respeito da caracterização e do andamento da rede escolar do município, foram coletadas informações do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), mediante a sintetização dos dados apresentados pelo Portal QEdu, como também pelo Portal do IBGE, do Relatório de Gestão de 2022 e do Plano Municipal de Educação (PME), enviados pela Secretaria de Educação do município (SEMED). Por conta da diferença temporal com que as pesquisas foram feitas, alguns dados podem variar entre os anos de 2021, 2022 e 2023.

De forma geral, o primeiro movimento deste eixo foi mais descritivo, buscando apresentar informações a respeito do funcionamento e dos dados da Rede Municipal de Educação. Constam nele um panorama geral das Unidades Escolares: suas localizações na amplitude do território, as turmas ofertadas, desde creches aos últimos anos do ensino fundamental, etc; um panorama geral de matrículas da rede, expondo avanços significativos de 2016 a 2023, com crescimentos percentuais que demonstraram uma maior atenção do município voltada para o desenvolvimento da educação municipal no decorrer dos anos, especialmente com relação às creches e à educação especial; as taxas de rendimento escolar, que apresentaram os índices de aprovações, reprovações e abandonos na rede, os quais expuseram boas taxas de aprovações nos anos iniciais, assim como nos anos finais, apesar de serem mais acometidos por reprovações e abandonos; os índices de aprendizagem e, por fim, uma descrição sucinta do Relatório de Gestão de 2022 e do Plano Municipal de Educação (PME). Todos os dados foram analisados em comparação uns com os outros, já que alguns dizem respeito a pesquisas diferentes, apesar de terem como alvo os mesmos objetos, sendo assim, apontadas contradições e complementações entre eles.

Além desta parte de caracterização da Rede Municipal de Educação, feita exclusivamente com dados secundários, o diagnóstico se debruçou também à realização de coleta de dados em campo. Para tanto, foram feitas visitas *in loco* em boa parte das Unidades Escolares da rede, com o intuito de, em conversa aberta com os gestores que recebiam a equipe durante as visitas, compreender quais eram as questões que caracterizavam as Unidades Escolares. De modo geral, no decorrer das visitas, questões como dificuldades de contato e de estabelecimento de vínculo com os pais ou responsáveis dos alunos, problemas no que diz respeito à infraestrutura dos colégios, dificuldades em lidar com os crescentes índices de alunos atípicos – aspecto que se mostrou excepcionalmente alarmante –, presença constante de violências no território e grande número de alunos com famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, foram frequentes nas falas dos gestores, se repetindo na maior parte das

unidades visitadas. Há no diagnóstico uma descrição mais detalhada sobre as diferentes formas com que estas questões foram relatadas nas diferentes unidades.

De modo a possibilitar a compreensão de como as crianças e adolescentes, bem como suas famílias visualizavam o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, foi proposto também, para a coleta dos dados de campo, a execução de grupos focais, como já foi apontado anteriormente. Para além das diversas questões trazidas pelos participantes, foram apontadas, de forma mais geral, problemáticas com respeito à infraestrutura dos colégios, questões sobre a relação entre violência territorial e sua incidência no contexto educacional, possibilidades de capacitações de crianças e adolescentes para além da grade curricular básica, pontuações sobre a importância de criação dos grêmios estudantis e capacitação de alunos para maior participação no processo pedagógico.

Por fim, para uma compreensão mais efetiva da situação das políticas públicas no que tange às múltiplas facetas da política da criança e do adolescente no município de São Cristóvão, além das visitas *in loco* e dos grupos focais, o diagnóstico também buscou compreender os pontos de vista dos trabalhadores que compõem a Rede de Assistência Social do município. Quando questionados sobre suas percepções quanto à existência de atividades e lugares propícios para o desenvolvimento do direito à Cultura, ao Esporte e ao Lazer das crianças e dos adolescentes, os trabalhadores relataram, em alguns momentos, a inexistência de ambientes adequados para a garantia de tais direitos. Em outros, expuseram que existem sim alguns locais propícios como quadras, dispostas tanto nas comunidades quanto nas Unidades Escolares, praças públicas, ginásios municipais, museus, festivais, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pontos turísticos, entre outros. No entanto, algumas problemáticas, com respeito à necessidade de maiores investimentos em tais políticas como também com respeito à insegurança em deixar as crianças e adolescentes disporem desses espaços públicos, foram relatadas.

O município de São Cristóvão possui uma secretaria responsável pelo direito constitucional de crianças e adolescentes disporem da prática de esportes e lazer, a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SEMEL. Conforme já apresentado na metodologia, um dos instrumentos de coleta de dados para a produção do diagnóstico foi a observância dos documentos oficiais fornecidos pela gestão municipal. Segundo a SEMEL, atualmente existem alguns programas e projetos desenvolvidos por esta secretaria que possuem como público-alvo crianças e adolescentes.

A cidade de São Cristóvão é a quarta cidade mais antiga do Brasil, o que a torna uma cidade com vários prédios históricos, berço da história do Brasil e de Sergipe. Na atualidade, o

órgão responsável pela política de cultura na cidade é a Fundação Municipal de Cultura e Turismo - FUMCTUR. Destaca-se que apesar de várias iniciativas culturais na cidade, não foi observada no Relatório de 2023 desta Fundação nenhuma iniciativa específica para as crianças e adolescentes. Todavia, observou-se que há iniciativas intergeracionais.

Convém ressaltar que as visitas *in loco* no que diz respeito ao direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer se deram a partir da liberação da SEMED, portanto, a partir dos equipamentos vinculados à política de educação. Já a política de cultura, esporte e lazer não foram visitados equipamentos específicos, sendo observados os aspectos a partir da realização dos grupos focais e aplicação do formulário junto a trabalhadoras/es da Assistência Social.

Nos grupos focais, os/as participantes trouxeram questões sobre os locais públicos importantes para se pensar o acesso de crianças e adolescentes aos espaços de esporte, cultura e lazer da cidade de São Cristóvão. Ponto convergente nas respostas foi a falta de atrativos, ou mesmo o abandono por parte do poder público. Esses dados também são atravessados pelos índices de violência e a sensação de insegurança que as crianças, adolescentes e suas famílias possuem em frequentar alguns espaços públicos. Sendo assim, eles/as relataram a dificuldade em frequentar espaços públicos em função da violência e da falta de policiamento, o que, segundo as/os participantes, gera desafios ainda maiores para as meninas em razão dos riscos de violência sexual.

A menção à igreja como o único espaço disponível e seguro para o lazer familiar também foi um dado curioso, que sugere uma dependência das instituições religiosas para suprir uma necessidade que deveria ser atendida pelas políticas públicas. A indisponibilidade de espaços públicos apropriados para o desfrute do direito ao esporte, à cultura e ao lazer sinaliza o descumprimento do que prevê o ECA no que diz respeito a este eixo. O acesso a esses direitos caracteriza-se como componente essencial para o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes, promovendo saúde física, mental e sentimento de pertencimento com a comunidade em que vivem.

O fator econômico também apareceu como um impeditivo. Se, por um lado, a carência econômica da comunidade restringe o acesso às experiências culturais e recreativas mais amplas, por outro, quando existem opções de lazer que não requerem pagamento, como parques e praças, a insegurança nesses locais desmotiva e impede a frequência de crianças e adolescentes. Essa dupla barreira – econômica e de segurança – resulta em uma exclusão das crianças e adolescentes de atividades de lazer, exacerbando a vulnerabilidade social e prejudicando o seu pleno desenvolvimento.

No que tange à Política de Educação, a questão feita aos trabalhadores versava sobre a importância da intersetorialidade entre as políticas e os serviços, observando a necessidade da transversalização para uma efetiva consolidação dos direitos das crianças e dos adolescentes. As respostas, das mais variadas, expuseram uma compreensão geral da necessidade de constante articulação entre as diferentes políticas, sobretudo entre a Política de Assistência Social e a Política de Educação. Contudo, algumas respostas expressaram uma possível fragilidade na troca de dados e documentos que versem sobre a situação e o andamento de tais políticas, ressaltando a necessidade de uma maior intersetorialidade.

6 O MUNICÍPIO DE SÃO CRISTÓVÃO E O “DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO” DE ADOLESCENTES EM DIAGNÓSTICO

O direito à profissionalização e à proteção no trabalho é um dos princípios centrais para o desenvolvimento integral de adolescentes, conforme definido pelo ECA. Em seu artigo 60, o ECA estabelece que “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Brasil, 1990). Este artigo “evidencia que todo trabalho realizado por crianças e adolescentes, que não esteja regido pela lei de algum programa de aprendizagem, se configura em trabalho infantil, o qual é proibido pela Constituição Federal” (Santos *et al.*, 2024, p. 151).

Este direito abrange não apenas a formação para o mercado de trabalho, mas também a garantia de que o trabalho juvenil ocorra em condições seguras, respeitando os limites da faixa etária e o desenvolvimento educacional dos jovens. No contexto de São Cristóvão, o diagnóstico identificou desafios significativos em termos de oportunidades de profissionalização e vulnerabilidades associadas ao trabalho infantil, bem como lacunas nas políticas de apoio para adolescentes.

O diagnóstico revelou que o trabalho infantil ainda é uma realidade em São Cristóvão, onde adolescentes, especialmente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social, são expostos a atividades laborais de risco. Diversos adolescentes são direcionados a ocupações informais, como trabalho em comércios locais e atividades agrícolas nas áreas rurais, frequentemente sob condições de baixa remuneração e sem proteção social. Esses adolescentes acabam vulneráveis a jornadas exaustivas, privação de direitos trabalhistas básicos e à interrupção precoce dos estudos, comprometendo seu desenvolvimento pessoal e profissional.

O trabalho informal e irregular agrava o problema da proteção no trabalho, uma vez que o município enfrenta dificuldades na fiscalização das atividades que envolvem adolescentes em idade escolar. O diagnóstico reforça a necessidade de fortalecer a presença de programas e políticas que combatam o trabalho infantil, com um foco específico nas famílias de baixa renda, para quem a contribuição financeira dos adolescentes ainda é uma fonte de sustentação.

Embora o município conte com algumas iniciativas voltadas à qualificação juvenil, como programas de apoio ao primeiro emprego e cursos técnicos, alguns promovidos em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), essas políticas são insuficientes para atender à demanda local. O diagnóstico destacou que a quantidade de vagas oferecidas para capacitação profissional é limitada, e os cursos não abrangem as diversas áreas de interesse e vocação dos adolescentes. A falta de diversificação nas oportunidades de qualificação profissional representa uma barreira, uma vez que restringe as escolhas de jovens que buscam adquirir competências em áreas menos convencionais ou emergentes.

Os programas de estágio e aprendizagem, embora estejam previstos em algumas legislações municipais, ainda encontram dificuldades para se efetivar devido à falta de articulação entre as escolas e as instituições que oferecem essas oportunidades. Muitas vezes, os adolescentes de São Cristóvão não possuem acesso fácil aos centros de qualificação e carecem de suporte para lidar com os desafios do mercado de trabalho. O diagnóstico sugeriu que, para que as políticas de profissionalização sejam eficazes, é necessário fortalecer as parcerias entre as instituições de ensino, o setor público e o privado, com o objetivo de ampliar o alcance e a diversidade dos cursos oferecidos.

Um ponto importante é que a educação desempenha um papel crucial na profissionalização dos adolescentes, proporcionando as bases para que eles adquiram habilidades e conhecimentos essenciais para o trabalho. Em São Cristóvão, a elevada taxa de evasão escolar entre adolescentes em idade de ensino médio é uma das preocupações centrais. Muitos jovens abandonam a escola devido à necessidade de contribuir financeiramente para suas famílias ou à falta de perspectivas de continuidade nos estudos. Esse cenário cria um ciclo de vulnerabilidade, onde a baixa escolaridade limita as oportunidades de trabalho e gera a necessidade de ocupações informais e pouco qualificadas.

A integração entre a educação formal e a formação profissional pode ser uma solução para esse problema. O trabalho sugeriu que a inclusão de disciplinas e programas práticos voltados ao aprendizado de competências profissionais nas escolas pode incentivar a permanência dos adolescentes no ambiente escolar, ao mesmo tempo que oferece uma formação mais próxima das demandas do mercado de trabalho. Esse tipo de integração pode ser facilitada

por meio de parcerias com instituições de ensino técnico e de iniciativas locais que contemplem o ensino de ofícios de alta demanda, como tecnologia da informação, agricultura sustentável e serviços de atendimento.

No entanto, a fiscalização do trabalho de adolescentes em São Cristóvão enfrenta desafios estruturais e operacionais que dificultam a aplicação de políticas de proteção ao trabalho juvenil. A atuação do Conselho Tutelar e das equipes de assistência social é limitada pela falta de recursos e de pessoal, o que impede uma cobertura eficiente das áreas onde o trabalho infantil é mais comum. A inspeção das condições de trabalho e a observação das regulamentações trabalhistas para menores de idade são insuficientes para conter o aumento de ocupações informais.

Esse cenário exige um investimento em capacitação para os agentes públicos responsáveis pela proteção das crianças e dos adolescentes, além de uma melhor articulação entre o município e os órgãos estaduais e federais que atuam na fiscalização. O diagnóstico reforçou que a presença de uma rede de apoio é essencial para monitorar o cumprimento das leis de proteção ao trabalho e assegurar que as oportunidades de emprego para adolescentes ocorram em condições que respeitem sua saúde e bem-estar.

O diagnóstico também apresentou várias recomendações para melhorar as condições de profissionalização e proteção no trabalho para adolescentes em São Cristóvão. Dentre elas, destaca-se a necessidade de ampliar as políticas de capacitação profissional e programas de primeiro emprego, garantindo que os adolescentes possam se qualificar em áreas diversas e adequadas às demandas locais. A expansão dos cursos técnicos e a criação de novos módulos profissionalizantes em áreas emergentes são medidas que podem ajudar a ampliar o leque de oportunidades para os jovens.

A criação de programas de incentivo à permanência escolar que incorporem atividades práticas e de capacitação profissional é outra recomendação importante. A integração da formação profissional no currículo escolar pode oferecer aos adolescentes uma visão mais ampla de suas perspectivas profissionais e aumentar o engajamento com o aprendizado. Além disso, a implementação de programas de apoio financeiro para famílias em situação de vulnerabilidade pode reduzir a pressão econômica sobre os adolescentes, permitindo que eles permaneçam na escola e desenvolvam suas habilidades para o mercado de trabalho.

Por fim, o fortalecimento da rede de proteção e fiscalização é essencial para combater o trabalho infantil e assegurar que os adolescentes tenham acesso a condições de trabalho adequadas. Isso envolve a capacitação dos agentes de proteção e a intensificação das ações de fiscalização nos setores informais, bem como campanhas de conscientização voltadas às

famílias e à sociedade sobre os malefícios do trabalho infantil e a importância da educação e profissionalização para o futuro dos jovens.

7 CONCLUSÃO

O relatório apresentou um panorama das demandas sociais do município de São Cristóvão/SE, destacando a importância de ouvir as crianças e adolescentes sobre seus direitos, conforme estabelecido pela legislação brasileira. A iniciativa, realizada pelo CMDCA e SEMAS, não apenas revela as percepções e anseios dos jovens, mas também enfatiza o papel das famílias e dos profissionais de Assistência Social e OSCs na efetivação desses direitos.

O Pacto Estadual da Primeira Infância, assinado em 2024, representa um marco no reconhecimento e promoção dos direitos da criança, especialmente nas áreas de Educação, Assistência Social, Saúde e Segurança. É crucial que os esforços sejam expandidos para incluir outras faixas etárias, garantindo que todos os direitos previstos no ECA sejam respeitados e efetivados. Por isso, a necessidade de fortalecer os serviços de saúde mental e garantir acesso a cuidados essenciais é evidente, com ênfase na prevenção de suicídios e na redução da mortalidade infantil.

Um ponto importante do trabalho em relação aos grupos focais foi que eles revelaram que a pobreza e a violência são questões que afetam profundamente a vida dos moradores de São Cristóvão. Logo, se torna urgente a implementação de políticas que abordem a violência doméstica e comunitária, proporcionando suporte às famílias em situação de vulnerabilidade e promovendo ambientes mais seguros para as crianças e adolescentes. Outro aspecto importante é a identificação de que a inclusão social não se limita a benefícios assistenciais, mas deve abranger oportunidades de educação e capacitação. Os jovens devem ter acesso a programas de formação profissional que os preparem para o mercado de trabalho e que respeitem suas particularidades.

O acesso à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer é um direito fundamental, e as políticas públicas devem garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso a atividades que promovam seu desenvolvimento integral. A articulação entre educação, cultura, esporte e lazer é essencial para criar um ambiente favorável ao crescimento pessoal e social dos jovens. A colaboração entre setores, como educação e assistência social, é vital para que as políticas públicas sejam integradas e eficazes. Sobre as condições das instalações socioassistenciais, a conclusão foi de que precisam de melhorias significativas. Ambientes inadequados não apenas afetam a qualidade do atendimento, mas também impactam a percepção de pertencimento

dos/as usuários/as. Investir em infraestrutura é essencial para promover um acolhimento digno e respeitoso.

Infelizmente a equipe obteve dificuldade em acessar informações sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, o que revela a necessidade de fiscalização e melhorias nos registros. A conscientização sobre o trabalho infantil deve ser constante, e a ampliação das oportunidades de profissionalização deve ser prioritária, assegurando que os jovens tenham acesso a experiências de trabalho adequadas.

Por fim, a participação das crianças e adolescentes na formulação de políticas é um direito assegurado pelo ECA. É crucial que suas vozes sejam ouvidas, garantindo que as intervenções atendam às suas necessidades reais. A interação entre poder público e sociedade civil deve ser fortalecida para construir espaços seguros e adequados que promovam o desenvolvimento pleno dos jovens. O diagnóstico apontou para a urgência de um compromisso real com a dignidade e os direitos da população. É essencial que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficaz, respeitando a diversidade e a complexidade das realidades sociais. A promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes deve ser um objetivo coletivo, envolvendo todos os setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 18 jun. 2024.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (São Cristóvão). *Relatório da IX Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no Município de São Cristóvão*. 2022.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA (São Cristóvão). *Resolução nº 04, de 22 de junho de 2023*. Dispõe sobre a aprovação da contratação da empresa Fundação de Apoio à Pesquisa de Sergipe - FAPESSE para a elaboração do Diagnóstico da Situação Infância-Juvenil da Cidade de São Cristóvão. São Cristóvão, 2023.

FERREIRA, Stela da Silva. *NOB-RH/SUAS Anotada e Comentada* – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Cena Contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. v. 1. p. 1-45.

SANTOS, Vera Núbia; SANTOS, Vânia Carvalho; FERRERI, Marcelo de Almeida; SOUZA, Kely do Nascimento; MELLO, Camila Gama de; SANTOS, Andrei Henrico Alves.
Diagnóstico da situação infantojuvenil da cidade de São Cristóvão/SE. Ponta Grossa - PR: Atena Editora, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22533/at.ed.206241209>.

A INTERSECÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Raiane de Jesus Santos (UFS)¹¹³

Resumo: Este trabalho é oriundo dos resultados obtidos com a pesquisa desenvolvida no mestrado em Sociologia, mesclando aspectos que seguem sendo investigados atualmente no doutorado. O contexto do acolhimento remonta a diferentes períodos da história do Brasil, por essa via, é comum que muitos termos tenham sido utilizados de maneira distinta, enquadrando a realidade de um determinado tempo e espaço. As práticas de internação, como ficaram conhecidas no século XVIII, tiveram início no período da colonização. Tais práticas, por ganharem espaço num período cuja distinção entre raça e classe ganhava força, culminou também na condição de gênero enquanto fator importante para se pensar os modos de internação, como era denominado na época. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva trazer reflexões sobre o modo com as categorias raça, classe e gênero se interconectam no aspecto histórico do acolhimento, trazendo esta análise para a atualidade e observando o impacto que essas práticas e distinções trazem para o momento presente. As categorias que aqui aparecem como primordiais do ponto de vista da análise, permanecem caminhando lado a lado no momento presente. Primeiro a condição de raça enquanto fator para que muitas crianças e adolescentes tenham sido alvo de processos de limpeza social, sobretudo com o funcionamento dos códigos de menores (1927 e 1979), sem esquecer a época (período colonial) em que o fenômeno do acolhimento ganhou espaço. A condição de classe se interconecta por alguns fatores e um deles ainda prevalece: a vulnerabilidade socioeconômica de muitas famílias, onde gerava nas autoridades jurídicas e no Estado, a concepção de que o futuro dessas crianças e adolescentes seria arriscado para a ordem social e, portanto, a solução seria manter o controle sobre estes. O aspecto do gênero é introduzido na maneira como as meninas, em internatos, eram “preparadas” para o matrimônio, cuja instituição prezava pela saída da moça com essa finalidade. Tais condições se mostram atuais ainda que sob nova roupagem, e o campo empírico evidenciou isto a partir de fatores aprofundados no decorrer do trabalho.

Palavras-chave: Instituição; Acolhimento; Interseccionalidade; Vulnerabilidades.

Abstract: This work stems from the results obtained through research conducted during a master's program in Sociology, blending aspects that are currently being investigated in a doctoral program. The context of institutional care traces back to different periods in Brazilian history. Along the way, it is common for many terms to have been used in varied ways, reflecting the reality of a specific time and place. Institutionalization practices, as they became known in the 18th century, began during the colonial period. These practices, gaining prominence during a time when distinctions of race and class were becoming more pronounced, also highlighted gender as a significant factor in understanding the modes of

¹¹³ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFS. Membro do Grupo de Estudos Culturais, Identidades e Relações Interétnicas (GERTS).

institutionalization, as it was referred to at the time. In this context, the present work aims to reflect on how the categories of race, class, and gender intersect in the historical aspect of institutional care, bringing this analysis to the present day and examining the impact these practices and distinctions have on contemporary society. The categories presented here as fundamental from an analytical perspective remain interwoven in the current moment. First, the condition of race stands out as a factor that led many children and adolescents to become targets of social cleansing processes, particularly during the enforcement of the minor codes (1927 and 1979), not to mention the colonial period when the phenomenon of institutional care emerged. The condition of class intersects through various factors, one of which still prevails: the socioeconomic vulnerability of many families. This vulnerability led legal authorities and the State to conceive that the future of these children and adolescents posed a risk to social order, and therefore, the solution was to maintain control over them. The aspect of gender is introduced in how girls, within boarding schools, were "prepared" for marriage, an institution that prioritized this outcome for young women. These conditions persist, albeit in a new guise, and the empirical field evidenced this through factors explored in greater depth throughout this work.

Keywords: Institution; Care; Intersectionality; Vulnerabilities.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é oriundo dos resultados obtidos na pesquisa realizada durante o Mestrado em Sociologia, intitulada como *Juventudes e Instituições de Acolhimento: o processo de desligamento e a percepção do viver em abrigo*. A pesquisa em questão, teve como principal objetivo, compreender como se dá o processo de desligamento das(dos) jovens que utilizam serviços de acolhimento institucional, dando enfoque no desligamento que ocorre em função do alcance da maioridade civil. É importante salientar que existem diferentes modos de desligamento. Os mais comuns ocorrem pela perspectiva da reinserção familiar, ou seja, quando a criança, adolescente ou jovem passa um período específico na unidade de acolhimento e retorna para a família de origem ou substituta, e a condição de ser desligada(o) a partir do critério de idade, sendo a maioridade.

As reflexões aqui apresentadas também surgem das questões as quais continuo pesquisando no Doutorado, também em Sociologia. O campo do acolhimento institucional é bastante amplo e nos permite o encontro com muitas possibilidades, e esse é um fator importante no interesse que encontrei em continuar pesquisando este universo.

O contexto do acolhimento remonta a diferentes períodos da história do Brasil, por essa via, é comum que muitos termos tenham sido utilizados de maneira estigmatizante, evidenciando a realidade de um determinado tempo e espaço, entre eles, recorrentemente apareciam *menor abandonado; asilo para menores; delinquentes*, entre outros (Rizzini e Rizzini, 2004).

As práticas de internação, como ficaram conhecidas no século XVIII, tiveram início no período da colonização. Tais práticas, por ganharem espaço num período cuja distinção entre raça e classe ganhava força, culminou também na condição de gênero

enquanto marcador fundamental para se pensar os modos de internação, como era denominado na época. Nesse contexto, o presente trabalho objetivou trazer reflexões sobre o modo com as categorias raça, classe e gênero se interconectam no aspecto histórico do acolhimento, trazendo esta análise para a atualidade e observando o impacto que tais práticas e distinções trazem para o momento presente.

Em termos metodológicos, o respectivo trabalho está fundamentado no referencial teórico que se debruça sobre o contexto histórico do acolhimento institucional em âmbito nacional, mesclando referências as quais se propõem a pensar a interseccionalidade como categoria de análise de campos e contextos específicos, cuja discussão não pode ser fundamentada a partir da análise isolada do marcador racial, de gênero ou classe. Destaco,

também, a importância dos resultados empíricos apresentados ao longo do texto, cujo intuito é evidenciar que os reflexos do passado se fazem presentes na atualidade.

2 A CONDIÇÃO DE CLASSE COMO MARCADOR SOCIAL NA ESFERA DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Conceitualmente, o acolhimento institucional refere-se a uma medida protetiva estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que a provisoriedade é considerada fundamental, de modo que ultrapassar o período de dezoito meses, deve ser uma prática considerada como última alternativa. No parágrafo segundo, do Art. 19 do ECA, afirma-se que “A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária”. Refletir sobre o conceito em que se atribui ao acolhimento institucional a partir do ECA, o qual foi promulgado em 13 de julho de 1990, pela Lei nº 8.069, torna-se fundamental para traçarmos uma linha do tempo a partir do contexto histórico de tal prática, constituindo uma forte cultura da institucionalização (Rizzini e Rizzini, 2004).

O surgimento do acolhimento institucional no Brasil remonta a períodos específicos e trata-se de uma prática cuja consolidação tem ocorrido desde o período colonial. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.22), desde o respectivo período, “foram sendo criados no país colégios internos, seminários, asilos, escolas de aprendizes artífices, educandários, reformatórios, dentre outras modalidades institucionais (...)”. Em acordo com as autoras, a conexão das práticas de acolhimento com o período colonial tem ligação com as práticas educacionais proferidas pelos jesuítas, que inicialmente implantaram escolas elementares para crianças indígenas de um lado, e do outro, criaram colégios para instruir os filhos das classes mais altas da população. Na segunda metade do século XVIII, a criação de colégios para órfãos tornou-se recorrente, ocorrendo principalmente através das instituições de ordem religiosa.

Nesse contexto, um mecanismo que surgiu e perdurou por muito tempo, tendo sido influenciado pela Europa, foi a roda dos expostos. Segundo Maria Luiza Marcílio (2016), a roda dos expostos contava com um objeto em formato cilíndrico, criado para ser fixado nos muros das instituições as quais recebiam os bebês abandonados, permitindo que uma parte do objeto ficasse na área externa e a outra parte na área interna. O processo de deixar o bebê no respectivo espaço acontecia anonimamente, sem que a pessoa responsável fosse identificada. Em conformidade com Rizzini e Rizzini (2004, p.23), a roda dos expostos foi “implantada” no

período colonial e extinta apenas no Brasil República. “No século XVIII, Salvador, Rio de Janeiro e Recife instalaram as suas Casas de Expostos, que recebiam bebês deixados na Roda (...)”.



Foto: Instituto Bixiga

Enquanto o mecanismo da roda dos expostos estava em vigor, houve um alto índice de mortalidade infantil, considerando que os bebês que eram deixados nas instituições, chegavam ainda em fase de necessidade do leite materno. Segundo as autoras Rizzini e Rizzini (2004, p.23):

O atendimento a números tão elevados de bebês era possibilitado pelo sistema da criação externa por amas-de-leite, contratadas pela Santa Casa de cada cidade. A criação coletiva de crianças pequenas nas Casas de Expostos, em um período anterior às descobertas de Pasteur e da microbiologia, resultava em altíssimas taxas de mortalidade. A amamentação artificial era um risco sério para as crianças, obrigando as instituições a manterem em seu quadro de pessoal amas-de-leite, responsáveis pela amamentação de um grande número de lactentes. No Brasil, muitas escravas serviram nesta função, alugadas por seus proprietários.

Em função do alto índice de mortalidade infantil, a Europa iniciou um processo de combate contra as rodas dos expostos a partir do consenso de higienistas (Rizzini e Rizzini, 2004). O Brasil, amplamente afetado pelas práticas advindas da Europa, iniciou, também, o

processo de extinção das práticas de abandono de crianças através do mecanismo da roda dos expostos. De acordo com Marcílio (2016), a extinção desta prática não estava associada a ações humanistas visando oferecer melhores condições para aqueles que eram alvo de tais práticas, o que estava em vigor era a visão utilitarista direcionada para aquelas crianças, haja vista que a teoria evolucionista estava em evidência, cujo intuito era o de proferir “melhorias” para a raça humana.

A respeito do fenômeno do acolhimento institucional, as autoras Rizzini e Rizzini (2004), afirmam existir uma cultura da institucionalização no Brasil. Nesse sentido, os usos de diferentes terminologias para referir-se ao público cuja condição de vulnerabilidade socioeconômica sempre foi levada em consideração para que a “internação” da criança ou adolescente fosse feita, demonstram o posicionamento do Estado diante do respectivo contexto. As práticas de acolhimento em espaços denominados como asilo para menores e internato para menores, por exemplo, demonstra o intuito proferido em práticas revestidas de ações que fornecem assistência.

Com as práticas que envolviam o “depósito” de crianças na roda dos expostos, é possível dimensionar minimamente em quais moldes essa cultura - a do (des)acolhimento - foi sendo intensificada. Para tanto, é indispensável traçar reflexões de períodos que marcaram intensamente a história do acolhimento institucional no Brasil. A partir da linha do tempo que foi traçada até aqui, ainda que de maneira sintética, fica evidente que o

contexto do acolhimento nos moldes físicos funcionou nos parâmetros do que podemos denominar como instituições totais, na perspectiva do sociólogo Erving Goffman (1974). Para o autor,

[...] toda instituição tem tendências de “fechamento”. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais “fechadas” do que outras. Seu “fechamento” ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de *instituições totais* (...) (1974, p. 16).

A perspectiva de instituições totais denominada por Goffman, pode ser associada à ideia de acolhimento institucional, quando essa cultura foi sendo permeada a nível nacional pelo fato das instituições até então denominadas como asilos e orfanatos, por exemplo, disporem de toda uma estrutura fechada a qual não permitia o contato e interação com a comunidade. Ou seja, necessidades básicas e primordiais como saúde, escolarização, entre outros fatores, eram “ofertados” nos próprios espaços institucionais, com o intuito de que toda a vida daquelas

crianças e adolescentes se dessem ali, em um grande espaço fechado e distante da possibilidade de interação com outros ambientes e pessoas as quais não estivessem, também, inseridas no mesmo espaço.

Tudo isso importa para que possamos compreender a ideia de instituições de acolhimento em seu formato inicial surge como uma tentativa de controle a partir dos mecanismos de limpeza social, e o público alvo era composto por pessoas em situação de vulnerabilidade social. De acordo com Rizzini e Rizzini (2004, p.22), o modelo de educação em internato deixa de ser aplicado a grupos de classes mais privilegiadas e passa a ser direcionado especificamente para as classes menos favorecidas, gerando reclusões em que “na sua modalidade mais perversa e autoritária, continua vigente até hoje para as categorias consideradas ameaçadoras à sociedade, como os autores de infrações penais”. Para as autoras, “os meninos pobres e livres das cidades constituíram o grande alvo da intervenção das políticas de internação”.

Em estudos produzidos após mais de uma década de implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Rizzini e Rizzini (2004, p.7) destacam que “para os espaços de abrigo ainda vão hoje todas aquelas crianças que de alguma forma perderam ou viram enfraquecer as relações com suas famílias ou comunidades (...)”. Tal medida é aplicada, ainda, para crianças e adolescentes “que transitam entre a casa, as ruas e os próprios abrigos, construindo sua própria identidade e história de vida nestes diferentes e diversos espaços”.

3 A PERSPECTIVA RACIAL NO CONTEXTO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Pensar na condição do racismo e suas implicações no contexto do acolhimento institucional nos leva para vários fatores que podem e devem ser analisados de forma crítica. Embora parte considerável deste trabalho esteja dando enfoque às discussões do acolhimento na perspectiva daqueles que foram forçados a ocuparem o espaço de público alvo, sendo crianças e adolescentes, cabe destacar que existiram, também, outros sujeitos que também foram afetados pelas condições do racismo.

Conforme foi explanado no tópico anterior, a instauração do mecanismo da roda dos expostos, no Brasil, perdurou por um longo período, tendo sido utilizado com vários objetivos, sobretudo àqueles que se revestiam de práticas de zelo e proteção contra o abandono, mas que se caracterizava como assistencialista. Com a roda dos expostos, além das crianças afetadas antes, durante e após sua passagem pela roda - quando conseguiram sobreviver, as mulheres

escravizadas também constituíram um grupo o qual foi afetado por práticas racistas imbricadas no sistema que idealizava mecanismos de limpeza e controle social. Nesse contexto, Maria Luiza Marcílio (2019, p. 332) destaca:

As crianças negras e pardas e sem família (ou retiradas delas) muitas vezes foram vendidas, trocadas ou doadas de presente, como escravas, por amas. Havia amas que se especializavam nesse tráfico. (...) A mesa da Roda de Expostos da Bahia tinha conhecimento com que meninos de cor eram transformados em escravos. (...) A venda de expostos como escravos foi, com certeza, frequente. Parece ter sido prática comum senhores abandonarem filhos de escravas na Roda, obrigarem suas mães a se alugarem como amas de leite da mesma Roda, e uma vez crescido o escravinho, mandarem buscá-lo de volta.

Nesse mesmo viés, Santiago (2014, p.17) aponta que, no período da escravidão, havia baixa taxa de natalidade por vários fatores, um deles seria o fato de que as crianças que “permaneciam com suas mães tinham seu cuidado e nutrição profundamente ameaçados, seja porque eram afastadas do peito para que as crianças brancas fossem amamentadas, seja porque eram enterradas em um buraco durante o trabalho de suas mães nas fazendas”. Junto a isto, fica evidente que no Brasil, não houve projetos ou ideais de proteção à infância negra, conforme destaca Santiago (2014, p. 16), “muito menos de aporte ao desenvolvimento de crianças negras, longe disso, a análise da história do país revela, em suas dinâmicas, a existência de um projeto de condenação e morte que se implementa contra a população negra à condenação à morte ou a servidão”.

Mesmo que a categoria raça esteja sendo analisada neste tópico com maior enfoque para pensarmos a perspectiva do acolhimento, outras categorias se interconectam. Para ilustrar, retomamos o contexto histórico do acolhimento, em meados do século XVIII, quando as instituições conhecidas como internatos ganhavam espaço. Havia, explicitamente, práticas de separatismo por cor e por gênero. Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 27), “o Colégio da Imaculada Conceição acolheu em espaços separados as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”, fundando em 1854 o estabelecimento “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, e em 1872, o Orfanato Santa Maria”. Esse trecho ilustra como a perspectiva da interseccionalidade adentra no contexto do acolhimento. Antes do fator gênero se destacar, a categoria raça se mostra inerente à todas as condições segregacionistas dos espaços. Neste mesmo viés, a condição de classe também ficava explícita quando as instituições possuíam finalidades distintas entre as *órfãs brancas* e as *órfãs de cor*. Se para o primeiro grupo tinha-se como “finalidade a “formação religiosa, moral e prática de boas empregadas domésticas e donas-de-casa”, o segundo se restringia à “formação de empregadas domésticas e semelhantes” (Idem).

No relatório do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), intitulado como *Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades - família acolhedora e repúblicas (2010-2018)*, revela-se a realidade das instituições de acolhimento a nível nacional, de que se constituem a partir dos perfis de crianças, adolescentes e jovens negros, vítimas de uma estrutura que afeta sobretudo aquelas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Consequentemente, “a situação de maior vulnerabilidade das famílias potencializa outros fatores de risco e contribui para a maior exposição de crianças e adolescentes pobres à violência e à violação de direitos(...)” (IPEA, 2021, p. 82).

Em sua tese de doutorado intitulada *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*, Marcia Campos Eurico (2018), menciona de que modo a condição de vulnerabilidade impacta no modo como a sociedade enxerga a capacidade das famílias criarem ou não seus filhos, gerando uma

condição retroalimentar no que se refere ao contexto daqueles(as) que são institucionalizados(as). A autora destaca:

As famílias negras brasileiras lideram o ranking, quando o assunto é a incapacidade de cuidar de seus de seus membros, de maneira adequada, com provimento de moradia, alimentação, vestimenta, educação, cultura, lazer, saúde, segurança, entre outros direitos fundamentais. Em outros termos, os dados revelam a persistência da pobreza geracional, ocasionada pelo racismo, que impacta no modo de vida das pessoas, nos diversos ciclos de vida, com ênfase maior sobre suas crianças e adolescentes, dependentes da capacidade protetiva dos adultos para se desenvolverem de maneira saudável. (Eurico, 2018, p. 89).

À vista disso, é importante destacar as condições desiguais atribuídas às famílias, sobretudo às famílias chefiadas por pessoas negras. Em documento publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), intitulado como *Renda, Pobreza e Desigualdade*, traz como ponto de partida a situação da pobreza e as desigualdades sociais no Brasil, afirmando: “a pobreza no Brasil tem cor. Sua cor é negra”. A pobreza, direcionada à população negra, é reproduzida a partir do acesso dessa população a direitos básicos e fundamentais, como acesso à saúde, à educação, moradia, saneamento básico, à cultura, entre outros elementos. Por essa via, o documento do IPEA ressalta que toda essa ausência de direitos básicos se perpetua a partir do reflexo gerado pela condição de trabalho e renda a qual a população negra é submetida.

Ao analisar o aspecto da renda domiciliar habitual por pessoa entre o período de 2016 a 2022, os dados evidenciam a disparidade entre as pessoas negras de um lado, e as pessoas brancas de outro. Enquanto a média da renda domiciliar por pessoa das mulheres brancas

corresponde a R\$2.165,08 mensais, a renda das mulheres negras corresponde a R\$1.055,57 mensais. Por outro lado, temos essa análise direcionada para a renda domiciliar dos homens brancos, correspondendo à R\$2.247,84 mensais. Referente aos homens negros, a renda corresponde à R\$1.123,66 mensais. Embora tenhamos a categoria gênero como importante ponto de análise, é importante ressaltar que o fator racial é inerente neste aspecto, responsável por analisar as desigualdades em termos de renda, haja vista que a renda de homens negros fica abaixo do valor designado às mulheres brancas e, na base, têm a menor renda, atribuída às mulheres negras.

Em conformidade com o respectivo documento produzido pelo IPEA (2024), condições básicas e essenciais como auto sustento da vida domiciliar como saúde, moradia, saneamento básico, entre outros elementos, são distribuídas de modo desigual, inserindo o público alvo em condições de vulnerabilidade. Este grupo, como o próprio documento menciona inicialmente, tem cor e também possui gênero, uma vez que os mais afetados dizem respeito a população negra, e interseccionando esta categoria ao gênero, as mulheres negras são ainda mais afetadas. Nesse contexto, a população negra “compõe 80% dos 10% mais pobres da população brasileira, enquanto mulheres e homens brancos perfazem os 20% restantes”. Quando os dados caminham para a direção da população que ocupa a posição de maior rendimento financeiro. “Entre os 10% mais ricos, os brancos estão sobrerrepresentados, perfazendo 70%, enquanto as mulheres e homens negros perfazem os 30% restantes”.

Ainda em conformidade com o documento do IPEA (2024), na categoria que analisa o índice de pobreza no Brasil, os números também são expressivos:

Em 2022, o Brasil tinha 5,5% de pessoas vivendo com menos de R\$6,67 por dia, 11,5% de pessoas vivendo com menos de R\$11,32 por dia e 30,1% abaixo da linha de pobreza de R\$21,25 por pessoa por dia. Medida pela linha de maior pobreza (R\$6,67 por dia por pessoa), entre as pessoas negras a pobreza era mais que o dobro do que entre as pessoas brancas, 7,4% e 3,1% respectivamente. É interessante notar que parte expressiva da desigualdade e pobreza brasileira também se expressa regionalmente, na medida em que a maior parte da população negra e em situação de pobreza reside na Região Norte e Nordeste. Ainda assim, nossos dados mostram que em todos os estados há uma expressiva desigualdade racial, ou seja, reproduzimos o racismo em todos os cantos do país.

Resgatar esses dados para ilustrar a desigualdade social no Brasil torna-se fundamental para entendermos como os reflexos desta realidade que segue sendo reproduzida por séculos, reflete no contexto do acolhimento institucional. Ao analisarmos os perfis de crianças, adolescentes e jovens em acolhimento, os dados revelam quem lidera essa estatística. De acordo com o diagnóstico sobre o sistema nacional de adoção e acolhimento de 2020, produzido pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a maioria das crianças, adolescentes e/ou jovens em acolhimento institucional eram pardas, quando vinculado aos perfis daqueles que são declarados ou autodeclarados pretos, soma o maior percentual de acolhidos pretos e pardos. Na região Centro-oeste, 56% dos acolhidos eram pardos; 8% pretos; 8% indígenas e 28% brancos. Na região Sudeste, 51% eram pardos; 19% pretos e 29% brancos. No Sul, por sua vez, 29% dos acolhidos eram pardos; 11% preto; 1% indígenas e 58% brancos. Na região Nordeste os números são bastante expressivos no que se refere aos perfis que lideravam o índice de acolhimento institucional, onde 74% eram pardos; 13% pretos e 12% brancos. Na região Norte também podemos observar este índice expressivo, uma vez que 79% dos acolhidos eram pardos; 9% eram pretos; 1% indígenas e 10% brancos.

Importante observar que todas as regiões, com exceção do Sul, têm o perfil liderado por crianças, adolescentes e/ou jovens em acolhimento declarados ou autodeclarados pardos, somado aos percentuais daqueles que são declarados ou se autodeclaram pretos, perfazem números expressivos. Esses dados não estão deslocados daqueles apresentados anteriormente pelo IPEA, a respeito das condições de desigualdade no Brasil. Considerando que a população negra é a mais vulnerável em todos os aspectos e, conseqüentemente, lidera o índice de pobreza, os reflexos desta realidade se mostram em diversas camadas, e uma delas é apresentada a partir dos indicativos do público alvo o qual se encontra em unidades de acolhimento institucional.

Um outro fator que reflete todos esses dados responsáveis por apresentar essas realidades que caminham juntas, é a condição de tempo que os acolhidos permanecem nas instituições. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) dispõe de dois métodos de acolhimento: o institucional e o acolhimento familiar. São mecanismos diferentes de operacionalização bem como estrutura. Embora o ECA, no Art.19 parágrafo segundo, mencione que “a permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse(...)”, esta realidade se apresenta de outra forma. Quando possibilidades como a reinserção familiar - em família de origem ou substituta -, bem como o processo de adoção, são esgotadas, a criança, adolescente e/ou jovem permanece em unidades de acolhimento, podendo alcançar a maioridade civil nestes espaços.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça (2020), em relação ao alcance da maioridade no sistema de acolhimento institucional, a região Centro-oeste contava com um percentual de 67% de jovens declarados ou autodeclarados pardos; 8% indígenas e 25% brancos. A região Sudeste contava com 59% pardos; 19% pretos; 1% indígenas e 21% brancos. No Sul, 33% eram pardos; 13% pretos; 1% indígenas e 52% brancos. No Nordeste, 81% eram

pardos; 11% pretos e 9% brancos. Por último, na região Norte, 36% eram declarados ou se autodeclararam pardos; 18% pretos; 18% indígenas e 27% brancos. Todos esses indicadores se conectam aos que foram apresentados anteriormente, haja vista que o fio condutor destes números inicia ainda no período da colonização, passando pelo contexto do surgimento de uma verdadeira cultura da institucionalização no Brasil, conforme destacam Rizzini e Rizzini (2004). Nesse contexto, “crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social apresentam tendência maior de vivenciarem períodos de institucionalização em suas trajetórias de vida” (IPEA, 2021, p. 82).

4 A CATEGORIA GÊNERO COMO PARÂMETRO NAS PRÁTICAS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Chegando ao último tópico deste trabalho, entendemos que a função, até aqui, foi apresentar minúcias que estão amarradas ao contexto do acolhimento. O intuito não é pesar uma categoria em detrimento a outra, mas sim demonstrar o quão é importante compreender como as condições que tangenciam as práticas de acolhimento institucional existem a partir de indicadores sociais, transportando a discussão para uma perspectiva interseccional. Em sua obra *Interseccionalidade*, da coleção feminismos plurais, Carla Akotirene (2019), embasa suas reflexões com base no conceito de interseccionalidade atribuído inicialmente pela advogada e estudiosa da teoria crítica da raça, Kimberlé Williams Crenshaw. Nessa perspectiva, Akotirene menciona a importância do conceito de interseccionalidade como um prisma analítico e político. Para a autora:

Adotando nisto o ponto de vista de Crenshaw, frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades, no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos. (Akotirene, 2019, p. 37).

À vista disso, cabe pensarmos nos efeitos políticos e legais conduzidos no prisma do acolhimento institucional a partir do marcador gênero. Em termos de espaços físicos, cabe destacar que existiram, por muito tempo, as instituições responsáveis pelo acolhimento de meninas e as instituições as quais se responsabilizavam pelo acolhimento de meninos. As propostas e finalidades para aquelas crianças e adolescentes eram diferentes. Primeiro, cabe resgatar brevemente a reflexão mencionada no tópico anterior, a respeito da separação entre as

“órfãs brancas” e as “órfãs de cor”. Se para o primeiro grupo o objetivo era formar boas donas de casa, no aspecto moral e ético, para o segundo, o intuito era a formação de empregadas domésticas, afinal, qual caminho poderiam seguir as mulheres negras senão o da servidão? Já no aspecto de separação das crianças e adolescentes no campo do gênero, as propostas também seguiam finalidades diferentes. Segundo Rizzini e Rizzini (2004, p. 25):

No reinado de D. Pedro II, nove províncias brasileiras instalaram Casas de Educandos Artífices, onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além do aprendizado de ofícios mecânicos, tais como o de sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, entre outros. O governo imperial cuidou da educação na Corte e das necessidades de suas instituições, especialmente as da Marinha e do Exército, ao criar em todo o país Companhias de Aprendizes Marinheiros e Escolas/Companhias de Aprendizes dos Arsenais de Guerra. Os Arsenais de Guerra recebiam meninos dos colégios de órfãos e das casas de educandos, que lá iam receber treinamento nas oficinas.

Observa-se que, embora a criação dos espaços como casas de educandos artífices, tenham sido criados com o intuito de preparar e especializar uma mão de obra para servir futuramente numa condição de escravização a partir da força de trabalho, bem como para servir ao Estado em condições de guerra, os meninos eram inseridos em tais espaços numa dinâmica vinculada ao trabalho. Às meninas, por outro lado, eram atribuídas funções embasadas em práticas patriarcais, concentrando os ensinamentos em práticas que as preparavam para servir ao lar, tendo recebido denominações como educação para o dote. Para Rizzini e Rizzini (2004, p. 25-26):

As meninas órfãs e desvalidas dos séculos XVIII e XIX podiam contar com a proteção dos recolhimentos femininos, criados por religiosos. Estes eram voltados para a proteção e educação de órfãs pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filhas de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote. O asilo substitui a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote.

A citação acima ilustra algumas das dinâmicas que ocorriam no contexto do acolhimento a partir da categoria gênero. Embora estejamos falando especialmente do contexto sócio histórico do acolhimento institucional, cabe mencionar que tais práticas produziram e ainda produzem efeitos nos diferentes espaços institucionais, sejam eles de acolhimento de baixa, média ou alta complexidade. Condições como estas são exploradas nas produções da socióloga Élide Damasceno Braga, especialmente no artigo intitulado

Adolescentes infratores, o campo e as múltiplas possibilidades a partir das análises de gênero, onde a autora discute alguns fatores trabalhados em sua tese de doutorado. No respectivo trabalho, Braga (2018) traça uma discussão relacional a partir das dinâmicas dos espaços físicos onde adolescentes mulheres cumprem medida socioeducativa e as dinâmicas que ocorrem nos espaços em que adolescentes homens cumprem a mesma medida. Ao mencionar sobre o fator que diz respeito ao seguimento das regras estabelecidas pela instituição no que se refere à organização dos espaços, Braga (2018, p. 94) observa algumas distinções. A respeito dos jovens, ela afirma que em entrevista realizada com o ex-diretor do Centro de Atendimento ao Menor – CENAM, mencionou “que uma das razões das rebeliões é quando ocorre falta de material de limpeza para os meninos. Em dias de visitas, pelo menos, eles querem exibir o espaço limpo, pois aguardam seus familiares”.

Por outro lado, observa-se uma diferença no modo como as jovens lidam com o quesito organização e limpeza da instituição, na Unidade Socioeducativa Feminina Maria do Carmo Alves – UNIFEM. Assim, Braga (2018, p. 95) menciona:

Na unidade feminina é o oposto, tudo limpo e organizado. Inclusive pude observar, quando me permitiram entrar no espaço mais reservado da unidade, que as paredes das alas das mulheres não contêm pichações, são todas brancas e limpas (isso faz parte das regras a cumprir pelas internas). Deste modo, despontam as noções dos padrões femininos, ora impostos sob a égide do patriarcado, construídos socialmente. Em todos os momentos elas são desafiadas a se comportarem, com boas maneiras, especificamente como “garotas”.

Observar a realidade de outros tipos de instituição em outro tempo e espaço se faz necessário para analisarmos como determinadas práticas são internalizadas, consolidadas e reproduzidas. Embora o intuito do presente trabalho seja embasar uma discussão histórica a respeito do acolhimento institucional, sob o olhar analítico das categorias raça, classe e gênero, destaco a importância em compreendermos os reflexos incorporados em outras realidades. O sistema de medidas socioeducativas é regido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, portanto, cabe um destaque para este ponto. Após uma longa jornada de luta por parte da sociedade para alterar a legislação anterior, que se tratava do Código de Menores (1927-1979), ocorreu a promulgação do ECA, em 1990. Mudanças significativas se consolidam nos espaços, nas estruturas, nas dinâmicas, entretanto, alguns reflexos são propagados até a atualidade. Em conformidade com Braga (2018, p. 95):

Institucionalmente, se pensa em instituições femininas e instituições masculinas. O Estado, por sua vez, olha para essas instituições, ora para os meninos como ofensores e descumpridores das normas, vendo-os sob formas estereotipadas, ora para as

meninas, evocando os afazeres domésticos a fim de que na instituição se mantenha estes mesmos valores, haja vista a suposição de que os mesmos foram perdidos ao entrar para o mundo das delinquências. Assim, educam-se as mulheres “desviadas” do papel ora proposto para elas na sociedade e as mantêm “protegidas”.

Nesse contexto, percebemos que os espaços podem mudar, bem como as legislações, mas não necessariamente as práticas, ao menos de maneira totalizadora. O sistema prisional enxerga a categoria gênero sob outra ótica, o sistema de medidas socioeducativas enxerga o gênero como um fator inerente à diferença, o sistema do acolhimento institucional não foge de tais reproduções. Observar os reflexos do passado numa perspectiva do presente é fundamental para entendermos o que muda e o que permanece, ainda que seja exposto sob nova roupagem. Nos espaços de acolhimento, as meninas são vistas ora como frágeis e indefesas, necessitando de uma educação especializada para a construção da vida em matrimônio, como forma de proteção, ora como dóceis, permitindo que regras sejam cumpridas, reproduzidas e inquestionáveis.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar o contexto do acolhimento institucional a partir das categorias raça, classe e gênero. Tais categorias, aqui trabalhadas, aparecem como primordiais do ponto de vista analítico, possibilitando reflexões que conectam o passado ao contexto atual. Primeiro, temos a condição de raça enquanto fator determinante para que muitas crianças e adolescentes tenham sido transformadas em alvo de processos de limpeza social, sobretudo com o funcionamento do Código de Menores, instituído em 1927 e “atualizado” em 1979. Sem esquecer a época em que o fenômeno do acolhimento ganhou espaço em âmbito nacional, ocorrendo sobretudo no período colonial.

A intersecção com a categoria classe se interconecta a partir de alguns fatores, e um deles ainda prevalece: a vulnerabilidade socioeconômica. Muitas famílias em condições de vulnerabilidade acabaram gerando nas autoridades jurídicas e no próprio Estado, a concepção de que o futuro dessas crianças e adolescentes seria arriscado para a ordem social e, portanto, a solução seria manter o controle sobre estes. A categoria gênero, por sua vez, é introduzida na maneira como as meninas, em internatos e instituições de

ordem religiosa eram “preparadas” para o matrimônio, cujos espaços prezavam pela saída das moças exclusivamente com esta finalidade.

Nesse sentido, o respectivo trabalho buscou elucidar como as categorias raça, classe e gênero sempre estiveram conectadas no contexto do acolhimento, e que os reflexos dessa condição estruturalmente construída são apresentados no contexto atual, como se mostra, por exemplo, na estrutura e organização das instituições para os e as jovens que cumprem medida socioeducativa, como bem ilustra a socióloga Braga (2018). O critério de vulnerabilidade, em muitas situações, continua sendo visto como um dos motivos pelos quais crianças e adolescentes são encaminhados(as) para instituições de acolhimento, embora o ECA estabeleça que este não deve ser um critério. Tudo isso se faz necessário para que possamos olhar para as questões ramificadas no contexto atual do acolhimento, sem que esqueçamos como essa cultura se constituiu e quais rumos foram e continuam sendo tomados.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, Élide Damasceno. Adolescentes infratores, o campo e as múltiplas possibilidades a partir das análises de gênero. In: Marcon, Frank; De Noronha, Danielle Parfentieff (Org.). *Juventudes e Movimentos*. Aracaju: Criação, 2018.
- BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. *Dispõe sobre o Código de Menores*. Brasília, outubro de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm. Acesso: 03 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília, julho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso: 03 nov. 2024.
- BRASIL. (2009), *Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento Institucional. Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional da Assistência Social (CNAS)*. Brasília. http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes-tecnicas-servicos-de-alcolhimento.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024.
- BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). *Diagnóstico sobre o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento*. Conselho Nacional de Justiça – Brasília: CNJ, 2020. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/05/relat_diagnosticoSNA.pdf acesso: 03 nov. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. *Dispõe sobre o Estatuto da Juventude*. Brasília, agosto de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm. Acesso: 03 nov. 2024.
- COUTO, Inalda; MELO, Valéria. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. In: Bazílio, Luiz Cavaliere; Earp, Maria de Lourdes Sá; Noronha, Patricia Anido. *Infância tutelada e educação: história, política e legislação*. Rio de Janeiro: Ravil, 1998, p. 20-38.

EURICO, Márcia Campos. *Preta, preta, pretinha: o racismo institucional no cotidiano de crianças e adolescentes negras(os) acolhidos(as)*. 2018. 1v. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Renda, pobreza e desigualdade*. Retrato das desigualdades de gênero e raça, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao> acesso: 03 nov. 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Reordenamento dos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes e implementação de novas modalidades - família acolhedora e repúblicas*. Relatório de Pesquisa. Brasília: IPEA, 2021. Disponível em: acesso em: 09/10/2024.

JANCZURA, Rosane. *Abrigos e políticas públicas: as contradições na efetivação dos direitos da criança e do adolescente*. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2019.

RIZZINI, Irene & RIZZINI, Irma. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente*. São Paulo, 2004, Editora PUC-RJ.

SANTIAGO, Viviana. *Enfrentamento ao Racismo em Espaços de Acolhimento*. Blogueiras Negras, 27 mar. 2014. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/enfrentamento-ao-racismo-em-espacos-deacolhimento> Acesso em: 09 out. 2024.

SANTOS, Raiane de Jesus. *Juventudes e instituições de acolhimento: o processo de desligamento e a percepção do viver em abrigo*. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe - São Cristóvão, 2023.

GT 7 - Imigrações internacionais contemporâneas: Diferentes abordagens teóricas e metodológicas e diferentes recortes empíricos e temáticos.

A mobilidade humana tem se intensificado nas últimas décadas. Segundo dados da ONU, em 2022 havia aproximadamente 281 milhões de pessoas vivendo fora do país em que nasceu. Esta corresponderia a população do quinto país mais populoso do mundo. As imigrações são uma das expressões desta mobilidade e vem sendo produzida a partir de diferentes contextos e motivações, em alguns casos devido à mudança climática e às guerras e, em outros, às questões subjetivas. Além da histórica dimensão do trabalho, a imigração tem, hoje, problematizado dimensões tais como o corpo, a saúde, o gênero e a sexualidade, religião entre outras. Ao lado destas pautas, que podem ser consideradas novas, as migrações internacionais têm ocorrido sob novas dinâmicas tais como as diásporas, a transnacionalidade e a circularidade. O presente GT tem como objetivo reunir pesquisadoras e pesquisadores que têm estudado este novo, diverso e complexo contexto migratório, bem como releituras de dinâmicas migratórias ocorridas em outros períodos. Será dada prioridade às comunicações que proporcionem novos olhares sobre o tema, seja por meio de seus aportes teóricos e metodológicos, seja pelos recortes temáticos e empíricos voltados às migrações Sul-Sul.

Coordenação: Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes (DCS/PPGS/GEPPIP/UFS), Prof. Dr. Luiz Bonilla-Molina (PPGS/UFS) e Prof. Dr. Jean Fabien (PPGS/UFS).

A MATERNIDADE NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:

Uma revisão das pesquisas no Brasil

Carolini Machado Bandeira (UFPR)

Márcio de Oliveira (UFPR)

Resumo: Nas duas últimas décadas cresceu muito o número de mulheres, crianças e adolescentes que migraram para o Brasil. A maternidade traz sempre o desafio do cuidado dos filhos. Regra geral, as tarefas de cuidado recaem sobre as mulheres-mães, com maior impacto sobre aquelas que trabalham no mercado formal ou que geram renda em atividades informais. No caso das migrantes internacionais, além das questões relacionadas aos cuidados com os filhos e da necessidade de conciliar trabalho e família, deve-se levar em conta a adaptação a uma nova cultura. Este paper aborda este tema, problematizando, não exaustivamente, o lugar que a maternidade ocupa nos estudos e pesquisas sobre migração internacional. Em seguida, identificamos os principais temas tratados nas pesquisas sobre a realidade migratória brasileira. Finalmente, apresentamos e classificamos as principais contribuições encontradas nas pesquisas e estudos analisados.

Palavras-chave: migração, mulheres migrantes, maternidade, mães migrantes

Abstract: Over the last two decades, the number of women, children, and adolescents migrating to Brazil has significantly increased. Motherhood always brings the challenge of caring for children. Typically, caregiving tasks fall on women-mothers, with a greater impact on those working in the formal labor market or generating income through informal activities. In the case of international migrants, in addition to issues related to child care and the need to balance work and family, adaptation to a new culture must also be considered. This paper addresses this topic, exploring, though not exhaustively, the place of motherhood in studies and research on international migration. Next, we identify the main themes addressed in research on the Brazilian migratory reality. Finally, we present and classify the key contributions found in the analyzed studies and research.

Keywords: migration, migrant women, motherhood, migrant mothers

1 INTRODUÇÃO

A maternidade adquire contornos específicos quando vivenciada no contexto migratório. A conciliação entre o cuidado dos filhos, as responsabilidades domésticas e a necessidade de inserção no mercado de trabalho de um novo país impõe às mulheres migrantes uma sobrecarga significativa, afetando sua saúde física e mental, bem como suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A experiência da maternidade migrante se insere em um contexto marcado por interseccionalidades, ou seja, pela interação de diversas categorias sociais como gênero, raça, classe e status migratório. Essas interseccionalidades moldam as vivências das mulheres migrantes e seus filhos, influenciando o acesso a direitos, serviços e oportunidades.

No Brasil, a crescente feminização das migrações, especialmente a partir de 2015, com a chegada em massa de mulheres haitianas e, principalmente, venezuelanas, acompanhadas de crianças e adolescentes, torna ainda mais urgente a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a maternidade migrante (Oliveira; Tonhati, 2022). Essa nova realidade demográfica exige que os pesquisadores direcionem seus olhares para as especificidades das experiências dessas mulheres, compreendendo os desafios que enfrentam e as demandas que apresentam.

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre o lugar da maternidade nas trajetórias migratórias, este estudo realiza uma revisão sistemática da literatura brasileira sobre migrações internacionais, com foco específico na experiência da maternidade migrante. Embora a literatura sobre mulheres migrantes no Brasil seja vasta e aborde diversos aspectos de suas vidas, a maternidade, embora mencionada, raramente é o centro das análises. A presente pesquisa busca preencher essa lacuna, investigando como a experiência da maternidade das mulheres migrantes é abordada em estudos nacionais na área das Ciências Sociais, no período entre 1990 e 2023.

A pesquisa está estruturada em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentamos um panorama da literatura internacional sobre maternidade, com ênfase na experiência da maternidade migrante. Em seguida, a terceira seção analisa a produção científica brasileira sobre maternidade migrante no campo das Ciências Sociais. Com base na literatura revisada, exploramos também o modo como essas mulheres vivenciam a maternidade em contextos de migração, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento adotadas. Por fim, na quarta seção, apresentamos as considerações finais do estudo.

2 MATERNIDADE E MIGRAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE UM TEMA DE ESTUDOS

A maternidade é uma experiência complexa, moldada por um conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos. Embora seja frequentemente exaltada como uma fonte de realização pessoal, a maternidade nem sempre se encaixa nos ideais romantizados e normativos presentes na cultura ocidental.

Ao longo do século XX, um modelo idealizado de maternidade, centrado na figura da mãe branca de classe média norte-americana, foi propagado como universal (Gleen, 2016). Nesse modelo, o cuidado infantil é quase exclusivamente atribuído às mulheres, que são incentivadas a dedicar-se integralmente a essa tarefa, com amor incondicional e abnegação total (Hays, 1996). Essa construção social, que naturaliza o trabalho materno como uma responsabilidade feminina e impõe um padrão de cuidado exaustivo, emocionalmente desgastante e centrado nas necessidades infantis, é denominado por Hays (1996) como “Maternagem Intensiva”.

Ao perpetuar a ideia de que a maternidade é a realização feminina por excelência, a sociedade impõe expectativas irreais e exaustivas às mães, desconsiderando a diversidade de experiências e escolhas individuais. Como argumenta Glenn (2016), em vez de buscar um modelo universal de maternidade, é fundamental focar na diversidade e nas experiências marginalizadas. Acadêmicas negras estadunidenses, por exemplo, têm desafiado o modelo dominante, documentando as diferentes experiências históricas de suas comunidades e as condições materiais específicas em que a maternidade é vivenciada (Gleen, 2016; Collins, 2019). As diferentes experiências históricas das comunidades negras demonstram que a maternidade não é um fenômeno universal e homogêneo, mas sim um construto social moldado por fatores culturais, sociais e econômicos. Sobre isso, Pedone (2017, p. 655) afirma que

a maternidade inclui uma série de processos biológicos (concepção, gravidez, parto, puerpério e, em alguns casos, amamentação), mas vai muito além disso, incluindo práticas e relações sociais não vinculadas ao corpo feminino (cuidado e socialização, atenção à saúde, alimentação, higiene, amor e carinho). Todas essas práticas são entrelaçadas com representações sobre o que é socialmente aceito, legitimado e “naturalizado”. Assim, podemos afirmar que a maternidade não é predeterminada de uma única maneira, mas uma construção histórica, social e cultural.

Nesse contexto, as experiências das mães migrantes se destacam como um exemplo das diversas formas de vivenciar a maternidade. A distância geográfica, a usual precariedade das condições de vida e o acesso limitado a recursos e serviços essenciais transformam

profundamente a experiência materna de mulheres migrantes. Seja praticando a maternagem à distância, seja conciliando o cuidado dos filhos com as demandas do trabalho e da vida em um novo país, as mães migrantes enfrentam desafios únicos.

As experiências dessas mães foram invisibilizadas nas pesquisas sobre migrações internacionais até os 1980 (Boyd, 1989). Até então, os estudos sobre migração internacional focavam em modelos econômicos que priorizavam a figura do migrante masculino como provedor da família.

Um exemplo é a teoria da atração e repulsão (*push-pull*), que sugeria que os indivíduos, movidos principalmente por fatores econômicos, realizavam uma análise racional dos custos e benefícios de migrar. De um lado, estavam os fatores que os impulsionavam a sair de seu local de origem, como a falta de oportunidades. De outro, estavam as vantagens do destino, como a possibilidade de entrar no mercado de trabalho e obter uma renda mais alta. As teorias do sistema-mundo e do mercado de trabalho segmentado ou dual, por sua vez, destacam as desigualdades globais que moldam os fluxos de pessoas, bens e serviços, resultando, muitas vezes, na utilização de cidadãos de países menos desenvolvidos como mão de obra barata nos países mais ricos (Boyd, 1989).

As mulheres, quando incluídas nessas pesquisas, eram vistas como dependentes e acompanhantes dos homens, com seus papéis de cuidadoras e mães relegados a segundo plano (Boyd, 1989). Essa visão limitada da migração feminina contribuiu para a invisibilização das experiências das mães migrantes e para a subestimação dos desafios que elas enfrentam.

Como apontado por Boyd (1989), a migração é um fenômeno social complexo, influenciado por diversos fatores individuais e sociais, entre os quais o gênero se destaca como um princípio classificatório crucial. Pioneiramente defendida na década de 1980 por autoras feministas como Morokvasic (1984), que escreveu o artigo seminal intitulado “Birds of Passage Are Also Women” (ou “Pássaros de Passagem Também São Mulheres”, em tradução livre), a perspectiva de gênero trouxe à tona a realidade das mulheres migrantes.

O gênero, segundo Scott (1995), é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os “sexos”. O uso do termo “gênero” sublinha um sistema de relações que pode incluir o sexo biológico, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina de forma direta a sexualidade. Nesse sentido,

[...] o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

Para Assis (2017, p. 523), “abordar as questões de gênero e migração é lançar um olhar sobre os movimentos populacionais buscando problematizar como as trajetórias de homens e mulheres foram narradas, analisadas e visibilizadas nos estudos sobre migração”. Ela argumenta que o gênero não é apenas um fator determinante, mas também um elemento transversal ao processo migratório. Desse modo, para a autora, trata-se de “analisar como o gênero, juntamente com outros marcadores como raça, etnicidade e nacionalidade, afeta as trajetórias migratórias” (Assis, 2017, p. 524).

Nesse contexto, foram as pesquisas sobre migração familiar que trouxeram à tona a questão de gênero. Inicialmente, essas pesquisas não se concentravam especificamente nas experiências das mulheres ou da maternidade, mas sim analisavam as famílias migrantes de maneira geral (Zlotnik, 1995). Esses estudos davam prioridade ao papel das redes familiares (Boyd, 1989; Massey et al., 1998), aos impactos da migração na estrutura familiar e aos processos de integração dessas famílias nos países de destino (Dumon, 1989).

Os “novos economistas da migração” trouxeram uma contribuição importante ao integrar a perspectiva microsociológica, que valoriza a racionalidade e a agência individual, com a perspectiva macrosociológica, que enfatiza as limitações estruturais impostas pela economia e política global (Boyd, 1989). Ao destacar o contexto social, esses autores reconheceram que as decisões migratórias muitas vezes são tomadas coletivamente, especialmente no âmbito familiar (Sasaki; Assis, 2000).

Já a perspectiva transnacional, que emergiu no final da década de 1980, incorporou a perspectiva de gênero e trouxe novos entendimentos sobre o papel das mulheres nas famílias migrantes (Ciurlo, 2014). De acordo com essa abordagem, o processo migratório não implica a ruptura total de laços entre os países de origem e destino. Ou seja, mesmo com a separação física, os migrantes adotam diferentes estratégias para preservar seus vínculos afetivos, econômicos, culturais e políticos com seu país natal (Bryceson; Vuorela, 2002). Assim, nasce o conceito de “família transnacional” que descreve famílias cujos membros residem em países diferentes, mas continuam a compartilhar um senso de unidade e preocupação com o bem-estar comum (Bryceson; Vuorela, 2002).

Um subcampo dentro dos estudos sobre as famílias transnacionais passou a ser a maternidade transnacional, que descreve a experiência de mulheres migrantes que deixam seus filhos em seus países de origem para migrar sozinhas e, normalmente, realizar atividades de cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência no Norte Global. Essa dinâmica, intrinsecamente ligada à nova divisão internacional e sexual do trabalho, demonstra a

complexidade das trajetórias migratórias femininas e os desafios de conciliar os papéis de mãe e trabalhadora em um contexto globalizado.

Conforme aponta Pedone (2010, 2017), a feminização da pobreza e a crescente demanda por mão de obra feminina no cuidado em países desenvolvidos são fatores cruciais para o surgimento e a intensificação da maternidade transnacional. Ao migrarem, essas mulheres negociam suas identidades maternas e reconfiguram as práticas de cuidado, estabelecendo novas formas de vínculo com seus filhos à distância. Essa experiência, marcada por contradições, desafia as noções tradicionais de maternidade e família.

Hondagneu-Sotelo e Avila (1997) foram pioneiras ao cunhar o termo “maternidade transnacional”, analisando as experiências de mulheres latinas que migram para os Estados Unidos em busca de trabalho doméstico. Seu estudo revelou como a separação física entre mães e filhos exige das mulheres a construção de novas formas de cuidado e afeto à distância. A necessidade de apoio familiar, seja por meio de redes de parentesco ou de contratação de terceiros, e os sentimentos de alienação e ansiedade decorrentes da distância física são aspectos cruciais destacados pelas autoras.

Parrenãs (2001) também contribuiu para o campo ao explorar a dimensão emocional da maternidade transnacional, utilizando a expressão “maternagem à distância”. A autora, com foco na experiência filipina, demonstra como as ideologias de gênero sobre a maternidade intensificam os desafios emocionais enfrentados por mães e filhos separados geograficamente. Parrenãs argumenta que as normas de gênero internalizadas pelas mulheres dificultam a negociação dos papéis maternos em um contexto transnacional.

Já Pedone (2007) oferece uma análise da maternidade transnacional no contexto da migração equatoriana para a Espanha. A autora destaca o papel central das mulheres equatorianas nos fluxos migratórios, atuando como pioneiras e abrindo caminho para a reunificação familiar. Essa dinâmica, no entanto, resulta em uma reconfiguração das relações de gênero e intergeracionais, gerando conflitos familiares tanto no país de origem quanto no de destino.

Ao mesmo tempo em que cresce o interesse no tema da maternidade transnacional, surgem pesquisas que tratam especificamente da maternidade migrante co-residente, ou seja, das experiências das mulheres-mães que migram juntamente com seus filhos. Gedalof (2009), por exemplo, destaca a importância do trabalho reprodutivo das mulheres migrantes na construção de um sentimento coletivo de identidade e pertencimento. A autora argumenta que as decisões cotidianas sobre a criação dos filhos – como a escolha dos cuidados, a língua falada em casa e os hábitos alimentares – são momentos de negociação constante entre diferentes culturas.

Gedalof (2009) também aponta que, assim como a maternidade a distância exige adaptações significativas, a maternidade migrante co-residente também apresenta suas complexidades, exigindo que as mães reinventem suas práticas cotidianas.

Erel (2011) aprofunda a discussão sobre identidade e pertencimento, argumentando que as práticas da maternidade das mulheres migrantes são fundamentais para que os membros da família, em especial os filhos, tenham acesso à plena cidadania. Nesse sentido, ela defende que as mulheres-mães migrantes criam novas formas de pertencimento e cidadania, contribuindo para a construção de sociedades com valores multiétnicos.

Já o estudo de Herrero-Arias et al. (2021) centra-se em torno da experiência emocional da maternidade em contexto migratório. As autoras exploram como as mulheres migrantes enfrentam sentimentos antagônicos ao tentar conciliar as normas e expectativas sobre a maternidade presentes nas sociedades de origem e de destino. Esse conflito cultural pode gerar culpa, ansiedade e estresse, especialmente quando as mulheres percebem que não correspondem aos ideais preestabelecidos.

Tanto nas pesquisas sobre as mães que migram e precisam deixar seus filhos no país de origem, quanto sobre as mães cujos filhos migram junto com elas é possível observar como a maternidade é vivenciada e ressignificada em contextos transnacionais. Nessas pesquisas, ao invés de serem personagens secundárias, as mulheres migrantes ganham centralidade e suas experiências relativas à maternidade são encaradas de modo a reconhecer sua importância para os projetos migratórios familiares.

Dessa forma, a maternidade migrante, apesar de ser um tema relativamente novo, vem se consolidando como um tema de grande interesse nos estudos sobre migrações internacionais. Essa tendência de estudos foi impulsionada pela perspectiva feminista, que destaca a posição social das mulheres e suas implicações na vida das mulheres migrantes. Essa tendência também se reflete nas pesquisas brasileiras sobre as mulheres migrantes, como abordaremos na próxima seção, em que identificamos os principais temas abordados e apresentamos as principais contribuições para o estudo da maternidade em contexto migratório.

3 A MATERNIDADE MIGRANTE NAS PESQUISAS BRASILEIRAS

Para compreender o “estado da arte” das pesquisas e estudos brasileiros sobre maternidade migrante, realizamos um levantamento não exaustivo das publicações sobre essa temática na área das Ciências Sociais. Para isso, utilizamos o portal de Periódicos CAPES para

a busca de artigos, e a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para encontrar dissertações e teses que abordam essa temática.

A busca foi conduzida por meio das seguintes palavras-chave: “migração e maternidade” e “maternidade transnacional”. Para delimitar o escopo da pesquisa, foram considerados apenas trabalhos publicados no Brasil e em língua portuguesa que abordassem especificamente a questão da maternidade migrante e cujos autores são vinculados a Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A busca resultou em nove trabalhos. Ressaltamos que este número não representa a totalidade das pesquisas existentes sobre o tema, mas sim aquelas que se ajustaram aos critérios de seleção estabelecidos para este estudo.

A classificação desses nove trabalhos foi realizada com base no que consideramos ser o aspecto central analisado. No entanto, muitas vezes, os estudos abordam múltiplas dimensões da maternidade migrante, fazendo com que os temas se entrelacem e dificultando uma categorização rígida. Os temas foram classificados conforme a tabela a seguir.

Tema	Subtema	Publicações
Maternidade Transnacional	Trabalho de cuidado	Carpenedo; Nardi, 2017; Rodrigues, 2018; Dornelas, 2022
	Manutenção de laços familiares	Vasconcelos, 2013; Bumachar, 2013; Etechebere, 2017
Maternidade Co-residente	Saúde Reprodutiva	Santos; Novaes; Chaves, 2019; Vieczorek, 2020; Novaes, 2021;

Identificamos dois grandes temas: a Maternidade Transnacional e a Maternidade Co-residente, que foram divididos em subtemas. No tema da Maternidade Transnacional, destacam-se os subtemas “Trabalho de cuidado” e “Manutenção de laços familiares”. O subtema “Trabalho de cuidado” engloba estudos que discutem as implicações do cuidado transnacional para as mulheres-mães migrantes, com publicações de Carpenedo e Nardi (2017), Rodrigues (2018) e Dornelas (2022).

Esses trabalhos exploram as práticas e os desafios do cuidado oferecido por mulheres migrantes, que equilibram a responsabilidade com suas próprias famílias e os papéis que desempenham em seus países de acolhimento. Já o subtema “Manutenção de laços familiares” inclui as contribuições de Vasconcelos (2013), Bumachar (2013) e Etechebere (2017), focando na continuidade e adaptação das relações familiares transnacionais, considerando como as mães

mantêm vínculos afetivos e materiais com seus filhos e outros familiares deixados no país de origem, apesar das barreiras geográficas.

Já o tema da Maternidade Co-residente é abordado nas pesquisas selecionadas por meio do subtema “Saúde Reprodutiva”, que investiga o acesso à saúde de mulheres gestantes migrantes. Esse subtema é explorado em publicações como as de Santos, Novaes e Chaves (2019), Vieczorek (2020) e Novaes (2021), que examinam o acesso a serviços de saúde, práticas de cuidado reprodutivo e os obstáculos enfrentados pelas migrantes no sistema de saúde. Esses estudos evidenciam as dificuldades enfrentadas por mães migrantes na garantia de condições de saúde para si e para seus filhos, ao passo que lidam com contextos culturais e institucionais distintos. A seguir, apresentaremos um panorama dessas pesquisas.

3.1 Maternidade transnacional: o trabalho de cuidado e a manutenção de laços familiares

O trabalho de cuidado, tradicionalmente associado às mulheres, envolve a prestação de assistência física e emocional a crianças, idosos, pessoas doentes e pessoas com deficiência (Hirata, 2016). Essa atividade, muitas vezes realizada de forma não remunerada ou subvalorizada, tem se transformado em uma força de trabalho globalizada (Hirata, 2016). Com o aumento da migração feminina, especialmente de países do Sul Global para o Norte, observa-se o fortalecimento das chamadas “cadeias globais de cuidado”. Nesse contexto, mulheres migram para assumir postos de trabalho como empregadas domésticas e cuidadoras, contribuindo para a reprodução da vida social nos países de destino.

Paradoxalmente, ao migrarem para assumir o papel de cuidadoras em outros países, essas mesmas mulheres frequentemente se veem afastadas de seus filhos, revelando as profundas desigualdades de gênero e as relações de poder que permeiam as migrações internacionais (Pedone, 2017). A maternidade transnacional, nesse contexto, torna-se uma experiência marcada por contradições.

Carpenedo e Nardi (2017) oferecem uma importante contribuição ao explorar as experiências de brasileiras que migram para Londres em busca de oportunidades de trabalho na área de cuidados. As mulheres entrevistadas por eles já ocupavam, em sua maioria, posições de trabalho precarizadas no Brasil e eram as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos.

A decisão de migrar foi motivada pela busca por melhores condições de vida e por novas oportunidades, mas também pela necessidade de prover à família. Ao se estabelecerem em Londres, essas mulheres reforçaram seu papel de provedoras, enviando remessas para seus

familiares no Brasil. No entanto, a distância física dos filhos gerou um intenso sofrimento emocional, marcado por sentimentos de culpa e saudade.

Segundo os autores, a experiência migratória proporciona às mulheres a oportunidade de redefinir o significado do cuidado e reconfigurar seus papéis maternos (Carpenedo; Nardi, 2017). Para muitas delas, a capacidade de prover financeiramente para a família passa a ser um aspecto central da maternidade, desafiando as noções tradicionais de cuidado associadas exclusivamente ao cuidado direto dos filhos.

Carpenedo e Nardi (2017) destacam que, embora a migração permita que essas mulheres assumam um papel de provedoras e ganhem maior autonomia, elas continuam sujeitas às pressões e expectativas sociais relacionadas à maternidade. Por um lado, a distância física dos filhos impulsiona essas mulheres a buscar formas de demonstrar seu amor e cuidado, mesmo à distância. O envio de remessas financeiras e presentes é uma forma de atender às demandas sociais e manter laços afetivos.

Por outro lado, a culpa e a sensação de inadequação frequentemente acompanham essas mulheres, levando-as a adotar uma postura de abnegação (Carpenedo; Nardi, 2017). Para os autores, ao se colocarem no papel de mártires, elas reforçam a ideia de que uma boa mãe deve se sacrificar pelo bem-estar dos filhos, mesmo à custa de seu próprio bem-estar (Carpenedo; Nardi, 2017). Ao mesmo tempo em que desafiam a expectativa de proximidade física, essas mulheres acabam reproduzindo o ideal de maternidade abnegada, naturalizando a desigualdade de gênero.

Carpenedo e Nardi (2017) também chamam a atenção para o contexto mais amplo da economia do cuidado em que essas mulheres estão inseridas. A prática da “transferência de cuidados”, ou seja, a delegação do cuidado das crianças para outros membros da família, é fundamental para viabilizar a migração dessas mulheres. Essa prática evidencia a centralidade das redes de apoio familiar, majoritariamente femininas, na manutenção da vida cotidiana. Transferindo os cuidados para outras mulheres, geralmente avós, tias ou irmãs, as mães migrantes também reforçam as normas de gênero que associam o cuidado ao papel feminino (Carpenedo; Nardi, 2017). Os trabalhos de Rodrigues (2018) e Dornelas (2022) chegam a conclusões parecidas.

Rodrigues (2018), em sua pesquisa com mulheres migrantes latino-americanas na Espanha, identificou dilemas similares aos das mulheres entrevistadas por Carpenedo e Nardi (2017). A autora destaca, ainda, as dificuldades adicionais enfrentadas por migrantes em situação irregular, que encontram barreiras mais significativas para a mobilidade laboral no país europeu.

O trabalho doméstico, segundo Rodrigues (2018), constitui a principal porta de entrada para o mercado de trabalho espanhol para essas mulheres. Impulsionadas pela necessidade, elas se veem confinadas a esse nicho, com baixa mobilidade e dificuldades para ascender profissionalmente. Quando conseguem regularizar sua situação migratória, muitas migrantes tentam acessar outros setores do mercado e buscam a reunificação familiar.

No entanto, o processo migratório é marcado por um intenso conflito interior. Por um lado, essas mulheres sentem-se culpadas por “transgredir” normas sociais relacionadas à maternidade tradicional. Por outro, acreditam que seus sacrifícios garantem um futuro melhor para suas famílias, através do envio de remessas.

Dornelas (2022), por sua vez, examina a maternidade, os papéis de gênero e o trabalho de cuidado, com foco em mulheres migrantes latino-americanas residentes no Brasil. É interessante notar que, diferentemente de muitos países do Norte Global, no contexto brasileiro, os trabalhos de cuidado remunerado são frequentemente realizados por migrantes internas (do Norte ou Nordeste) e por mulheres negras e/ou periféricas (Hirata, 2016). A pesquisa de Dornelas, no entanto, concentra-se especificamente nas trajetórias de mulheres migrantes internacionais que escolheram o Brasil como destino para exercer atividades de cuidado. A autora destaca que “o cuidar permeia os projetos migratórios das mulheres” seja em relação aos filhos ou aos pais idosos. Para ela,

[...] o cuidado para as mulheres opera de modo transnacional, por meio de processos que envolvem a preocupação, culpa, envolvimento e responsabilização pelo provimento de cuidados aos pais e familiares idosos que estão no país de origem. Apesar da distância ou também por causa dela – muitas mulheres migrantes mantêm vínculos transnacionais de cuidado com os pais mais velhos, principalmente em casos de enfermidade. Se na maternidade transnacional as responsabilidades pelo cuidado de mãe para filho permanecem mesmo com a distância física, em outros cenários essas atribuições passam a ser das filhas para com os pais. E nos casos em que há dificuldade ou impossibilidade de exercer essas tarefas de modo mais assíduo, são comuns os sentimentos de culpa por não prover cuidado aos familiares idosos (Dornelas, 2022, p.115).

As mulheres entrevistadas por Dornelas demonstram uma forte internalização do papel de cuidadora familiar, mesmo na ausência de imposições explícitas. Essa percepção, segundo a autora, é resultado de um processo de socialização de gênero que molda as expectativas e comportamentos femininos desde a infância (Dornelas, 2022). A atribuição do papel de cuidadora primária às mulheres é profundamente arraigada em nossa cultura e influencia as decisões e trajetórias de vida. Nesse contexto, a migração feminina é frequentemente vista sob uma lente negativa, associada à ideia de abandono das responsabilidades familiares e à falha em cumprir o ideal de maternidade (Dornelas, 2022).

Diante da separação física de seus filhos, as migrantes buscam alternativas para manter os laços familiares. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são uma ferramenta essencial nesse contexto, permitindo que mães migrantes estabeleçam pontes digitais com seus filhos, minimizando a distância física e emocional (Bumachar, 2013). As pesquisas de Vasconcelos (2013), Bumachar (2013) e Etechebere (2017) aprofundam essa questão, evidenciando as diversas maneiras pelas quais essas mulheres buscam estar presentes na vida de seus filhos, mesmo à distância.

Vasconcelos (2013), em sua pesquisa sobre famílias transnacionais na fronteira entre Brasil e Venezuela, destaca as experiências das mães brasileiras que trabalham no país vizinho e deixam seus filhos sob os cuidados de familiares no Brasil. A separação dos filhos é frequentemente apontada como a maior dificuldade enfrentada por essas mulheres, que recorrem às TICs como principal meio de comunicação e cuidado. Apesar da possibilidade de visitas mais frequentes devido à proximidade geográfica, as ligações telefônicas e aplicativos de mensagens instantâneas e videochamadas são cruciais para o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos filhos e para garantir que as remessas enviadas sejam utilizadas de forma adequada (Vasconcelos, 2013).

A pesquisa de Bumachar (2013) também trata da importância do uso das tecnologias de comunicação na experiência das mães migrantes. A autora aborda uma realidade particular: a das mulheres estrangeiras encarceradas em São Paulo. Para essas mães privadas de liberdade, as limitações no contato com seus filhos são ainda mais acentuadas pelas rígidas regras das penitenciárias. No entanto, mesmo diante dessas restrições, elas buscam se conectar com seus filhos através dos poucos canais de comunicação permitidos, como ligações telefônicas e e-mails. Essas ferramentas digitais, embora limitadas, possibilitam que essas mulheres mantenham um vínculo com seus filhos, aliviando, em parte, a dor da separação.

Bumachar (2013) demonstra a resiliência dessas mulheres, que mesmo em um contexto tão adverso, encontram formas de exercer sua maternidade. Ao analisar o caso dessas mães migrantes encarceradas, a autora contribui para uma compreensão mais ampla sobre os desafios e as estratégias utilizadas por mulheres migrantes para manterem seus laços familiares, independentemente de suas condições de vida.

Etechebere (2017), por sua vez, focou no caso de mulheres haitianas que se mudam para o Brasil. Essas mulheres, muitas vezes, migram para o país após seus companheiros já estarem estabelecidos aqui ou vêm sozinhas em busca de melhores oportunidades de trabalho para sustentar suas famílias no Haiti. No caso das mães solo, a questão do trabalho e do envio de remessas assume uma importância ainda maior (Etechebere, 2017).

Uma das entrevistadas pela autora, por exemplo, relatou a angústia de ter perdido o emprego recentemente, o que a impediu de enviar um presente de aniversário para o filho mais novo e de comprar um novo celular para manter o contato com seus filhos. Essa experiência ilustra a centralidade das remessas na vida dessas mulheres, que as veem não apenas como uma forma de prover o sustento, mas como um ato de cuidado e amor (Etechebere, 2017). Para Etechebere (2017, p.190), “quando se trata de remessa, não é só o prover a vida, mas é cuidar da vida de quem ficou”. As remessas, portanto, são fundamentais para que essas mães possam exercer sua maternidade de forma plena, garantindo que seus filhos tenham acesso a tudo o que precisam.

3.2 Mulheres Migrantes e Saúde Reprodutiva

A saúde é um direito fundamental e o acesso efetivo aos serviços de saúde por parte dos migrantes é uma questão crucial. Garantir esse acesso exige políticas públicas específicas e adaptadas à realidade de cada país (Padilla, 2017).

A saúde reprodutiva, um aspecto fundamental da saúde integral, engloba o bem-estar físico, mental e social relacionado à sexualidade e à reprodução. Segundo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), esse direito inclui a liberdade de decidir sobre a reprodução, o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes e cuidados de saúde durante a gravidez e o parto (CIPD, 1994). Em outras palavras, a saúde reprodutiva garante às pessoas o direito de viver uma vida sexual plena e saudável, com autonomia para decidir sobre sua própria fecundidade.

Mulheres migrantes enfrentam desafios adicionais no acesso à saúde reprodutiva. Estudos indicam que elas apresentam taxas mais elevadas de mortalidade materna, perinatal e infantil, além de maior incidência de partos prematuros, em comparação com as mulheres da população local (Dias, Rocha; Horta, 2009). Essas disparidades estão diretamente relacionadas à dificuldade de acesso aos serviços de saúde nos países de acolhida (Nielsson; Sturza; Wermuth, 2019). De acordo com Padilla (2017, p. 984),

existem vários fatores que contribuem para limitar a acessibilidade aos serviços de saúde, como o conhecimento da língua, o preço, a disponibilidade, a qualidade, dentre outros. Se legalmente o imigrante tem acesso, mas não é possível a comunicação entre o utente e o profissional da saúde, ou se tem acesso mas não tem recursos econômicos para pagar a consulta, ou se o serviço que recebe não tem a qualidade para o curar, a acessibilidade é parcial ou limitada.

No Brasil, a Lei de Migração assegura o direito da população migrante ao acesso aos serviços públicos de saúde, vedando qualquer tipo de discriminação em razão da nacionalidade ou condição migratória. Conforme Martin, Goldberg e Silveira (2018), os migrantes no país estão tendo acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), no entanto, as pesquisas de Santos, Novaes e Chaves (2019), Viecezorek (2020) e Novaes (2021) revelam as especificidades das experiências das mulheres migrantes, especialmente no que se refere à saúde reprodutiva.

Os trabalhos de Santos, Novaes e Chaves (2019) e Novaes (2021) tratam sobre a migração de mulheres angolanas para o Brasil. Esse movimento migratório apresenta uma particularidade, pois o motivo da migração está diretamente ligado à maternidade. Muitas dessas mulheres migram com o objetivo específico de ter seus filhos em território brasileiro, seja chegando grávidas, buscando tratamentos de fertilidade no Brasil ou engravidando após a chegada.

Essa escolha está ligada ao contexto social angolano, onde a maternidade é valorizada de forma significativa e a não realização desse projeto de vida pode levar a estigmas e até mesmo à dissolução de casamentos (Santos; Novaes; Chaves, 2019). Nesse contexto, o Brasil é percebido como um país que oferece melhores condições para a maternidade, com acesso gratuito à saúde através do SUS, benefícios sociais e a garantia de cidadania brasileira para os nascidos em território nacional, independentemente da nacionalidade dos pais.

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, as mulheres entrevistadas por Santos, Novaes e Chaves (2019) e Novaes (2021) demonstraram, em sua maioria, satisfação com o atendimento recebido durante o pré-natal, parto e puerpério no Brasil. A gratuidade das consultas e exames, o fornecimento de medicamentos e a qualidade do atendimento médico foram frequentemente mencionados como pontos positivos, contrastando com as expectativas que as participantes tinham em relação aos sistemas de saúde de seu país de origem.

No entanto, algumas mulheres relataram ter vivenciado situações de racismo ao utilizarem os serviços de saúde brasileiros. Essas experiências negativas, embora não generalizadas, evidenciam as barreiras que ainda existem no acesso igualitário e no tratamento humanizado nos serviços de saúde. Viecezorek (2020) com sua pesquisa sobre o atendimento de saúde recebido por mulheres haitianas na cidade de Cascavel, no Paraná, também abordou esse ponto.

O trabalho de Viecezorek (2020) reflete sobre a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender as demandas específicas da população migrante, com foco nas mulheres haitianas e seus processos de gestação e parto. A pesquisa destaca como marcadores sociais

como raça, gênero e origem nacional se entrelaçam, criando barreiras no acesso à saúde e na qualidade do atendimento oferecido a essas mulheres.

Um dos principais desafios identificados pela autora é a dificuldade de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes haitianas. Essa barreira linguística e cultural impede a troca de informações essenciais para o pré-natal, parto e puerpério, colocando em risco a saúde tanto da mãe quanto do bebê. Além disso, o desconhecimento sobre a cultura e as especificidades da saúde das mulheres haitianas por parte dos profissionais pode gerar preconceito, discriminação e práticas inadequadas no atendimento (Vieczorek, 2020).

Vieczorek (2020) enfatiza a necessidade de promover a interculturalidade nos serviços de saúde, capacitando os profissionais a oferecer um atendimento humanizado e culturalmente sensível. Essa medida é fundamental para reduzir as desigualdades e garantir o direito à saúde de todas as mulheres, independentemente de sua origem.

4 CONCLUSÃO

A análise das nove pesquisas selecionadas revela um crescente interesse dos pesquisadores brasileiros pelo tema da maternidade e migração, especialmente a partir da década de 2010. Chama a atenção a predominância de estudos sobre a maternidade transnacional, que abordam as experiências de brasileiras no exterior e de migrantes de diversas nacionalidades em outros países. Esses trabalhos contribuem para a desnaturalização da maternidade e a desconstrução de estereótipos de gênero, que frequentemente associam a maternidade a um modelo único e universal, no qual a mãe deve estar fisicamente presente e dedicar-se integralmente aos cuidados dos filhos.

Ao explorar as complexidades da maternidade transnacional, essas pesquisas desafiam a ideia de que existe uma única forma “correta” de ser mãe. Elas demonstram a diversidade de experiências e estratégias que as mulheres adotam para conciliar as demandas da maternidade com as exigências da vida migrante, contribuindo para uma compreensão mais inclusiva da maternidade em contextos globais.

Em contrapartida, os estudos sobre a maternidade co-residente, ou seja, a experiência de gestar e criar filhos no país de destino, são menos numerosos e apresentam um escopo mais restrito. Os três trabalhos encontrados nesse grupo concentram-se principalmente nos processos ligados à gravidez, desconsiderando outras dimensões importantes da maternidade, como as estratégias de adaptação, as emoções e as práticas de cuidado, que são frequentemente exploradas na literatura internacional.

Observa-se, portanto, uma lacuna significativa nos estudos brasileiros sobre a maternidade co-residente. Embora a maternidade seja uma experiência central na vida de muitas mulheres migrantes e tenha implicações para suas trajetórias e para o bem-estar de suas famílias, essa temática ainda não recebeu a devida atenção dos pesquisadores brasileiros.

Considerando o crescente número de famílias migrantes no Brasil e a importância de políticas públicas adequadas para atender às suas necessidades, é fundamental que a maternidade co-residente seja objeto de maior investigação. Assim, como pesquisadores, defendemos a necessidade de incentivar a produção de estudos que abordem essa temática, considerando a diversidade das experiências e os contextos socioculturais em que as mulheres migrantes estão inseridas. Acreditamos que ao aprofundar o conhecimento sobre as experiências dessas mulheres, podemos contribuir para o desenvolvimento de programas e serviços que promovam a saúde, o bem-estar e a inclusão social das famílias migrantes.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Gênero*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 523-528.
- BOYD, Monica. *Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas*. *International Migration Review*, v. xxiii, n. 3, p. 639-669, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/019791838902300313?journalCode=mrxa>. Acesso em 07 jul. 2024.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. *The Transnational Family – New European Frontiers and Global Networks, Cross-Cultural Perspectives on Women*. Oxford: BERG, 2002.
- BUMACHAR, Bruna Louzada. *Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres*. *Revista Cronos*, [s. l.], v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2219>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. *Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres*. *Cadernos Pagu*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sWtQZvFCJkFk54xKG5p3TVD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- CIPD. *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo*. 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em 28 set. 2024.

CIURLO, Alessandra. *Género y familia transnacional. Un enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios*. Revista Científica General José María Córdova, v. 12, n. 13, p. 127-161, 2014. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-65862014000100005. Acesso em 21 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Sónia Ferreira; ROCHA, Cristiane Famer; HORTA, Rosário. *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2009.

DORNELAS, Paula. “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218. Acesso em: 07 jun. 2024.

DUMON, Wilfried. *Family and migration*. *International Migration*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 251–270, 1989.

EREL, Umut. *Reframing migrant mothers as citizens*. *Citizenship Studies*, [s. l.], v. 15, n. 6–7, p. 695–709, 2011.

ETECHEBERE, Rafaela Gava. *Entre Santa Bárbara d’Oeste e o Haiti: maternidade no cotidiano transnacional*. *Tematicas*, [s. l.], v. 25, n. 49, p. 177–202, 2017.

GEDALOF, Irene. *Birth, Belonging and Migrant Mothers: Narratives of Reproduction in Feminist Migration Studies*. *Feminist Review*, [s. l.], v. 93, n. 1, p. 81–100, 2009.

GLEEN, Evelyn Nakano. *Social Constructions of Mothering: A Thematic Overview*. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie (org.). *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. New York: Routledge, 2016.

HAYS, Sharon. *The Cultural Contradictions of Motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.

HERRERO-ARIAS, Raquel et al. *The emotional journey of motherhood in migration. The case of Southern European mothers in Norway*. *Migration Studies*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1230–1249, 2021.

HIRATA, Helena. *O Trabalho de Cuidado*. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 56–64, 2016.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. “I’m here, but I’m there”: *The Meanings of Latina Transnational Motherhood*. *Gender & Society*, v. 11, n. 5, p. 548–571, 1997.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. *Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural*. *Saúde e Sociedade*, [s. l.], v. 27, p. 26–36, 2018.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUICI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. *Worlds in Motion, Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MOROKVASIC, Mirjana. *Birds of Passage are also Women*. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2546066> Acesso em 10 ago. 2024

NIELSSON, Joice Graciele; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. *O direito ao acesso à saúde reprodutiva de mulheres migrantes: desvelando processos de precarização da vida*. *Revista Derecho y Salud*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 109–119, 2019.

NOVAES, Dirce Trevisi Prado. *Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para a Cidade de São Paulo*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. *Mulheres, Crianças e Jovens na Migração Internacional no Brasil*. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

PADILLA, Beatriz. *Serviços de saúde*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 984-993.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. *Mothering from a Distance: Emotions, Gender, and Intergenerational Relations in Filipino Transnational Families*. *Feminist Studies*, v. 27, n. 2, p. 361-390, 2001.

PEDONE, Claudia. *Familias transnacionales ecuatorianas: estrategias productivas y reproductivas*. In: CIUDADANÍA Y EXCLUSIÓN: ECUADOR Y ESPAÑA FRENTE AL ESPEJO. [S. l.]: Los Libros de la Catarata, 2007.

PEDONE, Claudia. *Más allá de los estereotipos: desafíos en torno al estudio de las familias migrantes*. In: Grupo Interdisciplinario de Investigador@s Migrantes (org.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes: rompiendo estereotipos*. Madri: Iepala Editorial, 2010.

PEDONE, Claudia. *Maternidades transnacionais*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 655-661.

RODRIGUES, Thaysa Andréia de Miranda. *Migração e trabalho doméstico: trajetórias laborais de mulheres latino-americanas na Espanha*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SANTOS, Aline Lima; NOVAES, Dirce Trevisi Prado; CHAVES, Maria de Fátima Guedes. *Mulheres Angolanas no Brasil: Reflexões sobre Migrações e Maternidade*. Cadernos de

Estudos Sociais, [s. l.], v. 33, n. 2, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1761>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Teorias das Migrações Internacionais*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Anais. Caxambu, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em:
https://archive.org/details/scott_gender Acesso em: 7 jul. 2024.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Famílias Transnacionais na Fronteira Brasil/Venezuela*. EXAMÃPAKU, [s. l.], v. 3, n. 2, 2013. Disponível em:
<https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1501>. Acesso em: 21 jun. 2024.

VIECZOREK, Anelise Ludmila. *O atendimento da saúde pública para mulheres haitianas: trajetórias migratórias e experiências reprodutivas em Cascavel/PR*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

ZLOTNIK, Hania. *Migration and the Family: The Female Perspective*. Asian and Pacific Migration Journal, [s. l.], v. 4, n. 2–3, p. 253–271, 1995.

IMIGRAÇÃO VENEZUELANA EM SERGIPE SOB UMA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL: Gênero e etnia

Eduardo Leite Ferreira (UFS)¹¹⁴
João Heitor Nogueira Castro Lustosa (UFS)¹¹⁵

Resumo: Esta pesquisa investiga as condições vivenciadas pelos migrantes venezuelanos pertencentes à etnia Warao e os que não pertencem a essa etnia e residem em Sergipe. O foco do presente trabalho gira em torno de como as necessidades e dificuldades dos migrantes se manifestam em seus corpos. O corpo é analisado aqui como um espaço onde as experiências de migração se materializam, como o estresse, a vulnerabilidade, às estratégias de adaptação e as expressões sensoriais. A questão central é compreender como o processo migratório desses indivíduos se reflete no corpo. A metodologia incluiu revisão bibliográfica sobre migração, corpo, gênero e etnia, além de estudo de campo. Foram aplicados questionários semiestruturados e entrevistas em profundidade, utilizando técnicas como bola de neve e grupos focais. Os resultados revelam que as experiências migratórias dos migrantes Warao são afetadas por questões de gênero e etnia. Mulheres enfrentam desafios específicos, como dificuldades no acesso a recursos e integração social, evidenciando as desigualdades de gênero. Os migrantes venezuelanos, bem como os indígenas Warao, enfrentam vulnerabilidade agravada por barreiras culturais. A análise teórica suscitada aqui, baseada no conceito de "corpo-migrante", mostra como questões corporais e identitárias moldam as trajetórias migratórias.

Palavras-chave: Migração venezuelana, Corpo, Gênero e Etnia.

Abstract: This research investigates the conditions experienced by Venezuelan migrants belonging to the Warao ethnic group and those who do not belong to this ethnicity but reside in Sergipe. The focus of this study revolves around how the needs and difficulties of migrants manifest in their bodies. The body is analyzed here as a space where migration experiences materialize, such as stress, vulnerability, adaptation strategies, and sensory expressions. The central question is to understand how the migratory process of these individuals is reflected in their bodies. The methodology included a literature review on migration, body, gender, and ethnicity, as well as fieldwork. Semi-structured questionnaires and in-depth interviews were conducted, using techniques such as snowball sampling and focus groups. The results reveal that the migratory experiences of Warao migrants are influenced by issues of gender and ethnicity. Women face specific challenges, such as difficulties in accessing resources and social integration, highlighting gender inequalities. Venezuelan migrants, as well as Warao Indigenous people, face heightened vulnerability due to cultural barriers. The theoretical analysis presented here, based on the concept of the "migrant body," demonstrates how bodily and identity-related issues shape migratory trajectories.

¹¹⁴ Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa "Processos Identitários e Poder" (GEPIIP/UFS). Email: eduardoleite@academico.ufs.br

¹¹⁵ Discente do curso de Ciências Sociais, vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisa "Processos Identitários e Poder" (GEPIIP/UFS). Email: j.heitor06@academico.ufs.br

Keywords: Venezuelan Migration, Body, Gender, and Ethnicity.

1 INTRODUÇÃO

Truzzi e Monsma (2018) apontam que os fluxos migratórios realocam geograficamente indivíduos portadores de elementos históricos e culturais, atravessando

diferentes sociedades que, por sua vez, acabam se transformando por meio de um complexo processo de interação social. Os autores reiteram ainda que ao participarem dos fluxos migratórios, os migrantes muitas das vezes causam ansiedade ao serem encarados como ameaças econômicas, políticas e culturais que atuam no processo de invisibilização. Outras vezes, são encarados ainda como necessários ou até mesmo convenientes.

Ao falarmos sobre os fluxos migratórios, é importante que pensemos nos indivíduos que participam desses fluxos e em quais dinâmicas estão inseridos. Podemos dividir esses indivíduos em dois grupos: os migrantes e os refugiados. Brito (2010) aponta que enquanto os migrantes possuem a escolha de deixar o seu país natal e retornar livremente, entre os refugiados a situação não se repete. Refugiados/as são aqueles/as que, forçados/as a deixarem seus países de origem, são impedidos/as de regressar por um tempo indeterminado e/ou consideravelmente longo.

De acordo com os últimos dados publicados pela Organização Internacional para as Migrações (OIM, 2024), o número de migrantes em escala global gira em torno de 281 milhões de pessoas. Quanto ao número de refugiados, de acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, até 2023 o número de pessoas que foram forçadas a deixarem suas casas foi de 114 milhões de pessoas, das quais pelo menos 36 milhões estão atualmente como refugiadas. (ACNUR, 2023)

Pensando nestas informações e voltando o nosso olhar para o papel que o Brasil desempenha como receptor frente aos fluxos migratórios internacionais contemporâneos, chama muita atenção a dinâmica presente na migração venezuelana nos últimos dez anos (2013-2023). Segundo o Observatório Brasileiro das Migrações Internacionais (OBMigra), o número de solicitações da condição de refúgio pelos venezuelanos em 2023 foi superior a 30 mil solicitações, superando em muito nacionalidades como Cuba e Angola que vêm logo em seguida (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2023)

Com base em tais informações, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar como o processo migratório para Aracaju-Sergipe se refletiu e foi vivenciado no corpo dos venezuelanos, investigando as manifestações físicas resultantes das necessidades, dificuldades e das experiências de migração, como o estresse, a vulnerabilidade e a adaptação. O estudo

busca compreender como as particularidades culturais, étnicas e de gênero influenciam as experiências corporais dos migrantes indígenas pertencentes à etnia Warao e as experiências dos que não pertencem a essa etnia (chamados aqui de Não Warao) e afetam sua integração no novo ambiente, considerando as interseções entre corpo, cultura e gênero.

Foram traçados 2 objetivos específicos: 1) Conhecer as trajetórias migratórias dos venezuelanos que migraram para Sergipe e 2) Analisar como essas trajetórias se corporificam nos migrantes considerando os marcadores de gênero e etnia.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, contamos com uma metodologia dividida em quatro etapas. Primeiramente foi realizado um levantamento em bases de periódicos nacionais e internacionais, bem como em plataformas científicas como o Google Acadêmico, Scielo e *Research Gate*. Durante a realização dessa fase, deu-se prioridade ao descritor "imigração", enfatizando o gênero e a etnia como variáveis intrínsecas. Em seguida, foram aplicados filtros adicionais utilizando descritores como "corpo", "Brasil", "Nordeste" e "refúgio".

A segunda etapa consistiu na realização de um estudo de campo, que permitiu uma aproximação e reconhecimento do objeto de estudo. Essa fase foi essencial para a coleta de dados sobre a atual situação dos imigrantes e refugiados venezuelanos em Sergipe. Na terceira etapa foi realizada aplicação de questionários semiestruturados, através de uma análise não probabilística por meio da técnica bola de neve (Vinuto, 2014), buscando mapear as trajetórias e as expressões da incorporação das experiências migratórias entre os venezuelanos que residem em Sergipe. O questionário envolveu questões voltadas aos dados socioculturais, trajetória migratória, instalação na cidade onde vivem atualmente, *status* legal e autopercepção no Brasil. Parte dos questionários foi aplicada na sede da Cáritas, localizada na Praça Olímpio Campos, no centro da capital sergipana. A outra parte foi aplicada no bairro Cidade Nova, localizado na zona norte de Aracaju, onde residem parte dos venezuelanos que participaram da pesquisa.

Por fim, foi realizada a coleta de dados qualitativos por meio de fontes orais, onde as entrevistas com os interlocutores da pesquisa desempenharam um papel central. As entrevistas ocorreram em um formato circular, com cadeiras dispostas em círculo para que os participantes se acomodassem de forma confortável e acessível. As perguntas foram feitas seguindo um roteiro previamente estabelecido, no entanto, as respostas não seguiam uma ordem fixa. Os participantes respondiam conforme se sentiam à vontade, permitindo que aqueles mais confortáveis se expressassem primeiro, criando um ambiente de diálogo espontâneo e participativo. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos interlocutores que, ao concordarem em participar, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), seguindo um roteiro elaborado a partir dos objetivos e da problemática da pesquisa. A seleção

dos entrevistados foi orientada pelos objetivos específicos da pesquisa e pela perspectiva teórico-metodológica adotada. Contou-se com a participação de um total de oito pessoas venezuelanas, sendo sete pessoas do sexo feminino e uma do sexo masculino. A condução das entrevistas se deu através da formação de um grupo focal (Trad, 2009), onde os entrevistados foram incentivados a abordar aspectos relevantes de suas experiências de vida relacionadas ao tema de estudo, permitindo uma exploração rica e detalhada dos pontos de interesse da pesquisa.

2 INTERSECCIONALIDADE: DEBATE SOBRE GÊNERO E ETNIA

Patricia Hill Collins, proeminente professora de sociologia da Universidade de Maryland, nos Estados Unidos, aponta que o conceito de "Interseccionalidade" se apresenta contemporaneamente como um dos mais utilizados enquanto ferramenta analítica, sendo adotado amplamente por acadêmicos (as), militantes de políticas públicas, profissionais e ativistas em diversos locais. Collins (2021) aponta que de maneira ampla, a Interseccionalidade pode ser compreendida através de diversas perspectivas, todavia, geralmente o uso desse conceito como ferramenta analítica está relacionada à capacidade que possui de examinar como as relações de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências cotidianas, considerando os marcadores de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, faixa etária – entre outras – e como essas categorias se interrelacionam e são moldadas mutuamente (Collins, 2021).

A partir do nosso entendimento, o gênero deve ser compreendido como uma construção social que não se limita a uma simples diferença biológica entre os sexos, mas como uma categoria diretamente ligada às estruturas sociais e culturais que moldam as interações humanas.

O conceito de gênero como construção social está intrinsecamente ligado ao corpo, e entender essa relação é fundamental para desconstruir as percepções tradicionais sobre as distinções entre o biológico e o social. Como afirma Nicholson (2000), a noção binária de sexo e gênero simplifica uma realidade complexa ao sugerir que o sexo seria o natural e o gênero, o cultural.

No entanto, autoras como Scott (1995) e Bento (2017) indicam que essa separação desconsidera o quanto o corpo, tal como o gênero, é também construído e interpretado socialmente. A ideia de que o gênero influencia o corpo e vice-versa revela a interdependência

entre o biológico e o cultural, sugerindo que o corpo não é apenas um dado físico, mas um produto da interação social.

Nesse sentido, o corpo deve ser entendido como um "instrumento social", moldado e influenciado pelas normas e expectativas de gênero presentes na sociedade, assim como ele também molda essas mesmas normas. Scott (1995) aborda o gênero como uma forma de significar as relações de poder, e o corpo ocupa um papel central nesse processo, pois é a partir das diferenças percebidas entre os corpos masculino e feminino que se constroem práticas discursivas e sociais de dominação e subordinação.

A partir dessa perspectiva, é possível compreender que o corpo participa ativamente na construção do gênero, assim como o gênero influencia como o corpo é vivenciado e interpretado. O corpo e o gênero funcionam como estruturas estruturantes, em uma relação dialética onde ambos se influenciam mutuamente. O corpo, embora biologicamente determinado em certa medida, é permeado por significados culturais e sociais que, por sua vez, estão em constante transformação. As experiências de gênero, portanto, não podem ser dissociadas do corpo, pois falar de gênero é também falar de corpo. Isso nos leva a refletir sobre as implicações sociais e culturais que envolvem essa interação, questionando tanto as noções de naturalidade quanto as de construção social no que diz respeito às identidades de gênero.

Quando pensamos no processo migratório, o gênero e o corpo se tornam ainda mais centrais para entender como essas pessoas vivem suas trajetórias de deslocamento. A migração não é um processo neutro; ela afeta homens e mulheres de maneiras distintas, já que ambos os gêneros carregam diferentes expectativas e imposições sociais. As mulheres migrantes, por exemplo, muitas vezes enfrentam desafios adicionais relacionados à vulnerabilidade física, ao cuidado de filhos, à violência de gênero e à inserção no mercado de trabalho, que muitas vezes lhes reserva funções precarizadas. Já os homens, em certas culturas, são vistos como os responsáveis pelo sustento da família, o que pode colocar uma pressão adicional sobre eles no novo contexto migratório. Portanto, o corpo e o gênero, como categorias sociais, influenciam diretamente as experiências e oportunidades durante o processo migratório.

Além disso, o corpo do migrante carrega as marcas do deslocamento, tanto físicas quanto simbólicas. A adaptação a novos ambientes, a exposição a novas condições de trabalho e a necessidade de se adequar a novas normas culturais refletem-se no corpo. Em muitos casos, o corpo do migrante é reconfigurado pela migração, seja pela precarização das condições de vida, seja pela exigência de adequação a padrões estéticos e comportamentais impostos pela nova sociedade. Gênero e corpo, nesse sentido, se entrelaçam no processo migratório, mostrando como a adaptação a um novo país envolve não só questões econômicas ou políticas,

mas também a reconfiguração das identidades corporais e de gênero. Quanto ao conceito de “etnia”, conforme apontado por Poutignat e Streiff-Fenart (1997, p.40), a abordagem teórica dos termos “etnia” ou “étnico” abrangem sentidos diversos entre os teóricos modernos e encontram-se atrelados de formas distintas às noções de raça e nação: “Desde sua criação no início do século XIX, a noção de etnia se encontra mesclada a outras noções conexas, as de povo, ou de nação, com as quais mantém relações ambíguas cujo rastro encontramos nos debates contemporâneos”. (1997, p.33)

Analisando sistematicamente o andamento do conceito de “etnicidade” no século XX, os autores, baseando-se na visão de Barth¹¹⁶, apontam a etnicidade como uma forma de organização social, validada na interação social através da ativação dos signos culturais que são socialmente diferenciadores (1997, p. 141).

Esta definição mínima é suficiente para circunscrever o campo de pesquisa designado pelo conceito de etnicidade: aquele do estudo dos processos variáveis e nunca terminados pelos quais os atores identificam-se e são identificados pelos outros na base de dicotomização Nós/Eles, estabelecidas a partir de traços culturais que se supõe derivados de uma origem comum e realçados nas interações raciais. (Poutignat e Streiff-Fenart, 1997, 9.141).

No artigo intitulado “Grupos Étnicos e suas Fronteiras” (1997), Barth fornece uma análise contundente para a compreensão da etnia e dos grupos étnicos. Em primeiro momento aponta que os grupos étnicos são categorias de atribuição e identificação formuladas pelos próprios atores, possuindo assim características organizacionais particulares (1997, p.189).

Barth postula ainda que os grupos étnicos são tipos de organização social forjados na auto-atribuição ou na atribuição por outros indivíduos a uma categoria étnica em termos de suas identidades baseadas presumivelmente em sua origem e por seu meio ambiente: “Na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional (Barth, 1997, p.194).

Stuart Hall em sua obra “A identidade cultural na pós-modernidade (2002) aponta a etnia como a forma utilizada para nos referirmos às características culturais que são partilhadas por um povo; língua, religião, costume, tradições e sentimentos de pertença a um lugar estão dentro dessa categoria. Ao nos referirmos à etnia, estamos considerando o caráter distintivo e atributivo que essa categoria possui, sendo partilhadas por grupos de pessoas, como é o caso dos Warao, que constituem um grupo com língua homônima e características semelhantes,

¹¹⁶ (1928–2016) foi um antropólogo norueguês conhecido por suas contribuições para o campo da antropologia social e cultural.

como culinária e danças. Contudo, associado a outros marcadores como a raça e o gênero, a etnia se torna um marcador da diferença perpassado pelas relações de poder e que consequentemente passam pelo corpo.

Handerson e Joseph (2015) através de uma etnografia realizada com mulheres haitianas que migraram para a França e para o Brasil traçam um panorama de como essas mulheres, marcadas pela raça, pelo gênero e pela etnia - que formam o caráter interseccional aqui suscitado - passam por transigurações na vida relacionadas principalmente ao *status* social que possuíam no Haiti e como esse *status* se altera drasticamente. Enquanto no Haiti essas mulheres exerciam cargos de nível superior avançado (medicina, jornalismo, enfermagem, entre outros) e possuíam casas grandes e empregadas domésticas contratadas, no Brasil e na França elas quem se tornaram as empregadas domésticas, um trabalho considerado de baixa estima pelas haitianas que consideram um trabalho sujo¹¹⁷. É importante ressaltar que na ampla maioria dos casos se tratam de mulheres negras.

Analizando a situação das haitianas que aparecem no estudo de Handerson e Joseph (2015), chama muita atenção, traçando um paralelo, o que a pesquisadora Grada Kilomba (2021) chama de *racismo genderizado*, sendo a relação intrínseca estabelecida entre os marcadores étnico-raciais e de gênero. São mulheres negras e migrantes, o que as coloca frente a um espaço de dominação e hierarquização social. Para além do marcador racial, o aspecto étnico também deve ser apontado: como membras de uma outra comunidade nacional que não é nem a francesa nem a brasileira, as haitianas tem como primeira língua o creole e enfrentam dificuldade de comunicação no Brasil por não dominarem o português, enquanto as que migram para a França assim o fazem por dominarem o francês como segunda língua. No Brasil, muitas utilizam do espanhol devido ao período em que residiam em outros países latino-americanos como Equador e República Dominicana e devido a proximidade linguística com o português.

Deste modo, utilizamos do termo “Interseccionalidade” defendido por Collins (2021) para analisar como as experiências migratórias de venezuelanos (as) para Sergipe são moldadas por tais marcadores, bem como esses marcadores se manifestam através do corpo dos migrantes.

Nesta pesquisa, utilizaremos dados quantitativos fornecidos através de questionários que foram aplicados a seis pessoas do gênero masculino e a cinco do gênero feminino. Também utilizaremos dados obtidos através da realização de uma pesquisa de profundidade por meio de

¹¹⁷ Ou, como elas chamam, “*sale boulot*”.

grupo focal (Trad, 2019) que contou com a participação de sete pessoas do gênero feminino pertencentes à etnia indígena Warao e uma pessoa do gênero masculino não Warao.

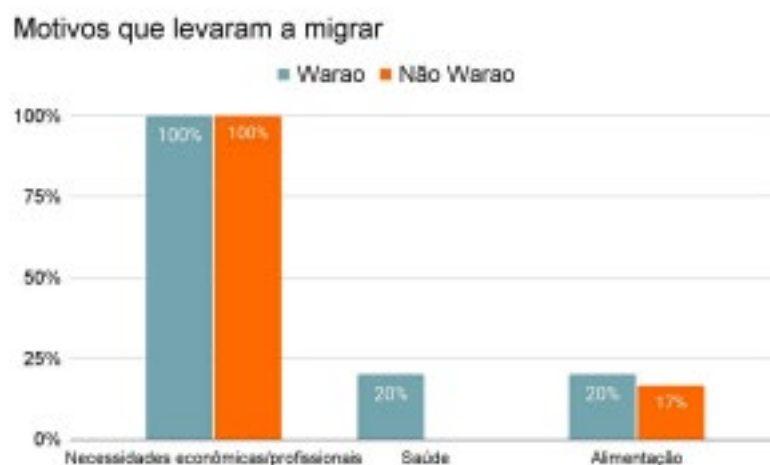
3 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A migração venezuelana para o Brasil, tem gerado fluxos migratórios diversificados em termos de origem étnica, motivos para migração e trajetórias percorridas. Dentre os grupos migrantes, os indígenas Warao, historicamente marginalizados, apresentam dinâmicas migratórias distintas em comparação aos demais venezuelanos, refletindo sua vulnerabilidade e busca por sobrevivência em meio à instabilidade (Utrera, 2020).

Neste trabalho buscamos analisar três aspectos centrais dessa migração: os motivos que levaram os venezuelanos a deixarem seu país, os estados pelos quais passaram antes de chegarem a Sergipe, e a distribuição de gênero entre os migrantes.

A partir desses dados, é possível compreender como fatores econômicos, geográficos e culturais influenciam as experiências migratórias dos Warao em comparação aos demais venezuelanos, revelando as particularidades de suas trajetórias.

GRÁFICO 1: SOBRE OS MOTIVOS QUE LEVARAM A MIGRAR

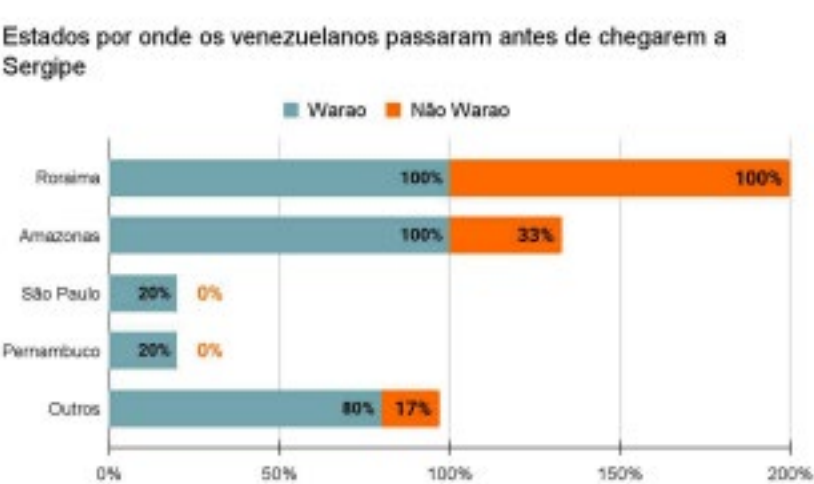


Fonte: Os autores (2024).

O primeiro gráfico revela que tanto os imigrantes Warao quanto os não Warao migraram principalmente por necessidades econômicas e profissionais, uma realidade compartilhada por 100% de ambos os grupos. Isso destaca a predominância da crise socioeconômica da Venezuela como fator determinante na decisão migratória, afetando indistintamente grupos étnicos e não étnicos. No entanto, é notável que os Warao apresentam razões adicionais, como saúde e

alimentação (20% cada), que complementam os fatores econômicos. Essa diferença pode ser atribuída à maior vulnerabilidade dos Warao, que, por serem tradicionalmente marginalizados, enfrentam condições de vida ainda mais precárias, intensificando a necessidade de migração para a sobrevivência.

**GRÁFICO
ESTADOS
ONDE OS**



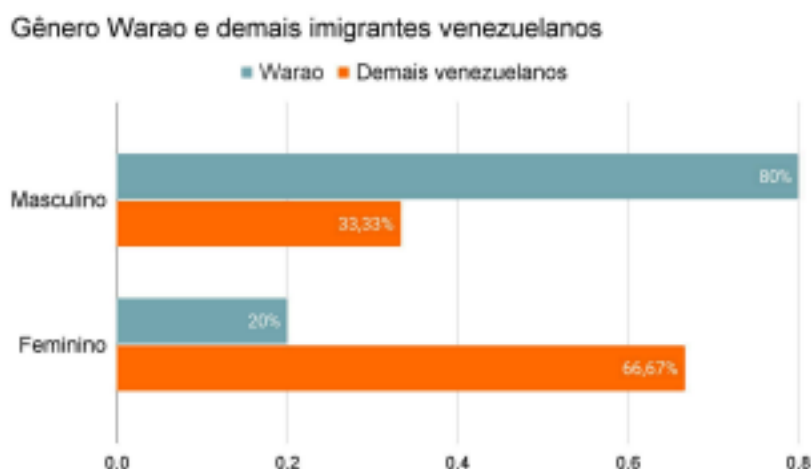
**2:
POR**

ENTREVISTADOS PASSARAM ANTES DE CHEGAREM A SERGIPE

Fonte: Os autores (2024).

No segundo gráfico, observa-se que 100% dos migrantes Warao e não Warao passaram por Roraima, estado que historicamente é a principal porta de entrada de venezuelanos no Brasil. O fato de todos os Warao também terem passado pelo Amazonas (em contraste com apenas 33% dos não Warao) sugere uma maior mobilidade por parte desse grupo étnico, possivelmente por sua busca por áreas com melhores condições ambientais e recursos que se assemelhem ao seu local de origem. A presença de Warao em outros estados, como São Paulo e Pernambuco, também destaca sua resiliência e a tentativa de explorar diferentes regiões em busca de melhores oportunidades, contrastando com os não Warao, que se concentraram em rotas mais diretas para Sergipe.

GRÁFICO 3: GÊNERO DOS ENTREVISTADOS WARAO E NÃO WARAO



Fonte: Os autores (2024).

Os dados do gráfico 3, referentes ao gênero dos imigrantes Warao e não Warao, foram coletados a partir da identificação do chefe de família como respondente. No entanto, a pesquisa qualitativa revelou uma maior presença feminina nas entrevistas, o que indica que, embora o chefe de família seja predominantemente do gênero masculino entre os Warao, as mulheres desempenham um papel importante no processo migratório, participando ativamente na adaptação e nas dinâmicas familiares, mesmo que isso não seja totalmente refletido nos números quantitativos. Essa discrepância entre os dados quantitativos e qualitativos sugere uma maior influência feminina na vivência e organização dos migrantes, especialmente no que tange ao cotidiano da imigração e da sobrevivência em solo brasileiro.

O terceiro gráfico revela um claro contraste de gênero entre os dois grupos quando pensado em chefe de família. Entre os Warao, 80% dos migrantes são homens, enquanto apenas 20% são mulheres. Nos não Warao, a relação é praticamente inversa, com 66,67% de mulheres e 33,33% de homens. Essa disparidade na definição de chefe de família pode estar relacionada a diferentes fatores socioculturais. Entre os Warao, o papel masculino como chefe de família pode estar enraizado em tradições culturais que atribuem ao homem a responsabilidade de garantir o sustento e a segurança do grupo, sobretudo em contextos de migração forçada, em que os homens podem ser vistos como os responsáveis por liderar a travessia e negociar as condições de sobrevivência no novo país. Além disso, a migração Warao, muitas vezes, ocorre gradualmente, com os homens partindo antes das mulheres e crianças para explorar

oportunidades em outras regiões, reforçando a percepção do homem como a figura central na estrutura familiar.

Outra hipótese é que, no contexto da vulnerabilidade econômica e social que esses migrantes enfrentam, o homem pode ser visto como o interlocutor preferencial nas interações com as autoridades ou com a rede de apoio humanitário, perpetuando a ideia de que ele deve ser identificado como chefe de família. No entanto, como revelado pela pesquisa qualitativa, as mulheres Warao desempenham um papel essencial na organização e gestão da vida familiar, especialmente em questões de cuidado, alimentação e adaptação ao novo ambiente. Isso sugere que, enquanto os homens podem formalmente ocupar o papel de chefe de família, as mulheres exercem uma liderança prática e cotidiana crucial para a sobrevivência e adaptação da família migrante.

Nos não Warao, onde a migração feminina é mais expressiva, a inversão da relação pode refletir um movimento em que as mulheres assumem cada vez mais responsabilidades, incluindo o papel de provedoras e líderes familiares, principalmente em contextos de crise. O papel das mulheres como chefes de família entre os não Warao pode, então, estar relacionado ao aumento da autonomia feminina, tanto em termos econômicos quanto sociais, no cenário de migração forçada.

TABELA 1: SE OS MIGRANTES SOFRERAM ALGUMA VIOLÊNCIA DURANTE A TRAJETÓRIA MIGRATÓRIA

<i>Sofreu Violência?</i>				
	<i>Gênero</i>	Não Warao	Warao	Total geral
Não	Homem	2	2	4
	Mulher	3		3
Não Total		5	2	7
Sim	Homem		2	2
	Mulher	1	1	2
Sim Total		1	3	4
Total geral		6	5	11

Fonte: Os autores (2024)

A análise da tabela sobre experiências de violência entre imigrantes Warao e não Warao, segmentada por gênero, revela algumas dinâmicas interessantes sobre a vulnerabilidade desses grupos no contexto migratório.

Entre os não Warao, observa-se que 5 pessoas não relataram terem sofrido violência (2 homens e 3 mulheres), enquanto apenas 1 mulher declarou ter passado por situações de

violência. Já no grupo Warao, dos 5 respondentes, 2 homens afirmaram não terem sofrido violência, enquanto 3 relataram terem sido vítimas (2 homens e 1 mulher). No total geral, entre os 11 imigrantes pesquisados, 7 afirmaram não terem sofrido violência e 4 declararam terem sido vítimas de algum tipo de agressão.

Algumas hipóteses podem ser levantadas a partir desses dados: a) Desigualdade de gênero e violência: Embora o número absoluto seja pequeno, há uma maior proporção de homens Warao que relataram sofrer violência, o que pode indicar uma exposição maior desse grupo a ambientes ou situações perigosas. No entanto, também vale destacar que a única mulher que relatou ter sofrido violência pertence ao grupo Warao, o que pode sinalizar que as mulheres indígenas enfrentam uma dupla vulnerabilidade – não apenas pela sua condição de gênero, mas também por pertencerem a uma etnia minoritária. b) Diferenciação entre Warao e não Warao: Os imigrantes Warao, em comparação com os não Warao, parecem estar mais expostos a situações de violência. Isso pode ser explicado por diversos fatores, como sua maior marginalização social, dificuldade de acesso a serviços de proteção ou mesmo diferenças no tipo de trabalho, ou moradia que os Warao ocupam, os quais podem colocá-los em situações mais arriscadas.

É importante destacar que o tipo de violência relatada por aqueles que responderam “sim” engloba tanto violências físicas quanto simbólicas. As situações descritas incluíram casos de violência policial, xingamentos por parte dos brasileiros e olhares de julgamento, os quais podem ser considerados expressões de violência simbólica. Essas formas de violência revelam o impacto do preconceito e da discriminação que os imigrantes enfrentam, exacerbando as dificuldades já presentes no processo migratório.

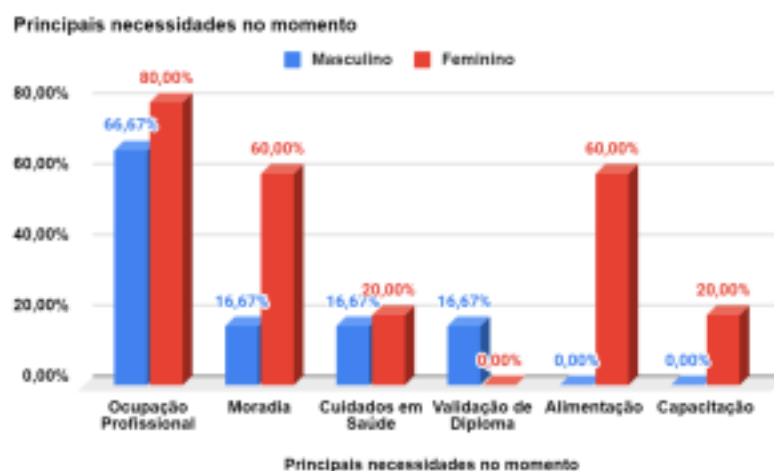
GRÁFICO 4: SOBRE AS PRINCIPAIS DIFICULDADES VIVENCIADAS PELOS MIGRANTES



Fonte: Os autores (2024).

No que se refere às principais necessidades, os dados mostram diferenças significativas entre os grupos Warao e não Warao, assim como entre homens e mulheres, revelando como as experiências de gênero e etnia influenciam a vulnerabilidade e as demandas de cada grupo. Entre os Warao, 40% dos respondentes indicaram que a ocupação profissional e a moradia são as principais necessidades, seguidas por demandas alimentares (20%). Para os não Warao, a ocupação profissional emerge como a principal prioridade, com 100% dos respondentes identificando-a como sua maior necessidade, enquanto 50% mencionaram necessidades alimentícias, 33% indicaram moradia e 17% citaram validação de diploma, capacitação e cuidados de saúde.

Ao incorporar a interseccionalidade de gênero e etnia, nota-se que, apesar de a ocupação profissional ser uma necessidade comum a todos, a etnia Warao se destaca por priorizar também moradia e cuidados de saúde.

GRÁFICO 5: PRINCIPAIS NECESSIDADES NO MOMENTO POR GÊNERO

Fonte: Os autores (2024).

Quando segmentados por gênero, observamos que 80% das mulheres indicaram a ocupação profissional como principal necessidade, superando os 66,67% dos homens. Além disso, 60% das mulheres destacaram a moradia como uma prioridade, em comparação com apenas 16,67% dos homens. Esses dados revelam uma pressão adicional sobre as mulheres, que enfrentam o desafio de garantir não só sua independência financeira, mas também a segurança habitacional para suas famílias. As mulheres também reportaram maiores necessidades em cuidados de saúde, alimentação e validação de diploma, sugerindo que elas vivenciam camadas adicionais de vulnerabilidade, especialmente ao considerarem os papéis tradicionais de cuidado e as barreiras de acesso a serviços essenciais.

4 DESAFIOS CORPORAIS E CULTURAIS: A ADAPTAÇÃO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS EM SERGIPE

Agora, daremos ênfase aos dados relacionados às maiores dificuldades que os migrantes venezuelanos enfrentaram ao se adaptar ao novo país, ao ser nesse contexto que a dimensão do corpo se torna mais evidente. A adaptação ao ambiente brasileiro envolve não apenas ajustes culturais e econômicos, mas também transformações corporais profundamente influenciadas por fatores como língua, saúde, solidão, vestuário e alimentação. Esses aspectos refletem o

impacto direto do processo migratório sobre o corpo, que precisa se ajustar a novas realidades, desde a comunicação até como se veste e se alimenta.

A barreira linguística, por exemplo, se manifesta como uma dificuldade tanto cognitiva quanto física, afetando como os migrantes usam o corpo para se expressar, sendo muitas vezes forçados a recorrer a gestos e mímicas para suprir a falta de fluência no português. Questões de saúde também emergem como uma área crítica, com o corpo dos migrantes sendo exposto a condições diferentes de higiene, clima e acesso a cuidados médicos, impactando diretamente sua capacidade de adaptação e bem-estar.

Além disso, o sentimento de solidão afeta profundamente a saúde mental dos migrantes, refletindo no corpo por meio de sintomas de estresse e ansiedade, enquanto o vestuário e a alimentação marcam outro ponto de tensão. Os imigrantes enfrentam dificuldades em encontrar roupas adequadas ao clima e à cultura local, bem como em adaptar sua dieta, revelando um esforço constante de conciliar suas tradições alimentares com os ingredientes e sabores brasileiros. Essas questões, portanto, serão exploradas com maior profundidade, demonstrando como o corpo dos migrantes se torna um campo de adaptação e resistência no processo migratório.

GRÁFICO 6: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS QUANTO AOS HÁBITOS E COSTUMES NA CIDADE



Fonte: Os autores (2024).

Quando questionados sobre as principais dificuldades de adaptação em Sergipe, observam-se padrões distintos entre os imigrantes Warao e não Warao. Entre os Warao, a dificuldade linguística lidera, com 100%, refletindo o impacto da barreira idiomática em um

grupo cuja língua materna não é o espanhol ou o português. Além disso, 40% relataram dificuldades com a culinária local, enquanto 20% mencionaram problemas relacionados ao trabalho. Já entre os não Warao, questões como dificuldades nas relações interpessoais e a solidão emergem com 33,33%, seguidas pela saudade dos familiares e problemas com vestimentas, ambos com 16,67%. Essas distinções sugerem que as experiências de adaptação variam conforme as particularidades culturais e étnicas de cada grupo, sendo os Warao mais impactados pela barreira linguística e os não Warao, por fatores emocionais e culturais.

GRÁFICO 7: PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS QUANTO AOS HÁBITOS E COSTUMES NA CIDADE ONDE RESIDEM POR GÊNERO



Fonte: Os autores (2024).

A análise por gênero também revela nuances importantes. Entre os homens venezuelanos, 33,30% relataram dificuldades linguísticas e com o trabalho, sugerindo que esses desafios afetam diretamente sua integração no mercado e comunicação diária. As mulheres, por outro lado, enfrentam uma gama mais diversificada de obstáculos. Além das dificuldades linguísticas e laborais (18,20%), as mulheres relataram desafios adicionais, como problemas nas relações interpessoais e com o vestuário (12,50%). Isso indica que, além das barreiras estruturais, as mulheres venezuelanas lidam com dificuldades culturais e sociais que podem afetar sua adaptação de maneira mais abrangente. Dessa forma, é fundamental reconhecer a interseção de gênero e etnia na adaptação dos migrantes, considerando que as mulheres Warao, em particular, podem experimentar formas de marginalização ainda mais acentuadas.

4.1 Língua

A linguagem que falamos carrega não apenas a comunicação, mas também elementos profundos de nossa cultura, moldando e refletindo a identidade de um grupo social. Ela é uma prática social que articula símbolos e significados culturais, sendo fundamental para a formação de uma identidade coletiva. Como afirma Bourdieu, a língua não é apenas um instrumento de comunicação, mas um elemento de distinção social. O uso dominante da linguagem reflete a posição de classe, sendo que como uma classe social fala está intimamente ligada ao habitus, ou seja, à incorporação das disposições sociais e culturais de sua posição no campo social (Bourdieu, 1996). A relação entre a linguagem e o corpo, nesse sentido, é central, pois a “hexis corporal” reflete a maneira como o indivíduo de uma determinada classe ocupa o espaço social. O modo de falar, o sotaque e até mesmo a postura estão relacionados ao “esquema corporal”, que traduz as disposições sociais incorporadas (Bourdieu, 1996, p. 23).

Por outro lado, David Le Breton (2007), em sua sociologia do corpo, explora como o corpo é um ponto de interseção entre o biológico e o social. Ele não é apenas uma realidade física, mas uma construção simbólica, cujas significações variam conforme o contexto cultural. Segundo Le Breton (2007), o corpo é “o lugar e o tempo indistinguível da identidade”, e sua relação com a linguagem é fundamental, pois toda prática social envolve o corpo como meio de expressão. Através da linguagem corporal, o indivíduo comunica significados, desempenha papéis sociais e estabelece seu lugar no grupo. Esse processo não se limita à infância; a relação do indivíduo com seu corpo e com a linguagem continua a ser moldada ao longo da vida, à medida que o contexto social e cultural se modifica (Le Breton, 2007).

Segundo Pierre Bourdieu, a língua também atua como um “capital linguístico” que garante poder simbólico numa estrutura social. Ele afirma que “o discurso deve sempre suas características mais importantes às relações de produção linguísticas nas quais ele é produzido” (Bourdieu, 1996, p. 4). Essa perspectiva revela que a competência linguística não é uma habilidade isolada, mas está inserida em uma rede de relações sociais e de poder. A maneira como falamos, o sotaque, a escolha de palavras e o registro linguístico, tudo está condicionado por nossa posição social e nossa capacidade de usar a língua legitimamente reconhecida pela sociedade. A língua dominante se torna assim um instrumento de dominação, refletindo e reforçando as hierarquias sociais existentes. Essa “competência ampliada” da linguagem é indissociável de sua função prática e de seu poder de gerar distinção social.

Bourdieu (1996) também explora como o corpo é central nessa dinâmica. O autor destaca que “a linguagem é uma técnica do corpo” e que “a competência linguística, especialmente a fonologia, é uma dimensão da héxis corporal onde se exprime toda relação com o mundo social” (p. 23). Aqui, a língua deixa de ser apenas um conjunto de regras gramaticais e semânticas, sendo compreendida como uma prática corporal e social, onde o corpo se ajusta às expectativas e normas impostas pelo ambiente. Essa abordagem ressalta a interseção entre corpo e língua, onde a fala reflete não só uma habilidade intelectual, mas também uma postura física e cultural incorporada ao longo da vida.

A linguagem, portanto, não pode ser separada do corpo, ao ser através do corpo que o sujeito a manifesta. Em Bourdieu, o uso da linguagem envolve a postura e o sotaque, os quais são fruto da incorporação do habitus social. Já para Le Breton, o corpo é o meio pelo qual os significados são transmitidos na interação social, sendo o ponto de encontro entre o indivíduo e o mundo ao seu redor. Assim, a linguagem se torna um fator identitário, reforçando as diferenças sociais e culturais que definem o lugar do indivíduo no campo social, ao mesmo tempo que se expressa por meio de um corpo inserido em uma trama de significados culturais.

As dificuldades linguísticas enfrentadas pelos imigrantes venezuelanos em Sergipe são um fator central para compreender os desafios de sua adaptação e inserção social. A teoria de David Le Breton (2007) sobre o corpo e a perspectiva de Pierre Bourdieu (1996) acerca das trocas linguísticas fornece uma base teórica robusta para entender como a língua se torna um instrumento de poder e de exclusão social. Ambos os autores tratam de como o corpo e a linguagem se conectam ao poder e às relações de dominação, afetando diretamente a experiência dos migrantes.

Le Breton (2007) propõe que o corpo seja um elemento central na experiência social, funcionando como uma “interface entre o social e o individual”. No caso dos imigrantes venezuelanos, o corpo é marcado pela diferença linguística e cultural, reforçando barreiras de interação e adaptação. O corpo do migrante, ao ser percebido como “estrangeiro”, acaba sendo lido via estereótipos e preconceitos relacionados à sua origem. A linguagem, nesse contexto, torna-se um símbolo de pertencimento ou exclusão. Le Breton afirma que

O corpo é socialmente construído, tanto nas suas ações sobre a cena coletiva quanto nas teorias que explicam seu funcionamento ou nas relações que mantém com o homem que encarna. A caracterização do corpo, longe de ser unanimidade nas sociedades humanas, revela-se surpreendentemente difícil e suscita várias questões epistemológicas. O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural (Le Breton, 2007, p. 26).

Dessa forma, o corpo é um veículo de significação, repleto de simbolismos, que está imerso em um sistema de valores culturais. Esse simbolismo do corpo é ampliado quando a linguagem se torna uma extensão do corpo, marcando aqueles que não dominam o idioma local como “outros”, afastados do tecido social.

Pierre Bourdieu (1996), expande a análise ao abordar a linguagem como um sistema de poder. Para ele, a língua não é apenas um meio de comunicação, mas uma forma de capital simbólico, cujo domínio define a posição dos indivíduos em um campo social. Segundo Bourdieu, “A língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, mas um instrumento de poder. Não procuramos somente ser compreendidos mas também obedecidos, acreditados, respeitados, reconhecidos.” (Bourdieu, 1996, p. 4-5). Essa ideia é fundamental para compreender como os imigrantes venezuelanos que não dominam o português encontram-se em uma posição de desvantagem, pois o mercado linguístico brasileiro legitima aqueles que dominam a língua portuguesa, excluindo os que não têm essa competência. A língua, nesse sentido, atua como uma barreira simbólica que afeta a inserção no campo social e econômico.

Na pesquisa realizada em Sergipe, foi observado que uma das principais dificuldades enfrentadas pelos venezuelanos, é a adaptação à língua portuguesa. As mulheres Warao mencionaram o fato de estudarem no programa de Educação para Jovens e Adultos (EJA), onde mencionaram a dificuldade para compreender o que está sendo dito tanto pelos professores quanto pelos colegas. “Todo bien los profesores y los estudiantes pensan que estamos hablando en japonês o chino” (Mulher venezuelana Warao, 2024)

A barreira linguística é bem presente na vida dos migrantes. Luz (2019) salienta que, a barreira linguística desfavorece o migrante na busca por emprego formal. Mencionando o trabalho de campo realizado em Boa Vista (RR) com migrantes venezuelanas, Luz aponta:

As entrevistadas indicaram que o português é mais complicado que o espanhol, o que as faz recorrer a expressões em sua língua materna para se comunicarem. Notamos que María acredita ainda não “saber” português. Ela afirma “yo no sé português”. Entretanto, pudemos constatar que ela utiliza os dois idiomas. Enquanto gravávamos a entrevista ela precisou dirigir-se a quatro pessoas diferentes: a um brasileiro que fazia entregas no estabelecimento em que trabalha; a outro brasileiro para dar instruções de armazenamento do material; a seu sobrinho para dar uma ordem referente a casa e a um imigrante cubano que lhe pediu orientações para colocar recarga no celular. Observamos que María falou em português com os brasileiros e em espanhol com os estrangeiros. (Luz, 2019, p.193).

Essa dificuldade não apenas limita a comunicação cotidiana, mas também restringe o acesso a serviços, oportunidades de trabalho e redes sociais. De acordo com Bourdieu (1996),

a língua legítima é aquela que detém o monopólio da produção e da reprodução das competências legítimas, regulando o acesso ao poder (p. 11). Esse conceito é aplicável à situação dos migrantes venezuelanos, que, ao não dominarem o português, ficam à margem dos processos de integração, impedidos de participar plenamente das trocas sociais e econômicas.

Além disso, Bourdieu destaca que a competência linguística envolve não apenas a habilidade de falar a língua corretamente, mas também de saber como e quando a usar em diferentes contextos sociais. A inserção dos imigrantes em um novo campo é dificultada não apenas pela falta de fluência, mas também pelo desconhecimento das normas sociais que regem o uso da língua em situações formais e informais. Como aponta Bourdieu (1996), o discurso eficaz é aquele que obedece às leis implícitas do mercado linguístico, onde a autoridade e a legitimidade do locutor são reconhecidas (p. 9). Assim, a falta de domínio das normas culturais e linguísticas locais coloca os imigrantes em uma posição subordinada, onde suas falas são frequentemente desvalorizadas ou ignoradas.

A língua, portanto, funciona como um capital que os imigrantes venezuelanos, ao chegarem a Sergipe, ainda não possuem. Como Bourdieu afirma, o valor da competência linguística depende das relações de poder que estruturam o mercado linguístico” (Bourdieu, 1996, p.13-14). No Brasil, o português é a língua legitimada e imposta como norma, e os que não a dominam são automaticamente excluídos dos espaços onde essa norma é reproduzida, como o mercado de trabalho e as instituições públicas. Esse processo de exclusão reforça a vulnerabilidade dos migrantes, que, além de enfrentarem preconceitos relacionados à sua origem, têm que lidar com a desvantagem de não dominar a língua que lhes permitiria competir em igualdade de condições com os falantes nativos.

Dessa forma, as dificuldades linguísticas dos venezuelanos em Sergipe devem ser vistas não apenas como um problema técnico de aprendizagem de uma nova língua, mas como uma questão de exclusão simbólica e social. A teoria de Le Breton (2007) sobre o corpo e a de Bourdieu (1996) sobre a economia das trocas linguísticas ajudam a compreender como o corpo migrante e a língua se tornam instrumentos de poder, reforçando as barreiras que dificultam a adaptação e a inserção dos imigrantes nos campos sociais e econômicos locais.

4.2 Alimentação

A relação entre o conceito de habitus de Pierre Bourdieu e a alimentação é intrinsecamente conectada às práticas culturais, sociais e simbólicas que moldam o comportamento alimentar. O habitus é definido por Bourdieu como um conjunto de disposições

duráveis, adquiridas ao longo da vida, que orientam as percepções, ações e reações dos indivíduos em suas interações sociais. Essas disposições são profundamente influenciadas pelo ambiente social e cultural no qual o indivíduo está inserido, sendo incorporadas inconscientemente e manifestadas por meio de práticas cotidianas, como a alimentação (Bourdieu, 2009).

No campo da alimentação, o *habitus* se manifesta nas escolhas alimentares e nos modos de comer, refletindo as condições de classe, a educação, e o capital cultural acumulado. Assim, o que, como e onde comemos está diretamente relacionado à socialização e às práticas aprendidas em nosso contexto familiar, social e cultural. De acordo com Klotz-Silva, Prado e Seixas (2017), no campo alimentar-nutricional, o hábito alimentar é predominantemente associado ao que se come com regularidade, sem problematizar questões culturais, sociais ou psíquicas mais profundas (p. 1072). Nesse sentido, a alimentação vai além da ingestão de nutrientes, ao ser uma prática carregada de simbolismos e valores sociais que reforçam as disposições e distinções estabelecidas na sociedade.

O corpo, por sua vez, é entendido como uma construção social e cultural, podendo ser moldado pelas práticas alimentares e pelas normas sociais que influenciam o que é considerado saudável ou desejável. Bourdieu (2009) argumenta que o *habitus* alimenta as distinções sociais, uma vez que diferentes classes sociais adotam práticas alimentares distintas como forma de marcar seu status e sua posição na estrutura social. As escolhas alimentares das classes mais abastadas, por exemplo, podem incluir alimentos considerados refinados ou saudáveis, enquanto as classes populares, devido a restrições econômicas, muitas vezes têm um acesso limitado a esses alimentos. Assim, o *habitus* contribui para a reprodução das desigualdades sociais, uma vez que a alimentação se torna um marcador de distinção entre os grupos sociais (Bourdieu, 2009).

Além disso, a alimentação não tem apenas uma dimensão física, mas também simbólica e afetiva. Segundo Bourdieu (2011), às práticas alimentares estão ligadas a sistemas de distinção simbólica, nos quais o consumo de determinados alimentos ou o uso de certas técnicas culinárias serve como um meio de demarcar a posição social. Essas práticas também estão associadas a emoções e afetos, como o prazer ou a culpa, os quais são moldados socialmente e influenciam a relação dos indivíduos com a comida. O ato de comer, portanto, está imerso em um contexto cultural que atribui significados e valores ao alimento, associando-o não apenas à nutrição, mas também à identidade, ao pertencimento e às emoções (Bourdieu, 2011).

Essa relação entre o *habitus* e a alimentação é especialmente relevante ao considerar o papel das emoções e dos significados culturais na formação dos hábitos alimentares. Como

observa Morin (2011), a alimentação contemporânea não pode ser reduzida a um processo mecânico de ingestão de nutrientes, mas deve ser compreendida em sua complexidade, envolvendo aspectos culturais, afetivos e sociais. O ato de comer está impregnado de significados culturais, sendo uma forma de expressar a identidade e as relações sociais. Assim, a alimentação é tanto uma prática corporal quanto simbólica, que reflete e reforça as disposições adquiridas ao longo da vida (Morin, 2011).

A alimentação, então, é um meio pelo qual os indivíduos expressam suas disposições internas e sua posição na sociedade. O *habitus* alimenta essa expressão, permitindo que os indivíduos, muitas vezes inconscientemente, reproduzam as práticas alimentares que correspondem às suas condições de vida e identidade. Dessa forma, as práticas alimentares não são neutras, mas refletem a estrutura social no qual os indivíduos estão inseridos, bem como as distinções e desigualdades que caracterizam essa estrutura (Klotz-silva; Prado; Seixas, 2017).

A relação entre o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu e os dados da pesquisa, que apontam para a dificuldade de adaptação dos imigrantes venezuelanos à culinária brasileira, oferece um importante caminho de análise para compreender como as práticas alimentares são influenciadas pelas disposições sociais e culturais dos indivíduos. Os imigrantes, tanto do gênero masculino quanto feminino, enfrentam desafios não apenas de ordem prática, como o acesso a ingredientes e recursos, mas também simbólicos e afetivos, relacionados à ruptura com os hábitos alimentares de suas culturas de origem. Esse fenômeno é observado tanto entre os venezuelanos do grupo étnico Warao quanto entre aqueles que não pertencem a esse grupo, evidenciando que as barreiras transcendem a simples questão de gosto pessoal ou paladar.

De acordo com Bourdieu (2009), o *habitus* alimenta a manutenção de práticas culturais enraizadas e dificulta a adaptação a novos hábitos. No caso dos imigrantes venezuelanos em Aracaju, essa dificuldade reflete a importância das práticas alimentares na construção da identidade cultural e do pertencimento. Os hábitos alimentares adquiridos em seu país de origem fazem parte de um sistema simbólico que não é facilmente substituído por novos padrões alimentares, como os encontrados no Brasil. A alimentação, assim como o corpo, é um espaço de resistência e preservação cultural, particularmente em contextos de migração, onde os indivíduos buscam manter conexões com sua terra natal por práticas cotidianas como a culinária.

Os dados da pesquisa revelam que tanto homens quanto mulheres, independentemente de sua afiliação étnica, enfrentam dificuldades semelhantes nesse processo de adaptação. Um exemplo significativo foi mencionado durante a pesquisa qualitativa, onde os imigrantes relataram que tentam adaptar ingredientes locais do Brasil para recriar seus pratos típicos

venezuelanos. No entanto, mesmo com essa adaptação, encontram desafios em relação ao sabor. Um caso emblemático é o do feijão, um alimento comum tanto no Brasil quanto na Venezuela. Apesar de sua presença nos dois países, os imigrantes relataram que o sabor do feijão brasileiro é significativamente diferente do que estão acostumados em sua terra natal, reforçando as barreiras culturais e afetivas que enfrentam ao tentar se adaptar à nova realidade alimentar.

Essa tentativa de adaptação reflete o esforço dos imigrantes para equilibrar a necessidade de integrar-se ao novo ambiente sem renunciar a suas práticas culturais alimentares. A análise de Bourdieu ajuda a entender que essas dificuldades não são apenas práticas, mas também profundamente culturais. O grupo étnico Warao, por exemplo, possui uma relação específica com a alimentação, ligada a práticas tradicionais e à forma como o grupo se organiza socialmente. O mesmo se aplica aos venezuelanos não-Warao, que trazem consigo suas próprias disposições alimentares, baseadas nas particularidades da culinária venezuelana. Esses hábitos alimentares, formados ao longo de suas vidas, são parte do *habitus*, que organiza suas práticas cotidianas de forma durável e não é facilmente modificado (Bourdieu, 2009).

Além disso, a migração impõe uma série de rupturas, sendo a alimentação uma das áreas mais afetadas. A dificuldade de adaptação à culinária brasileira reflete a complexa relação entre corpo e cultura, onde o corpo não apenas consome alimentos, mas também os vivencia de forma simbólica. Como Klotz-Silva, Prado e Seixas (2017) dizem, as práticas alimentares vão além da ingestão de nutrientes. Para os imigrantes venezuelanos, a alimentação pode representar um elo com sua identidade cultural. Isso ocorre tanto para os Warao, cuja alimentação está profundamente ligada a tradições, quanto para os não-Warao, que mantêm os pratos típicos de sua cultura como forma de preservar suas raízes.

O processo de adaptação à culinária brasileira, portanto, não se trata apenas de aprender a preparar novos alimentos ou de adquirir um novo gosto. Ele envolve uma reconfiguração do *habitus*, que não ocorre de forma rápida ou automática. A resistência à mudança alimentar reflete a luta dos imigrantes para manter sua identidade e para resistir às pressões de adaptação cultural. A alimentação, nesse contexto, assume um papel de resistência simbólica, na medida em que os indivíduos buscam reproduzir suas práticas alimentares e, com isso, reafirmar sua identidade cultural em um novo ambiente.

4.3 Saudade, Solidão e Saúde

Os dados da pesquisa revelam que temas como saudades, solidão e saúde estão intrinsecamente ligados à experiência corporal dos migrantes venezuelanos em Aracaju. Quanto

à saúde, observou-se que as mulheres migrantes apresentam maior necessidade de cuidados de saúde, o que pode estar relacionado aos papéis de gênero que tradicionalmente as tornam responsáveis pelo cuidado da família e por sua própria saúde (Bertoldo e Ricardo, 2018). Além disso, o grupo étnico Warao foi identificado como aquele que sente uma necessidade mais acentuada de cuidados, reforçando a ideia de que a vulnerabilidade corporal no contexto migratório varia conforme as particularidades culturais e sociais de cada grupo.

Questionadas sobre como se sentiam emocionalmente, se felizes, tristes, ansiosas, preocupadas, entre outros, a resposta que algumas das entrevistadas nos deu foi que no momento estão felizes. No entanto, também apontaram alguns problemas que poderiam sugerir o contrário, como, por exemplo, um recente acidente vivido por uma das mulheres, além de sentimentos de angústia manifestados por uma participante grávida, devido à dificuldade de acesso ao sistema de saúde. Esta última destacou a burocracia e a limitação de acesso às Unidades Básicas de Saúde (UBS) onde é possível realizar consultas e exames, o que tem impactado seu bem-estar.

Todo cuerpo necesita ser cuidado para que te sientas mejor contigo mismo, porque si no cuidas tu cuerpo, es como si no cuidaras tu salud. (...) Por ejemplo, tuve un accidente recientemente; por fuera parece que estoy mejor, pero la situación fue más grave. (...) El sistema de emergencias es muy confuso, no entienden bien qué hacer. Incluso cuando buscamos ayuda, ese es el principal problema (...) No hay consultas disponibles, y tienes que esperar dos meses o más para ver si abren las citas.

(Mulher venezuelana Warao, 2024)

No contexto migratório, o corpo é um espaço de corporificação das relações sociais e das experiências vividas pelos migrantes (Ennes, 2020). As mulheres migrantes, especialmente, relatam sentir solidão, refletindo uma possível ausência de redes sociais e

familiares que antes faziam parte de suas vidas. Esse sentimento de solidão é sentido no corpo como uma manifestação de isolamento social e emocional, afetando diretamente seu bem-estar físico e mental.

Além disso, tanto homens quanto mulheres mencionaram sentir saudades de suas casas, familiares e amigos que ficaram na Venezuela, demonstrando que essa saudade se expressa no corpo como uma forma de conexão afetiva com o lar deixado para trás. A saudade, nesse caso, representa uma ligação entre o corpo presente em Aracaju e a memória afetiva do ambiente que foi perdido, afetando o corpo de maneira emocional e física.

Vestuário

Quando pensamos e falamos sobre processos migratórios, é importante que pensemos nas dinâmicas culturais, étnicas, históricas, sociais, econômicas, dentre outras dinâmicas que moldam esses processos. Para além da sua dimensão quantitativa, a migração também atua na produção de diversidade cultural que vem sendo associada à condição do migrante enquanto um ser à parte, dentro de um espectro do estranho, do “outro” (Ennes, 2022, p.161). Essa condição está intimamente relacionada a um conjunto de aspectos culturais que vão desde idioma, religião, passando pela gastronomia e vestuários, dentre outros aspectos relacionados ao corpo e a aparência.

Se baseando em Bourdieu (2007) Ennes (2022, p.51), aponta o corpo como alvo de “injunções sociais” (Bourdieu, 2007, p.172) , que inserem as diferenças sejam elas de gênero ou etnia:

As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, o primeiro tratado como um ‘rascunho’. O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre sexo nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. (Bourdieu, 2007, p. 172).

Ao analisar os fluxos migratórios, é de suma importância apontar para o caráter identitário que assinala esse contexto. Ennes (2022) assinala que a dinâmica identitária no contexto migratório passa por reconstruções que não implicam nem a ruptura integral com a cultura de origem, tampouco significa uma adesão total à cultura de origem. Tal regime de pertencimento do migrante “se materializa na dinâmica entre a fragmentação e a fidelidade identitária” (Ennes, 2022, p.168), na “ mudança e produção de expressões híbridas de gastronomia, vestuário, músicas, estética corporal, valores culturais e religiosos (Ennes, 2022, p.168).

Refletindo sobre uma mudança na lógica dos fluxos migratórios ao longo dos séculos, Ennes (2022, p.134) aponta que se na passagem do século XIX para o XX o migrante era a materialização da diferença étnico-racial, na atualidade essa diferença se dá em forma de diferença cultural, que ocorre através dos traços étnicos, do idioma/sotaque, da religião, da gastronomia e do vestuário, visto que são marcadores culturais facilmente identificáveis, que possuem grande potencial para produzir estranhamento. Pensando nestas colocações, voltarei a atenção para o papel que o vestuário desempenha na trajetória dos migrantes.

Analizando como ocorrem as modificações corporais em migrantes na Espanha e em Portugal, Ennes (2022) aponta dentre alguns casos, o caso de uma brasileira que já reside em Portugal por um tempo consideravelmente longo que mencionou algumas das mudanças pelas

quais passou numa tentativa de se adaptar aos moldes do país, como por exemplo, mudança no corte de cabelo e nas vestimentas:

Começou por usar menos roupas decotadas, isto é, adotou uma postura para evitar características definidas em Portugal como típicas de brasileiras. Por outro lado, passou a usar um tipo de cabelo que não se sentia à vontade em usar no lugar de origem. Sobre isso, lembrou que tem visto muitos imigrantes que, por estarem fora do seu país ou de sua cidade de origem, fazem modificações, como usar penteados diferentes e fazer tatuagens.(Ennes, 2022, p.176).

A questão da vestimenta aparece como um ponto curioso suscitado durante a realização das entrevistas de profundidade. Ao serem questionadas sobre os modos e as vestimentas na Venezuela, uma das mulheres entrevistadas mencionou que “diferente do que se pensa comumente no Brasil, na Venezuela é comum que os povos indígenas andem vestidos”. Uma das mulheres entrevistadas afirma que quando o indígena é transmitido na TV, no Brasil, costuma aparecer desnudo, o que pode gerar essa impressão estereotipada: “Aqui, ya yo vi, cuando Lula ganó la presidencia vinculó la noticia que passaba el indio brasileiro de Amazonas que no tenía ropa, tan desnudo...” (Mulher venezuelana Warao 5, 2024).

A questão da identidade cultural também emergiu de forma visual e performática durante o I Encontro de Imigrantes e Refugiados da UFS, onde seis mulheres Warao participaram de uma apresentação de dança, usando trajes típicos que reafirmam seus traços culturais. Embora essa manifestação não tenha sido totalmente captada nas entrevistas de profundidade, o evento foi uma oportunidade de testemunhar como a cultura Warao é preservada e expressa mesmo no contexto migratório. As vestimentas, nesse sentido, atuam como um marcador identitário potente, revelando o que Ennes (2022) aponta e que foi mencionado anteriormente a respeito de como os migrantes nem rompem totalmente com sua cultura de origem, nem aderem totalmente à cultura local.

Neste caso, podemos analisar como a identidade se constitui como fundamental na formação cultural. Ao se autodenominarem sejam como Warao ou apenas como venezuelano, os entrevistados demonstram a qual grupo étnico melhor se encaixam, visto que, como postulado por Barth (1997), os grupos étnicos funcionam como forma de organização social, forjados na auto-atribuição ou na atribuição por outros indivíduos a uma categoria étnica em termos de suas identidades baseadas presumivelmente em sua origem e por seu meio ambiente.

5 CONCLUSÃO

Este estudo propôs uma análise da presença de imigrantes venezuelanos em Sergipe, utilizando o gênero e a etnia como características interseccionais de análise para compreender como esses marcadores se materializam nos corpos dos migrantes, através da proposição de dois objetivos, sendo eles: conhecer as trajetórias dos migrantes venezuelanos em Sergipe e compreender como essas trajetórias são incorporadas em seus corpos.

Através de uma pesquisa quali-quantitativa marcada por aplicações de questionários e realização de entrevistas de profundidade por meio de grupo focal, foi possível constatar que desde a saída do país de origem até a chegada ao país de destino, o corpo dos migrantes se tornam expressões vivas das desigualdades e dos desafios que são enfrentados nesse processo. Isso pode ser percebido ao analisar os dados sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos imigrantes venezuelanos, sejam homens ou mulheres, indígenas ou não indígenas.

Quando questionados sobre os motivos que levaram a migrar, as necessidades econômicas e profissionais aparecem com 100%, significando que ambas as necessidades são recorrentes tanto entre pessoas do sexo masculino quanto entre as pessoas do sexo feminino, bem como entre membros da etnia indígena Warao. Sobre as principais necessidades, percebeu-se que entre os respondentes do sexo feminino a ocupação profissional apareceu em grau superior ao sexo masculino, com 80% das respostas, bem como moradia, necessidade de cuidado de saúde, alimentação e capacitação também apareceram em ampla maioria entre os respondentes do sexo feminino. Entre os respondentes Warao as principais necessidades mencionadas foram ocupação profissional, moradia, saúde e alimentação.

O dado sobre violência também chamaram bastante atenção. Entre os Warao, de 5 respondentes, 3 apontaram terem sido vítimas de violência. Já entre os não Warao, a ampla maioria relatou não ter sido vítima. De acordo com o último relatório da OBMigra, as populações negras e as indígenas são as que mais vivenciam situações de vulnerabilidade

social, principalmente imigrantes oriundos de países da América Latina, como Bolívia, Haiti, Paraguai e Venezuela (Cavalcanti, Oliveira e Silva, 2023, p.162).

Através dos dados, obtidos tanto durante a aplicação dos questionários quanto durante as entrevistas de profundidade, ficou evidente como as trajetórias dos migrantes estão intimamente marcadas em seus corpos. Questões sobre alimentação, dificuldade de adaptação a uma nova língua e à culinária, sentimentos de saudade e solidão aparecem para assinalar o corpo como categoria irremediável no processo migratório, devido a impossibilidade de se migrar sem ele. É ele quem carrega a história do migrante (Ennes, 2021, p.51). Deste modo, o corpo como receptáculo de sentidos sensoriais assinala a experiência do migrante pela integração de novas informações” (Le Breton, 2007, p.56).

Através do exposto, podemos entender que o corpo funciona então, de modo a delimitar uma fronteira em relação aos outros, assegurando a soberania da pessoa (Le Breton, 2007, p30), sendo ele um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem somos (Woodward, 2014, p.15).

REFERÊNCIAS

- BARTH, Fredrik, Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: **Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo-SP. Fundação Editora da UNESP, 1997
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero, na experiência transexual/Berenice Bento. Rio de Janeiro: **Garamond**, 2017
- BERTOLDO, J, & Ricardo, K. H. Diálogos entre gênero e migrações: mulheres imigrantes no Brasil / Dialogue between gender and migration: immigrant women in Brazil. **Aptura Críptica: Direito, Política, Atualidade**, 6(1),p. 83–106. 2018
- BOURDIEU, P. A distinção: crítica social do julgamento. **Porto Alegre**: Zouk, 2011.
- BOURDIEU, P. **Meditações pascalinas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007
- BOURDIEU, P. O senso prático. Rio de Janeiro: **Vozes**, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- BRITO, Angela Xavier de. Habitus de migrante: Um conceito que visa captar o cotidiano dos atores em mobilidade espacial. **Revista Sociedade e Estado**, Volume 25 Número 3 Setembro/Dezembro 2010
- CAVALCANTE, L.; OLIVEIRA, T.; SILVA, SL **Relatório Anual OBMigra 2023** - OBMigra 10 anos: pesquisa, dados e contribuições para políticas. Brasília: OBMigra, 2023.
- COLLINS, Patricia Hill. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo : Boitempo, 2020.
- ENNES, Marcelo Alario. Bourdieu e o 'corpo-migrante': corporificação no contexto migratório. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 8, n. 19, p. 26-58, 2020.
- ENNES, Marcelo Alario. **Imigração, processos identitários e corpo**. Criação Editora, 2022
- KLOTZ-SILVA, J.; PRADO, S. D.; SEIXAS, C. M. A força do hábito alimentar: referências conceituais para o campo da Alimentação e Nutrição. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1065-1085, 2017.
- LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

LUZ, Débora Silva Brito da. Vozes femininas plurilíngues atravessando a fronteira Venezuela-Brasil. **Revista Caleidoscópio**, 2019.

MORIN, E. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: **Sulina**, 2011.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 8–41, 2000

SCOTT, J. W. Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica. **Educação & Realidade**, p. 1–35, 1995.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: Silva, T. S. (org.) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis: Vozes, 2014.

MIGRAÇÃO E IDENTIDADES PÓS-MODERNAS:

Uma abordagem identitária dos empreendedores gastronômicos peruanos

Percy Daniel Arce Santos (UFS)¹¹⁸

Resumo: O presente trabalho visa abordar o fenômeno identitário nos migrantes peruanos com empreendimentos gastronômicos. Se parte da premissa que as identidades tornam-se um elemento mutável que obedeceria a motivos diversos, desde a adaptação a um novo lugar ou território até por motivos de estratégia de negócios. Dita identidade vem desde a relação com o prato, a natureza cultural gastronômica e como o processo de elaboração pode ir modificando a própria identidade inicial por uma diferente e que obedeça ao atual momento e entorno.

Palavras-Chave: Migração, Identidades, Gastronomia.

Abstract: The present work aims to address the identity phenomenon in Peruvian migrants with gastronomic enterprises in the city of São Paulo. It is based on the premise that identities become a mutable element that would obey different reasons, from adapting to a new place or territory to business strategy reasons. This identity ranges from the relationship with the dish, the gastronomic cultural nature and how the elaboration process can modify the initial identity itself for a different one that complies with the current moment and surroundings.

Keywords: Migration, Identities, Gastronomy.

¹¹⁸ Doutorando PPGS UFS.

1 INTRODUÇÃO

A identidade representa um ato criativo e não uma realidade objetiva que precisa ser aprendida. A diferença de tempos passados, o indivíduo da sociedade pós-moderna não possui uma etiqueta identitária concedida ao nascer em função de sua hierarquia social, gênero ou clã familiar. Nesse sentido, As identidades pós modernas, são construções cujas componentes são diversificados, diferentes o que faz difícil de definir e incluso problematizar um conceito de identidade.

Ao longo da vida e com maior ou menor nível de liberdade, o indivíduo será o artífice de si mesmo, recolhendo, adaptando, conhecendo e incorporando modelos, facetas, possibilidades que a sociedade na qual vive oferece. É um ato recreativo a partir das possibilidades culturais que tem a seu alcance na sociedade que faz parte.

O enfoque metodológico priorizado foi a interpretação de relatos de vida, sob a perspectiva da história oral. Procura-se relacionar as subjetividades, as categorias de ordem internacional contemporânea, tendo em vista compreender as práticas, os modos de vida, os enfrentamentos de migrantes mediante a ótica da pluralidade cultural e os confrontos com o mundo globalizado. Assim, por meio destas narrativas vislumbrar tais embates e diferenças. Dito material foi recolhido mediante a realização de entrevistas com questionários de perguntas abertas e fechadas.

Um dos grandes desafios aos que se enfrenta o indivíduo ocidental é chegar a dar uma resposta á pergunta sobre sua própria individualidade, isto é, sua identidade. Trata se de um longo caminho no qual se identificar aquilo que é, ou quem gostaria de ser ou quem deveria ser. Muitas vezes os processos identitários se transformam em uma tarefa pessoal ao mesmo tempo que o social. No pessoal porque tem relação com a pessoa para dar uma resposta que considera válida e social, porque o ser humano é um ser social por natureza e não se constrói de maneira isolada. Assim, no desenho da própria identidade uma pergunta fundamental passa a ser que olhar tem o outro sobre ele mesmo e qual é a imagem (social) que querem oferecer segundo o contexto.

No entanto convém já indicar que quando se fala de identidade não estamos nos referindo a uma estrutura monolítica e rígida; a pretendida identidade é similar um leque de identidades subjetivas nas quais se diferenciam umas mais nucleares e outras mais subalternas e secundarias. Além disso estas identidades se ativam ou entram em jogo mediante hierarquias flexíveis segundo os momentos históricos e as inter relações atuais.

2 DESENVOLVIMENTO

Dispor de uma resposta á pergunta quem sou? E sentir-se, assim, possuidor de uma identidade única e diferenciada serve de ponto de partida e satisfaz a necessidade básica de pertença psicológica. Sentir-se integrante de um grupo neutraliza o medo ao isolamento a partir da realidade de se ver membro de alguma coisa, mas também permite se definir a um mesmo a partir das caraterísticas que definem ao grupo ao qual um quer pertencer e com o qual se identifica.

De alguma maneira, a identidade nos afasta da solidão e ao vazio existencial. Falar de um mesmo significa, implicitamente, aceitar a existência do outro, um outro que serve á proposta de se responder que é aquilo que se compartilha e aquilo que é exclusivo, essencial e não compartilhado. Durante séculos, colocamos facilmente situar ao outro além de nossas fronteiras físicas (e emocionais) estabelecendo estereótipos simplificadores, mas que produziam a intima tranquilidade de um mundo em ordem.

Não entanto com a modernidade atual tem chegado a necessidade, por exemplo, de reformular o papel que o outro migrante participa na construção de uma identidade complexa. Segundo Chambers (1994) temos de aceitar que a complexidade de um mesmo (e do outro) não podem ser reduzidas a identidades estáticas e tem a necessidade de se abrir a novas poli-identidades cosmopolitas, nas quais cada indivíduo acaba sendo o cruce criativo de marcas culturais, dialetos, costumes, mitos, historias familiares, lembranças históricas ou incluso preferencias culinárias.

Onde nasci, onde vivi e de onde me sinto, passam a ser perguntas significativas para a própria identidade. São significativas porque permitem estabelecer um ponto identitário, em outras palavras, pontos de referência para a construção identitária. Mas deve ser complementado com novas perguntas e respostas e sem cair no erro de pensar que propiciam construções monolíticas ou respostas definitivas. A identidade representa um ato criativo e não uma realidade objetiva que é necessário aprender. A diferença de tempos passados o indivíduo da sociedade pos moderna não possui uma etiqueta identitaria concedida ao nascer em função de seu rango social, género ou clã familiar. Ao longo de sua vida, e com maior ou menor nivel de liberdade, será o artista artífice de si mesmo, recolhendo, adaptando, conhecendo e incorporando modelos, facetas, possibilidades que a sociedade na qual vive lhe oferece.

É um ato criativo a partir das possibilidades culturais que um tem a seu alcance na sociedade onde mora. Como indica Barker (2003) o fato de que as identidades sejam questionadas de cultura e não de natureza não significa que podemos rejeitar sem mais essas

identidades étnicas ou sexuais inseridas pela aculturação e adotar outras novas, pois as identidades são construções sociais, nos constituem mediante as imposições do poder e as identificações da psique.

Porém, também tem que constatar que uma das características de nosso tempo é o aumento de modelos culturais que temos a nossa disposição. Nesse sentido quanto maiores sejam as possibilidades do indivíduo para criar sua própria identidade, mais rica e complexa será esta. Dotar-se de uma identidade passa ser uma tarefa criativa que durará a vida toda; no processo, se perderão elementos de identidades importantes para um momento determinado, porem vazios de conteúdo em momentos futuros, ao mesmo tempo que se incorporam novas facetas, novas possibilidades. Falando da globalização, neste sentido, Baumann (2005) afirma que se tem dado plena liberdade as identidades e agora são os homens e mulheres concretos que tem que usar seus próprios médios e inteligência.

É por isso que talvez poderíamos pensar que a construção identitária deveria sentir-se como algo livre de ameaças e sobre tudo de exigências de lealdade inapelável. Porem a construção identitária tem também umas constrições sociais que estabelecem mecanismos de controle as mudanças identitárias. Podemos tomar como um exemplo a conversão religiosa que para Berger e Luckman (1983) é o protótipo das alterações. A conversão religiosa requerirá em primeiro lugar uma apostasia, um abandono das antigas crenças e em segundo lugar um processo de ressocialização, a assunção de umas novas realidades. Um ambiente familiar, social e cultural favorável á alteração favorecerá a mudança identitária. Porém uma pressão do entorno próximo em contra desta mudança pode implicar um obstáculo importante. Em outras palavras a identidade como resposta a um mesmo e a sua situação no mundo que o rodeia, não deve reduzir a esfera da própria intimidade. Acaba sendo algo que se oferece a outro e que é negociado e renegociado na relação com o outro.

Toda relação acaba representando em última instancia uma apresentação daquelas parcelas de identidade e umas pré definições sobre a identidade do outro, que se acaba cumprindo ou não. Não esqueçamos que as sociedades do passado conferiram um sentimento maior de segurança sobre o futuro de um mesmo ao preço de um escasso

margem de liberdade pessoal. O que se esperava de um mesmo estava bastante definido e resultava emocionante e muito custos pretende sair-se das guias que pactuam as ações.

Segundo Baumann (1997) Nas sociedades pós-modernas, ganhamos liberdade aparentemente, renunciando a segurança do passado onde o futuro era mais previsível. Hoje em dia é especialmente importante como nos lembra Marin (2005), trabalhar para conseguir que os indivíduos, em especial os jovens, tenham acesso e desenvolvam o máximo de competências

que possam para viver na pluriculturalidade. Sentir-se competente ante uma nova realidade não só reduz os níveis pessoais de ansiedade, medo e desconfiança, além disso permite o desenvolvimento de uma melhor atitude para escutar e atender ao outro.

A pesar dessa liberdade ganha, tem que ter em consideração que as instituições sociais exercem um controle social sobre as construções identitárias. Como diz Baumann (2005), falando da identidade nacional. A identidade nascida como ficção requereu de muita coerção e convencimento para fortalecer e se estabelecer em uma realidade, e estes dois fatores perpassaram a história do nascimento e evolução do Estado moderno.

Identidade é arraigo e sentido pessoal no mundo. Para o ser humano resulta difícil uma vida situada em um presente sem sentido. De alguma maneira se dar um resposta sobre quem eu sou, como sou e a onde pertenço, permite estabelecer um fio significativo entre o passado (pessoal, familiar e comunitário), o presente e o futuro, porém é um fio difícil de manter: a dificuldade de dar um sentido ao próprio presente se une a necessidade de não renunciar ao passado porque é desde este passado onde se cobra o sentido de nossas ações. Além disso precisamos vincular nosso passado e nosso presente com uma ideia de futuro sobre o qual nos projetamos ou nos imaginamos nos mesmos.

Ter uma identidade e sentir que é reconhecida pelos outros não dão ordem interno e neutraliza o medo que acorda a sensação de caos e incertidumbre. E as comunidades podem precisar de indivíduos “arrumados” na sua identidade, para assim reivindicar-se como comunidades “arrumadas”, expulsando a dissidentes portadores de outras formas de identidade. A identidade é a resposta que nos damos e que nos dão para identificar-nos com a comunidade á que desejamos pertencer como membros de direito reconhecido.

A identificação com as regras sociais dessa comunidade passa a ser a forma de controlar se continuamos pertencendo ou não á comunidade. O perigo de expulsão sempre esta latente e a exclusão do círculo de identidade com o que mais nos podemos identificar implica desarraigo e solidão.

Por outra parte, a configuração do sentido do mundo sempre nos faz algo e sempre nos faz pensar em algo. A construção das identidades por oposição tem sido uma das constantes do pensamento dicotômico. O pensamento ocidental hegemônico conceitualiza a realidade a partir de dicotomias excludentes: cultura, natureza, civilização, barbárie , corpo/alma, sagrado/profano, objetividade/subjetividade, emoção/razão, homem/mulher, nos/eles, etc.

Ao ficar fora do círculo de nos, e outro se chega viver como uma possível ameaça á ordem estabelecida e passa a ser vivido como inimigo, ou mais comumente como uma anedota incomoda ao nos fazer repensar verdades e realidades que se davam por universais. Sua

diferença trás surpresa, pena ou rejeição direta, para muitos autóctones, ainda lhes resulta difícil transformar o medo ante a diferença alheia (a do outro) em um sentimento de indiferença ou ao menos, tranquilidade ante o peso e a diversidade. Talvez estejamos em um momento de passo e de transito onde as antigas formas de construir o sentimento de arraigo e pertença se estejam perdendo para dar passo a identidades fluídas, moveis, inestáveis e menos seguras que as da primeira modernidade.

Tem que fala da identidade como de ficções culturais em continua mudança e movimento; a identidade real supõe a ideia de reinterpretação continua de um mesmo e da realidade que rodeia. A identidade como totalidade já não é possível e temos que aprender a conviver com novas formas fluídas, que mudam, de identidades parciais e talvez ambíguas. A segurança do futuro passa necessariamente por aprender a conviver com a ambiguidade interna. Em relação a isso, Baumann (2005) indica que: um se concencia de que a pertença ou identidade não estão na pedra, não tem garantia de vida, são negociáveis e revogáveis.

O problema que talvez apareça aqui é saber qual é o grau da fluidez identitaria. Não é o mesmo grau de fluidez de outras coisas, porque a fluidez da identidade pode

servir de imagem para entender inquietudes atuais, também tem que ter em consideração que a identidade precisa de um certa consolidação. A densidade do fluxo identitário é um elemento a ter em conta se se quer evitar o risco de indivíduos fluidos que, em última instancia, acabem não sentindo a necessidade de arraigo, pertence ou compromisso. Além disso convém lembrar que não todo o mundo esta em situação de permitir aplicar-se esta fluidez identitaria.

Em um mundo cada vez mais global a pobreza segue sendo a grande humilhação e o conjunto de milhões de pessoas que sobrevivem e mal vivem não tem espaço mental nem possibilidade de escolher entre um leque mais amplo e fluido de modelos identitários. São exemplos viventes de identidades de exclusão, pelos quais o passado relaciona a um presente ou um futuro.

Entre suas muitas prerrogativas, a classe dominante tem além disso, a capacidade de decidir a etiqueta ou identidade de uma maioria excluída. Como nos lembra Baumann (2005). A maioria esta excluída do banquete planetário. Não tem um bazar multicultural para eles. Para alguns a identidade é mais uma carga do que um liquido. Baumann (2005) também indica que a identidade também tem uma estratificação, em um extremo da jerarquia global emergente estão os que podem compor e descompor suas identidades mais ou menos a vontade, tirando do fundo de ofertas extraordinariamente grande do alcance planetário.

O outro extremo está cheio daqueles aos que foi proibido o acesso á eleição de identidade, gente a que não se da voz nem voto para decidir suas preferências e que ao final

cargam com o peso da imposição de identidades por parte dos outros, identidades que podem ser até conflitivas, mas que não se lhes permite despojar, identidades com estereótipos, que humilham, que desumanizam, que estigmatizam.

2.1 As Coerções Identitárias

Atualmente a não identidade é vista como uma anomalia psicológica ou social. A pessoa sem identidade pessoal ou sem referente grupal de pertencimento é situada na marginalidade sobre isto mesmo Bauman (2005) afirma que o significado da classe inferior seria a ausência da identidade, a desfiguração até a anulação da individualidade.

Galbraith (2000) aponta a mesma ideia quando faz referência ao desenvolvimento de uma subclasse funcional dentro dos países desenvolvidos, concentrada nas grandes cidades, membros de grupos minoritários e excluídos pela sociedade autóctona, mas enormemente úteis para a manutenção de uma cultura de satisfação: Este sistema, o dispor desta admitida subclasse, tem outras claras vantagens. Se resulta inessária, se pode enviar a seu país ou, como é mais frequente, negar a entrada.

Galbraith (2000) avisa de que não podemos esperar uma atitude passiva e submissa dos integrantes desta subclasse funcional e isso porque cada vez mais são conscientes de que classe beneficiária (ou seja, nós) não vamos permitir facilmente seu movimento ascendente, o que vai provocar graves situações de conflito social. Talvez o exemplo mais clamoroso, de ausência de identidade, seja a construção identitária dos ilegais. Em momentos a imprensa dá um tratamento simplificador, homogeneizador e criminalizador de certas minorias étnicas migrantes.

Esta discriminação leva a denominar como os ilegais aqueles migrantes que não têm permissão de residência. É possível pensar que este adjetivo ilegal é atribuir a ilegalidade a um caso determinado. Quando se sustantiva uma conduta ilegal não se está simplesmente determinado. Quando se sustantiva uma conduta ilegal não se está simplesmente determinando uma ação, mas que se reifica o ser de um coletivo. É precisamente a identidade deste coletivo, que por outro lado é muito dispar o que se define. Com a palavra migrante se transmite o subtexto de que sua condição de recém-chegado jamais finaliza. Incluso como uma espécie de código genético, esta condição se transmite às gerações vindouras. Assim se fala de migrantes de segunda e terceira geração, quando em realidade estas pessoas não se mudaram nunca e, se, é que fosse necessário identificá-las de alguma maneira seriam de segunda geração ou mais.

2.2 Gastronomia e Identidade

A cozinha típica de um território não somente é expressada a partir de ingredientes, sabores ou aromas, mas também das condições históricas dos vínculos econômicos e das relações sociais que permitiram sua gênese e desenvolvimento.

Efetivamente, os pratos reconhecidos como tradicionais de uma região estão inferidos por um saber culinário herdado de gerações passadas. Precisamente sobre este

fundo se inscreve esta pesquisa nos pratos típicos do Perú e como isto é incorporado não somente na parte da alimentação, mas também como o saber de uma prática cultural que faz parte do sentido identitário de um povo.

A gastronomia pode ser considerada prática, pode ser considerada uma espécie de habitus específico como produto de práticas corporais que deixam marcas em cada preparação culinária. Na cozinha tradicional o corpo se involucra profundamente nos alimentos e cobre o espaço e tempo de cozinhar, questão que ultrapassa os objetos.

A experiência, a história, os saberes culinários dos cozinheiros, formam parte de suas identidades, produzem e ao mesmo tempo reproduzem suas práticas alimentares de maneira do que Bourdieu denomina um habitus específico, neste caso um habitus culinário? de cozinha. (Não se esqueça do livro “A distinção – uma anatomia do gosto”). Neste livro, Bourdieu fala do gosto de maneira geral, que se aplica aos esportes, às vestimentas e à culinária também.

Dito isto, é possível entender que quando falamos de tradição não concebemos a mesma como um conceito estático, nem do ponto de vista romântico, mas como uma articulação que conjuga nas práticas o presente e o passado, no sentido bourdieuiano, o passado que revive como sentido prático no presente.

Cada ação dos cozinheiros em seu território tem uma razão de ser, suas práticas são lógicas, entendendo este termo como a coerência entre aquilo que se quer fazer e aquilo que se pode e se deve fazer porque não tem outra forma correta e possível de fazer para alcançar determinado objetivo reduzindo a energia e os recursos em circulação.

Para atuar sensatamente, o sujeito deve estar provido de uma sólida estrutura objetiva encarnada no corpo em forma de princípios de percepção, disposição e ação que permita ser sensível às contingências do jogo social, prever melhor o curso da ação para anteceder ela no momento preciso e tirar o melhor proveito, saber os limites de sua prática e fazer uso do senso comum para compartilhar com os outros os significados socialmente construídos. Pierre Bourdieu chama a sincronização corpo, razão e prática como o sentido prático, o qual se encontra inserido dentro do jogo social.

Dalí que a antecipação é a chave do habitus da cozinha, das mulheres entrevistadas. Como dito anteriormente, o conhecimento, a experiência, a antecipação faz parte dos sujeitos. Ditas características se encontram depositadas em seus corpos em forma de estrutura do pensamento, do sentir e do atuar sobre a realidade. Pierre Bourdieu

denomina a isto habitus, conceito de uma longa tradição teórica que em seu posicionamento teórico adquire um definitivo sentido relacionado com o corporal. Não existe dúvida de que a comida é um dos principais espaços de produção da cultura dos povos. Ao redor desta se misturam todos os elementos que compõem a sociedade, desde os aspetos ecológico – produtivos com base na relação que estabelecem os seres humanos como o entorno que lhes dá o sustento, até os aspetos simbólicos como as percepções, as valorações e os usos sociais derivadas de sua obtenção, intercambio, preparação e consumo.

No Perú, as práticas alimentares são estabelecidas dentro de um sistema simbólico, expressivo e sensorial, complexo e dinâmico, transformando-se em referentes de identidade regional e nacional. É um universo que contém uma série de expressões e elementos derivados e identificáveis, como por exemplo técnicas e utensílios de origem ancestral para a produção e conservação de alimentos, insumos nativos, modos de preparação específicos, mecanismos de distribuição, contextos de consumo, usos sociais e especialistas.

É a través da realização conjunta de todos estes elementos, e no marco de processos históricos e ambientais acontecidos no território, que se estabelecem as características que lhe conferem particularidade à cozinha no Perú.

Quando se fala de gastronomia étnica, estas se sustentam em uma milenária tradição de saberes e usos, cuja principal função foi a domesticação e a gestão dos recursos naturais e condições ambientais próprias do território peruano.

No processo histórico do território peruano se pode apreciar que as populações fizeram a gestão para seu sustento de três tipos de diversidade: a biológica, a geográfica e a cultural. No caso da diversidade biológica do Perú é interessante. Segundo Imarpe (2008) O litoral peruano conta com um número considerável de flora e fauna marinha o que permite uma grande variedade de peixes e frutos do mar.

A particularidade das práticas alimentares peruanas na atualidade se deve também à continuidade histórica de um conjunto de elementos culturais distintivos entre os que destacam as formas de organização social, os mecanismos de produção e distribuição, os contextos festivos e rituais, e a tradição oral nos que a comida funciona seja como eixo articulador, como referente de identidade, como objeto para ser valorado ou como conteúdo para ser comunicado.

A vigência desta cultura tem sido possível devido ao trabalho de homens e mulheres que tem sabido preservar e transmitir os conhecimentos e tecnologias comprometidas nos distintos âmbitos sociais que conformam as complexas rotas que conectam a produção de insumos com o prato de comida. Ao longo da história, os diferentes grupos que tem habitado o território peruano foram aportando á variedade da cozinha através do aproveitamento da biodiversidade e através de sua interação, as vezes conflitiva e outras harmoniosas.

Estas tendências que articulou a diversidade cultural com a biodiversidade e suas manifestações derivadas encontra no contexto atual, onde se promove a criatividade e a diferença cultural, um cenário propicio para incorporar e reelaborar elementos externos para a continua recriação de dita diversidade.

Deste modo a gastronomia peruana tem conseguido manter sua particularidade e um sentido de distinção frente a outras tradições do mundo, sem renunciar á herança local. No marco de uma história caracterizada por uma sequência de encontros culturais diversos devido ao processo de conquista assim como a importantes fluxos migratórios, a tradição culinária no Perú se tem constituído em um lugar de criação cultural.

Um prato que expressa este fenômeno é o cebiche. Segundo Hinostroza (1999) Crônicas coloniais fazem referencia a uma preparação pre hispânica do peixe e banhado em frutas acidas. No entanto dito prato teve variações ao longo da história, além de adicionar outros insumos como a pimenta, também ganhou a presença do limão e cebola que chegaram com os espanhóis durante a colônia. É Durante a república e finalmente no contexto atual que o prato alcança uma identidade que poderíamos chamar peruana, e adquire o reconhecimento de prato nacional.

Nesse sentido distintos grupos sociais, nativos e de origem estrangeira, também se tem encontrado o espaço para negociar seu reconhecimento social e seu espaço próprio. Um exemplo disso é a herança da gastronomia vinda dos afrodescendentes, discriminada pela sociedade em tempos coloniais e republicanos, e somente restrita a comunidades de escravos, soube se posicionar na esfera pública com a liberdade permitindo chegar a outras esferas sociais e a inserção econômica deste grupo.

O principio de gestão da diversidade cultural muitas vezes se viu opacada nos marcos dos regimes coloniais e republicanos. Segundo Marzal (2011) Durante a colônia se implementaram políticas a distinto nível que procuravam a homogeneização da população indígena e sua aculturação.

Segundo Basadre (2005) durante a república a agenda por constituir uma nação unificada esteve regida pela ideologia da mestiçagem. Este discurso buscava o reconhecimento de uma identidade peruana a partir da fusão de diferentes culturas existentes no país.

A presença no território nacional de grupos provenientes e descendentes de Europa, África e Ásia, com suas respectivas dinâmicas culturais e identidades, a par das identidades indígenas regionais que persistiram, configuraram um complexo sistema social ao mesmo que compartilhavam e incorporavam elementos uns dos outros.

Se bem o discurso da mestiçagem impulsionado pela elite governante admitiu a diversidade de heranças históricas e culturais, acabou por incluir um tipo particular de identidade, excluindo elementos e manifestando as diferenças culturais de muitos grupos que formavam parte da população existente. Apesar disso não foi possível criar uma identidade nacional única e homogênea, restando uma série de espaços abertos que permitiram a continuidade de tradições locais e regionais, assim como o surgimento de identidades emergentes. A gastronomia é um destes espaços.

Atualmente a globalização e as tensões entre a homogeneização e recriação da diversidade, e entre alienação e reivindicação da identidade, origina que os estados nacionais levem a cabo uma reestruturação de sua identidade nacional. Segundo Degregori (2004) o Peru é um dos lugares se processa este contraponto entre a imposição do produto, símbolos e valores transnacionais com a apropriação da tecnologia, insumos e práticas locais.

Nesse sentido, é a través das práticas gastronômicas e o princípio do uso do diverso que é possível responder aos desafios da globalização e se tenta configurar uma sociedade inclusiva. Desde o âmbito da cozinha esta procura implica um processo de auto valoração enfocado na reestruturação do gosto, em outras palavras conhecer e se reconhecer como nação multicultural a través da experiência e a experimentação dos sabores.

Os peruanos atravessam um momento em que pensam e experimentam novas formas de ser e de sentir a peruanidade, gostam de sua gastronomia, consomem, difundem e convidam. Apela à diferença à salvaguarda frente ao risco da homogeneização com os processos vertiginosos da globalização e a recuperação de um sentido, uma contribuição à redução da discriminação e racismo, através de uma gastronomia multicultural, diversa e criativa.

No contexto do auge da cozinha peruana, o desafio das políticas públicas do Estado se encontra precisamente em construir um princípio articulador da diversidade cultural e biológica de sua defesa e de vincular reconhecimento e redistribuição. Nesse sentido o potencial da gastronomia peruana é considerável. No plano nacional é possível perceber as possibilidades de desenvolvimento humano que abrem um recurso cultural como a gastronomia e que se identifique esta prática como algo autêntico e próprio.

Em tal sentido, distintos agentes nacionais organizam suas iniciativas de afirmação identitária e de desenvolvimento humano em torno as manifestações de seu patrimônio

culinário, seja através de competências de comidas típicas, de feiras gastronômicas, de concurso dos melhores produtos agrícolas, de iniciativas empresariais ou da emergência de narrativas identitárias e discursos públicos que através de publicações, programas de televisão, conversatório e propostas de turismo interno encontram na gastronomia o espaço para se descobrir como nação diversa. Neste esforço participam distintos agentes, como as multiplex instancias do governo, a empresa privada, os pequenos produtores e os micro empreendedores, os pesquisadores e universidades, os publicitários, médios de comunicação e os próprios consumidores nos âmbitos doméstico e público.

A través da cozinha se abre a possibilidade de valoração da cultura, a oportunidade de que os saberes tradicionais sejam resgatados e de que os agentes que ostentam ditos saberes sejam reconhecidos como os gestores destas praticas gastronomicas. No marco dos problemas de sustentabilidade e segurança que acarretan as mudanças ecologicas e a concentração do capita, a gastronomia favorece que a comunidade peruana se reconheça em sua diversidade cultural, ao mesmo tempo que conforma um campo de ação em defesa da diversidade dos campos indicados.

No contexto atual em que os esforços por imaginar por imaginar e constituir uma identidade nacional passam pelo reconhecimento da diversidade, nesse sentido, não surpreende que a gastronomia peruana se constituya como a plataforma principal para o intercambio cultural em uma sociedade heterogenea.

2.3 A gastronomia como elemento de identidade

Segundo Fisher (1995) os insumos, as receitas, as formas de apresentação e incluso os lugares e momentos nos que se consome a comida estão sempre cargados de conteudo e valoração que lhe são atribuídos socialmente. Ditos conteúdos e valorações são referidos as pessoas que produzem os insumos, preparam e comercializam os pratos e aos proprios consumidores. Portanto,segundo Coe (2004) a comida cumpriria a função social de classificar, unificar e distinguir aos distintos grupos sociais que conformam uma comunidade maior.

No caso peruano, as praticas alimentares não se reduzem a um conjunto de repertorios representativos de um grupo em particular, mas que ela em sua totalidade constitui um campo de disputa e de ação social e histórica. Através dela diversos grupos sociais vai definindo elementos, seja preservando repertorios ou inovando criativamente, resisitindo a vezes os modelos hegemonicos e padronizantes.

As praticas alimentares no Perú sao constituídas como o testimonio único de uma tradição da cultura viva. É possível indicar um conjunto de pratos e bebidas peruanas que são expressões com identidade regional e nacional propria e que são o resultado de tres processos:

a) a resistencia e continuidade ao longo da historia de uma serie de ingredientes, formas de preparo e usos sociais que tem arraigo na tradição culinaria desenvolvida no territorio peruano e que tem conseguido ter lugar e sentido para as populações do presente.

b) A transformação dinâmica através de processos de hibridação, apropriação e ressignificação de diversos setores da sociedade peruana e que incluem desde os esforços dos setores populares, ate os criadores do prato.

c) A reprodução de espaços culturais e sociais nos quais a comida tem vigencia e guarda sentido como objeto de intercambio, medio de expressão ou referente de identidade

É possível identificar a existencia de um conjunto de pratos e bebidas que dão expressão a uma cultura alimentar com base no principio de gestão e valoração da diversidade biológica e cultural. Nesse sentido, a proteção dos mesmos através de sua visibilização, a transmissão das receitas e formas de preparo, a documentação e valoração pública de seus usos sociais constituem uma forma de inculcar uma cultura de respeito pela diversidade cultural.

Por outra parte, segundo Luciano (1993), a través da comida, os grupos socialmente segregados conseguem uma promoção redefinindo o conteúdo e o significado que tinham para realizar uma mudança devido a suas expressões culinarias ou conquistando o gosto das elites. Em tal sentido, para Santisteban (1995) se usa a gastronomia como medio para fortalecer identidades e contornar os preconceitos existentes.

Nesta dinâmica que tem contribuído historicamente á conformação da diversidade culinaria no Perú. Em tempos pre hispanicos existiram práticas vinculadas ao consumo de alimentos que simbolizavam o nivel de confiança, como pro exemplo, convidar chicha (bebida peruana similar a suco, o que constituía uma forma de selar tratados e acordos entre distintas pessoas e povos. No entanto, a comida pode ser ver para unificar e simbolizar encontros e consensos, assim como para estabelecer distinções. Em certos momentos tem sido o medio para separar, segregar ou diferenciar uns de outros através do consumo de determinados alimentos.

Segundo Jimenez (1953) o consumo ostentoso de alimentos no antigo Perú serviu como meio para alcançar prestígio e ajudava na manutenção de uma posição social privilegiada. Os incas tinham rigorosas leis em relação á comida, controlando e diferenciando aquilo que podiam comer a gente comum do que podia comer as elites governantes.

2.4 Migração e Identidade

A sociedade peruana se caracteriza por uma alta mobilidade e dinamismo migratório. Se bem na atualidade esta mobilidade foi devido à necessidade de procurar novas e melhores condições de vida, também se pode explicar em termos da herança de uma lógica cultural e social que se tem desenvolvido em torno ao já mencionado princípio de controle e gestão de uma importante diversidade ecológica e cultural.

Os deslocamentos das populações (momentâneos ou permanentes) não significam uma ruptura ou quebra das relações sociais, econômicas e políticas com suas origens, os quais se mantêm vigentes e são renovadas através de festas, ritos ou cargos políticos. Segundo Altamirano (1996) a migração implica o trânsito de um conjunto de referentes culturais e modos de relação com o meio que se devem adaptar a um novo contexto.

Nesse sentido, são incorporados novos elementos, se mantêm e fortalecem muitos dos prévios, sendo a cultura alimentar e a reprodução de seus repertórios e valores, um dos exemplos mais visíveis. Os grupos de migrantes que foram chegando às cidades se organizaram formando clubes e associações, cuja finalidade foi criar espaços nos quais seja possível recriar ou comemorar distintos aspectos de suas culturas originárias (religião, festas, aniversários, etc).

Ao mesmo tempo são estratégias para não perder os vínculos com seus povos e seus familiares, ao mesmo tempo que se formam laços que ajudam à adaptação psicológica, laboral e emotiva dos recém chegados. Segundo Altamirano (2000), estas associações como um modo de sustentar-se organiza reuniões, festas e celebrações, nas quais à par da celebração mesma se vende a comida peruana. Desta maneira, se abriram paulatinamente, nas grandes cidades, espaços onde é possível recriar a cultura, que Canelini (2003) chama de processo de territorialização.

São através destas associações e as redes que estas criaram, assim como a iniciativa privada de alguns de seus membros, as cozinhas regionais ingressam ao mercado, no começo a um entorno social específico para logo se adaptar ao mercado local de maneira plena. Isto é chamado de Consumo Cultural.

Este consumo cultural pode favorecer a criação de novos tipos de identidades que não necessariamente são próprias do origem do migrante. No caso da gastronomia étnica apela-se a uma ancestralidade que não necessariamente é verdadeira ou originária, devido a que muitos migrantes têm formação ocidental assim como provêm de cidades com tendência ocidental. Nesse sentido, a ancestralidade seria um recurso que possibilitaria um diferencial para destacar-se ou posicionar-se frente a outros concorrentes.

3 CONCLUSÃO

Dentro dos migrantes é possível observar diversos elementos recriados a partir da cultura peruana. Existem aqueles elementos que transitam ali inseridos ou presentes no cardápio, o visual do prato, em outras palavras, essa recriação da pos modernidade individual presente.

Considero que existe um ponto de partida que seria uma lógica do mercado, devido a que a logica do mercado é fundamentada no individualismo e no consumo e essas pessoas que vivem do negocio dos restaurantes ou gastronomia etnica, querem se inserir naquele mundo, onde oferecem algo diferente ao tradicional ou ocidental. Elas usam a ancestralidade como um signo de valor recriado, não é necessariamente um signo de ancestralidade, de ser peruano, de morar nos Andes, ou estar relacionado a rituais de vida indigena, mas esta no capitalismo, nas areas urbanas, ser uma pessoa com capacidade de recriação com extrema originalidade; em outras palavras ele se apresenta (ou representa) como peruano por uma questão monetaria, economica. Ele é peruano porque usa a trajetoria pessoal dele como articulação, como medio, como propaganda para conseguir um signo que traz uma diferença ou destaque.

REFERÊNCIAS

ALTAMIRANO, Teófilo *Remesas y nueva fuga de cerebros*. Impactos transnacionales. Lima: PUCP, 2000

_____. *Liderazgo y organizaciones de peruanos en el exterior*. Lima: PUCP, 1996

BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Perú*. Lima: El Comercio, 2005 BAUMAN, Zygmunt. *Identidad*. Madrid: Losada, 2005

DEGREGORI, Carlos Iván *Enciclopedia temática del Perú N° 14: Diversidad Cultural*. Lima:, Editora el Comercio, 2004

FISCHLER, Claude *El (h)omnívoro. El gusto, la cocina y el cuerpo*. Barcelona: Anagrama, 1995

CANCLINI, Néstor. *Consumidores y ciudadanos: conflictos multiculturales de la globalización*. México: Editorial Grijalbo, 1995

GALBRAITH, John.Kenneth. *La cultura de la satisfacción. Los impuestos, ¿para qué? ¿Quiénes son los beneficiarios?*. Barcelona: Ariel. 2000

HINOSTROZA , Gloria. *Cocinas Regionales Peruanas*. Lima: USMP, 1993

JIMENEZ BORJA, Arturo 1953 La comida en el Antiguo Perú. En: Revista del Museo Nacional, 1993

MARZAL, Manuel 1988 “Persistencia y transformación de ritos y sacerdocio andinos en el Perú”. 1988

GT 8 - Guerras Culturais, novas direitas e as ameaças à democracia.

A proposta de GT Guerras Culturais, novas direitas e as ameaças à democracia, se insere nos estudos sobre novas direitas e sobre as discussões a respeito da democracia realizadas pelo GEPDEM (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Democracia). Seu interesse está em agrupar pesquisadores com trabalhos e temáticas de pesquisa que envolvam a atuação de movimentos e atores associados às novas direitas, embates em torno de questões culturais, morais e econômicas entre conservadores/reacionários e progressistas e, sobretudo, que se relacionem com a temática da democracia. Nesse sentido, convidamos pesquisadores para submeter trabalhos e participar das discussões conosco.

Coordenação: Prof. Dr. Marco Aurélio Dias de Souza (PPGS/GEPDEM/UFS), Profa. Dra. Andréa Depieri de Albuquerque Reginato (DDI/UFS) e Dr. Ariel Finguerut.

LIBERDADE DIGITAL E RESTRIÇÃO DAS IDEIAS:

Um estudo sociológico sobre os desafios da tolerância na era da informação

Ana Maria Menezes dos Santos (UFS)¹¹⁹

Resumo: A internet transformou profundamente a comunicação, o trabalho e as interações sociais, criando um ambiente virtual dinâmico que democratiza o acesso à informação e facilita a disseminação de conceitos. No entanto, essa revolução também trouxe desafios consideráveis, entre os quais se destaca o fenômeno da infocracia, que evidencia a dificuldade em distinguir entre a abundância de dados disponíveis e a qualidade da informação. Nesse contexto, as redes sociais emergem como ferramentas poderosas, mas também suscetíveis à divulgação de desinformação e ao aumento da polarização social. Este artigo propõe uma análise da liberdade de expressão à luz do paradoxo da tolerância na era digital, centrando-se na seguinte questão: como as limitações e moldagens da liberdade de expressão nas plataformas virtuais afetam a tolerância e a diversidade de noções? A investigação busca entender as nuances do discurso público no contexto digital, explorando como ele é moldado pelas interações online e pelas dinâmicas de poder que permeiam esse espaço.

Palavras-chave: Internet. Democracia. Liberdade. Tolerância. Digital.

Abstract: The Internet has profoundly transformed communication, work, and social interactions, creating a dynamic virtual environment that democratizes access to information and facilitates the dissemination of concepts. However, this revolution has also brought considerable challenges, among which the characteristics of infocracy stand out, which highlight the difficulty in distinguishing between the abundance of available data and the quality of information. In this context, social networks emerge as powerful tools, but also susceptible to the dissemination of misinformation and the increase in social polarization. This article proposes an analysis of freedom of expression in light of the paradox of tolerance in the digital age, focusing on the following question: how do the limitations and molding of freedom of expression on virtual platforms affect tolerance and the diversity of notions? The research seeks to understand the nuances of public discourse in the digital context, exploring how it is shaped by online interactions and the power dynamics that permeate this space.

Keywords: Internet. Democracy. Freedom. Tolerance. Digital.

¹¹⁹ Mestranda em Sociologia pelo UFS. Contato: anamariamenezes15@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A internet revolucionou a forma como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos, ampliando o acesso ao conhecimento e permitindo a disseminação de informações em uma escala global. No entanto, essa transformação digital também gerou desafios significativos, especialmente relacionados à sobrecarga informativa e à disseminação de desinformação. A abundância de dados disponíveis online muitas vezes obscurece a qualidade do conteúdo, criando uma saturação que dificulta a distinção entre informações relevantes e enganosas. Esse fenômeno é particularmente evidente nas redes sociais, que, embora conectem pessoas e facilitem a mobilização de movimentos sociais, também se tornam espaços propensos à polarização e à propagação de discursos de ódio e ideias antidemocráticas.

Dentro desse cenário, surge o conceito de infocracia, refletindo a coexistência de uma grande quantidade de dados com a dificuldade de gerenciar a informação de maneira eficaz. Embora a digitalização tenha potencial para democratizar o acesso ao conhecimento, ela também facilita a fragmentação social e a construção de bolhas informativas, que tornam o diálogo público mais difícil e polarizado. Nesse ambiente, as interações digitais, embora rápidas e globais, podem ser superficiais e efêmeras, e as relações interpessoais, muitas vezes, perdem sua autenticidade.

A partir dessa realidade, o presente artigo visa analisar a liberdade de expressão à luz do paradoxo da tolerância na era digital. A pergunta central deste estudo é: como as limitações e moldagens da liberdade de expressão nas plataformas digitais afetam a tolerância e a diversidade de opiniões? Para investigar essa questão, será adotada uma abordagem qualitativa, com a etnografia virtual como método principal. Esse método permitirá uma análise detalhada das interações e comportamentos dos usuários em plataformas digitais, oferecendo insights sobre como as trocas online moldam o discurso público, especialmente em um contexto de crescente polarização e desinformação.

O uso da etnografia virtual justifica-se pela sua capacidade de explorar a subjetividade e as experiências dos participantes, proporcionando uma visão aprofundada das dinâmicas culturais e sociais nesses espaços. O artigo pretende não apenas mapear as complexidades da liberdade de expressão, mas também refletir sobre as condições necessárias para a convivência em comunidades digitais pluralistas, onde o respeito à diversidade de pontos de vista é essencial para a manutenção da saúde democrática.

Diante dos desafios atuais, é crucial um reexame das normas e práticas que sustentam o diálogo público. Em um ambiente saturado por desinformação, onde vozes extremas

frequentemente sobrepõem as perspectivas moderadas, é imperativo equilibrar a proteção da liberdade de expressão com a promoção de um discurso público saudável. O estudo abordará a capacidade das plataformas digitais de fomentar um diálogo inclusivo, refletindo sobre como a construção de um espaço digital mais ético e responsável pode contribuir para o fortalecimento de uma democracia mais robusta e resiliente.

O artigo está organizado em sete partes. A primeira examina como a cibercultura impacta a coesão social, destacando a formação de bolhas de informação e a crescente performatividade nas interações digitais. A segunda parte discute o papel das plataformas digitais como novos espaços públicos, abordando a polarização e a propagação de desinformação. A terceira analisa os desafios da liberdade de expressão na era digital, incluindo o paradoxo da tolerância de Popper e as dificuldades em equilibrar a liberdade com a proteção contra discursos prejudiciais. Em seguida, a quarta parte trata da manipulação da informação, com ênfase na pós-verdade e nas fake news. A quinta parte aborda a liberdade digital como um instrumento de mobilização social, discutindo a importância das plataformas para movimentos como #BlackLivesMatter e #MeToo. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e reflexões do estudo.

2 A CIBERCULTURA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A COESÃO SOCIAL

Lévy (1999) argumenta que a cibercultura estabelece um espaço interconectado que possibilita o compartilhamento imediato e global de informações e experiências, promovendo uma nova forma de interação social. Assim, embora essa interconexão amplie as relações, ela também gera uma sociedade em rede caracterizada por dinâmicas de fragmentação social (Castells (1996). Nesse contexto digital, a coesão social torna-se dependente da habilidade dos indivíduos de navegar em uma rede complexa de interações, onde autenticidade e pertencimento são frequentemente questionados pela pressão da performatividade.

Outrossim, Castells (1996) observa que a internet transforma as relações comuns, levando a uma substituição do nós coletivo por grupos menores que se conectam apenas superficialmente. De modo que, esses grupos, polarizados por bolhas de informações personalizadas e filtradas por algoritmos, contribuem para a fragmentação coletiva. Nesse sentido, a segmentação do conhecimento resulta no surgimento dos filtros-filtro, onde as conexões online reforçam visões individuais, criando microesferas autossustentáveis (Sunstein, 2001). O impacto desse isolamento digital na coesão social é significativo, promovendo uma

visão restrita do mundo, onde a diversidade de ideias é frequentemente vista como uma ameaça, em vez de uma fonte de enriquecimento.

Ademais, a proposta de Judith Butler (1997) de que a identidade é construída por práticas reiterativas e normativas, e não como uma característica inata, é particularmente pertinente neste cenário. Nas redes sociais, essa performatividade é intensificada pelas dinâmicas de validação externa, como curtidas, compartilhamentos e comentários, que definem o valor das expressões particulares. Ao performar suas identidades, as pessoas ajustam suas apresentações de acordo com os feedbacks recebidos, alinhando-se a normas implícitas e expectativas grupais para garantir aceitação.

Esse controle social se assemelha ao que Foucault (1979) denomina de poder disciplinar, pois, o poder não é exercido apenas por instituições, mas também por práticas e normas que condicionam comportamentos. Na era digital, esse poder disciplinar se manifesta de forma difusa, com cada usuário atuando como vigilante do comportamento alheio. Logo, o ambiente online se transforma em uma sociedade de controle, onde as identidades são continuamente monitoradas e ajustadas às normas do grupo, limitando tanto a liberdade de expressão quanto a autenticidade (Fukuyama, 2019).

Além disso, a introdução de algoritmos nas mídias virtuais representa um novo agente nas relações sociais: a personalização automatizada de conteúdo. Pois, os algoritmos como editores invisíveis organizam e estruturam as informações, direcionando os usuários a conteúdos que provavelmente já concordam (Gillespie, 2014). Apesar dessa personalização facilitar a navegação, ela restringe a diversidade dos dados acessados, contribuindo para a formação de bolhas informacionais. De modo que essa limitação pode distorcer a percepção da realidade, reforçando vieses cognitivos e acentuando a desarmonização social, como discutido (Pariser, 2011).

Dessarte, a manipulação invisível das interações online tem um impacto profundo na subjetividade dos indivíduos. Pois, a exposição constante a um universo filtrado por algoritmos pode alterar a compreensão de si e dos outros, resultando em alienação e dificuldade para estabelecer conexões autênticas (Turkle, 2011). A dependência das plataformas virtuais para interação e validação gera uma fragilidade emocional, onde os indivíduos se sentem desconectados, mesmo estando tecnicamente ligados a milhares de pessoas.

Essas dinâmicas têm consequências profundas para a coesão social e para a qualidade da democracia. O isolamento em bolhas informacionais resulta em um ambiente onde os indivíduos perdem a capacidade de dialogar e negociar diferenças, habilidades essenciais para uma democracia funcional. Uma vez que a esfera pública deve ser um espaço de deliberação

racional, onde diferentes opiniões possam convergir em um consenso (Habermas, 1962). No entanto, as redes sociais frequentemente transformam o debate público em um processo polarizado, onde a validação do próprio grupo prevalece sobre a compreensão do outro.

Além disso, a dificuldade de desconexão do ambiente digital, aliada ao incentivo à performatividade constante, reforça a superficialidade das relações, diminuindo a tolerância a perspectivas diferentes e resultando em uma sociedade mais fragmentada e menos propensa ao diálogo. Em decorrência disso, a digitalização exacerba a liquidez das relações sociais, substituindo vínculos e compromissos duradouros por conexões efêmeras e superficiais (Bauman, 2000).

Assim, as transformações provocadas pela cibercultura não apenas moldam a maneira como as pessoas interagem, mas também levantam questões cruciais sobre a natureza da liberdade de expressão e a capacidade das sociedades democráticas de se manterem coesas em meio a um ambiente virtual cada vez mais esfacelado e centralizado.

3 PLATAFORMAS DIGITAIS COMO ESPAÇOS PÚBLICOS

As plataformas digitais emergem como novos espaços públicos na era contemporânea, desempenhando um papel crucial na facilitação da comunicação, da troca de ideias e da mobilização social. Com o advento da internet e das redes sociais, esses ambientes virtuais transformaram a maneira como os indivíduos se relacionam, interagem e participam da vida pública, no entanto, essa nova configuração traz desafios e complexidades.

Historicamente, o conceito de espaço público remete a locais onde os cidadãos se reúnem para discutir questões de interesse comum, expressar opiniões e engajar em deliberações democráticas. Habermas (1962) elucida que a esfera pública é um espaço de comunicação onde a racionalidade e o debate fundamentado são essenciais para a formação da opinião pública. Com a digitalização, plataformas online como Facebook, Twitter e Instagram tornaram-se arenas onde esses processos podem ser tanto facilitados quanto complicados. Ademais, Habermas (2001) enfatiza que “o espaço público deve ser entendido como uma esfera onde os cidadãos podem se reunir para discutir e deliberar sobre questões de interesse comum”, uma definição que se estende às interações digitais contemporâneas.

As plataformas virtuais democratizaram o discurso público, permitindo que vozes antes marginalizadas tenham acesso a uma audiência global. Essa democratização é particularmente visível em movimentos sociais que utilizam as redes sociais para mobilizar apoio e conscientizar sobre questões sociais e políticas. O movimento #BlackLivesMatter exemplifica

como as plataformas digitais podem ser usadas para articular protestos e promover mudanças sociais. Tufekci (2017) observa que “as mídias sociais não apenas possibilitaram uma mobilização rápida, mas também transformaram o modo como as questões sociais são debatidas publicamente”, destacando o papel crucial desses meios na articulação da coletividade.

No entanto, essa abertura também levanta desafios relacionados à qualidade do debate e à gestão do discurso. Embora as plataformas digitais ofereçam uma ampla gama de vozes, elas também são suscetíveis à propagação de desinformação e mensagens polarizadas. Além disso, a estrutura algorítmica dessas ferramentas prioriza conteúdos que geram engajamento, frequentemente em detrimento da veracidade e da qualidade informativa. Como Sunstein (2001) aponta, “as bolhas de informação surgem quando as pessoas se cercam de informações que confirmam suas crenças, isolando-se de visões divergentes”, um fenômeno que pode corroer a capacidade da esfera pública de funcionar como um espaço de diálogo produtivo.

A polarização gerada por essa segmentação do discurso é preocupante, pois limita a troca de ideias e o entendimento mútuo. Mendes e Fernandes (2020) ressaltam que “a fragmentação do espaço público digital impede a formação de um consenso democrático, uma vez que os indivíduos se encontram enclausurados em suas próprias bolhas informativas”. Assim, a dinâmica digital desafia a construção de uma esfera pública robusta, onde o debate saudável e a diversidade de opiniões são fundamentais.

A moderação de conteúdo nas plataformas digitais é um aspecto crucial para a manutenção da saúde da esfera pública. As decisões sobre o que é permitido ou não nas redes sociais envolvem um equilíbrio delicado entre a proteção da liberdade de expressão e a necessidade de conter discursos de ódio e desinformação. Mendes e Fernandes (2020) também afirmam que “a moderação de conteúdo não é apenas uma questão técnica, mas uma questão ética que implica decisões sobre quais vozes e quais narrativas devem ser amplificadas ou silenciadas”. Essa dualidade apresenta um dilema para as plataformas, que devem navegar entre garantir a liberdade de expressão e proteger a integridade do debate público.

Outro fator a ser considerado é a performatividade nas interações online. As redes sociais incentivam os usuários a apresentar suas identidades de maneira que busquem aceitação e reconhecimento, o que pode afetar a autenticidade do discurso. Outrossim, Judith Butler (1997) sugere que “a identidade é moldada por práticas sociais”, e nas plataformas digitais, essa moldagem é intensificada pela busca de validação por meio de interações como curtidas e compartilhamentos. Essa funcionalidade pode levar a uma manifestação rasa, onde o valor da comunicação é frequentemente medido em termos de engajamento, em vez de conteúdo substancial. Como nota Turkle (2011), “a conexão não é sinônimo de intimidade”, indicando

que as interações digitais podem carecer da profundidade necessária para um diálogo verdadeiro.

Certifica-se que a crescente influência das plataformas digitais na vida pública, a interseção entre liberdade de expressão, moderação de conteúdo e educação digital se torna cada vez mais crucial para garantir que esses espaços virtuais cumpram seu papel democrático. A elaboração de um ambiente online que promova a troca genuína de ideias e respeite a diversidade de vozes requer um esforço conjunto de cidadãos, plataformas e instituições para que as redes sociais realmente funcionem como espaços públicos vitais para a democracia.

4 DESAFIOS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO NA ERA DIGITAL

A liberdade de expressão é um dos pilares fundamentais da democracia e da sociedade moderna, permitindo que os indivíduos compartilhem opiniões, debatam ideias e participem ativamente da vida pública. Contudo, na era digital, esse direito enfrenta novos desafios, especialmente diante da necessidade de conter discursos de ódio e desinformação, que podem corroer os valores democráticos. Essa tensão é frequentemente discutida a partir do conceito de paradoxo da tolerância, proposto pelo filósofo Karl Popper (1987), que examina os limites da tolerância em uma sociedade pluralista.

Defendida como um direito essencial para o desenvolvimento social e individual, a liberdade de expressão é sustentada pela ideia de que o livre fluxo de ideias é crucial para a busca da verdade e o progresso social (Mill, 1859). A censura e a repressão de ideias, mesmo aquelas impopulares ou controversas, limitam a capacidade dos cidadãos de refletir criticamente, reforçando assim suas crenças (Mill, 1859). Nesse contexto, a diversidade de opiniões emerge como um elemento central para a construção da harmonia e a manutenção de uma esfera pública saudável.

No entanto, a era digital introduziu novas complexidades à questão da liberdade de expressão. Plataformas digitais, como redes sociais e fóruns, facilitam a circulação de juízos, mas também se tornaram veículos para a vulgarização de notícias falsas e discursos de ódio. Esse fenômeno desafia a concepção tradicional de liberdade de expressão, exigindo uma reavaliação de como esse direito deve ser exercido e regulado. Assim, a era digital cria uma nova dinâmica para a liberdade de expressão, onde o volume e a velocidade da informação amplificam tanto os impactos positivos quanto os riscos de abusos (Mendes; Fernandes, 2020).

O conceito de paradoxo da tolerância, conforme exposto por Popper, ganha relevância na era digital. A partir de sua tese de que uma sociedade tolerante deve, paradoxalmente, ser

intolerante com a intolerância para proteger seus próprios valores e garantir sua sobrevivência (Popper, 1987), surge a reflexão sobre os limites desse direito. Permitir que pensamentos intolerantes se espalhem livremente pode levar à destruição da própria liberdade, uma vez que esses discursos extremistas têm o potencial de suprimir as liberdades de outros. Na era digital, esse paradoxo se intensifica, pois as plataformas online permitem que vozes intolerantes alcancem rapidamente um público global, criando um ambiente propício para que discursos extremistas e antidemocráticos ganhem força e influenciem a opinião pública (Gomes, 2021).

Nesse cenário, a questão central torna-se: até que ponto a liberdade de expressão deve ser preservada, mesmo diante de discursos que ameaçam essa própria liberdade? A resposta a essa pergunta não é simples e exige a consideração de aspectos éticos, práticos e legais.

A aplicação do paradoxo da tolerância à era digital apresenta desafios consideráveis. A internet, ao possibilitar a difusão de convicções de forma rápida e descontrolada, traz consigo o problema da pós-verdade e da desinformação, distorcendo a realidade e dificultando o discernimento entre fatos e ficção. Consequentemente, a era da pós-verdade enfraquece o debate público ao permitir que emoções e crenças pessoais substituam a evidência empírica (D'Ancona, 2018), prejudicando a qualidade do diálogo e comprometendo a confiança pública nas instituições democráticas.

Além disso, o uso massivo de algoritmos nas plataformas digitais intensifica o problema ao promover a formação de bolhas informacionais, que reforçam apenas as visões de mundo de cada usuário e limitam a exposição a perspectivas divergentes (Sunstein, 2001). Esse isolamento digital prejudica a esfera pública democrática, reduzindo a diversidade de ideias e dificultando o diálogo genuíno. Quando os usuários são constantemente expostos a informações que confirmam suas crenças, a intolerância em relação a pontos de vista opostos tende a crescer, alimentando polarizações e radicalizações que podem desestabilizar o tecido social.

Outro aspecto importante é a dificuldade de regulamentação. Embora a liberdade de expressão seja um direito protegido pela Constituição e por declarações de direitos humanos, é necessário ponderar até que ponto é apropriado regulamentar os discursos online sem comprometer esse direito fundamental. A normatização excessiva pode levar à censura, enquanto a ausência de regulamentação pode permitir que discursos de ódio e desinformação corroam o espaço democrático. Assim, essa dicotomia exige um olhar atento e criterioso sobre as práticas de moderação de conteúdo, que devem ser implementadas de maneira a respeitar os direitos fundamentais.

Destarte, a busca por um equilíbrio entre liberdade de expressão e responsabilidade é um tema central no debate sobre o paradoxo da tolerância na era digital. Mendes e Fernandes

(2020) sugerem que, para enfrentar os desafios contemporâneos, é necessário adaptar leis e políticas públicas a fim de proteger a liberdade de expressão, sem abrir espaço para abusos que comprometam os valores democráticos. Isso inclui a criação de mecanismos de moderação de conteúdo que identifiquem e limitem a disseminação de discursos de ódio e desinformação, sem prejudicar o direito ao debate e à diversidade de opiniões.

Habermas (1962) argumenta que uma esfera pública democrática exige a coexistência de diferentes vozes e a capacidade de dialogar e negociar diferenças. No entanto, essa visão depende de um meio onde o respeito e a tolerância sejam preservados. Para que isso seja possível, é fundamental que as plataformas digitais implementem diretrizes claras que incentivem um discurso ético e inclusivo, sem que isso se traduza em censura. As regulamentações podem incluir diretrizes sobre transparência algorítmica, permitindo que os usuários compreendam como seus dados são utilizados e como os conteúdos são recomendados.

Ao equilibrar liberdade de expressão e tolerância, é possível criar um ambiente onde pluralismo e diversidade de ideias possam florescer, enquanto se combate a disseminação de ideologias prejudiciais. No entanto, essa tarefa é complexa e exige colaboração entre governos, plataformas de mídia e a sociedade civil. Regulamentações que incentivem a transparência e promovam a educação digital são passos fundamentais para enfrentar o paradoxo da tolerância na era da informação.

As consequências de ignorar o paradoxo da tolerância podem ser graves. A falta de intervenção no ambiente digital pode permitir que ideologias extremistas ganhem força e que discursos polarizados corroam o espaço público. Por outro lado, intervenções excessivas podem comprometer a liberdade de expressão e os valores democráticos. Portanto, o desafio para a sociedade moderna é encontrar uma abordagem equilibrada que preserve o direito à liberdade de expressão, ao mesmo tempo em que impede que esse direito seja explorado para fins intolerantes ou antidemocráticos (Mendes; Fernandes, 2020).

Esse equilíbrio não é apenas uma questão legal ou política, mas uma questão moral que envolve a responsabilidade coletiva de cidadãos, plataformas e governos. Ao desenvolver um diálogo construtivo e respeitoso, a sociedade pode avançar na construção de um espaço público onde a liberdade de expressão seja genuinamente protegida, mas também guiada por um compromisso com a dignidade humana e a convivência pacífica. Assim, é imperativo que o debate sobre a liberdade de expressão na era digital não seja reduzido a uma simples dicotomia entre censura e liberdade, mas sim compreendido como um complexo campo de interações onde os direitos individuais e coletivos precisam ser cuidadosamente ponderados.

5 POLARIZAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIAL

A polarização e a fragmentação social emergem como fenômenos centrais na era digital, impactando profundamente a convivência e o debate público. Enquanto a digitalização promove o acesso à informação, também facilita a criação de ambientes segregados, onde indivíduos se reúnem em grupos homogêneos, reforçando suas crenças e reduzindo o contato com opiniões divergentes.

A polarização social refere-se ao aumento das divisões entre grupos, com visões cada vez mais extremas e opostas. Já a fragmentação social implica na separação de indivíduos em subgrupos que compartilham interesses e ideias semelhantes. Esses processos são interligados, pois a radicalização pode acentuar o esfacelamento, criando um ambiente onde a comunicação intergrupal se torna difícil. McCoy et al. (2018) apontam que “a polarização social não apenas intensifica o antagonismo entre grupos, mas também enfraquece as relações sociais, levando a uma menor coesão comunitária”.

Consequentemente, as redes sociais desempenham um papel crucial nesse cenário. Suas estruturas algorítmicas são projetadas para maximizar o engajamento, frequentemente promovendo conteúdos que se alinham com as crenças dos usuários. Essa personalização resulta na formação de bolhas de filtro, onde os usuários são expostos predominantemente a opiniões semelhantes, limitando a diversidade de perspectivas. Assim, “as bolhas de filtro criam um ambiente informacional que reforça as crenças pré-existentes, limitando o contato com visões alternativas” (Sunstein, 2001). Dessa forma, intensifica-se a polarização e perpetua-se a desinformação, dificultando o discernimento crítico entre informações verdadeiras e falsas.

Os efeitos da polarização na saúde democrática são particularmente prejudiciais. Em um ambiente polarizado, o diálogo, em vez de ser um meio de construção de entendimento mútuo, transforma-se em hostilidade. A disposição para ouvir perspectivas opostas diminui, gerando um clima de desconfiança, onde o outro é visto não apenas como alguém com uma opinião diferente, mas como um adversário. Esse processo também enfraquece a capacidade das sociedades de formar consenso sobre questões cruciais. Além disso, “a polarização pode levar à demonização do opositor, o que torna o diálogo civil impossível” (Mutz, 2006). A consequência é a erosão da convivência pacífica, o que, por sua vez, fragiliza as instituições democráticas, que dependem da capacidade de negociação, compreensão e compromisso.

A fragmentação social resulta em conexões superficiais e efêmeras entre indivíduos, onde a autenticidade das relações é frequentemente sacrificada em nome da performatividade online. As interações muitas vezes se orientam por expectativas de aceitação e validação, em

vez de um engajamento genuíno. Bauman (2000) argumenta que, na era da liquidez, “as relações sociais se tornam efêmeras, baseadas em interesses imediatos e em conexões superficiais, em vez de vínculos profundos e duradouros”. Esse cenário não apenas dificulta a construção de laços significativos, mas também enfraquece a capacidade de negociar diferenças e criar pontes entre perspectivas diversas, elementos essenciais para a formação de uma sociedade coesa.

Essas circunstâncias impactam diretamente a liberdade de expressão. Em um espaço onde a intolerância e o extremismo prevalecem, vozes divergentes podem ser silenciadas, não apenas por censura formal, mas pela pressão social e medo de represálias. Isso leva à autocensura, onde indivíduos hesitam em expressar opiniões não alinhadas com as do seu grupo, enfraquecendo a diversidade de ideias. Da mesma forma, “a polarização do discurso cria um ambiente em que a liberdade de expressão é ameaçada não apenas por forças externas, mas também pela própria dinâmica social” (Furedi, 2018). Nesse contexto, “uma esfera pública democrática exige a coexistência de diferentes vozes e a capacidade de dialogar e negociar diferenças”, enfatizando a importância de um espaço onde respeito e tolerância sejam preservados (Habermas, 2001).

Portanto, a polarização e a fragmentação social, amplificadas pela era digital, representam desafios significativos para a liberdade de expressão e a convivência democrática. Esses fenômenos não apenas dificultam o debate público, mas também criam uma atmosfera onde a coesão social e a capacidade de lidar com a diversidade são prejudicadas.

6 DESINFORMAÇÃO E PÓS-VERDADE NA ERA DIGITAL: IMPACTOS NA COESÃO SOCIAL E NO DEBATE DEMOCRÁTICO

Na era digital, a informação ocupa um papel central na dinâmica social e política. No entanto, essa ênfase também transforma a informação em uma ferramenta poderosa de manipulação e controle, especialmente quando distorcida para atender a interesses específicos. O fenômeno da fake news e o conceito de pós-verdade ilustram como os dados podem ser usados estrategicamente para influenciar a percepção pública e consolidar narrativas políticas, ideológicas ou econômicas.

O termo pós-verdade ganhou destaque nas últimas décadas, especialmente após 2016, quando movimentos populistas e campanhas políticas, baseadas em apelos emocionais e discursos simplificados, surgiram em detrimento de fatos objetivos. Mark D’Ancona (2018) destaca que vivemos em um período em que as emoções e crenças pessoais moldam mais a

formação das opiniões públicas do que a própria veracidade dos dados, resultando em um cenário pós-verdade, onde a linha entre fato e ficção se torna tênue e as fronteiras entre desinformação e falsificação de informação são intencionalmente obscurecidas.

Esse fenômeno contribui para a decadência da confiança nas instituições e na mídia, que historicamente desempenhavam o papel de mediadoras da verdade. Quando o valor da veracidade é relativizado, cria-se um espaço para a circulação de dados imprecisos, impulsionados pela repetição e pela ampla difusão nas redes sociais. Essa reconfiguração do valor da verdade representa uma ruptura com os padrões de autenticidade, onde o impacto e a viralização de uma mensagem se tornam mais relevantes do que sua precisão factual.

A manipulação informativa, definida como a disseminação deliberada de dados falsos com o intuito de enganar, tornou-se uma ferramenta potente para moldar comportamentos sociais e políticos. Além disso, a mensagem falsa cria uma realidade alternativa que disputa diretamente com a realidade objetiva, reduzindo a capacidade do público de distinguir entre o que é verdadeiro e o que é fabricado (D’Ancona, 2018). Essa distorção pode ser utilizada por grupos e indivíduos para manipular o debate público, promovendo ideologias, frequentemente extremistas.

Nesse contexto, Manuel Castells (1996) descreve a sociedade em rede como um espaço onde a comunicação é descentralizada, permitindo a proliferação de conteúdos, mas dificultando o controle de sua veracidade. Nesse ambiente, a fake news age de forma viral, utilizando a dinâmica das redes sociais para se espalhar rapidamente e alcançar um grande número de indivíduos. Muitas vezes, as notícias falsas são mais atraentes ou emocionalmente provocativas do que as verídicas, facilitando sua disseminação e ampliando seu impacto.

O uso da informação falsa como mecanismo de controle social reflete a sociedade de controle descrita por Foucault (1979), onde o poder é exercido de forma difusa e menos visível. No cenário da pós-verdade, a manipulação informativa serve para manipular a opinião pública, criando divisões e polarizações que enfraquecem o tecido social e minam a confiança nas estruturas democráticas. A exposição constante a dados contraditórios ou falsos não apenas confunde a sociedade, mas também gera um clima de desconfiança generalizada, dificultando a construção de consensos e a participação cidadã bem-informada.

As redes sociais desempenham um papel essencial na vulgarização da desinformação. Com algoritmos desenvolvidos para maximizar o engajamento, as plataformas promovem conteúdos com maior probabilidade de serem compartilhados, independentemente de sua veracidade. Além disso, os algoritmos personalizam o material que os usuários visualizam,

reforçando preconceitos e crenças existentes, ao mesmo tempo em que excluem perspectivas opostas, criando filtros-bolha (Pariser, 2011).

Essa estrutura de bolhas informacionais torna o usuário mais vulnerável à falsificação de informação, uma vez que tende a consumir e acreditar em conteúdo que confirmam suas crenças, sem ser exposto a fontes que apresentem informações contraditórias. Esse isolamento digital, fomentado pelos algoritmos, favorece a criação de realidades alternativas, nas quais a verdade é moldada conforme interesses específicos e preconceitos ideológicos.

Além disso, as características das redes sociais, como o anonimato e a velocidade de compartilhamento, dificultam a responsabilização pela criação e propalação de notícia falsa. Isso permite que notícias falsas sejam divulgadas de forma anônima e ágil, muitas vezes impedindo a identificação da fonte original e a responsabilização legal. Essa propagação descentralizada e difícil de controlar coloca em xeque a capacidade das sociedades contemporâneas de regular e mitigar os efeitos da fake news.

As consequências do conteúdo falso para a sociedade são vastas e impactantes. Ela prejudica o debate público, distorce a percepção da realidade e fragmenta a opinião pública, criando divisões profundas que enfraquecem a coesão social e o funcionamento democrático. Ademais, uma democracia depende de uma esfera pública na qual os cidadãos possam debater racionalmente os temas de interesse comum (Habermas, 2004). Contudo, em um ambiente saturado de notícia falsa, o espaço para o debate se deteriora, e a racionalidade é substituída por reações emocionais e polarização.

A desinformação também pode influenciar decisões políticas, manipulando o eleitorado e distorcendo processos democráticos. Campanhas de manipulação informativa são frequentemente usadas em contextos eleitorais para difamar candidatos, manipular a percepção pública e, em alguns casos, questionar a legitimidade dos próprios processos eleitorais. Esse tipo de intervenção afeta diretamente a qualidade da democracia, pois os cidadãos tomam decisões com base em informações distorcidas ou completamente falsas.

Outro impacto considerável é a desconfiança gerada nas instituições e na mídia. À medida que a falsificação informacional se torna mais disseminada, os indivíduos começam a questionar a veracidade de todas as informações, mesmo aquelas provenientes de fontes confiáveis. Esse fenômeno de erosão da confiança enfraquece o papel das instituições democráticas e da mídia, resultando em uma sociedade fragmentada, onde a própria noção de verdade se torna relativa e o discurso público se transforma em um campo de batalhas ideológicas polarizadas.

Para enfrentar o desafio da desinformação na era da pós-verdade, é essencial que as sociedades adotem estratégias amplas de combate e prevenção. Uma abordagem promissora é o fortalecimento do letramento digital, que envolve a capacidade de identificar fontes confiáveis, compreender o funcionamento dos algoritmos e desenvolver uma visão crítica em relação às informações consumidas. A educação para o letramento digital e a conscientização sobre a informação falsa são iniciativas fundamentais para capacitar os cidadãos a navegar de forma responsável no ambiente digital e reconhecer conteúdos manipulados ou enganosos.

Além disso, Mendes e Fernandes (2020) argumentam que uma regulamentação apropriada das plataformas digitais é necessária para limitar a disseminação de conteúdos falso. Medidas como a transparência algorítmica, a responsabilização das plataformas e o monitoramento de conteúdos sensíveis podem ajudar a reduzir os efeitos nocivos da falsificação de informação. Contudo, é importante que essas regulamentações sejam aplicadas de maneira equilibrada, evitando a censura excessiva e protegendo o direito à liberdade de expressão.

A combinação de letramento digital e regulamentação pode, portanto, ser uma solução eficaz para mitigar os impactos da notícia falsa na sociedade. Embora a desinformação seja um problema complexo, essas estratégias permitem que as sociedades promovam um ambiente mais informado e menos suscetível à manipulação, preservando a integridade da esfera pública e o debate democrático.

7 MOVIMENTOS SOCIAIS E LIBERDADE DIGITAL

A liberdade digital tem desempenhado um papel imprescindível na mobilização e organização de movimentos sociais contemporâneos. As plataformas digitais oferecem um espaço único para a troca de ideias, a conscientização sobre causas sociais e a mobilização de indivíduos em torno de objetivos comuns. Nesse contexto, diversas manifestações de luta por direitos civis, justiça social e igualdade de gênero têm se beneficiado da acessibilidade e da rapidez proporcionadas pela internet. Verifica-se que, “as redes digitais têm um poder transformador de caráter global, permitindo a mobilização de massas e a reorganização de movimentos sociais em uma escala sem precedentes” (Castells, 2012).

Entretanto, essa liberdade digital não está isenta de complexidades e contradições. Conquanto, a internet favoreça a comunicação imediata e global, ela também cria uma “sensação de pertencimento volátil e fragmentado” (Bauman, 2000), em que a mobilização social, embora ágil, tende a se dissipar rapidamente. Assim, embora a velocidade e o alcance

das correntes digitais ofereçam uma vantagem estratégica, a eficácia e a permanência dessas mobilizações podem ser temporárias e instáveis.

Por outro lado, a liberdade digital, ao contrário de representar uma verdadeira emancipação, frequentemente se converte em uma forma de autocontrole. Como afirma Han (2015), “os indivíduos são simultaneamente livres e vigiados, em um ciclo constante de autoexploração”. Nesse contexto, as redes sociais, embora possibilitem a expressão individual, também fomentam um controle interno, em que a liberdade aparente se torna, muitas vezes, uma ilusão, sustentada pela vigilância contínua e pela incessante busca por validação social.

As mídias digitais têm, ainda, o potencial de ampliar o alcance das causas sociais. Hashtags, campanhas virais e vídeos impactantes são algumas das ferramentas utilizadas para atrair a atenção para questões relevantes e galvanizar apoio. Movimentos como #BlackLivesMatter e #MeToo exemplificam como a liberdade digital pode, de fato, catalisar ações coletivas, permitindo que as demandas por justiça social ultrapassem fronteiras geográficas e culturais e alcancem uma escala global.

Contudo, a liberdade digital também impõe desafios significativos. A vigilância estatal e a censura são ameaças constantes, especialmente em regimes autoritários, onde a liberdade de expressão é frequentemente cerceada. Ativistas enfrentam repressões tanto online quanto offline, o que torna a segurança virtual uma preocupação primordial. Além disso, a proliferação de desinformação pode prejudicar a integridade das mensagens de resistência e criar confusão no público.

As redes sociais têm o poder de formar comunidades em torno de causas comuns, permitindo que indivíduos compartilhem experiências e se apoiem mutuamente. Essa solidariedade digital é fundamental para a construção de um senso de pertencimento e para a resistência contra opressões sistêmicas (Pinheiro-Machado; Freixo, 2020). Grupos marginalizados, que muitas vezes encontram dificuldade em acessar espaços convencionais de diálogo, podem agora se organizar e ganhar voz através dessas plataformas.

A luta pela liberdade online está intimamente ligada à defesa da liberdade de expressão. Correntes sociais frequentemente se veem confrontados com tentativas de silenciamento e censura, defendendo o acesso a um espaço livre de debate como um pilar essencial da democracia. Levando a questionar o papel das ferramentas digitais na proteção da liberdade de expressão, enquanto enfrentam o desafio de controlar discursos de ódio e desinformação.

À medida que a tecnologia evolui, os movimentos sociais também precisam se adaptar. O uso de inteligência artificial, análise de dados e novas formas de comunicação digital abrem novas possibilidades para a mobilização, mas também apresentam desafios éticos e práticos. O

futuro da liberdade digital e dos movimentos sociais dependerá da capacidade de equilibrar inovação tecnológica com os princípios fundamentais de liberdade e justiça.

Desse modo, os pensamentos sociais contemporâneos estão profundamente entrelaçados à liberdade virtual. Embora essa liberdade abra novas possibilidades para a organização e a expressão, ela também exige vigilância constante para proteger os direitos dos ativistas e garantir que suas vozes sejam ouvidas em um ambiente digital cada vez mais complexo e dinâmico.

8 CONCLUSÃO

A internet desempenha um papel vital na cultura e na tecnologia, moldando a sociedade e criando novas formas de interação. Entretanto, enfrenta desafios significativos, como a propagação de informações falsas, que resulta da ênfase na apresentação em detrimento da precisão. Para lidar com essas questões, Mendes e Fernandes (2020) destacam a necessidade de adaptar as legislações a fim de proteger os direitos digitais. A liberdade de expressão, garantida pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, é particularmente vulnerável no ambiente online, onde a disseminação de informações falsas e a incitação ao ódio complicam sua prática. Portanto, abordar esses problemas é fundamental para equilibrar os direitos individuais e a ordem democrática.

Nesse sentido, a implementação de regulamentos que ajustem as leis às realidades da internet é essencial para salvaguardar os valores democráticos e combater abusos. As transformações nas relações sociais trazidas pela era digital desafiam a capacidade dos indivíduos de construir laços significativos e de sustentar uma convivência baseada no respeito mútuo e no pluralismo. Embora a cibercultura democratize o acesso à informação, ela também tende a fragmentar a coletividade em grupos isolados e polarizados, priorizando a performatividade em detrimento da autenticidade.

Para enfrentar esses desafios, é imperativo promover um uso ético e crítico das redes sociais, por meio de políticas que incentivem a transparência dos algoritmos e a educação digital. Essa capacitação permitirá que os cidadãos naveguem conscientemente nesse espaço complexo. A criação de uma sociabilidade virtual ética requer que governos, plataformas e usuários assumam uma responsabilidade coletiva na preservação da coesão social e da diversidade de ideias, que são essenciais para a saúde da democracia.

A liberdade de expressão na era digital é um tema complexo, especialmente à luz do paradoxo da tolerância. As transformações nas interações sociais provocadas pela internet

intensificam os dilemas sobre até que ponto as sociedades democráticas devem permitir discursos potencialmente prejudiciais. Diante do exposto, a busca por uma regulamentação equilibrada é essencial para proteger o ambiente democrático, garantindo que a liberdade de expressão permaneça um direito essencial, sem se transformar em um veículo para a intolerância que possa dismantelar o tecido social que a sustenta.

A desinformação e a era da pós-verdade representam um dos maiores obstáculos para a sociedade contemporânea, afetando não apenas o debate público, mas também a coesão social e a qualidade da democracia. Assim, estratégias de combate à fake news, fundadas em educação digital e normatização equilibrada, são imprescindíveis para restaurar a confiança nas instituições e fortalecer a esfera pública. Somente por meio de uma abordagem ampla e coordenada será possível enfrentar o desafio da desinformação e proteger os valores fundamentais da sociedade democrática.

Embora as mídias online tenham o potencial de servir como espaços públicos vibrantes, essa promessa vem acompanhada de adversidades significativas. A radicalização, a desinformação e a performatividade podem prejudicar a qualidade do debate e limitar a eficácia dessas ferramentas como arenas de discussão participativa.

Portanto, a implementação de práticas de moderação ética e a promoção de uma educação digital são passos medulares para garantir que esses ambientes virtuais cumpram sua função de promover a participação cívica e a troca construtiva de ideias. Assim, é imperativo que a sociedade civil, os governos e as empresas de tecnologia trabalhem juntos para criar um ecossistema online que valorize a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, proteja os valores democráticos essenciais.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. *Community: Seeking Safety in an Insecure World*. Polity Press, 2000.

BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. New York: Routledge, 1997.

D'ANCONA, Mark. *Pós-Verdade: O Tempo da Mentira*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

EMPOLI, Giuliano Da. *Os Engenheiros do Caos*. 1ª ed. Editora Vestígio, 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. 1ª ed. Editora Leya, 2013.

FUREDÌ, F. *How Fear Works: Culture of Fear in the 21st Century*. Bloomsbury Publishing, 2018.

FUKUYAMA, Francis. *Identidade: A demanda por dignidade e as políticas do ressentimento*. Rocco, 2019.

GOMES, Juan Pablo Ferreira. *O paradoxo da (in) tolerância em Karl Popper e os limites-fronteiras do discurso de ódio*. Revista Brasileira de Filosofia do Direito, v. 7, n. 2, p. 18-34, 2021.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (Vol. 3): Maquiavel. Notas sobre o estado e a política*. Civilização Brasileira, 2023.

HABERMAS, Jürgen. *Fakta und Normen: Beiträge zur Diskurstheorie der Demokratie*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 1ª ed. Editora Unesp, 2014.

_____. *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. 1ª ed. Editora Unesp, 2023.

_____. *A inclusão do outro*. 1ª ed. Editora Unesp, 2018.

_____. *Teoria da ação comunicativa: Racionalidade da ação e racionalização social*. 1ª ed. Editora Unesp, 2022.

_____. *Teoria da ação comunicativa: Para a crítica da razão funcionalista*. 1ª ed. Editora Unesp, 2022.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 1ª ed. v. 01, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1997.

_____. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. 1ª ed. v. 02, Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2003.

HAN, Byung-Chul. *Infocracia: Digitalização e a Crise da Democracia*. 1ª ed. Editora Vozes, 2022.

LÉVY, Pierre. *Cibercultura: Ensaio sobre a Sociedade da Informação*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MENDES, Gilmar; FERNANDES, Pedro. *Constitucionalismo Digital: O Futuro da Constituição na Era da Informação*. São Paulo: Editora Saraiva, 2020.

MENDES, E.; FERNANDES, F. *The Challenges of Moderating Content in Digital Platforms*. Media, Culture & Society, v. 42, n. 7-8, p. 1333-1349, 2020.

MCCOY, K.; RAHMAN, K.; SOMER, M. *Polarization and the Global Rise of Authoritarianism*. Journal of Democracy, v. 29, n. 4, p. 5-19, 2018.

MUTZ, D. C. *Hearing the Other Side: Deliberative Versus Participatory Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

PARISER, Eli. *O Filtro Invisível: O Que a Internet Está Escondendo de Você*. 1ª ed. Editora Companhia das Letras, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rafael; FREIXO, Gustavo. *O fenômeno bolsonarista: uma análise sociopolítica*. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 12, n. 1, p. 1-23, 2020.

POPPER, Karl. *A Sociedade Aberta e Seus Inimigos*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1987.

SUNSTEIN, C. R. *Republic.com*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TUFEKCI, Z. *Twitter and Tear Gas: The Power and Fragility of Networked Protest*. New Haven: Yale University Press, 2017.

DO GOVERNO BOLSONARO AO PÓS-GOVERNO: A Guerra Cultural e sua continuidade na Política Brasileira (2018-2023)

Mirela de Jesus Gerônimo (UFS)¹²⁰
Bruno Silva Santana (UFS)¹²¹

Resumo: O artigo analisa a continuidade e evolução da guerra cultural no Brasil de 2018 a 2023, abordando seu papel central na política contemporânea, especialmente durante e após o governo Bolsonaro. A guerra cultural é vista como um mecanismo de polarização social, fortalecido pela comunicação digital e pela atuação legislativa de deputados bolsonaristas. O estudo identifica estratégias de retórica e mobilização que perpetuam a divisão social e dificultam o diálogo democrático, transformando o debate público em uma arena de confronto ideológico. Além disso, o texto destaca o papel das redes sociais na disseminação de narrativas polarizadoras e a consolidação de identidades conservadoras. Por fim, enfatiza que a guerra cultural transcende o período de Bolsonaro, sendo um fenômeno adaptativo e de longo prazo com implicações para a democracia e a coesão social no Brasil.

Palavras-chave: Guerra cultural Polarização, Governo Bolsonaro, Democracia, Retórica de ódio, Política brasileira.

Abstract: The article examines the continuity and evolution of the cultural war in Brazil from 2018 to 2023, focusing on its central role in contemporary politics, especially during and after Bolsonaro's administration. The cultural war is presented as a mechanism of social polarization, reinforced by digital communication and the legislative actions of Bolsonaro-aligned congressmen. The study identifies rhetorical and mobilization strategies that perpetuate social division and hinder democratic dialogue, turning public debate into an arena of ideological confrontation. Moreover, the text highlights the role of social media in spreading polarizing narratives and consolidating conservative identities. Finally, it emphasizes that the cultural war transcends Bolsonaro's tenure, representing an adaptive and long-term phenomenon with significant implications for democracy and social cohesion in Brazil.

Keywords - Cultural war, Polarization, Bolsonaro government, Democracy, Hate rhetoric , Brazilian politics.

¹²⁰ Doutoranda em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFS) na Universidade Federal de Sergipe.

¹²¹ Doutorando em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFS) na Universidade Federal de Sergipe.

1 INTRODUÇÃO

A guerra cultural, um conceito que se refere a conflitos ideológicos e valores em uma sociedade polarizada, tornou-se uma dinâmica central na política brasileira, especialmente durante e após o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). O termo, que ganhou destaque nas décadas de 1990 e 2000 nos Estados Unidos, descreve a luta entre diferentes grupos sociais e políticos que disputam a definição de valores, normas e ideologias que devem prevalecer na sociedade. Esse fenômeno é particularmente relevante em contextos onde mudanças sociais, políticas e econômicas profundas geram insegurança e reações adversas em segmentos da população.

No Brasil, a guerra cultural ganhou novos contornos com a ascensão de Bolsonaro ao poder, que se apoiou em uma retórica conservadora para mobilizar uma base eleitoral significativa. Através de um discurso que ressoava com anseios por valores tradicionais, segurança e a rejeição do que considerava a "ideologia de gênero" e outros avanços sociais, Bolsonaro conseguiu galvanizar apoio e legitimar sua agenda política. Assim, a guerra cultural não apenas se tornou uma estratégia de campanha, mas uma ferramenta de governança que desvia a atenção das falhas administrativas e das crises sociais.

Este artigo examina a persistência e a evolução da guerra cultural no Brasil, concentrando-se em como as estratégias e narrativas desenvolvidas durante o governo Bolsonaro continuam a moldar a política e a sociedade brasileiras no período pós governo. Mesmo após a saída de Bolsonaro da presidência, ele e seus aliados mantêm uma influência significativa, especialmente por meio das redes sociais e da atuação no Congresso Nacional. As redes sociais, em particular, desempenham um papel crucial na disseminação de informações e desinformações, permitindo que narrativas polarizadoras se propaguem rapidamente e que uma base conservadora se mantenha mobilizada.

Ao investigar a guerra cultural no Brasil, este estudo busca não apenas entender suas origens e características, mas também explorar suas consequências a longo prazo para o debate público e a formulação de políticas. A análise se fundamenta em uma abordagem mista, combinando uma revisão teórica da literatura sobre guerra cultural com a análise de dados de redes sociais e discursos parlamentares. O foco recai sobre como a retórica da guerra cultural é utilizada para estabelecer dicotomias morais simplistas, enfraquecer discussões sobre políticas públicas e fortalecer a identidade política de grupos conservadores.

Além disso, a pesquisa considera as implicações sociais e políticas da continuidade da guerra cultural. A polarização que caracteriza este fenômeno não apenas fragmenta a sociedade,

mas também diminui a capacidade de diálogo e consenso em torno de questões cruciais, como direitos humanos, educação e saúde. A análise dos discursos e das práticas políticas revela como a guerra cultural tem sido um instrumento eficaz para desviar a atenção das falhas de governo e para a manutenção de uma agenda conservadora que pode limitar o progresso social e político no Brasil.

Assim, este artigo busca contribuir para um entendimento mais profundo da guerra cultural no contexto brasileiro, destacando sua relevância para a política contemporânea e suas implicações para o futuro da democracia no país.

2 A GUERRA CULTURAL: CONCEITOS E TEORIAS

A guerra cultural, como fenômeno social e político, refere-se a um conjunto de conflitos ideológicos que emergem em sociedades marcadas por divisões profundas sobre questões de identidade, moralidade e valores. Segundo Hunter (1991), a guerra cultural é uma luta por significados e valores, onde grupos sociais tentam impor suas visões de mundo a um espaço público fragmentado. Essa luta não se limita a disputas eleitorais, mas se estende a todos os aspectos da vida social, desde a educação até a mídia, passando por questões de raça, gênero e sexualidade.

A partir da década de 1990, especialmente nos Estados Unidos, o conceito de guerra cultural passou a ser utilizado para descrever a polarização crescente em torno de questões como direitos civis, aborto e educação sexual. De acordo com Fiorina e seus colegas (2006), a narrativa da guerra cultural se torna uma ferramenta poderosa para mobilizar apoio, uma vez que apela a emoções e identidades, criando um ambiente propício para a radicalização das posições políticas.

No contexto brasileiro, a guerra cultural começou a ganhar destaque com a ascensão de movimentos sociais e da nova direita, especialmente a partir de 2013. A partir desse período, a política brasileira se tornou um campo de batalha cultural, com a polarização se intensificando em resposta a movimentos sociais progressistas e à resistência a avanços em direitos humanos. Almeida (2019) argumenta que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 representou um ponto de inflexão, onde a guerra cultural se tornou uma estratégia central de mobilização política.

2.1 A Guerra Cultural e o Conservadorismo Brasileiro

A adaptação da guerra cultural ao contexto brasileiro está intimamente ligada ao crescimento do conservadorismo religioso, particularmente ao evangelicalismo, que nas últimas décadas emergiu como uma força política significativa. Esse movimento é impulsionado tanto pela expansão demográfica das denominações evangélicas quanto pela sua crescente capacidade de articulação política. Como observa Santos (2019), os grupos evangélicos, ao se unirem a partidos políticos conservadores, formaram uma coalizão poderosa que utiliza a retórica da guerra cultural como instrumento para legitimar sua agenda e, ao mesmo tempo, deslegitimar seus adversários. Essa coalizão, longe de ser meramente circunstancial, se constrói sobre uma base ideológica sólida, fundamentada em uma visão moral conservadora que busca restaurar os valores tradicionais em uma sociedade percebida como moralmente em decadência. Para esses grupos, a guerra cultural se torna uma ferramenta essencial para combater o que veem como a corrosão dos pilares fundamentais da sociedade, como a família, a religião e a nação.

A influência desses grupos sobre o cenário político brasileiro tem sido notável, e não se limita apenas à formulação de políticas públicas. A guerra cultural, nesse contexto, torna-se também uma batalha pelo controle dos discursos que definem o que é socialmente aceitável. A pesquisa de Dias (2019) destaca que essa reconfiguração do espaço público brasileiro resulta em uma disputa que vai além dos valores culturais e se estende para uma verdadeira luta por poder político e controle social. Nesse processo, a política cultural passa a desempenhar um papel central na polarização da sociedade, alimentando tensões e aprofundando divisões já existentes.

Um dos principais efeitos dessa polarização é a dificuldade de se promover um debate público saudável e construtivo sobre questões cruciais para o desenvolvimento do país, como educação, saúde e direitos humanos. Temas complexos, que exigiam discussões profundas e ponderadas, são reduzidos a dicotomias simplistas por meio da retórica da guerra cultural, onde o "certo" e o "errado" são definidos em termos absolutos, intransigentes. Tal postura dificulta a busca por soluções consensuais, já que qualquer tentativa de diálogo ou negociação é vista como uma ameaça à "verdade" defendida por um dos lados.

Essa estratégia, muitas vezes articulada nas redes sociais e em discursos públicos, serve não apenas para mobilizar as bases eleitorais conservadoras, mas também para manter a coesão interna dos grupos que compartilham dessa visão de mundo. A simplificação dos debates, promovida pela retórica polarizadora, cria um ambiente onde o "outro" é constantemente visto como inimigo, o que impede a construção de pontes e o desenvolvimento de políticas que atendam aos interesses de uma sociedade diversa e plural.

A guerra cultural no Brasil, portanto, não se limita ao campo das ideias, mas envolve uma disputa real e concreta pelo poder e pela definição dos rumos do país. Essa luta, embora intensificada nos últimos anos, é parte de uma longa trajetória de embates políticos e ideológicos que moldam a sociedade brasileira. O papel do conservadorismo religioso, especialmente o evangelicalismo, nesse processo é central, uma vez que sua influência sobre as esferas política e social tem sido determinante na forma como o debate público tem se desenrolado no Brasil contemporâneo. Como tal, compreender essa dinâmica é fundamental para se analisar não apenas a atual conjuntura política, mas também os desafios futuros para a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

3 REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÃO CULTURAL: A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO DIGITAL NA GUERRA CULTURAL

A ascensão das redes sociais revolucionou a dinâmica da guerra cultural no Brasil, transformando profundamente os mecanismos de mobilização política e cultural. O ambiente digital, caracterizado pela instantaneidade e pelo alcance massivo, tornou-se um campo fértil para a disseminação de narrativas polarizadoras, permitindo que grupos

conservadores expandissem sua influência de maneira rápida e eficaz. A pesquisa de Fernandes (2020) sobre o fenômeno da pós-verdade ilustra como a desinformação tem se configurado como uma ferramenta central para moldar a opinião pública, manipulando fatos e distorcendo a realidade para atender a interesses políticos específicos.

Nesse cenário, as redes sociais desempenham um papel duplo: por um lado, democratizam o acesso à informação e dão voz a diversos grupos; por outro, criam um ambiente propício para a propagação de teorias da conspiração e de informações distorcidas. O caráter viral dessas plataformas, combinado com algoritmos que favorecem conteúdos emocionais e polarizadores, torna a desinformação particularmente perigosa, já que ela não apenas circula com grande velocidade, mas também influencia diretamente as percepções políticas e sociais da população. A desinformação, nesse contexto, não é um acidente ou uma falha, mas sim uma estratégia deliberada usada para manipular o debate público, polarizando ainda mais as discussões políticas e sociais.

Santos (2021) acrescenta que a comunicação digital não apenas amplia o alcance da mensagem conservadora, mas também facilita a formação de comunidades de apoio ideológico que reforçam identidades políticas. Essas comunidades funcionam como "câmaras de eco", onde os participantes são constantemente expostos a opiniões semelhantes às suas, o que acaba

por reforçar suas convicções e criar uma visão de mundo homogênea e resistente a críticas. As câmaras de eco, ao isolar os indivíduos de perspectivas divergentes, contribuem para o aumento da polarização social, pois cada grupo se sente validado em sua visão de mundo, sem necessidade de confrontar ou questionar suas crenças.

Essas comunidades digitais desempenham um papel fundamental na perpetuação da guerra cultural, já que elas fortalecem a sensação de pertencimento e identidade política entre seus membros. Ao reforçarem constantemente as narrativas conservadoras e ao promoverem a ideia de que há uma luta constante contra inimigos externos (sejam eles o "globalismo", o "marxismo cultural" ou qualquer outra forma de ameaça percebida), essas plataformas ajudam a solidificar alianças políticas e a mobilizar eleitores de maneira eficaz. A retórica do "nós contra eles" presente nessas comunidades cria um ambiente onde o diálogo e o debate se tornam quase impossíveis, pois qualquer tentativa de mediação é vista como uma traição aos valores defendidos pelo grupo.

Além disso, o uso estratégico de bots, fake news e campanhas coordenadas amplifica ainda mais o alcance dessas mensagens, muitas vezes utilizando tecnologias sofisticadas de microtargeting para atingir públicos específicos com discursos personalizados. Isso significa que as redes sociais, longe de serem apenas uma plataforma neutra para o compartilhamento de informações, são ativamente moldadas por atores políticos que têm interesse em promover divisões e em manter uma base eleitoral mobilizada e leal.

A dinâmica digital da guerra cultural também tem efeitos diretos sobre a formulação de políticas públicas e o debate legislativo. Temas como educação sexual, políticas de gênero, direitos humanos e até mesmo medidas de saúde pública são frequentemente discutidos no ambiente digital sob uma ótica altamente polarizada, o que dificulta a criação de consensos e soluções baseadas em evidências. A politização dessas questões, alimentada pelas redes sociais, transforma o debate político em uma arena de batalha moral, onde argumentos racionais muitas vezes são substituídos por apelos emocionais e simplificações retóricas.

Em suma, a adaptação das redes sociais como ferramenta central na guerra cultural no Brasil demonstra como as tecnologias de comunicação contemporâneas não apenas refletem as tensões políticas existentes, mas também as intensificam e transformam. Essas plataformas digitais permitem que narrativas simplistas, polarizadoras e frequentemente desinformativas se espalhem em velocidade e alcance sem precedentes, atingindo públicos diversificados e criando bolhas de informação que reforçam preconceitos e visões de mundo unilaterais.

Além de facilitarem a propagação de conteúdos polarizadores, as redes sociais promovem um cenário de radicalização política ao estimular interações em que o diálogo e a

troca genuína entre perspectivas diferentes se tornam cada vez mais escassos. Os algoritmos dessas plataformas tendem a privilegiar conteúdos que geram engajamento, o que frequentemente significa impulsionar publicações que despertam reações emocionais intensas, contribuindo para a formação de nichos onde os usuários têm pouco contato com opiniões contrárias. Esse fenômeno gera a chamada "câmara de eco", na qual os indivíduos são expostos, repetidamente, a informações e opiniões que confirmam suas próprias crenças, dificultando o desenvolvimento de uma visão crítica e plural.

Compreender essa dinâmica é essencial para qualquer análise aprofundada sobre a perpetuação e evolução da guerra cultural no Brasil, especialmente no que diz respeito ao papel das redes sociais na construção de identidades políticas. As plataformas digitais não apenas influenciam a forma como os indivíduos se identificam politicamente, mas também facilitam a mobilização em massa e a organização de grupos com interesses específicos, promovendo ações coletivas que repercutem tanto no ambiente online quanto no cenário social e político offline. Assim, as redes sociais configuram-se não apenas como um meio de comunicação, mas como um espaço de disputa e construção de significados, onde a identidade e as lealdades políticas são continuamente redefinidas e reforçadas.

4 IDENTIDADE POLÍTICA E RETÓRICA DE ÓDIO: A CONSTRUÇÃO DO "OUTRO" NA GUERRA CULTURAL

A guerra cultural no Brasil é profundamente vinculada à construção de identidades políticas que se formam em oposição a um "outro" percebido como inimigo ou ameaça. Essa dinâmica é central para o funcionamento da retórica de ódio, amplamente utilizada por atores políticos na esfera pública. Rocha (2021) explora como essa retórica visa não apenas deslegitimar adversários, mas também consolidar e fortalecer identidades políticas conservadoras. Esse processo de construção identitária ocorre em resposta a mudanças sociais que desafiam as normas e os valores tradicionais, como o reconhecimento de direitos para minorias, o avanço da agenda progressista e o questionamento das estruturas patriarcais.

A retórica de ódio cumpre a função de simplificar a complexidade dos debates sociais e políticos, criando uma divisão binária entre "nós" e "eles". O "outro", frequentemente representado por grupos progressistas, minorias e defensores dos direitos humanos, é retratado como uma ameaça à ordem social, aos valores familiares e às tradições religiosas. Essa construção simbólica é eficaz na mobilização de eleitores e simpatizantes, uma vez que estimula emoções como o medo e a indignação. Dessa forma, a retórica de ódio não apenas polariza a

sociedade, mas também legitima ações políticas que buscam reverter as mudanças sociais vistas como indesejáveis pelos setores conservadores.

Rocha (2021) destaca que esse discurso de ódio contribui para a formação de uma identidade coletiva conservadora, que se define pela defesa de uma moralidade rígida e de princípios tidos como inegociáveis. A guerra cultural, nesse sentido, vai além da disputa política: ela se transforma em uma batalha pela definição do que é certo e errado, justo e injusto, bom e mau. A criação desse inimigo comum é essencial para fortalecer a coesão interna dos grupos conservadores e manter a sua mobilização constante em torno de questões como família, religião e nacionalismo.

5 FRAGMENTAÇÃO SOCIAL E ESTRATÉGIAS DE UNIFICAÇÃO CONSERVADORA

A análise de Souza (2014) sobre a pluralidade de movimentos conservadores e a fragmentação social no Brasil revela que a guerra cultural tem sido uma estratégia eficaz para articular interesses divergentes sob uma bandeira comum. Embora existam diferentes facções dentro do campo conservador – evangélicos, católicos tradicionalistas, liberais econômicos e nacionalistas, por exemplo – a retórica da guerra cultural permite que essas diferentes correntes se unam em torno de questões culturais e morais. Assim, a guerra cultural funciona como um mecanismo de coesão, ao mesmo tempo em que mascara as divergências internas, ao priorizar uma narrativa que defende a manutenção ou restauração de uma ordem social percebida como ameaçada.

Esse fenômeno de unificação em torno de uma causa comum pode ser observado em eventos como as manifestações contra o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a "ideologia de gênero", temas que, embora diferentes em sua essência, são conectados pela defesa dos valores conservadores. Souza (2014) argumenta que a guerra cultural fornece a linguagem e os símbolos necessários para que esses grupos conversem entre si e alinhem suas agendas, permitindo a formação de uma coalizão política robusta e capaz de exercer influência significativa nas esferas legislativa e executiva.

Além disso, a retórica cultural não apenas mobiliza apoio, mas também cria uma narrativa unificada que legitima a ação política. Ao apresentar a luta pela moralidade e pelos valores tradicionais como uma cruzada contra a degeneração social, líderes conservadores conseguem galvanizar o apoio de diversos segmentos da população, transformando questões políticas em causas morais. Essa legitimação é crucial para a sobrevivência política desses

grupos, uma vez que lhes permite justificar políticas excludentes e regressivas sob o manto da defesa da tradição e da ordem.

6 DESAFIOS E IMPLICAÇÕES DA GUERRA CULTURAL: IMPACTOS NA DEMOCRACIA E NO DEBATE PÚBLICO

Os desafios impostos pela guerra cultural são profundos e têm implicações significativas para a democracia e a coesão social no Brasil. A polarização exacerbada pelos conflitos culturais não apenas divide a sociedade em campos opostos, mas também mina a capacidade de diálogo entre diferentes grupos. A pesquisa de Della Cava (2021) argumenta que a guerra cultural compromete a qualidade do debate público, transformando discussões complexas em batalhas ideológicas simplificadas. Essa simplificação impede o tratamento adequado de questões cruciais, como políticas de saúde, educação e direitos humanos, pois o foco é desviado para a preservação ou rejeição de valores culturais.

A retórica polarizadora também dificulta a formulação de políticas públicas eficazes, uma vez que transforma o campo político em um espaço de confronto, onde o compromisso e a negociação são vistos como fraqueza ou traição. Em vez de buscar soluções consensuais que atendam às necessidades da população, a política se torna uma disputa de poder, na qual a vitória de um lado implica a derrota total do outro. Esse cenário contribui para a estagnação do debate público e para a paralisia política, como apontado por Hunter (1991). O resultado é a inação governamental, especialmente em áreas onde o consenso é crucial para o progresso social e econômico.

Além disso, a polarização alimentada pela guerra cultural tem efeitos diretos na fragmentação social. Ao dividir a sociedade em "amigos" e "inimigos", o debate público deixa de ser um espaço de construção coletiva e passa a ser uma arena de conflito constante. A desinformação, amplificada pelas redes sociais e pelas estratégias de comunicação política, agrava essa situação, tornando difícil a construção de um projeto político inclusivo e progressista. Como sugere Hunter (1991), a incapacidade de alcançar um consenso em meio à guerra cultural pode levar a um estado de paralisia política e social, com graves consequências para a governabilidade e para a coesão social.

Em suma, a guerra cultural no Brasil contemporâneo representa não apenas uma luta por valores e identidades, mas também um instrumento de poder político que molda profundamente a dinâmica das relações sociais e políticas. Compreender suas causas e

implicações é fundamental para avaliar os desafios que o país enfrenta em termos de governabilidade, democracia e construção de um debate público saudável e inclusivo.

7 A CONTINUIDADE DA GUERRA CULTURAL NO PÓS-GOVERNO BOLSONARO: ESTRATÉGIAS E IMPLICAÇÕES

Com o fim do governo Bolsonaro, a guerra cultural não cessou, mas se consolidou como um fenômeno persistente e central na política brasileira contemporânea. A transição de liderança não diminuiu a intensidade dos conflitos culturais, demonstrando que as dinâmicas polarizadoras e as narrativas conservadoras continuaram a influenciar o cenário político. A literatura sobre conservadorismo no Brasil e em outros contextos, como a pesquisa de Souza (2014), sugere que a guerra cultural é uma estratégia de longo prazo que sobrevive à saída de líderes carismáticos, mantendo-se como uma força motriz por meio de grupos sociais e políticos organizados.

Essa continuidade pode ser explicada pela pluralidade de movimentos conservadores e a fragmentação social, que atuam como vetores para a perpetuação do conflito cultural. Embora Bolsonaro tenha sido o catalisador de muitas das divisões e debates que marcaram seu mandato, a estrutura subjacente da guerra cultural já estava em formação, como indicam diversos estudos (Rocha, 2021; Souza, 2014). Esses movimentos conservadores, compostos por evangélicos, nacionalistas e defensores de uma moralidade tradicional, não dependem exclusivamente de uma figura política, mas são sustentados por uma ampla rede de alianças políticas e culturais.

8 ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO DIGITAL E ATUAÇÃO LEGISLATIVA

Um dos fatores mais importantes para a continuidade da guerra cultural no pós-Bolsonaro é o papel central das redes sociais e da comunicação digital. A pesquisa de Fernandes (2020) sobre a pós-verdade e desinformação revela que essas plataformas são espaços onde narrativas polarizadoras podem ser facilmente propagadas e reforçadas, independentemente de quem esteja no poder. Durante e após o governo Bolsonaro, as redes sociais continuaram a ser utilizadas para mobilizar eleitores, criar comunidades de apoio e disseminar narrativas conservadoras. Essa capacidade de moldar o debate público e controlar o fluxo de informações é essencial para a continuidade da guerra cultural, uma vez que permite que temas e discussões conservadores permaneçam em evidência, mesmo com mudanças no governo.

Além disso, os deputados bolsonaristas, mesmo com Bolsonaro fora da presidência, têm utilizado o Congresso Nacional como uma arena para continuar promovendo a guerra cultural. A análise das iniciativas legislativas e discursos desses parlamentares revela uma continuidade nas tentativas de implementar agendas conservadoras em áreas como educação, gênero, sexualidade e liberdade religiosa. Esses deputados utilizam o discurso da guerra cultural para deslegitimar propostas progressistas, acusando-as de ameaçar os "valores tradicionais" e a "moralidade pública", criando assim uma resistência sistemática a qualquer avanço progressista.

Essa atuação legislativa faz parte de uma estratégia mais ampla de conservação do espaço político conquistado pelos conservadores durante o governo Bolsonaro. Mesmo sem o ex-presidente no poder, os bolsonaristas continuam a moldar a agenda política por meio de projetos de lei, comissões parlamentares e discursos inflamados. A guerra cultural, portanto, tornou-se uma estrutura de poder institucionalizada, que vai além da figura de Bolsonaro, enraizando-se nas práticas políticas do Congresso e nas redes de apoio que sustentam essa agenda.

9 IMPLICAÇÕES DURADOURAS PARA A POLÍTICA BRASILEIRA

A continuidade da guerra cultural no Brasil pós-Bolsonaro tem implicações duradouras para o debate público e a formulação de políticas. A polarização exacerbada dificulta a criação de consensos em torno de questões fundamentais, como educação, saúde e direitos humanos. A retórica conservadora, ancorada na defesa de uma moralidade rígida, continua a transformar debates complexos em questões dicotômicas, onde o "nós" (os defensores dos valores tradicionais) está em constante oposição ao "outro" (os progressistas, vistos como ameaças à sociedade).

Essa dicotomia é reforçada pela atuação política e legislativa de atores conservadores, que se utilizam da guerra cultural para manter seus eleitores mobilizados e influenciar a agenda política. Isso perpetua a divisão social, pois impede o diálogo construtivo e a busca por soluções consensuais. Como Hunter (1991) sugere em seus estudos sobre a guerra cultural nos Estados Unidos, essa divisão pode levar a um estado de paralisia política, onde o avanço de qualquer política depende da superação de uma retórica polarizadora que simplifica debates e obstrui a governabilidade.

Além disso, a permanência da guerra cultural no Brasil pós-Bolsonaro sugere que o país enfrenta desafios de longo prazo para restaurar a coesão social e a qualidade do debate público.

A continuidade desse conflito cultural é um reflexo da fragmentação social e da incapacidade de criar um espaço público plural e inclusivo. A literatura aponta que, enquanto a guerra cultural continuar sendo um instrumento central da política brasileira, será difícil construir um projeto político estável que promova o bem-estar coletivo e o respeito à diversidade social e cultural.

Em conclusão, a saída de Bolsonaro do poder não marcou o fim da guerra cultural no Brasil. Pelo contrário, as estratégias de polarização e mobilização conservadora, alimentadas pelas redes sociais e pela atuação legislativa, continuam a desempenhar um papel central na política brasileira. A guerra cultural, agora institucionalizada, permanece como uma força dinâmica que molda o debate público e influencia a formulação de políticas, com consequências profundas para a democracia e a coesão social no país.

10 METODOLOGIA

Este estudo adota uma abordagem mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos para investigar a persistência e a evolução da guerra cultural no Brasil durante e após o governo Bolsonaro. A metodologia foi dividida em duas etapas principais: uma análise teórica e uma análise empírica. A primeira etapa envolve uma revisão sistemática da literatura sobre guerra cultural, focando em sua origem, evolução e adaptação ao contexto brasileiro. Esta análise inclui a identificação de autores-chave e teorias relevantes, como Hunter (1991), que discutiu a guerra cultural nos Estados Unidos, e Almeida (2019), que explorou suas implicações no Brasil. A revisão teórica serve como base para compreender como a guerra cultural foi utilizada como estratégia política por Jair Bolsonaro e seus aliados.

A segunda etapa concentra-se na coleta e análise de dados empíricos. Esta etapa é composta por:

1. **Análise de Discurso:** Os discursos parlamentares dos deputados bolsonaristas foram coletados a partir das atas das sessões do Congresso Nacional entre 2019 e 2023. A análise de conteúdo foi utilizada para identificar temas recorrentes, estratégias retóricas e a linguagem utilizada para mobilizar a base conservadora.

2. **Análise de Redes Sociais:** Foi realizada uma análise quantitativa das postagens em redes sociais, incluindo Facebook e Twitter, utilizando ferramentas de monitoramento para medir a frequência e o alcance das discussões sobre temas culturais polarizantes. As hashtags relacionadas à guerra cultural foram analisadas para entender como esses temas se disseminam e mobilizam a opinião pública.

11 RESULTADOS

11.1 Análise de Discurso

A análise de discurso revelou que a retórica da guerra cultural tem sido um elemento central nas falas dos deputados bolsonaristas. Os temas mais frequentes incluem a defesa de valores familiares tradicionais, a crítica a políticas progressistas e a deslegitimação de opositores, caracterizando uma dicotomia entre "nós" (conservadores) e "eles" (progressistas). Termos como "ideologia de gênero" e "cultura do cancelamento" foram frequentemente utilizados para mobilizar a base conservadora, sugerindo uma tentativa de reforçar identidades políticas por meio da polarização.

11.2 Análise de Redes Sociais

A análise das redes sociais revelou um aumento significativo nas postagens relacionadas à guerra cultural durante momentos-chave do governo, como a discussão sobre a reforma da educação e a aprovação de projetos de lei que visam restringir direitos. As postagens que utilizavam hashtags específicas, como #EscolaSemPartido e #Conservadorismo, mostraram um alcance elevado, indicando que esses temas têm um apelo forte entre os apoiadores de Bolsonaro.

12 CONCLUSÃO

A pesquisa conduzida demonstra de forma clara que a **guerra cultural** permanece como um elemento essencial e profundamente arraigado na política brasileira, mesmo após a saída de Jair Bolsonaro da presidência. Longe de ser um fenômeno exclusivo de seu governo, a guerra cultural tem se mostrado uma **força política e social persistente**, especialmente em virtude das **estratégias de comunicação digital** e da utilização de uma **retórica polarizada** por parte dos deputados bolsonaristas. Esse conflito cultural, que mobiliza apoio em torno de agendas conservadoras e **deslegitima propostas progressistas**, transcende o cenário político imediato, revelando-se como um **mecanismo poderoso de controle social** que perpetua divisões e intensifica a fragmentação do debate público.

A centralidade das **redes sociais** nesse contexto é um dos pontos mais relevantes da análise. As plataformas digitais, como Facebook, Twitter e outras, continuam a desempenhar um papel fundamental na disseminação de narrativas polarizadoras. As **comunidades**

conservadoras, muitas vezes organizadas em torno de temas morais e culturais específicos, são amplamente alimentadas por discursos que reforçam a **dicotomia entre "nós" e "eles"**, criando uma oposição exacerbada entre conservadores e progressistas. Tais narrativas alimentam um ciclo de **radicalização**, no qual as vozes dissidentes ou contrárias são silenciadas, e a complexidade dos problemas sociais é reduzida a slogans simplistas e polarizantes.

Além disso, a pesquisa revela que a guerra cultural no Brasil, particularmente nas suas manifestações mais visíveis durante o governo Bolsonaro e agora no período pós governo, não pode ser compreendida apenas como um **conflito de valores**. Mais do que uma disputa moral, trata-se de uma **luta por poder político**, onde a retórica cultural é instrumentalizada para consolidar posições políticas e **mobilizar eleitores**. Essa luta molda a arena pública e influencia a **formulação de políticas públicas**, criando um ambiente em que o diálogo e a construção de consenso se tornam difíceis, senão impossíveis. A **polarização extrema** resultante desse conflito leva à **paralisia política**, como apontado por Hunter (1991), onde a incapacidade de alcançar um entendimento mínimo entre os atores políticos impede a ação governamental eficaz, prejudicando, por exemplo, as discussões sobre temas fundamentais como educação, saúde e direitos humanos.

Outro ponto destacado na análise é o **impacto social** da guerra cultural. Ela não apenas exacerba a fragmentação política, mas também afeta a **coesão social**, ampliando as divisões entre diferentes grupos da sociedade. A **retórica de ódio** utilizada por muitos líderes políticos conservadores, como analisado por Rocha (2021), não serve apenas para **deslegitimar opositores**, mas também para **consolidar identidades políticas** em torno de uma percepção de ameaça constante à ordem tradicional. Esse mecanismo cria um ciclo de **mobilização defensiva**, onde os indivíduos são encorajados a resistir a mudanças sociais percebidas como destrutivas, reforçando a identidade de grupo e a polarização.

A continuidade da guerra cultural no **pós-governo Bolsonaro** aponta para um cenário político complexo e de **longa duração**. Embora Bolsonaro tenha deixado o poder, os **elementos estruturais** que sustentam a guerra cultural continuam a influenciar o debate público e a moldar a atuação dos parlamentares conservadores no Congresso Nacional. Como mostra a análise das estratégias de **comunicação digital** e da **atuação legislativa** dos deputados, a guerra cultural se tornou uma estrutura de poder que transcende lideranças específicas e se firma como um **elemento central e permanente** da política brasileira. Isso sugere que, mesmo com mudanças no governo ou na liderança política, a guerra cultural não desaparecerá, mas continuará a evoluir e a **se adaptar às novas realidades políticas e sociais**.

Diante desse cenário, a pesquisa aponta para a **necessidade urgente de superar a polarização** e restaurar um espaço público mais inclusivo e aberto ao diálogo. Para isso, será fundamental criar **espaços de debate construtivo** que permitam a participação de múltiplas vozes e perspectivas, incluindo aquelas que têm sido sistematicamente excluídas ou marginalizadas pelas narrativas dominantes. **Promover a compreensão mútua** e resgatar os **valores democráticos** são passos essenciais para restaurar a **coesão social** e construir um projeto político que vá além das divisões criadas pela guerra cultural.

A **responsabilidade** para enfrentar esse desafio não recai apenas sobre os movimentos progressistas, embora sua ação seja crucial. A pesquisa sugere que é necessária uma resposta contínua e articulada de todos os setores da sociedade que se preocupam com a **manutenção da democracia** e com a **integração social**. Isso inclui a criação de **estratégias de comunicação eficazes** que possam contrapor as narrativas polarizadoras e promover um **debate público mais equilibrado**, que reconheça a complexidade dos problemas sociais e não caia nas armadilhas das simplificações ideológicas.

Por fim, a pesquisa conclui que a **guerra cultural no Brasil** não é um fenômeno estático, mas **dinâmico e adaptativo**, que se transforma em resposta às mudanças no contexto político e social. Isso exige uma **vigilância contínua** e uma **capacidade de resposta** por parte daqueles que buscam resistir às suas consequências mais danosas. Ao mesmo tempo, torna-se necessário promover uma **educação cívica** que incentive o diálogo e a reflexão crítica, como forma de construir uma sociedade mais pluralista e resiliente diante das pressões polarizadoras que caracterizam o presente momento. Somente por meio dessas ações será possível **enfrentar os desafios impostos pela guerra cultural** e abrir caminho para uma **política mais inclusiva e democrática** no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, Evangelismo e a Crise Brasileira**. Novos Estudos CEBRAP, v. 38, n. 1, p. 185-213, 2019.
- DIAS, Rafael Castilho. **Guerra Cultural e Polarização Política: A Reconfiguração do Espaço Público no Brasil Contemporâneo**. Sociologias, v. 21, n. 51, p. 110-139, 2019.
- FERNANDES, Carolina Cabral. **A Pós-Verdade e o Uso Político das Redes Sociais: O Caso Bolsonaro**. Comunicação & Política, v. 37, n. 2, p. 204-225, 2020.
- HUNTER, J.D. **American Evangelicalism. Conservative Religion and the Quandary of Modernity**. New Jersey: Rutgers University Press, 1983.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil Pós-Político**. Goiânia: Editora Caminhos, 2012.

SANTOS, Maria Helena. **A Nova Direita e a Estratégia da Guerra Cultural: O Papel das Redes Sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 99, p. 1-20, 2019.

SOUSA, Jessé. **A Elite do Atraso: Da Escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUSA, Marco Aurélio Dias de. **O fim da Guerra Cultural e o Conservadorismo Estadunidense?** Tese de doutorado, Programa Ciências Sociais e Letras – Unesp/Araraquara, 2014.

A DOXA CONSERVADORA NOS COMENTARISTAS POLÍTICOS DA JOVEM PAN

Herbert Farias Barreto Mendes (UFS)

Resumo: Este trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado em estado e conclusão e tem como objetivo analisar a ação midiática e discursiva da programação da Jovem Pan por meio de seus agentes debatedores de política, que é o traço mais marcante de sua cobertura jornalística. Tida como uma mídia híbrida entre a rádio e a internet, a Jovem Pan se notabilizou e cresceu enquanto meio de comunicação nos anos recentes sendo uma das mais significativas expressões da direita radical inserida nas novas redes digitais. Para tanto, este trabalho busca estabelecer o campo jornalístico e o posicionamento ocupado pela Jovem Pan dentro dele. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, com ênfase na análise dos discursos proferidos por seus agentes debatedores de política. Este estudo considera que as temáticas que contribuíram para o acirramento da polarização encontram-se inseridos nas esferas moral, econômica, securitária e de relações interpessoais. Dividido em três capítulos, o primeiro explora o processo de formação de opinião e as mudanças do campo midiático advindas das novas mídias digitais, traça um panorama das forças políticas e sociais que contribuíram para a polarização ideológica, resultando no que é denominado como as "novas guerras culturais"; o segundo capítulo, de caráter empírico, foca atenção na Jovem Pan, na sua inserção no campo da mídia e na análise estrita do discurso dos seus debatedores, de onde se visa estabelecer uma correspondência qualitativa sobre as implicações políticas e sociais de suas ações para com a esfera pública, a democracia e a crise que levou à polarização e as "guerras culturais".

Palavras Chave: Opinião, guerras culturais; doxa; esfera pública.

Abstract: This dissertation aims to analyze the media and discursive action of Jovem Pan programming through its agents debating politics, which is the most striking feature of its journalistic coverage. Considered as a hybrid media between radio and the internet, Jovem Pan has become notable and grown as a means of communication in recent years, being one of the most significant expressions of the radical right inserted in new digital networks. To this end, this work seeks to establish the journalistic field and the position occupied by Jovem Pan within it. The methodology used is qualitative in nature, with an emphasis on the analysis of the speeches given by policy debaters. This study considers that the themes that contributed to the intensification of polarization are inserted in the moral, economic, security and interpersonal relations spheres. Divided into three chapters, the first explores the process of opinion formation and the changes in the media field resulting from new digital media, provides an overview of the political and social forces that contributed to ideological polarization, resulting in what is called the "new cultural wars"; the second chapter, of an empirical nature, focuses attention on Jovem Pan, its insertion in the media field and the strict analysis of the discourse of its debaters, from which the aim is to establish a qualitative correspondence on the political and social implications of its actions towards the public sphere, democracy and the crisis that led to polarization and the "cultural wars."

KeyWords: cultural wars, opinion, doxa, public sphere.

1 INTRODUÇÃO

A democracia moderna abrange aspectos que não se restringem apenas a fazer valer a vontade da maioria em um processo eletivo, ela vai muito além, possuindo um estreito laço com o constitucionalismo, movimento definidor de princípios fundamentais basilares para a ordem democrática moderna, e, sobretudo com um consenso de ideias que firmem, por meio dos costumes, debates e convencimentos, convergindo em ditames legislativos, que estão sempre em disputa: como proceder o melhor convívio entre os que compartilham dessa forma de governo? Há uma construção histórica e social, nem sempre harmônica, que fez a democracia ganhar os moldes contemporâneos.

Embora tenha traços distintos entre os países que a adotam, no ocidente a democracia encerra em si a conquista de três esferas de direitos pertinentes à formação de uma cidadania plena, que são os elementos civil, político e social (MARSHAL, 1967). Se é possível realizar contratos, se é possível escolher representantes, ou mesmo ser escolhido, e se aqueles que são escolhidos o são na expectativa de que promovam o desenvolvimento da nação/estado/cidade e o bem estar das pessoas por meio de políticas de saúde, educação, segurança, etc, temos, em uma noção preliminar e deontológica, uma democracia.

Distinguindo do que se convencionou chamar de “antigo regime”, a democracia em seu molde moderno traz consigo a ideia de que ninguém está acima da lei. Parafraseando Montesquieu (S/D), a liberdade política consiste em se poder fazer aquilo que as leis permitem que seja feito e também não ser proibido de fazer aquilo que as leis permitem. A história social mostrou que este foi um passo importante para a defesa dos indivíduos em face ao arbítrio dos governantes e deles próprios, mas era preciso mais. Com o advento da democracia nos Estados Unidos da América, identificou-se pela primeira vez que uma maioria no poder poderia vir a tyrannizar uma minoria. Esta foi uma questão levantada por Alexis de Tocqueville (2010) na primeira metade do século XIX em sua *A Democracia na América*. Este vício da democracia ganhou contornos dramáticos no contexto do nazifascismo um século depois, pois, antes de ser ditador, Hitler foi eleito e teve apoio da maioria em suas decisões que culminaram em eugenia, genocídio e guerra.

Uma das lições tiradas do difícil contexto histórico do nazi-fascismo surpreenderia mais ao Montesquieu que ao Tocqueville: não basta fazer o que as leis permitem que seja feito para se ser livre, pois as próprias leis poderiam ser tirânicas, e, portanto, elas devem estar guiadas por algum princípio que lhes confira legitimidade, e ainda mais, a noção de liberdade - sagrada para o liberalismo - não pode ser isenta de restrições. No pós-segunda guerra e em face

dos eventos nazifascistas, definiu-se a dignidade da pessoa humana como princípio norteador das leis e as esferas do poder democrático devem agir harmonicamente em prol desse princípio.

A Constituição Cidadã de 1988, seguindo esta tradição, traz um rol taxativo de artigos que visam garantir a ordem democrática na República Federativa do Brasil e as pautas levantadas na modernidade por personalidades, como os pensadores supracitados, estão em nossa carta albergadas, a exemplo da legalidade, separação e harmonia dos poderes, direitos e garantias individuais - que expressam a inviolabilidade dos direitos civis e políticos - e a dignidade da pessoa humana como princípio norteador de todo o ordenamento normativo, impedindo que o arbítrio da maioria eventualmente se torne tirânico sobre a minoria.

Entretanto, essas premissas acima, que aparentemente se consideravam consolidadas dentro do marco da democracia liberal no Brasil, vêm sendo questionadas por grupos heterogêneos que trazem em comum traços de reacionarismo e conservadorismo. Tais princípios e normas que, em tese, deveriam servir para regular o bom convívio, e que foram frutos de debates que envolviam tanto o passado histórico autoritário; tanto a carência de assistência social, a pobreza, a desigualdade; quanto o que se considerava de mais avançado em relação aos ditames das práticas internacionais, do direito e da sociologia à ocasião da constituinte, ao menos pela formalização de uma série de direitos sociais, políticos e civis; posituação supralegal que era aceita consensualmente pela maioria da sociedade a exemplo da forma de governo votada em plebiscito em 1993, ou ainda pela ampla participação popular na própria constituinte de 1987 e 1988; pois bem, este consenso encontrou-se fragilizado nos anos recentes e ainda permanecem assim para uma parcela da sociedade.

As transformações ocorridas na esfera pública no interregno da redemocratização até os anos recentes vêm sendo estudadas por vasta literatura e aqui serão apontadas as questões que consideramos mais relevantes para o nosso objeto proposto. Destarte, o presente estudo visa fazer uma análise em diferentes camadas, desde a esfera pública e a midiática, traçando os paralelos entre o campo da mídia e da política, que envolve as novas mídias sociais digitais; até a análise chegar à *doxa* predominante entre os comentaristas de política da Jovem Pan, que é uma dessas novas mídias.

A presente heteronomia na esfera pública conta com agentes pertencentes a grupos reacionários que se constituem sobretudo por segmentos religiosos e militares, mas também por profissionais liberais e empresários que compõem os setores abastados e médios da sociedade brasileira. Suas manifestações tem em comum pautas contra a corrupção; contra os partidos de esquerda, (mais notadamente o PT); questões morais relacionadas aos movimentos feminista e LGBTQIA+; contra as instituições, as leis e os representantes nos poderes; e apresentam ainda

a descrença na mídia tradicional. Por conseguinte, se informam e se mobilizam por canais alternativos de mídia através das redes sociais na internet, como Twitter, Instagram e Facebook; ou canais do YouTube e TikTok; e aplicativos como Whatsapp e Telegram.

Notadamente, o funcionamento da mecânica de tais meios de comunicação e interação avança a passo rápido demais para o direito e a própria sociedade acompanhem com mínima consciência e prudência quanto às consequências de seus efeitos: algoritmos condicionam os grupos sociais selecionando, no lugar dos indivíduos, quais tipos de conteúdos devem ser dignos de atenção, contribuindo para a criação de “bolhas” e polarizações políticas, ao mesmo tempo, a virtual sensação de anonimato por trás das redes sociais digitais potencializa interações afrontosas entre os usuários na internet.

Jessé Souza (2019) pontua que tradicionalmente, no Brasil, a mídia incutiu uma ideia errada na sociedade em geral, derivada das noções de populismo e patrimonialismo, em que a sociedade, e sobretudo a classe média, seriam informados e identificariam exclusivamente na esfera pública, e nos agentes de dentro da política, os vícios que seriam responsáveis por nosso atraso social e econômico. Passamos, entretanto, por um momento de descrédito em relação à mídia tradicional que nos leva a supor haver nela, hoje, um menor capital simbólico que o existente outrora.

A famigerada mídia de massa, é um elemento importante e fomentador de um capital simbólico e cultural capaz de influenciar diretamente, sobretudo, o campo político. Ela foi estudada por Bourdieu em trabalhos espaçados em sua obra, que em certa medida respondia aos primeiros estudos a seu respeito, como a noção de passividade e homogeneidade indistinta do público a que se dirige. Patrick Champagne (2017) assevera que a obra de Bourdieu aborda a mídia sobre dois distintos aspectos: primeiro como campo de produção e de consumo de um tipo particular de bens, chamado de bens simbólicos, os quais têm a capacidade de fazer uma apropriação mental naqueles que a consomem; o segundo aspecto, de certo modo deriva do primeiro, Bourdieu aborda a mídia como campo que tende a exercer certo predomínio sobre outros campos.

Em nosso estudo, a relação da mídia com o campo da política será um dos focos teóricos uma vez que sua programação envolve as esferas do jornalismo e do entretenimento, com vasto alcance na população brasileira, delineia opiniões, posicionamentos e comportamentos a ponto de uma vasta literatura se referir à mídia como uma espécie de quarto poder. Entretanto, como assevera Bourdieu, a “massa” a qual a mídia se dirige não é homogênea e nem passiva à seus efeitos de apropriação simbólica. Temos aqui, portanto, um aspecto moderno que não tinha o

mesmo alcance a ponto de ser trabalhado nos aportes teóricos dos pensadores clássicos da democracia.

A própria mídia tradicional, ligada primeiro ao rádio, jornais, revistas de grande circulação, e à televisão, que tanto influenciaram a política, hoje concorre com meios alternativos de informação que derivam não somente do advento das redes sociais na internet, mas de decisões judiciais como a derrubada, pelo Superior Tribunal Federal, do Decreto Lei 972/69¹²², chamado popularmente de Lei de Imprensa, decidindo ser inconstitucional a exigência de diploma de jornalismo para o exercício desta prática profissional. Tal decisão atentou para o princípio da liberdade de expressão e pensamento, e a exigência de diploma para produzir informação e disseminar ideias poderia configurar censura, que é inconstitucional e atenta contra o pensamento livre.

Tal decisão do STF veio justamente no momento oportuno da disseminação dessas novas plataformas de conteúdo. Meios alternativos de informação, então, encontraram espaço para se disseminar trazendo novidades: podcasts com os mais variados temas, canais no youtube, páginas e grupos em diversas plataformas se disseminaram; alguns canais assumem abandonar a neutralidade e tomam partido político-ideológico: caso da Mídia Ninja (à esquerda) e Jovem Pan (à direita). Ademais, canais estrangeiros ampliaram suas fronteiras e estabeleceram “filiais nacionais”, como é o caso da CNN Brasil.

Com essas transformações no campo da mídia e com a politização derivada da polarização política, popularizou-se nos últimos anos o uso de debates políticos mediados nas programações de muitos destes canais. A CNN Brasil importou da matriz americana o quadro O Grande Debate, a Jovem Pan e o programa Pânico também promovem estes debates e entrevistas, contando dentro de seu quadro de apresentadores debatedores de política, direito e economia. O Jornal da Cultura chegou a ter, concomitantemente, o sociólogo Jessé Souza e o historiador Leandro Karnal como debatedores em sua programação.

Em face a essas transformações no campo jornalístico é importante entender qual é a *doxa* predominante entre os formadores de opinião (debatedores de política) dentro dos programas que usam dos debates nesses canais de informação. A *doxa* jornalística fomenta a *doxa* social como um todo, pois é promotora de um capital simbólico que diz respeito a maneira como a sociedade enxerga o jornalismo e como enxerga os fenômenos que ele noticia. Isso afeta

¹²² Sobre a decisão do STF ver em Jus Brasil: STF decide que diploma de jornalismo não é obrigatório para o exercício da profissão: <https://lfg.jusbrasil.com.br/noticias/1365753/stf-decide-que-diploma-de-jornalismo-nao-e-obrigatorio-para-o-exercicio-da-profissao>; acessado em 07. jan. 2023.

a política e por conseguinte a esfera pública, os posicionamentos sociais e a democracia (liberal) no Brasil.

Pode-se tomar emprestada a expressão dos “novos intelectuais”, que Pierre Bourdieu usa para contrapor o intelectual midiático ao intelectual acadêmico. (CHAMPAGNE, 2017). Em um levantamento preliminar, alguns nomes que se popularizaram nesse tipo de quadro dentro desse novo jornalismo são Caio Coppolla Gabriela Priolli, Augusto Botelho, Marcelo Feller, Jessé Souza, Leandro Karnal, Rodrigo Constantino, Amanda Klein, Fabio Piperno, Samy Dana, Marco Antônio Villa entre outros; compuseram programas na CNN Brasil, Jovem Pan, Jornal da Cultura, Pânico na Band. De antemão, cumpre antecipar que muitos destes agentes não são jornalistas de formação, mas principalmente bachareis em direito, economistas, e em menor proporção sociólogos, historiadores e, por fim, jornalistas. Alguns deles, de fato, tiveram percurso de vida acadêmica, enquanto outros apenas se graduaram.

Quando falamos de *doxa*, entretanto, não nos referimos a área de formação ou atuação dos agentes. *Doxa* é uma palavra grega que normalmente é traduzida como opinião; mas que neste estudo é uma categoria de análise bourdiesiana que contém um sentimento de familiaridade dos agentes com uma determinada ordem simbólica existente que, por ser dominante, é considerada natural, inquestionável e contribui para a reprodução desta ordem – não como ideologia, pois não está no campo do pensamento, mas por uma dupla naturalização – que Bourdieu demonstra serem a inscrição social nas coisas e nos corpos. (Catani et al, 2017), (Andrade et al, 2021).

Ao seguir uma abordagem bourdiesiana, este trabalho busca entender a relação que se estabelece entre as novas mídias digitais, a mídia tradicional e o público: há concorrência por legitimação dentro do campo jornalístico? Tal questionamento se insere na questão norteadora da pesquisa que pretende responder: qual é a *doxa* predominante entre os debatedores que alcançaram esses espaços nessa nova mídia? Por conseguinte, em que medida a *doxa* dos debatedores tem relação com a dos meios de comunicação aos quais eles foram contratados, e com o público alvo. Antes cumpre entender como, tradicionalmente, ocorre a formação da opinião e da tomada de posição política entre as classes, já que são o alvo da produção simbólica das mídias.

Para responder essas questões, e em face às limitações procedimentais – recursos humanos, econômicos e cronológicos da pesquisa – torna-se necessário um recorte que foca na programação de debates da Jovem Pan pela razão de ser um canal representante da “nova mídia” que se ocupou da internet e que fomentou a opinião pública com relevância no contexto do

governo Bolsonaro, período de maior polarização política e social e, portanto, questionador da ordem democrática contemporânea no Brasil¹²³.

Metodologicamente é preciso identificar e delimitar a formação deste campo de estudo, fazendo uma análise teórica que parta do conjuntural - por meio da esfera pública e da midiatização na internet, verificando a legitimação das novas mídias ante o campo jornalístico como um todo - até chegar no micro, a programação da Jovem Pan, seus editoriais e os agentes envolvidos neste campo, que envolve os diferentes capitais acumulados por eles, as áreas de formação, demonstrando o capital cultural, social e simbólico; a posição que ocupam dentro do campo; a história de vida desses agentes, e, sobretudo fazer um aprofundamento vertical por análise de discurso dos mesmos. Tais premissas concernem a este trabalho se tratar de uma pesquisa de viés qualitativo, em que Gerhardt e Silveira (2009) afirmam voltar-se a aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas sociais.

Não podendo se restringir a operacionalização de variáveis, a pesquisa qualitativa objetiva trabalhar com o que Mymao Apud Gerhardt e Silveira (2009), e Quivy e Campenhoud (1998) chamam de universo dos significados, motivos, aspirações, valores, crenças e atitudes nos espaços entre as relações. Destarte, com relação ao objetivo, a metodologia é de uma pesquisa bibliográfica e explicativa, pois visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência de um problema, que neste estudo é a identificação da *doxa* predominante expressa pelos agentes nos debates dos programas jornalísticos da Jovem Pan. Após o estabelecimento e delimitação do campo, os posicionamentos podem ser identificados através de uma análise de correspondência múltipla.

A identificação e análise do norte editorial do conteúdo jornalístico deste canal e a perenidade ou sazonalidade em que os debatedores permaneceram contratados também configuram informações importantes que podem remeter ao alinhamento dos agentes com os meios de comunicação e/ou o público alvo; o que implica no aporte acessório da pesquisa documental. Neste ínterim, a Jovem Pan já chegou a promover enquetes de opinião com seu público quanto ao desempenho dos debatedores, o que pode revelar, como fonte secundária, o alinhamento ou afastamento entre o público e estes agentes.

Esta dissertação está estruturada em 03 (três) capítulos. O primeiro em que se encerra o modelo de análise, intitulado “Da Formação da Opinião à Radicalização do Discurso”, nele

¹²³ O questionamento da ordem democrática se expressa pela contestação da legitimidade dos representantes nas instituições do judiciário e do legislativo, bem como no resgate ao saudosismo da ditadura e das palavras de ordem pedindo intervenção militar e amplos poderes a Bolsonaro.

buscarei, com base no referencial teórico em Pierre Bourdieu, discutir o processo de formação de opinião e como esta se relaciona com a atuação da mídia tradicional; aprofundando esta temática, segue-se a abordagem sobre a esfera pública e a necessidade que a literatura levanta por uma atualização de seu conceito – decorrentes de sua relação com as novas mídias digitais pelo processo de midiatização; e, por fim, com base nas contribuições de Ronaldo de Almeida, Luis Felipe Miguel, e de Melo e Vaz entre outros autores, foi possível traçar um panorama capaz de elencar o conjunto de forças políticas e sociais que propiciaram o acirramento da polarização ideológica, levando ao que uma literatura especializada considera ser as novas guerras culturais.

O segundo capítulo, de foco empírico, terá como título “A Inserção e o Discurso da Jovem Pan nas Novas Mídias”, e tem como proposta a análise empírica focada na ação dos debatedores presentes na programação desta emissora, que é um canal de notícias presente no rádio, mas que se popularizou usando da interface das novas mídias digitais, como YouTube, Instagram e Facebook e plataforma de Streaming e site próprio. Conforme a proposta desta dissertação, os programas da Jovem Pan selecionados para este estudo precisavam ser aqueles que mesclavam informação jornalística com o debate de ideias realizado pelos agentes presentes na programação da emissora. Enfoca no primeiro momento a formação e posicionamento da emissora dentro do campo jornalístico e, em seguida de seus agentes contratados ou convidados que participam da programação. Dentro desta proposta são contemplados os programas: “3 em 1”, “Linha de Frente” e o “Tá na Roda”. Seis debates foram transcritos e os discursos de dezesseis agentes foram analisados.

O terceiro capítulo propõe um balanço de resultados e se volta a discutir as implicações sociais e políticas de tais discursos a partir de uma correspondência qualitativa entre a *doxa* dos agentes e as temáticas postas em debate que dizem respeito aos fenômenos que propiciaram o acirramento da polarização política e social dos últimos anos no Brasil.

2 DA FORMAÇÃO DA OPINIÃO À RADICALIZAÇÃO DO DISCURSO

2.1 A formação da opinião e a tomada de posição política

Um ponto de partida que consideramos importante em nossa análise parte da preocupação que deve ser um norte em uma pesquisa que tem por foco a interferência da mídia - seja ela nova ou tradicional - na esfera pública; tal questionamento está presente de forma mais ou menos consciente entre os agentes propagadores de notícias uma vez que a perenidade de seu trabalho depende da vinculação do público consumidor de seu produto, que é um bem

simbólico, cuja audiência confere prestígio ao veículo de sua propagação, e a questão é: como as pessoas formam suas opiniões? E mais especificamente, como formam uma opinião política? Tais questionamentos contaram com importante contribuição de Pierre Bourdieu em sua obra *A Distinção*.

A abordagem de Bourdieu sobre este tema derivou de uma constatação da Ciência Política sobre o fato de muitas pessoas, tipicamente atribuídas à categoria que se chama “povo”, não demonstrarem interesse por política. Entretanto, antes de criticar a abstenção de populares em manifestarem suas opiniões políticas, Bourdieu indagou se havia falhas no método tradicional de pesquisa para essa aferição. Quando em uma pesquisa se faz o uso de perguntas, tais como “em sua opinião”, ou “segundo você”, ou ainda “o que pensa a respeito”; na expectativa de que o entrevistado conceda sua visão pessoal sobre o tema - sem que o pesquisador conceda qualquer assistência na sondagem da opinião - diz Bourdieu que a pesquisa aceita de antemão uma premissa pautada na fé racionalista, isto é, na “faculdade de que julgar corretamente é uma aptidão universal e de aplicação universal.” (Bourdieu, 2007, p. 372).

O resultado advindo de pesquisas pautadas nessa premissa de sondagem utilitarista-racionalista têm implicações políticas ao promoverem certos estereótipos de classe. Bourdieu assevera que tanto a produção de uma resposta a um questionário sobre política, quanto a leitura de um jornal ou o fato de votar têm em comum a ocorrência do encontro entre uma oferta e uma demanda. No lado da oferta temos o campo da produção ideológica, que é um universo relativamente autônomo, onde são elaborados - sempre em concorrência e conflito - os instrumentos de pensamento do mundo social. De outro lado temos os agentes sociais, os quais ocupam posições diferentes no campo das relações de classes.

O que determina, dentro da individualidade de cada agente, os níveis de aptidão pelo reconhecimento e tomada de posição política é uma relação entre dois fatores: primeiro o sistema escolar, sobre o qual Bourdieu tece críticas devido a escola comumente impor sistemas de classificação individualistas, privilegiando sempre o original, o raro e o distinto em detrimento do comum, do banal e do vulgar, numa inclinação que privilegia sempre o individualismo e o egoísmo, valores tipicamente burgueses; quando mais profícua seria a oposição entre o afortunado e o pobre, que poderia ser em igual medida adotada pelo sistema educacional. Em outra via, o segundo fator para o reconhecimento e tomada de posição política remete às condições sociais de produção do *habitus*¹²⁴.

¹²⁴ **Habitus** é uma categoria de análise bourdiesiana voltada a entender um sistema de disposições incorporadas para a ação dos agentes com intuito de transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, funcionando como

Diferentemente do que os métodos estritamente racionalista e utilitaristas concebem sobre o pensamento e a ação políticas das pessoas - como se tivéssemos todos uma consciência vigilante e racional a todo instante - a referência bourdiesiana atesta que tais preceitos não se sustentam em face a uma análise mais cuidadosa. A tomada de posição política encontra seu verdadeiro fundamento na formação do *habitus de classe*, que por sua vez, se vincula de forma não mecânica com às condições materiais de existência.

A relação entre o *habitus de classe* e as condições materiais de existência é direta, mas não mecânica porque, segundo Bourdieu, todos os modos de produção de uma opinião política opõem:

[...] a coerência intencional das práticas e discursos engendrados a partir de princípios explicitamente político; contra a sistematicidade objetiva das práticas produzidas a partir de um princípio implícito - aquém do discurso político - pautado em esquemas de pensamento e ação adquiridos por familiarização e de modo pré-reflexivo. (Bourdieu, 2007, p 392).

De certa forma, temos na citação acima uma resposta ao marxismo ortodoxo. Quando Bourdieu aplica a interioridade e a subjetividade na formação do *habitus de classe*, levando em consideração padrões de comportamento pré-reflexivos, ele aponta que encontramos amparo para a discussão e opinião políticas antes no inconsciente que na consciência de classe. É por esta razão que, por exemplo, as opiniões sobre a questão doméstica da educação sexual, da autonomia reprodutiva, entre outros - questões políticas no sistema educacional - encontram em quase todas as classes (exceto nas superiores) respostas orientadas pelo *habitus de classe* que muitas vezes são distintas das opiniões políticas declaradas.

Ainda assim, o *habitus* integra o conjunto dos efeitos determinados pelas condições materiais de existência, cujos princípios geradores são a classe incorporada e a classe objetificada pelos agentes; a primeira diz respeito a propriedades biológicas socialmente modeladas, como sexo, idade, e os deslocamentos inter e intrageracionais; por outra via, a classe objetificada remete ao poder econômico e aos diplomas escolares, no sentido de que estes podem perpetuar um estado diferente de condições materiais de existência. Bourdieu (2007) segue afirmando que é por meio do *habitus* que se pode definir as tomadas de posição, sejam práticas ou explícitas, sobre o mundo social, o que inclui as posições políticas entre direita e esquerda de forma correspondente às classes e às frações das classes dentro de sua principal

uma matriz de percepções, apreciações e ações que torna possível o cumprimento de tarefas infinitamente diferenciadas, e variáveis a depender - entre outras coisas - do campus, da posição ocupada dos agentes e dos capitais possuídos pelos agentes.

dimensão, que é o capital global possuído pelo agente, e, subsidiariamente, pela estrutura desse capital. Segue:

A propensão de votar à direita cresce à medida que aumenta o volume global do capital possuído e, também à medida que aumenta o peso do capital econômico relativo à estrutura do capital global, ao passo que a propensão de votar à esquerda aumenta, nos dois casos, em sentido inverso. (Bourdieu, 2007, p. 411).

Cumprir fazer uma breve digressão de que as distinções de classe social para Bourdieu não se restringem ao capital econômico; essa categoria de análise abrange também o capital cultural, o capital social e o capital simbólico além do econômico, que somados integram o capital global. Pela assertiva citada, a propensão do voto ou tomada de posição à esquerda, cresce à medida que o capital cultural - representado pelos diplomas e títulos escolares - têm maior peso em relação ao capital total possuído pelo agente; outrossim, se o agente possui pouco capital global, também tende a votar à esquerda.

Sintetizando até aqui, para analisar a formação da opinião política, primeiro Bourdieu abandona as aferições racionalistas e coloca de um lado a esfera educacional e o habitus de classe como elementos constitutivos das condições materiais de existência dos agentes; do outro lado coloca a oferta do capital simbólico, isto é, o trabalho da mídia por meio dos jornais; ambos os elementos compõem - concomitantemente aos próprios partidos políticos - o mercado de oferta e demanda de opiniões políticas. A composição dos capitais envolvidos entre as classes, e nos estratos no interior de cada classe, direcionam as preferências políticas. Aqui temos uma “massa” heterogênea e discriminada sob vários aspectos, os quais, os veículos de mídia podem adotar diferentes abordagens para tornar seu conteúdo atraente. Destarte, a partir desse tipo de análise, há um leque diferenciado de jornais e públicos categorizados por Bourdieu e também por outros autores que têm a mídia como foco de pesquisa.

Como todo esse processo de oferta e demanda de opiniões ocorre é o ponto que dissertaremos a seguir: a relação entre as classes e as opiniões políticas socialmente constituídas pode ser feita a partir do uso de estatísticas, aferindo assim a escolha das classes, e os estratos de classes, entre os jornais que são mais ou menos marcados dentro do campo político, porém, assevera Bourdieu, esta tentativa só é satisfatoriamente eficaz se a pesquisa fizer o questionamento da significação conferida pelas diferentes categorias de consumidores desses jornais. Tais significados atribuídos pelo público podem ser diferentes daqueles pretendidos pelos mandantes do jornal.

Ponto fundamental é o reconhecimento de que o efeito propriamente político de um jornal não se avalia pela orientação política de seu discurso, mas sim pela relação que os consumidores mantêm com ele. Esta relação é importante porque a mensagem política do jornal pode ser ignorada, como se a opinião política dos consumidores fosse independente daquela que é professada pelo jornal, tanto quanto mais consumidores se situam em um baixo escalão social. Tal característica deriva do fato comum de que os jornais não produzem - em geral - notícias exclusivamente políticas, mas estas aparecem em concomitância a outros conteúdos, como esportes, cultura, entretenimento, etc. Isso faz com que o público consuma o jornal mesmo sem concordar com o conteúdo propriamente político dele, ou mesmo sem lhe atribuir a devida atenção. Para estas assertivas Bourdieu foca no jornalismo escrito, tomamos a liberdade de extrapolar a ideia para a mídia em geral.

Outrossim, ainda mais importante é a noção de que o campo jornalístico está inserido no campo econômico e, em maior ou menor medida, obedece às suas leis. Seguindo a busca pela maximização do número de consumidores de seu produto, o que é precioso para o lucro e também para a aquisição valorosa de anunciantes, os jornais podem adquirir uma espécie de designação “para todos”, o que resulta no dever de evitar tudo o que venha a chocar ou ser rejeitado por uma fração de seu público atual ou potencial (Bourdieu, 2007). A implicação clara da tomada desse tipo de cobertura jornalística é a pretensão de neutralidade política, ao menos em vender simbolicamente esta imagem¹²⁵.

Nos grandes órgãos de imprensa uma gestão racional da concorrência pode encontrar o meio de oferecer às diferentes categorias de público, produtos diversificados e ajustados às diferentes expectativas, que por vezes são opostas. Sendo todo este processo feito implicitamente, embora seja crucial o entendimento de que os interesses das classes dominantes sejam sempre “vendidos” como interesses gerais. De tal assertiva Bourdieu faz uma breve classificação entre os jornais, dividindo-os em jornais “para todos” (anteriormente explicados), jornais sensacionalistas e jornais de reflexão, os quais têm relações completamente diferentes com a política (Idem, p. 416).

Da distinção entre as abordagens reflexivas e sensacionalistas de jornalismo político advém as opiniões dominantes e as opiniões submissas. Conforme aponta Bourdieu, a leitura de um jornal é uma forma de o indivíduo manifestar que se sente membro do país legal, com direito e dever de participar da política, de exercer seus direitos de cidadão, em suma, de participar democraticamente e compor o que se chama esfera pública.

¹²⁵ Em face à radicalização de discursos, a adoção jornalística pela neutralidade, ou pela imagem de neutralidade política, passou a ser vista com descrédito por alguns estratos sociais e esta questão será discutida neste trabalho.

Em um estudo de abordagem bourdieusiana, Chagas e Cruz (2022) abordam as formas de produção jornalística, permitindo-nos atualizar algumas das categorias feitas por Bourdieu acima: o jornalismo sensacionalista pode ser diretamente relacionado ao chamado jornalismo declaratório, que se concebe em oposição ao jornalismo investigativo, este, de estreitos laços com o jornalismo reflexivo. Chagas e Cruz apontam que houve uma crescente dentro do jornalismo declaratório nos últimos anos no Brasil.

Por jornalismo declaratório entende-se como um tipo de matéria baseada exclusivamente na declaração das fontes, sem a devida apuração que essas declarações podem ter¹²⁶, ou seja, ao jornalista cabe somente a tarefa de coletar a declaração das fontes, mas não lhes compete a preocupação de averiguar se essas informações são verdadeiras ou não.

Chagas e Cruz também chamam atenção para a teoria do *newsmaking*, sobre o relacionamento do jornalista com as fontes no processo de construção da notícia. A capacidade de negociação é uma premissa constitutiva do jornalismo declaratório ao produzir um conteúdo fácil e inteligível, ao que Bourdieu diria ser de acesso às classes com menor capital global. Tais matérias tendem a ser naturalizadas ao tratar declarações assertivas como verdades absolutas, como se fossem os fatos falando por si. Desta forma, o sensacionalismo advindo do jornalismo declaratório pode vir acompanhado de intencionalidades, revelando narrativas e disputas narrativas, contribuindo, por exemplo, para as chamadas guerras ideológicas.

A partir do conceito de *campus* de Bourdieu, Araújo et Al (2017) Apud Chagas e Cruz (2022) conceberam a ideia de um *habitus* na profissão jornalística. O *campus* corresponde a mais uma categoria de análise em que os agentes travam disputas simbólicas e interpretam diferentes papéis da vida real, como um espaço para a diferenciação social das atividades. Tal conceito se aplica muito bem para abordar sociedades diferenciadas, onde o “cosmo social” é formado por diferentes microcosmos, cada um com maior ou menor autonomia. Cada microcosmo é um campus que se desenvolve por regras próprias e inerentes. Entretanto, os campus também são espaços de lutas, em que se disputam posições diversas.

Neste sentido, Bourdieu considera o campo político como um universo de produção simbólica em que os agentes buscam impor suas categorias de divisão social a partir de visões de mundo específicas. Araújo et Al (2017) e Apud Chagas e Cruz (2022) consideram o campo jornalístico um microcosmo social que se estrutura em torno de valores que formam o *habitus* profissional dos jornalistas. Tais valores costumam ser invocados como modo de legitimação do jornalismo na esfera pública. Asseveram os autores que um desses valores é a ideia de que

¹²⁶ Em certa medida o jornalismo declaratório tem semelhanças com a abordagem da Escola Metódica de historiografia, a qual tinha nas informações das fontes a certeza da informação histórica.

o jornalismo é o representante da opinião pública e de que o jornalista tem por função fiscalizar o poder político em nome da sociedade. Aqui reside o conflito por legitimação simbólica entre estes dois campos, pois a produção simbólica do campo político costuma ser apresentada com viés negativo pela população em virtude da produção jornalística. Entretanto, o jornalismo também não está isento desse imaginário e é, por vezes, influenciado pelo clamor público.

O ethos, ou habitus jornalístico, se desenvolve também da tensão com o campo político, desta tensão se estabelece uma comunidade interpretativa entre os profissionais que se dedicam à cobertura política. Entretanto, Chagas e Cruz asseveram que a partir dessa aspiração pela cobertura adversária, danos colaterais têm surgido, prejudicando a própria profissão jornalística, mas também contribuindo para a descredibilização do sistema político e da própria democracia. Quando tais eventos ocorrem, o jornalismo se converte em um ator capaz de, não apenas mediar, mas criar conflitualidades envolvendo outros campos para além do político, como o jurídico.

Se Bourdieu apontou como um dos movimentos do campo jornalístico a adoção de uma postura tida como sendo “para todos”, implicando em uma abordagem neutra de cobertura, a fim de ampliar o público consumidor, e com isso os anunciantes e o lucro - a propósito, algo que se verificou correto e lógico dentro de uma conjuntura tida como “normal” - Chagas e Cruz verificam um movimento contrário, mas com fim no mesmo propósito, advindo do jornalismo declaratório e do sensacionalismo a ele associado. Notícias chamativas e polêmicas que criavam vítimas e algozes vendiam e tinham o retorno econômico mais satisfatório que o de noticiários que se apresentavam como imparciais ou neutros.

Aqui entra a negociação entre políticos e produtores de notícias. Cook, Apud Chagas e Cruz (2022) disserta que a falta de controle que os políticos têm sobre o que será noticiado cria o que ele chama de “valores da negociação”, que ocorre entre as fontes oficiais, isto é, entre os políticos e os jornalistas. A seletividade do conteúdo apresentado ao público decorre deste movimento.

Como resultado, o sensacionalismo midiático é elemento partícipe da crise contemporânea abrindo espaço para o neoconservadorismo, o qual reúne diferentes linhas de forças econômicas e sociais em prol da intolerância contra a diversidade, da moralidade conservadora (ou reacionária) ante as conquistas identitárias, ou da punitividade como resposta para a incapacidade do Estado em garantir a segurança das pessoas. Notadamente a resposta a estas questões, advindas deste tipo de abordagem, possuem efeitos colaterais que atentam contra a diversidade e causam danos à esfera pública e à democracia, cujos desdobramentos serão discutidos nos próximos tópicos.

Cumprir discutir o conceito de esfera pública e o efeito que o processo comunicacional em sociedades diversificadas e democráticas têm sobre ela. A partir dessa abordagem discutiremos a crise sócio-política brasileira contemporânea. A esfera pública é categorizada por Habermas Apud Medeiros (2013), inicialmente em três níveis diferentes: 1º) esfera pública episódica - bares, cafés, encontros na rua; 2º) esfera pública como presença organizada - encontros de pais, reuniões de partido e sindicatos, congressos na igreja, frequência em teatros ou concertos, etc; 3º) esfera pública abstrata - produzida pela mídia, como leitores, ouvintes e telespectadores de jornais espalhados difusamente; Fuchs (2015) e Medeiros (2013), entre outros autores, consideram a necessidade de ampliar a abrangência desta categoria de análise para o que este trabalho considera ser uma 4ª esfera pública: as atuais redes digitais na internet, atendendo assim demandas contemporâneas em decorrência do avanço tecnológico, mas sobretudo dos efeitos que tais interações têm conseguido nas sociedades hodiernas.

Conforme apontado por Habermas, Apud Medeiros (2013), um grupo de direitos fundamentais está intrinsecamente ligado à esfera pública, como a liberdade de opinião e de expressão, a liberdade de imprensa, de reunião e de associação, bem como a função política dos agentes privados nessa esfera, através do direito de petição, o direito eleitoral e o voto igualitário. Todos estes valores e direitos constitucionais e democráticos modernos.

Fuchs (2015) considera que para uma esfera pública política, em uma perspectiva democrática, é preciso que os atores sociais se organizem e se mobilizem a partir de um problema ou dificuldades em comum e, por meio da ação política, consigam colocar suas questões como pautas públicas a ponto de sensibilizar a esfera estatal. Ora, para tanto, Habermas concebeu os três níveis de esfera pública supracitados. Contemporaneamente, entretanto, as redes sociais na internet se apresentam como um poderoso meio de mobilização pela efetivação destes direitos civis, políticos e sociais.

Sabemos que as redes sociais e a própria internet atuam como um novo espaço de ação política. Na verdade essa perspectiva foi vista com muito entusiasmo a não muito tempo, pois o espaço para debates, deliberações e tomadas de ações rompendo longas distâncias e o tempo encontrou na internet o meio propício para o que se dizia ser a efetivação de uma democracia mais participativa. Fuchs (2015), Medeiros (2013) e outros autores questionam, entretanto, o papel da comunicação na formação e nas práticas de ação política estabelecidos nessas redes. Este questionamento remete diretamente ao posicionamento dos agentes dentro dessas plataformas.

No interregno entre o advento e a massificação das redes sociais na internet ocorreu a crise das organizações institucionalizadas de luta, a exemplo dos sindicatos, das associações

cívicas formais e dos partidos políticos. Também houve uma crise dentro da mídia tradicional. Ronaldo Almeida (2019) aponta que no debate público a “crise” é um termo genérico e impreciso. Ele a divide em diferentes dimensões, além da política e econômica. Em sua análise, a crise nos anos recentes atestaram, além das estruturas de poder, implicações societais - pois causou fissuras nas relações interpessoais - e implicações culturais, uma vez que o jogo de forças tem levado a conflitos identitários, de valores e de comportamentos. A programação jornalística televisiva focou seus esforços por legitimação na temática da denúncia da corrupção, enquanto o eleitor comum, obrigado a votar, tornou-se agente importante como alvo dos produtores de conteúdos nas redes sociais digitais em uma campanha maciça pela (i)legitimidade de candidatos. Pelas novas mídias na internet se desenvolveu uma relação diferente entre emissores e receptores de informação: a legitimidade era conferida a partir de uma noção de confiabilidade por aproximação entre os agentes, algo que não ocorria na relação entre o público e a TV.

Neste íterim, em via de propor a construção do campo de análise ao qual estão inseridos os agentes, é necessário discutir o conceito de mediatização. Marques e Guimarães (2018) fazem um levantamento cronológico de abordagens neste tema, que no Brasil remonta a 2006. Para eles o conceito de mediatização não é estanque e passa por diferentes disputas em torno dos significados e dos locais em que este fenômeno se apresenta.

A mediatização para Hjarvard (2018) ocorre quando a mídia encontra autonomia enquanto instituição social e se integra ao funcionamento das demais instituições. A autonomia das novas mídias dentro do campo também perpassa à sua necessidade por legitimação; às vezes se ancorando na mídia tradicional, outras vezes se afirmando em relação a ela. Trata-se de uma conceituação ampla que encerra uma noção mais estrita que se relaciona com a oportunidade de interação em espaços virtuais ao promover intervenção dos meios de comunicação na interação entre os indivíduos. Marques e Guimarães (2018) asseveram que ainda mais que a intervenção dos meios sobre as interações – que constituem um processo de fora para dentro – a mediatização é capaz de configurar a interação de dentro para fora ao promoverem novas modalidades de trocas, situações, episódios interacionais, cenas, etc.

3 A RELAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E AS “GUERRAS CULTURAIS”

A concepção de guerras culturais abrange muitos elementos relevantes para a análise do discurso, uma vez que encerra uma disputa de narrativas e concepções morais, de

posicionamento, engajamento e visões de sociedade e mundo. De Melo e Vaz (2021) salientam que as disputas narrativas derivaram das mudanças sociais cujas consequências se explicitaram nos anos 90.

É deste contexto a reflexão epistemológica de James Hunter (2022) sobre o tema. Primeiro ao indagar a implicação do caráter intrínseco da filosofia liberal, que é individualista, sobre a ótica e aceitação da diferença, para em seguida discutir as concepções que ele considerou serem o cerne do debate sobre a guerra cultural, a saber: a cultura pública norte americana estava passando por um realinhamento que trazia como consequência uma série de tensões e conflitos significativos. Destas tensões ensejavam-se narrativas que envolviam, em sua gênese, as representações do passado formador daquele país, mostrando o homem branco como herói e negligenciando as mulheres e outras etnias; apresentando a utopia ideal do progresso americano, que uma vez realizado, deu-se mediante a violência contra mulheres, gays, negros, latinos, índios e asiáticos; e, por fim, a noção mais abrangente da disputa em torno da narrativa histórica de formação daquela nação: tudo isso afirmaria quem seriam os legítimos cidadãos americanos que se poriam em oposição a um “inimigo externo”, estes são todos que não se enquadrassem como legítimos. Em última instância, Hunter assevera que o próprio sentido das instituições veio a ser questionado.

Ronaldo de Almeida (2019) vai considerar que a promoção do discurso de polarização e radicalismo precisou para ser bem sucedido no Brasil, da confluência de quatro linhas de forças sociais, às quais o conservadorismo e o evangelismo estão implicados: 1- a esfera econômica, 2- a esfera moral; 3- a esfera securitária e 4- a esfera societal. Na abordagem de Ronaldo de Almeida, o conservadorismo e o evangelismo perpassam a moral e os costumes. Desde a redemocratização o Brasil experimentou mudanças que são consideradas progressistas no campo dos direitos reprodutivos e sexuais, albergando o direito ao planejamento familiar; o reconhecimento, para efeito civil, da união estável como meio de constituir família; ou ainda as formas monoparentais de família. Porém, é no contexto dos anos 90 que o fundamentalismo religioso configurou uma força política no Brasil com o incentivo das igrejas neopentecostais a fim de eleger seus pastores. Tal movimento promoveu a adoção do termo “bancada evangélica”, que entretanto, não é homogênea, já que contém uma minoria progressista em suas cadeiras. (Miguel, 2018), (Spyer, 2020), (Andrade et al, 2021).

Ainda no campo da moral e dos costumes apontados por Ronaldo de Almeida é possível abranger o que Luis Miguel chama de ressignificação do anticomunismo, algo que parecia ultrapassado com o fim da guerra fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina pelo “bolivarismo venezuelano”. Apesar de vários aspectos e posicionamentos políticos

identificarem o PT como partido de centro, ou centro-esquerda, tal legenda passou a ser identificada como encarnação do comunismo no Brasil. Para Luis Miguel as três correntes não são estanques; havendo um caminho de fusão entre o anticomunismo com o reacionarismo moral, que atribui o nome de “marxismo cultural” à *doxa* dominante à qual são reacionários. Neste ínterim, de Melo e Vaz associam a essa disputa discursiva os movimentos reacionários da Escola Sem Partido.

4 CONCLUSÕES PARCIAIS

O posicionamento da Jovem Pan e a relação de seus agentes sege em via de conclusão quando submetida ao escrutínio do modelo de análise trazido nesta discussão, entretanto, preliminarmente é possível afirmar com segurança que há uma correspondência positiva e forte entre os editoriais da Jovem Pan, os agentes que participam de sua programação na qualidade de comentaristas políticos e o público que consome seu produto. A natureza ideológica da emissora e da maioria de seus agentes é de viés tradicionalista/conservador e/ou reacionário a certas mudanças de caráter progressista. A programação contribui para a atmosfera de polarização e acirramento de tensões sociais, o que se percebe, tanto por seu crescimento, quanto pela forma como engajamento do público se manifesta nas redes e plataformas digitais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira**. Novos estud. CEBRAP. SÃO PAULO. V38n01. 185-213; JAN.–ABR. 2019

ALMEIDA, Ronaldo de, TONIOL, Rodrigo. [org]. **Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais**. Ed da Unicamp. Campinas. 2018

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Neoconservadorismo e liberalismo**. In: GALLEGOS, Esther Solano. O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 27-32.

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Choque de Democracia**. Razões da Revolta. São Paulo Companhia das letras, 2013.

ANDRADE, Péricles, et al. **A Doxa Conservadora no Brasil: mídia evangélica e eleições presidenciais em 2018**. Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 15, n. 28, jan. - jun.2021. p 115 à 139.

AVELLAR, Kamila. 2017

BIROLI, Flávia. MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, **Voto e Conflito Político no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais.. Vol 28, nº 81. Fev. 2013.

BLOOM, A. **O declínio da Cultura Ocidental**. S/D.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**. Crítica Social do Julgamento. tradução Daniela Kern; Guilherme. F. Teixeira. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Ed Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro-RJ. 1989

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Lingüísticas**: O que Falar Quer Dizer I Pierre Bourdieu. 2. ed. São Paulo - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 2008.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **Sociologues des Mythologies et Mythologies de Sociologues**. In Les Temps Moderns. Paris. França. Dec. 1963

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2002.

CARVALHO, Ilona Szabó de. **Ágora Sob Ataque**: Uma tipologia para a análise do fechamento do espaço cívico no Brasil e no mundo. Instituto Igarapé. Artigo Estratégico nº 49. Out. 2020

CASIMIRO, F.H.C. **A nova direita. Aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CASTELLS, M. **A crise da Democracia liberal**. São Paulo: ZAHAR, 2018.

CHAGAS, Luan. CRUZ, Marcio Camilo da. **Rádio que virou partido**: jornalismo declaratório e passividade na cobertura eleitoral do Jornal da Manhã da Jovem Pan. Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, Mariana-MG, v. 13, n. 02, p. 33-52, jan./abr. 2022.

DEMIER, F. **Depois do Golpe**. A dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX, 2017.

EATWELL, R., GOODWIN, M. **Nacional-Populismo**. Rio de Janeiro: Record, 2020.

FARIA, ANALÚCIA B., CHAIA, Vera, **Os institutos liberais e a consolidação da hegemonia neoliberal na América Latina e no Brasil** Cad. Metrop., São Paulo, v. 22, n. 49, pp. 1059-1080, set/dez 2020

FUCHS, Christian. **Redes Sociais Digitais na Esfera Pública Política**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano. Número 6. UFF. Volume 6 /Julho 2015

GAVIÃO, Vanessa Cristina. **A Relação entre Constitucionalismo e Democracia**: Uma análise da nova lei de cotas. Revista de Informação Legislativa. Ano 50. nº 199. Jul/Set. 2013 pg. 237 a 254.

GERDHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica –

Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

HICHS, S. R. C. **GUERRA CULTURAL**. Como o pós-modernismo criou uma narrativa de desconstrução do Ocidente. BARUERI: Faro Editorial, 2021.

HUNTER, James. **A Guerra Cultural Contínua**. 2022

LACERDA, M. B. **O novo Conservadorismo Brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LEVITSKI, S. ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LILLA M. **A mente Naufragada**. Sobre o espírito reacionário. São Paulo: Record, 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salmeiro. GUIMARÃES, Bruno Menezes Andrade. **Conversações políticas e midiaticização no Facebook**: interações e conflitos a partir dos comentários sobre as ações da Frente Parlamentar Evangélica. Intercom – RBCC São Paulo, v.41, n.3, p.1-17, set./dez. 2018

MARSHAL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Zahar Editores. Rio de Janeiro. 1967.

MATOS, Marcelo Badaró. **De junho de 2013 a junho de 2015**: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. (in) A onda conservadora. Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX: 2016, p.93-106

MEDEIROS, Jackson da Silva. **Considerações Sobre a Esfera Pública**: redes sociais na internet e participação política. Revista TransInformação, Campinas, 25(1):27-33, jan./abr., 2013

MELO, Cristina Teixeira de. VAZ, Paulo. **Guerras Culturais**: conceito e trajetórias. Revista Eco-Pós. v. 24, n. 2, p. 6 – 40. 2021

MELO, D. **A direita ganha as ruas**: Elementos para uma análise da (crítica) conjuntura Brasileira (in) A onda conservadora. Ensaio sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: MauadX: 67-76.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: GALLEGOS, Esther Solano. O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 15-26.

MONTESQUIEU. **O Espírito das Leis**. s/d

MURRAY, D. **A loucura das Massas**. Gênero, Raça e Identidade. Rio de Janeiro: Record, 2019.

NOBRE, M. **O que fazer de Junho de 2013?** (in) NOBRE, M. Ponto-final. A guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Todavia, 2020. P.71-77

OLIVEIRA, Wilson José Ferreira de. **Mídias Sociais Digitais: participação política e protestos anticorrupção**. Estud. sociol. Araraquara v.26 n.50 p.277-299 jan.-jun. 2021

PENTEADO, Claudio Luiz de Camargo. CRUZ JUNIOR. Brauner Geraldo. **Ação política na internet na era das redes sociais**. Ponto-e-Vírgula ISSN 1982-4807 - PUC-SP - No 26 - Segundo Semestre de 2019 - p. 109-122

PINTO, C. R. J. **A trajetória discursiva das manifestações de rua no Brasil (2013- 2015)**. (in) SOLANO, E., ROCHA, C. As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil. Expressão Popular: São Paulo, 2019. P.15- 54.

QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. Editora. Gradiva. 2ª Edição. Rio de Janeiro-RJ. 1998.

RIBEIRO, Márcio Moretto. **Antipetismo e conservadorismo no Facebook**. In: GALLEGU, Esther Solano. O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 85-90.

ROCHA, CAMILA ARTIGOS **“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró- Impeachment de Dilma Rousseff**. Dados rev. ciênc. sociais 62 (3) • 2019

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político**. Porto Alegre: Caminhos, 2021.

SILVA, Antoniel G Tavares, MENDES, Lauriane Guimarães. **Estratégias discursivo-políticas no programa Morning Show da rádio Jovem Pan**. Revista Espaço Acadêmico. nº 234. ano 21. mai - jun 2022

SPYER, B. **O povo de Deus**. São Paulo: Geração, 2020

SNYDER, T. **Na contramão da liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A difícil democracia: reinventar as esquerdas**. 1ª edição. Boitempo. São Paulo. 2016.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. Companhia das Letras, 1ª Ed. São Paulo. 2019

SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**. Ed. Estação Brasil. Rio de Janeiro. 2019

TEITELBAM, B, R. **Guerra Pela Eternidade: o Retorno do Tradicionalismo e a Ascensão da Direita Populista**. Campinas: Unicamp, 2020.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A Democracia na América**. 1ª ed. Folha de São Paulo. São Paulo. 2010.